



# **POVOAMENTO RURAL NO ALTO ALENTEJO EM ÉPOCA ROMANA**

## **LUGARES, TEMPOS E PESSOAS**

### **VECTORES ESTRUTURANTES DURANTE O IMPÉRIO E ANTIGUIDADE TARDIA**

(VOLUME I)

2011  
ANDRÉ CARNEIRO

Dissertação de Doutoramento em Arqueologia

Orientadores: Professor Doutor Jorge de Oliveira (Universidade de Évora) e Professor  
Doutor Carlos Fabião (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa)

(Esta tese não inclui as críticas e sugestões feitas pelo júri)

**“Olho para tudo dominado pelo espanto.”**

**Homero. *Odisseia*. Canto IV v. 75**

**[trad. Frederico Lourenço] Lisboa, Livros Cotovia (6ª ed. 2005)**

*Aos meus mortos.  
Aos de ontem e aos de hoje.  
Aos meus mortos, que vivem dentro de mim.*

*Povoamento rural no Alto Alentejo em época romana. Lugares, Tempos e Pessoas. Vectores estruturantes durante o Império e Antiguidade Tardia.*

**Resumo:**

O propósito do presente estudo centra-se na leitura do que terá sido a rede de povoamento rural em época romana na região do Alto Alentejo. Uma área territorial extensa e com uma paisagem muito diversa, o que permite tentar perceber como se alteram os padrões de organização de sítios, em função desse quadro natural, mas também das comunidades que já habitavam este território. Também o tempo escolhido é intencionalmente longo, pois na análise considera-se a evolução desde o estabelecimento da paisagem imperial até à data de 711, marco temporal que de alguma forma se assume como significativa para estabelecer a fronteira com o mundo antigo. Assim, com uma forte componente de trabalho de prospecção, procede-se a uma análise dos factores que motivaram a criação de uma paisagem onde, durante o Império e a Antiguidade Tardia, as mais diversas pessoas habitaram e modificaram o território que é hoje o Alto Alentejo.

*Rural settlements in Alto Alentejo in Roman times. Places, times and people. Structural pillars during Empire and Late Antiquity.*

The aim of the present study is to offer a reading of what the distribution of the rural population of Alto Alentejo may have looked like in Roman times. Dealing with such an extensive territorial area and with such a diverse landscape has allowed us to better understand how the patterns of organisation of rural human settlements were influenced both by the natural environment as well as the pre-existing rural communities.

The period studied is intentionally long: our analysis begins with the formation of the imperial landscape and ends in 711, a milestone which is considered significant in establishing the boundary with the Ancient World.

Drawing on substantial work of archaeological prospection, this study therefore proceeds to analyse the factors that motivated the creation of a landscape that was inhabited and modified throughout Empire and Late Antiquity by many diverse people.

## Índice deste volume

Agradecimentos	7
1. A paisagem ou o quadro geográfico de referência	11
1.1. O Alto Alentejo, ou o espaço descrito pelos homens	16
1.2. O Alto Alentejo, ou o espaço habitado pelos homens	17
1.3. As delimitações administrativas	25
2. Critérios e metodologias de trabalho no quadro territorial de referência	28
2.1. Problemática geral	28
2.2. Critérios de reunião da informação	32
2.3. Critérios de prospecção e metodologia de campo	35
3. O tempo, ou o quadro cronológico de referência	39
3.1. O tempo da investigação: uma leitura geral	39
3.2. Ciclos da investigação regional	45
3.3. O tempo da História	49
3.3.1. A criação de uma <i>paisagem romana</i>	49
3.3.2. A vida da <i>paisagem romana</i> da <i>Lusitania</i>	55
4. Estruturas de povoamento em meio rural	57
4.1. A <i>Villa</i> enquanto padrão de povoamento	60
4.2. A <i>Villa</i> latina: referências literárias e evolução do conceito	62
4.3. Construções literárias do conceito: a <i>villa rustica</i> ....	71
4.4. .... e a <i>villa pseudo-urbana</i>	74
4.5. As <i>villae</i> no Alto Alentejo	78
4.6. Propriedades e proprietários	85
4.7. <i>Vicus</i> e aldeias	88
4.8. Sítios de funções viárias	92
4.9. Casais agrícolas	94
4.10. Pequenos sítios	97
4.11. <i>Pagus</i>	98
5. Actividades económicas	99
5.1. Agricultura	100
5.2. Pedreiras e minas	111
5.2.1. As pedreiras e a exploração dos recursos geológicos	112
5.2.2. As minas	116
5.3. Os barreiros e a produção de cerâmica	121
6. Geografia sacra e identidades religiosas	121
7. A sociedade	128
7.1. A epigrafia: algumas reflexões prévias	128
7.2. Os novos habitantes	129
7.3. Os elementos indígenas	131
7.4. Libertos	133
7.5. Escravos	134
8. A rede viária no Alto Alentejo	135
8.1. Considerações prévias	135
8.2. Aspectos genéricos dos traçados no Alto Alentejo	136
8.3. As três vias entre <i>Augusta Emerita</i> e <i>Olisipo</i>	141
8.3.1. Via XII	142
8.3.2. Via XIV	149
8.3.3. Via XV	156
9. Evoluções finais. Entre 476 e 711: os debates historiográficos	165
9.1. Evoluções nos lugares de povoamento	168
9.2. Evoluções nas redes de povoamento	179

9.3. Evoluções na sociedade	182
9.4. A religiosidade: o cristianismo	188
10. A rede de povoamento	192
10.1. Implantação e distribuição das <i>villae</i>	195
10.2. A cartografia dos sítios: estruturação das redes de povoamento	202
10.3. O povoamento rural no Alto Alentejo: definindo leituras	206
Um olhar final	212
Fontes	213
Bibliografia	214
Tabela de coordenadas	252
Mapas e figuras	267

## Agradecimentos

Aos meus orientadores, Professor Jorge de Oliveira e Professor Carlos Fabião, que me guiaram ao longo deste processo, concedendo-me importantes pistas de investigação. Aos meus colegas e amigos da área de Arqueologia e do Departamento de História da Universidade de Évora, em particular a Leonor Rocha, Filomena Barros, Hermínia Vilar, Fátima Nunes e Antónia Conde, que me cederam preciosos dados para a pesquisa. E a Cláudia Teixeira, que para além de uma milimétrica leitura das primeiras versões do texto, me guiou pelos infindáveis mundo da Cultura Clássica.

Ao longo de onze anos de colaboração com a Câmara Municipal de Fronteira, tenho a agradecer a todos quantos têm apoiado a Arqueologia, mas em particular ao seu Presidente, Dr. Pedro Lancha.

Em Sousel tive a possibilidade de regressar aos trabalhos intensivos de prospecção, para tal contando com a colaboração de uma equipa de qualificados técnicos, mas sobretudo de amigos, devendo também um especial agradecimento ao seu Presidente, Dr. Armando Varela.

Para este estudo pude contar com o patrocínio da Fundação Eugénio de Almeida, que me concedeu uma bolsa de investigação em 2007, e de um subsídio da Fundação para a Ciência e Tecnologia em 2008/2009.

Para a parte gráfica presto uma reconhecida homenagem ao labor de Joana Valdez, que em tempo recorde geriu toda a massa de dados geo-referenciada, e também ao Rimbo, pelas plantas de São Pedro (Fronteira).

Nas prospecções de campo, Ana Leonor Mata, Ana Luísa Francisco, Vera Viegas, e em particular a Eunice Pimpão, que tão bem tratou dos materiais das escavações de São Pedro. Mas também a todos os alunos, quer os que têm trabalhado comigo nas diversas escavações arqueológicas, quer aos que me acompanharam nas prospecções de campo, e ainda a todos os habitantes que me levaram aos locais, ou mos indicaram, ou simplesmente a todos quantos viram entrar um desconhecido na sua propriedade e o receberam afavelmente.

No Arquivo Municipal de Elvas pude consultar os periódicos locais e a documentação de António Thomaz Pires e Victorino d'Almada.

A Elisabete Pereira, da Fundação Arquivo Paes Telles (Ervedal, Avis), onde consultei toda a documentação deixada por Mário Saa e guardada na instituição.

Agradeço aos funcionários da Biblioteca Municipal de Estremoz as facilidades na consulta do fundo local e, em especial, do acervo respeitante ao jornal *Brados do Alentejo*.

A Nélson Almeida, do IGESPAR-Crato, que além de muita informação de campo, me facultou acesso a dados vários sobre os sítios arqueológicos da área em estudo.

No IGESPAR em Lisboa pude consultar processos com as facilidades concedidas por João Muralha e a eficácia de Ana Sofia Gomes.

Na DRCA-Alentejo tive a oportunidade de conferir os processos de sítios arqueológicos do Alto Alentejo, devendo por isso agradecer de forma encarecida aos seus funcionários o acolhimento havido.

No Museu Nacional de Arqueologia pude consultar o epistolário de José Leite de Vasconcelos graças a Livia Cristina Coito e ao constante apoio da Carmo. Para o estudo de espólios arqueológicos foram indispensáveis Ana Rita Santos e Luísa Guerreiro, com quem fiz uma exaustiva análise dos registos relativos ao Alto Alentejo. Cabe também um agradecimento a Luís Raposo, Director da centenária instituição.

Um agradecimento muito forte à equipa do Deutsche Archaeologische Institut-Madrid, e em especial à sua Directora, Dirce Marzoli, em cujas instalações pude permanecer em algumas ocasiões, desfrutando da sua magnífica biblioteca.

No Museo Nacional de Arte Romano de Mérida, um agradecimento muito forte aos funcionários da Biblioteca: Francisco Javier Alonso, sempre de uma tremenda

disponibilidade, e Victoria Jiménez, Ana Pomar e Luís Fallola. E de forma muito especial à sua Conservadora, Trinidad Nogales Basarrate.

Outras bibliotecas frequentadas foram a Bibliothèque de l'Antiquité Tardive na Université de Sorbonne e a Bibliothèque Gernet-Glotz do INHA (onde pude consultar numerosos textos clássicos), em Paris. Aos funcionários agradeço toda a disponibilidade.

Para a percepção da minha escala de trabalho e das metas que no fundo pretendia atingir, foi fundamental a participação no *III Taller de Arqueologia para jóvenes investigadores* de 2008, organizado pela Casa Velázquez e pelo Instituto Arqueológico Alemão em Madrid, a cujos orientadores e companheiros de trabalho estou muito grato.

O Engenheiro Barros (Solubema) guiou-me pelos vestígios de exploração de mármore na pedreira da Vigária (Vila Viçosa).

Em Alter do Chão agradeço ao meu colega Jorge António pelas informações sobre o concelho e pela visita aos trabalhos da sua responsabilidade na *villa* de Quinta do Pião.

Na Câmara Municipal de Arronches contei com a amável disponibilidade da Architecta Madalena Cabaço e da Urbanista Marta Aldrabinha. No terreno tive a preciosa colaboração de Emílio Moitas e de António Lopes, com quem visitei muitos sítios que permaneciam inéditos.

Na Câmara Municipal de Avis um agradecimento a Paula Freire e a Ana Ribeiro.

Na Câmara Municipal de Borba fui recebido pela Architecta Ana Isabel Heitor.

No Município de Castelo de Vide, a Secção de Arqueologia cedeu-me documentação inédita, devendo de forma particular prestar um agradecimento a João Magusto por toda a informação enviada.

Em Gavião tenho a registar a disponibilidade do Sr. Cepião.

Na Câmara Municipal de Nisa, a Carla Sequeira devo a cedência de toda a documentação de âmbito arqueológico, a maior parte inédita.

Nos Serviços Culturais do Município de Vila Viçosa realço a disponibilidade de Licínio Lampreia e de Margarida Borrego.

Numerosos colegas e amigos enviaram-me textos, publicados ou inéditos, que foram preciosos para o esclarecimento de dúvidas e questões. Procurando não esquecer ninguém, agradeço a Paulo Almeida Fernandes, Alexandra Chavarría Arnau, Tomás Cordero Ruiz, Germán Rodríguez Martín e a Félix Teichner toda a amabilidade demonstrada.

Mário Monteiro entregou-me um importante acervo informativo sobre o distrito de Portalegre e o seu trabalho académico inédito sobre o sítio de Mosteiros (Castelo de Vide). Também a João Carlos Caninas e à Associação de estudos do Alto Tejo devo a cedência de informação.

Heloísa Santos e Tânia Falcão, da empresa *Archeoestudos*, facultaram-me os dados relativos à segunda fase da Carta Arqueológica de Nisa, a sítios na área de Estremoz e de Alter do Chão.

Joana Aleixo (da empresa Delta) disponibilizou-me muita informação inédita sobre a *villa* da Herdade das Argamassas e guiou-me por este sítio de Campo Maior.

Ao Professor Jorge de Alarcão agradeço as informações sobre os itinerários romanos e o estímulo para a minha investigação.

A Carlos Correia de Carvalho indicações de grande valor, incluindo uma cópia do seu trabalho académico, e a Francisco Segurado agradeço a disponibilização das *Memórias Paroquiais* relativas ao Alentejo, com transcrições actualizadas. Cedeu-me também muita informação sobre o termo de Bencatel.

No plano pessoal, de forma muito sentida, agradeço a todos quantos estiveram ao meu lado durante este longo percurso que agora termina.

Para a Sara, que se juntou a nós a meio do caminho.



## Preâmbulo

Alice perguntou: “pode dizer-me qual é o caminho que devo tomar para sair daqui?”, ao que o Gato respondeu: “isso depende muito do lugar para onde quer ir”. “O lugar não me importa muito” disse Alice. “Então não importa o caminho por onde vá”, respondeu o Gato, “... desde que eu chegue a algum lugar”, completou Alice. Ao que o Gato respondeu: “Oh, vai certamente chegar a algum lugar, se caminhar durante algum tempo”.

O trecho escrito por Lewis Carrol presta-se a muitas metáforas, adequadas na perfeição a um estudo de forte componente territorial. Algumas destas imagens estão relacionadas com a prospecção enquanto ferramenta de investigação, e com as direcções que tomamos quando andamos à procura de algo, ou de como as opções tomadas nos levam a determinado sítio mas, pela inversa, nos afastam de outros, impossibilitando-nos a sua percepção. Outras metáforas possíveis estarão relacionadas com o objecto de conhecimento: o estudo das comunidades humanas em determinado momento do passado, do qual, por mais que caminhe e tomemos opções, jamais alcançaremos uma análise substantiva e sólida, porque jamais o poderemos recuperar ou experienciar. Ou mesmo com o fragmentário universo informativo em que se baseia a análise, onde os dados são escassos (e em constante delapidação) e apenas concedem uma pálida imagem do esplendor do que já foram estas paisagens habitadas por outras gentes. Mas a metáfora principal, mais rica de conteúdos, será certamente a relacionada com o que aqui se apresenta: ao fim e ao cabo, um itinerário de investigação.

Porque quando o iniciamos temos certamente uma pergunta à qual queremos responder, e uma noção do percurso pelo qual as respostas nos levarão. A uma pergunta seguem-se várias outras perguntas, mas raramente vamos encontramos respostas – ou quando encontramos uma, tal conduz-nos ao nascimento de ainda mais perguntas. Em todo o caminho vamos pensando para que lugares novos estas perguntas nos irão conduzir, e no final o pensamento dominante será o de que não levaram, certamente, ao lugar que pretendíamos no início. No limite, poderemos mesmo pensar se nos levaram a algum lugar, tantas continuam a ser as perguntas e tão difusas se afiguram as certezas. Se chegámos a algum lugar, como afirma o Gato, tal não será certamente o ponto que desejávamos no início da caminhada. Porque o pretendido era chegarmos ao conforto da certeza, e o que foi encontrado revelou-se afinal o início de outros caminhos ainda mais vastos e indefinidos.

Que a dúvida não instale o impasse, porém. Porque se é certo que tantas perguntas assomam, e que o decorrer do tempo traz a incerteza (em vez das cómodas certezas que muitas vezes esquecemos serem sempre provisórias), a algum lugar teremos de chegar.

E os lugares percorridos no âmbito deste estudo centraram-se no Alto Alentejo. Um espaço que foi entendido em perspectiva ampla, como no capítulo respectivo se pretende justificar, e não entrincheirado pelas actuais fronteiras administrativas. No Alto Alentejo, o que se procurou encontrar centrou-se na rede de povoamento rural em época imperial, e nas suas cambiantes de transformação ao longo do tempo que medeia até à chegada dos exércitos islâmicos em 711. Mas esta data, decisiva para a antiga *Hispania*, deve ser entendida como um mero referente temporal, como o definitivo momento de passagem. Porque ao longo do presente estudo o que interessa detectar são as *marcas da romanidade*, o modo como os momentos seguintes ao final do Império perpetuam, reproduzem, mas também se somam ou transformam os conteúdos clássicos. Por este motivo se justifica a adopção dos termos “Imperial” e “Antiguidade Tardia”, este utilizado de acordo com os parâmetros conceptuais e os conteúdos definidos pelos incontornáveis estudos de Peter Brown<sup>1</sup> e de Averil Cameron<sup>2</sup>, por se considerar que é este um tempo que prolonga a latinitude. E este conceito inclui também o cristianismo, por ser uma religião que, embora

---

<sup>1</sup> Em particular 1978, 1988, 1995.

<sup>2</sup> 1998 e a introdução à monografia de 1999.

decisiva no modelamento do mundo ocidental e da realidade medieval, é na sua essência uma criação do universo clássico, que dele se apropriou, mas também o reformulou<sup>3</sup>. Portanto, e em resumo, não é aqui a *medievalidade* que é considerada. Esse é já um outro universo, novo e em estabelecimento, mas com substâncias próprias. O projecto de investigação que agora se conclui foi pensado e definido como uma forma de contemplação e análise da presença romana no território escolhido, e no modo como a sua influência foi duradoura para além do marco temporal do fim do Império. Um tempo longo, portanto, justificado (tal como na escolha do palco geográfico) na ideia de que para o olhar existem fronteiras mais permeáveis e fluidas do que a razão gostaria de entender.

O presente estudo poderia ser encarado como uma mera cartografia de pontos. E se tal o fosse, já existiria uma certa ambição: é a primeira vez que para esta área regional se pretendeu fazer uma inventariação sistemática dos sítios conhecidos entre o surgimento da paisagem imperial romana e a sua dissolução final. Recolher esses sítios da bibliografia; procurá-los no terreno, descrevendo-os, e de caminho ensaiar a identificação de mais alguns inéditos. Geo-referenciá-los e trazer do campo as informações possíveis. Por estas acções poderiam passar as intenções iniciais.

Todavia, como relembra o Gato, ao fim de tanto caminho percebemos que chegámos a algum lugar, não forçosamente o pretendido inicialmente, mas àquele para onde fomos conduzidos pela própria pesquisa. O propósito inicial de cartografar todos os locais que fosse possível reunir terá sido conseguido, mas não o de os visitar, fosse pelas debilidades da informação, fosse pela ausência de meios logísticos, fosse pela simples ausência de tempo face à ambição do projecto inicial. Mas outras leituras se foram desenhando pelo caminho: com tanta informação recolhida, mesmo que não comprovável no terreno, surge a intenção de se proceder, não a um mero registo cartográfico, mas a uma análise comparada. Do tempo e do espaço, e de aí o facto de serem intencionalmente tão amplos.

As fragilidades de tal pretensão são evidentes. Como o fazer, se para tantos sítios nos falta *um tempo* ou *vários tempos* minimamente fiáveis? E como comparar espaços tão amplos, tão variáveis, tão contrastantes?

E todavia tal não podia deixar de ser feito. Por isso o leitor encontrará dois grandes feixes de análise: por um lado, a descrição de sítios e dos panoramas concelhios. Por outro, uma tentativa de reunião da informação e de proceder à sua análise global e comparativa, de modo a tentar empreender uma leitura em tempos e espaços longos e variáveis – embora cada vez sinta que entre as clássicas coordenadas em que a Arqueologia se move – o Espaço e o Tempo – exista uma outra, talvez dissimulada, mas que as rompe: o esforço e a criação do Homem, que tanto ultrapassa o tempo como o espaço. Esta encruzilhada de dados, de leituras, de percepções, talvez nos conduza a outros lugares, muito distantes do pretendido inicialmente (como seria de esperar), mas no fundo resultantes de uma postura e de um procedimento que sempre norteou o projecto: a tentativa de olhar para lá da realidade material para procurar conhecer as comunidades que povoaram este espaço. Ou dos sítios, e dos materiais neles contidos, tentar conhecer as pessoas que por aqui deixaram a sua marca.

---

<sup>3</sup> Brown, 1996. Veja-se o modo como Henri-Irénée Marrou sintetizou esta noção no título da sua obra de 1985: *L'église de L'Antiquité Tardive*. 303-604. Porque de facto é a Igreja cristã uma criação do Império tardio.

## 1. A paisagem, ou o quadro geográfico de referência

A dimensão territorial de um estudo implica sempre uma opção que se deseje funcional a diversos níveis. Uma opção que (no fundo, como qualquer escolha exige) envolve aceitações e exclusões, definidas em função desses mesmos níveis diferenciados: a lógica de harmonização territorial, a coerência da paisagem, os limites administrativos actuais ou antigos, a operacionalidade do trabalho de campo e das condições logísticas à disposição, o historial da investigação, o impacto da época que se estuda sobre esse mesmo território. E ao priorizarmos certas constantes poderemos estar a excluir outras. Mas independentemente dos critérios, e da sua justificabilidade, existe uma condicionante mais forte do que todas as outras: “Quanto ao facto de se escolher uma fronteira moderna, o espaço hoje português, a sua “injustificável justificação” é também de índole pragmática.”<sup>4</sup> Naturalmente que na escolha do *cenário* físico da acção interagem sempre múltiplos factores, nem sempre concordantes ou facilmente justificáveis, ou sequer objectivos e racionalizáveis. Mas, sobretudo, a escolha deve ser pragmática.

No estudo que agora se conclui as questões voltaram a ser colocadas. A delimitação da área de estudo foi problemática. Definir uma área geográfica homogénea, como a bacia hidrográfica de um curso de água, seria lógico sob o ponto de vista fisiográfico; mas a mente romana, com a sua capacidade modeladora da paisagem, não se prendia a esse tipo de apriorismos ou condicionalismos físicos. Definir alguns concelhos, elegendo-os, seria excluir outros, eventualmente com justificações menos convincentes. Poderia ser cómodo escolher os concelhos das *terras de areias*, como o arco de Gavião, Nisa e Ponte de Sor. Mas os quadros paisagísticos não se coadunam com essas delimitações, pois em Alter do Chão ou Avis encontramos a extensão natural dessas paragens, até que, por circunstâncias várias, o condicionalismo se altera. Nenhum concelho do Alto Alentejo é homogéneo sob o ponto de vista paisagístico; o próprio território de Fronteira, ponto de partida inicial<sup>5</sup>, funciona como um mosaico de paisagens, com as rápidas passagens dos acidentados solos xistosos para os relevos suaves do substrato granítico, intercaladas com as áreas de contacto. E nenhum dos concelhos é delimitado por uma sólida fronteira natural, uma barreira impenetrável que compartimenta um espaço identitário. Portanto, definir uma sub-área alto-alentejana não permitiria encerrar um território homogéneo sob o critério da, digamos, *harmonia paisagística*, nem sequer permitindo uma definição estável e coerente de um qualquer universo passível de ser entendido como um todo.

Trabalhar sob as fronteiras administrativas da época seria também uma tarefa complexa. Desde logo pela sua indefinição; as dificuldades de leitura dos territórios das *civitates* são tremendas. É certo que escolher a área delimitada pelo termo de Marvão<sup>6</sup>, possivelmente decalcado sobre o *territorium* de *Ammaia*, seria tentador, permitindo circunscrever um espaço coerente do ponto de vista paisagístico e da geografia da época em estudo. Mas aqui entram outras limitações, resultantes do facto de entrarmos em espaço geográfico actualmente espanhol, o que colocava condicionantes ao acesso à informação, à logística do trabalho de campo e ao próprio conhecimento que o autor tem das realidades de terreno<sup>7</sup>. Do ponto de vista físico, a fronteira é uma imposição artificial: se há

---

<sup>4</sup> Fabião, 1998: 13.

<sup>5</sup> Carneiro, 2004.

<sup>6</sup> A documentação medieval foi estudada e publicada por Possidónio Laranjo Coelho (1924, reeditado em 1993). Chamo a atenção também para as informações documentais contidas em Cebola (2005) e no convincente estudo de Basso (1998).

<sup>7</sup> Como já foi lembrado, é precisamente sobre as zonas raianas que menos conhecimento existe na bibliografia arqueológica (Fabião, 1998: 14 e 32). Todavia, para a área em estudo temos um caso sectorial, que rompe a tendência, com os estudos sobre megalitismo na bacia do Sever empreendidos por Jorge de Oliveira, um dos poucos exemplos conhecidos em que houve condições para ser feita uma análise aos dois lados da fronteira (Oliveira, 1998).

continuidade nas duas margens do Sever, maior é aquela que encontramos nos terraços fluviais do Caia e do Guadiana. Entre o Alto Alentejo e a Extremadura a semelhança é óbvia e natural<sup>8</sup>. E não podemos esquecer que estamos a tratar um território cuja capital provincial está ali bem próxima, mas já em espaço espanhol, para onde os eixos comunicacionais que atravessam o Alto Alentejo se orientam. Mas esta extensão por dois países distintos cria obstáculos vários, que na prática condicionam e limitam o livre desenrolar dos trabalhos, só passíveis de serem superados com um verdadeiro projecto de cooperação transfronteiriço que a Arqueologia Clássica ainda aguarda.

A área inicialmente escolhida acabou por ser delimitada em função de uma construção artificial, mas que tinha a virtude de ser coerente e homogénea sob o ponto de vista administrativo actual.

Do concelho de Fronteira optei por passar para o distrito de Portalegre.

A fronteira actual do termo distrital serviria como espaço de trabalho. Um território artificial, portanto, que não reconhecia acidentes naturais claros e distintivos, à excepção, porventura, do rio Tejo, a norte. Mas a assumpção deste rio como fronteira natural implicava excluir a freguesia de Belver, situada no concelho de Gavião, mas já em plena margem direita. Será talvez escusado lembrar que, se o critério fosse o limite natural, a escolha do Tejo como termo seria redutora, bastando pensar nas actividades de mineração que se desenvolveram nas duas margens em simultâneo e que fizeram deste um grande coto de actividades económicas, que deve ser entendido como um todo, pois seria um espaço harmónico e coerente. Mas assumir o limite administrativo implicava incluir Belver como uma fronteira a norte, um espaço *contranatura* por ser a única freguesia fisicamente descolada do restante distrito. Desta forma, a sua exclusão implicou um primeiro desvio ao critério inicial de escolher a fronteira administrativa do distrito de Portalegre, fixando o limite do Tejo. Portanto, logo de início um duplo desvio: aos critérios naturais e a uma artificialidade anacrónica das delimitações municipais.

Outras questões se colocavam, contudo. Escolher um distrito implica eleger uma área geográfica muito vasta. Área onde o investigador reside, e se movimenta, mas fazendo-o de forma desigual. Estando o presente estudo muito alicerçado em trabalhos de campo, a escolha de uma área ampla implica que não se possam empreender deslocações a todos os territórios de forma equitativa; alguns serão privilegiados em função de outros, a uns será mais assídua a deslocação, a visita, a prospecção ou o mero reconhecimento da paisagem. E este facto leva-nos a outro ponto, mais subjectivo mas fortemente condicionante. Em espaço tão heterogéneo, tão desigual sob o ponto de vista geográfico, o *diálogo com a paisagem* que o investigador estabelece é muito diverso. Conhecer, e caminhar, nos terraços fluviais de cascalheiras de Gavião será completamente diverso de atravessar os penedos graníticos da Serra de São Mamede ou as fragas xistosas quase verticais do espaço de Sousel<sup>9</sup>. E esta situação não é indiferente, quer para a prospecção na paisagem actual, quer nas próprias lógicas do povoamento da época em estudo, sempre constrangidos e arquitectados em função do quadro natural.

Mas não só.

---

<sup>8</sup> “Tal situação, recorda-nos amargamente o absurdo que constitui a actual investigação arqueológica continuar a pautar-se por critérios circunscritos às fronteiras nacionais [...] quando na Antiguidade os territórios de referência tinham outras dimensões, limites e fronteiras” (Fabião, 1998: 32). Um dos poucos ensaios para a percepção unitária deste território residiu no estudo conjunto sobre as vias romanas expresso no artigo conjunto de Almeida, Carneiro, Morgado & Rodríguez Martín, 2011. Sobre o espaço extremeño, ver o texto de síntese de Gonzalo Barrientos Alfageme (1998) definindo as principais linhas de força da geografia física daquele território.

<sup>9</sup> “A pesquisa é tanto mais aturada e criteriosa quanto menor fôr a área previamente delimitada e quanto maior fôr a responsabilidade que pende sobre o investigador: não é indiferente fazer levantamento simples para cartografar sítios de interesse arqueológico, ou procurar avaliar e determinar os impactos patrimoniais, resultantes de obras que implicarão destruições irreversíveis; são bem diferentes também os meios postos à disposição dos arqueólogos em uns e outros casos. Tudo isto, para não falar dos preconceitos (no sentido etimológico do termo) dos investigadores, que condicionam também toda a observação.” (Fabião, 1998: 123).

Diversas paisagens implicam diversos cobertos vegetais; diversas práticas agrícolas; diversas formas de repartição da propriedade; diversas formas de sociabilidade, do modo como as comunidades olham e tratam o seu passado, mas também olham e tratam o arqueólogo. Em alguns concelhos as propriedades estão divididas e a transposição dos seus limites faz-nos ser olhados como um intruso, como uma figura indesejável; em outros espaços, pelo contrário, a percepção do arqueólogo é amigável, as propriedades espalham-se por hectares, a relação com os vestígios do passado é tranquila, a convivência com os arqueólogos faz-se há décadas. Em resumo, os habituais constrangimentos da “Arqueologia da paisagem”<sup>10</sup>, adaptadas a um espaço territorial que também detém as suas idiossincrasias.

A escolha do distrito de Portalegre implicava trabalhar com uma imensa massa heterogénea de realidades: físicas, paisagísticas, cadastrais, mas também na qualidade da informação produzida. Um território heteróclito, um mosaico de informações diversas e por vezes contrastantes. Apresentava contudo a possibilidade de ser um espaço coerente: unicamente sob o ponto de vista administrativo, é certo, mas que permitia uma lógica intrínseca. É certo que o distrito não é uma entidade homogénea do ponto de vista fisiográfico (muito pelo contrário), como o Algarve ou Trás-os-Montes. Mas quanto à justificação do critério, e na lógica de algum diálogo institucional, a sua eleição poderia ser justificada.

Mas rapidamente outra escolha teve de ser feita. Porque se a lógica do distrito enquanto unidade de estudo aprioristicamente funcionava, no terreno, e no manuseamento da informação antiga, a situação não se afigurava tão linear. No plano das vias, por exemplo, temos o traçado da via XII entrando muito tardiamente na inicial área em estudo, apenas no seu troço final (antes da passagem do Guadiana, bem entendido) chegando ao concelho de Elvas. Olhando para o limite sul do território, facilmente se percebe que o distrito de Portalegre não funcionava como fronteira: as afinidades de Sousel com Estremoz são evidentes, o território naturalmente se prolonga para a zona de Borba e Vila Viçosa. Estudar estes concelhos implicava olhar para a região dos mármore, um recurso estratégico vital para a linguagem da época, e sobretudo para a valorização económica deste espaço, com a consequente definição das estratégias de povoamento, no fundo o tema estruturante a este trabalho. Integrar a zona dos mármore implicava perceber este recurso como uma força decisiva na modelação da geografia humana e económica da época; não o integrar implicava um corte à leitura, não percebendo o prolongamento natural do território elvense para Vila Viçosa, ou o curso da via XII, ou a continuidade de Monforte até Borba. Para mais, estes três concelhos do distrito de Évora possuem, eles sim, um limite natural, homogéneo e definidor: a Serra d’Ossa, que bloqueia as fronteiras administrativas de Borba, Vila Viçosa e Estremoz e os separa a sul do distrito onde estão colocados. A Serra d’Ossa funciona assim como a fronteira natural deste espaço, definindo o que é o Alto Alentejo e a sua separação face ao território de Évora e à peneplanície do Alentejo Central.

Por estes motivos, teremos sempre o “Alto Alentejo”, uma expressão mais neutra que elimina o facto de “Norte Alentejo” se encontrar vinculado ao distrito de Portalegre.

Temos então um misto de opções. A delimitação administrativa distrital, que de início foi escolhida acabou, com o decorrer da investigação, por ser ampliada com a inclusão dos concelhos da *zona dos mármore*: Borba, Estremoz e Vila Viçosa. Dois acidentes

---

<sup>10</sup> Relembro as palavras de Christie, 2004: 4, por deterem uma extrema capacidade de síntese na enumeração das diversas problemáticas: “Landscape archaeology is not an exact science or discipline: there is no single all-embracing methodology: results are dependent on sampling strategy, survivability of material cultures, field experience even; landscape evolution (alluviation, colluviation, reforestation, dam building, etc.) may mask much key archaeology; interpretations are never straightforward; emphases within projects may skew results to a given period; and poor levels of publication may counter the usefulness of any results.” O autor recorda ainda um outro factor de distorção para quem lida com realidades temporais diacrónicas: certos períodos apresentam elevados padrões de produção de cultura material – é o caso do Império romano – e outros têm, pelo contrário, escassa visibilidade arqueológica – como o período subsequente a 476. Este factor também afecta a qualidade da informação recolhida, e deverá ser devidamente considerado no presente estudo.

naturais de relevo, que, estando longe de serem intransponíveis, funcionaram como pólos geográficos: a norte, a Serra de São Mamede, e a sul, a Serra d'Ossa, que na prática encerra o território de referência. No plano hidrográfico temos dois outros elementos de realce, que configuram a denominada *Mesopotâmia* provincial (de acordo com o léxico estraboniano<sup>11</sup>) e que traçam linhas distintivas: concretamente o Tejo, na primeira direcção (com o seu afluente Sever marcando parte do limite extremo), e o Guadiana (com os seus afluentes Caia e Xévorá marcando parte da fronteira administrativa com Espanha, e na prática prolongando a bacia hidrográfica do antigo *Anas* mais para norte). Portanto, um misto de linhas administrativas e de marcadores territoriais delimitando o universo geográfico em estudo.

Será legítimo considerar o porquê da abordagem de uma área tão extensa, tão diversa. Como em devido lugar se discute, a mesma questão levanta-se para o tempo da análise, também ele longo e diversificado. Especialmente se pensarmos que, na investigação arqueológica actual (e também derivado de constrangimentos vários, essencialmente de índole financeira, que limitam as escolhas dos investigadores) se privilegiam áreas pequenas, coerentes e equilibradas.

Precisamente porque se elege a análise da diversidade. Não me interessam os *segmentos curtos*, facilmente manuseáveis, coerentes entre si, mas que funcionam (como dizer?) como *janelas empobrecedoras* da realidade. Janelas porque, no fundo, só transmitiriam uma perspectiva limitada, seguramente mais cómoda mas aprioristicamente definida pelo investigador e com elevadas doses de arbitrariedade. É certo que seria oportuno trabalhar sobre espaços com os quais a interacção é já familiar, como Fronteira e os seus prolongamentos naturais para os diversos pontos cardeais em volta. Ou então sobre áreas coerentes, como a Serra de São Mamede. Mas o que interessa aqui é *recensar a diferença*, perceber o que muda face ao que não muda. Quais as estratégias, as lógicas de ocupação de determinados espaços face aos outros que os confrontam? A análise do “micro espaço” é confortável, mas já foi anteriormente realizada para um concelho em concreto – Fronteira, um território heterogéneo, diverso e com cambiantes profundas, é certo, mas espacialmente limitado e delimitado, mais *controlável* na leitura. Interessava agora a diversidade, o entendimento de um *território largo* para procurar entender a percepção que dele foi construída na época em estudo, e sobretudo em momento imperial, em que o entendimento geo-estratégico do espaço era, digamos, mais programático. E daí a eleição deste território, eventualmente desmesurado, mas onde a unidade territorial de análise era (perdoe-se o jogo de palavras) *desunida* e diversa. Tal permitia estimular o uso de comparações, de leituras contrastantes e de leitura de tendências, do *que existe* face ao *que não existe*. É certo que a escolha de critérios foi em muito influenciada pela estimulante obra de Chris Wickham<sup>12</sup>, cujo amplo ângulo de análise permitiu *cartografar a diversidade*, entender as diferenças de sociedades tão complexas como a que temos diante de nós. E, portanto, a escolha de uma área tão vasta e discrepante (nos diversos termos de análise) foi uma inspiração estimulante e vista, logo desde o momento inicial, como um desafio que deveria ser encarado de frente.

Todavia, em todo este processo é difícil encontrar a “justa medida”, para parafrasear Carlos Fabião<sup>13</sup>. Para além do mais, em época romana é sempre complexa a definição de limites. É seguramente mais cómodo trabalhar com unidades fisiográficas, como

---

<sup>11</sup> *Geog.* III.1.6.; III.3.3. O termo de alguma forma acabou por cristalizar, surgindo referido como “*a mesopotâmia d'Entre-Tejo-e-Guadiana*” em Vasconcellos, 1905: 7. A este respeito, ver também alguns comentários em Fabião, 1998: 1.2.

<sup>12</sup> 2009.

<sup>13</sup> 1998: 124, onde se lê: “Em suma, neste caso, como aliás em tantos outros, vemo-nos fortemente condicionados e confrontados com o insuperável dilema de determinar a “justa medida” da observação. Escolhi um território imenso, para fugir às distorções de uma análise excessivamente particularizada; perdendo, em contrapartida, todas as potenciais vantagens de um tratamento mais minucioso das realidades que se pretendem apreender.” No fundo, é precisamente esta tensão entre a escolha do micro-espaço e a do macro-espaço que aqui também se pretende debater.

habitualmente fazem os colegas da Pré-História, mas no mundo imperial os constrangimentos naturais são mais facilmente superáveis pela capacidade técnica, pela engenharia e também pela *mundivisão* de quem construiu um Império na bacia do Mediterrâneo. E, como já foi constatado, para esta região a delimitação das fronteiras administrativas da época é incerta, e coloca a dificuldade de não ser compatível com os limites actuais. Repisar este assunto, que já foi abordado anteriormente, é portanto desnecessário.

Esta escolha intencional por uma “malha larga” traz um outro inconveniente: o de se poderem favorecer áreas em detrimento de outras. Seja porque existe mais informação de terreno ou localmente produzida, seja porque a logística está facilitada, seja porque a paisagem apresenta uma leitura mais fácil, ou seja ainda por qualquer outro factor aleatório, mas no fundo condicionante da investigação. Assume-se que certos espaços foram muito mais percorridos e visitados do que outros. Tal influencia a análise final. E é evidente que eleger sub-regiões, particularizando-as e tratando-as de forma independente, traz um outro problema, que consiste na sua compartimentação. Além disso, cria a tentação das leituras deterministas, da hiper-valorização dos condicionalismos geográficos, fazendo esquecer que a época em estudo – pelo menos nos momentos iniciais – modelou a paisagem de forma tão intensa como provavelmente só o século XIX – ou mesmo o XX – o voltaria a fazer. A isto acresce que dissociar as disciplinas de análise, separando a leitura arqueológica da geográfica, poderia conduzir, digamos, a *erros de perspectiva*.

Desta forma, e em resumo, o quadro geográfico é intencionalmente largo e diverso, de modo a procurar potenciar os ângulos de análise, a criar modelos comparativos e a evitar as observações casuísticas. O objectivo central é a tentativa de reconstituição do tecido de povoamento rural, procurando perceber quais os sítios que se espalhavam pela paisagem. Portanto, o conceito “rural” implica a aceção de estar a lidar com realidades não-urbanas ou, dito de outro modo, de pontos de povoamento que em época romana não cumpriam funções próprios de uma *urbs*. O que significa estudar sítios privados e locais que cumpririam o papel de “aglomerados secundários”, de lugares que poderiam congregiar populações, ou que seriam multifamiliares, mas que mesmo assim não desempenhariam funções de cariz cívico e político. Desta forma, não são considerados os locais que comprovadamente cumpriram essas funções – *Ammaia* e *Abelterium* – que aliás beneficiam neste momento de projectos de investigação próprios. Também por estes motivos, e ainda porque o presente projecto surge na continuidade do estudo já desenvolvido para Fronteira, se pode compreender a eleição do tema. Porque um melhor conhecimento das redes de povoamento rurais em época imperial e tardo-antiga são fundamentais, tornando-se por isso urgente ultrapassar o vazio de conhecimentos que ainda subsiste. Rica e complexa, a vivência rural clássica apresenta uma função estruturante na concepção do Homem latino enquanto cidadão, mas ainda nos escapam em larga medida as formas de materialização desse universo. Como também nos falta conhecer a apropriação que o cristianismo dela realiza, enquanto espaço natural de evangelização e de disseminação da Palavra, fisicamente albergada nas novas estruturas de culto, de vida e de morte.

Por estes motivos, conhecer o campo torna-se fundamental para compreender a herança que neles ainda encontramos. Mesmo que por vezes neste rol de lugares se possam ter incluído pontos de povoamento, que afinal, foram outra coisa.

CrITÉRIOS híbridos, portanto, que não são totalmente coerentes: por um lado, a eleição do limite administrativo distrital, mas por outro, a escolha de fronteiras naturais, não significando estas que concedam homogeneidade a um território que na sua essência e no quadro paisagístico (e na informação produzida pelos homens) é tão diverso, desequilibrado e desigual. Na paisagem como na própria ocupação humana. Pois a diversidade registada no quadro natural, e nos diversos índices de informação tratáveis, é também sentida nas pautas de ocupação do território aqui considerado.

### 1.1. O Alto Alentejo, ou o espaço descrito pelos homens

Em primeiro olhar, o dado mais surpreendente reside no facto de praticamente não existirem referências nos textos clássicos ao território do Alto Alentejo. Zona de passagem de três itinerários viários e centro de exploração de actividades económicas de grande vulto, como a mineração na bacia hidrográfica do Tejo, as pedreiras de mármore ou as laborações agro-pecuárias, poderia ser expectável que alguma informação existisse sobre esta região em concreto.

Contudo, os textos não são muito generosos, não apenas para o actual Alto Alentejo, mas para a *Lusitania* em geral. É sabido que nos encontramos nas *finis terrae* do Império, em zona geográfica distanciada dos palcos onde ocorrem os grandes acontecimentos. Além do mais, a maioria dos relatos existentes foi-nos deixada por viajantes ou elementos ligados a actividades comerciais que se processavam por via marítima, ou que deles colhiam abundantes relatos, pelo que a ausência de menções a uma área tão interior acaba por ser compreensível, visto que o foco de atenção se prendia precisamente com as faixas costeiras.

Com efeito apenas uma referência textual existe, a conhecida passagem de Plínio-o-Velho relativa à presença de cristal (de rocha ?) de grandes dimensões e de gemas de *chrysoliton* (crisólito)<sup>14</sup> na “Serra de *Ammaia*”. Como comentário possível a estes parcos elementos, o único dado verdadeiramente surpreendente reside na menção a produções que para todos os efeitos são hoje despercebidas, ou dificilmente avaliáveis, o que coloca interessantes questões sobre o aparente desencontro entre os textos literários e as evidências arqueológicas, ou de como estas testemunham importantes actividades ignoradas pelas fontes. Este desencontro entre textos e realidade material é, aliás, visível em várias outras esferas. Veja-se, por exemplo, como uma actividade semelhante e que terá sido central para a geoestratégia imperial passa completamente sem menções: a exploração dos mármore do anticlinal de Estremoz<sup>15</sup>. Mas, afinal, em outros campos, e em outras latitudes, também encontramos uma total omissão das fontes em relação a outras actividades igualmente estratégicas na província: é essa a realidade litoral das produções de preparados de peixe, cuja relevância a Arqueologia tem vindo paulatinamente a demonstrar, mas cujo mutismo dos textos é paradoxal. Ainda regressando às informações deixadas por Plínio-o-Velho, apenas encontramos alguma coincidência entre passagens textuais e realidade arqueológica no que se refere à riqueza aurífera do rio Tejo<sup>16</sup>. Uma outra hipótese de leitura também deixada pelo enciclopedista latino remete para a conhecida passagem das “azeitonas mais doces do que uvas passas” das proximidades de *Augusta Emerita*, podendo ser feita a relação com as conhecidas azeitonas de Elvas de reputada fama gastronómica, embora aqui o nexo seja mais frágil<sup>17</sup>.

Entre os autores antigos, voltamos a encontrar algumas referências soltas e dispersas nos cronistas árabes: Ahmed ar-Razí, Ibn Saíd ou o geógrafo Edrici deixam-nos algumas menções, que em termos genéricos seguem um conjunto de tópicos já desenvolvidos nos textos clássicos: a riqueza agrícola, a amenidade da paisagem, a valia dos cavalos. Neste lote

---

<sup>14</sup> É interessante salientar que a referência pliniana é indirecta, feita a partir da obra actualmente perdida do lusitano Lúcio Cornélio Boco. Leia-se o escrito em N. H. XXXVII, 24: *Cornelius Bocchius et in Lusitania perquam mirandi ponderis in Ammaeensis iugis, depressis ad libramentum aquae putis*. E também XXXVII, 127: *Bocchus auctor est in Hispania repertas quo in loco crystallum dixit ad libramentum puteis defossis erui, chrysolitibon XII pondo a se uisam*. Transcritos em Guerra, 1995; 42 com comentários em p. 139 e 141; ver também Guerra, 1996: 11-12.

<sup>15</sup> As referências dos autores clássicos ao *marmor* são escassas e levantam problemas interpretativos devido à ambiguidade do termo, que parece ser muito genérico, englobando outros tipos de materiais pétreos. De qualquer forma, nenhuma se refere a esta área regional.

<sup>16</sup> Ver o capítulo respeitante às actividades económicas.

<sup>17</sup> XV,17: *Sunt et praedulces, per se tantum siccitate unisque passis dulciores, admodum rarae in Africae et circa Emeritam Lusitaniae*.



é particularmente curiosa a referência de Al-Himyari a cristais de rocha explorados nas serras de Marvão, de algum modo confirmando as passagens plinianas<sup>18</sup>.

Infelizmente são ainda insuficientes os dados que têm sido trazidos a público pelo estudo da documentação medieval, cujo conhecimento seria muito relevante porque estamos em território de confrontação de várias ordens militares no contexto pós-Reconquista. Conhecer os espaços que foram atribuídos a cada uma dessas entidades, e os motivos pelos quais os limites foram escolhidos, seria muito importante para a definição das pré-existências.

Para os momentos posteriores já começamos a ter narrativas de carácter histórico, ou pelo menos preocupadas com um registo descritivo sobre as origens locais. Nos campos não historiográficos um território específico deve ser realçado pois nele podemos encontrar preciosas informações: nos roteiros de viagens encontramos um importante acervo de dados deixados por alguns autores que deambularam por estes territórios<sup>19</sup>. É o caso de Fr. Claude de Bronseval<sup>20</sup>, de José Cornide<sup>21</sup>, Juan Alvarez de Colmenar<sup>22</sup>, ou ainda de D. José de Viu<sup>23</sup> (que nos deixou referências de várias memórias da zona de *Ammaia*, incluindo uma visita ao local das ruínas, centrando-se todavia mais no termo de Valência de Alcântara). Contudo, neste campo, como nos anteriores, não dispomos de referências mais concretas ou detalhadas, pelo que a análise terá sobretudo de partir da base concedida pela materialidade arqueológica.

## 1.2. O Alto Alentejo, ou o espaço habitado pelos homens.

Olhar para a paisagem actual e procurar a sua transposição para a paisagem antiga é um erro perpetuado pelos investigadores. A suposição de que *aquilo que lá está é aquilo que sempre esteve* é fundamentada na errada convicção de que o quadro paisagístico é o mais estável dos parâmetros, o *cenário imutável* que resiste a toda e qualquer transformação.

Como hoje sabemos (por vezes de forma tão dramática), não é bem assim. Os recursos esgotam-se, sobretudo quando são explorados em escala tão intensiva quanto a que terá ocorrido durante o Império, no quadro de uma sociedade devoradora dos recursos naturais que a alimentavam. A paisagem sofreu fortes alterações, seja pela modificação do quadro climático (e aqui os escassos estudos polínicos existentes alertam-nos para a extensão dessas alterações), seja pela desflorestação antiga ou recente, seja ainda por uma acção antrópica marcadamente actuante (e não deve ser esquecido que a sociedade romana foi fortemente modeladora da paisagem). Da mesma forma, existem sempre *parâmetros de irracionalidade* que tantas vezes são esquecidos. Quantas vezes não assistimos a formas de exploração absolutamente irracionais que só são empreendidas porque assim se perpetuam velhos hábitos e costumes<sup>24</sup>, ou a estrangimentos tecnológicos e sociais que fazem

<sup>18</sup> Borges Coelho, 1972; a passagem diz-nos que existiam minas de cristal de rocha a quarenta quilómetros a norte de Badajoz, o que de certa forma confere com a localização geográfica.

<sup>19</sup> Para uma visão mais geral sobre viajantes no espaço específico do Alto Alentejo ver Carvalho, 2009. Para um estudo mais abrangente, Garcia Mercadal, 1999 e Romeral Perez, 2001, que procede à contextualização histórica dos principais agentes e suas motivações. Nos relatos de viajantes que enuncio apenas incluo os que apresentam menções ou mesmo descrições de património arqueológico romano em meio rural e/ou vias romanas.

<sup>20</sup> 1970. A data de redacção é desconhecida, sendo provável o ano de 1535.

<sup>21</sup> Cuja obra foi recentemente publicada com comentários de Abascal & Cebrián, 2009.

<sup>22</sup> *Annales d'Espagne et de Portugal avec la description de ces deux royaumes* de 1741, mencionando alguns vestígios arqueológicos em Alter do Chão e Campo Maior. Também visitou a cidade de *Ammaia*.

<sup>23</sup> Na obra *Extremadura – colección de sus inscripciones y monumentos* [...] publicada em 1852.

<sup>24</sup> “[...] as comunidades humanas podem praticar, atavicamente, formas de agricultura ruins (numa perspectiva de *mercado*), somente porque é *aquela agricultura* que sempre praticaram?...” (Fabião, 1998: 17). Os critérios de racionalidade económica são muito recentes, havendo nas comunidades humanas uma boa percentagem de manutenção de formas de exploração que são ditadas por factores muito específicos e fluidos: a manutenção de uma propriedade por questões afectivas, por exemplo, sem que dela se extraia rendimento. Um outro exemplo, em sentido contrário, de irracionalidade económica contemporânea reside nas célebres “campanhas do trigo” que levaram ao plantio de cereais em solos absolutamente inaptos, alterando profundamente a paisagem no momento e desertificando-os na actualidade.

sentido em determinado momento, mas já não o fazem alguns séculos antes ou depois. É também de ter em consideração que estamos a tratar de uma sociedade tão evolutiva como a romana, na qual a sofisticação tecnológica e a capacidade de transformação da paisagem são ainda frequentemente subestimadas, com um entendimento geo-estratégico do território que fazia com que muitos recursos disponíveis não fossem os efectivamente explorados – ou porque existiam, com menor esforço e maior rendimento, em outros territórios, ou porque tal não era... interessante.

Por outro lado, e de forma inversa, é preciso não esquecer que muitos recursos foram sendo explorados apagando as marcas anteriores. Na mineração ou nas pedreiras marmóreas, as “frentes de exploração” evoluíram modernamente, sacrificando o que do passado ficou. Ouvir os relatos dos vestígios romanos das pedreiras de Vigária ou de São Marcos (ambos em Vila Viçosa) é perceber a dimensão da vertigem obliterante que aqui ocorreu a partir de meados do século XX. De que forma estes recursos foram aproveitados, e qual a paisagem então existente, são questões cuja resposta se tornou absolutamente impossível de obter pelo que se seguiu. Faço ainda notar que não é possível estabelecer uma correlação de vestígios, ou seja, fazer o confronto entre o local de extracção e o local de laboração. Se existissem sítios escavados com forjas ou oficinas de cantaria poderíamos, por meio dos rejeitados ou do recenseamento de restos e de materiais arqueológicos, perceber a escala do aproveitado. Mas esse registo de dados, efectivamente, não existe.

A paisagem muda, como mudam os homens que nela habitam. Como mudam as lógicas e as estratégias que os animam. A *imutabilidade* do quadro natural é um pré-conceito habitual, mas que deve ser cada vez mais matizado.

Um exemplo claro: em muitos dos sítios do universo considerado, encontramos mós e pesos de lagar, indicadores de uma base agrícola que estaria alicerçada na célebre *triade mediterrânica*. Hoje olhamos à volta e encontramos uma paisagem absolutamente inapta para essas culturas, com solos esqueléticos, escavados e pobres. Foram esgotados pela prática agrícola recente? Foram-no por uma milenar utilização que levou à situação actual? Ou já o eram na altura, e esses artefactos testemunham uma prática agrícola *irracional* ou, em alternativa, destinavam-se à transformação de produtos oriundos de territórios de exploração mais vastos ou não necessariamente vizinhos? Para estes diversos níveis de resposta não há uma afirmação clara. Esquecer a diacronia é esquecer que a paisagem funciona como um palimpsesto, onde ficam cristalizadas as diversas actividades humanas na sua escala milenar.

Da mesma forma, tendemos a esquecer que estamos perante sociedades complexas, onde existem nichos de mercado que não deixam rasto arqueológico, ou no caso de o terem deixado, tal só seria detectado com escavações extensivas. Algumas das muitas produções estão hoje ignoradas, porque pouco ou nada condicionadas pelos recursos actuais e, também, pouco ou nada deixam de evidente no registo arqueológico: por exemplo, a obtenção de odores e perfumes, com a consequente existência de estufas para flores, mas também conseguida pela via do desenvolvimento e depuração de azeites de elevada qualidade<sup>25</sup>. Ou a apicultura e o mel, frequentemente esquecidos<sup>26</sup>. Em outro âmbito, temos as representações iconográficas em alguns mosaicos norte-africanos de aves como faisões, pavões e perdizes, além de tordos, rolas ou as mais comuns galinhas, patos e gansos, que poderiam gerar outros níveis de produções específicas<sup>27</sup>. A este respeito, e para um exemplo concreto, basta consultar a listagem de sítios do Alto Alentejo recenseados em

<sup>25</sup> Marcial louva o *unguentum* do azeite da Campânia (*cit.* em Brun, 2004: 13) e em *Paestum* foi encontrado um lagar de azeite para obtenção de perfume (*idem*: 33).

<sup>26</sup> Paládio, por exemplo, dedica constantes referências às abelhas. O tema foi estudado por Pilar Fernández Uriel em diversos momentos: veja-se a primeira abordagem no trabalho de 1988.

<sup>27</sup> Os ossos de ganso recuperados na *villa* de Torrecilla (Getafe) tinham um tamanho superior ao habitual, provavelmente para o desenvolvimento de fígados hipertrofiados (para a obtenção de pastas e patés), que a gastronomia romana muito apreciava (Blanco Bosqued e Lucas Pellicier, 2000). Infelizmente no registo arqueológico os ossos de aves são de mais difícil conservação nos solos alentejanos.

duas obras conjuntas sobre as estruturas hidráulicas de captação e conservação de água<sup>28</sup> para percebermos a importância que uma agricultura de regadio em larga escala, centrada na *domesticação* de cursos de água secundários, terá tido na área geográfica em estudo, com as consequentes escalas de produção agrícola que desconhecemos totalmente.

Por outro lado, perceber a dimensão da exploração é tarefa ingrata. Ou seja, tratando-se de uma economia complexa, pelo menos em momento imperial, torna-se arriscado perceber em que escala estamos: se perante economias de auto-subsistência, de âmbito local, provincial ou de exportação. Não é ainda discernível se em muitas actividades teríamos produções que ultrapassassem o âmbito próprio ou local para entrar em cadeias comerciais, possibilitando a sua inclusão em circuitos económicos de ampla difusão. Sobre o volume de produção estamos, portanto, ainda em território muito difuso (porque também conhecemos mal a circulação dos produtos cerâmicos que continham estes produtos, faltando realizar as necessárias análises petrográficas), e tal facto acaba por condicionar a percepção da escala de modelação da paisagem (e o inverso também é válido).

Em suma, e enquanto não pudermos dispor de mais informação de âmbito paleoecológico, será arriscado construir leituras sobre a exploração das produções da terra no período em causa, feitas a partir de transposições da paisagem actual, ou dos sempre tentadores paralelos etnográficos que geralmente não são mais do que *topoi* literários, com uma boa percentagem de retórica e alguma outra de poética algo ingénua. Confundir a prática agrícola romana, feita de uma tecnologia avançada e de um conjunto de competências técnicas apuradas e trabalhadas ao nível teórico e tratadístico, com o mundo medieval e as persistências modernas que ainda ecoam no presente, é tresler uma realidade, subestimando-a em função dos períodos subsequentes, que inevitavelmente funcionam com outros modelos económicos e com diferentes vínculos sociais.

Centremo-nos, portanto, nos (escassos) dados disponíveis. Tentemos ler a paisagem da época com base em testemunhos concretos.

Como tenho ocasião de comentar no capítulo concelhio respectivo, para o perímetro da Coudelaria Real de Alter do Chão existe um estudo antracológico relevante<sup>29</sup>, uma das poucas análises substantivas que nos concedem um vislumbre das condições ambientais passadas, apesar das sublinhadas limitações das amostras. A grande transformação da paisagem inicia-se ainda em tempos neolíticos, com o progressivo desmantelamento de bosques de árvores de grande porte, por acção antrópica, com o objectivo de ganhar terrenos para a agricultura. Estes bosques originais seriam formados por combinações mistas de frondosas caducifólias com perenifólias, indiciando a existência de um ambiente mais “atlântico” e húmido. O quadro altera-se por volta do III milénio a.C. com a introdução de espécies mais perenes (essencialmente azinheiras e oliveiras do “bosque esclerófilo-perennifolio”), relacionadas também com alterações climáticas resultantes do “trânsito del Atlántico al Subboreal” e com a acção antrópica, aos quais se sucedem a intensificação derivada da transição para as sociedades arqueometalúrgicas e oleiras, cujas necessidades de combustível certamente viriam a consumir ainda mais recursos florestais. A adopção dos “sistemas productivos agropecuarios” manifesta-se, por um lado, na presença de “elementos de matorral” correspondentes ao mato para forragens de gado, mas também na presença de *Leguminosae sp.*, que evidenciam uma prática agrícola que se inicia nos terrenos agora libertos. É a partir do III milénio que encontramos os *Cerealis* que demonstram a domesticação agrícola. Os espaços abertos, relacionados com as práticas pastoris e ganadeiras, encontram-se em crescimento constante, denunciando a

<sup>28</sup> Quintela, Cardoso & Mascarenhas, 1987 e 1995.

<sup>29</sup> David Duque, “El medio vegetal de la Coudelaria de Alter do Chao a partir de los resultados antracológicos.” In: Oliveira, 2006: 242-256, de onde se retiram as citações seguintes. Ver também Duque, 2005, sendo que estes estudos apresentam (sobretudo no segundo caso) a novidade de lançarem um olhar diacrónico sobre as curvas polínicas e antracológicas.

transformação da paisagem de forma continuada, conforme as herbáceas demonstram<sup>30</sup>. A paisagem altera-se, passando para um quadro mais próximo do *maquis* ou de *garrigues*, documentando as descidas dos registos arbóreos. Ainda de acordo com estes dados, é em época romana que esta evidência atinge o seu ponto culminante, demonstrando uma vincada prática agrícola que predomina sobre outras presenças antracológicas. O fenómeno é, contudo, claramente influenciado por mudanças mais profundas no âmbito bio-climático, que se manifestam de forma contínua<sup>31</sup> com a passagem para ambientes mediterrânicos e secos.

O mesmo autor analisou algumas amostras provenientes de contextos megalíticos, na bacia do rio Sever, portanto bastante mais a norte, mas com resultados genericamente semelhantes<sup>32</sup>. A análise é todavia muito interessante, pois o conjunto de dólmenes estudados implanta-se ao longo do curso do rio, cujo traçado apresenta consideráveis cambiantes nos desníveis topográficos, substratos geológicos e ambientes corográficos, funcionando a leitura do conjunto como um micro-cosmos muito variado e dinâmico, permitindo-nos entrever diferentes paisagens. Desta forma, existe uma apreciável variação entre os resultados dos dólmenes da zona sul e norte, sendo os do sopé da Serra de São Mamede demonstrativos de um ambiente arbóreo (quercíneas caducifolias e *Leguminosae sp.*) e os da desembocadura do curso de água no Tejo já representativos de ambientes de paisagem aberta e de matagal rasteiro (largo predomínio de medronhos – *Arbutus unedo* - e brejos – *Ericaceae sp.*, com algumas *Leguminosae sp.*, entre outras espécies). Este facto pode dever-se a específicas questões de âmbito paisagístico (fraca capacidade agrícola dos solos, erosão agravada, menores recursos hídricos na zona sul), mas reflecte também os diferentes modelos socioeconómicos das sociedades construtoras destes megálitos<sup>33</sup>, com os pequenos dólmenes de xisto da área norte reflectindo comunidades no limiar da subsistência, adoptando estratégias de economia de largo espectro de cariz agro-pastoril, enquanto as comunidades da Serra desfrutavam de biótopos mais favoráveis e economias mais sustentadas que criavam menos pressão antrópica na paisagem, possivelmente com terraços de cultivo mais localizados.

Este panorama, note-se, é genericamente válido para a vizinha zona extremenha de Alcântara<sup>34</sup>, onde alguns dados palinológicos confirmaram a existência de um coberto vegetal onde predominavam os castanheiros, comprovando que “o clima seria mais húmido anteriormente, possibilitando que espécies de climas atlânticos ocorressem em zonas hoje ocupadas por espécies de clima mediterrânico.”<sup>35</sup> Esta realidade alternaria com os cobertos de carvalho negral (*Quercus pyrenaica*)<sup>36</sup>, originando uma paisagem diferente da actual, porque mais florestada, com os consequentes recursos alimentares e cinegéticos diferenciados.

Em resumo, os dados existentes para períodos mais recuados do que aquele em estudo, e situados na Pré-História final, apontam para um “processo de incidência antrópica crescente”<sup>37</sup> que, será legítimo crer, se acelera e intensifica durante o primeiro milénio a.C., possivelmente fruto do recurso cada vez mais acentuado a incêndios intencionais com vista a libertar terrenos para práticas agro-pastoris.

Infelizmente, para a época romana, os dados são quase inexistentes, se exceptuarmos a já referida leitura diacrónica efectuada por David Duque, que em parte toca este período. Será, contudo, legítimo pensar que é durante a presença romana que ocorre a grande

---

<sup>30</sup> A fase de “matorralización” definida pelo autor: Duque, 2005: 33.

<sup>31</sup> “Los datos antracológicos de la Cuenca Media del Guadiana marcan el tránsito hacia una Fase II, donde factores climáticos y antrópicos van a ser los responsables de la caracterización ambiental hacia un clima más xérico y con temperaturas algo más elevadas que en la fase anterior.” (Duque, 2005: 32).

<sup>32</sup> Duque, 2002.

<sup>33</sup> Oliveira, 1997: 340 e ss.

<sup>34</sup> Ver também os comentários tecidos em Duque, 2002 e 2005, com referências bibliográficas específicas.

<sup>35</sup> Oliveira, 1997: 121, nota 6, com bibliografia.

<sup>36</sup> Bacharel, 1992.

<sup>37</sup> Duque, 2002: 227.

modificação paisagística que, mais do que continuar o movimento em crescendo de épocas anteriores, constitui uma verdadeira ruptura. Porque implica uma desflorestação em grande escala, com a finalidade de libertar solos para a cultura agrícola, mas sobretudo com vista à angariação de combustível para as actividades de carácter industrial agora em curso (ou para actividades de lazer, como a necessidade de obter lenha para os hipocaustos dos edifícios termais evidência), ou ainda porque supõe uma grande transformação da paisagem, pela construção de obras públicas e também pela necessidade de implementação de novas actividades económicas (e aqui o impacto da mineração na bacia do Tejo é eloquente testemunho, com as cicatrizes ainda hoje visíveis na paisagem pela construção das levadas de água). Conhecemos o impacto transformador que a civilização romana operou<sup>38</sup>, e seguramente que na região em estudo tivemos também uma fortíssima alteração do quadro até aí existente.

Outros feixes de informação encontram-se em estudos faunísticos, levados a cabo em três ocasiões<sup>39</sup>, que apresentam alguns dados relativamente interessantes, e com a alicante de, em olhar geral, parecerem bastante coerentes entre si.

Todos documentam uma prática agro-pecuária muito intensiva e centrada em especial na suinicultura, documentando aliás a importância destes animais na economia doméstica, conforme sugerem os textos da época e mesmo os exemplos conhecidos para outras províncias<sup>40</sup>. Nos locais recenseados, a presença de porco e javali é bastante apreciável, mostrando que a utilização destes animais como fonte proteica seria uma prática comum. No primeiro dos casos, será legítimo pensar na sua criação em regime livre de montado, como actualmente se retoma a prática, também concordante com as tradições conhecidas do ponto de vista documental e etnográfico<sup>41</sup>.

O dado aparentemente mais anómalo ou inesperado resulta da presença de gamo (*Dama dama*)<sup>42</sup>, situação que nos alerta para uma possibilidade: a existência de um *vivarium*, conforme mencionado em algumas fontes<sup>43</sup>. Desta forma, a presença de certas espécies resultaria, não de práticas venatórias, mas da existência de parques onde animais exóticos se movimentariam. Como adiante se verá com a avifauna, tal terá ocorrido nestes locais, dada a presença de espécies não nativas. No caso do gamo, esta hipótese de uma introdução artificial na zona deverá ser considerada, mas a espécie encontra-se genericamente ausente nas colecções do período muçulmano, partindo-se do pressuposto que apenas teria sido introduzida a partir de 1253<sup>44</sup>.

O espectro alimentar das fontes proteicas revelado pela lixeira baixo-imperial da Quinta das Longas é contudo revelador, apresentando uma grande percentagem de porco ou javali (no primeiro caso, seguramente criado em montado), seguindo-se o boi doméstico e os cervídeos. Apenas em quarto lugar surgem os ovicaprídeos, com representação vestigial de lagomorfos. Em Torre de Palma e em Quinta das Longas existe uma próxima representação percentual de espécies domésticas (cerca de 70% e 62,8%, respectivamente)

---

<sup>38</sup> As investigações nas camadas de gelo da Gronelândia mostraram que “a poluição do chumbo e do cobre - produzidas pela fundição de chumbo, cobre e prata - eram ambas muito elevadas durante o período romano, decaindo nos séculos pós-romanos para níveis que estão muito mais próximos dos das épocas pré-históricas. Só por volta dos séculos XVI e XVII os níveis de poluição atingiram de novo os da época romana.” (Ward-Perkins, 2006: 131).

<sup>39</sup> MacKinnon, 1999-2000 para Torre de Palma; Davies & MacKinnon, 2009 para um aspecto específico detectado em Torre de Palma e São Pedro, com notícia de divulgação em *Público* 02.08.2009 (Teresa Firmino), “Gamos terão sido trazidos para território português no tempo dos romanos”, p. 12.  
; Cardoso & Detry, 2005 para a Quinta das Longas.

<sup>40</sup> Em especial o sítio-referência de Settefinestre: Carandini, 1985.

<sup>41</sup> Relembro a indicação de Albert Silbert (1966: 419) sobre o número de porcos existentes em 1860 na região entre Ponte de Sôr e Elvas: 28.623 cabeças, um total muito expressivo no território nacional. Do ponto de vista etnográfico, alguns concelhos, em especial o de Arronches, articulam à volta da criação suína de ar livre e dos produtos assim obtidos um conjunto de “imagens de marca” da economia e identidade local.

<sup>42</sup> Davies & MacKinnon, 2009.

<sup>43</sup> Columela, R. R. IX,1; Varrão, R. R. III,12,1-2 e III,13,2.

<sup>44</sup> Davis & MacKinnon, 2009.

face a selvagens; e as expressões numéricas das diversas espécies são também genericamente similares. Apenas nas selvagens existe uma troca entre a presença de cervídeos (mais numerosos em Torre de Palma) face a leporídeos (mais presentes em Quinta das Longas), o que pode não representar significados absolutos, mas talvez indique os gostos mais específicos dos proprietários, concretamente mais vinculados às actividades venatórias no sítio de Monforte.

Quanto à avifauna, apenas temos os dados de Quinta das Longas, onde voltamos a ter a maioria de espécies domésticas (galo doméstico e gansos), claramente dominantes face às perdizes-vermelhas. O dado mais curioso reflecte-se na existência de espécies não autóctones do território português (como o francolim-escuro, o lagopo-ruivo e o tetraz-lira) o que permite presumir a existência de um espaço para animais exóticos, em clima que na altura seria mais temperado, dada a especificidade ambiental das espécies.

Não existe mais documentação de índole arqueológica. Tudo o que podemos inferir resulta das menções deixadas em fontes posteriores.

A área mais retratada e mais longamente descrita centra-se na Serra de S. Mamede. Frei Amador Arrais<sup>45</sup> e D. Diogo Pereira Sotto Maior<sup>46</sup> deixaram-nos fragmentos de texto que nos descrevem uma serra “de ares aprazíveis” com uma “multidão de claras fontes, doces e frias águas”, uma paisagem “toda coberta de sombrios soutos, pomares, vinhas, olivais e mui altos castanheiros”, sempre verde na plena “formusura da sua primavera”<sup>47</sup>. O clima ameno propicia que “nunca os verões se sentem muito nela”, embora em de “Inverno é algum tanto fria”<sup>48</sup>. Além de “tanta madeira que provê grande parte dos lugares d’Alentejo e dos da arraia de Castela”<sup>49</sup>, temos nas produções agrícolas “olivais, vinhas e soutos; há muito azeite e muito vinho e bom, e muita castanha, e todos os mais legumes é muito abundosa: muitas carnes e boas, muita hortaliça”.<sup>50</sup>

Na ausência de um tratamento profundo e substantivo dos fundos medievais, que em tão larga medida ainda estão por tratar, um ponto de partida pode residir nas descrições feitas pelos párocos locais no conjunto conhecido como *Memórias Paroquiais*<sup>51</sup>. As respostas aos interrogatórios contêm um interessante lote de dados que nos permitem perceber a paisagem física e os recursos e actividades que nela se desenvolviam. Embora datadas de 1758, portanto já muito distantes do universo temporal em estudo, ainda assim representam um retrato anterior às extensas alterações do quadro ambiental promovidas no decurso de século XX, desde as “campanhas do trigo” até à mecanização da agricultura.

O panorama descrito é genericamente de uma grande fertilidade, de uma paisagem de solos úberes e férteis onde os recursos abundam e são louvados pela sua quantidade e qualidade<sup>52</sup>. Se dentro desta área regional temos várias sub-áreas específicas, em todas elas os recursos são fartos, por vezes complementares entre si, e proporcionando as condições necessárias para uma adequada subsistência<sup>53</sup>.

Os contrastes sempre foram muito vincados. Na área norte descreviam-se as paisagens da serra, elogiadas pela fertilidade dos campos e abundância de águas<sup>54</sup>. As

<sup>45</sup> 1974, 1ª ed. 1589.

<sup>46</sup> 1984, 1ª ed. 1619.

<sup>47</sup> Arrais, *Dialogo* IV, cap. VIII.

<sup>48</sup> Sotto Maior, *Tratado*, cap. III.

<sup>49</sup> Arrais, *Dialogo* IV, cap. VIII.

<sup>50</sup> Sotto Maior, *Tratado*, cap. III.

<sup>51</sup> Disponíveis em <http://portugal1758.di.uevora.pt/>.

<sup>52</sup> Raras são as notas dissonantes. A título de curiosidade registre-se a opinião do correspondente de Bencatel, Vila Viçosa: “Esta freguezia está situada parte della em campos, e parte em montes; mas pouco asperoso todos fructíferos; especialmente de çenteyo, pois a mayor parte della he terra de estevães, que só por darem çenteyo, e algum trigo galego.”

<sup>53</sup> Como afirma o pároco de Monte da Pedra (Crato), “em poucas partes se descobre terra para esse effeito [agrícola], porem se em alguma se descobre terra, e he capaz, cultiva se”.

<sup>54</sup> Ribeira de Nisa, Portalegre: “Está povoada de arvoredos frutíferos e silvestres, dividida Em quintas de muito regalo e soutos bravos e mansos, que pela maior parte são tão fexados, que nem aos rayos do sol permitem entráda: as fontes são innumeraveiz, e de agoas tão claras e Excelentes, que as não há melhores em

tapadas de castanheiros concediam uma importante fonte alimentar, conjugada com outros frutos da terra, assim listados: “alguns trigos, sevada, senteyo, e milho meudo, vinho, azeite, castanha frutas temporans como peras, macans, sereijas, ginjas, e tambem da mesma qualidade frutas de guarda de excelente gosto e abundancia”.<sup>55</sup>

Nas paisagens mais a sul e leste predominam os montados de azinhos, conjugados com trigos, centeios e cevadas<sup>56</sup>. As árvores permitem a grande abundância de bolota que alimenta o gado que recorrentemente surge descrito, em especial os porcos e os ovi-caprinos que no século XVIII constituíam a base da alimentação. Aqui as produções diversificam-se ainda mais, aproveitando zonas de solos mais aptos<sup>57</sup>.

Um dos aspectos mais curiosos reside nas produções de pomares, que em larga medida hoje desapareceram da paisagem. Na freguesia da Matriz de Borba referem-se as “jinjas, as melhores, e mais fromosas do Reino.” Em Elvas, a abundância de variedades é exaltada, com “muyta amecha de toda a casta, e romans, marmellos, algumas pêras, nozes, e muytos figos de toda a variedade, e principalmente os singularez figos de rey [...] laranjas da China, limões doces, azedos, e limas”<sup>58</sup>.

Quanto à pesca, também a riqueza e variedade de peixe é evidente. Barbos, bogas e bordalos<sup>59</sup> nos cursos de água mais mansos, e trutas<sup>60</sup> na área serrana, estão nas listagens. Nos recursos cinegéticos, a abundância de animais selvagens é um traço indelével nas descrições<sup>61</sup>.

A profusão de aquíferos, que estão em quase toda a região, permitia a existência de um elevado número de engenhos de água e de moinhos que sustentavam a agricultura de regadio<sup>62</sup>. Ao longo da ribeira de Ana Loura, que nasce em Estremoz e, de sul para norte, corre até desembocar na Ribeira Grande, já no concelho de Fronteira, são inúmeras as “azenhas” que cristalizaram na toponímia, embora muitas delas hoje não tenham evidência material. Só em Arronches, o pároco local aponta catorze moinhos de água. Na ribeira de Margem, em Gavião, ainda hoje se encontram em bom estado as numerosas azenhas que aproveitavam os caudais. Os mananciais de água abundante existem por toda a região<sup>63</sup>, permitindo vencer os estios mais prolongados.

Quanto aos minérios, também algumas indicações existem, embora escassas. Algumas vezes a atenção detém-se em minas e pedreiras<sup>64</sup>, sem especificações. Em S. Julião (Portalegre), menciona-se que “no decliuio da serra da parte do nascente há em diuersas

---

todo o mundo, e recolhidas em tanques servem ao gosto, e á conveniencia, Regando os pomares das melhores frutas do Reino.”

<sup>55</sup> Castelo de Vide, S. João Baptista. É interessante notar que uma outra mancha de castanheiros existia na região, sendo no caso a mais a sul do Alentejo: na Serra d'Ossa, antes de ocorrerem incêndios que precederam o plantio de eucaliptos que hoje revestem a serra. Ver Castro & Costa, 1900: 97.

<sup>56</sup> A paisagem de montado surge recorrentemente nas descrições. Talvez o correspondente mais expressivo, e que enumera os cereais aqui descritos, seja o pároco de S. Bartolomeu em Arronches. Também sobre Arronches lê-se “trigo, centeyo, cevada e munta bollotta”. Os mesmos cereais surgem em outras paragens, como Ajuda, em Elvas. Note-se que o centeiro e a cevada desapareceram das produções locais que actualmente existem na região. Em Alcórrego (Avis), “Todas as herdades desta freguezia constam de montados de azinho”.

<sup>57</sup> Em Elvas (S. Pedro) temos “grãos, e favaz e nellas se fabricam muytos meloaes; e samdiaez” [melancias]. Em Ciladas (Vila Viçosa) enumeram-se “munto trigo, cevada, centeyo, grãos, favas, feyjões, tremoços, e mel; e nas hortas laranjas da xina, doces, e azedas, paccas de figo e de abobora, e todas as mais hortaliças, tudo com abundancia, como tambem nozes, e amendoas.

<sup>58</sup> S. Pedro, Elvas.

<sup>59</sup> Bembelide, Avis, mas surgem mencionados na generalidade dos inquéritos.

<sup>60</sup> S. Julião, Portalegre.

<sup>61</sup> “he este sittio muito habitado de Bixaria: [...] javalias = veados = corças = gamos = lobos = rapozas = gatos bravos = texugos = coelhos = perdizes [...]”. O autor escreve em S. Bartolomeu, Arronches.

<sup>62</sup> O pároco da freguesia da Matriz de Borba diz-nos que “Todas as suas cazas tem quintaes com poços de excellente agoa de que uzão os moradores para beberem e regarem suas hortaliças.” Os “legumes” são também mencionados posteriormente no mesmo inquérito.

<sup>63</sup> Em Arcos, Estremoz, lê-se: “fertilissima de agoas, [...] nella se conta quarenta e quatro fontes”.

<sup>64</sup> Por exemplo em Alegrete, Portalegre: “Dizem que em alguas partes dos Cabeços, desta villa ha minas de metaes, e pedras”.

partez muitas Canteiras de pedra branca, e parda das quaiz fazem os moradores desta freguezia cal branca e pretta em abundância”.

Em resumo, temos um quadro paisagístico não muito distante daquele que até ao final do século XIX se encontrava pelos campos do Alto Alentejo<sup>65</sup>. É por essa altura que a paisagem começa a mudar: pela chegada do caminho de ferro; pela abertura de estradas de macadame e caminhos vicinais, cuja nova lógica, que começa a ser ditada pela chegada do automóvel, cria a primeira revolução no tecido viário, até aí maioritariamente construído sobre o romano<sup>66</sup>; e ao longo das décadas seguintes assistimos a uma nova forma de trabalhar os campos: inicialmente com os primeiros arroteamentos resultantes da implementação das “Campanhas do Trigo”, feitos à picareta e à força de braços, mas depois incrementado com as maquinarias agrícolas e os tractores que a partir da década de quarenta ocupam os terrenos. Na actualidade predominam os cobertos profundamente condicionados por uma vasta gama de alterações, das quais os arroteamentos de solos e a limpeza para a agricultura ou para a exploração silvícola, e os incêndios que começaram a deflagrar, sobretudo após as Guerras da Restauração, constituíram as intervenções mais significativas. Duas grandes manchas ocorrem, porém, estritamente dependentes dos substratos geológicos.

Nos extensos solos graníticos do território, seja nas áreas sudeste de Monforte até Elvas e de Arronches até Campo Maior, ou mais a norte, no Crato, Portalegre e mesmo Castelo de Vide, ocorrem as paisagens onde predomina o sobreiro (*Quercus suber*) em regime de montado alentejano. Seja combinado com a exploração cerealífera, seja com o solo deixado a pasto para o gado, nos relevos suaves e ondulados, esta é a paisagem mais característica de largas áreas deste território. Para os solos xistosos que de forma tão evidente dominam largas áreas do Alto Alentejo encontramos sobretudo as azinheiras (*Quercus ilex*), aproveitando os magros terrenos que, em zonas mais inaptas, são mesmo deixados ao mato rasteiro: as giestas (*Cytisus multiflorus*), a esteva (*Cistus ladanifer*), os tojos (*Ulex minor*) e plantas afins, que muitas vezes também se estendem para os terraços arenosos do arco da Ponte de Sor até Avis (para sul) ou Gavião (para norte). Uma terceira unidade regional destaca-se quando usamos esta *lente ampliada*: a zona do actual Parque Natural de São Mamede, uma extensa mancha que percorre a zona norte-oriental da área em estudo e que contém uma paisagem mais próxima do bosque mediterrânico de florestas e arbustos, com a criação de biótopos que, como já foi comentado e se refere nos inventários concelhios, apresentam um quadro mais próximo das regiões do centro da Península do que das extensões do Sudoeste peninsular<sup>67</sup>. Assume assim uma forte originalidade, com a modelação do relevo propiciando cobertos florestais muito específicos desta área.

Esta densidade de coberto vegetal e a escassa antropização levam a que ainda hoje permaneçam na memória factos que, à luz da paisagem actual, nos parecem quase fantasiosos. No concelho de Fronteira até à década de cinquenta do século passado deambulavam lobos na zona de Vale de Seda. Dos mesmos animais se documenta a presença em algumas passagens da imprensa regional, como em 1931, quando grassavam os ataques a rebanhos em Aldeia Velha, Avis<sup>68</sup>, ou em Aldeia da Mata, Crato<sup>69</sup>. Mais a norte era “permitido aos pastores e agricultores [...] na Serra de S. Mamede o uso de armas para se defenderem das feras que se acoitavam na floresta” de “frondosos carvalhais de carvalho negral (*Quercus pyrenaica*)”<sup>70</sup>. Entre esses animais de grande porte, encontravam-se os

<sup>65</sup> Picão, 1983.

<sup>66</sup> Basta ver que muitos dos viajantes do século XVII e XVIII lamentam o mau estado dos caminhos, muitos deles reduzidos a troços de cascalheira ou a sendeiros que se alagam no Inverno, o que indirectamente nos mostra o estado de degradação e de não-arranjo das estradas antigas.

<sup>67</sup> “[...] ce qui donne à ce coin de la région un caractère que tient plutôt de la Beira que de l’Alentejo; [...]” (Castro & Costa, 1900: 96).

<sup>68</sup> *Brados do Alentejo* de 12-4-1931, ano I, nº 11, p. 12.

<sup>69</sup> *Brados do Alentejo* de 17-4-1932, ano II, nº 64, p. 8.

<sup>70</sup> Oliveira, 1997: 121.



ursos, cuja presença indirectamente se infere pela existência dos muros apiários que na área de São Mamede e de Nisa são tão frequentes na paisagem, protegendo as colmeias dos ataques desses animais. O retrocesso e extinção desta fauna de grande porte foi lento, gradual mas sistemático, originando hoje uma diversidade faunística muito mais empobrecida.

Quanto ao quadro territorial presente, faço ainda notar dois aspectos, ambos relacionados com as contingências da interioridade neste início de milénio.

Por um lado, o facto de se tratar de um território ainda relativamente preservado. Os núcleos urbanos, com raras excepções, não cresceram de forma desordenada ou galopante, embora se lamente o estado insípido da Arqueologia Urbana regional, que nos remete para o plano do desconhecimento quase tudo o que diz respeito ao passado das actuais vilas e cidades do Alto Alentejo. Algumas grandes infraestruturas viárias foram construídas, mas apenas temos uma auto-estrada, a A6, cuja data de construção mais recente já permitiu que o seu traçado fosse antecedido de estudos de minimização de impacto. Raras são as zonas industriais que desvirtuaram a paisagem. A agricultura foi fortemente mecanizada a partir da segunda metade do século XX, e os seus impactos negativos não podem ser esquecidos, mas a escala da sua industrialização e das alterações da paisagem subsequentes foi mesmo assim inferior à do restante Alentejo. Desta forma, os grandes impactos ocorreram em dois outros planos: a construção de barragens, com regolos de média/grande dimensão, que proliferam em toda a área regional, e a *eucaliptização* que se abateu sobre extensas áreas concelhias em vários espaços, desde a faixa norte de Gavião e Nisa<sup>71</sup> até ao limite sul, onde a Serra d'Ossa ostenta, ainda hoje, as cicatrizes derivadas do plantio indiscriminado desta espécie. Na prática, em escala de incidência sobre o património arqueológico e em área total abrangida, foram estes os dois agentes destruidores e ocultadores que muito condicionam a percepção das redes de povoamento antigas.

O outro aspecto negativo, resultante da progressiva condição periférica que a região hoje ostenta, centra-se na recessão demográfica. Cada vez mais se vê menos gente. Com o êxodo rural iniciado nos anos cinquenta, e que continua ininterruptamente até hoje, quebraram-se os vínculos de sucessão geracional, perdeu-se o profundo conhecimento do território e das cargas de conteúdos nele contidas, desperdiçou-se a secular familiaridade com o território. Os campos estão hoje em tão larga medida ao abandono, as propriedades encerradas, o mato crescendo descontroladamente e as casas agrícolas em ruína, desfazendo-se mais a cada estação do ano. As memórias perderam-se e a descodificação dos conteúdos que a paisagem natural e humana contém está hoje a ser remetida para o limbo do esquecimento. Andar no campo, por estes campos, é cada vez mais um passeio pela solidão.

### 1.3. As delimitações administrativas

Não existem dados suficientes para que as fronteiras interiores da província sejam traçadas com rigor, em especial no tocante às delimitações conventuais e das diversas *civitates*. Não existem quaisquer dados epigráficos que nos permitam perceber a existência de *termini*, embora algumas inferências possam ser feitas a partir de indicadores indirectos. De qualquer modo, não é este o local ideal para tentar traçar ao pormenor estas delimitações, não porque me queira eximir à problemática, que penso ser muito relevante para a compreensão dos investimentos e das lógicas de alteração da paisagem humana e construída, mas porque o principal propósito radica na compreensão das redes de povoamento e este tema encontra-se (digamos) a montante dessa problemática.

Todavia, algumas questões subsistem. E apresentá-las pode ajudar à percepção dessa mesma rede de povoamento, pelo que alguns considerandos são necessários.

Começemos por um dado genérico sobre a delimitação administrativa directamente dependente da capital. O dado mais relevante centra-se na conhecida passagem de Frontino

---

<sup>71</sup> Caninas & Henriques, 1995.

que nos refere ser o território directo de *Augusta Emerita* de impressionante amplitude (*magnitudo agrorum*), pois as terras foram atribuídas até à máxima extensão julgada útil (*agri sunt adsignati qua usque tunc solum utile visum est*)<sup>72</sup>. Portanto temos duas realidades: um território de enorme vastidão, desmesurado mesmo, que começou a ser delimitado a partir dos seus limites exteriores, como de resto era prática<sup>73</sup>; e a percepção de que esse imenso espaço era o reflexo do papel civilizador que se esperava que desde o primeiro momento a capital exercesse sobre a envolvente. É indiscutível que a ordem imperial (neste caso, o próprio Octávio Augusto) via em *Augusta Emerita* uma célula activa de romanização a quem competia organizar um território, interagindo com ele. Assim, esta realidade foi criada sob o ponto de vista administrativo, mas sabemos que a *urbs* não foi dotada de suficientes efectivos do ponto de vista humano para realizar a tarefa, pelo que as repartições ficaram sempre mais restringidas ou mesmo despovoadas<sup>74</sup>.

Em relação à fronteira ocidental do termo emeritense, os dados são pouco esclarecedores. Dois indícios existem, todavia: por um lado, os marcos miliários e, por outro, as menções epigráficas da tribo *Papiria*<sup>75</sup>.

Começando por este ponto, temos um relevante conjunto de testemunhos de emeritenses na região: *Sextus Aebutius Rufinus*, com epígrafe encontrada em Veiros (Estremoz)<sup>76</sup>; na mesma freguesia temos *L. Marius Caprarius*, em Herdade da Guardaria<sup>77</sup>; e na zona de Elvas temos *Gaius Julius Gallus*,<sup>78</sup> e *Cornellius Gallus* em Vila Boim. Portanto, os dois primeiros são aqueles que se encontram mais a ocidente, o que tem conduzido a considerar Veiros como o limite da província, hipoteticamente comprovando a referência textual de Urbico<sup>79</sup>. Quanto aos miliários, a recente correcção de propostas anteriores<sup>80</sup>

<sup>72</sup> Sigo de perto Le Roux, 1999: 265; Gorges & Rodríguez Martín, 2000: 136. Para um estudo exaustivo da problemática ver Ariño & Gurt, 1994.

<sup>73</sup> O estado romano criava um *mappa* das circunscrições administrativas, traçando os limites externos das mesmas *ager per extremitatem mensura comprehensus*) como forma de delimitação primordial (Saez Fernández, 2002: 402-403). Como *Augusta Emerita* foi colónia e capital provincial, o seu termo terá sido o primeiro a ser definido, com prioridade sobre todos os outros.

<sup>74</sup> Rodríguez Martín, 1999: 124.

<sup>75</sup> Contra a utilidade deste argumento, sobre o qual levanta objecções, ver Le Roux, 1999: 271 e ss, que prefere referir-se a uma “zona de influência”. Como afirma o autor, um dos nós axiais neste problema de leitura refere-se ao facto de que “nous ignorons ce qu’était le réseau des cités de l’époque julio-claudienne entre Evora, Ammaia et Norba-Mérida” (p. 271), ou seja, esta debilidade da rede urbana não nos permite perceber o “contrebalance” ao peso da capital no território emeritense ocidental.

<sup>76</sup> IRCP n.º 442.

<sup>77</sup> IRCP n.º 461, aqui atribuído a “Herdade da Granaria”.

<sup>78</sup> IRCP n.º 577.

<sup>79</sup> *De controversiis* 44,5, citado em IRCP p. 774, que nos diz que a capital iniciou o povoamento do seu território a partir das suas áreas mais afastadas, um princípio conforme à política augustana (Le Roux, 1999: 265). Nesse caso poderíamos ter em Veiros um núcleo de instalação preferencial de colonos da geração inicial. O processo indicado foi genericamente o utilizado em toda a *Hispania*, com algumas comprovações: “A partir del reconocimiento del territorio de la comunidad indígena, se procedía al acotamiento o medición del mismo, dentro de la posibilidades administrativas que Roma poseía en esta etapa republicana. A nuestro entender, el sistema era el conocido como *ager extremitatem mensura comprehensus* como nos informan los agrimensores. Como su mismo nombre indica, el plano catastral sólo recogía los confines externos sin que en él apareciesen las distintas divisiones interiores. Para la Península Ibérica tenemos una alusión directa para los casos de *Helmantica* y *Pallantia*, indicando Frontino que este sistema se utilizaba cuando se asignaba el *modus universus agri* a la *civitas* o al *populus*. El estado romano establecía una *forma* o *mappa* de esas tierras englobando sólo los límites externos de las mismas, *formae* que en determinados casos serían utilizadas para resolver los problemas de límites de las mismas en relación con otras comunidades vecinas.” (Saez Fernández 2002: 402-403). Ou seja, as linhas eram definidas a partir das delimitações pré-existentes, respeitando-se os costumes e tradições locais. Situação que se conjuga com o que nós conhecemos do investimento civilizador, pois a escolha pela instalação de colonos na periferia dos limites visava fixar estes mesmos limites. Note-se contudo que estas instalações, em zonas menos povoadas e mais inóspitas, poderiam não ser “bolsas de romanização” a tempo inteiro, mas meras residências secundárias, “élevées à leur risques et périls dans une zone réputée dangereuse [...]” (Gorges & Rodríguez Martín, 2000: 138).

permitiu atribuir a Herdade de Alcobaça (Elvas) um marco com indicação relevante, na medida em que apresenta explicitamente a contagem da milha LXV a partir de *Emerita Augusta*. Portanto, este referente viário indica que pelo menos este espaço, quase até ao limite com Monforte, estaria na dependência da capital, como outros autores têm também sugerido<sup>81</sup>. Deste ponto a Veiros distam cerca de dez quilómetros, mas no seguimento da via deixamos de ter mais miliários que nos concedessem indicações.

Note-se, contudo, que o tema se encontra longe de ser consensual. Relembrem-se algumas propostas recentes: Jean-Gérard Gorges e Germán Rodríguez Martín<sup>82</sup> fixaram os limites da *pertica* emeritense em torno da milha XXVIII, entre os miliários da ermida de Bótoa (a *Budua* do Itinerário antoniniano) e o encaixe do Caia<sup>83</sup> no Guadiana, sendo a escolha dos limites feita pelos traçados destes rios e também do Xévor. No entanto, Elvas e Campo Maior estariam ainda dentro do âmbito da capital, o que indica que afinal o limite não seria definido pelos cursos de água<sup>84</sup>. Posteriormente foi alvitada a hipótese de o *territorium* emeritense se circunscrever a limites próximos dos actuais entre Elvas e Badajoz, retirando ainda um espaço no ângulo norte-ocidental da província de Badajoz<sup>85</sup>. Finalmente, a proposta mais recente, de Tomás Cordero Ruiz<sup>86</sup>, volta a situar nos limites fluviais a circunscrição administrativa, contemplando contudo a possibilidade de as pedreiras de Estremoz, Borba e Vila Viçosa, se encontrarem sob uma influência directa emeritense, embora não no seu *ager*.

Todavia, a mais detalhada proposta parece ser a de Vasco Mantas<sup>87</sup> que com base em informações epigráficas, coloca o termo “entre Veiros e S. Pedro de Almor, situando-se perto de Veiros um *trifinium* entre *Ammaia*, *Ebora* e *Emerita*”, sendo que pela ribeira Grande ou de Avis se poderia desenvolver o limite, de acordo, aliás, com proposta anterior<sup>88</sup>. A este respeito relembro que o curso de água era conhecido como “rio Raia” pelas populações locais.

Desta forma, e de acordo com estes indicadores, o termo da capital provincial englobaria uma frente contínua que, em território português, se estenderia desde Elvas até ao limite noroeste do concelho de Estremoz<sup>89</sup>. Um território muito extenso, a menos que o *pagus marmorarius* de Estremoz tivesse uma autonomia própria, embora na vigilância da capital<sup>90</sup>. Para norte, temos um outro indicador viário: os dois marcos miliários de Campo

---

<sup>80</sup> Almeida, Carneiro, Rodríguez Martín & Morgado, 2011. Neste artigo é traçada uma panorâmica geral em relação às questões que envolvem este marco miliário, com bibliografia respectiva. Já Maria José Almeida havia abordado esta situação na sua tese de 2000: 163. Quanto ao miliário, ver IRCP n.º 670.

<sup>81</sup> Alarcão, 1987, p. 77-78; Gorges e Rodríguez Martín, 1999, p. 261-262.

<sup>82</sup> 1999a.

<sup>83</sup> Neste sentido seria muito tentador ver no hidrónimo a evolução do étimo árabe *Gayât*, limite, que poderia ser efectivamente uma confrontação administrativa. A propósito do mencionado em Carvalho, 2007: 117, nota 100.

<sup>84</sup> “La zone Elvas/Campo Maior représenterait grossièrement un cercle de 25km de rayon, soit une superficie d’environ 2.000km<sup>2</sup>, pouvant éventuellement s’ajouter au territoire éméritain” (Gorges & Rodríguez Martín, 1999a: 262, nota 63). Raras vezes um curso de água constitui um limite, como aliás se comprova mais a sul, com a fronteira entre a *Lausitania* e a *Baetica* não sendo plenamente concordante com o traçado do *Anas*.

<sup>85</sup> Ramirez Sádaba, 2004, revendo a sua proposta de 1994. Tal pode obrigar a considerar a existência de um antigo núcleo urbano em Elvas ou nas suas imediações, uma situação nunca devidamente esclarecida pela investigação até ao momento. RP 6/220 propõe para Elvas a existência de um *vicus* na dependência de *Augusta Emerita*.

<sup>86</sup> 2010. O autor realiza também um cuidado balanço historiográfico das diversas propostas até então realizadas (151-160).

<sup>87</sup> 2000: 409.

<sup>88</sup> Plana-Mallart, 1995.

<sup>89</sup> Alarcão, 1999a. Foi esta proposta apresentada em primeiro lugar por José Maria Alvarez Martínez (1988), que propõe a inclusão do anticlinal na área directa de dependência emeritense, dado o seu valor estratégico, pelo que na sua leitura o espaço emeritense iria efectivamente até Veiros.

<sup>90</sup> Apesar do tema ser polémico, e para já só passível de ser esclarecido com novos dados epigráficos, poderia corresponder à *praefectura* ocidental, ainda não localizada, de *Augusta Emerita*. A favor desta proposta está Canto, 1989, e também Gorges & Rodríguez Martín (2005). *Contra* ver Le Roux, 1999, que rejeita esta hipótese, invocando a inexistência de dados epigráficos mais conclusivos e a possibilidade de os marcos

Maior<sup>91</sup> também apresentam a contagem de milhas a partir da capital, e na mesma ordem de ideias, deve ser considerada a inclusão deste espaço no aro emeritense, passando por aqui o limite norocidental.

Temos então um espaço em estudo que parcialmente ficaria inscrito na dependência directa da capital provincial, aqui cabendo nele os actuais concelhos de Campo Maior e de Elvas<sup>92</sup>, e eventualmente contemplando também a gestão das pedreiras de mármore de Estremoz, Borba e Vila Viçosa, embora deste local seja proveniente uma epígrafe de um membro da tribo *Galeria*<sup>93</sup>. Um território vasto e mais amplo para ocidente do que o geralmente considerado, o que confere à capital provincial um espaço não quadrangular, mas descentrado para ocidente.

O termo de *Ammaia*, mais tardio porque apenas de criação flaviana, foi dado a conhecer por Possidónio Laranjo Coelho<sup>94</sup> e foi profundamente tratado por José Fraústio Basso com uma proposta muito convincente<sup>95</sup>, feita a partir da doação de Guindintesta por D. Sancho I (13 de Julho de 1194), que provavelmente seria decalcado sobre os antigos limites de época romana<sup>96</sup>. Teríamos, então, um traçado pelo Vale de Gavião (que seria o termo ocidental com a área de *Aritium Vetus*, provavelmente situada em Alvega<sup>97</sup>), e a partir daí pelo caminho conhecido como *Vereda da Sardinheira*<sup>98</sup> até entrar no espaço actualmente espanhol, onde se estenderia até à foz do rio Salor. Desta forma, uma fatia substancial de território ficaria em espaço actualmente extremo. Mais a sul, confrontaria com o termo emeritense algures a oriente da actual vila de Monforte, na medida em que duas epígrafes deste concelho mencionam cidadãos da tribo *Quirina*<sup>99</sup>, a que surge inscrita na cidade de *Ammaia*. Considerando que para oeste poderíamos ter um limite no actual núcleo urbano de Ponte de Sôr, onde uma inscrição monumental marcaria uma confrontação administrativa<sup>100</sup>, teríamos na área centro-sul um amplo território central que ao tempo poderia ser ocupado quase integralmente por *Ammaia*, que atingiria o território monfortense e talvez a Ribeira Grande. Falta-nos contudo perceber o papel de *Abelterium*, acaso o seu perfil de povoamento fosse compatível com um núcleo urbano de projecção administrativa<sup>101</sup>.

---

miliários apresentarem um referente de contagem feito em função da capital de *conventus* e não do efectivo *ager*.

<sup>91</sup> Carvalho, 1988b e 1988c.

<sup>92</sup> Ressalvando o desconhecimento da eventual existência de um aglomerado urbano sob ou nas imediações da actual cidade de Elvas, como assinala Jorge de Alarcão (RP 6/220), pois efectivamente existe nesta região um vazio de aglomerados de dimensão relevante.

<sup>93</sup> A tribo pertencente à cidade de *Ebora*. Ver IRCP n.º 467.

<sup>94</sup> Coelho 2001, sendo a proposta publicada em 1924.

<sup>95</sup> Basso, 1988.

<sup>96</sup> Para um enquadramento histórico da questão ver o texto de Hermínia Vilar, 1996. Um dado relevante a salientar é o facto de os termos desta doação, e também a da herdade de Açafa, contemplarem territórios a norte do Tejo. Também as circunscrições romanas tinham em geral o entendimento de um rio como um espaço contínuo, pelo que as suas duas margens pertenciam ao mesmo termo (como sucedeu, por exemplo, com o território de *Scallabis*). É portanto plausível que o espaço ammaiese englobasse áreas da margem norte do Tejo.

<sup>97</sup> Casal da Várzea, RP 6/46.

<sup>98</sup> Primeiramente apresentado por Mário Saa no seu Tomo III: 203-275 e revisto em Carneiro, 2008: 91-93. Saa também utilizou a documentação apresentada por Laranjo Coelho, mas a sua correspondência com os topónimos actuais foi muito imperfeita.

<sup>99</sup> IRCP n.º 578 e 595a. Opinião avançada primeiramente em Alarcão, 1985b: 102-103; ver também Guerra, 1995: 24-25; e Alarcão, 1999a: 74.

<sup>100</sup> Sobre a epígrafe ver Silva & Encarnação, 1990. A hipótese de um limite administrativo é lançada por Jorge de Alarcão (2006: 225) nomeando-o como a “extrema oriental do *conventus Scallabitanus*. A abundância de marcos miliários para oriente em contraste com a escassez no sentido escalabitano é outro indicador indirecto, o que leva a crer que o investimento feito no troço viário entre a Ponte de Vila Formosa e a actual Ponte de Sôr foi muito efectivo, possivelmente por parte de alguma magistratura local.

<sup>101</sup> Feita a comprovação toponímica (António & Encarnação, 2009a), talvez o prosseguimento das escavações venha a comprovar esta hipótese, que já havia sido adiantada em RP, visto que existe uma enorme distância entre as *civitates* de *Ebora* e *Ammaia* (Alarcão, 1988b: 29).

Sendo assim, e de algum modo transportando a análise sobre as redes de povoamento, observa-se que as três possíveis circunscrições em confronto – *Abelterium* no centro-sul, *Ammaia* no topo norte e *Augusta Emerita* na franja leste – apresentam distintos padrões na ocupação rural dos seus territórios, o que de algum modo leva a crer na existência de distintos investimentos na organização promovida nesse mesmo entorno. Para o estudo das relações campo-cidade, tal é, evidentemente, muito sugestivo.

## 2. Critérios e metodologias de trabalho no quadro territorial de referência

### 2.1. Problemática geral

A adopção de uma área tão vasta implica necessariamente uma menor atenção aos detalhes. Esta escolha de amplos territórios leva a que seja adoptada uma “perspectiva *macro*”<sup>102</sup>, que conduz a uma análise da rede de povoamento e de ocupação do território em que se possa perder uma fidedignidade interpretativa. Valorizam-se mais os sítios principais, de elevada monumentalidade e que por isso *aparecem* mais no registo de investigadores ou de meros leigos, invertendo-se assim a projectada pirâmide da arquitectura de povoamento em época antiga. Estando a olhar para uma sociedade complexa, onde as formas de ocupar o território são funcionalmente específicas, sectoriais e estratificadas, corremos o risco (aqui assumido) de entender uma rede onde os locais mais amplos surgem primeiro ao olhar, tornando menos fidedigna essa mesma visão, que simultaneamente perde a sua (digamos) leitura multifacetada. Quanto menos conhecido for um território, mais errónea essa visão se torna, porque menos os sítios *de base* aparecem (ou, dito de outra forma, quanto mais intensamente um território for prospectado, mais clara será a noção das diversas categorias de povoamento e da complexidade da ocupação antiga desses territórios). Esbate-se a profundidade transmitida pela existência de diversas categorias funcionais de sítios, porque se privilegiam os principais, criando leituras erróneas sobre a própria sociedade em estudo: em sentido mais abrangente, que não apenas vinculado às redes de povoamento, também posso repetir que “A principal attraction of archaeological data is that unlike written records everybody created them everywhere - rich and poor, literate and illiterate, Roman and barbarian, in town and country.”<sup>103</sup> A título de exemplo, compare-se um caso bem conhecido e palmilhado no terreno, como o de Fronteira, com o concelho vizinho de Alter do Chão, e veja-se a confrontação das redes de povoamento, onde no segundo apenas os sítios mais monumentais aparecem isolados, por contraponto à densidade de pequenos sítios do primeiro.

Esta leitura pode ser aprofundada com uma outra, cuja constatação é, de certo modo, muito perturbante e que se traduz no facto de não sabermos se, nos territórios menos prospectados e conhecidos, os sítios valorizados como *mais importantes* ou *mais monumentais* seriam, na época em estudo, os pontos de povoamento centrais ou articuladores das redes de povoamento. Nem sempre os sítios mais visíveis eram os mais relevantes na altura; e inversamente, ainda hoje muitos sítios então visíveis permanecem hoje *invisíveis*, passe o paradoxo<sup>104</sup>. Um caso emblemático: o exemplo de Mosteiros, no Crato. Um local unicamente mencionado por Mário Saa, em descrição que poderia ser tomada por mais uma das extremas adjectivações do autor<sup>105</sup>. Talvez por este facto (a *proveniência da informação*) o sítio de Mosteiros não mais tenha sido mencionado na bibliografia arqueológica, caindo assim o manto de silêncio sobre um dos mais relevantes sítios – em área ocupada e em abundância de elementos à superfície – do distrito de Portalegre. Outro

<sup>102</sup> Fabião, 1998: 123.

<sup>103</sup> Barker & Lloyd, 1991: 1.

<sup>104</sup> Situação acrescida quando lidamos com realidades históricas (intrinsecamente diferentes das pré-históricas, onde o conceito de *visibilidade* é diferente), que induzem no prospectador a perspectiva de existência de uma relação directa entre “monumentalidade” e “relevância”, o que não é necessariamente correcto. Sobre as problemáticas de actuação em paisagens históricas ver em especial Aston, 1985.

<sup>105</sup> “É difícil achar em qualquer outro ponto do país um tal alfobre de material romano [...]” em Saa, 1967: 89. Ver ficha de sítio respectiva no concelho do Crato, nº 29.

exemplo que pode ser invocado é o da recente identificação da Horta de Fraguil em Alpalhão, com os seus hectares de extensão e o impressionante *tapete de cerâmica* de um sítio que permaneceu até tempos actuais na obscuridade. O que leva à óbvia pergunta: quantos mais sítios monumentais – e centrais – estão ainda ocultos no subsolo do Alto Alentejo? Veja-se o que não conhecemos sobre as *mansiones* do *Itinerário de Antonino* que se implantariam nesta zona, para se comprovar o grau de desconhecimentos que ainda subsiste.

Temos, portanto, um duplo vector de condicionantes: como saber se os sítios mais visíveis seriam os de conteúdos mais relevantes (os *centros de poder*) na época em causa; e ter também presente a noção de que outros sítios tão ou mais visíveis/relevantes ainda estão por conhecer, dada a deficiente e desigual investigação arqueológica a nível regional.

Por outro lado, pode colocar-se a questão da fidedignidade dos trabalhos de campo já realizados. E aqui pode ser convocado o exemplo do concelho de Fronteira. Note-se que, em face de um terreno intensamente prospectado ao longo de quatro anos, com duas publicações com pretensões de exaustividade, nas prospecções entretanto realizadas (já de forma aleatória e sem propósitos intensivos) foram encontrados mais alguns sítios a acrescentar ao quadro conhecido. Ou seja, o *retrato* fronteirense tirado em 2004 e 2005 já sofreu actualizações, mostrando o quão enganador é o conceito de *Carta Arqueológica*, que na verdade deveria ser encarado como um *ponto da situação* e nunca como uma *súmula definitiva* de tudo o que existe<sup>106</sup>. Então, o desejável é que se crie uma *sedimentação* da informação, alimentada por vários e distintos olhares, com sensibilidades específicas, que vão lentamente construindo uma informação cada vez mais fidedigna, afinada e, ela própria, evolutiva. A paisagem muda, os sítios arqueológicos mudam, o olhar dos investigadores muda, assim como mudam as épocas em que trabalham e os métodos à disposição<sup>107</sup>, e é saudável perceber isso mesmo, o que nem sempre resulta claro na bibliografia arqueológica portuguesa, na qual o conceito de *carta arqueológica* continua a ser visto como algo que nos *desobriga* de voltar ao campo, como se fosse um retrato final e imutável. Também aqui se vê como a ausência de uma tradição de investigação de campo na Arqueologia portuguesa é um fardo pesado e que, para esta área em concreto, se faz sentir de forma brutal.

O presente estudo pretende ser, portanto, o retrato de uma época. Não da época romana ou tardo-antiga, mas dos inícios do terceiro milénio d.C.; de um momento da paisagem do Alto Alentejo, onde os testemunhos de uma época anterior ainda sobrevivem, em muitos casos esquecidos, e em outros ainda por descobrir, mas também onde tantos (incluindo de centralidade?) se perderam irremediavelmente. Assumir as limitações da análise, do que não se sabe é, do meu ponto de vista, salutar. Não deve, por isso, ser encarado como um retrato final, mas também não como um mero esboço. Pretendeu ser sistemático na reunião da informação conhecida e ambicioso na tentativa de angariação de novos dados. É uma análise de síntese de conhecimentos, que reúne, verbaliza e reflecte sobre o que se conhece. O que foi possível registar entre 2007 e 2011 d.C.

Um caso exemplificativo. Os alicerces fundamentais do presente estudo assentam em dois vectores. Por um lado, a informação produzida por outros autores e que agora se apresenta, pela primeira vez, compilada de forma sistemática (mas seguramente não exaustiva, pois outros sítios existirão, unicamente registados em documentos não publicados, obras de difícil acesso, páginas ignoradas da imprensa regional ou manuscritos guardados em arquivos locais e que, por isso, escaparam ao olhar). E por outro lado, os

---

<sup>106</sup> A este respeito, ver a introdução de Carlos Fabião em Carneiro, 2005.

<sup>107</sup> Greene (1986: 100) invoca um exemplo muito interessante relativo a prospecções no território grego que permitiram identificar até dez vezes mais sítios do que os reconhecidos até 1970. Não porque as aptidões dos prospectores tivessem mudado, apenas a postura metodológica, pois “the major difference is that the more recent surveys have tended to examine smaller areas in greater detail.” No âmbito regional temos o caso de Marvão, em que Afonso do Paço fez um primeiro levantamento (1950 e 1953) muito aprofundado com o trabalho recente de Oliveira, Pereira & Parreira (2007).

trabalhos de terreno feitos em busca dos sítios mencionados, e que, pontualmente, permitiram a identificação de outros lugares, considerados como inéditos.

Ora esta estratégia implica várias condicionantes, sempre tomadas em consideração. A mais decisiva será o facto de se lidar com *impressões de superfície*, pois é muito escassa a percentagem de sítios arqueológicos que beneficiaram de escavações arqueológicas (ou, para usar uma dose de ironia, *sofreram* escavações arqueológicas...); e desse universo mínimo, ainda mais residual, os que foram devidamente publicados e dados a conhecer.

O facto de lidarmos com vestígios de superfície implica um feixe de elementos que não podem ser negligenciados, pois funcionam como distorções na análise. O mais decisivo é porventura aquele que se reflecte no resultado final: no limite, temos um conjunto de pontos cartografados no mapa. A plasmação destes pontos no mesmo suporte induz imediatamente a ideia de que a presumida rede de sítios em algum momento funcionou em simultâneo. E tal está longe de ser um facto, uma vez que sobre uma esmagadora maioria de locais não existe qualquer indicador cronológico fidedigno ou, quando existe, não se pode considerar como representativo, porque testemunha apenas *material datante encontrado à superfície*. Frequentemente as leituras entusiasmadas de vários investigadores esquecem que os materiais de superfície representam uma complexa variação de factores pós-deposicionais, que influem de modo diferenciado em cada sítio arqueológico, para mais em paisagem tão diversa como a do Alto Alentejo, e mais ainda em sociedades tão complexas como a romana, que produziu sítios igualmente complexos, muitos deles com continuidades posteriores e, ao longo da diacronia, com diferentes densidades de material produzido e à superfície. Em última análise, a busca pela visibilidade de superfície induz em outro erro, que se traduz na ignorância da *invisibilidade dos registos de superfície*: não será a rarefacção de pontos de povoamento em concelhos como Nisa, Gavião e Ponte de Sôr também devida à utilização de matérias-primas localmente disponíveis, mas que rapidamente desaparecem sem deixar marcas, como as taipas, adobes e alvenarias com seixos de rio e argilas? Se privilegiamos o silhar de granito como marca da romanidade monumental, que registar em locais onde as soluções construtivas poderiam ser outras, ditadas pela ausência de matérias-primas na envolvente? Em locais com uma cultura material erosionável, que desaparece sem deixar marcas à superfície, o que fica?

E em última análise, o que nos dizem os materiais de superfície sobre as complexas realidades sociais, demográficas, culturais, políticas e económicas de um momento tão evolutivo quanto este? O que significa catalogar um sítio como *villa* em função do registo de superfície (ou, em sentido inverso, o registo de superfície conceder-nos informações contraditórias com as nossas tipologias de referência)? O que nos diz o acumular de pontos no mesmo suporte cartográfico? Ou seja, como se obtém o registo qualitativo a partir de uma investigação baseada em suportes tão frágeis e lacunares como as *visitas a sítios* ou em *prospecções errantes*, efectuadas uma única vez e fortemente condicionadas pela época do ano, luminosidade, uso do solo, visibilidade e um largo etc.? Mas por outro lado – contraste total –, por vezes uma prospecção feita em condições óptimas permite-nos perceber melhor um local do que outros que inclusivamente foram escavados, mas cujos registos são lacunares, as plantas inexistentes, os materiais esquecidos... Portanto, os níveis de percepção de análise são muito diferenciados, flutuantes, e a impressão que fica é muito... incómoda. De qualquer modo, sempre que foram encontrados materiais datantes à superfície estes são mencionados nas respectivas fichas de sítio, por se considerar que constituem um indicador (não mais do que isso) sobre a vivência dos próprios sítios. Tal como os materiais de superfície não devem ser sobrevalorizados, também em caso algum devem ser ignorados, pelo que a sua anotação é imprescindível. Mas não se encontrarão por aqui descrições de materiais ou o seu registo gráfico. O foco da análise, o cerne da leitura centra-se nos sítios, em cada um deles e na sua estruturação formando redes de povoamento.

Existem severas condicionantes nas bases informativas, quer na *sedimentação* da informação produzida, quer nas impressões de terreno. Portanto, as leituras que aqui se

ensaia são condicionadas por complexos problemas de análise. Assim, o registo adoptado é muitas vezes *impressionista*, tendo deliberadamente optado por este tom em lugar de uma postura mais objectiva (ou científica, ou padronizada, ou asséptica) para que nunca deixe de estar presente este conjunto de condicionantes de base e não induza em erro o leitor, concedendo uma carga de objectividades que efectivamente é residual. As “leituras espaciais” são sempre muito tentadoras, em especial com a parafernália de vectores de análise que a *New Archaeology* foi importando de áreas disciplinares similares, e ultimamente potenciados pela utilização de Sistemas de Informação Geográfica. Mas todo este conjunto de ferramentas muitas vezes iludem a precariedade da base informativa de trabalho, ou então criam outra condicionante, a de olharmos para o tecido do povoamento como se este fosse um todo standardizado, repetitivo e formatado de modo objectivável e preditivo. O que, para o período em causa, é manifestamente perigoso<sup>108</sup>. Por outro lado, também o relativismo e a ausência de novas propostas derivadas da pós-modernidade resultam estereis na assumpção dos modos de superação das crises epistemológicas. Portanto, o trabalho de campo, a leitura do terreno, com todos os excessos empiristas e hiper-subjectivos que podem desencadear, continuam por mim a ser encarados como a melhor forma de ler o espaço e conhecer as gentes que o habitaram.

## 2.2. Critérios de reunião da informação

A investigação arqueológica sobre o povoamento rural de época romana apresenta uma longa tradição e uma consolidada experiência de terreno. Não sendo este o local para efectuar uma análise mais profunda sobre alguns dos principais marcos historiográficos<sup>109</sup>, destaco contudo uma ideia fundamental que recolho da leitura da bibliografia consultada: mais do que as características intrínsecas da rede de povoamento ou dos quadros paisagísticos da época ou actuais, ou sequer da logística e dos meios à disposição, a determinação dos resultados depende sempre de adequados e coerentes princípios metodológicos e da sua aplicação concreta, ou seja, da postura e do respeito do investigador perante esse quadro referencial.

O presente estudo seguiu uma linha pouco ortodoxa. As prospecções não foram sistemáticas, as descrições de terreno são assumidamente mais descritivas do que objectivas, ou os desequilíbrios de conhecimentos revelaram-se intransponíveis. No entanto, desde o primeiro momento um compromisso foi adoptado: o de sobre a área geográfica de referência procurar reunir todos os dados que fosse possível congregar. A sistematicidade do quadro informativo de partida (que naturalmente nunca esteve fechado, mas em ampliação constante) foi portanto um *imperativo ético*.

Este propósito de congregar toda a informação existente exigiu uma atenção dedicada à análise das diversas fontes e suportes que pudessem libertar esses mesmos dados. Dada a experiência anterior já detida em investigação sobre um território concreto<sup>110</sup>, adoptaram-se os mesmos referenciais, com as necessárias cambiantes:

### 1. Inventários de informação:

1.1. Planos Directores Municipais (PDM). É de realçar o desequilíbrio desta fonte. A generalidade dos PDM existentes para a área em estudo continua a ser de primeira geração, em que o recurso a arqueólogos para a sua realização não foi obrigatória e, por isso, resultou esporádica. A heterogeneidade é notória: alguns apresentam uma mera sinalização cartográfica, sem conteúdos ou descrição, muitas vezes referente apenas aos sítios classificados (como sucede no caso de Fronteira); em outros, o PDM assume um tentame de carta arqueológica, com informação mais coerente, organizada e tratada por alguém com conhecimentos sobre a área. A única vez em que a elaboração de um PDM envolveu

<sup>108</sup> Tive ensejo de tratar este tema em ensaio recente: Carneiro, *Poder e Território*.

<sup>109</sup> Embora já algo datada face aos desenvolvimentos recentes, consulte-se mesmo assim a súmula bibliográfica para os campos hispano-romanos em Gorges, 1992.

<sup>110</sup> Carneiro, 2005.



trabalhos de campo efectuados por um arqueólogo foi o caso de Sousel, cuja escassa duração se reflectiu no reduzido número de sítios encontrados.

1.2. *Processos de sítios e Endovelico*. Os alfbres documentais depositados na Direcção Geral de Cultura do Alentejo em Évora e no Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR) em Lisboa revelaram muitos relatórios de trabalhos arqueológicos não publicados e numerosa informação contida em correspondência institucional.

Quanto ao inventário nacional de sítios arqueológicos<sup>111</sup>, reflecte necessariamente as já mencionadas desproporções informativas, pelo que se torna redundante reforçar o tema. Mas parece-me muito relevante deixar o mais fiável indicador de aferição, o número de sítios constantes da base de dados geral que encontramos para cada concelho. Assim, temos<sup>112</sup>:

***Endovelico: número de entradas de sítios arqueológicos por concelho***

Concelho	Nº referências
Alter do Chão	76
Arronches	43
Avis	121
Borba	47
Campo Maior	48
Castelo de Vide	113
Crato	115
Elvas	164
Estremoz	162
Fronteira	205
Gavião <sup>113</sup>	39
Marvão	232
Monforte	357
Nisa	205
Ponte de Sôr	203
Portalegre	40
Sousel	14
Vila Viçosa	27

## *2. Informação publicada:*

2.1. *Bibliografia*. Levantamento exaustivo que permitiu conferir os diversos suportes informativos existentes. Ao contrário do ponto anterior, aqui foi possível manusear os diversos desequilíbrios existentes, que de certo modo podem ser complementares ou funcionar em diversos patamares de informação. Quero com isto dizer que é necessariamente diferente o feixe de conteúdos que se extrai de uma tese de mestrado ou de uma monografia local; mas em ambos encontramos matéria informativa para ser trabalhada. Portanto, aqui foram considerados os diversos elementos deste universo como estudos gerais, estudos específicos, estudos em âmbito académico, estudos monográficos locais, inventários temáticos, referências dispersas, etc.

<sup>111</sup> <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/arqueologico-endovelico/>

<sup>112</sup> Consulta final, revendo as anteriores, feita entre Janeiro e Fevereiro de 2011. Foram consideradas todas as entradas resultantes da busca por concelho, sem discriminação de se tratarem de realidades urbanas ou rurais. Como se torna evidente pelas indicações do Código Nacional de Sítios (CNS) constantes do volume de sítios, a base de dados apresenta erros na localização por concelho, pois em várias situações os sítios arqueológicos apresentam deficiências de registo, seja por inclusão, seja por exclusão. No primeiro exemplo, alguns concelhos incluem sítios de outras realidades geográficas, como o concelho de Sousel, que regista um menir (Vale de Besteiros) na realidade localizado em Portel. No segundo caso, temos o exemplo do concelho de Fronteira, que na Carta Arqueológica publicada (Carneiro, 2005) e no projecto de investigação objecto de relatório entregue à tutela (Projecto LACF aprovado pelo IPA no quadro do PNTA-2000 e terminado em 2005) registou 222 sítios, mas que no *Endovelico* apenas inclui 204 entradas, vistos que alguns locais estão dados como pertencentes ao vizinho concelho de Monforte.

<sup>113</sup> Inclui a freguesia de Belver.

2.2. Imprensa regional. Não existindo um periódico de referência durável no tempo nem de temática mais específica, foram consultados títulos como *Brados do Alentejo*, *O Elvense* e *O Distrito de Portalegre*. Todavia, o universo da imprensa regional é dificilmente controlável a esta escala, pelo que muitos periódicos não foram considerados, em especial os de âmbito concelhio, que por certo poderão conter informações relevantes.

2.3. Fundos documentais. Alguns fundos informativos que serão especialmente relevantes estão ainda por tratar. Refiro-me, por exemplo, às documentações eclesiásticas ou aos arquivos municipais que apresentam um tremendo potencial para o conhecimento da paisagem antiga, não tanto no que toca ao específico património romano, mas a dados que podem ser lidos em perspectiva diacrónica: as confrontações administrativas ou os caminhos públicos, por exemplo, são muitas vezes decalcados sobre elementos patrimoniais de época romana. Mesmo assim, foram consultadas as *Memórias Paroquiais* parcialmente disponibilizadas ao público na Internet<sup>114</sup>. Todavia, alguns recursos específicos puderam ser acedidos: o excepcional fundo de Victorino d'Almada, guardado no Arquivo Municipal de Elvas. O epistolário de José Leite de Vasconcellos, em depósito no Museu Nacional de Arqueologia, para o qual foram escolhidos todos os remetentes enviados a partir de localidades situadas nos dezoito concelhos da área considerada (logo, não excluindo a existência de outros da zona mas que tenham escrito a partir de outras direcções), cujas referências e epístolas foram exaustivamente lidas; a documentação de Mário Saa, que se encontra em depósito na Fundação Arquivo Paes Telles em Ervedal, foi também analisada.

2.4. Cartografia. Foram analisados os suportes relativos às Cartas Militares 1: 25000 e às Cartas Geológicas 1: 50000. Em alguns casos concelhios – não em todos, por dificuldade de acesso à informação –, foram analisadas as Cartas Cadastrais 1: 5000 que contêm preciosos micro-topónimos de interesse arqueológico. Desta vez, e unicamente por constrangimentos logísticos, não pude estudar os ortofotomapas existentes no Instituto Português de Cartografia e Cadastro (escala 1:15000), embora o *Google Earth*<sup>115</sup> tenha sido uma preciosa ferramenta. Para a cartografia antiga foram de especial utilidade os conteúdos disponibilizados pela Biblioteca Nacional Digital<sup>116</sup>.

2.5. Toponímia e elementos auxiliares. Em todos os suportes consultados foram reunidos os topónimos considerados de interesse arqueológico ou de especial conteúdo relevante<sup>117</sup>. Foram assinalados ou realçados na cartografia, e no terreno foi tentada a sua confirmação ou indagação de origem. Elementos de indicação paleo-económica, como menções a metais, minerais ou recursos aquíferos foram também considerados. Toda a hagiotoponímia foi registada, bem como os conteúdos de carácter simbólico (as “fontes santas”, por exemplo). Em toda a informação consultada, mas em especial nas monografias locais, foram anotados conteúdos sobre lendas e tradições que pudessem testemunhar memórias de algum modo relacionadas com elementos do património arqueológico da época em estudo.

2.6. Documentação de planeamento regional. Por consulta directa nos dezoito municípios da área abrangida foram analisados todos os documentos elaborados em âmbito de ordenamento do território: Planos Directores Municipais de todos os concelhos, numerosos Planos de Pormenor, Cartas Arqueológicas ou levantamentos de património concelhio, muitas vezes em âmbito mais alargado do que o estritamente arqueológico. Em todos os municípios, a documentação foi consultada nos serviços técnicos ou na biblioteca municipal respectiva.

---

<sup>114</sup> <http://portugal1758.di.uevora.pt/> Tive acesso a todas as Memórias Paroquiais da área em estudo graças ao empenho do Dr. Francisco Segurado, a quem muito agradeço, que me facultou a documentação já transcrita.

<sup>115</sup> <http://earth.google.com/intl/pt/>

<sup>116</sup> <http://purl.pt/index/geral/PT/index.html>

<sup>117</sup> Entre as bases de análise para destrição de topónimos temos pistas lançadas por investigadores como J.-G. Gorges (1979: 86).

2.7. Fundos locais. Nas dezoito bibliotecas municipais foram consultados os documentos conservados respeitantes a cada concelho. Nessas secções guardam-se acervos informativos de variada índole, como notícias de jornais, trabalhos especializados, relatórios, trabalhos académicos ou escolares, imprensa local, etc.

### 2.3. Critérios de prospecção e metodologia de campo

Tratar uma região tão vasta implica um conjunto de condicionantes relativos ao trabalho de campo.

Em anteriores estudos<sup>118</sup>, havia adoptado o critério da prospecção intensiva sobre um território. Do ponto de vista teórico, é esta a abordagem metodológica mais correcta em termos de análise de território, distanciando-me de posturas que privilegiam as amostragens, os critérios probabilísticos ou quantitativos, entre outras fórmulas. Todavia, no referido projecto foi possível determinar que, em cinco anos de duração, com uma intensidade média de trabalhos de campo de dois meses ao longo de cada ano, apenas um terço da área total dos 245,2 km<sup>2</sup> do concelho de Fronteira havia sido percorrida. Uma fracção do território, portanto, o que necessariamente criava severas limitações à análise.

Tal como nesse projecto foi efectuado<sup>119</sup>, a opção rapidamente passou a ser a de encarar o território como um todo, mas tratando-o de forma particularizada, elegendo para prospecções territórios diferenciados, mas ilustrativos do que poderia ser o âmbito geral. Ou seja, perante a possibilidade de se tratar um espaço limitado e circunscrito administrativamente, a opção passou por definir espaços sectoriais que poderiam ser trabalhados com profundidade mediante prospecções intensivas. A junção desses diversos espaços, cumulativamente ao longo do processo, permitiria ganhar uma noção concreta do território, sempre tendo a noção de que a cobertura da superfície total seria inatingível, mas com a segurança que advinha do facto de se perceber profundamente cada um dos espaços que iam sendo prospectados. Ao invés de uma *manta de retalhos* procurar-se-ia conseguir a profundidade sectorial unida pela síntese global.

Depois, e de acordo com as possibilidades humanas e logísticas, a opção passou por realizar prospecções intensivas,<sup>120</sup> com malhas variáveis mas apertadas (em “pente”, com cinco ou dez metros de separação entre cada prospector), ao longo da maior distância que fosse possível percorrer e privilegiando as condições de visibilidade óptimas (terrenos lavrados ou com pouca vegetação). Critérios estritos, uniformes e sistemáticos.

Estes foram os princípios aplicados a um concelho concreto, espacialmente delimitado, relativamente restrito e onde se pôde trabalhar a tempo inteiro.

O que fazer, no entanto, com um território tão vasto, desigual e onde as condições logísticas e humanas eram infinitamente inferiores? Um espaço tão extenso, com informação tão desequilibrada e em diferentes estados de elaboração? Como gerir um projecto para o qual nunca houve dedicação exclusiva, visto que houve sempre a necessidade de compatibilizar a sua execução com as solicitações da vida profissional?

A opção passou, desde o primeiro momento, por assumir que não iriam ser feitas prospecções intensivas ou sistemáticas. A intenção nunca passou por visitar todos os sítios ou por percorrer intensivamente áreas novas. A consciência das limitações que enquadraram este projecto foi assumida desde o momento inicial. Desta forma, os trabalhos de campo nortearam-se por uma postura muito específica. A filosofia de trabalho não prescindiu em algum momento do máximo rigor, mas foi claramente assumido que este seria um projecto de visitas a sítios para confirmação e recolha de informação. Nem

<sup>118</sup> Carneiro, 2004 e Carneiro 2005, em cuja linha programática o primeiro se inseria.

<sup>119</sup> 2005: 23-24, “foi claramente definido que a fase inicial dos trabalhos visava sobretudo percorrer o espaço em análise, conhecer e avaliar o todo geral, para depois *partir* o território em espaços mais pequenos, definindo micro-zonas de prospecção preferencial, avaliadas em função de circunstâncias várias, como a topografia, a existência de recursos hídricos, referências antigas, proximidade a pontos de passagem ou vias naturais... No fundo, conhecer o território, ler a paisagem e avaliar o existente.”

<sup>120</sup> Sempre em “field walking”, ou seja, percorrendo os espaços a pé. Utilizo este termo para distingui-lo de outras formas de prospecção, como se depreende em Ferdière, 1999: 9.

sequer se assumiu a palavra *prospecção*, embora ela estivesse sempre presente e fosse aplicada. Quero com isto dizer que este foi um projecto de investigação que, na vertente dos trabalhos de campo, procurou sempre confirmar a informação existente, admitindo todavia, que seria possível e desejável angariar conteúdos inéditos, mas não fazendo deste item uma prioridade. Portanto, a linha axial dos trabalhos passou por visitar sítios referenciados nas diversas fontes informativas, procurando relocalizá-los e confirmar a informação existente: geo-referenciá-los, anotar as condições de implantação no espaço, os recursos disponíveis e as informações de superfície. Não foram feitas prospecções sistemáticas intra-sítio, como ocorreu no projecto de Fronteira. Por este motivo, apresenta-se apenas um código de coordenadas para cada sítio (tiradas do ponto julgado central), em lugar de uma mancha ou de várias, definindo os seus limites.

Portanto, reconfirmar a informação existente através de relocalizações e *visitas* a sítios foi a filosofia permanente de trabalho. Com o decorrer dos trabalhos, iniciou-se a recolha de informações de campo e novas direcções de investigação surgiram: uma referência oral que era imprescindível confirmar; um ponto julgado suspeito na paisagem, na análise cartográfica ou da fotografia aérea; algum recurso específico que era necessário analisar melhor. E então começaram a surgir prospecções localizadas, ou seja, a serem escolhidas áreas e extensões territoriais específicas para a realização de trabalhos com vista à identificação de sítios inéditos<sup>121</sup>. É por este motivo que o presente *corpus* apresenta alguns sítios que se julgam ainda não conhecidos, embora estes sejam uma fracção do todo geral. Tratava-se de informação que deveria obrigatoriamente ser recolhida, embora não fosse uma preocupação a identificação de novos sítios<sup>122</sup>.

Decorrendo naturalmente desta opção começaram a realizar-se, não meras “visitas”, mas casos de prospecção mais direccionada e localizada. E nesse momento assumiu-se pontualmente outra lógica de trabalhos de campo. Como na experiência de Fronteira, em algumas ocasiões os trabalhos de campo orientaram-se pelo que foi então designado de *prospecção intuitiva*, “apontando especificamente para determinados locais julgados mais sugestivos para a implantação humana”<sup>123</sup>, fruto de uma familiaridade que se foi estabelecendo com a paisagem natural e com os padrões de implantação de sítios nesse mesmo quadro ambiental. Neste plano de trabalhos de campo, feito essencialmente com prospecções individuais, onde há maior margem para essa interacção entre a paisagem e o

---

<sup>121</sup> Contudo nunca se tomou a opção adoptada por Pedro Carvalho (2007) de, em face da vastidão da área escolhida, eleger uma unidade específica como “laboratório” para nela realizar prospecções intensivas. No caso, o autor escolheu a zona da Ribeira da Meimóia, com resultados relevantes: “[...] neste contexto e face às limitações de recursos, perguntámo-nos se seria mesmo fundamental (e prioritário) procurar localizar e caracterizar de forma sistemática e com rigor todos os sítios compilados através da pesquisa bibliográfica. Perguntámo-nos também se não seria antes preferível canalizar os meios disponíveis para prospecções de tipo intensivo [...]” (p. 43) [prospecções intensivas] “[...] a adopção desta metodologia de prospecção no vale da Ribeira da Meimóia permitiu aumentar em muito o número de sítios já conhecidos na área percorrida e, sobretudo, possibilitou a descoberta de sítios revelados à superfície por pequenas manchas de materiais. Assim, foi possível identificar 77 sítios de época romana, podendo ser considerados inéditos 58 (75%), correspondendo a maioria dos sítios cartografados (58%) a lugares com áreas máximas de dispersão de materiais iguais ou inferiores a 600m<sup>2</sup>.” (p. 45). No caso do projecto no Alto Alentejo, optei sempre por realizar pequenas prospecções intensivas em zonas muito distantes entre si e de forma pontual, pois assumi sempre a perspectiva *macro* no tratamento do território, sem privilegiar qualquer sub-unidade por mais coerente ou tentadora que fosse. Para além desse facto, a diversidade de paisagens da área de referência impediu que uma zona em concreto fosse eleita como uma unidade específica que de algum modo representasse o todo. No entanto, em projectos futuros e com outra profundidade de análise considero a possibilidade de realizar trabalhos deste género como forma de teste aos enunciados do presente estudo.

<sup>122</sup> Exceptua-se naturalmente o caso dos sítios no concelho de Sousel, cuja identificação foi realizada no quadro do projecto paralelo da carta arqueológica concelhia onde foram feitas numerosas prospecções intensivas. Em Fronteira os trabalhos de campo foram feitos em momento anterior (Carneiro, 2004 e 2005) mas a área do concelho ficou longe de estar integralmente batida, pelo que agora foram feitos trabalhos pontuais.

<sup>123</sup> Carneiro, 2004: 36.

prospector<sup>124</sup>, foram frequentemente escolhidos ambientes julgados mais favoráveis para a existência de um ponto de povoamento em época anterior. Isto porque efectivamente se fixam na memória quadros paisagísticos onde, de algum modo, julgamos reconhecer um padrão de implantação que se repete em ambientes semelhantes<sup>125</sup>. Vários sítios inéditos foram localizados assim, bem como outros foram relocados: olhando para determinado lugar e julgando ver nele as condições ideais para a existência de um sítio. Esta estratégia, muito adequada quando não existem grandes condições humanas ou logísticas para trabalhos intensivos, maximiza tempo e esforços, mas exige uma familiaridade com a paisagem ou o conhecimento das redes de povoamento que nem sempre é possível repetir. Todavia, em muitos casos foi esta a estratégia adoptada: percorrer o terreno em viatura, reconhecer pontos de implantação julgados mais propícios e direccionar o esforço de prospecção a pé para essas áreas concretas. Apesar das tentações empiristas que esta estratégia traz consigo, considerou-se ser o melhor meio de lidar com um território tão vasto, construindo um ponto de partida fulcral para o conhecimento das lógicas de ocupação na paisagem.

Esta opção comporta, contudo, um outro perigo, que só as prospecções sistemáticas permitem eliminar: muitos sítios existem que não se adequam ao padrão, ou seja, implantam-se em locais fora da norma habitual. Ainda nas prospecções da *Carta Arqueológica de Fronteira* foram encontradas várias situações deste tipo, com uma grande heterogeneidade nos padrões de implantação (como por exemplo nos monumentos megalíticos, onde existia uma enorme variabilidade, desde os topos de elevações até aos vales em leito de cheia). Para um projecto sincrónico como este o risco tornava-se portanto considerável, pois não era possível realizar prospecções sistemáticas. A tal acrescia ainda um outro factor de ponderação, tendo em conta a especificidade cronológica: o facto de lidarmos com uma realidade – a *paisagem romana* –, que no período em questão apresenta um conjunto de recomendações, normas e situações descritas na própria literatura que nos foi deixada. Este facto tem contaminado a investigação arqueológica de campo<sup>126</sup>. Porque muitas vezes nos trabalhos de terreno não sistemáticos, se os sítios correspondiam aos critérios gerais definidos nos textos (meia-encosta com boa exposição solar, proximidade de recursos hídricos e solos de aptidão elevada, ampla visibilidade envolvente, protecção dos ventos de norte, procurando a *amoenitas* tão exaltada...), confirmava-se a ideia pré-concebida e dispensava-se o investigador de procurar outras implantações que fugissem à norma, pelo que outros sítios ficavam por detectar<sup>127</sup>. Assim criava-se um vício circular na detecção das realidades de terreno cruzadas com a base informativa textual.

Todavia, e apesar dos constrangimentos e opções metodológicas já enunciadas, a experiência anterior de prospecção intensiva entretanto adquirida foi decisiva na adopção de uma postura mais cautelosa. Inicialmente com o já referido projecto da Carta Arqueológica de Fronteira, e mais tarde, já neste âmbito, com o paralelo projecto da Carta Arqueológica de Sousel, foram lançados os pressupostos metodológicos, afinados com a experiência de campo. Percorrer intensivamente os campos, ler a paisagem, identificar diferentes modelos diacrónicos e sincrónicos de implantação e de estruturação das redes de

---

<sup>124</sup> Embora apresentando severas condicionantes e mesmo perigos físicos, a prospecção individual apresenta vantagens em diversos níveis, incluindo a constância de resultados: “Os trabalhos feitos por um único prospector procuravam ter um critério o mais uniforme possível, já que a leitura arqueológica da paisagem era sempre feita pelo mesmo par de olhos.” (Bernardes, 2007: 15).

<sup>125</sup> “A paisagem deixou de ser um suporte e ganhou um estatuto de importância igual à dos sítios. Na paisagem assim valorizada, o achado de novos sítios não representa a utilização de nenhuma metodologia em particular, apenas traduz um trabalho insistente e a manutenção activa de um conhecimento acumulado que se pode traduzir por uma despretenhosa intuição.” (Lopes, 2003: 46).

<sup>126</sup> Carneiro, *Poder & Território*.

<sup>127</sup> Como afirma Alain Ferdière (1998: 17-18), é um princípio que se deve prospectar sem ideias pré-concebidas, mas isso é quase impossível em absoluto. Em caso de prospecções temáticas, como as do presente projecto, a situação aumenta, pois deve-se estar atento a “tout et rien”, como afirma o autor, ou seja, ter a mente e o olhar disponíveis para todas as realidades.

povoamento foi essencial para perceber as lógicas sistémicas antigas. Assim percebemos que existem sítios que fogem à norma, o que na prospecção direccionada não surge como evidente. E, sobretudo, nunca se deve facilitar, pois deve sempre ser feita a prospecção que procura pontos de implantação fora do padrão habitual, precisamente para procurar colmatar as *distorções por simpatia* já referidas. Todavia, é certo que em certas paisagens, diferenciadas e menos familiares, o critério da prospecção intuitiva funciona menos bem. Casos concretos: em panoramas de terraços fluviais de solos arenosos, como em Gavião ou Ponte de Sôr, ou de montanha, como na Serra de São Mamede, é mais difícil criar essa indispensável familiaridade com o terreno, que de facto custa a construir. Existe, portanto, uma *paisagem mental* que condiciona cognitivamente o investigador. Deste modo, o que há a fazer é, uma vez no terreno, colmatar os pré-conceitos com uma postura de terreno que acaba por ser, afinal, eivada de propósitos de sistematicidade, e que no fundo é imprescindível assumir. Entre outros motivos, porque a área aqui considerada é em geral muito propícia aos preceitos contidos nos textos clássicos.

Trata-se de uma paisagem amena, suave, e onde não é difícil eleger um ponto de implantação que de alguma forma reúna as recomendações genéricas para as construções em meio rural. Também há que ter em conta o facto de se tratar de uma paisagem muito aberta, ampla, onde as propriedades atingem facilmente as centenas de hectares, e em que as discontinuidades ou barreiras físicas são escassas. Portanto, muitas vezes para a identificação de um sítio foi necessário voltar várias vezes ao terreno e adoptar uma metodologia sistemática. Relembro o caso de Mosteiros, em Crato, um dos locais com maior exuberância, monumentalidade e extensão de vestígios à superfície, conforme aliás com a referência bibliográfica de partida<sup>128</sup>, mas que apenas foi identificado após três descontínuos dias de prospecção. Um local com uma área estimada de dois hectares de extensão apenas localizado com recurso à insistência, ao regressar ao terreno partindo do ponto anteriormente deixado. Este facto ajuda a explicar a razão pela qual tantos locais tenham afinal ficado por identificar: em muitos espaços a paisagem é desafogada, de amplos horizontes, e apenas com sucessivas prospecções e batidas de campo se obterão resultados. Como se compreende, em muitas situações não foi possível regressar, ou sequer começar, pelo que muitos dos sítios referenciados em bibliografia estão por certo a aguardar o olhar de um outro investigador. E em outros casos a visita decorreu em momentos que estão longe de serem os ideais, como no fim da Primavera, em que o volume de vegetação oculta por completo a maioria das evidências de superfície<sup>129</sup>. Neste sentido, registo ainda que o trabalho de prospecção exige no terreno, mais do que uma estratégia definida para os diversos momentos das batidas de terreno, diversas estratégias passíveis de serem aplicadas em cada momento: uma flexibilidade prática que, contudo, não pode pôr em causa o rigor metodológico e a coerência de princípios.

No campo, a postura adoptada foi eminentemente descritiva. Embora nos comentários a cada sítio o tom seja mais interpretativo, esta metodologia resulta *a posteriori*, pois no terreno toda a informação recolhida foi registada em caderno de campo e depois vertida para fichas individuais, com parâmetros pré-formatados, em sistema informático de base de dados. Como em anterior trabalho referi, o antiquado conceito de *fóssil director*<sup>130</sup> voltou a ser adoptado, considerando-se a tegula como a evidência de superfície que poderia determinar se um sítio seria ou não de época romana, sem embargo de se poderem ter na

---

<sup>128</sup> Saa, 1967: 76-77 e 89.

<sup>129</sup> Aqui temos outro constrangimento do presente trabalho: as prospecções decorreram durante quatro anos, um lapso de tempo demasiado curto, o que levou a que os trabalhos de campo decorressem em todas as épocas do ano. Portanto, alguns sítios foram visitados em épocas propícias – geralmente o final do Verão e o início do Outono – e outros em fases de visibilidade mais dificultada.

<sup>130</sup> Retomo a definição então enunciada (Carneiro, 2004: 45). “Por estes motivos, para atribuir a cronologia de *época romana* a um sítio identificado foi preciso recorrer a um conceito como o de *fóssil director*, ou seja, um objecto arqueológico que possuía alguma relevância e valor intrínseco seguro do ponto de vista do seu possível momento de fabrico, observado individualmente ou em conjunto com outros materiais arqueológicos visíveis à superfície mas de atribuição menos segura.”

realidade efectuada reutilizações posteriores. Em casos pontuais, contudo, a espessura dos imbrices (maior em época romana) resultou como elemento de valoração na ausência de tegulas.

Todos os elementos de superfície foram registados. As estruturas visíveis foram medidas e descritas (quando tal foi possível e/ou mensurável)<sup>131</sup>, bem como os elementos arquitectónicos que porventura se encontrassem. Nunca foram efectuadas recolhas de materiais, ou seja, em nenhuma circunstância as realidades observadas foram deslocadas do seu contexto original. Reforço ainda que as coordenadas apresentadas são sempre de um ponto julgado central na área de vestígios à superfície – um critério que agora não me parece funcional, preferindo futuramente adoptar o registo em “mancha” de superfície total, muito mais coerente com a realidade de época romana, em que os pontos de povoamento podem ter hectares, ou espalhar-se por núcleos dispersos e, portanto, onde o conceito de “ponto central” se revela manifestamente inapto. Todavia, foi este o critério inicial e assim foi mantido até ao final dos trabalhos por uma questão de coerência.

Em todos os trabalhos de campo realizados houve uma especial preocupação com a recolha de informações orais<sup>132</sup>. Sempre que possível foram colocadas questões sobre antigos achados, sobre topónimos ou sobre lendas ou tradições de modo a procurar reunir feixes de informação directa ou indirecta sobre elementos do património local. Apesar das limitações e perigos desta abordagem, mais do âmbito etnográfico, esta opção revelou-se um precioso alfofre de informação, que em muitos casos permitiu identificar sítios inéditos ou de implantações menos propícias. Um caso, entre outros: o do sítio de Couto Vale (Crato), onde as referências a uma “antiga igreja” levaram à identificação, após dois momentos de prospecção no terreno, da presumível *villa* situada próximo de um leito de cheia e sem grande visibilidade.

Como já foi mencionado, e de acordo com a experiência que foi descrita em anteriores trabalhos monográficos, no regresso do campo todas as informações obtidas foram convertidas em dois tipos de suporte informático: um caderno de campo, impressivo e subjectivo, efectuado em formato *Word*, e um conjunto de ficheiros construídos em bases de dados informáticas em sistema *FileMaker Pro 10 Advanced*, com registos definidos, estereotipados, objectivos e directos. Esta base permitiu gerir uma informação cumulativamente inserida, criando bases de comparação e quantificações imprescindíveis para a análise e gestão de informação.

### **3. O tempo, ou o quadro cronológico de referência**

#### **3.1. O tempo da investigação: uma leitura geral.**

Nos capítulos sectoriais por concelho ensaia-se, para cada caso, uma tentativa de súmula da investigação arqueológica (ou patrimonial, para usar um termo mais neutro, visto que nem sempre os agentes foram arqueólogos) produzida em cada um dos diversos municípios englobados no quadro territorial de referência. Nunca assumindo a preocupação da exaustividade, que também aqui não se adopta, pois o balanço historiográfico da pesquisa alto-alentejana mereceria ser objecto de uma análise própria onde as diversas personalidades e tendências ficassem devidamente compreendidas no seu labor individual e contextos temporais. Aqui procuro antes detectar as grandes linhas da investigação, e os seus principais nomes, por considerar serem estes os feixes de leitura verdadeiramente relevantes, e não tanto o pequeno artigo ou a descoberta fortuita. Sempre

---

<sup>131</sup> Realço contudo que seria necessário realizar levantamentos topográficos e arquitectónicos aos sítios arqueológicos que ainda apresentam estruturas visíveis – e são vários, nesta área regional. Este programa de registo gráfico assume carácter de urgência, pois em vários casos as estruturas estão em iminente risco de colapso.

<sup>132</sup> No seu estudo sobre a Cova da Beira, Pedro Carvalho realça a relevância das informações orais que lhe permitiram identificar 43 sítios arqueológicos. Em seguida afirma também que a deslocação a sítios de implantação de capelas isoladas acrescentou mais 44 sítios ao seu inventário (2007: 43).

em ligação concreta com as realidades do povoamento rural romano, que estão no cerne da perspectiva.

Mais do que o registo sistemático, interessa captar a tendência, a *longa duração* da investigação, para usar um termo braudeliano. Porque não é indiferente tratar um território intensamente investigado e um outro praticamente virgem. Cada investigador, cada estudioso que lança o seu olhar sobre um sítio, cria mais um nível de entendimento, de acréscimo informativo. Nesse sentido pode ser utilizada uma metáfora sobre a *estratigrafia do conhecimento* que se constrói, e que constitui, também, mais um foco de desequilíbrio informativo. É portanto fundamental conhecer o perfil de investigação realizado anteriormente

Para melhor se entender o que nesta região se passou, comece-se por adoptar uma frase de Carlos Fabião aplicada, na essência, a todo o sudoeste peninsular: “Para usar uma expressão arqueológica, podemos dividir os diferentes esforços individuais que se foram desenvolvendo ao longo dos anos em: “recolecção de largo espectro” e “recolecção especializada”<sup>133</sup>. Efectivamente, mais do que outro parâmetro definidor, é este o panorama que se aplica ao Alto Alentejo e em lugar de adoptar uma sequenciação historiográfica, será por aqui que começo.

Olhando para esta área regional concreta, observamos várias tendências da investigação, que podem ser caracterizadas em termos gerais como tendo um investimento descontínuo, com vários picos na produção bibliográfica intercalados com momentos de vazio, motivados por contingências específicas e não necessariamente coincidentes com propósitos científicos ou, sobretudo, com os interesses regionais próprios.

O Alto Alentejo é uma região periférica do todo nacional e nunca conseguiu desenvolver uma tradição de investigação própria e autóctone, ao contrário do sucedido em outras áreas regionais vizinhas. Desta forma, os olhares que sobre este território foram lançados resultaram de agentes exteriores, que muitas vezes não estavam interessados nas verdadeiras necessidades locais ou no conhecimento e potenciação dos recursos endógenos. Este facto é visível sobretudo nas escavações arqueológicas feitas na região: os sítios de época romana que foram escavados de forma mais intensa, como as *villae* de Torre de Palma e de Santa Vitória do Ameixial, resultaram de descobertas casuais a que se seguiu o envio de funcionários do actual Museu Nacional de Arqueologia, para onde foram recolhidos os materiais e a informação, sem que de tal resultasse, quer uma divulgação programada dessa mesma informação, quer uma mais-valia para a comunidade local quanto ao aproveitamento do potencial patrimonial e museológico dos referidos sítios.

Raras vezes tendo gerado investigadores nativos, familiarizados com o terreno, capazes de ler a paisagem e agindo com denodo e sentido de causa, a investigação produzida no Alto Alentejo tem flutuado ao sabor de agentes externos, muitas vezes descomprometidos com a região ou para aqui motivados por situações pontuais<sup>134</sup>. Em alguns casos, o seu interesse foi *omnívoro*, não especializado nem actuando ao abrigo de um qualquer projecto de investigação, mas com o objectivo de proceder à angariação de peças e/ou informação de qualquer âmbito. Registo por exemplo as *excursões arqueológicas* de Leite

---

<sup>133</sup> Fabião, 1998: 133.

<sup>134</sup> Uma das consequências desta situação repercute-se na qualidade da informação produzida, nem sempre com os níveis de fiabilidade exigidos. Porque algum do registo arqueológico é identificado por agentes exteriores, pouco familiarizados com as materialidades específicas desta região, ou ainda dada a conhecer por interessados pelas questões do património que por vezes não têm formação específica em Arqueologia, observa-se que alguns dos vestígios assinalados acabam por efectivamente não o ser, registando-se algumas confusões. Em trabalho de recenseamento arqueológico, Jorge de Oliveira e Carmen Ballesteros (1996: 48) afirmavam que as prospecções de campo permitiram confirmar apenas cerca de 50% das indicações mencionadas por autores antigos, fosse pelas necessárias alterações da paisagem posteriormente produzidas, fosse por “algumas incorrecções” realizadas por anteriores autores de notícias. Em área onde a detecção do património arqueológico foi muitas vezes confiada a empenhados agentes locais que todavia têm pouca experiência no reconhecimento das realidades arqueológicas, é perfeitamente natural que o grau de imprecisão seja tão elevado.



de Vasconcellos ou os diferentes programas de escavação de sítios que foram gizados pelo actual Museu Nacional de Arqueologia em diferentes momentos, como em Santa Vitória do Ameixial ou na freguesia de Vaiamonte (em especial em Torre de Palma) que, sobretudo no segundo caso, implicaram a intervenção em muitos mais sítios, ao sabor do que ia aparecendo de forma casuística. Da mesma forma temos as intervenções de Dias de Deus e Abel Viana em várias realidades da zona de Elvas, que tanto incidiam em monumentos megalíticos como em necrópoles da Idade do Ferro ou romanas, embora aqui em contexto diferente, é certo, porque se procedia ao salvamento de património posto a descoberto pela mecanização da agricultura. No campo das acções mais abrangentes e não especializadas temos ainda os autores de monografias locais, cujos interesses cobrem o mais amplo espectro diacrónico possível, desde a Antiguidade mais remota até à última eleição autárquica. Agentes com formações muito diversas, que vão desde o curioso local interessado pelas antigualhas da sua terra (para usar uma expressão de Leite de Vasconcellos) até a investigadores credenciados, mas onde a perspectiva é sempre diacronicamente muito ampla. Neste conjunto de informação produzida temos também os (escassos) programas de Cartas Arqueológicas ou de levantamentos<sup>135</sup>, onde interessa o registo sistemático do passado, feitos por vezes a título individual e com prospectores sem competências técnicas para a descodificação de alguns períodos em concreto (e só em metodologias mais recentes com propósitos de sistematicidade na cobertura do território). Neste conjunto englobo ainda as acções de minimização de impactes, desde as mais actuais, feitas com metodologias adequadas e sistemáticas (ou tomadas como tal) e já em âmbitos empresariais, até outras mais antigas, onde o voluntarismo e os constrangimentos diversos conduziram a estudos sem continuidade, a escavações nunca publicadas e uma constante *invisibilidade* dessas mesmas acções<sup>136</sup>. E por aqui se inclui todo o amplíssimo mundo das corografias regionais, das notícias de imprensa, dos acervos enciclopédicos, que geram uma dificuldade de manuseamento de tantos e tão amplos conteúdos informativos.

Temos depois uma segunda categoria onde podemos incluir os estudos especializados ou temáticos. Aqui encontramos análises específicas, feitas geralmente em contexto académico por investigadores que, por sistema, são também alheios à região, embora com ela tenham estabelecido uma empatia e uma vivência mais prolongada. Todavia, neste âmbito encontramos uma profundidade de análise, uma coerência conceptual, uma exigência de rigor e uma constância sistemática que não encontramos no universo anterior. Tal é o caso de teses de mestrado como a de Maria José Almeida sobre Elvas<sup>137</sup> ou a por mim realizada sobre Fronteira<sup>138</sup>, não devendo ser esquecida a de Sérgio Pereira, embora centrada sobre uma realidade urbana, a de *Ammaia*<sup>139</sup>. Mais recentemente, os próprios trabalhos de António Lopes sobre Arronches<sup>140</sup> enquadram-se neste âmbito. Aqui cabem também outras fontes informativas como os inventários<sup>141</sup> ou estudos temáticos, como o de Mário Saa sobre as vias romanas<sup>142</sup>, o exaustivo inventário epigráfico feito por José d'Encarnação<sup>143</sup>, ou trabalhos sectoriais em âmbito académico<sup>144</sup>, mesmo que

<sup>135</sup> Como o pioneiro inventário de caracterização dos vestígios arqueológicos no Parque da Serra de São Mamede: Oliveira, Bairinhas & Ballesteros, 1996.

<sup>136</sup> Claro que em última análise podemos invocar a perspectiva de Carlos Fabião (1999) segundo a qual toda a investigação arqueológica portuguesa tem sido caracterizada pelo voluntarismo individual de amadores (no sentido mais nobre do termo) que denodadamente põem o seu esforço na detecção e salvaguarda de um património que a debilidade institucional central não consegue promover. Sendo assim, o quadro traçado não é exclusivo do Alto Alentejo mas de algum modo caracteriza a própria actividade arqueológica portuguesa.

<sup>137</sup> 2000.

<sup>138</sup> Carneiro, 2004.

<sup>139</sup> Pereira, 2009.

<sup>140</sup> Lopes, 2009 e em curso, agora como tese em preparação no Mestrado de Arqueologia & Ambiente na Universidade de Évora.

<sup>141</sup> Como os realizados para sítios romanos (RP, TIR) ou de epígrafes (IRCP, *Atlas*).

<sup>142</sup> 1956-1967.

<sup>143</sup> IRCP (1984).

de âmbito geográfico mais vasto e não exclusivamente sobre o Alto Alentejo. Temos ainda o projecto de estudo de *Ad Septem Aras* centrado em Campo Maior que, não tendo produzido resultados publicados, procurou entender as pautas de povoamento e sistema viário na região. A diferença em relação aos primeiros reside na, digamos, *afinação do olhar*, na existência de parâmetros definidores e conceptualmente determinados que enquadram a investigação, o que a dota de uma especialização e, portanto, de uma maior densidade informativa, quer na massa de dados, quer na profundidade reflexiva. E também as torna mais fáceis de aceder e manusear.

Note-se também um outro campo, o do trabalho de campo produzido, que directamente repercute os dois níveis anteriormente esboçados. Torna-se muito interessante notar que nesta região – e ao contrário de outras, nomeadamente mais a sul – o volume de escavações é, apesar de tudo, reduzido, e de algum modo sempre existiu – mesmo que com limitações e desequilíbrios – uma preocupação pelos estudos de território. As teses de mestrado anteriormente referidas – de Maria José Almeida, de Sérgio Pereira e de mim próprio – tomaram escavações como *case studies*, mas, em termos programáticos, a óptica era lançada sobre perspectivas mais amplas. Da mesma forma, sempre houve um interesse dos investigadores pelos estudos de território, mais ou ao mesmo nível que pelas escavações, desde os pioneiros trabalhos de Afonso do Paço na *Carta Arqueológica de Marvão* que foi, a nível nacional, inovadora, mas também no âmbito de uma circunscrição paisagística, o Parque Natural da Serra de São Mamede<sup>145</sup>. Este fenómeno reflecte, no fundo, também a própria condição periférica da área e a consequente debilidade dos meios existentes a nível regional. Na realidade, quando decorreram escavações, elas foram originadas sobretudo por atenções provenientes das instituições centrais, visto que os próprios agentes locais não conseguiam manter, por si só, as condições essenciais para assegurar projectos de escavações duradouros a longo prazo. Que sítios arqueológicos foram escavados em programas plurianuais? Nestes programas podemos incluir sobretudo as intervenções promovidas pelo Museu Nacional de Arqueologia em Santa Vitória do Ameixial e em Torre de Palma (na sua primeira fase, depois continuada pela universidade de Évora durante dois anos com José Olívio Caeiro e em seguida pela University of Louisville sob a responsabilidade de Stephanie Malloney). Com menos intensidade temporal temos as intervenções de arqueologia de salvamento, levadas a cabo pelo então IPPC, sobretudo na zona de Elvas e Campo Maior, na década de oitenta do passado século. Outras escavações foram menos constantes no tempo, dependendo de iniciativas e conjunturas específicas: as promovidas em Castelo de Vide pelo grupo de arqueologia local; ou o investimento da empresa *Delta* na *villa* da Herdade das Argamassas (Campo Maior), infelizmente sem continuidade apesar dos promissores indícios revelados. Apenas mais recentemente a autarquia de Fronteira tem escapado ao panorama global, promovendo anualmente intervenções em sítios como São Pedro e a necrópole de Outeiro do Mouro. Neste quadro de profunda dependência dos poderes centrais, será escusado lembrar o cancelamento do projecto PEVLONG centrado na Quinta das Longas, em Elvas, por falta de financiamento<sup>146</sup>. Ou os obstáculos levantados à generosa acção de Abel Viana e António Dias de Deus na região de Elvas, cujas intervenções de salvamento corriam sobretudo a expensas próprias, mesmo que sem o suporte teórico que o segundo não conseguia imprimir nos seus trabalhos. Por estes motivos, mas também pela debilidade e limitações dos agentes locais, a investigação arqueológica acabou por se apoiar mais em estudos de povoamento, por vezes com recursos a prospecções, cuja logística e encargos

---

<sup>144</sup> Como os trabalhos de Luís Jorge Gonçalves (2007) sobre a escultura ou a tese de Pilar Reis sobre os edifícios termas (2004), que contém relevantes dados sobre as materialidades arqueológicas.

<sup>145</sup> Paço, 1953, e Oliveira, Bairinhas & Ballesteros, 1996.

<sup>146</sup> Nesta instabilidade se podem incluir os cancelamentos de outros projectos cuja prevista continuidade foi posta em causa por diversos factores: o caso de Monte da Capela (Arronches), em Pombais (Marvão) ou no próprio sítio de Argamassas (Campo Maior) que como já foi referido, reflectem o modo contingencial como as escavações são realizadas.

são mais leves e fáceis de gerir e não dependem tanto de um investimento a médio ou longo prazo. Mas mesmo estes trabalhos não assumem uma dimensão significativa, porque exigem uma dedicação e progressivo conhecimento do terreno que muitas vezes não é fácil conseguir. Portanto, deste entrecruzamento de condicionalismos internos, de falta de apoios angariados exteriormente, da incapacidade de gerar investigadores regionais qualificados e de um certo alheamento das próprias populações, incapazes muitas vezes de conhecerem e dinamizarem o seu próprio património e seus valores idiossincráticos, se cria um quadro de conhecimentos anquilosado e com profundos desequilíbrios. Note-se mais uma vez que é precisamente na capital de distrito – que em outras províncias funciona como um motor de desenvolvimento regional – que encontramos maiores lacunas no conhecimento do seu próprio passado e uma genérica incapacidade de gerar acções de recenseamento dos seus valores culturais (e não apenas arqueológicos).

O quadro geral, portanto, é muito singular. O Alto Alentejo nunca teve um investigador, ou grupo, verdadeiramente regional, que encarasse a escala do supra-local, se exceptuarmos a acção recente de Jorge de Oliveira<sup>147</sup>, que tem trabalhado (sobretudo) as paisagens da área mais a norte desta região. Os mais interessantes agentes do início do século XX, como Laranjo Coelho, Victorino d'Almada ou Thomaz Pires, trabalharam em escalas mais locais, circunscritas e, em rigor, nenhum deles foi um verdadeiro arqueólogo. Em muitos concelhos nunca houve ninguém que se interessasse pelas realidades locais, o que explica que para vários territórios encontremos um vazio informativo que é, verdadeiramente, gritante. Escassos são os exemplos de agentes eclesiásticos, como o P.<sup>e</sup> Henrique Louro na zona de Elvas ou (mais no domínio do património artístico), o P.<sup>e</sup> José Heitor Patrão com a sua monografia de Gavião<sup>148</sup>, que para outras regiões funcionaram como perpetuadores da memória, sendo escusado lembrar o (porventura) mais notável de todos a nível nacional, o emblemático Abade Baçal na região de Bragança. Não temos uma sistemática acção institucional, seja pela iniciativa de uma Universidade, de um Museu (exceptuando-se as erráticas acções do actual Museu Nacional de Arqueologia) ou de um grupo de estudos, nem sequer de algum que funcionasse a nível local, reunindo uma elite ilustrada ou um grupo de entusiastas. Os raros momentos em que tal se verificou derivam de contextos políticos muito específicos (1.<sup>a</sup> República, o pós-25 de Abril de 1974) e não tinham propósitos meramente arqueológicos, dependendo de conjunturas mais vastas.

É neste contexto que esta área se assume como verdadeiramente periférica face ao território nacional.

Mas outras circunstâncias explicam este diagnóstico. Por exemplo, um ponto que considero ser central, sobretudo para uma região que tanto tem dependido da acção de agentes externos: a facilidade de acessos. Manuel de Mattos Silva, correspondente de Leite de Vasconcellos em Ponte de Sôr, adverte-o: “N’esta parte do Alentejo ha apenas como meios de transporte cavallos com as clássicas carretas, altamente incommodas. São as que posso dispor e desejo que V. Ex.<sup>a</sup> me diga qual d’elles prefere.”<sup>149</sup> Aqui percebemos como as dificuldades eram reais, enquadrando-se nelas também as frequentes queixas de Leite de Vasconcellos sobre a incomodidade das viagens ou as dificuldades logísticas no planeamento das viagens<sup>150</sup>. Ou ainda o próprio acesso aos sítios arqueológicos, como a

---

<sup>147</sup> Para além dos trabalhos de escavação e prospecção, sobretudo mais centrados na Pré-História (em especial a monografia de 1997, com um amplo enquadramento historiográfico para os estudos sobre megalitismo) temos a sua acção enquanto editor da revista *ibn-marwan*, a publicação que de forma mais consistente e regular tem permitido a divulgação de estudos de índole patrimonial, mas também enquanto membro das comissões executivas das I e III Jornadas de Arqueologia do Norte Alentejano, que reuniram conjuntos informativos de excepional valor que permitiram retratar as acções em curso às datas das suas realizações (1985 e 2005, respectivamente, e publicadas em 1987 e 2011).

<sup>148</sup> Patrão, 2003.

<sup>149</sup> Epistolário, Mattos Silva, carta 21253 [s.d.].

<sup>150</sup> Visíveis em outros parâmetros mais vastos para além do tema dos acessos. Por exemplo, na correspondência de João Lino da Silva enviada para o Museu Nacional de Arqueologia, a propósito da sua estadia ao abrigo das escavações então em curso na zona de Vaiamonte (em especial Torre de Palma), são

Tapada do Castelo mencionada por Afonso do Paço em Marvão, onde não se deslocou “quer pela distância, quer pela carência de transportes”<sup>151</sup>. De onde se conclui que as contingências da investigação têm muito de esforço individual, denodado e corajoso, que reflectem também a debilidade estrutural da nossa investigação, tantas vezes amadora (e volto a frisar que no sentido mais amplo do termo, ou seja, feita com muita devoção e escassos meios) e sem suportes institucionais.

Como é natural, esta acção promovida por agentes exteriores à região acabou em determinados momentos por registar um movimento de alguma indignação local por se considerar que as “riquezas” da região eram aos poucos levadas para a capital, sem que alguma mais-valia resultasse para o meio envolvente. Em alguns passos da imprensa regional, antes do centralismo promovido pelo Estado Novo, encontramos passagens com esse teor<sup>152</sup> e, após o 25 de Abril, alguns grupos de intervenção local acabaram também por fazer reivindicações contra o alheamento a que as instituições centrais votavam a região. Esta consciência da subalternização não passou, contudo, da mera reclamação nem se reflectiu na promoção de alguma iniciativa mais concertada e estruturada que, de dentro para fora, levasse à ruptura do isolamento.

Desta forma o quadro existente é criado por severos constrangimentos, com dois vectores principais: as debilidades intrínsecas, que raras vezes conseguiram originar dinâmicas sustentadas, mas também o genérico desinteresse das autoridades centrais, apenas quebrado quando ocorreram descobertas mais ou menos surpreendentes, mas que também não originaram condições para a plena potenciação dos valores locais. É certo que a perspectiva poderia ser invertida: em quadro tão pessimista, mesmo assim muito foi feito, precisamente por esforço e denodo dos investigadores que se dedicaram a esta região, e por isso detemos um volume mesmo assim apreciável de informação. Mas creio não ser possível iludir que, em face das potencialidades regionais, outro poderia ser o quadro. O

---

constantes os seus lamentos sobre a falta de pagamentos e de condições financeiras para prolongar a sua presença na região. Já umas décadas antes, Manuel Pedro Madeira, em Santa Vitória do Ameixial, advertia neste tom uma possível visita de Leite de Vasconcellos, caso pretendesse visitar o local: “[...] jantar em Stª Victoria não vale a pena pois esta gente só sabe fazer migas e assorda” [Epistolário, Madeira, Manuel Pedro (nº 1919), carta 12692 - SVA, 09-08-1915].

<sup>151</sup> Paço, 1950: 106.

<sup>152</sup> Por exemplo a propósito das escavações promovidas na necrópole de Silveirona, que na altura provocaram um considerável interesse na zona de Estremoz: “Não sabemos se estão ou não dadas por findas as escavações do “cemitério romano visigótico” da herdade de Silveirona neste concelho. Apenas tivemos conhecimento de que se suspenderam os trabalhos [sic] por ausência do arqueologo que dirigia a investigação, dr. Manuel Heleno. Também sabemos que os preciosos achados foram dar “valiosa matéria para o Museu Etnográfico de Lisboa”, a enriquecer a capital - “sorvedoiro da Nação” - como muito bem disse Joaquim Câmara Manuel no seu artigo - “Património artístico do Alentejo” - em *Brados do Alentejo* de 22 de Julho, próximo passado, insurgindo-se contra as absorções centralizadoras [...]. Ora! E quem sabe? Talvez tenhamos razão perante certos indiferentismos municipais que costumamos por aí ver! Mas, perguntamos: - Acabaram-se as escavações do Cemitério romano visigótico e deixar-se-há este abandonado sem respeito pelo seu significado arqueológico local e sem consideração pelos que ali supuzeram ter o seu descanso eterno? Ao menos, uma vedaçãozinha decorosa, para conservar o que não foi possível levantar-se. E até em respeito pelos mortos...” Esta extensa passagem refere-se ao artigo em *Brados do Alentejo* de 19-08-1934, ano IV, nº 186, p. 1. Sobre o impacto das descobertas na zona e expectativas levantadas entre a população consulte-se o anexo gráfico publicado em Mélanie Wolfram Cunha, 2008, que também reproduz estas referências. Em outro sentido leia-se o esclarecedor artigo assinado por Marques Crespo no mesmo jornal local: “1 - *Brados do Alentejo* por aspiração fundamentalmente regionalista e cultural, logo à nascença da sua finalidade clamante, de tudo, que no mais elevado sentido patriótico da terra portuguesa, fosse pró Alentejo; e, se não estamos em erro, pela primeira vez, a propósito do achado arqueológico das “Tábuas de Moura”, firmou como uma reivindicação regional indispensável, a sua maneira de ver sobre a arrecadação de todo o património regional em museus locais. Viamos, sabíamos mesmo muito bem, por conhecimento directo de certos atentados arqueológicos - alguns de natureza a mais vandálica, ainda que outros por inconsciência de gente que não estava educada à altura de uma necessária compreensão a exigir-se que os meios regionais nem todos estavam mentalmente preparados, com uma cultura pequena que fosse - e tínhamos de reconhecer que havia que acatar em silêncio, a arrecadação, em sítio seguro, embora centralizado longe, de preciosidades artísticas, arqueológicas ou de histórico significado, que se iriam perder ao desbarato.” *Brados do Alentejo* de 29-02-1948, ano XVII, nº 870, p. 1 e 4.

Alto Alentejo continua portanto a ser uma região periférica e incapaz de romper o seu isolamento.

### 3. 2. Ciclos da investigação regional

O Alto Alentejo entra no discurso histórico sob o influxo humanista, com algumas dinâmicas que infelizmente não viriam a ter continuidade pela erosão posterior da sua base original: a presença de alguns eruditos da órbita eclesiástica, que impulsionaram uma construção historiográfica que procurou esclarecer as origens regionais, buscando nas leituras dos clássicos latinos as confrontações com alguns vestígios materiais do passado que eram observáveis e, de certa forma, faziam parte do quotidiano. É certo que as atenções viraram-se mais para a putativa vinculação a uma *Medobriga* ou *Meidubriga* que no termo de Portalegre se acreditava ter existido, anteriormente à descoberta das epígrafes que hoje situam inequivocamente em S. Salvador de Aramenha a cidade de *Ammaia*<sup>153</sup>. Mas este interesse pelo casamento entre o texto escrito e a realidade material, muito ao estilo seiscentista, foi deixando a descrição de campo, de terreno, para um plano secundário. Mesmo assim podemos apontar algumas referências que se vão deixando para sítios presumivelmente antigos, ajudando a construir uma *memória das antiguidades locais* que, em muitos casos, serve para o enaltecimento e explicação das grandezas contemporâneas. Neste universo destacam-se sobretudo as obras de Frei Amador Arrais (1589) e de Diogo Pereira de Sotto Maior (1619) sobre a cidade de Portalegre, ou as de António Gonçalves de Novaes (1635) e do Cónego Aires Varela (indeterminado, entre 1640 e 1650) sobre a área de Campo Maior e Elvas. No século seguinte, temos ainda a obra de Estêvão de Moura e Azevedo, também sobre Campo Maior (1734?), período em que começamos também a encontrar as primeiras corografias e dicionários nacionais que se detêm sobre factos do passado local, cruzados com as fontes clássicas e envoltos em lendas e tradições. Finalmente, na centúria seguinte temos uma outra obra de grande dimensão, o *Compendio de noticias de Vila Viçosa* do Padre Espanca (1892) que, embora já de um momento posterior, está ainda embebido pela tradição renascentista de sistematicamente procurar referenciar as passagens literárias dos textos clássicos com os elementos e sítios da envolvente local.

Mas, como se verifica, o lote de estudos e tratados é numericamente escasso, e centrado sobretudo nas duas cidades que por esta altura centralizavam a intelectualidade regional: Portalegre, onde a atenção das elites locais procurava vincular a excelsa *Medobriga* à cidade actual<sup>154</sup>, e o eixo Elvas/Campo Maior, onde na primeira cidade a presença de uma elite local, articulada com os militares em serviço, irá criar uma assinalável dinâmica cultural<sup>155</sup>.

Não tendo havido na região a influência primordial das personalidades oitocentistas que criaram a “Idade do Ouro” da Arqueologia portuguesa<sup>156</sup>, o Alto Alentejo entra na investigação científica através das “excursões” de Leite de Vasconcelos, que enquanto director do Museu Nacional de Arqueologia efectuou nas décadas de 10 e 20 do século XX algumas escavações arqueológicas em vários locais (infelizmente nunca publicadas de modo mais detalhado), a par de importantes recolhas de espólio e de peças que pela sua singularidade captaram a sua atenção, e que de outra forma ter-se-iam perdido. Com o seu espírito ecuménico e dialogante, cultivou um conjunto de relações pessoais com algumas elites locais, encorajando a investigação arqueológica na zona, mas sem conseguir criar uma tradição de pesquisa que não sobreviveu à sua morte e à alteração da conjuntura política nacional. Deste modo, o próprio esforço desencadeado por algumas destas figuras

<sup>153</sup> Sobre a historiografia da cidade de *Ammaia* ver sobretudo a contextualização de Oliveira & Cunha, 1993-1994: 105-109 e o artigo de Amílcar Guerra (1996).

<sup>154</sup> Existe uma inscrição proveniente de *Ammaia* que foi transferida para a Igreja do Espírito Santo de Portalegre, e que hoje se guarda no Museu da cidade. A cidade foi durante muito tempo confundida com a *Medobriga* citada por Plínio. Frei Amador Arrais terá localizado esta em Portalegre, em função da epígrafe referida.

<sup>155</sup> Almeida, 2000: 12-21.

<sup>156</sup> Fabião, 1999: 118.

localmente influentes - Thomaz Pires e Vitorino de Almada em Elvas, Possidónio Laranjo Coelho em Marvão, Júlio Basso em Nisa ou Mattos Silva em Ponte de Sôr<sup>157</sup>, entre outros – acabou por não frutificar nos domínios em que se pretendia estabelecer uma dinâmica na investigação: na criação de museus (à excepção do caso de Elvas, que até tempos recentes foi uma das mais antigas e respeitadas instituições museológicas nacionais), na realização de escavações nos monumentos mais emblemáticos, na formulação de monografias, de projectos de estudo e de sínteses regionais.

Estas elites locais merecem uma atenção especial. Efectivamente, nos finais do século XIX e primeiros anos da centúria seguinte encontramos uma assinalável vitalidade, promovida por uma elite social com uma vocação enciclopédica muito marcada e que, fruto de algum protagonismo concedido pelos cargos ocupados, se vai dedicar a um processo de recolha e salvaguarda dos elementos mais significativos da memória histórica, em sentido amplo. É interessante notar que, à distância, esta emergência de interessados é incentivada por Leite de Vasconcellos, que com eles irá iniciar um processo de intenso intercâmbio epistolar e de múltiplas viagens aos locais. O interesse leitiano centrava-se no facto de ver nestes agentes os interlocutores necessários para a recolha de informações, angariação de espólio e propiciação de condições para acções de terreno, mas sobretudo para a salvaguarda dos valores pátrios e da memória histórica. Infelizmente, esta teia de relações tão carinhosamente mantida pelo então Director do Museu arqueológico irá ser quebrada com o seu desaparecimento, perdendo-se assim o que poderia ser um conjunto de nexos insubstituíveis entre a capital e o país periférico. Portanto, a partir da terceira década do século XX esta dinâmica rompe-se, extinguindo-se sem deixar herdeiros.

Temos também de considerar o advento do centralismo do Estado Novo, com o qual cessam as iniciativas locais. As poucas actividades registadas na zona são realizadas directamente por acção de Manuel Heleno, director do Museu Nacional de Arqueologia. Na década de trinta, as escavações nos sítios de Silveirona e Santa Vitória do Ameixial, a par de outras nunca publicadas<sup>158</sup>, ficam como importantes manifestações desta estratégia de angariação de peças e de escavação de sítios de elevado potencial. Este centralismo sufocou as poucas tentativas de investigação ao nível local, como as escavações das necrópoles de Elvas feitas por Abel Viana, cuja urgência era particularmente sentida por ter sido nas décadas de quarenta e cinquenta que a mecanização dos campos pôs a descoberto e destruiu, muitas evidências arqueológicas deste período. O caso mais emblemático situa-se na freguesia de Vaiamonte do concelho de Monforte: aí decorre um ambicioso programa de escavações arqueológicas, que em anos sucessivos leva à descoberta da *villa* de Torre de Palma, ainda hoje a mais extensamente escavada no sul de Portugal. Em paralelo, outras intervenções decorrem em sítios próximos, como o povoado da Idade do Ferro da Cabeça de Vaiamonte ou um conjunto de pontos de povoamento e de necrópoles romanas que ainda hoje não é conhecido na totalidade. Este programa de escavações torna-se emblemático, porque representa um momento estratégico de actuação das instituições centrais: com escassos meios, sem publicação de resultados, e com todo o espólio a ser conduzido para Lisboa, na prática poucas foram as mais-valias que a região viria a receber ou o impacto que localmente se verificou.

Em âmbito mais alargado, consultando a imprensa regional vemos como durante as décadas de quarenta, cinquenta e sessenta as únicas acções culturais que se passam nesta região centram-se na promoção de grupos folclóricos e de palestras sobre a vida familiar. O interesse pelo património definha lentamente e a vida das comunidades fecha-se sobre si mesma, deixando de haver correntes de circulação e contactos para o exterior. A apatia cultural é notória e a dificuldade de romper os circuitos locais é evidente.

Por estes anos, os projectos de relevo são escassos. Merece especial destaque o conjunto de trabalhos promovidos pela autarquia de Marvão ao convidar Afonso do Paço

---

<sup>157</sup> Carneiro & Serras, (no prelo).

<sup>158</sup> Note-se que Santa Vitória do Ameixial foi dada a conhecer de modo parcial por Luís Chaves em 1956. Quanto a Silveirona, permaneceu na penumbra até à recente publicação de Mélanie Wolfram Cunha (2008).

para realizar uma *Carta Arqueológica do concelho de Marvão*, no que constitui uma iniciativa inovadora a nível nacional. Efectivamente, foi a primeira vez que uma autarquia se abalançou a tal projecto, convidando uma figura reconhecida na disciplina arqueológica, sendo o trabalho daí resultante pioneiro para o conhecimento das estratégias de povoamento antigo no concelho<sup>159</sup>. Temos ainda o notável esforço individual promovido por Mário Saa sobre os caminhos romanos da *Lusitania*<sup>160</sup> notando-se que, por o investigador residir em Ervedal, surge uma especial atenção para o Alto Alentejo, que ao longo dos seis tomos se torna a região mais longamente debatida e descrita com grande pormenor. No panorama restante, nota-se a quebra de notícias e de projectos durante as décadas de cinquenta e sessenta. E estes são anos fulcrais para a alteração das paisagens rurais, pois é nestas décadas que com a mecanização da agricultura se inicia o processo de libertação de muitos terrenos, com a remoção de vestígios de superfície. Este fenómeno é bem sentido na zona de Elvas, a única onde durante este momento os arqueólogos estão atentos, graças aos esforços de Abel Viana e dos seus colegas António Dias de Deus e Henrique Louro. O imenso volume de informação registado permite-nos perceber a dimensão do vazio que temos para outros concelhos.

A partir da Revolução de Abril de 1974 iniciam-se algumas actividades de âmbito local, inicialmente caracterizadas pelo voluntarismo e sem preocupações científicas, porque mais centrados no activismo social. Em Ervedal, concelho de Avis, constitui-se um grupo de Arqueologia local, que irá promover várias iniciativas, quer de prospecção, quer de escavação, sendo o espólio então recolhido depositado na Fundação Pais Telles. Também em Vila Fernando (Elvas) o mesmo fenómeno ocorre, com um grupo local promovendo escavações e chamando a atenção das autoridades nacionais para o abandono e destruição de alguns sítios da zona<sup>161</sup>. Em Santo António das Areias (Marvão), o Grupo de Arqueologia liderado por Jorge de Oliveira conseguiu pôr termo a várias escavações clandestinas realizadas no concelho<sup>162</sup>. Em comum, estes movimentos têm o facto de se sediarem em freguesias e de agirem em regime de auto-organização. Já o Grupo de Arqueologia de Castelo de Vide, formado nos primeiros anos da década seguinte, teve uma evolução diferente, pois foi enquadrado pela autarquia e originou a constituição da actual Secção de Arqueologia da Câmara de Castelo de Vide. Na maioria dos casos, estas iniciativas acabam por auto-extinguir-se, por diversos motivos, não frutificando em acções mais sérias. É certo que em Marvão e Castelo de Vide estão na génese de estruturas autárquicas ainda hoje existentes (no primeiro caso o Museu Municipal, no segundo a já referida Secção), mas de um modo geral o seu contributo para o conhecimento regional acaba por ser escasso.

Data desta época o retomar das experiências de levantamento arqueológico concelhio, interrompidas desde o já citado caso de Marvão. Em 1975, Maria da Conceição Rodrigues dá a conhecer a sua *Carta Arqueológica do concelho de Castelo de Vide*, resultante da sua tese de licenciatura, que contudo não apresenta qualquer indicação sobre as metodologias ou estratégias de investigação seguidas pela autora.

Durante os anos seguintes, na década de oitenta, temos novamente acções promovidas por estruturas do estado central, embora em contexto de proximidade dado que este promoveu algumas descentralizações de serviços. Refiro-me concretamente aos Serviços Regionais de Arqueologia da Zona Sul (SRAZS), que irão promover algumas intervenções arqueológicas de emergência em sítios ameaçados, e outras procurando disciplinar a actividade arqueológica, ainda muito centrada em euforias amadoras que tinham mais consequências danosas do que relevantes. Contudo, embora o seu objectivo fosse proceder à cobertura de uma extensa área geográfica, o SRAZS acabava por estar

---

<sup>159</sup> Paço, 1953.

<sup>160</sup> 1956-1967.

<sup>161</sup> É neste contexto que se realizam escavações arqueológicas promovidas pelo então SRAZS e IPPC na freguesia, após o alerta dado pelo grupo local, em sítios como Alcobaça e São Romão.

<sup>162</sup> Oliveira, 1997: 54.

mais fortemente ancorado em áreas locais, por não haver meios suficientemente eficientes para cobrir toda a região. Por isso, consultando os seus arquivos e processos (bem como os das instituições seguintes, o IPPC e o IPA) percebemos como os desequilíbrios persistem: grande actividade de supervisão em áreas como Elvas e Campo Maior ou Castelo de Vide e Marvão, menos meios e atenção para as restantes, dadas as limitações de meios humanos e logísticos. Mas a sua existência foi fundamental, pois foi por sua iniciativa que se conseguiram ganhos relevantes: o termo de acções de delapidação do património, incluindo por entusiastas locais, como em Castelo de Vide, procedendo ao enquadramento científico de intervenções agora realizadas em Mascarro (entre outros locais), ou as primeiras acções de Arqueologia urbana como em Tapada das Pinheiras (Ponte de Sôr) e Defesa de São Pedro (Campo Maior). É também esta a década que marca uma viragem estratégica: de uma Arqueologia mais vinculada ao saber livresco e erudito passamos para as acções de terreno, nesta fase ditadas pela urgência do salvamento de sítios e de memórias, e em anos posteriores já com programas de trabalho sistematizados e obedecendo, sobretudo, à tentativa de identificação de sítios no terreno com recurso a prospecções.

Durante a década de oitenta, muitas das notícias dadas a conhecer sobre o património arqueológico concelhio ainda resultam de agentes heterogéneos. Funcionários da administração central, como os já mencionados SRAZS e IPPC, investigadores que trabalham em áreas mais vastas<sup>163</sup> ou quadros superiores que estão destacados na região (nomeadamente professores que, por gosto e com formação de base, se vão dedicando ao património local) vão começando lentamente a estruturar acções mais consistentes. Ainda sem capacidade para contratar técnicos a tempo inteiro, algumas autarquias começam a despertar para as problemáticas da Arqueologia, recorrendo a colaborações externas. Alguns projectos de escavações começam então a estruturar-se, aproveitando a progressiva existência de veículos de difusão, como acontecerá com a *Informação Arqueológica*, que permite uma radiografia precisa do que vai acontecendo em termos regionais. No início da década, um trabalho de síntese dava conta dos projectos então em curso, auspiciando desenvolvimentos futuros e apontando novos caminhos para uma investigação promissora<sup>164</sup>.

Segue-se a progressiva descentralização de poderes e ganho de competências de municípios que permite progressivamente acções estruturadas por técnicos a tempo inteiro trabalhando nas autarquias. A partir dos anos noventa novos projectos se concretizam com maior intensidade, essencialmente no domínio da prospecção e reconhecimento de sítios, no âmbito da elaboração dos Planos Directores Municipais, embora na maior parte dos casos sem propósitos de sistematicidade. Essencialmente motivadas pela acção de agentes locais – geralmente enquadrada por municípios – estes projectos já conseguem assumir uma intervenção mais estruturada e que reverte para o interesse das comunidades. Estes movimentos trazem também olhares exteriores, sobretudo de jovens investigadores que em âmbito académico procedem à elaboração de teses ou de estudos de território. Será provável aliás que a década de noventa seja no futuro reconhecida como um momento privilegiado na criação de condições para um efectivo conhecimento das realidades locais e para a concretização de acções que permitiram criar uma nova dinâmica. Em vez de estar fundada no voluntarismo de agentes vários, muitas vezes sem meios ou competências de conhecimentos, a integração de alguns arqueólogos nos quadros autárquicos ou o interesse de municípios pela potenciação dos seus valores concelhios, frequentemente com financiamentos europeus, permitiu uma viragem nos modelos de trabalho. O recente elenco de cartas arqueológicas já reflecte esta actividade<sup>165</sup>, que aos poucos vai permitindo

---

<sup>163</sup> Nos inventários então realizados é incontornável referir IRCP e RP, dois verdadeiros documentos fundadores para a reunião de um *corpus* epigráfico e para a cartografia de sítios romanos, respectivamente.

<sup>164</sup> Encarnação, 1991.

<sup>165</sup> Publicadas temos as cartas de Ponte de Sôr (PONTIS, 1999), Fronteira (Carneiro, 2004) e Marvão (Oliveira, Pereira & Parreira, 2007); trabalhos de inventariação não publicados têm sido conduzidos em Nisa, Monforte e Sousel.



identificar as potencialidades do património arqueológico regional (como se compreende, não apenas de época clássica). Acresce a este clima favorável a implementação do Instituto Português de Arqueologia (IPA) que através da sua extensão territorial permitiu acompanhar e proteger de modo mais sólido o património e os seus agentes.

Todavia, em alguns casos, estes levantamentos já chegaram tarde. Fenómenos de alteração da paisagem não foram antecidos de trabalhos de documentação do existente. À “florestação maciça do norte do concelho de Nisa que provocou a destruição de 90% dos vestígios arqueológicos aí existentes”<sup>166</sup> podemos acrescentar o caso dos concelhos vizinhos de Gavião e Crato, que também muito sofreram, ou, no extremo sul da área em estudo, do sucedido na Serra d’Ossa. A sub-solagem dos terrenos para a preparação da plantação de eucaliptos tem um efeito devastador sobre as realidades arqueológicas, pelo que muitas das informações antigas para esta zona já não foram confirmadas. O quadro é agravado pelo facto de nem todas as autarquias terem aproveitado esta conjuntura favorável, pelo que em determinado momento a Arqueologia da região funcionou a diversas velocidades.

A situação manteve-se na passagem para o século XXI, agravada porém pela perda de oportunidades. A progressiva paralisia do IPA, entretanto redimensionado mas esvaziado de meios, o termo das possibilidades autárquicas (como os Gabinetes Técnicos Locais, conhecidos como GTL, que permitiam a criação de equipas multidisciplinares no âmbito dos municípios), os estrangulamentos financeiros e a crescente dificuldade de aceder a fundos europeus, conduziram a uma perda de possibilidades e ao final de uma conjuntura de optimismo que se começava a criar. Esta situação já se reflecte nos debates promovidos no âmbito das *III<sup>as</sup> Jornadas de Arqueologia do Norte Alentejano*<sup>167</sup>, onde as sombras já começavam a tornar-se presentes em algumas intervenções. Basta dizer que nos últimos anos nenhuma autarquia integrou arqueólogos nos seus quadros e que muitos projectos em curso vieram a ser cancelados ou drasticamente reduzidos.

Em resumo, no âmbito regional temos um panorama com relevantes desequilíbrios, faltando um reconhecimento sistemático das realidades arqueológicas para que se possam desenhar ângulos de leitura das redes de povoamento. Para vários municípios não se conhece qualquer *villa*, não porque elas não existam, mas devido à falta de trabalho de campo. Não dispomos de uma única sequência estratigráfica descrita e documentada que permita conhecer os ritmos de ocupação de sítios e espaços. Nenhum sítio foi extensamente escavado e publicado de modo a conhecermos os quadros do registo arquitectónico, estrutural e material. Outros domínios de estudo em que este panorama se reflecte: poucos elementos epigráficos; nenhum tesouro monetário conhecido; um extenso número de escavações feitas sem qualquer divulgação pública; poucos tapetes de mosaico, esculturas ou outra documentação iconográfica que permita conhecermos o imaginário das elites. Um quadro que reflecte o muito que há para fazer.

### 3.3 O tempo da História

#### 3.3.1. A criação de uma *paisagem romana*

“Para a maior parte da *Hispania* foi, sem dúvida, a Era do nascimento das cidades, tal como hoje as entendemos; mas não espantaria também se se dissesse que foi aquela onde se afirmou, pela primeira vez um mundo rural, de características muito próprias, que acaba por dar sentido à perspectiva que estabelece *cidades* e *campos*, como realidades económicas e sociais, a um tempo, antagónicas e complementares. Assim, não me parecerá exagerado afirmar que, tal como forjaram a cidade hispânica, também os romanos criaram a ruralidade peninsular, com dimensões e contornos verdadeiramente singulares.”<sup>168</sup> A criação de uma paisagem romana implicou portanto a edificação de uma realidade inteiramente nova, com o redimensionamento da escala na qual *cidade* e *mundo rural* eram entendidos e vivenciados.

---

<sup>166</sup> Oliveira, 1997: 54.

<sup>167</sup> Carneiro, Rocha, Morgado & Oliveira, 2011.

<sup>168</sup> Fabião, 1998a: 484, vol. 2. Ver também as perspectivas de J. Edmondson, 1994: 17-21.

Todavia, e levando a leitura ao limite, o processo foi ainda mais radical, pois no fundo implicou a criação de uma nova *geografia humana*, no sentido em que a uma escala (ainda) indecifrável, comunidades inteiras foram deslocadas e estabelecidas em lugares radicalmente novos, passando a estar ligadas entre si por estradas e pontes de uma grandeza até aí inconcebível para as gentes indígenas, atingindo horizontes de circulação, intercâmbio, e até de promoção social, absolutamente impensáveis no quadro das sociedades tradicionais indígenas. Portanto, a *romanização* da paisagem (rural, urbana e peri-urbana) atingiu uma dimensão de ruptura e transformação absolutamente transcendente, materializando o “novo mapa cognitivo” na percepção da paisagem lusitana<sup>169</sup>.

O melhor exemplo para a área em apreço reside na própria *urbs* de *Ammaia*. Aparentemente uma cidade *ex novo*, sem pré-existências, com um corpo de magistrados indígenas activo desde momentos muito precoces (se não desde o momento inicial de constituição) da cidade, mas que agem em espaços e estruturas absolutamente romanos e de acordo com padrões vivenciais clássicos, em que (aparentemente) se movem com grande à-vontade<sup>170</sup>. Em *Abelterium* também o mesmo quadro se mimetiza, bem como em qualquer sítio rural da região considerada, onde as descontinuidades com períodos anteriores são evidentes ou, quando (casualmente?) se verificam, implicam o arrasamento ou apagamento de estruturas anteriores, mostrando que não existe qualquer intenção de perpetuação de memórias anteriores e da sua integração na *nova ordem* agora estabelecida.

Este fenómeno é particularmente interessante pois, à luz das novas leituras pós-processualistas e complexizantes, o fenómeno geralmente entendido como *romanização* tem sido visto em lógicas muito mais inter-actantes e dialécticas do que tradicionalmente se percepcionava<sup>171</sup>. Não sendo este o espaço adequado para tratar tão complexo tema, relembro contudo alguns traços essenciais.

De acordo com o mundo pluricentrado e multivariado que emergiu na Era da globalização, também assim o paradigma tradicional da investigação se alterou. Da *Romanização* entendida enquanto fenómeno impositivo actuando verticalmente a partir de um Império uno e maximizante que impôs os seus códigos vivenciais aos indígenas, passámos para uma leitura desestruturante de forte interacção entre as realidades locais e os valores globais, assumindo estes uma variabilidade quase camaleónica face às especificidades de cada região. Ou seja, e tomando emprestadas as palavras de Chris Wickham, durante muito tempo predominou o processo do “solipsismo cultural”<sup>172</sup>, de forma extrema, e irónica, retratado por Stephen Dyson<sup>173</sup>. No campo, o epítome máximo deste processo civilizador seria a *villa* romana, cuja valorização enquanto estrutura fundiária levou ao apagamento da atenção concedida a outras unidades de povoamento. Esta postura *romanocêntrica* era potenciada pela monumentalização desta classe de sítios, mas também

---

<sup>169</sup> Edmondson, 1994: 26.

<sup>170</sup> Note-se que Pedro Saéz Fernández (2002: 401) chama a atenção para o facto de na *Baetica* as elites locais terem conservado a sua preeminência, inclusivamente incentivadas pela administração romana, pelo que o processo deverá ter sido extensivo a outros territórios, ainda em que em inferior grau de orgânica urbanística pré-romana.

<sup>171</sup> Ver, por exemplo, Hopkins, 1996; Blagg & Millett, 1990, em especial o ensaio de Martin Millett, p. 35-41; para um balanço das diversas perspectivas em presença (e por vezes confronto) ver Webster, 2001. Para a realidade portuguesa ver Le Roux, 1995, Fabião, 1998a e, em especial, o seu texto de síntese publicado em 2001.

<sup>172</sup> 2009: 37. Muitas das visões lançadas sobre o processo de *Romanização* foram projectadas a partir de momentos históricos posteriores, mostrando o “quanto as visões do Império Romano se forjaram a partir dos paradigmas culturais dos modernos colonialismo e imperialismo europeus.” (Fabião, 2001: 111).

<sup>173</sup> “It is probably an overstatement to claim that many Romanists are really closet colonialists at heart [...]. Essential to this type of thinking is the notion that in the western part of the Roman empire, the creation of the new order required the extermination of the natives and their replacement by a largely Roman population. For political and ritual reasons, Roman generals emphasised and even exaggerated the casualties they had inflicted on the groups that they had conquered. Historians both ancient and modern have stressed the number of slaves that were taken from areas that the Romans conquered. The picture that results from these two processes is one in which the native population is either eliminated or reduced to a marginal existence.” (Dyson, 1991: 27).

pelo abundante quadro descritivo e informativo propiciado pelas fontes latinas, que portanto permitiam conhecer e caracterizar o paradigma *romanizador*.

Ao inverso, a partir das décadas de setenta e oitenta, e de forma sistemática, já durante a década de noventa, sucederam-se as *leituras indigenistas*, segundo as quais a criação de uma paisagem romana era no fundo o resultado das dinâmicas inter-actantes com as realidades locais, que desempenharam um papel essencial na modelação das formas de implementação das estruturas vivenciais e dos códigos de poder. Ou seja, o poder de Roma era em parte subsumido pelos quadros locais que actuavam como geradores de complexidade e de soluções diferenciadas, assumindo-se a *romanização* como um processo reactivo entre Roma e as realidades locais. Desta forma teríamos, não uma *romanização* unilinear, mas várias *romanizações* específicas e variáveis.

De que forma podemos rastrear este processo no registo arqueológico?

Como atrás foi escrito, aparentemente a realidade é menos complacente com a visão *dialogante* e desestruturada que a *agenda de investigação* mais recente tem proposto: a radical transformação da arquitectura do povoamento corre a par da também radical transformação das *diversas arquitecturas*, sejam elas urbanas ou manifestando-se em espaço rural. Todavia, o processo não é linear e está longe de ser conhecido. Repegando no exemplo de *Ammaia*, qual a escala da ruptura? Porque não é indiferente instalar comunidades indígenas no espaço que já conhecem, embora dentro de um equipamento criado de raiz, em lugar de trazer componentes étnico-culturais novas, como os colonos itálicos, e colocá-los a interagir com as comunidades pré-existentes. Quero com isto dizer que a criação de uma *paisagem provincial* é feita de fenómenos muito mais profundos do que instalações de gentes, sejam estas no sentido de deslocações das pessoas que ali habitam ou de *importações* de pessoas vindas de outros lugares. E nesse sentido os dados são diversos, para mais em área regional onde a pluralidade indígena parece ser tão marcada.

Para complexificar o quadro, note-se que as dinâmicas evolutivas já eram uma marca das próprias sociedades indígenas. As *sementes de mudança*, digamos assim, já se encontravam em plena evolução<sup>174</sup>, e a chegada de Roma – ou, mais concretamente, a implementação de uma nova ordem administrativa – apenas contribuiu para reformular esse processo. Seja como for, os substratos locais não são suficientemente conhecidos e a percepção da sua valorização não pode ser inteiramente determinada de momento.

Os centros políticos são indiscutivelmente *ex novo*. As duas *urbs*, *Ammaia* e *Abelterium*, são equipamentos criados de raiz, tal como sucede com a capital provincial, mas diferentemente desta na composição humana, pois enquanto *Augusta Emerita* é uma fundação colonial, *Ammaia* mantém um substrato indígena visível na onomástica dos seus magistrados Próculo e Omuncião; quanto à localidade que subjaz à actual Alter do Chão, pouco sabemos. É provável que esta criação romana, patenteando um tão forte esforço construtivo, reflecta também a ausência de conhecimento das comunidades regionais sobre modelos urbanísticos mediterrânicos, como já foi sublinhado<sup>175</sup>, e que por isso Roma tivesse de assumir um papel eminentemente *urbanizador* em área interior, onde as influências helenísticas e semitas não tinham chegado, assumindo a vocação civilizadora que uma *urbs* sempre detinha<sup>176</sup>. Note-se, contudo, e em outras passagens voltarei ao tema, que no Alto Alentejo o tecido urbano parece sempre ser muito rarefeito: a urbe situada no

<sup>174</sup> Por exemplo, em Fabião, 1998a: 511, vol. 2: “Apesar de não ser fácil, no estado actual dos conhecimentos, determinar com rigor a magnitude destes fenómenos, sobretudo pelas lacunas de prospecção e pelas escassas escavações realizadas, julgo que poderemos identificar ao longo do extenso período aqui tratado duas situações-tipo: aquilo a que poderemos chamar fenómenos de “esgotamento” de certos modelos de instalação, que sou tentado a definir como transformações *estruturais*, relacionadas com as próprias dinâmicas sociais; e outros que se poderão considerar de índole *conjuntural*, embora possam configurar extensas soluções de continuidade nos modelos do povoamento”. É certo que as palavras do Autor se referem a um momento anterior, mas as velocidades, as rupturas e as transformações das sociedades locais já estavam em curso antes mesmo da presença latina.

<sup>175</sup> Fabião, 1998: 489, vol. 2.

<sup>176</sup> Edmondson, 1990: 160-167 e 1994: 18.

concelho de Marvão situa-se muito descentrada para Norte, e entre esta e *Abelterium* existe uma grande distância, bem como entre esta e *Ebora*. Portanto faltam-nos núcleos urbanos<sup>177</sup>, mas é também necessário notar que a delimitação dos territórios não dependia forçosamente da presença de *urbs*, podendo ser feita sem se proceder à urbanização do espaço<sup>178</sup>.

No campo, na paisagem rural, porém, o fenómeno parece ser diverso. E talvez a debilidade do tecido urbano do Alto Alentejo mais não seja, afinal, que o reflexo da força do mundo rural, do modo como este foi encarado por Roma como uma aposta estratégica fundamental para a potenciação de recursos económicos e para a integração das gentes na órbita do Império. Assim, também no campo vemos o modo como Roma rasgou todos os horizontes anteriores e “provavelmente, pela primeira vez se forjou aquilo a que chamaríamos uma paisagem rural, contraponto indispensável dos novos centros urbanos.”<sup>179</sup> Neste fio de raciocínio, talvez a escassa aposta na criação de cidades nesta região demonstre, não um qualquer desinteresse de Roma, mas o modo como a vivência rural tinha dinâmica autárquica suficientemente forte para criar mecanismos de intensificação social e económica próprios.

Todavia, para o entendimento do que foi a criação desta paisagem rural, temos apenas indirectos instrumentos de leitura, que para este momento são escassos e de difícil manuseamento, essencialmente por um generalizado desinteresse da investigação portuguesa onde a percepção dos fenómenos de transformação e mudança foi sempre menos analisada<sup>180</sup>. Basicamente, temos a epigrafia, onde poderíamos ler as pervivências onomásticas indígenas (ou as diferentes onomásticas); e os materiais arqueológicos. E aqui poderíamos contar com os *níveis de fundação*, acaso eles existissem, mas infelizmente as estratigrafias para estes momentos são inexistentes ou não documentadas. Quanto aos textos, são infelizmente de pouca utilidade, dadas as imprecisões cronológicas, e faltam-nos as vozes locais como contraponto à perspectiva romana, necessariamente comprometida e parcial.

Mas, em resumida leitura geral, parece ser possível seguir a perspectiva de Varrão<sup>181</sup>: após as Guerras Civis, pacifica-se o território, com o progressivo termo da instabilidade motivada pelas insubordinações indígenas e pelas lutas entre romanos. Será sobretudo com Augusto que um profundo movimento de ordenamento da paisagem se irá verificar. A política de reconciliação promovida pelo filho adoptivo de César irá consubstanciar-se “na grande transformação na rede de povoamento no Sudoeste”, promovida após a

---

<sup>177</sup> O fenómeno é muito relevante e merece um esforço da investigação para aquilatar as suas causas. Geralmente existe uma relação directa entre a concentração urbana e a exploração económica do território envolvente: “C’est presque toujours le cas des colonies et des municipes, ce qui explique la concentration urbaine dans les régions propices à l’agriculture et le nombre élevé de villas que l’on trouve souvent à proximité de ces foyers” (Gorges, 1979: 77). Portanto, o facto de o Alto Alentejo não ter sido mais urbanizado (pelo menos é essa a impressão actual) terá necessariamente de ter uma causa do ponto de vista geo-estratégico pois, como o autor menciona, “les villas sont nombreuses partout où il y a une forte urbanisation [...]”.

<sup>178</sup> O caso de *Munigua* é bem conhecido, pois trata-se de uma *civitas* sem dimensão de *urbs*: “[...] en el caso de *Munigua* [...] no existe tal *urbs* puesto que las excavaciones han demostrado que se trata fundamentalmente de un santuario que cumplió seguramente en su momento con el cometido de ser lugar tanto de culto como de gestión y reunión de los habitantes de los territorios colindantes sin la necesidad de recurrir a la creación de una *urbs*. Eso mismo ocurrió incluso cuando se convirtió en época flavia en municipio latino. Se trata, por tanto, de dos formas de *civitas*, en la que una tiene *urbs* y la otra no, sin que eso signifique que su sistema organizativo en cuanto a los territorios tuviese que ser diferente.” (Saez Fernandez, 2002: 411). Creio que este fenómeno tem sido muitas vezes esquecido no momento de tentar delimitar as circunscrições administrativas romanas.

<sup>179</sup> Fabião, 2001: 112.

<sup>180</sup> A este respeito resulta muito estimulante a afirmação de Carlos Fabião (2001: 113) para quem uma “*arqueologia processualista* [...] não chegou nunca a vingar entre os arqueólogos que, em Portugal, estudavam estes períodos”, devendo termo *processualista* ser entendido no sentido literal de análise de processos de transformação.

<sup>181</sup> R. r. I.16.2.

“romanização jurídica”<sup>182</sup>. Procede-se então à organização administrativa com a imposição de um novo quadro referencial que vai enquadrar a vivência quotidiana. A delimitação dos termos provinciais, com a demarcação das áreas de gestão municipal, e a estruturação de um sistema viário que liga os centros de poder vai criar, agora sim, uma ruptura com os quadros anteriores. E neste aspecto, se a progressiva identificação de “casais agrícolas” indígenas da Idade do Ferro nos mostra como afinal as sociedades indígenas eram muito mais agricultoras do que os retratos deixados nas fontes nos levavam a crer (dada a ênfase sempre posta no bandoleirismo e nos arcaicos modelos de economia pastoril), convém não esquecer que a escala económica é agora completamente diversa e que, se coincidências existem na implantação espacial de *villae* sobre locais anteriores, tal não passa de isso mesmo: uma mera coincidência – no sentido da descontinuidade temporal, da convergência de estratégias... –, ditada pela proximidade de recursos endógenos, como no fundo coincidências também existem na implantação de montes alentejanos sobre estruturas fundiárias romanas...

Com Augusto, portanto, assistimos à imposição de uma nova ordem<sup>183</sup>. Não custa pensar que a estruturação da paisagem passou também pela infra-estruturação da mesma: além de núcleos urbanos, exigiu a implementação de uma rede viária, com a necessária construção de pontes e outras obras de arte. Mas sobretudo, o desenvolvimento de competências técnicas, de um novo saber-fazer que criou uma outra forma de exploração agrícola e de apropriação do território<sup>184</sup>.

Arqueologicamente, como se detecta este processo?

Infelizmente, para a área em apreço não existe uma massa de dados similar à da área da Vidigueira, onde as sondagens realizadas demonstraram densos ritmos de fundação/refundação/abandono de núcleos rurais, em tempos curtos de duas ou três gerações<sup>185</sup>.

Voltemos então aos campos já referidos.

Em textos recentes juntei perspectivas nas possibilidades de abordagem às redes de povoamento, combinando as informações de elementos epigráficos<sup>186</sup> e cerâmicos<sup>187</sup>, que apresentam conteúdos relevantes para a percepção destes fenómenos de transformação e mudança.

Sobre os primeiros, para esta área regional detemos um texto relevante: o voto anual da *civitas ammaiensis* dedicado a Cláudio<sup>188</sup>. Nas margens da zona aqui em estudo, juntamos os pactos de hospitalidade: o juramento dos *Aritiensim* a *Caius Ummidius Durmius Quadratus*, legado de Calígula<sup>189</sup>, proveniente da área de Alvega do Tejo (próximo de Gavião, no canto

---

<sup>182</sup> Fabião, 1998: 551, vol. 2.

<sup>183</sup> É provável contudo que o programa augustano se tivesse preocupado primeiro, e assim incidido mais, sobre as zonas litorais e costeiras, essenciais para a implementação dos circuitos comerciais na província. Pelo menos as dedicatórias epigráficas assim o parecem documentar. Deste modo, a organização das paisagens das áreas interiores poderá ter sido ligeiramente posterior no tempo, ou pelo menos corrido a uma velocidade diferenciada.

<sup>184</sup> O novo entendimento da economia rural que Roma implementa traduz-se na concepção da agricultura como elemento motor do desenvolvimento, quer pela criação de um novo mercado interno agora em nascença, quer pela necessidade de abastecimento da metrópole que vê na *Hispania* um território fértil e estrategicamente interessante. Esta aposta faz-se pela via da colonização humana, pelas obras necessárias, mas também pelo “développement de nouvelles techniques agricoles (amélioration de l’outillage, création d’ouvrages hydrauliques, introduction de nouvelles variétés d’espèces cultivées) [...] (Gorges, 1979: 76)” para além da criação de correntes comerciais e de mercados internos e externos. Quero com isto dizer que Roma não foi apenas a execução de obras materiais, mas a implementação de uma verdadeira *nova economia* nos modelos e exploração do território, e portanto o seu entendimento, e as consequências do ponto de vista arqueológico, tem de ser muito mais complexo e vasto do que a simples suposição de que a agricultura romana se limitou à introdução de *villae* na paisagem.

<sup>185</sup> Mantas, 1998 e Mantas & Sillières, 1990.

<sup>186</sup> Morgado & Carneiro, 2011.

<sup>187</sup> Carneiro & Sepúlveda, 2011.

<sup>188</sup> IRCP n° 615; comentado nas pág. 751-752.

<sup>189</sup> IRCP n° 647 e comentário na p. 752.

noroeste da área em estudo) e ainda o pacto estabelecido sob o governo de Tibério com *Lucius Fulcinius Trio* e que foi encontrado próximo de Juromenha<sup>190</sup> (portanto junto ao oposto extremo sudeste). Conjuntamente, estes textos documentam, já para um período mais avançado, uma instalação pacífica, uma aceitação natural dos novos detentores do poder pelas comunidades aqui residentes. Mas reflectem também que o poder de Roma encaixou na perfeição em hábitos já existentes nestes territórios e que consistiam em necessidades de protecção (no mais amplo sentido do termo, fosse defensiva, subsistencial, ou de simples favorecimentos<sup>191</sup>) que eram firmados na sequência de uma tradição anterior. Estas relações que agora se consolidam, em âmbito institucional, como nos dois primeiros casos, ou aparentemente pessoal, no terceiro, reflectem também a ausência, ou insipiência, de uma sociedade hierarquizada, escalonada, antes da chegada de Roma, que verdadeiramente irá proceder à organização dos elementos locais - que pelos vistos, aceitam de bom grado este poder protector. E o que é mais interessante notar é que este processo de fidelização corre entre romanos e indígenas, nos dois exemplos iniciais, mas também dentro da própria comunidade latina, como deduzível do facto de a *gens Stertinia* poder ser uma família de colonos. Todos replicam as mesmas fórmulas, portanto.

Rapidamente este processo irá decorrer em âmbitos mais pessoais e privados.

A instalação de colonos na margem actualmente portuguesa do *Anas* é um fenómeno ainda mal conhecido por insuficiência de dados arqueológicos e epigráficos. Neste sentido, a escassez de menções de Elvas e, sobretudo, de Campo Maior, é muito notória. Todavia, temos um documento relevante, embora infelizmente de proveniência incerta (arredores de Elvas). Refiro-me concretamente à epígrafe de *Gaius Axonius*, filiado na tribo *Papiria* e veterano da *Legio XX*, que menciona especificamente a sua naturalidade de *Firmum Picenum*, na própria península Itálica<sup>192</sup>. Muito provavelmente datada do tempo de Augusto ou dos inícios de Tibério, documenta a instalação da primeira geração de veteranos. Neste processo insere-se ainda a epígrafe dedicada por *Iulia Prima* ao seu marido e antigo patrono, *Gaius Iulius Gallo*, veterano da *Legio VII* e emeritense que terá recebido certamente alguma propriedade na zona de Elvas, de onde a peça provém. Se a dedicatória pode ser datada dos inícios do século II d.C., isso significa que terá recebido terras na segunda metade da centúria anterior, o que indica que a repartição de terras aqui terá ocorrido em momento já relativamente tardio<sup>193</sup>.

Outro plano em que podemos avaliar o processo reside na própria mistura de contingentes populacionais, no forjar de uma nova sociedade a partir das relações matrimoniais. Nesse aspecto é muito interessante olhar para duas placas epigráficas do concelho de Monforte, já analisadas em outro momento<sup>194</sup>: nos textos de Herdade de Mateus<sup>195</sup> e de São Pedro de Almuro<sup>196</sup> encontramos dois exemplos de união entre o fundo indígena e o contingente romano. União nas famílias, facto visível através dos antropónimos, mas também na forma de identificação, combinando os usos latinos com as tradições locais. Ou seja, verdadeiramente, o criar de uma nova sociedade, a partir da miscigenação de contingentes étnicos e da criação de novas formas de auto-identificação e de percepção do eu. Uma vinculação à terra e aos outros que vai criar uma nova vivência do território.

Quanto aos padrões cerâmicos, dois singelos fragmentos de *terra sigillata* itálica recolhidos em prospecções na *villa* de Horta da Torre trouxeram dados relevantes para o

---

<sup>190</sup> IRCP n.º 479. A peça pode ser datada de 21 de Janeiro de 31.

<sup>191</sup> Materializada na fórmula *hospitium fecerunt* gravada no documento de Juromenha que manifesta o modo como L. F. Trio os recebeu como *clientelam*.

<sup>192</sup> IRCP n.º 576.

<sup>193</sup> IRCP n.º 577 e comentários na p. 643.

<sup>194</sup> Morgado & Carneiro, 2011.

<sup>195</sup> IRCP n.º 578

<sup>196</sup> IRCP n.º 595a.

conhecimento do tempo em que se estabelecem as redes comerciais e circuitos de troca<sup>197</sup>. O seu achado em prospecções no sítio do concelho de Fronteira indica-nos uma precoce instalação no local (e ainda que eventualmente o construtor e primeiro ocupante tenha sido um colono itálico), e a criação de uma rede de comércio e abastecimentos que começou a funcionar de forma muito rápida e consistente<sup>198</sup>. Em relação a outras presenças de importações itálicas, os dados são muito escassos, dada a inexistência de conjuntos de materiais publicados para esta área regional. Mas pelas poucas informações existentes o afluxo comercial e a integração nas rotas do Império estariam consolidados em pouco tempo. Por exemplo, na “Villa 1” da Quinta das Longas menciona-se uma “fraca presença de *terra sigillata* itálica”<sup>199</sup>, mas as produções chegam ao local. Todavia a imagem é irremediavelmente truncada pela dinâmica do próprio sítio arqueológico. Teríamos então um espaço onde o funcionamento do mundo rural ocorre mais rapidamente que a consolidação e animação dos núcleos urbanos, onde a situação parece correr mais lentamente<sup>200</sup>? Esta informação aportada pela *terra sigillata* é de alguma forma concordante com os dados trazidos pelos naufrágios no Mediterrâneo (visto que as escavações em sítios arqueológicos rurais ainda trouxeram pouca informação), embora estes carregassem sobretudo produções da *Baetica*. A par de cargas de metais, as ânforas registadas mostram como a paisagem já se encontra reconvertida para o modelo produtivo romano<sup>201</sup>, que se irá implementar durante todo o século I d.C., mesmo em contextos de alguma perturbação, como as contendas pela sucessão imperial que ocorreram entre 68 e 69 d.C.<sup>202</sup>.

### 3.3.2. A vida da paisagem romana da Lusitania

Ao longo do século II – um período genericamente ignorado pela Arqueologia rural, e por isso difícil de caracterizar – o elemento mais relevante parece ser o estabelecimento das plenas capacidades produtivas das *villae* e a concretização dos modelos fundiários de ocupação do território. Se é certo que, na linha dos momentos anteriores, o reforço das suas vertentes senhoriais é um eixo de força constante, o corolário reside na capacidade de desenvolvimento dos sistemas agro-pecuários. Em concreto, será durante este período que as *villae* se estendem à maior parte do território peninsular, deixando de ser uma realidade mais típica de zonas costeiras ou de áreas até aí mais romanizadas<sup>203</sup>. Por todo o território encontramos agora *villae*, e seguramente a área cultivada terá também aumentado de forma exponencial, com o arroteamento de novos territórios. Este processo, contudo, não parece

<sup>197</sup> Carneiro & Sepúlveda, 2011. Da *villa* romana da Horta da Torre provêm dois fragmentos com marcas de oleiro e que receberam os números de inventário RS/1 [144] e RS/1 [155]. São de origem itálica e apresentam punções oriundos das olarias de *C. SERTORIVS PROCULVS* e *CN ATEIVS EVHODVS*. O primeiro foi um oleiro com oficina em Arezzo e que desenvolveu a sua actividade entre os anos de 15 a.C. e 5 d.C., o segundo refere-se a um atelier da zona de Pisa que funcionou entre 5 a.C. e 40 d.C.

<sup>198</sup> Embora até ao momento estas marcas de oleiro não estejam registadas em *Augusta Emerita*, apenas na Tarraconense. Portanto, o presumível proprietário destes recipientes cerâmicos poderá ter obtido as peças em outros lugares e tê-los transportado consigo durante algum tempo. De qualquer modo, o achado destas marcas em território tão interior é relevante, pois até agora só ocorriam em zonas litorais.

<sup>199</sup> Almeida & Carvalho, 2004: 375. A mesma situação é detectada para o espaço extremeño (Martín de Cáceres, 1984: 61).

<sup>200</sup> Para *Augusta Emerita* temos os dados de Rodríguez Martín, 2006: 189, indicando que, embora o grande programa construtivo seja augustano, os padrões cerâmicos de presenças de importação mostram que a cidade só irá desenvolver dinâmicas comerciais a partir de Tibério.

<sup>201</sup> A bibliografia existente sobre os naufrágios é vasta, mas para a perspectiva que nos importa remeto para Gorges, 1979: 32 e ss. e Fabião, 1993-1994. Relembro contudo que a base subsistencial das produções agrícolas já deveria existir, pois as cargas anfóricas recensadas continham vinho e azeite, e o tempo que vinhas e em especial oliveiras levam para atingir a produção plena nas suas etapas de crescimento é ainda considerável. Para as produções da *Lusitania* os dados são infelizmente quase inexistentes, mas foram objecto de uma análise efectuada por Carlos Fabião (1998b: 178-183) que permitiu documentar “a inversão da tendência”, ou seja, o momento a partir do qual as províncias hispânicas passam de receptoras das produções itálicas a exportadoras de fluxos comerciais para a metrópole.

<sup>202</sup> Tácito, *Ann.* 13. 46; *Hist.* I,76.

<sup>203</sup> Gorges, 1979: 39.

ter sido muito estável, dado o rearranjo dos *fundi* que a documentação arqueológica permitiu comprovar em algumas zonas<sup>204</sup>. Também nas zonas mineiras parecem existir algumas dificuldades, como atestado para *Vipasca*<sup>205</sup>, ou por causas externas, ou no contexto de novas questiúnculas pela sucessão imperial em que a província se vê envolvida. Após esta convulsão o modelo estabiliza-se, a posse da terra torna-se mais sólida<sup>206</sup> para se afirmar a “personnalité de cette province”<sup>207</sup> e se afirmar o “domínio do local”, pelo menos na viticultura<sup>208</sup>. Em consequência, a *villa* torna-se efectivamente o centro de um domínio fundiário, ainda sem os fenómenos de monumentalização que se acentuam na centúria seguinte, caracterizando-se por ser um estabelecimento agrícola de grandes dimensões. O edifício de Torre de Palma que corresponde a esta fase parece corporizar de forma plena esta vocação, construído talvez por *Marcus Coellius Celsus*, o dedicante da ara a Marte. A «ruralização» da paisagem, que a historiografia geralmente aponta para períodos mais tardios, poderá não ter fundamento se pensarmos que uma das constantes desta província – aliás exemplarmente demonstrada no Alto Alentejo – reside na debilidade dos sistemas urbanos, na escassa urbanização das províncias. Desta forma, é natural pensarmos que as *villae* enquanto residências sedentárias, sedes de poder de um proprietário, seriam um fenómeno mais disseminado do que o habitualmente entendido, o que ajuda a explicar a expansão dos tecidos rurais organizados em torno das *villae* que durante o século II e III encontramos nestes campos. Este é também um período mal conhecido, com ondas de instabilidade provocadas por perturbações que afectaram o tráfego mediterrâneo mas também pela insatisfação de populações que manifestam o seu descontentamento, possivelmente por questões fiscais<sup>209</sup>.

Estes fenómenos são muito relevantes para percebermos o que se passa durante o conturbado século III<sup>210</sup>. Aparentemente os danos que a zona ocidental da Península sofre são muito mais esparsos do que o ocorrido, por exemplo, na Tarraconense, onde efectivamente ocorrem episódios de grande violência, embora mesmo assim de impacto diferencial entre a Catalunha e os territórios interiores do vale do Ebro<sup>211</sup>. A Península parece sobreviver sem grandes danos às crises políticas deste período, pelo que a causa da recomposição da paisagem rural a que assistimos durante este período residirá em motivações internas, essencialmente por pressão fiscal e fenómenos de instabilidade financeira. Neste processo também será de considerar a concorrência vinda do Norte de África, dado o crescimento das exportações a partir dos centros produtores dessas províncias, com significativos reflexos visíveis no registo arqueológico da cerâmica fina e nos contentores anfóricos, embora a área regional resista bem, com uma grande vitalidade nos circuitos de abastecimento interiores que trazem a *terra sigillata* hispânica tardia<sup>212</sup>.

---

<sup>204</sup> A melhor conhecida refere-se à envolvente de São Cucufate: Sillières & Mantas, 1990, trouxeram dados que identificaram o abandono de sítios como Boa Vista, Courela das Antas, Choupana e Apariça em torno a estes momentos. A sua integração em propriedades de maior dimensão tem sido genericamente apontada como o factor de abandono. Note-se ainda que este poderá ser o momento em que a própria *villa* de S. Cucufate sofre uma profunda reconstrução.

<sup>205</sup> IRCP 121; Domergue, 1987: 299-301.

<sup>206</sup> Deixando de haver a frequência de mudanças de proprietários e propriedades que as escavações em torno de S. Cucufate documentaram (Sillières, 1994).

<sup>207</sup> Gorges, 1979: 40.

<sup>208</sup> Fabião, 1998b: 183-184.

<sup>209</sup> Le Roux, 2010: 140-150.

<sup>210</sup> É interessante analisar o modo como a própria historiografia tem oscilado no juízo avaliador deste período, e nas percepções sobre o curso dos acontecimentos. Veja-se por exemplo os reparos de Alexandra Chavarria Arnau (2007: 90 e ss.) à visão catastrofista que Jean-Gérard Gorges apresentou para o momento em causa.

<sup>211</sup> Ver, por exemplo, Gorges, 1979: 43-47 e fig. 7. Na zona do Ebro as perturbações são episódicas, o que não ocorre no litoral, onde, por exemplo, a queda de *Tarraco* em 262 constitui o episódio mais violento.

<sup>212</sup> Carneiro & Sepúlveda, 2005.



Portanto, a paisagem altera-se, talvez não por factores externos, mas seguramente pelas dinâmicas internas das sociedades. Uma das decisivas transformações será efectuada pela progressiva concentração fundiária, de que as próprias fontes nos dão conta<sup>213</sup>.

As dificuldades de percepção do que realmente se passa durante o século III e a sua passagem para o IV são também potenciadas pelo conhecido declínio do hábito epigráfico. Para esta área regional os escassos dados provêm dos marcos miliários, que de algum modo testemunham a possibilidade de inserção destes suportes “na documentação do culto imperial”<sup>214</sup>. Temos as inscrições miliárias dedicadas a Caracala<sup>215</sup>, Heliogábalo<sup>216</sup>, Maximino<sup>217</sup>, Probo<sup>218</sup>, Tácito<sup>219</sup> e Maximiano<sup>220</sup>. Esta profusão é deveras interessante e deve ser lida em vários planos. Mais do que testemunhar uma efectiva renovação viária<sup>221</sup>, que só em troços localizados deverá ter ocorrido, documenta, por um lado, a utilização das inscrições em marcos miliários como elementos de propaganda imperial e da fidelidade das comunidades locais a quem exercia (mesmo que episodicamente) o poder imperial; mas deve ser vista também como “sintoma do interesse com que as populações do *conventus* seguiam a evolução do poder central, a que, sempre que necessário, manifestavam o seu apoio”<sup>222</sup>. Ainda sobre miliários, para um momento ligeiramente adiantado, já na tetrarquia, continuamos a deter testemunhos expressivos: o exemplar da Terrugem<sup>223</sup> e, sobretudo, o núcleo de Estremoz, muito homogéneo, o que (aqui sim) certamente documenta a renovação de um extenso troço viário<sup>224</sup>.

Se os traçados das vias sofrem remodelações, na arquitectura privada em meio rural o mesmo fenómeno terá ocorrido. Em certos casos, podemos falar de ampliações construtivas: Torre de Palma, por exemplo. Em outros, trata-se de uma verdadeira estrutura nova que agora é construída, sem que da anterior fique a pré-existência, como terá ocorrido em Quinta das Longas (Elvas) com a criação de uma nova residência com uma planimetria inteiramente inédita<sup>225</sup>. Na região vizinha da Extremadura espanhola este é também o tempo das grandes *villae*, com instalações sumptuosas que se estendem por

---

<sup>213</sup> Em meados do século III Cipriano dizia que “*os ricos acrescentam domínios aos domínios, expulsam os pobres dos seus confins e as suas terras estendem-se sem medida e sem marcos*” (citado em Bernardes, 2007: 66, nota 78).

<sup>214</sup> IRCP p. 756.

<sup>215</sup> IRCP nº 661 e 662.

<sup>216</sup> IRCP nº 663.

<sup>217</sup> IRCP nº 664.

<sup>218</sup> IRCP nº 668.

<sup>219</sup> IRCP nº 666a.

<sup>220</sup> RP 6/95.

<sup>221</sup> A hipótese da renovação dos troços viários, essenciais para manter com a vitalidade necessária os circuitos comerciais que previsivelmente estariam abalados pela instabilidade do século III, deve contudo ser considerada como hipótese muito plausível pelo menos em certos troços, pois a via proveniente de *Scallabis* apresenta uma homogeneidade temporal nos miliários concentrada em finais do século III (entre 276 e 310, no máximo) e o conjunto da via XII está escalonado em dois períodos: entre 198 e 238 (no núcleo de Barbacena) e entre 317 e 350 (também considerando os períodos máximos compreendidos nas titulaturas). Ver quadro-resumo em Carneiro, 2002: 141-142, e também Alarcão, 2006.

<sup>222</sup> IRCP p. 756.

<sup>223</sup> IRCP nº 670, cuja datação precisa é mais problemática por não ter inscrita a enumeração dos títulos honoríficos de Diocleciano e Máximo (principado conjunto entre 286 e 305).

<sup>224</sup> IRCP nº 673, 674, 675, datados do intervalo entre 317 e 320.

<sup>225</sup> À época da redacção do seu trabalho, J.-G. Gorges (1979: 52) afirmava que “*nous avons recensé, de manière sûre, plus de cent quarante établissements répartis à travers l'ensemble des Espagnes*” que são refeitos ou construídos de raiz nos finais do século III e inícios do IV. Torna-se importante precisar uma outra afirmação do autor, quando afirma (p. 85) que existe uma continuidade na implantação das *villae* pois “*il apparaît que la plupart des installations primitives (République et I<sup>er</sup> siècle ap. J.-C.) subsistent au moins jusqu'au milieu du III<sup>e</sup> siècle.*” Na Quinta das Longas existe uma mesma implantação, mas na prática são dois sítios completamente diferentes, sem uma incorporação da pré-existência na nova estrutura planimétrica que agora se instala. Ou seja, os nexos de continuidade resumem-se unicamente à sobreposição topográfica. O mesmo se passa no paradigmático sítio de São Cucufate, onde se data de 360 a construção de um edifício de planta totalmente nova (Alarcão, Étienne & Mayet, 1990).

hectares<sup>226</sup>. Portanto, e apesar da carência de dados cronológicos, é legítimo supor que a maioria dos grandes estabelecimentos que aqui encontramos no Alto Alentejo reflectem a dimensão autárquica das estruturas fundiárias neste período e a vitalidade que a paisagem rural apresenta. Em quase toda a área em estudo encontramos grandes *villae* que ocupam os solos mais ricos, as paisagens mais propícias e os lugares onde mais facilmente as vias chegam. Em resumo, é este efectivamente o “momento de máximo esplendor” na arquitectura rural dos campos hispânicos<sup>227</sup>.

Mas este é já um momento em que o tempo acelera, e converte a realidade imperial em outro universo. Um mundo distinto, com outros desafios.

#### 4. Estruturas de povoamento em meio rural em época romana

A nossa percepção da arquitectura de povoamento em meio rural na Antiguidade alterou-se totalmente nos últimos anos. A leitura que hoje detemos é muito mais apurada e complexa, esbatendo a simplista teoria de que a paisagem imperial se encontrava homogeneamente repartida por grandes *villae* que se distribuíam repetidamente pelo espaço até ao infinito. O panorama é actualmente polifacético, essencialmente pela confluência de dois factores:

- uma análise polissémica e culturalista das fontes e documentos textuais, inscrevendo-os no quadro temporal e cultural em que foram escritas, procurando determinar os seus conteúdos substantivos de forma aprofundada e hermenêutica, em lugar de os ler de acordo com molduras pré-concebidas ou excessivamente à letra<sup>228</sup>;
- o intensificar da investigação, em particular a que tem decorrido de forma centrada em estudos intensivos de território que aumentaram em muito o quadro de referência disponível<sup>229</sup>. Em lugar do achado fortuito ou da descoberta espectacular, que apenas

---

<sup>226</sup> Entre os casos mais significativos temos o estabelecimento monumental em La Cocosa, Badajoz, infelizmente destruído (Serra Rafols, 1952). Ver um reportório de sítios em Fernandez Castro e também Aguilar Saenz & Guichard, 1993; sobre o processo arqueológico ver também Fuentes Domínguez, 1995; Mateos Cruz, 1995; Mateos Cruz & Caballero Zoreda, 1995.

<sup>227</sup> Chavarria Arnau, 2007: 93: “El siglo IV constituye el período de máximo esplendor de la arquitectura residencial en la *Hispania* rural, desarrollo que afectó a gran parte de las provincias occidentales del Imperio. Este fenómeno es particularmente evidente en el interior de la Península: en el valle medio y alto del Ebro, en la zona de la Meseta (valles del Duero y Tago) y también en la *Lusitania*, de modo muy significativo en los territorios de *Augusta Emerita* y de *Pax Iulia*. Los sectores residenciales de las *villae* situadas en estas zonas son objeto de importantes reformas, destacando en todos ellos el cuidado prestado a los espacios dedicados a la representación pública del propietario como los peristilos, las habitaciones de recepción y los conjuntos termiales.” É certo que este fenómeno não ocorre em todas as províncias da mesma forma, notando-se importantes variações regionais, como a própria autora frisa, mas na zona central da península, entre o Alentejo e os campos de Salamanca e da Meseta, o processo é bem notório. Curioso é notar que raras são as fundações *ex novo*, resultando a evolução, ou da ampliação de espaços já existentes (como a *estratigrafia horizontal* de Torre de Palma indica) ou da reformulação, por vezes radical, do pré-existente, criando uma *estratigrafia vertical* como em Quinta das Longas. Note-se ainda que sítios existem, como La Olmeda (e Torre de Palma?) em que a reformulação tem dois momentos.

<sup>228</sup> A par de uma leitura menos *romanocêntrica*, ou seja, uma análise que é hoje alicerçada no progressivo amadurecimento de uma disciplina que descola de uma visão assente na excessiva valorização do seu objecto de estudo para uma leitura muito mais atenta a formas menos canónicas e diversificadas de habitação. Quero com isto dizer que o estudo da paisagem romana durante longo tempo encarou a *villa* como símbolo máximo da realização latina, esquecendo outros tipos de sítios menos paradigmáticos mas que também coexistiram no tempo e no terreno, incluindo os habitats indígenas até aí menosprezados pelo seu significado atávico e arcaizante. O entendimento actual da paisagem romana é complexo e descomprometido, reconhecendo a diversidade das presenças humanas.

<sup>229</sup> Além das questões tratadas nos âmbitos das novas *agendas de investigação*, a emergência da arqueologia preventiva e da minimização de impactos no decurso de obras veio também permitir a identificação e intervenção em contextos até aí menos *apeteceíveis* e/ou secundarizados, o que ajudou a transformar de modo radical a leitura das unidades de povoamento e dos seus espaços. O fenómeno foi radical em França, criando uma revolução epistemológica no modo como a paisagem romana era até aí entendida (ver, entre outros, van Ossel & Ouzoulias: 2000) mas em Portugal o caso mais paradigmático e precoce talvez seja o conjunto de

permitia identificar as grandes unidades latifundiárias (quando não apenas a *pars urbana*, geralmente em busca dos pavimentos musivos), o palmilhar intensivo da paisagem, muitas vezes no âmbito de grandes obras públicas, da realização de inventários arqueológicos, ou das novas *agendas de investigação*, permitiu iniciar a identificação de pontos de povoamento mais pequenos (por vezes mesmo diminutos) ou de sítios distantes do padrão habitual, quer sob o ponto de vista das evidências de superfície, quer na implantação na paisagem. Estes estudos de âmbito local, regional ou provincial permitiram começar a construir uma base de dados que hoje autoriza comparações inter-territoriais que assim mostram a desigual repartição espacial dos sítios, demonstrando diferentes estratégias e investimentos que contribuem para criar um quadro de análise muito mais rico e complexo.

Desta forma temos vindo a observar como decorre um processo de transferência de uma análise monolítica e homogeneizante, que perdurou no paradigma da investigação durante longo tempo<sup>230</sup>, para um exame centrado na desestruturação, no reconhecimento da (co)existência de redes complexas e na heterogeneidade dos elementos materiais<sup>231</sup>.

Esta desestruturação criou um outro problema. Se até tempos recentes a paisagem era reduzida ao «padrão-*villa*», hoje em dia as categorias conceptuais proliferam, em alguns casos manifestamente desadequadas face às tradições construtivas e habitacionais das regiões em causa, bem como à própria língua portuguesa. Torna-se complexo definir as diferenças entre «quinta», «granja» ou «casal», ou entre «povoado», «aldeia» e «aglomerado». Da mesma forma, muitos prospectores estão hoje pouco capacitados para decifrar o que vêem, para converter a realidade material visível à superfície em linguagem arqueológica. Daí a proliferação de termos neutros e em rigor inúteis, como «habitat» cuja utilização para contextos de época romana é manifestamente... absurda<sup>232</sup>.

Mesmo assim, se analisarmos com atenção a terminologia e a construção conceptual que os autores clássicos fazem do mundo onde viveram, rapidamente descobrimos que estamos ainda distantes de uma leitura que reflecta o carácter polissémico e multi-abrangente que a terminologia tinha na época em que focamos a nossa atenção. No fundo, a paisagem romana era muito mais complexa no que toca à existência de distintas formas de habitar, panorama que tem sido comprovado arqueologicamente mas que, na realidade, um exame atento das realidades literárias já deveria ter feito supor, se a leitura historiográfica não tivesse sido tão enformada pelo “*padrão-villa*”. Mesmo assim, e apesar

---

intervenções realizada no âmbito da rede de transporte de gás (Bugalhão, 2004), que para o território em estudo trouxe *estudos de caso* muito relevantes em Sardos (Monforte), Vinagreira e Pereiras (Elvas).

<sup>230</sup> “Over the last twenty years, the study of the Roman villa has been transformed from an art historical exercise in mosaic stylistics and architectural form to a multi-disciplinary endeavor, embracing not only art and architectural history, but, as this volume attests, economics, social history, and even agricultural science.” (Bowes, 2006: 73). Portanto, a reconfiguração operou-se em duplo sentido: por um lado, uma alteração de paradigma em torno do *objecto-villa*, que deixou de ser entendido unicamente enquanto “manifestação artística” ou “arquitectónica” para ser hoje muito mais complexo, reflectindo toda uma carga de perspectivas sobre a vivência no campo conforme ao entendimento que o Homem latino detinha. Mas simultaneamente a leitura da paisagem deixou de estar centrada unicamente na *villa* para se perceber toda a multiplicidade de formas de habitação em meio rural.

<sup>231</sup> E na busca de novos critérios para a caracterização dos sítios arqueológicos e o seu encaixe nos termos utilizados. Nesse aspecto uma tentativa interessante foi feita por Maria da Conceição Lopes (2003: 228-234) que criou um conjunto de critérios de ordenamento de sítios passíveis de serem inter-relacionados de modo a criar uma rede tipológica hierarquizada de estabelecimentos com base nesses escalonamentos diferenciais (e sirvo-me do léxico utilizado pela autora nos diversos sub-capítulos explicativos).

<sup>232</sup> Partilho inteiramente da opinião expressa por João Pedro Bernardes (2007: 18): “Procurámos evitar a utilização do termo “habitat” para designar qualquer assentamento. A palavra é claramente desadequada para identificar locais com um registo arqueológico ocupacional. [...] Em rigor designa todo o espaço de acção ou nicho ecológico que suporta um ser vivo e não apenas o seu abrigo. [...] quando se trata de realidades arqueológicas mais complexas, marcadas por uma clara hierarquização e organização do espaço e centradas em núcleos habitacionais bem estruturados é, claramente, de evitar. A palavra “habitat” é ainda etimologicamente desadequada. Vindo do latim *habitare* encerra uma carga semântica que se prende com um mundo vivo que, por definição, se opõe às comunidades fósseis que são as que o registo arqueológico nos dá a conhecer.”

de todo o caminho percorrido nas últimas décadas, não deve ser esquecido que existem numerosas fracturas entre a terminologia literária e a diversidade das realidades arqueológicas<sup>233</sup>, criando desfasamentos em dois momentos: na definição arquetípica dos conceitos; e no terreno, no momento de encaixar conceptualmente as evidências de superfície em categorias pré-definidas<sup>234</sup>.

Esta perspectiva já foi por mim tratada em alguns momentos<sup>235</sup> e relembro que as clivagens entre os *significantes* e os *significados* têm sido um problema recorrentemente insolúvel ou incómodo para a investigação, apesar de alguns programas de pesquisa muito consolidados e rigorosos do ponto de vista metodológico<sup>236</sup>. Só que as incertezas iniciam-se a montante, na própria realidade da época, e nas categorias conceptuais dos próprios autores da época, que deixam larga margem de dúvida quanto à significação material das realidades descritas.

#### 4.1. A *villa* enquanto padrão de povoamento

Um dos feixes de potencial dúvida ou incerteza reside na diversidade intrínseca inerente à materialização do conceito-*villa*. Esta questão será discutida mais à frente, quer sob o ponto de vista conceptual, quer na sua manifestação arqueológica. Mas note-se, entre outros, um exemplo concreto, consensualmente adoptado pelos investigadores: do ponto de vista das evidências de superfície, um dos critérios geralmente utilizados para a definição do conceito reside na extensão da área de vestígios. Uma *villa* é geralmente balizada a partir do limite artificialmente estabelecido dos 10.000m<sup>2</sup> de área de dispersão de vestígios à superfície<sup>237</sup>. Mas escavações feitas em sítios arqueológicos evidenciaram a ausência de uma norma no que toca a este domínio, com sítios materialmente circunscritos a áreas muito distintas<sup>238</sup> e dificilmente enquadráveis em uma qualquer norma.

---

<sup>233</sup> Sobre a idealização do conceito “*villa*” foi recentemente realçado que não existe até ao momento identificado qualquer sítio que corresponda à descrição feita por Catão do modelo da “*villa-esclavagista*” em que não é feita qualquer concessão ao conforto ou ao *otium* (Terrenato, 2001: 24-25). Ou seja, o modelo catoniano descreve uma conceptualização que até agora não foi arqueologicamente identificada, o que diz muito sobre os postulados ideológicos dos autores, a sua vinculação ideológica, e os distintos propósitos dos proprietários no momento de materializar as suas residências.

<sup>234</sup> Um caso muito interessante reside no complexo de Valdettores de Jarama, próximo de Madrid, onde um grande edifício octogonal dotado de grande monumentalidade e provido de um peristilo foi recorrentemente integrado na categoria *villa*. Todavia, o local não apresenta qualquer sala de aparato, não possui ornamentos decorativos, não apresenta edifícios termais nem qualquer estrutura interpretável como uma *pars rustica* ou de laboração. Assim, deverá tratar-se de um *macellum* rural ou de um qualquer ponto de convergência de comunidades em momentos concretos, por motivos religiosos ou comerciais. O exemplo é dado em Arce, 2006: 12.

<sup>235</sup> Carneiro, 2004: cap. 3; Carneiro, *Poder & Território; Dependências agrícolas*.

<sup>236</sup> Muitos têm sido os projectos de análise territorial, a várias escalas, procurando definir os diversos níveis de pontos de povoamento que compunham as paisagens de época romana. Independentemente dos resultados e quadros fisiográficos em que decorrem, parece-me que duas conclusões são comuns: a diversidade de formas de habitar; e, de modo algo paradoxal, a homogeneidade intra-categórica, ou seja, uma relativa semelhança nas expressões materiais dos sítios que compõem as diversas categorias. Entre os títulos mais significativos registem-se Potter, 1979, Barker & Lloyd, 1991, Leveau, Sillières e Vallat, 1993, Mattingly, 1996 e 2000, Accardo, 2000, Fentress 2000b, quanto aos programas de investigação; ou Leveau, 2002 e Vallat, 2004 no âmbito das reflexões e leituras de conjunto.

<sup>237</sup> Embora esta leitura tenha sofrido variações caminhando para uma progressiva flexibilidade. Jorge de Alarcão considerava em 1998: 95 que “um lugar com 5.000 a 25.000m<sup>2</sup> [corresponderá] a uma *villa*”. Esta aparente incerteza era fundada na certeza de que múltiplos outros factores existiam, em especial os por vezes negligenciados factores pós-deposicionais, pois já mesmo autor sublinhava em 1990: 423 que “Não nos parece todavia possível definir com segurança a área mínima de dispersão dos achados de uma *villa*; essa dispersão não depende apenas da natureza do edifício enterrado, mas de outros factores, designadamente a inclinação do terreno e os trabalhos de lavoura praticados: numa vertente ou num local de há muito agricultado, os materiais terão sido mais longamente arrastados”.

<sup>238</sup> “La taille des bâtiments groupés est très souvent l’un des critères majeurs de la typologie. Pourtant, les surfaces couvertes sont très différentes: elles atteignent 60x40m à S. Giovanni dei Ruoti, 10x6m à Vittimose, 8x8m à San Nicola, 20x20m à Pareti [...] Sont-ils de la même nature que la *villa* de Patti Marina avec ses 100x60m, soit 6000m<sup>2</sup> [...]?” (Leveau, Sillières & Vallat, 1993: 135). Escusado será fazer o contraponto destas

Da mesma forma, a intensificação de programas de prospecção sistemáticos e o aumento de volume de dados de terreno permitiu contrastar a própria informação assim obtida com as recomendações indicadas nos textos clássicos, mostrando que, mesmo na época, as normas não eram canonicamente seguidas, originando então uma diversidade muito maleável nas formas de adaptação ao terreno<sup>239</sup>.

Em resumo, estamos portanto, perante vários desfasamentos que operam em diferentes níveis, criando vários níveis de segmentação (ou de distanciamento) entre o conceito e a sua materialidade; ou entre o *significado* e o *significante*<sup>240</sup>.

Sabemos hoje que do ponto de vista numérico as *villae* não foram as unidades de povoamento mais significativas na ocupação do território<sup>241</sup>, mas foram-no enquanto fenómeno cultural específico na criação do modelo da *paisagem Imperial*: “The most distinctive feature of rural settlement in the north and western provinces of the Roman empire is the phenomenon of villas. No comparable number of large masonry buildings in the countryside had ever been achieved before the late republic and early empire; it would not be equalled again until the post-medieval period.”<sup>242</sup> A explosão de *villae* na paisagem representa um momento áureo no valor numérico da frequência de sítios na paisagem, mas apresenta duas consequências colaterais.

Uma é o facto de – sabêmo-lo agora – a *villa* ser apenas o elemento mais visível de uma densa rede de povoamento. A intensificação dos estudos de território não permitiu apenas identificar *villae*, mas inúmeras outras estruturas de habitação, fossem elas isoladas (casais, pequenos sítios e outros *praedia*), dispersas ou agrupadas (*vici*, *pagi* e outras formas colectivas). Embora materialmente seja a *villa* que apresenta indicadores de monumentalidade mais relevantes, constitui apenas a face mais visível de uma rede de sítios que se espalhou pelo território de modo tão denso que só no pós-Revolução Industrial encontramos um paralelo numericamente equivalente. Neste sentido materializam um momento de pico nos padrões de povoamento e de densidade de sítios ocupando os campos<sup>243</sup>. Em termos absolutos o Império representou um parêntese pela positiva entre a Idade do Ferro e a Idade Média, com a criação de uma dinâmica excepcional (no sentido etimológico do termo, de excepção) assente em múltiplas unidades de povoamento plurifacetados que ocuparam o território, incluindo muitos sazonais, outros hiper-especializados ou ainda alguns originados pelas dinâmicas do mercado. Não custa transpor este plano para as próprias *villae* pois, sabendo que várias poderiam ser detidas por um único *dominus*, percebemos que os padrões de investimento e de construção poderiam multiplicar-se, não em relação directa derivada de fenómenos de crescimento populacional, mas de capacidade de investimento gerada por um único indivíduo.

---

pequenas *villae* (embora, note-se, os exemplos sejam apenas de “superfícies cobertas”) com os exemplos máximos conhecidos, como a grande construção de Chiragan em Toulouse com os seus dezasseis hectares de diversas construções e um *fundus* estimado em mais de mil hectares. Ou ainda o caso de Montmaurin, outro sítio colossal na mesma região. Para as questões levantadas por estes sítios em concreto ver Balmelle, 2001.

<sup>239</sup> Por exemplo, sobre a implantação das *villae* na paisagem gaulesa: “[...] il eut ressort à l'évidence que les sites considérés sont établis de façon assez homogène, en fonction des conditions géologiques et non du relief. En campagne berrichonne, toutes les formes de relief portent des villas, avec peut-être une concentration particulière sur les rebords des plateaux, aux limites des vallées, mais ce n'est pas là une règle générale. [...] Visiblement, les recommandations des Agronomes antiques relatives à l'implantation des villas n'ont pas toujours été suivies.” (Leday, 1980: 57).

<sup>240</sup> Carneiro, 2004: 43.

<sup>241</sup> Seriam as unidades da “base da pirâmide” como os pequenos sítios, que se assumem como os pontos numericamente mais numerosos. Ver o caso do concelho de Fronteira em Carneiro 2004 e 2005, onde são estes sítios os mais representativos, como aliás se verifica pelos locais inéditos identificados no decurso do presente estudo e que se apresentam no capítulo concelhio respectivo.

<sup>242</sup> Greene, 1986: 88.

<sup>243</sup> O que é diferente de densidade populacional, na medida em que em época romana um mesmo proprietário podia deter várias propriedades.

Segundo ponto, e mais interessante para o plano de estudos em que nos encontramos, a *villa* é uma criação distintamente romana<sup>244</sup> – e no caso lusitano, plenamente imperial –, cujo conceito se esgota e termina com a decadência da civilização que a criou. Materializa um conjunto de paradigmas, de conceitos e de expectativas vivenciais que são culturalmente produzidas naquele contexto específico e que deixam de fazer sentido em momentos posteriores<sup>245</sup>. Mais: representa a junção dos opostos, a coabitação no mesmo espaço arquitectónico de dois conceitos transcendentais, o de *utilitas* – enquanto exploração fundiária que permitia acrescidas fontes de rendimento – e de *voluptas*, por ser um espaço de evasão e de fruição dos deleites do campo. Uma dupla junção, aliás, pois nela também se unem o gosto da *rusticitas* com o conforto dos *urbana ornamenta*...

Este complexo entendimento do conceito deveria ainda alertar-nos para uma outra circunstância: o nem sempre poder existir uma completa adequação entre a realidade material construída e a idealização do pretendido. A existência de “*villae*-imperfeitas”, de estruturas que por diversos motivos não conseguem concretizar as expectativas do seu promotor, é uma situação não devidamente levada em consideração, mas que certamente terá ocorrido. Isto porque a *villa* é uma das mais distintas criações materiais de uma cultura temporalmente localizada e, nesse sentido, apresenta uma multidimensionalidade de conteúdos onde a preferência individual terá sido, seguramente, um dos pontos mais acentuados, mas na qual a transposição para o plano material podia, por diversos motivos, não ser conseguida. Este facto chama-nos a atenção no sentido de poderem existir sítios que “não cumpriram a norma” e por isso apresentam um registo deficitário, por alguma incapacidade de investimento ou de cumprimento dos conceitos definidores.

Finalmente, a excessiva sobre-valorização da vertente agrícola das *villae* radica de uma leitura demasiado à letra dos textos clássicos, fundamentalmente dos autores genericamente designados como «agrónomos latinos»<sup>246</sup>. Mas também de um outro ponto, que consiste na insuficiente percepção dos conceitos “rural” e “agrícola”, sobretudo se enquadrados na época em estudo<sup>247</sup>.

#### 4.2. A *villa* latina: referências literárias e evolução do conceito

A visão que se lança ainda hoje sobre a vivência campestre tida em época romana continua em larga medida a ser empobrecedora. Povo de lavradores na sua essência, Roma

---

<sup>244</sup> Este facto é visível na existência de uma ligação directa entre a componente populacional itálica que se estabelece na *Hispania* nos alvares do Império e a cartografia das *villae* de primeira geração. “Il est donc normal que les villas prolifèrent dans tous les secteurs où la population d’origine italienne est considérable : côté catalane, côté levantine, et bien entendu Bétique [...]” (Gorges, 1979 : 79) e, acrescente-se a zona envolvente de *Pax Iulia* e de *Augusta Emerita* (para o Alto Alentejo os indicadores cronológicos são escassos). Portanto, a *villa* é a materialização de um arquétipo cultural estranho à região e que só se implementa com a chegada de uma componente populacional exterior, não havendo no fundo indígena fenómenos paralelizáveis.

<sup>245</sup> Apesar dos fenómenos de revivalismo muito posteriores, como as construções desenhadas pelo arquitecto Andrea Palladio (1508-1580).

<sup>246</sup> Relembro que, para além das informações contidas nos tratados clássicos que conceptualizam um modelo ideal de *villa*, nós temos de facto muito poucas descrições concretas sobre estas unidades de povoamento. Excluindo os casos itálicos deixados por Plínio e Cícero, para o território da *Hispania* temos apenas menções muito genéricas em Marcial que refere uma propriedade que lhe foi legada por *Marcella* em *Bilbilis* e que ele designa por «cabana» (X, 96 e XII, 18 e 31) e um domínio não localizado de um seu amigo, *Licinianus* (I, 49, 19-20). Referência a partir de Leveau, Sillières & Vallat, 1993: 242 e também de Gorges, 1979: 109.

<sup>247</sup> Leveau, 2002: 8 lembra-nos que no interior de Pompeia foram encontrados restos ósseos de um rebanho; e que uma das actividades desenvolvidas no entorno das *villae* era a existência de espaços artesanais como as *figlinae*. Ou seja, a função agrícola pode também invadir o espaço urbano para além de naturalmente estar presente em meio rural, mas neste desenvolvem-se actividades muito mais complexas e variadas do que as estritamente de cariz agro-pecuário. Esta situação tem consequências, pelo menos do ponto de vista da terminologia jurídica, como recorda o mesmo autor: “[...] la différence entre la *villa* et la *domus* peut s’appuyer sur une matérialisation précise de la limite entre la ville et la campagne. S’il est à l’intérieur du *poenium*, un édifice sera appelé *domus*. Situé à l’extérieur, le même sera une *villa*.” (p. 15).

continua a ser olhada como uma civilização que manteve os seus atavismos quotidianos até ao contacto com as influências helenizantes, já no final da República, que actuaram de algum modo como um *banho civilizador* sobre os rústicos latinos. Contudo algumas escavações realizadas nos solos da Itália demonstraram outra realidade. Sítios como Grotarossa e Auditorium comprovaram que o luxo privado era já bem conhecido pelos aristocratas do século V a.C.<sup>248</sup> Na realidade, a *villa* resulta de uma longa transformação de estruturas de tradições anteriores. Mesmo no século V a.C. já a aristocracia fundiária conhecia e apropriava-se de outros modelos em voga então no Mediterrâneo.

Olhando mais longe, a *villa* deriva da evolução do *oikos* que a Grécia arcaica concebera, e que de certo modo nos surge já retratado no palácio de Ítaca que, na *Odisseia* de Homero, é a casa de Ulisses. Um modelo produtivo autárquico, embora neste caso detendo uma maior escala, projecção económica e envolvimento social. O mundo helénico procedeu à evolução do modelo e, em período helenístico, alguma aristocracia residia em espaços rurais onde sentimos que as influências orientais conduziram à criação de estruturas mais sumptuosas e monumentais. Na Sicília e nos territórios da Magna Grécia, existiam unidades deste tipo. No entanto, também no mundo etrusco se encontrou inspiração para a *villa*, com residências rurais onde as elites passavam parte do seu tempo. E olhando para o tradicional inimigo de Roma, a cidade de Cartago, encontravam-se espaços rurais deste tipo, que em muitos casos irão evoluir para moradias de aristocratas latinos que se estabelecem no norte de África.

Portanto, a *villa* resulta da lenta evolução de modelos anteriores<sup>249</sup>, mas é um facto que apenas a partir do século II a.C. a componente de luxo e de monumentalidade arquitectónica irá aumentar, passando a funcionar progressivamente como espaço de representação pessoal do seu proprietário. Contudo (e isto aspecto é relevante) nunca perde a sua essência de estrutura fundiária, marca da ruralidade latina, ou seja, depende intrinsecamente de um *fundus* que a rodeia e lhe atribui significado<sup>250</sup>. Mas é certo que com o passar dos séculos esta vocação de base se vai esvaziando em detrimento da sua vocação urbana.

A *villa* é uma estrutura – e um conceito – em evolução constante e, olhando a partir do tempo actual, tendemos a esquecer esta dinâmica. É natural que a concepção varroniana de *villa* no século I a.C. seja distinta daquele em que Paládio pensava no século V d.C. Mais, é um processo não suficientemente fixado em qualquer momento. É curioso salientar que o conceito é tão abrangente que, mesmo entre cidadãos da mesma época, e dentro do mesmo padrão cultural, poderia ter significados distintos. É significativo que Varrão abra o seu diálogo *Res Rusticae* com uma conversa entre cidadãos que não chegam a acordo sobre este termo<sup>251</sup>. Ou seja, temos aqui uma tripla possibilidade de desfasamentos: entre a

---

<sup>248</sup> Terrenato, 2001: 18.

<sup>249</sup> Novamente cito Nicola Terrenato, que denomina este processo de “three-step evolutionary line”.

<sup>250</sup> Curiosamente esta vocação é por vezes desvalorizada nas definições que a historiografia modernamente lança sobre o tema, que enfatizam mais a sua vocação de *urbs in rure*, quando na essência a *villa* é sempre uma estrutura fundiária. E por este motivo cria e organiza um conjunto de relações sociais que são fundamentais na gestão da própria *villa*. Ou seja, mais do que uma estrutura arquitectónica, a *villa* é o pólo centralizador de terrenos envolventes e de relações de dependência que são mantidos em função desse mesmo pólo. Por este motivo parece-me particularmente certa a definição deixada por Kim Bowes: “But villas, as the controversy surrounding their very definition suggests, were far more than simply country houses. A villa was simultaneously an aristocratic domestic residence, the agricultural land attached to that residence, and the vast array of tenurial relationships by which that land was worked, leased, or rented. In other words, villas embodied in a particular way the inherent expansiveness of the Roman *domus* as home, family, economic unit, and dependency network.” (2007: 147).

<sup>251</sup> Ver comentários em Marzano, 2007: 3. O diálogo ocorre no seu livro III, e entre as diversas personagens envolvidas notam-se *possessores* com concepções contrastantes: *Appius Claudius Pulcher*, membro de uma respeitável família, detém uma *villa* de *otium*, modesta mas sem terrenos, nem produções, nem mais-valias: uma *villa inutilis* (3.17.1.). Na *villa* de *Q. Axius* encontramos a ostentação do mármore, do estuque, dos pavimentos em mosaico (3.2.4. e 3.2.9.), mas temos uma propriedade útil (embora sumptuosa), porque nela se criam porcos (3.2.12.), cavalos de eleição (3.2.4.) e produtos agrícolas, o que a torna digna de muito mais mérito. Ou seja, o contraste máximo não se centra entre a elegância e o luxo, mas na utilização e

substância do conceito, a sua correspondência em termos do entendimento de significados que na época de criação poderiam ser estabelecidos, e os conteúdos materiais associáveis que o investigador actual pode ainda recuperar e tentar relacionar. Três *pontos de fuga*, digamos assim, em que se criam e evidenciam as dificuldades de estabelecimento de pontes entre signos e significados (culturais e materiais).

Este ponto é relevante, pois indica-nos que o conceito *villa* foi muito aplicado no domínio do quotidiano romano, para além das referências deixadas nos *agrónomos*. Embora a civilização romana fosse marcada pela normatividade, pela necessidade de definir termos e designações, parece claro que o vocábulo fosse mais utilizado no domínio literário do que no dia-a-dia ou mesmo na linguagem jurídica<sup>252</sup>, o que pode indicar uma dificuldade de fixação dos conceitos associados, ou seja, que o vocábulo tivesse mais representatividade, e facilidade de definição, no plano cultural do que material<sup>253</sup>. Na documentação jurídica é mais frequente a designação neutra de *praedium*, que de resto ainda hoje se mantém no plano legal, e também é utilizado o termo *aedificium* que designa as construções em sentido genérico, que são termos mais neutros e destituídos de significados vivenciais.

O termo *villa*, portanto, parece pertencer mais ao domínio erudito e cultural do que propriamente ao uso corrente. Designa a residência rústica<sup>254</sup> de alguém que pertence a uma elite e, nesse sentido, é um espaço fortemente personalizado que deve transmitir, na sua estrutura arquitectónica e nas condições de conforto que oferece, muito do que é a personalidade do seu proprietário<sup>255</sup>. Mas é sobretudo uma construção conceptual própria de uma cultura civilizacional, feita *à distância* pelos seus possuidores, o que é fortemente original, embora também ajude a criar problemas nos níveis de entendimento construídos a partir da actualidade<sup>256</sup>.

E este facto deriva de um diferente entendimento do que a *villa* se vai tornando efectivamente. Ou seja, neste caso temos uma evolução, uma gradual passagem de uma mentalidade que encara a *villa* como uma residência rural para um espaço de sociabilidade e de representação social do seu proprietário. Como tal, progressivamente o entendimento do que é uma *villa* altera-se, e essa passagem surge no momento em que Roma toma plena posse dos territórios helénicos. Após a conquista da Grécia as residências rurais começam a ser vistas como o espaço de recepção que o *dominus* tem para as suas redes clientelares.

---

rentabilidade: a contenção não-produtiva parece ser mais censurável que a opulência que gera rendimentos. Uma terceira *villa*, a de M. *Seius* em Ostia, não apresenta nenhuma das duas valências (3.2.8.-9.).

<sup>252</sup> Leveau, Sillières & Vallat, 1993: 46 lembram que o termo “*villa*” surge mais disseminado nos textos literários do que na expressão epigráfica onde a sua utilização é muito rara e encontra-se quase exclusivamente circunscrita ao Norte de África. Juridicamente o termo também foi pouco utilizado, sendo preferível a designação de *praedium*.

<sup>253</sup> Nesse sentido é muito interessante a ênfase posta por Ken Dark no achado de atributos culturais na dimensão artefactual que separa o universo das *villae* em relação a outras estruturas que existiam na paisagem. Desta forma, os sinais de literacia são determinantes na criação dessas diferenças, realçando a carga de conteúdos que as *villae* deteriam: “Villas were, therefore, economic and tenorial centres that both generated and consumed considerable wealth. They were also perhaps the main rural centres for demonstrating this social status and for ordering and controlling resources and people. This was further reinforced by a display of literacy, reflected in finds of styli, seal-boxes and graffiti; literary erudition and the use of inscriptions will have constituted effective ‘status symbols’ stressing the differences between landowners and estate workers or tenants [...]” (2004: 282).

<sup>254</sup> A dimensão “rústica” é sempre relevante, porque o conceito implica uma dimensão ruralizada da vivência. É também por este facto que a *villa* é um espaço sazonal, que assim permite retirar o que de mais agradável o campo poderia oferecer. Para as décadas de 460 e 470, portanto, já em momentos muito tardios, Sidónio Apolinário continua a manter este paradigma em mente, quando nos diz que a vida no campo era adequada durante o Verão, mas durante o Outono o proprietário deveria regressar à cidade.

<sup>255</sup> Na sintética e certa definição de J.-G. Gorges (1979: 11): “Au sens large, la villa constituerait l’exploitation agricole latine typique. Au sens strict, elle n’en représenterait que les constructions.»

<sup>256</sup> “It is clear, for example, that a villa is a country phenomenon and not a town one: indeed, the phrase *in villa* is sometimes used almost with the meaning of ‘in the country’ [...]. There is a suspicion, also, that it is a townsman’s word: that is, a villa is not simply a place in the country, but a place in the country from the point of view of someone living in the town.” (Percival, 1996: 14). Portanto, a *villa* enquanto conceito rural é construído a partir de uma elite urbana, o que é extremamente relevante.



Johnathan D'Arms<sup>257</sup> analisou o fenómeno no seu estudo sobre a baía de Nápoles, precisamente o epicentro onde esta evolução ocorreu. O local, a antiga *Neapolis* onde uma colónia fundada por cidadãos gregos permaneceu com notável actividade durante o período romano, tornou-se o centro de um conjunto de residências de lazer atraídas pela amenidade do clima e pela paisagem natural. E neste espaço geográfico o primeiro grande proprietário de uma *villa* foi *Cornelius Scipio Africanus Maior*, que em 184 a.C. se retirou para a sua propriedade de *Liternum*. Este homem foi o velho Cipião “Africano” que, na Segunda Guerra Púnica, salvou a cidade de Roma. A sua propriedade foi descrita por Séneca<sup>258</sup>, naquela que é na prática o primeiro retrato literário de uma grande propriedade fundiária que temos, embora escrito após a morte do proprietário<sup>259</sup>. O texto descreve-nos a casa construída em pedra maciça (*lapide quadratum*), o muro que separa o edificado da zona florestal (*murum circumdatum silvae*) e as duas torres e a cisterna que existiam no local. Todavia, o retrato do proprietário aqui residente ainda permanece o de um homem profundamente vinculado aos labores do campo (*abluebat corpus laboribus rusticis fessum*). E seguidamente vem a comparação com o ócio e luxo associado às *villae* do seu tempo: “Hoje pensamos-nos pobres e miseráveis se [nas termas] as nossas paredes não brilham resplandecentes com caros e grandes espelhos” ou “se os nossos mármore de Alexandria não são colocados junto a mosaicos de pedras vindas da Numídia”, entre outras considerações igualmente relevantes para se perceber como em pouco tempo o entendimento do espaço de residência rural havia sido completamente alterado, quer na concepção geral, quer nas componentes arquitectónicas dos diferentes espaços (“as pequenas aberturas a que nem sequer podemos chamar janelas” que o autor viu no balneário termal, por exemplo). As *villae* a que Séneca se refere, e que servem de termo de comparação, já são as do seu tempo (4 a.C.-65 d.C.), propriedades onde o *otium* foi gradualmente substituindo na valorização do “espírito dos lugares” o *fructus* que é necessário obter da terra, com a consequente dotação de espaços de conforto e de ostentação.

O que era então até aí a *villa*? É difícil saber, pois a Arqueologia tem revelado poucos estabelecimentos deste tipo e do tempo de Cipião<sup>260</sup>, o que é natural se pensarmos que muitos destes edifícios continuaram a ser ocupados pelos séculos seguintes, e nesse sentido foram sendo reconstruídos e remodelados ao longo do tempo. É interessante notar que no tempo de Catão, em pleno século II a.C., a *villa* é descrita no seu tratado *De Agricultura* como um espaço de labor, de trabalho duro e frugalidade. Nenhuma concessão é feita ao ócio ou ao luxo. Mas como já foi referido, até hoje nenhum destes estabelecimentos que corresponda ao modelo catoniano foi encontrado<sup>261</sup>. Ou seja, a *villa* rústica e austera parece ser mais uma fórmula literária, uma idealização construída por um comprometimento ideológico do autor, do que uma realidade concreta que efectivamente tivesse existido<sup>262</sup>.

<sup>257</sup> 1970.

<sup>258</sup> *Epistulae Morales* 86.

<sup>259</sup> Séneca visitou a propriedade com a finalidade de se dirigir ao túmulo para prestar homenagem a Cipião.

<sup>260</sup> Note-se que na Península Ibérica os estabelecimentos romanos em meio rural mais antigos datam ainda de finais do século III a.C. Trata-se de pequenas *villae* (o termo de designação já pode ser este mesmo) costeiras na província da Tarraconense como Tossa de Mar, Villanueva Y Geltrú, Llafranc ou Rosas. Nas décadas seguintes, e pela instalação de colonos itálicos (em especial da Campânia), o movimento intensifica-se e temos já a aplicação construtiva dos conceitos e protótipos itálicos, a designada “quinta vitruviana” (Gorges, 1979: 24-25; 111-113).

<sup>261</sup> Terrenato, 2001: 24-25.

<sup>262</sup> Tal também deve ser entendido à luz das questões políticas e comprometimentos éticos das individualidades da altura, que criam discursos literários que têm segundas leituras e mensagens mais ou menos explícitas. Catão foi um acérrimo defensor dos valores da *virtus* latina face às correntes helenizantes então em voga, e portanto o apanágio das condutas conservadoras ligadas à rusticidade deve ser devidamente enquadrada (embora o próprio Catão fosse uma personalidade muito complexa na sua acção, visto que se dedicou ao comércio marítimo de longa distância, uma actividade pouco “dignificante” para os valores da sociedade do seu tempo).

Na geração intermédia entre a de Catão/Cipião e a de Sêneca já o político Mário detinha a sua propriedade em *Misenum*, uma *villa maritima* com um luxo tão ostensivo que irá marcar o imaginário da sua e da geração seguinte. Pompeu, o homem mais rico de Roma no final da República, dispunha de propriedades em *Cuma*, *Alba*, *Fornia* e em *Falernum*, embora não saibamos a sua expressão arquitectónica<sup>263</sup>. Todavia, esta dispersão inaugura um modelo que irá ser seguido nos séculos seguintes, até pelos próprios Imperadores, que detinham várias propriedades em simultâneo, tornando-se assim “multi-proprietários”<sup>264</sup>.

Como se origina esta evolução?

O contacto com o mundo helénico trouxe para a sociedade romana o crescente gosto da *delectatio* ou do convívio de cariz social. Progressivamente vulgariza-se o hábito de as pessoas com relações clientelares se relacionarem no interior de espaços privados. Cada vez mais o banquete constitui um momento em que, além da comida e da conversa (e dos reforço dos laços político-económicos), se pode desfrutar de uma recitação poética, de uma representação teatral ou de um momento musical. Estes serões, em que o proprietário oferece uma fruição cultural aos seus convivas, funciona também como uma forma de representação social, de evidência de gostos e de preferências particularmente pessoais que unificam entre si uma determinada elite. Surge a cultura literária como factor de unificação social. O espaço do banquete enquanto momento de expressão de uma determinada personalidade é um hábito helénico introduzido no mundo latino, e que rapidamente se irá vulgarizar dentro de determinados circuitos. Ora esta passagem para uma esfera doméstica implica que sejam necessários outros espaços para estas actividades: salas mais amplas, mais decoradas, com melhor acústica e, sobretudo, espaços com maior ostentação e monumentalidade.

Portanto inicia-se o processo de complexificação arquitectónica, mas sobretudo o modo como a *villa* deixa de ser conceptualizada enquanto espaço privado de trabalho para ser um espaço semi-privado de relações sociais.

Cícero, o grande tribuno do final da República, deixou-nos um testemunho muito vivido das suas *villae* da Campânia. Na região ele detinha três propriedades, que designa como *Cumanum*, *Pompeianum* e *Puteolanum* e, em cada uma, escreveu muitas cartas e alguns discursos<sup>265</sup>. A primeira recebeu a carinhosa designação de *Academia*, o que mostra como era um espaço de produção intelectual, mas simultaneamente também de acontecimentos do âmbito cultural que o proprietário organizava para os seus convivas<sup>266</sup>. Narra as suas viagens a cada uma das propriedades vizinhas, o fenómeno conhecido como *peregrinatio*, que no fundo constituía um dos pilares vivenciais no ócio das propriedades. O hábito da *peregrinatio* servia para reforçar as alianças e os laços de coesão social, verificando-se de

---

<sup>263</sup> D’Arms, 1970: 38.

<sup>264</sup> Note-se que os próprios censos que eram regularmente efectuados à população do Império exigiam que fossem nomeadas as duas propriedades mais próximas que cada cidadão tivesse a seu cargo (Edmondson, 1994: 29). Por esta pergunta percebemos duas coisas: que o mesmo indivíduo poderia deter um número ilimitado de propriedades, sendo natural que detivesse pelo menos duas; e que estas estariam separadas entre si, em distintos lugares.

<sup>265</sup> D’Arms, 1970: 45. No total chegou a deter em simultâneo nove propriedades. Uma delas, a sua *villa* de *Tusculum*, foi construída e ornamentada de modo a imitar o modelo do *gymnasium* que Crasso detinha em propriedade situada nas imediações, o que nos diz muito sobre os fenómenos de emulação e de auto-enaltecimento com base em modelos das elites pertencentes aos círculos imperiais. Texto em *De oratore* II, 9, 10, referência deixada em Gros 2001: 291, nota 4.

<sup>266</sup> Também na correspondência deixada por Plínio o Jovem encontramos alguns exemplos deste tipo, em especial para a sua estimada propriedade em *Tifernum* (*Ep.* II, 17; IV, 6; VII, 4). Note-se contudo que a *villa* era também um espaço de reforço cultural por outra via, a do isolamento e introspecção, que permitia ao seu proprietário ler, reflectir e escrever. Será até esta a acepção que mais encontramos nas epístolas plinianas, assim resumidas por I. Morand (1994: 212): “La villa est une retraite où l’on peut suivre le chemin des Muses afin de tendre vers la sagesse, c’est-à-dire l’harmonie intérieure; et en même temps elle est un espace ouvert sur la nature et un désir de communion et de participation à l’harmonie universelle. Ces deux aspects composent la notion d’*otium*: un chemin individuel impliquant un isolement, une retraite, mais qui n’a de sens que parce qu’il participe d’un mouvement cosmique vers l’harmonie.”

forma sazonal, ocorrendo geralmente durante a Primavera e Verão. Os magistrados e senadores deslocavam-se às propriedades vizinhas, e estas visitas constituíam o prolongamento da vida social que se mantinha na metrópole.

A alteração que permite perceber esta tendência radica na progressiva substituição dos modelos iniciais das casas de átrio e das “casas de pátio” pela *villa* de peristilo. As primeiras são estruturas mais modestas, mesmo que de grandes dimensões, mas fechadas sobre si mesmas, orientadas em função de uma estrutura interna modular, seja um pátio ou um átrio, este mais planificado nas casas urbanas. O peristilo já contém um valor diferente, relacionado com as práticas de sociabilidade, de uma deambulação que o corredor colunado permite<sup>267</sup>, frequentemente ao ritmo de uma conversa. Todavia, durante os inícios da Era, em toda a bacia mediterrânica os planos apresentam um conjunto de constantes muito repetitivos, denunciando ateliers de arquitectos itinerantes que planificam os projectos sem grandes exigências por parte dos encomendantes<sup>268</sup>, que, itálicos ou indígenas, parecem desejosos de replicar os arquétipos metropolitanos.

O processo corre rapidamente. Em meados do século I d.C. já Varrão lamenta o facto de todos os cidadãos competirem entre si para terem a melhor e mais elaborada residência de campo<sup>269</sup>. Nas *villae* circulam poetas, filósofos e outros homens de letras, negociadores e agentes financeiros, elites urbanas e magistrados locais dos territórios envolventes à propriedade. Se é interessante verificar que este processo ocorre nas residências rurais, é bom não esquecer que sucede simultaneamente nos espaços urbanos: as casas da última fase de construções em Pompeia, como a Casa de Salústio ou a Casa do Fauno, demonstram este crescente entendimento da vivência doméstica<sup>270</sup>. Só que as residências rurais permitem conjugar o convívio e deleite intelectual com a *amoenitas* do campo, ou o espaço rural entendido enquanto local de *paradeysos*. No campo pode fazer-se tudo o que a cidade permite, com o acréscimo de segurança, de privacidade, de *contemplatio* e de actividades de lazer e convívio como a caça ou os passeios na propriedade. Mesmo na Península Ibérica, recentemente pacificada, as *villae* propagam-se com uma rapidez assinalável para um Antiquidade “habituellement moins prompte dans ses évolutions”<sup>271</sup>. No Ocidente, aliás, a disseminação das *villae* é impressionante e pode ser efectivamente o reflexo de uma sociedade que tem mais dificuldade em passar para vivências urbanas, fazendo perdurar o modelo de povoamento preferencial em unidades rurais<sup>272</sup>. O próprio conceito arquitectónico evolui, metamorfoseia-se e em breve outras actividades chegam a

---

<sup>267</sup> Ver sobretudo Stephenson, 2006: 41-43, revelando o modo como em momentos mais tardios estas motivações ainda se intensificam mais.

<sup>268</sup> Gorges, 1979: 118.

<sup>269</sup> *villam urbanam quam maximam ac politissimam*, em R. r. I,13,7.

<sup>270</sup> No âmbito da arquitectura doméstica, as diferenças entre as residências em âmbito urbano e rural são, nesta fase, pouco expressivas, como se depreende da leitura das fontes e foi devidamente considerado por John Percival (1996: 67): “The point is neatly illustrated by Vitruvius. Having dealt with town houses in the first part of his sixth book, he says that the principles there outlined will apply equally to houses in the country, except that the relative positioning of atrium and peristyle will differ; and then he goes on to deal with farmhouses (*aedificia rustica*, as opposed to *urbana*), concentrating on animal quarters, storerooms, kitchens and so on. [...] he says that if a degree of refinement in farmhouses is desired, the principles set out for town houses can apply, “provided that there is nothing in such buildings to interfere with their usefulness on a farm” [Vitruvius, VI.6.5.]”.

<sup>271</sup> Gorges, 1979: 31. A consulta das figuras 4, 5 e 6 mostra bem a rápida implementação dos modelos de povoamento em províncias já romanizadas como a Tarraconense ou a *Baetica*, com derivações mais lentas para a *Lusitania*, mas deve ser lembrado que muitos dos pontos em branco nos mapas dizem respeito a territórios ainda pouco estudados. Por estes tempos surgem-nos as primeiras menções a proprietários na *Hispania*: *Sextus Pomponius* mencionado por Plínio (*Nat. Hist.* XXII, 56) e *Marcus Columella*, o familiar do tratadista com raízes em Gadis (R. r. V, 5 e VII 2,4).

<sup>272</sup> Percival, 1996: 72-73: “[...] in the western provinces generally that the villa developed most successfully and evolved into the widest range of designs; and part of the reason may well have been the reluctance of the peoples of the west to abandon their traditional non-urban culture. Here, perhaps, in a fuller sense than in Italy, the country, and country living, sustained the city rather than vice versa.”

estes sítios: Varrão<sup>273</sup> e Plínio<sup>274</sup> escarnecem dos proprietários que se dedicavam à piscicultura mas que, seguindo os exagerados costumes helenísticos, decoravam os seus peixes com jóias, atribuíam-lhes nomes próprios, sofriam quando os peixes passavam fome e deprimiam-se quando morriam.

É certo que a *villa* nunca perde a sua vocação produtiva. Enquanto jovem, o futuro Imperador Marco Aurélio escrevia ao seu tutor, Frontino, relatando um Verão passado na sua propriedade de campo ao ritmo da vindima e da leitura da obra de Catão, em contexto plenamente agrário<sup>275</sup>. No século V, um autor, Cassiodoro, elogia a vista dos seus vários trabalhadores ocupados com as tarefas do quotidiano agrícola.

Durante o século III e IV reforça-se a tendência para a progressiva monumentalização dos espaços áulicos. Tornam-se verdadeiros domínios senhoriais. E a partir destes momentos torna-se ainda mais complexo definir evoluções tipológicas pois, na verdadeira acepção do termo, temos uma “variété infinie des plans des fermes latines”<sup>276</sup>, indicando o desejo de individualização dos proprietários. Crescentemente as *villae* ganham uma volumetria maior, quer na dimensão geral do espaço edificado como na área útil de cada um dos compartimentos<sup>277</sup>. As divisões de recepção e de convívio aumentam em largura e altura, destacando-se no conjunto das construções, concentrando o olhar para quem chega de fora e criando impacto visual acrescido, uma vez no seu interior. A tendência para a monumentalidade é reforçada pela existência de um programa decorativo e iconográfico progressivamente mais rico e elaborado, que tende a funcionar como descodificador dos gostos e preferências do proprietário da casa, e também pela adopção de novas soluções arquitectónicas<sup>278</sup>. Os planos tornam-se mais complexos, misturando espaços de recepção abertos aos visitantes com áreas privadas, copiando as soluções arquitectónicas utilizadas pela elite do Império<sup>279</sup>. Em algumas situações o espaço arquitectónico ganha leitura pela inclusão de estruturas específicas para a convivialidade<sup>280</sup>, das quais o *stibadium*, pouco conhecido na *Lusitania* mas presente na *Hispania*<sup>281</sup>, é o exemplo mais evidente. Esta estrutura é uma evolução morfológica do *triclinium*, ampliando contudo as possibilidades de *convivium* e de reforço do diálogo e entretenimento<sup>282</sup>. Os valores de axialidade e simetria deixam de ser tão respeitados

<sup>273</sup> R. r. III.17.5.

<sup>274</sup> Nat. Hist. IX.171

<sup>275</sup> Marzano, 2007: 87-88.

<sup>276</sup> Gorges, 1979: 115. Não deixa de ser interessante registar esta imensa variação para o âmbito peninsular, quando para outras províncias encontramos a utilização mais disseminada de tipologias com poucas alterações formais. Na Gália, na Britânia, na Germânia os protótipos são mais rígidos, indicando que os arquitectos seriam em menor número ou mais inseridos dentro de tradições consensuais.

<sup>277</sup> Discutindo se neste período teríamos uma renovação ou renascimento das *villae*, J.-G. Gorges opta por este último vocábulo que melhor exprime a criação de uma nova paisagem rural na passagem para a Antiguidade Tardia: “C’est bien d’une renaissance qu’il s’agit à partir de 280, et les villas constantiniennes sont l’expression de ce changement brutal des normes architecturales, artistiques, économiques et sociales qui régissaient jusque-là le monde des campagnes” (1979: 48).

<sup>278</sup> Em especial o gosto pelas abóbadas, pelas absides, pelas cúpulas, pelas peças em trifólio ou quadrilobadas, pelos nichos nas paredes. A arquitectura torna-se mais volumosa em altura com o abandono dos planos horizontais e verticais em detrimento das formas arredondadas que são importadas dos ambientes termais com inequívoco sucesso ao longo do século III e IV (Gorges, 1979: 128; 137).

<sup>279</sup> Em especial as residências imperiais de Tivoli e de Piazza Armerina. No século IV vemos nascer na *Hispania* algumas *villae* que são verdadeiros palácios rurais, com a emulação dos valores imperiais da própria corte.

<sup>280</sup> As práticas de *convivium* eram fundamentais no ambiente da recepção aos convivas mais chegados, e a sua importação cresce durante a Antiguidade Tardia. Como bem definiu Peter Garnsey (1999: cap. 9), “You are with whom you eat”.

<sup>281</sup> O caso mais conhecido e bem documentado é o de El Ruedo em Córdoba, de acordo com o artigo de síntese de Vaquerizo Gil e Carrillo Diaz-Pines, 1995.

<sup>282</sup> Sobre este assunto em concreto, e sua importância no mundo clássico, Dunbabin, 1996. Os nexos de convivialidade são fundamentais em Roma, e mantêm-se inalterados durante todo o Império e Antiguidade Tardia, pois “it is the meals that are the focus of the hospitality” (p. 66). Esta preocupação leva a que os espaços sejam cuidadosamente escolhidos de modo a criar a atmosfera mais propícia possível, seja pela

valorizando uma plasticidade muito original que permite individualizar as plantas em cada sítio. Da uniformidade caminhamos para a diversidade. Em resumo, portanto, com o decorrer da Antiguidade Tardia, observamos o modo como as *villae* áulicas (se) monumentalizam (n)a paisagem.

O dado mais interessante reside assim no modo como as relações de convivialidade permanecem sempre um pilar da vivência em meio rural, exigindo um conjunto de espaços e estruturas que se vão reforçando e ampliando o seu papel com o decorrer do Império, bem como no modo como durante a decadência do Império a *villa* não perde dinâmica, antes a reforça devido à privatização da vida pública. As referências textuais a banquetes sumptuosos continuam a encontrar-se mesmo para momentos muito tardios, mostrando como as relações assim mantidas, e vistas como uma oportunidade para uns quantos<sup>283</sup>, permaneciam um pilar insubstituível nas redes de sociabilidade. Por outro lado, não apenas os espaços de refeição são dotados de aparato monumental e decorativo, de que nesta zona é exemplo Torre de Palma; outros espaços surgem, onde as referências culturais dos seus proprietários funcionam como um espaço de *delectatio* e de fruição, como o ninfeu da Quinta das Longas (Elvas). Estes *domini* modelam ambientes para procederem à sua própria exaltação, seja através da monumentalização arquitectónica, de veiculação de valores e padrões culturais ou mesmo da sua auto-representação<sup>284</sup>, para os quais os tapetes de mosaicos são veículos privilegiados<sup>285</sup>.

Em resumo, durante o período áureo das *villae* o envolvimento do proprietário na modelação da estrutura vivida, quer a nível do espaço construído, quer da definição dos ambientes, leva a uma individualização de cada casa. Cada uma é sentida como “an extension of the man, a tangible symbol of his accomplishments”<sup>286</sup>, a tal ponto que a propriedade pode ganhar o nome de um dos proprietários<sup>287</sup>.

Neste momento final, muitas decisões do quotidiano já decorrem em ambiente rural. Paládio, no *Tratado de Agricultura*, mostra-nos em pleno séc. V d.C. como a *villa* se tornou

---

decoração e arranjo interior, seja pelo cuidado na iluminação dos ambientes (Ellis, 2007), seja pelo desfrute da paisagem, seja pelo aproveitamento das condições atmosféricas mais favoráveis como nos *triclinia* exteriores de Verão. Anotem-se as referências deixadas pela autora: “Many accounts, from the late Republic to the end of the ancient world, illustrate the concern of the villa owner for the selection of rooms for dining, with care for such matters as their siting to ensure a view or the provision of favourable climatic conditions; for instance, Lucullus’ villas near Tusculum, with open-air dining chambers for summer use (Plut., *Luc.* 39,3-5); the younger Pliny’s lengthy descriptions of the various dining spaces and their attractions in both his Tuscan and Laurentine villas (*Ep.* 2.17; 5.6); and Sidonius’ account of the dining-room at Avitacum (*Ep.* 2.2.11). It is important to remember that outdoor settings for the meal can be as lavish as those indoors. Indeed, often outdoors and indoors merge, so that a waterfall may run through the dining-room, as described in Sidonius’ poem on the castle of Leontius (*Carm.* 22.206-10), while Pliny describes a *cenatiuncula* in which a marvellous spring rises (*Ep.* 4.30.2). There is a theatrical quality about many such settings, where part of the entertainment comes from the setting itself. [...] Hortensius had a *triclinium* in the midst of his wild beast park, where a singer dressed as Orpheus sang among the beasts (Varro, *Rust.* 3.4.3.; 3.5.9-17; 3.13.2-3).” (Dunbabin, 1996: 66). Sobre este tema ver o já clássico ensaio de Peter Garnsey (1999).

<sup>283</sup> “Both Ammianus and St. John Chrysostom [o autor refere-se respectivamente a *Hist.* 28.4.10-12 e a *48th Homily on St. Matthew* 8-9] talk about the “parasites” who made a habit of frequenting dinner parties to pick up influence and money by appropriate flattering remarks.” (Ellis, 1988: 575). Mesmo em finais do século V os nexos de convivialidade são aproveitados por indivíduos que neles vêm uma hipótese de ascensão nas escalas sociais, pelo menos aos níveis locais.

<sup>284</sup> Como *Vitalis* que se fez representar com a sua toga de aparato no pavimento de mosaico da *villa* de Tossa de Mar, ou ainda o conhecido casal de *villa Cardilium* em Torres Novas.

<sup>285</sup> Como sintetizou Jean-Gérard Gorges (1979: 154), “De simple acheteur de motifs, le propriétaire se fait mécène et créateur, et les pavements figurés, plus nombreux, soulignés par une riche polychromie, deviennent le miroir de ses pensées et de ses préoccupations”. Relembro que na vizinha Extremadura existe uma representação em mosaicos com três retratos femininos em Olivar del Centeno, Cáceres (Alfageme Villalain & Gonzalo González, 2005-2006).

<sup>286</sup> Bodel, 1997: 10.

<sup>287</sup> Em certas regiões do Império tal aconteceu com frequência, tornando as propriedades epónimas de algum *dominus* mais marcante. Na Aquitânia, por exemplo, esta situação ocorreu, marcando ainda hoje a toponímia. Para o Alentejo este trabalho de detecção está por fazer.

decisivamente um ambiente autárquico e tendencialmente auto-suficiente. Mesmo considerando o conservadorismo ideológico do autor, nota-se que a preocupação já não reside tanto na produção para exportação, mas na criação de um complexo produtivo que alberga múltiplos artesãos de distintos saberes. A crescente pressão fiscal do final do Império carrega principalmente os habitantes do mundo rural e, nesse campo, é verosímil que a “fome de terra”, fosse a directamente explorada ou a arrendada, tivesse aumentado. Paralelamente, nota-se ainda a passagem de uma agricultura especializada e intensiva, directamente relacionada com a economia de amplo mercado imperial, para uma base extensiva e com forte componente pastoril, como parecem comprovar os estudos polínicos<sup>288</sup>.

É curioso ver como a linguagem jurídica não acompanha este processo. No final do Império, por volta de 400, o termo *villa* quase desaparece. Na legislação visigoda encontra-se já completamente ausente<sup>289</sup>, cedendo o passo a conceitos mais indefinidos como *praedium* ou *locus*, permanecendo apenas o derivativo de *villula*<sup>290</sup>. Este termo, que parece designar propriedades pequenas, é no entanto utilizado para mencionar o que sabemos serem as antigas *villae*, nomeadamente no passo referente aos estabelecimentos do Guadiana que são inundados pelas cheias<sup>291</sup>.

Neste momento, o cristianismo desempenha um duplo papel. Por um lado, o mundo cristão admira o trabalho braçal do campo, que associa a um conjunto vasto de virtudes e de traços de carácter que permitem a libertação dos valores mais nobres da essência humana e a aproximação à graça divina<sup>292</sup>. Mas, por outro lado, a riqueza e a opulência são condenadas, os valores pagãos transmitidos no plano decorativo e iconográfico são agora rejeitados e todo o tipo de vivência do *otium* que caracterizava a *villa* clássica deixa de ter sentido. Esta impressão foi tanto mais forte quanto em outros locais persiste ainda o *otium* opulento da mundivisão clássica, com os recitais de poesia, os passeios pelo campo onde decorriam elevadas discussões filosóficas e os banquetes sumptuosos em ambientes refinados. Inclusivamente, sabemos que muitos proprietários adoptavam agora formas de

---

<sup>288</sup> “È possibile che i proprietari fossero obbligati a modificare le strategie economiche e lo sfruttamento delle campagne, a causa della disarticolazione del sistema annonario e della conseguente riduzione della domanda e della regionalizzazione degli scambi commerciali. Analisi polliniche realizzate in diverse zone della Penisola Iberica [...] mostrano come tra i secoli V e VII si verificarono un’intensificazione della deforestazione (provocate a volte da incendi) e un importante degrado dell’ambiente vegetale, dovuti principalmente a un significativo sviluppo dell’allevamento estensivo e del pastoralismo che diventano la principale attività economica di queste aree, in detrimento dell’agricoltura.” (Chavarría Arnau, 2004a: 17). Neste aspecto resulta esclarecedor o apontamento deixado por Sayas Abengochea e Garcia Moreno, 1986: 78-79: “Una fuente del siglo IV de la importancia de la *Expositio totius mundi*, que no hace sino una valoración global exigua de la riqueza de las provincias del Imperio, reserva, sin embargo, un importante lugar, entre los productos comerciales de Hispania, a los agropecuarios, silenciando, en cambio, la producción minera. Se trata de la obra de un mercaderio sirio que no tuvo conocimiento directo de Hispania y que debió de manejar la información procedente de otros comerciantes. [...] no deja de ser significativo el hecho de que entre los productos de exportación celebrados - *oleum, liquamen, vestem variam, lardum, iumenta, spartum* - haya tres relacionados con el sector pecuario.” Como os autores assinalam (p. 80) esta alteração na base produtiva pode também reflectir as alterações na ordem social, pois a base ganadeira ou pastoril exige muito menos mão-de-obra do que a agricultura intensiva e especializada, situação que se pode directamente relacionar com a progressiva perda de aquisições e competências técnicas, mas também com a passagem de um sistema escravagista para um modelo mais baseado em trabalhadores livres mas não preparados nos seus saberes.

<sup>289</sup> À excepção de um caso designado por *uila* e que foi considerado por Isabel Velazquez como referente a uma pequena propriedade, o que poderia nesse caso significar já o esvaziamento de um lugar de povoamento antigo agora reduzido apenas a uma pequena estrutura habitada por uma família (nº 104 do catálogo em Velazquez: 1989).

<sup>290</sup> Isla Frez, 2001: 12. Com esta designação se nomeia o local onde em 672 morreu o rei Recesvinto: *villula Gertivos*, na zona de Salamanca (Wickham, 2009: 330).

<sup>291</sup> Entre os quais deveria estar a *villa* de Torre Águila que terá sofrido uma considerável destruição (Rodríguez Martín, 1988 e 2002). O episódio surge mencionado nas *VSPE* II 98 (*villulas vicinas*). Para outras referências em fontes ver Isla Frez, 2001: 13.

<sup>292</sup> Em curiosa consonância, aliás, com os valores que já os *agrónomos* clássicos detectavam na vida rural (Salamito, 2000).

vestir e de apresentação pública de extrema sumptuosidade, procurando igualar o próprio cerimonial do Imperador<sup>293</sup>. Esta coexistência dos dois mundos é um dado muito relevante e que, em caso algum, deve ser esquecida, pois em ambos existe uma corrente comum: o progressivo desaparecimento das linguagens iconográficas, até aí representadas pelos pavimentos de mosaicos, esculturas e figurações parietais. Sem estas janelas de visualização dos conceitos culturais e representacionais, o panorama parece-nos indiscutivelmente mais pobre, embora na verdade reflecta apenas a transferência progressiva para novas formas de expressão da cultura e da personalidade que se vão estabelecendo durante a Antiguidade Tardia. O processo apenas se começa a desvanecer ao longo dos séculos VI e VII e essencialmente por duas ordens de factores: por um lado, a ruralização da economia, com a quebra de alguns circuitos de trocas e abastecimentos, e por outro (ou sobretudo) pelo final de uma cultura erudita e livresca que neste período começamos a detectar. O crescente militarismo e a emergência do paradigma cultural cristão levam à perda das referências clássicas, e com ela à decadência de uma cultura de prestígio alicerçada nos domínios de uma base civil e literária. Aqui sim, encontramos alterações indiscutíveis<sup>294</sup> durante estes tempos finais.

É difícil perceber os ritmos e formas deste processo, mas parece óbvio que o cristianismo terá tido muito mais efeito no percurso final das *villae* do que outros elementos geralmente considerados como mais decisivos, em especial as invasões bárbaras. A este respeito parece confirmar-se a opinião de Paulo Orósio que afirmava que “os bárbaros amaldiçoaram os seus próprios gládios, e de imediato se voltaram para o arado. Apoiam agora os Romanos que sobreviveram, na qualidade de aliados e até de amigos...”<sup>295</sup>. Os indicadores de uma presença *bárbara* nas *villae* da península são realmente escassos e pouco expressivos, configurando a hipótese de que, mais do que um agente destruidor, foram integrados no sistema. Este também caminhou no sentido da integração, que agora se faz a vários níveis, mesmo na onomástica pessoal<sup>296</sup>.

Este facto alerta-nos para uma outra circunstância. Na realidade, até momentos muito avançados – na *Lusitania* provavelmente até 711, senão depois – a *villa* continuou a ser habitada<sup>297</sup>. O que se altera, sim, é o sistema das *villae*, ou o seu entendimento conceptual, como lembrou John Percival<sup>298</sup>. Neste aspecto, a introdução do cristianismo leva à mudança profunda de uma propriedade centrada no *otium*, e com estruturas arquitectónicas que o possibilitam, para um espaço articulado em torno de uma igreja ou de estruturas produtivas. Talvez se possa afirmar que é, paradoxalmente, com o fim do Império e o advento do cristianismo que a *villa* ganha de facto uma vocação rústica, de labor de campo, que era no fundo aquela que os *agrónomos* clássicos tanto exaltaram, correspondendo assim ao arquétipo vivencial que ainda em tempos republicanos foi cunhado nos textos latinos.

### 4.3. Construções literárias do conceito: a *Villa rustica*...

A alma romana sempre manteve uma estreita vinculação aos valores fundiários, mesmo na sua sucessiva metamorfose que a levou de uma aldeia à *urbs* e desta a sede de um

---

<sup>293</sup> Entre os séculos V e VII era habitual o emprego de grandes quantidades de ouro e de numerosas jóias como elementos de adorno (Wickham, 2009: 267).

<sup>294</sup> Para além do incontornável título de Bryan Ward-Perkins (2006), ver o capítulo II.4. de Chris Wickham (2009).

<sup>295</sup> Orósio, *Hist.* 7.41.7.

<sup>296</sup> Wickham, 2009: 309.

<sup>297</sup> Seguramente por falta de atenção, ou de sensibilidade dos arqueólogos, em muitas escavações a ocorrência de materiais islâmicos não é conhecida. Em La Cocosa (Badajoz) o edifício manteve-se habitado até em este período (Serra Rafols, 1952), situação que ocorre, com prolongamentos para a Idade Média, em estabelecimentos do interior da Meseta e de zonas mais interiores.

<sup>298</sup> 1988: 171: “The continuation of rural life based on the villas is something rather different from the continuation of the villa system, if by this we mean the whole economic framework of which the villas formed a part.”

Império universal.<sup>299</sup> Esta concepção marcou decisivamente o perfil laboral e estrutural destas unidades, que ao longo da diacronia mantêm um indiscutível cunho rústico. O paradigma literário por excelência, que persistentemente tem condicionado a leitura das diversas realidades arqueológicas, é marcado pela *villa* de vocação agro-pecuária, fortemente vinculada à exploração do seu *fundus* envolvente. Esta identificação foi criada pelo conjunto de autores genericamente conhecidos como os *agronomos latinos*, um lote de tratadistas muito heterogéneo entre si (quer do ponto de vista cronológico, quer cultural), mas que escreveram obras marcadas pelo mesmo ponto de vista conservador, fortemente ancorado no conjunto de virtudes que se encontravam enraizadas na vivência rural enquanto *habitat* delimitador do protótipo vivencial do cidadão romano. Este *topos* literário e esta postura ideológico-civilizacional foi tão forte que marcou todo o modo posterior de olhar o campo. No entanto, é interessante notar que esta foi uma situação que se verificou mesmo nas próprias épocas em que os distintos autores viveram, acentuando-se em particular durante a Antiguidade Tardia devido ao conjunto de valores inerentes ao ideário cristão<sup>300</sup>. Note-se ainda que o peso desta leitura é acentuada por um constrangimento contemporâneo, o facto de as sociedades industrializadas que se formaram na Europa a partir do século XIX terem construído uma barreira entre a cidade e o campo. Sabemos hoje quando olhamos para as cidades romanas que elas próprias desenvolviam uma componente agrícola considerável e que, portanto, as inter-relações entre cidade e campo eram construídas com outros laços para além dos da mera dependência agro-pecuária e do abastecimento alimentar<sup>301</sup>. E naturalmente tal reflecte-se na arquitectura do povoamento, com a *satelitização* de grandes *villae* em torno dos núcleos urbanos principais<sup>302</sup>.

Quanto a outros problemas colocados pelas próprias fontes.

Pela sua complexidade, não será este o espaço ideal para discutir as questões hermenêuticas relacionadas com os tratados de agricultura<sup>303</sup>. Mas apesar do persistente paradigma da *villa rustica* ter enformado a perspectiva teórica do conceito, tem sido

<sup>299</sup> “To be fully a Roman, not merely in the earlier centuries of Rome’s history, but up and well beyond the time of Virgil, was to be a farmer. Those who owned no land were *capite censi*, counted by heads, mere numbers, and until the time of Marius were not officially eligible to serve in the legions.” (Percival, 1996: 65). De forma muito significativa, Simona Accardo (2000: 11) coloca a posse de propriedades fundiárias como um requisito fundamental na “libertà dell’individuo e la condizione indispensabile per l’esercizio dei suoi diritti civili e politici”, ou seja, o campo como espaço libertador de plena assumpção da cidadania latina.

<sup>300</sup> Salamito, 2000: 38-39, em particular: “[...] l’agriculture est une activité louable; les récoltes s’obtiennent sans aucune fraude; elles sont proportionnelles à la qualité des semences; la terre rend toujours plus qu’elle n’a reçu. [...] l’exaltation de la terre et de la propriété foncière restait, dans les années 380, une évidence collective que nul ne songeait à remettre en question. [...] le jugement positif sur l’agriculture en général, déjà illustré par Xénophon, par les *Economiques* du Pseudo-Aristote, par Caton l’Ancien, Cicéron, Virgile, Columelle puis Musonius Rufus, se rencontre non seulement chez Ambroise, mais aussi chez son disciple Augustin, pour qui le travail de la terre est “le plus innocent des métiers” [citando *innocentissima artium*, *De haeresibus* 46]. Ou seja, o valor da terra é exaltado desde os tempos republicanos (já desde Catão) como fonte de riqueza agrícola, económica e sobretudo moral, sendo que este último plano é particularmente interessante, pois a capacidade de gerar riqueza advém, não tanto de um domínio técnico ou da inovação, mas do trabalho, aplicação e sacrifício, perspectiva particularmente valorizada pela perspectiva cristã.

<sup>301</sup> Neste campo recordo o exemplo fornecido por Kevin Greene (1986: 94): “The countryside around Pompeii is famous for its large number of villas, and a part of their economic function has always been assumed to be the supply of food to the town, normally envisaged as densely occupied by houses, workshops and businesses. An extensive study of Pompeii by Wilhelmina Jashemski has necessitated a revision of this image, for as well as the expected ornamental gardens belonging to houses, temples and public buildings, she has revealed important commercial gardens, orchards and vineyards. In exact terms, while ornamental gardens occupied 8 per cent of the excavated area, large food-producing areas occupied 9.7 per cent.” Lembre-se que análises polínicas demonstraram que a área adjacente a norte do anfiteatro estava ocupada por uma vinha intercalada por algumas oliveiras. Esta situação também foi detectada em Conímbriga, com a presença de estruturas de lagar na Ínsula do Vaso Fálco.

<sup>302</sup> Veja-se Gorges, 1990, em particular a fig. 1 da página 98 e fig. 2 da página 104.

<sup>303</sup> Contudo, estes textos apoiam-se na existência de um conhecimento anterior que em larga medida infelizmente não chegou até nós: “l’agronomie latine ne s’appuie pas moins sur une tradition méditerranéenne. Les Grecs y occupent une large place: Columelle cite une quarantaine d’auteurs grecs, et Varron une cinquantaine.” (Leveau, Sililières & Vallat, 1993: 76).



paradoxalmente a componente *urbana* do local que tem atraído a atenção dos investigadores. Ou seja, a exaltação historiográfica da *villa* enquanto complexo produtivo tem sido constante, mas no momento de escavar e de conhecer o olhar do arqueólogo tem sido dirigido quase em exclusivo para a identificação dos espaços de monumentalidade que transferem para o meio rural as características distintivas da *domus*. Na realidade, sobre o lado *rustico*, *fructuario* ou *frumentario* no mundo lusitano pouco ou nada se sabe<sup>304</sup>, realizando-se o seu estudo por circunstâncias fortuitas ou de forma a minimizar os impactos decorrentes de condições alheias aos propósitos da investigação em sentido mais amplo (ou seja, quase por *obrigação* ou por *acidente*, o que se encontra distante do que desejavelmente seria uma intenção de pesquisa coerente e concertada que, de resto, no território do sudoeste peninsular nunca se iniciou).

Finalmente, um outro ponto de desfocagem reside no papel excessivo concedido à *triade mediterrânica*, particularmente sentido em espaços como o actual Alto Alentejo onde ela naturalmente domina ainda hoje a paisagem e parece encaixar-se na perfeição nos conteúdos civilizacionais próprios dos textos e do ambiente fisiográfico mais amplo. A ideia de que a economia da *Lusitania* estaria dedicada aos componentes económicos directos e indirectos provenientes destas explorações não é errada; a noção de que todas as *villae*, e cada uma em exclusivo, estariam dedicadas a estas produções é ela sim inadequada e empobrecedora. Esta perspectiva tradicional é fundamentada em dois pilares pré-conceptuais: o destaque que os agrónomos concedem a estes produtos e a visualização etnográfico-económica da região em causa onde o olhar do investigador facilmente encontra uma paisagem que se coaduna com o quadro geral definido no limite teórico. Mas um e outro caso não são integralmente acertados<sup>305</sup>. Por um lado, porque prolonga para o mundo clássico a leitura extraída do universo moderno e medieval, como se aquele fosse um mero antecedente da mesma forma atávica e milenar de trabalhar a terra. A economia clássica, como crescentemente a Arqueologia vai demonstrando, era muito mais complexa e sectorizada do que as suas congéneres posteriores. Por outro lado, porque basta uma leitura atenta dos textos medievais, e um conhecimento de terreno da paisagem actual, para perceber que, mesmo nesta paisagem mediterrânica, existem produções específicas de grande peso económico que só por si sustentam unidades de produção e que em muitos casos não deixam grande rasto arqueológico<sup>306</sup>.

Todavia, a vocação agro-pecuária das *villae* também não pode ser escamoteada, pois na base constitui mesmo a essência do ambiente onde se forja o ânimo latino através do duro labor e da vinculação aos valores da terra. Para atingir esta valência, o conjunto construído ganha espaços específicos, corporizando assim os preceitos contidos nos textos

---

<sup>304</sup> Circunstância que não domina em exclusivo a realidade portuguesa, mas que é válida também para o território da *Lusitania* actualmente na Extremadura espanhola. Anote-se o panorama expresso por Alvarez Martínez & Nogales Basarrate, 1994: 274: “Efectivamente, a excepción de los casos de la villa de «La Cocos» y de la de «Los Términos» en Monroy, el resto es conocido en una mínima parte, y casi siempre en lo que atañe a la vivienda del *dominus*, la *pars urbana*, pues la parición de un pavimento musivo fue la que originó la correspondiente campaña de excavaciones, por lo general abandonada una vez que se salvaron los pavimentos.”

<sup>305</sup> Para uma perspectiva crítica deixo a citação de Vallat, 2004: 35: “[...] les piteuses généralités sur la trilogie méditerranéenne du blé, de la vigne et de l’olivier, comme si ces plantes étaient toujours et partout présentes, comme si elles étaient uniformes, comme si elles se combinaient toujours de la même façon dans tous les terroirs. D’où les affligeantes banalités sur le poids des terres communautaires aux origines de la colonisation romaine, sur le petit lot des colons ne pouvant subvenir que par l’exploitation de la terre publique, sur le déclin de la petite propriété, les poids des *villae* et le fatal et inéluctable développement du *latifundium*.”

<sup>306</sup> Veja-se por exemplo o caso das produções horticolas; das produções frutícolas tão elogiadas nas fontes islâmicas e medievais; do mel, dos queijos ou das peles e curtumes, para apenas citar alguns exemplos. Estas especializações levantam problemáticas muito interessantes que poderão ser analisadas do ponto de vista arqueológico e que estarão relacionadas com a sazonalidade (ou seja, espaços polivalentes que poderiam funcionar como ateliers para distintas actividades em distintas épocas do ano) ou reorientações produtivas (expansões, melhoramentos, ampliações ou variações que necessariamente implicassem destruições, entulhamentos, beneficiações ou reaproveitamentos de espaços existentes).

clássicos<sup>307</sup>. Desta forma, uma das características mais originais e inovadoras resulta do facto de a *villa* ser entendida como um todo, como um conjunto de áreas construtivas que isoladamente cumprem distintas funções para que o todo da propriedade funcione e apresente os mais elevados índices de conforto e de rendimento. Alguns destes espaços prendem-se com a sua vocação agro-produtiva específica, como os lagares ou os estábulos, enquanto outros derivam do entendimento das lógicas de conforto urbano que os proprietários decidem transportar para o meio rural, como os edifícios termais ou os ambientes de banquete, entre os quais se inclui o *triclinium*. O que caracteriza este tipo de edificações é, contudo, a permanente aliança entre a vertente agro-pecuária e a vivência senhorial do *dominus* que, ao contrário do que sucede nas *villae* de ambiente urbano, se faz mais pelo aparato construtivo do que pela matriz cultural. Ou seja, a grandiosidade arquitectónica é, nestes sítios, uma constante em evidência, procurando sublinhar o poder fundiário do proprietário<sup>308</sup> mas coabitando, às vezes de forma próxima, com espaços de cariz agrícola. São também estabelecimentos mais voltados para o interior, procurando criar os climas mais propícios para uma vivência permanente. Desta forma, a *villa*, mesmo na sua componente mais rústica, é um todo complexo, com módulos específicos que cumprem distintas funções, o que decididamente a distancia dos protótipos arquitectónicos de épocas anteriores ou posteriores. Por estes motivos, são também as instalações mais amplas, podendo a ocorrência de vestígios de superfície prolongar-se por vários hectares<sup>309</sup>.

#### .... e a *Villa pseudo-urbana*

O recente estudo de Geoff Adams<sup>310</sup>, sobre a função social das *villae suburbanae*, evidenciou claramente como uma cuidada análise planimétrica pode conseguir perceber a utilização destas estruturas para fins eminentemente sociais, distantes da vocação agro-pecuária tão enfatizada pelos agrónomos latinos. A utilização de cálculos estatísticos, para determinar a percentagem de área edificada que foi ocupada pelos espaços de entretenimento, permitiu definir o perfil de ocupação dos sítios. Adams analisou também o modo como o desenho arquitectónico das plantas é feito em função de actividades de *otium*, *amoenitas* e de *delectatium*, nomeadamente privilegiando a contemplação da paisagem. Da mesma forma, a concentração de *villae* em áreas adjacentes a núcleos urbanos mostra como a sua distribuição na paisagem não se fazia por qualquer tipo de preocupação com recursos de cariz agro-pecuário, mas em função da proximidade de vias de acesso ou das redes de sociabilidade que se pretendiam manter no campo. É preciso ter em consideração que muitos dos *domini* destas unidades eram abastados cidadãos, envolvidos em múltiplas actividades sociais e políticas, servindo a residência rural como extensão das redes de contactos e de interdependência que se pretendiam alimentar<sup>311</sup>. A proximidade da *urbs*

<sup>307</sup> "On y distingue en premier lieu la villa-ferme (*villa rustica*), qui abrite les logements des travailleurs, esclaves et préposés, les installations nécessaires à la protection du bétail destiné aux labours, sans oublier les basses-cours, autant d'éléments que Columelle sépare de la *villa fructuaria*, formé par les celliers, les magasins, les pressoirs et les caves. Vient ensuite la villa urbaine (*villa urbana*), résidence du propriétaire et de ses proches, et pour les plus riches desquelles Palladius réserve le vocable de *praetorium*." (Gorges, 1979 : 12). Esta tripartição das *villae* em módulos próprios funcionalmente distintos e entendidos como tal mostra como este é um conceito específico da época romana, sem replicação posterior. Ainda há a acrescentar o *fundus*, o terreno que é conceptualizado de forma indissociável dos edifícios construídos.

<sup>308</sup> Extrapolando as palavras de J.-G. Gorges sobre as *villae* de peristilo, "le type même de la maison méditerranéenne où la vie seigneuriale et agricole se déroulent sous un même toit." (1979 : 127).

<sup>309</sup> O caso mais emblemático pode ser exemplificado com La Cocola, na região vizinha de Badajoz, cuja área de construções se estendia por mais de 10 hectares (Serra Rafols, 1952). Como consequência, muitas destas áreas edificadas, e seus espaços internos, são de difícil identificação e interpretação.

<sup>310</sup> 2008.

<sup>311</sup> Tal é perfeitamente evidente nas referências literárias feitas sobretudo por autores que escreveram nos finais da República: Columela, Cícero, Plínio o Jovem, Apuleio (Adams, 2008: 4).

tinha também evidentes benefícios em termos de segurança e conforto nas deslocções<sup>312</sup>, permitindo uma acrescida *peregrinatio* entre os dois pontos. Todavia, tal não nos deve fazer esquecer que o espaço da *villa* é sempre um local de *paradéisos*, pelo que a contemplação – seja dos espaços exteriores, com fachadas rasgadas que olham para a paisagem, seja da monumentalização dos ambientes áulicos interiores enquanto espaço de erudição – é fundamental nestas unidades de povoamento<sup>313</sup>. Aliás, a arquitectura das *villae pseudo-urbanae* – ou, por comodidade e para uma melhor sintonia com a realidade do Alto Alentejo, onde as realidades urbanas são escassas – das *villae urbanae* (ou seja, espaços rurais onde se manifesta de modo mais vincado o gosto urbano, porque a raiz destas unidades reside sobretudo na existência de um espaço de *delectatio* primordial em relação à exploração agropecuária), reside na existência de um espaço que intimamente se funde com o meio envolvente, dele retirando o melhor para a fruição do proprietário e dos seus convivas. A arquitectura das *villae urbanae* foi pensada para se inscrever na natureza, funcionando em certa medida para que o espaço natural sirva como moldura da estrutura construída, para que esta se dissolva na paisagem envolvente. Isto é válido tanto para a inserção da estrutura nos espaços, como para a inserção dos ambientes naturais trazidos para o interior da casa – através dos jardins e do mecanismo do *trompe l'oeil* das cenas de paisagens campestres inscritas em pinturas murais, situação que infelizmente não temos documentado nesta área regional. Nesse sentido, a arquitectura rural foi pensada como uma *imitatio* da natureza, para se inscrever nela em plena sintonia. No espaço lusitano, talvez um dos exemplos emblemáticos seja o do sítio algarvio de Abicada, onde a inserção da estrutura construída na magnífica paisagem envolvente foi arquitectonicamente explorada da melhor forma<sup>314</sup>.

O autor que melhor explorou este tema foi John D'Arms que claramente demonstrou, no seu modelar estudo<sup>315</sup>, a forma como a posse de uma *villa* de *otium* era um instrumento fundamental na sustentação de redes sociais e clientelares, que almejavam fins políticos e honoríficos. Além disso, este é um processo em constante intensificação, aumentando a sua relevância com o decorrer da República<sup>316</sup> e, sobretudo, após a helenização da intelectualidade romana, fenómeno que origina novas formas de convivialidade<sup>317</sup> com as necessárias expressões áulicas na arquitectura doméstica. O fenómeno materializa-se na progressiva ostentação doméstica e, sem surpresa, será Catão o seu principal crítico<sup>318</sup>, constatando que na sua infância as casas eram despojadas ao passo que, por comparação, no seu tempo apresentam demasiado luxo.

De qualquer forma, estas *villae* são claramente espaços de *otium*, de lazer e recepção de congéneres com quem se pretendia fortalecer determinado tipo de alianças. É nestes locais que mais se nota a separação entre os espaços de acesso semi-público, aos convidados da casa, e de âmbito estritamente privado, conforme com as normas

<sup>312</sup> Plínio, Ep. 2.17.2: *decem septem milibus passuum ab urbe secessit, ut peractis quae agenda fuerint salvo iam et composito die possis ibi manere*.

“It is seventeen miles from the city (Rome), so it is possible to spend the night there after essential work is finished, having not cut short or hurried the work of the day.” (Adams, 2008: 11).

<sup>313</sup> Neste sentido pode ser afirmado, de acordo com Martín de Cáceres (1999: 386) que o espaço construído “estaba diseñado para unos momentos concretos y no eternos”.

<sup>314</sup> Teichner, 2008, p. 417-448. Em rigor, este será o mais perfeito exemplo de uma *villa marítima* até agora conhecida no sudoeste peninsular, onde as componentes de requinte urbano estão expressas, sobretudo, na arrojada arquitectura, visto que sobre os programas decorativos ainda pouco se sabe.

<sup>315</sup> Já várias vezes citado: D'Arms, 1970.

<sup>316</sup> “Certainly by the first decade of the first century, as will be seen, it is *delectatio* and *amoenitas*, rather than *fructus*, which concerned the wealthy owners of *villae maritimae* [...]” (D'Arms, 1970: 9-10).

<sup>317</sup> D'Arms, 1970: 14. Note-se que o autor centrou o seu estudo na baía de *Nea Polis* onde já existia uma densa comunidade helénica. De qualquer modo, “In the first place, when luxury invaded the Roman world, it came not from the Gallic north, Africa, or Spain, but precisely from the civilized centers of the Greek East, *fons et origo* of all manner of delicate and pleasurable refinements.” (p. 165).

<sup>318</sup> *De Sumpto Suo*, 164 a.C. Varrão, na geração seguinte, tece o mesmo tipo de comentários: *villam urbanam quam maximam ac politissimam* (Varro, *Rust.* I,13.7). Por esta altura, o adjectivo *politus* havia ganho uma conotação pejorativa, de crítica à ostentação (D'Arms, 1970: 11).

vitruvianas<sup>319</sup>. Neste sentido, a componente produtiva destes locais é nula ou extremamente reduzida, porque o cerne da ocupação centra-se no espaço de convívio proporcionado pela residência privada<sup>320</sup>. Como é sabido, este processo irá intensificar-se na passagem para a Antiguidade Tardia, momento em que, como foi magistralmente sintetizado por Peter Brown, a *domus* se torna o “*forum* made private”<sup>321</sup>. Mas, mesmo em época imperial, o entendimento que nós temos das *villae* tem forçosamente que contemplar a existência de estruturas em meio rural que de componente produtiva tinham pouco ou mesmo nada. O caso mais emblemático, embora unicamente válido para as regiões do litoral, reside nas *villae maritimae* que foram estudadas por Xavier Lafon<sup>322</sup>.

Desta forma (também) temos de pensar nas *villae* enquanto estruturas arquitectónicas que foram espaços de representação das convivialidades urbanas em meio rural, além (ou para além) de locais de vocação agro-pecuária estrita. E, como tal, tinham planimetrias e desenhos arquitectónicos que lhes permitissem desempenhar de forma adequada estas funções, conjugando os ambientes interiores com o desfrute da contemplação da amena paisagem envolvente. O desafio para a investigação radica, portanto, na detecção das pistas que poderão permitir identificar este tipo de sítios.

Como já foi mencionado, os próprios textos clássicos deixam-nos algumas indicações. Por exemplo, um traço constante das *villae* de características urbanas, ou das *villae* de *otium*, reside na possibilidade de contemplação da paisagem envolvente, o que requeria soluções que são mais difíceis de rastrear nas evidências arqueológicas conservadas, como varandas ou terraços, ou mesmo torreões. Mas as plantas que as escavações extensivas vão revelando podem dar indicações: grandes vãos ou espaços abertos para horizontes vastos são compagináveis com os registos deixados pelos textos<sup>323</sup>.

---

<sup>319</sup> Vitruvio advoga a separação entre zonas privadas (*propria loca patribus familiarum*) e públicas (*communia cum extraneis*). É nestas *villae*, onde os actos de recepção próprios para celebração de momentos de *negotium* e de *convivium* tinham um papel muito forte, que notamos a aplicação das recomendações vitruvianas, com itinerários de circulação diferenciados para os moradores e visitantes.

<sup>320</sup> Cícero tinha uma concepção muito clara do seu tempo de *otium* desfrutado na *villa*: “For Cicero, a man’s *otium* was simply time free from political duties, *negotia* and *officia*. It is a neutral word, which takes its particular sense from its context: *otium* may be put to fruitful use, or may be abused. If abused, it is *molestum* [...] linked [...] with *voluptas*, and breeds *luxuriam*, *inertiam*, *desidiam*: *otium Graecum* has distinctly derogatory implications.” (D’Arms, 1970: 70).

<sup>321</sup> 1992: 273. A decadência da vida pública leva a que o investimento privado se desloque do campo do evergetismo munificente para a criação de ambientes áulicos privados que proporcionam o *convivium* em esfera restrita. De referir que o entendimento do espaço doméstico como local de representação do proprietário sempre existiu no mundo romano, acentuando-se com o passar do tempo: “Las fuentes textuales revelan cómo la calidad y decoración de las casas romanas estaban estrechamente ligadas al rango social y la *dignitas* de su propietario. Esta estrecha conexión entre residencia y *status* se entiende en relación con la peculiar naturaleza de la vida pública romana que, en gran medida, se desarrollaba en la residencia de cada individuo. Por ello no es de extrañar que en su planificación se tuviesen en cuenta tanto las necesidades propias del propietario y su familia como aquellas vinculadas a la vida profesional del *dominus* y su relación con amigos, clientes y otros individuos dependientes.” (Chavarría Arnau, 2007: 94).

<sup>322</sup> 2001; classe de sítios que, como já foi notado, poderiam ter um exemplar lusitano no sítio de Abicada no Algarve: estudo mais desenvolvido em Felix Teichner, 2008.

<sup>323</sup> “En lisant la lettre où Pline le Jeune décrit à Gallus sa propriété des Laurentes [II, 17], on s’aperçoit de la place qu’y tient le rapport de l’architecture avec l’extérieur: l’ouverture de la villa et son agencement en fonction des éléments naturels sont primordiaux. Cette nécessité est évidente, mais ce qui est remarquable est la constance avec laquelle, chaque fois qu’il est possible, Pline rend compte de cette alliance avec la nature. [...] Ainsi, la salle de réception et de banquet, où se manifeste l’hospitalité du maître, est caractérisée non seulement par sa position de choix, mais aussi par son ouverture sur la nature et sur les espaces à la fois intérieurs et extérieurs que constituent les cours et les colonnades. [...] Quant aux salles à manger, pièces d’honneur et d’apparat de la demeure, leur principal intérêt et leur agrément reposent à ses yeux non en elles-mêmes, mais dans les paysages que l’on contemple à travers leurs portes et leurs fenêtres.” (Morand, 1994: 210).

Obedecendo a esta filosofia e a estes princípios de vivência, são estes os locais que mais mudam na passagem para a Antiguidade Tardia<sup>324</sup>. Porque é neste domínio que se fazem sentir as novas linguagens arquitectónicas, monumentalizando os espaços de recepção e propiciando fenómenos de teatralização da figura do *dominus*, que surge perante os seus convidados com uma aura completamente distinta. Nas *villae* temos agora novas formas de planificar o espaço e de construção: “El uso de formas arquitectónicas específicas como las plantas basilicales, las columnatas o las formas curvas (ábsides y cúpulas) servían para evocar este carácter público y para dar elegancia y prestigio a un espacio.”<sup>325</sup> A verticalização do edifício é também um traço constante, seja no seu aspecto exterior, com a dotação de torreões laterais<sup>326</sup>, que concediam ao edifício uma maior imponência<sup>327</sup>, seja na concepção dos espaços interiores, com a utilização de salas de tripla ábside, entre outros recursos que agora se aplicam<sup>328</sup>. Da mesma forma, os espaços interiores de deambulação, passeio e contemplação reforçam também os seus conteúdos, com a utilização de jogos de água, de *horti* interiores, de peristilos, de ninfeus, de pórticos, galerias com esculturas, etc<sup>329</sup>. Em alguns casos, as soluções são fortemente criativas, importando modelos orientais, como os espaços hexagonais ou octogonais que encontramos na *villa* do Rabaçal (Penela), ou com plantas atípicas que por vezes encontram descrições nos textos da época<sup>330</sup>.

#### 4.5. As *villae* no Alto Alentejo

Foi o próprio Jean-Gérard Gorges, autor da mais operacional sistematização das tipologias arquitectónicas para as *villae* hispano-romanas, que afirmou que para certos tempos e para certas regiões os conceitos são mais difíceis de serem relacionados com a realidade arqueológica concreta, pois esta adquire parâmetros de variabilidade que tornam difíceis quaisquer propostas teóricas. Na realidade, e como vimos, a *villa* é um conceito matricial cuja concretização material se encontra em constante reformulação, dificultando

<sup>324</sup> Para além de Stephenson (2006), o autor que mais se dedicou a este tema terá sido Simon Ellis, que tem produzido um conjunto de artigos sobre as transformações domésticas no final do Império. Para o presente estudo só foi possível consultar dois trabalhos: Ellis, 1988 e 2007.

<sup>325</sup> Chavarria Arnau, 2007: 94. Ver também o texto de Sarah Scott (2004). Para casos regionais, Balmelle 2001, Sfameni 2006 e Romizzi 2006.

<sup>326</sup> Embora a existência de *villae* com torres laterais já fosse conhecida em momentos anteriores, e mesmo em algumas residências de campo helenísticas, a sua situação vulgariza-se mais durante a Antiguidade Tardia. Esta solução construtiva não se liga em nada com fenómenos de instabilidade ou de militarização da sociedade, mas unicamente – como em São Cucufate – com a criação de planos de contemplação e a dotação de uma fachada mais imponente, que crie impacto visual nos visitantes. Sidonio Apolinario conta-nos que o seu anfitrião, Poncio Leoncio, era proprietário de uma *villa* deste género, usando um dos torreões laterais como sala de jantar, de onde se desfrutava de uma magnífica panorâmica sobre a propriedade (*Carmina* XII,211-212).

<sup>327</sup> Na sequência da nota anterior, acrescento o raciocínio de Kim Bowes (2006: 83) sobre o tema, por me parecer muito expressivo: “The so-called ‘fortified villas’ depicted on North African mosaics with their distended towers and façades are similarly the visual *ekphrases* of an elite that fetishized the façade elevation and its dramatic affects above perspectival or proportional accuracy. This particularized emphasis on the façade reflects a tendency to identify place, be it city or villa, through the boundary that separated it from the exterior, using the alterity of ‘outside’ to emphasize a concomitant interior.” Esta perspectiva simbólica do entendimento da visualização da propriedade a partir de outrem foi certamente muito manipulada, incluindo com recurso a outros elementos que infelizmente não foram ainda detectados no registo arqueológico: portões, muros de delimitação da propriedade, eventuais *termini* definidores dos *fundi*, etc.

<sup>328</sup> “The great villas with their overabundance of reception and dining rooms, their endless mosaic floors and manic obsession with apses, domes and all manner of unusual shapes, formed an elite sign language, where buildings, like letters, served to bond the island that was the rural estate to the greater web of aristocratic culture and identity.” (Bowes, 2005: 231).

<sup>329</sup> São numerosos os exemplos já conhecidos destes tipos de soluções na *Hispania*. Para utilizar uma referência bibliográfica de síntese, recorro a Chavarria Arnau, 2007: 95, onde se elencam vários casos concretos.

<sup>330</sup> O caso da descrição que Sidonio Apolinario nos deixou da residência de um seu amigo, Poncio Leoncio, que detinha uma *villa* com um pórtico de planta em *sigma* (*Carmina* XXII,4,157), uma solução arquitectónica que encontramos em vários locais da *Aquitania* e também em alguns exemplos esporádicos na *Hispania*.

as categorizações que a investigação propõe: “Fondées sur l’architecture, elles [propostas tipológicas] sont particulièrement adaptées à la définition des types simples de constructions. En revanche, leur inaptitude à la classification ou à la simple qualification des grands ensembles composites du Bas-Empire demeure flagrante.”<sup>331</sup>

A leitura da realidade existente na área em estudo apresenta-se dificultada pela parca informação existente. Na região, existem apenas duas plantas completas, representando a *pars urbana* de Torre de Palma (Monforte) e de Quinta das Longas (Elvas). Temos depois um conjunto – mesmo assim pouco expressivo – de informação sectorial para sítios cuja escavação se iniciou, mas que não se desenvolveu em extensão suficiente para uma leitura clara, em alguns casos nem se percebendo em que sector da *villa* a intervenção decorreu. São os casos de Pombais (Marvão), Vale da Bexiga e Mascarro (Castelo de Vide), Capela (Arronches), São Pedro e Horta da Torre (Fronreira), São Salvador, São Pedro dos Pastores e Argamassas (Campo Maior), Pereiras, São Romão (Elvas), Santa Vitória do Ameixial (Estremoz), Cerca (Borba). Em casos como São Pedro dos Pastores e São Pedro de Fronreira, as intervenções não foram sequer suficientes para determinar a integração do sítio na categoria de *villa* ou em outra. Mas, em termos gerais, o universo fidedigno de análise restringe-se aos dois sítios já mencionados.

Escusado será lembrar que para esta zona não detemos descrições literárias. Nem representações em pavimentos de mosaico ou pinturas parietais de edifícios ou de propriedades. Portanto, é efectivamente muito difícil conhecer como se apresentavam construídas as *villae* do Alto Alentejo, quer na planimetria, quer na elaboração dos espaços, soluções arquitectónicas e programas decorativos. Como tal, é muito complexa a tarefa de inserção dos edifícios existentes nas tipologias já criadas para as *villae* hispânicas<sup>332</sup>. Nem temos possibilidade de traçar parâmetros evolutivos, ou de detectar mutações nos planos, de acordo com o que já se conhece para outras áreas do sudoeste peninsular<sup>333</sup>.

Em impressão geral, o que temos então?

Começemos pelos dois planos conhecidos. Quinta das Longas e Torre de Palma são dois sítios com histórias e realidades muito diversas, mas ambos têm um ponto em comum: são *villae*-bloco de peristilo, para operacionalizar a definição de Jean-Gérard Gorges<sup>334</sup>, embora no segundo caso se trate de um exemplar de monumentalidade áulica mais complexa. Em ambas, os espaços de recepção consubstancializados nas salas de tripla ábside (*triclinium*) ocorrem no extremo oposto da entrada do peristilo (e da própria casa), conforme os protótipos habituais nestes tipos de sítios<sup>335</sup>, demonstrando a plena aplicação dos protótipos monumentalizantes do final do Império. Casas voltadas para o interior, para um peristilo onde se encontram as entradas para água e para a iluminação natural, convocando uma predisposição para o intimismo ou para uma deambulação em diálogo. Ou seja, os dois únicos planos conhecidos representam, para a fase de maior apogeu nas estruturas conservadas e interpretáveis, realidades relativamente coincidentes e integráveis nos modelos conhecidos.

<sup>331</sup> Gorges, 1979: 118.

<sup>332</sup> Gorges, 1979: 116, fig. 18.

<sup>333</sup> Em particular as “quintas vitruvianas” encontradas na zona de S. Cucufate (Mantas, 1986; Mantas & Sillières, 1990). Remeto para Vitruvio, *De Arch.* IX. São os protótipos formais utilizados nos primeiros estabelecimentos rurais privados que temos no território actualmente português, a partir dos quais se criam os novos morfotipos que irão evoluir para as *villae* imperiais.

<sup>334</sup> 1979: 121, fig. 19.

<sup>335</sup> Demonstrando o modo como os itinerários de condução dos visitantes era cuidadosamente estudado, levando-os a percorrer um itinerário simples, mas dando-lhes a hipótese de vislumbrarem algumas das salas e ambientes privados. Em Torre de Palma e em Quinta das Longas a recepção era feita em um vestíbulo e a entrada para o peristilo permitia que os visitantes encarassem logo de frente a sala de tripla ábside no extremo oposto, criando um impacto visual acrescido, consubstanciando o eixo entrada/vestíbulo/peristilo/sala de tripla ábside. Por este motivo os pavimentos de mosaico dos peristilos são frequentemente monótonos, à base de motivos vegetalistas simples, para que o visitante seja levado a olhar para os ambientes domésticos que o proprietário pretende evidenciar. Para além do mais, estes motivos repetitivos criam sensações visuais agradáveis e ritmadas para quem sobre eles deambula (Stephenson, 2006: 44).

Mas as diferenças correm a vários níveis. Primeiro ponto: o facto de Torre de Palma constituir um dos melhores exemplos de um sítio de *estratigrafia horizontal*: uma casa que começa por ser uma pequena *villa* de átrio de tradição itálica, cuja estrutura fica conservada, mas é subalternizada em função de uma sumptuosa habitação de peristilo. Os módulos que vão sendo construídos são-no em extensão no terreno, por adição, nunca por sobreposição (e apagamento) como se houvesse uma memória do lugar, um *genius locus* que tivesse de ser mantido. Em Quinta das Longas, pelo contrário, há uma destruição com total apagamento da pré-existência, construindo uma *villa II* sobre um edifício anterior do qual pouco permanece.

Como consequência, em Torre de Palma temos uma *pars urbana* de enormes dimensões, que se estende em espaços sucessivos. Todo o conjunto é substancialmente amplo, quer no conjunto, quer nos diversos compartimentos: note-se, por exemplo, o espaço interior da sala de tripla abside ou a ampla dimensão do peristilo<sup>336</sup>. Em Quinta das Longas, pelo contrário, o edificado é pequeno, com áreas de aparato relativamente modestas. Todo o destaque é conferido ao espaço nomeado como ninfeu, enquanto no sítio de Monforte não existe nenhum tipo de ambiente semelhante. Aqui temos o investimento concentrado nas salas de aparato e nos pavimentos musivos, bem como eventualmente nos revestimentos parietais. Escasso mármore, nenhum elemento exterior de ornamentação. Na *villa* da área de Elvas, pelo contrário, destaca-se o ninfeu aberto sobre a ribeira, com mosaicos pouco expressivos mas uma gramática escultórica impressionante<sup>337</sup>. Não há registo de pinturas parietais, apenas de frisos marmóreos, sendo esta matéria pétreia profusamente empregue, em especial na *natatio*, que não encontra equivalente em Torre de Palma.

Como tal, se pudesse resumir tudo a uma leitura simplista, no sítio localizado em Monforte teríamos uma *villa* ligada aos símbolos da terra, e em Quinta das Longas um edificado sublinhando os valores da água. Em Torre de Palma espaços rústicos, evidenciando o poder do proprietário - poder sobretudo fundiário e agrícola -, e no sítio elvense o destaque concedido à mundividência cultural de um *dominus* provavelmente de pendor urbano, que encararia o sítio como uma residência de *otium*. Na primeira, a vida senhorial e agrícola de acordo com o modelo de uma *villa rustica*; na segunda, um possível protótipo de uma *villa urbana*. Ambas têm na base planos semelhantes, mas com conteúdos, desenvolvimentos e aparatos completamente distintos.

Sem dispor de mais planos, parece mesmo assim ser válido dizer que no Alto Alentejo as *villae* de *otium* predominam, ou pelo menos têm exemplos significativos no escasso número de feixes de informação que podem ser analisados. Santa Vitória do Ameixial parece configurar um estabelecimento deste tipo, possivelmente com patamares escalonados ao longo da topografia e com os mármorees desempenhando um papel essencial na composição de atmosferas eruditas. Seguramente teríamos muitos jogos de água, plenamente potenciando os jogos de luz que os revestimentos decorativos poderiam possibilitar. Mais coesa na linguagem dos seus pavimentos musivos do que Torre de Palma, é difícil perceber que tipo de planimetria poderia funcionar na ligeira elevação onde a aldeia ainda hoje se encontra, mas seguramente teríamos um ambiente de extremo requinte e qualidade, talvez mesmo o mais perfeito exemplo de *villa urbana* no universo em análise.

Outro lugar que poderia ser inserido neste lote será São Salvador em Campo Maior. É possível que aqui tenhamos uma *villa* linear de galeria, com varanda panorâmica aberta para o leito do rio e para a linha de horizonte voltada a sul e este. Possivelmente uma *villa urbana* com um plano arquitectónico totalmente voltado para o rio, tirando partido da cenografia natural em que se enquadra. Grandes vãos, corredores alongados, um conjunto que parece estar vocacionado para o *otium* e para a vivência exterior do espaço.

<sup>336</sup> Entre os de maiores dimensões nas *villae* hispânicas (18 metros por 16). Veja-se o quadro em Stephenson, 2006: 40 e a sua observação (p. 67) de que as dimensões de alguns peristilos de *villae* da *Hispania* quase igualavam os de alguns *fora* urbanos de cidades hispânicas.

<sup>337</sup> Em especial Carvalho & Almeida, 2003.

Outras hipóteses são especulativas. É difícil perceber a existência de outros modelos tipológicos que conhecemos para a *Lusitania*. As *villae* com torreões laterais<sup>338</sup> ou os monumentais estabelecimentos áulicos do Baixo-império, sejam nas suas variantes simples ou mais complexas, não são conhecidos através das poucas plantas conhecidas, não sendo possível propôr a integração em algumas das tipologias já definidas<sup>339</sup>. Contudo, pelos exemplos tidos, parece ser evidente que predomina o modelo da *villa* de peristilo, onde a componente senhorial ou “urbana” do estabelecimento domina sobre todo o conjunto. Uma das características que podemos entrever na generalidade dos sítios reside no ordenamento em função de “principes élémentaires faits de symétrie et d’axialité”.<sup>340</sup> É também provável que, em meados do século IV, as ábsides façam a sua aparição reconvertendo os planos arquitectónicos já existentes, pois em várias *villae* escavadas ou por escavar encontram-se estes elementos. As salas de tripla ábside em Quinta das Longas e Torre de Palma, ou as ábsides visíveis à superfície em Quinta do Pião (Alter do Chão), Mosteiros (Crato), Casarões da Misericórdia (Campo Maior) e Horta da Torre (Fronteira) assim o indicam.

Praticamente todas elas teriam edifícios termais, pois a profusão de dados já recensados<sup>341</sup> ou de indicadores como os tijolos de *suspensurae* de hipocausto é muito assinalável, sendo habitual o seu achado em prospecções.

Todos os sítios da área territorial apresentam os elementos característicos da romanidade: escolha por matérias-primas adequadas, adopção de princípios construtivos robustos e perenes, diversidade na cultura material, integração de planimetrias geometrizadas. O que varia regionalmente, e permite definir sub-áreas, é a integração desses princípios e a proximidade aos circuitos de abastecimento. Por exemplo, nas matérias-primas: privilegiados os mármore na área sudeste, diminuindo em raridade à medida que nos deslocamos para ocidente ou para norte. Nestas direcções, mais vemos a adopção dos materiais locais, a progressiva redução das diversidades pétreas ou dos elementos de superfície.

Outra das situações que se repetem consiste na grande variedade dos elementos construtivos que encontramos na generalidade dos sítios. Este facto é particularmente visível nas cerâmicas de construção, lembrando-nos que a pedra, mesmo em zonas onde é adequada e abundante, não era por si só o elemento construtivo eleito. Os tijolos, secos ao sol ou em forno, são sempre abundantes e de tipologias muito variadas, sendo sem dúvida os materiais construtivos de primeira ordem. As condicionantes da matéria-prima local são evidentes: por exemplo, em São Salvador (Campo Maior) a pedra utilizada é o seixo de rio, abundante no terraço fluvial onde a *villa* se implanta. Em São Pedro (Fronteira) a variedade de blocos pétreos utilizados nas construções é impressionante, mas a proveniência seria da envolvente, pois o sítio encontra-se em zona de contacto de formações diversas, dada a presença da falha que origina as termas da Sulfúrea (Cabeço de Vide).

Esta percepção é muito relevante, pois mostra-nos a forma como a disponibilidade de matérias-primas não condiciona a aplicação de conceitos e protótipos – neste caso, arquitectónicos. Ou seja, a construção e a criação de ambientes domésticos faz-se superando os constrangimentos locais, mas, evidentemente, por vezes o modo de realização pode ser mais bem conseguido com a utilização de materiais de melhor qualidade. O que acaba, sim, por condicionar de modo decisivo, é a interpretação que o arqueólogo pode fazer no trabalho de campo. Porque nas zonas onde a pedra de qualidade escasseia o recurso a taipas e adobes foi uma realidade, como evidenciado em Praia da Tojeirinha na escavação realizada neste sítio de Ponte de Sôr. E a escavação do muro UE3 no sector SPD de São Pedro (Fronteira) demonstrou a utilização de panos de parede em adobe sobre socos de alvenaria em pedra.

---

<sup>338</sup> O tipo 3c de Gorges (1979), em alguma das suas sub-variantes.

<sup>339</sup> Sobretudo Gorges, 1979.

<sup>340</sup> Gorges, 1979: 136.

<sup>341</sup> Reis, 2004.



Em muitos sítios, os tijolos de quadrante indicam que as colunas eram utilizadas como recurso arquitectónico que monumentalizava os ambientes, mas essas construções faziam-se sem o recurso a blocos de pedra. É certo que existem colunas maciças de mármore, quer em corpo único (como a grande coluna caída à entrada do sítio de Mosteiros, Crato, ou o exemplar que se guarda na igreja da Madalena, em Monforte, proveniente da *villa* de Horta da Torre, em Fronteira), quer em módulos de tambores de granito, mas a solução não foi sempre disseminada mesmo em zonas de bom substrato rochoso. Como já foi notado, esta fraqueza dos materiais construtivos pétreos implica que a arquitectura térrea fosse predominante<sup>342</sup>. Quanto aos aparelhos de construção<sup>343</sup>, observa-se a presença de *opus quadratum* em muitos socos e alicerces de estruturas, ou nas esquinas de edifícios, como é geralmente mais habitual. Em Torre de Palma, na casa e nos balneários termais, temos a utilização de silhares de granito almofadados muito correctos e bem definidos. O aparelho mais frequente, contudo, é o *opus incertum*, com as faces preenchidas por pedra de médio calibre (quer em casas, quer nas estruturas hidráulicas) e o miolo dotado de pedras unidas por um enchimento de terra ou, em alguns casos, de *opus caementicium*, como na Quinta das Longas (Elvas), embora esta técnica pareça ser mais frequente em estruturas de grande porte do que em construções domésticas. Em São Pedro (Fronteira) os muros imperiais distinguem-se das estruturas posteriores pela técnica de colocação da alvenaria: fiadas de pedra de média dimensão com a face maior voltada para o exterior e enchimento interno de pequenas pedras e terra. Os muros tardios são muito mais heterogéneos nos materiais (chegando a incluir uma asa de ânfora inteira na UE53) e na colocação, frequentemente caótica e sem cuidado. Um dos aparelhos construtivos mais impressionantes da região é o pano da barragem do Muro (Campo Maior) com o aparelho construtivo de *opus vittatum* e *mixtum*, mas em geral esta solução não foi muito empregue, nem se registam estruturas unicamente em *opus latericium*, exceptuando casos muito particulares. Em Quinta do Pião (Alter do Chão), por exemplo, aflorava uma estrutura unicamente em tijoleira, mas esta situação é muito pouco frequente. Contudo, faltam as técnicas construtivas mais elaboradas, o que é revelador de um *saber-fazer* não muito apurado e que aposta mais na resistência do que na mestria técnica. Como é natural, os dados sobre as construções em madeira são quase inexistentes. Em São Pedro (Fronteira) o achado de pregos e cavilhas em níveis de pavimento é muito expressivo, devendo-se seguramente à sua utilização nas armações dos telhados.

No aparato decorativo temos a frequente utilização de colunas, independentemente das matérias-primas utilizadas. Os capitéis, contudo, são mais raros, e são sobretudo da ordem toscana, talvez por serem os de mais fácil realização. O mármore é o material privilegiado, sobretudo concentrado na zona de extracção. Observamos que se continua a empregar durante muito tempo, mesmo até época visigótica, conforme foi registado em sítios como Mosteiros (Crato) e Vale da Bexiga (Castelo de Vide), com os capitéis ali encontrados demonstrando a sua laboração.

Na escultura, o reportório não é muito numeroso, conforme foi recentemente apresentado<sup>344</sup> e aqui se relembra:

---

<sup>342</sup> Gorges (1979: 139) indica-nos apenas dois sítios, em toda a Península, onde os segundos andares estariam comprovados: São Cucufate, na Vidigueira, onde os torreões ainda se conservam, e Alcalá de Guadaira, com o arranque de uma escada em pedra. Na área de referência temos uma escadaria de cerâmica em São Pedro dos Pastores, mas não é claro se daria acesso a um segundo piso ou simplesmente a um desnível topográfico, como sucede em Santa Vitória do Ameixial (Estremoz).

<sup>343</sup> Infelizmente são muito poucas as descrições de estruturas construtivas que temos para a *Lusitania* em geral, e a quase ausência de escavações em sítios rurais da área em estudo mais inviabiliza uma leitura aprofundada deste item. Para o Alto Alentejo exceptua-se necessariamente o exaustivo estudo de Torre de Palma em Lancha & André, 2000. Para a vizinha Extremadura um bom exemplo das potencialidades deste tipo de leitura analítica encontra-se no artigo de Rosalía Durán Cabello, Germán Rodríguez Martín e Angél Morillo Cerdán sobre Torre Águila (2005-2006).

<sup>344</sup> Gonçalves, 2007.

Peça	Proveniência	Concelho	Ref. <sup>a</sup> principal
Torso de Eros	Hd. Capela	Arronches	Gonçalves, 2007 n° 95
Ara votiva a Marte	Torre de Palma	Monforte	n° 106
Fontanus em pedra	Vigária	Vila Viçosa	n° 128
Divindade reclinada	S. V. Ameixial	Estremoz	n° 129
Grupo escultórico	Q. Longas	Elvas	n° 130
Tampa sarcófago Eros	(Indeterminado)	Elvas	n° 192
Ara de Calpurnia	Def. Barros	Avis	n° 214
Macaco sentado	N. S. Mártires	Estremoz	n° 232
Sátiro	S. V. Ameixial	Estremoz	n° 233
Estátua de cão	N. S. Mártires	Estremoz	n° 369

Destaca-se obviamente o conjunto ornamental da Quinta das Longas<sup>345</sup>, incluído nos “modelos mitológicos tardios del círculo de Afrodísias”, possivelmente relacionado com um “coleccionista que atesora grupos y obras en su residencia<sup>346</sup>”, muito vinculado à mundividência helenística, procurando reproduzir modelos e programas de obras em grande formato. E que não hesita no momento de escolher um conjunto estatutário proveniente da metade oriental da bacia mediterrânica, de modo a assegurar os mais elevados padrões de qualidade estética, decorativa e ornamental.

Existem indicadores de alguma bizarria, como o macaco proveniente de N. Sr.<sup>a</sup> dos Mártires (Estremoz), que certamente pertenceria a um grupo escultórico mais vasto (porque do sítio provém também um fragmento de um cão), eventualmente relacionado com o monumento votivo a Cíbele erigido por *Iulius Maximianus*, um liberto<sup>347</sup>. Mas, no restante, duas sensações assomam: o panorama é relativamente *clássico* nas suas expressões (Eros, Marte, Fontanus...) e pouco variado em termos de conteúdos representativos. Não há grande diversidade nem o aparecimento de conteúdos alógenos.

Cartograficamente nota-se o domínio esmagador da zona dos mármore. O sítio mais a norte encontra-se em Arronches: todos os restantes estão completamente circunscritos à faixa sul do território em análise. A variedade de proveniências é pequena: em concreto temos Capela, Torre de Palma, Vigária (*in situ* no local de exploração), Defesa de Barros, Quinta das Longas, Santa Vitória do Ameixial e Senhora dos Mártires, ambos em Estremoz. Apenas sete dos sítios em estudo libertaram elementos escultóricos, o que parece manifestamente pouco. Em rigor, alguns dos elementos nem são propriamente esculturas por si só, antes o suporte plástico de outros conteúdos: o caso da ara votiva a Marte, da tampa de sarcófago ou da ara de Calpurnia.

Finalmente uma outra nota, a cartografia funcional nos sítios onde foram encontrados os achados escultóricos. Registe-se a variedade nos locais de proveniência, onde temos exemplares que documentam a decoração em âmbito privado de *villae*: Herdade da Capela, Quinta das Longas, Santa Vitória do Ameixial são os sítios representados. Uma outra *villa* está representada, mas no mundo funerário: a ara de Defesa de Barros. Depois temos um achado escultórico na pedreira de Vigária e um outro que foi encontrado em sítio interpretável como um povoado ou *vicus*, N. Sr.<sup>a</sup> dos Mártires. Portanto, apenas três *villae*, ou seja, o âmbito doméstico privado encontra-se sub-representado face ao total, uma situação que se torna um pouco inesperada.

Quanto aos pavimentos, também notamos que a utilização de *opus signinum* e de mosaicos se encontra concentrada no aro sudeste. Na zona de Elvas, quase todos os sítios apresentam *opus signinum* visível em algum ponto, seja *in situ* ou seja agregado em nódulos arrancados por acção de lavras. A sua frequência vai diminuindo à medida que nos deslocamos para outras áreas. Nos mosaicos, esta situação ainda é mais visível: temos mosaicos na zona de Marvão (Garriancho), mas não em Nisa, Gavião ou, para oeste, no sentido de Ponte de Sôr, onde o sítio mais ocidental poderá ser Granja (Crato). Em Ladeira (Avis) surgem tesselas, mas este achado é, para já, de longe aquele que se encontra mais a

<sup>345</sup> Nogales Basarrate, Carvalho & Almeida, 2004a e 2004b.

<sup>346</sup> Nogales Basarrate, Carvalho & Almeida, 2004b: 143.

<sup>347</sup> IRCP n° 440.

poente; até lá, o limite encontra-se em São Saturnino, São Francisco e Horta da Torre, todos em Fronteira. Ainda no tocante a mosaicos, é interessante notar que a percentagem de sítios do Alto Alentejo que apresentam este tipo de pavimentos, é genericamente muito baixa, como em termos peninsulares se verifica<sup>348</sup>.

Nos mosaicos podemos registar duas tendências. Uma relativa às matérias-primas, que, nos casos em que temos informações, parece utilizar sobretudo tesselas em pedra da região. Pela sua variedade destaca-se o sítio de Horta da Torre (Fronteira), com tesselas em vidro, *terra sigillata* e em vários tipos de pedra (granitos, calcários e de xisto)<sup>349</sup>. No plano iconográfico, o panorama é relativamente monótono, apesar da qualidade e força das representações. Predominam sobretudo os temas mitológicos, mais caros ao reportório clássico, com notas de erudição (o episódio do «canto das Sereias» da *Odisseia* em Santa Vitória do Ameixial, as musas em Torre de Palma), mas em estreita vinculação ao panorama intelectual da *Lusitania* e sobretudo ao aro emeritense<sup>350</sup>. Como nota mais atípica temos apenas a provável figuração de *Epona* em Carrão (Elvas), uma divindade gaulesa estranha a esta região (embora assimilada à deusa Diana), embora ali próximo, em Santa Catarina (Elvas) se tivesse recuperado uma ara a outra divindade semelhante, *Belona*. Os restantes mosaicos figurativos apresentam motivos aquáticos, uma situação que ocorre em regiões de interior<sup>351</sup> e temas dionisiacos, em Santa Vitória do Ameixial e Torre de Palma, conforme ao conhecido para a área vizinha<sup>352</sup>. Note-se contudo que existem dois casos de representações de veados ou corsos, o que podem indicar cenas de *venatio*: Coutada do Povo, em Arronches, e Argamassas, em Campo Maior, representações muito habituais no círculo de *Augusta Emerita*<sup>353</sup>, em comparação com o qual temos contudo a ausência dos temas órficos, que são muito constantes nos pavimentos do Baixo Império na região extremenha<sup>354</sup>. Também não existem auto-representações de proprietários, sendo curioso notar que no espaço mais relevante da *villa* de Torre de Palma o tema escolhido tenha sido o dos cavalos, em lugar do auto-enaltecimento de um *dominus* tão próspero. Uma nota inesperada reside no *chrismon* gravado no pavimento de mosaico da sala nº 5 de Quinta das Longas (Elvas)<sup>355</sup>. No quadro geral, contudo, o Alto Alentejo apresenta um panorama de indiscutível qualidade mas com conteúdo relativo<sup>356</sup>, mais próprio de um conjunto de *domini*

<sup>348</sup> Gorges, 1979: 142 calculou em exactamente 25% o número de sítios do seu universo em estudo que apresentavam mosaicos. Fazendo o mesmo cálculo para as listagens de RP em relação aos sítios de habitação no Alentejo em geral a proporção é idêntica. Para a região em estudo, e restringindo-nos ao que podem ser *villae* ou sítio de extensão superior a meio hectare, encontramos uma proporção de mosaicos ou tesselas inferior, em torno aos 20%, mas mesmo assim que se coaduna com o geral. Como é óbvio, estamos a falar, em todos os casos, do estado da investigação.

<sup>349</sup> Ou seja, seguramente na Horta da Torre não teríamos pavimentos bitonais, que por vezes ocorre nesta zona e na Extremadura, mas policromáticos, como geralmente sucede nos tapetes musivos baixo-imperiais.

<sup>350</sup> Para um estudo de conjunto sobre a Extremadura espanhola veja-se Alvarez Martínez & Nogales Basarrate, 1994. Configura-se assim o “ciclo dos latifundistas”, conforme a designação de Chavarría Arnau (2007: 108, nota 451).

<sup>351</sup> Mourão, 2008. Na Extremadura destaca-se a belíssima cena de Las Tiendas, além de representações em El Pomar, El Hinojal y La Cocola, com a notável figuração de um tritão.

<sup>352</sup> El Pomar, El Olivar del Centeno e Torre Albarragena.

<sup>353</sup> Ocorrências nas *villae* de El Hinojal, de Panes Perdidos, de El Pomar e de Las Tiendas, aqui com a caça a uma pantera. Ver Alfageme Villalaín & Gonzalo González, 2005-2006 e Alvarez Martínez & Nogales Basarrate, 1994.

<sup>354</sup> Destaco o magnífico exemplo, embora muito mutilado, de El Pesquero. Na musivaria hispanorromana o *territorium* emeritense detém 50% das representações órficas conhecidas, aqui englobando-se o núcleo urbano e as suas *villae* (Alvarez Martínez & Nogales Basarrate, 1994: 284-285).

<sup>355</sup> Pela coabituação com o ciclo escultórico clássico do ninfeu contíguo mas também por este ser um motivo relativamente raro nos pavimentos musivos hispânicos: “En la Península Ibérica por el momento los motivos cristianos en mosaicos se reducen (además de Centcelles) al crismón que acompaña al nombre *Fortunatus* de una de las habitaciones de la *villa* de Fraga (quizás en relación con un espacio cultual cerca de esta estancia) y un crismón documentado en uno de los pavimentos musivos de la *villa* de Prado en este último caso sin relación aparente con algún edificio de culto.” (Chavarría Arnau, 2007: 111).

<sup>356</sup> O panorama não difere muito do que se encontra na vizinha Extremadura, onde tampouco existe grande expressão no mundo rural. Note-se que em ambas as regiões os conjuntos figurativos são baixos, o que, mais

que instalam pavimentos que representam estereótipos culturais, do que valores intrínsecos da sua personalidade<sup>357</sup>. Quero com isto dizer que os mosaicos conhecidos inscrevem-se mais no quadro da *grande cultura* do que reflectem valores originais que de facto (tirando Santa Vitória do Ameixial, com uma coerência mais substantiva) não abundam em variedade. Como reportório iconográfico-mitológico é mais sólido o quadro escultórico da Quinta das Longas do que qualquer conjunto de mosaicos do Alto Alentejo, pois estes traduzem no fundo a grande *koiné* mediterrânica, sem conteúdos substantivos próprios. Mas esta inscrição conceptual mais conservadora é no fundo reveladora de um desejo de afirmação, da vontade de cada *dominus* se inscrever nos mais profundos valores de pertença a uma ordem que agora se anuncia. Porque como já foi devidamente assinalado por Jean-Gérard Gorges, o reportório iconográfico da *Hispania*, e também o do Alto Alentejo, não se baseia nos “souvenirs de la mythologie classique” como em outras áreas, mas nos “héros forts et vertueux”<sup>358</sup> que agora chegam ao imaginário e que “remplacent les dieux”: Ulisses, Hércules, os ritos báquicos e mesmo os ventos cristãos mostram, no Baixo Império, a chegada de novos paradigmas culturais vertidos em formas representacionais que, embora aparentemente ligadas aos valores mais conservadores, reflectem no fundo o descolamento do tradicional na passagem para um universo em mudança. Novas mentalidades, novas figurações, uma nova forma de olhar o mundo a partir das grandes propriedades fundiárias, cada vez mais sedes de conhecimento e reflexão. Esta “arte de vida” parece ser uma constante nos (poucos) casos conhecidos regionalmente, mas merece ser sublinhada.

Ainda nos mosaicos, analise-se um plano a montante de todos estes considerandos. Muito simplesmente olhemos para as pautas de distribuição de tapetes noticiados:

Sítio	Concelho	Observações
Casa de Alvalade	Alter do Chão	Notícia não confirmada
Convento S. Veríssimo	Alter do Chão	Notícia não confirmada
Quinta do Pião	Alter do Chão	Notícia não confirmada
Monte da Capela	Arronches	Notícia não confirmada
Coutada do Povo	Arronches	Um registado, notícia de outro com representação de um veado
São Bartolomeu	Arronches	Notícia não confirmada
Monte do Castelo 1	Avis	Notícia não confirmada
Ladeira	Avis	Tesselas recolhidas em escavação
Cerca	Borba	Dois pavimentos junto a estrutura absidada
Argamassas	Campo Maior	Salas pavimentadas na <i>pars urbana</i> , uma talvez com um veado
São Salvador	Campo Maior	Pavimento no peristilo da <i>pars urbana</i>
São Pedro dos Pastores	Campo Maior	Pavimento em edifício termal (?)
Herdade da Alivã	Campo Maior	Notícia não confirmada
Mosteiros	Castelo de Vide	Notícia não confirmada
Lage do Ouro	Crato	Notícia não confirmada
Granja	Crato	Cinco pavimentos, um deles hoje parcialmente visível

do que identificar uma tendência, reflecte o facto de poucas serem as *villae* escavadas em extensão de ambos os lados da fronteira. Para uma síntese, leia-se o que foi escrito por Alfageme Villalain & Gonzalo González, 2005-2006: 357: “[...] el número de mosaicos figurados tampoco es excesivamente amplio, si bien éstos sí se encuentran en zonas de prestigio y representación como los oeci y triclinia. Recordemos las temáticas y sus villas: retratos: El Olivar de Centeno; cinegéticos: El Hinojal, El Pomar y Panes Perdidos; calendario agrícola: El Hinojal y El Pomar; temática órfica: La Atalaya y El Pesquero; temática dionisiaca: El Pomar, El Olivar del Centeno y Torre Albarragena; temática marina: El Pomar, El Hinojal y La Cocosa. Como vemos el número máximo de temas no supera un máximo de tres villae, lo que no nos permite elaborar grandes teorías iconográficas, sólo podemos incluirlas, hasta más hallazgos, dentro de las temáticas y corrientes generales propuestas para Hispania.”

<sup>357</sup> Embora na zona extremenha se note a tendência para a auto-representação de alguns *domini* que não hesitam em se retratar em posição de valentia ou domínio, acentuando assim as suas virtudes pessoais e comparando-se aos “heróis fortes” que temos nas representações deste período. Inclusivamente no caso da *villa* de Olivar del Centeno teremos grafados o nome dos proprietários, RESCI SELENVS. Esta mudança entre a Extremadura e o Alto Alentejo é muito interessante, podendo reflectir de facto o distanciamento da capital, pois no espaço alentejano haveria menos necessidade de enaltecer o prestígio pessoal, ou este far-se-ia através da colocação de cenas mais ligadas ao mundo da cultura do que propriamente do prestígio social, político e pessoal.

<sup>358</sup> 1979: 160.

Almarjão	Crato	Notícia não confirmada
Carrão	Elvas	Seis pavimentos
Quinta das Longas	Elvas	Pavimentos na <i>pars urbana</i> mas não nas principais dependências
Terrugem	Elvas	Notícia e tesselas à superfície
Santa Vitória do Ameixial	Estremoz	Pavimentos na <i>pars urbana</i> e edifício termal
Coelha	Estremoz	Atribuído à <i>pars rustica</i> ?
São Pedro	Fronteira	Notícia não confirmada
Horta da Torre	Fronteira	Tesselas soltas
São Saturnino	Fronteira	Pavimento ainda <i>in situ</i>
São Francisco	Fronteira	Pavimento arrancado
Garrianchos	Marvão	Pavimento em zona indeterminada do edificado
Herdade dos Pombais	Marvão	Tesselas recolhidas em escavação
Assumar	Monforte	Notícia não confirmada
Torre de Palma	Monforte	Pavimentos nas principais dependências da <i>pars urbana</i>
Torre do Cabedal	Vila Viçosa	Pavimento em zona indeterminada do edificado
S. Marcos	Vila Viçosa	Notícia não confirmada

Em leitura geral, interessa apontar o baixo índice numérico de pavimentos em mosaico registados. Dos dezoito municípios da área em estudo, treze estão aqui considerados, faltando Portalegre, Nisa, Gavião, Ponte de Sôr e Sousel (ou seja, o arco norte e oeste, com excepção de Avis). Todavia, mais interessante torna-se notar que apenas dois concelhos apresentam quatro sítios com mosaicos noticiados (Fronteira e Campo Maior), ou seja, em cada concelho existe um número de locais relativamente baixo. Seguramente que aqui temos um panorama distorcido pela investigação (convenhamos que não é fácil detectar tesselas em prospecção, pelas suas pequenas dimensões e pelo facto de a sua presença à superfície supor uma total destruição de estruturas edificadas) mas não deixa de ser curioso notar que em Fronteira nunca um pavimento foi identificado *in situ* nas escavações já realizadas. Portanto, é legítimo pensar que algumas das *villae* poderiam afinal ter pavimentos não condizentes com a exuberância de materiais por vezes registados à superfície. Registe-se o exemplo de Quinta das Longas, onde os mosaicos são relativamente modestos e a sala de tripla ábside, o elemento de maior aparato, tem um piso de *opus signinum*.

Duas outras realidades, ainda não abordadas: os domínios religioso e funerário das *villae*. No primeiro caso, não conhecemos qualquer templo ou estrutura religiosa que tenha sido identificada de forma indiscutível no perímetro das *villae*. A situação mais interessante reside na estrutura interpretada como templo em Torre de Palma, mas esta leitura não é indiscutível<sup>359</sup>. Note-se ainda que nenhuma estrutura de tipo *lararium* foi identificada. Quanto ao ninfeu de Quinta das Longas, resta saber se estamos perante um espaço religioso ou mais cenográfico<sup>360</sup>.

Na relação entre o mundo funerário e as *villae* não temos uma leitura ainda muito clara. Temos duas situações em que ocorreram escavações em simultâneo: em Silveirona/Herdade da Coelha (Estremoz), mas sobre a segunda os dados da intervenção não foram registados, e a mesma parece ter sido tão limitada no espaço que não permitiu inferir grandes resultados<sup>361</sup>. Em Carrão/Herdade da Chaminé (Elvas) a mesma situação regista-se para o espaço de vida, e quanto à necrópole, os contextos intervencionados mais

<sup>359</sup> Lancha & André, 2000: 37; 89; 98; 107; est. XXXVI, propõem que a estrutura E2 situada no centro do “pátio dito nobre” seja um “pequeno templo protilo de tipo *naískos*”, em função, também, da sua inusual orientação face ao restante edificado envolvente, sendo esta interpretação também feita com base na análise da planta arquitectónica.

<sup>360</sup> “*Nymphaea*, it should be noted, frequently ride the fine line between ornamental grottos and bona fide sacred sites; while some domestic *nymphaea* have produced dedications to the nymphs, others, which share the same form, seem little more than cool summer retreats.” (Bowes, 2006: 80). Isto porque efectivamente o entendimento que o Homem latino tinha de certas formas de expressão religiosa era muito mais fluido e menos estático do que geralmente consideramos. Um ninfeu podia ser simplesmente um local aprazível para um quente dia de Verão, em que a sua carga religiosa e conceptual fosse esvaziada em certos e determinados momentos.

<sup>361</sup> Cunha, 2008.

bem documentados parecem ser a necrópole da Idade do Ferro e a tardo-romana (visigótica?) do que a imperial<sup>362</sup>. Em torno de Torre de Palma certamente algumas áreas funerárias correspondem aos ocupantes área residencial. Em Elvas, foram realizadas escavações em várias necrópoles, mas faltou sempre a relação com os espaços de vida. Em Fronteira, existe o caso de Outeiro do Mouro, onde a necrópole tem sido escavada, mas numerosas interrogações permanecem em relação ao sítio e, de qualquer modo, a área intervencionada foi demasiado exígua<sup>363</sup>. Em alguns sítios, é possível estabelecer uma relação espacial entre um sítio de vida e o espaço tumular correspondente: Horta da Torre e Merouços (Fronteira) ou Lage do Ouro 1 e 2 (Crato), por exemplo, observando-se sempre uma grande proximidade mas não uma contiguidade. Em geral, a distância entre ambos é de cerca de cem a quinhentos metros. Existe quase sempre uma relação visual, mas é frequente ocorrer um obstáculo de permeio (geralmente uma linha de água que marca uma barreira simbólica). Quando é possível fazer o enquadramento geral, a necrópole está entre um troço de via e a *villa*; em Alcobaça (Elvas), contudo, situa-se do lado oposto do itinerário. Aparte Torre de Palma, nenhum mausoléu foi identificado na região, mas em dois casos poderemos ter a presença de mausoléus monumentais: N. Sr.<sup>a</sup> de Entre Águas (Avis), pois a sacristia da igreja parece assentar em estrutura monumental anterior, com a epígrafe testemunhando a presença de um espaço sepulcral; e São Pedro de Almuro (Monforte) onde uma epígrafe monumental nos indica a presença de uma grande estrutura funerária, talvez subjacente ao actual templo.

#### 4.6. Propriedades e proprietários

Um dos elementos mais desconcertantes no estudo das *villae* reside no facto de não podermos estabelecer uma relação directa entre a evidência arqueológica e o perfil de investimento dos seus proprietários.

Pensemos que em teoria poderia existir uma relação entre a materialidade da *villa* e o *dominus*. Conhecendo-se este, tal poderia reflectir-se na realidade arqueológica, mesmo tomando em consideração a inevitável rasura conduzida pelo passar de quase dois milénios.

Mas, em época imperial, esta ligação não é directa e exclusiva<sup>364</sup>. Ou seja, a uma *villa* monumental pode não corresponder necessariamente um *dominus* abastado; ou uma *villa* de forte pendor agro-pecuário pode não ser directamente vinculada a um investidor dependente dessas actividades.

Portanto, o estudo da realidade arqueológica-*villa* decorre a jusante, e desconexa, dos modos de aceder à personalidade e biografia dos *potentiores*. “Perhaps the most difficult problem of all is that agricultural sites do not consist of settlements alone; an inseparable element in the understanding of agriculture is the study of filed systems and the extent of the lands which they exploited. The physical structure, amenities and decoration of a villa, or the wealth of artifacts found on the site of a farmstead may reflect the prosperity of their inhabitants, but will not reveal the basis of that wealth.”<sup>365</sup>

Esta situação, que impede uma relação directa minimamente fidedigna para o entendimento do percurso biográfico dos proprietários e para uma correlação entre a estrutura e o seu dono, resulta dos conteúdos culturais e civilizacionais específicos da época. Na realidade, nas construções em meio rural, não existe necessariamente um

---

<sup>362</sup> Ver sobretudo Fabião, 2008, que se ocupou dos contextos da necrópole de incineração em urnas da Idade do Ferro.

<sup>363</sup> Resultados preliminares em Carneiro, 2004: 119-127, embora na altura a escavação do espaço sepulcral estivesse no seu início.

<sup>364</sup> Aubert (1994) apresenta uma visão aprofundada sobre as distintas formas de posse da terra em época romana e sobre as diversidades de modos de relacionamento entre proprietários e quem efectivamente geria as explorações. Como curiosidade, note-se que no mundo latino também as mulheres poderiam ser detentoras de bens em caso de ausência de *pater familias*. No final do Império estes fenómenos de concentração fundiária acentuam-se. Ver alguns exemplos em Banaji, 2001: 173.

<sup>365</sup> Greene, 1986: 71.

reinvestimento da massa produtiva gerada na própria propriedade<sup>366</sup>. Ou seja, o rendimento pode provir de outras actividades, levadas a cabo pelo *dominus* na sua carreira profissional e não se encontrar dependente dos volumes gerados pela exploração<sup>367</sup>. Aliás, é bem conhecida a existência de proprietários absentistas, que nunca se deslocaram a algumas das suas propriedades<sup>368</sup>. Da mesma forma, em época romana, o consumo sumptuário é uma forma de ostentação e esse direccionamento dos gostos aplica-se tanto a produtos ou a banquetes como às próprias propriedades fundiárias, que podiam ser adquiridas sem qualquer intenção de exploração<sup>369</sup>. Esta circunstância é muito relevante, na medida em que deve ser obrigatoriamente tida em consideração na análise intra-sítio, ajudando-nos a perceber que o perfil exploratório-económico das *villae* não está directamente vinculado ao perfil sócio-económico-cultural do proprietário.

Outro elemento fundamental, mas tantas vezes ignorado, reside no facto de a posse de terra em época romana não ser unidireccional. Não existe uma relação unívoca proprietário-*villa*, pois, em época imperial, um proprietário pode ter vários *praedia* – ou seja, propriedades no sentido mais lato da palavra, nem sequer pensando no conceito *villa* em exclusivo<sup>370</sup>. Aliás, esta situação incrementa-se no final do Império, com a concentração de propriedades nas mãos de um único dono, por vezes com terras espalhadas por diversas províncias<sup>371</sup>. Claro que esta situação tinha reflexos na atenção que cada propriedade merecia e no investimento que era especificamente realizado em cada um dos locais<sup>372</sup>. Estes «multiproprietários»<sup>373</sup> acentuam-se com a concentração fundiária do final do Império, mas é um processo que encontramos desde os tempos republicanos, mostrando como cada local recebia investimentos diferenciados em função da atenção e expectativas que o proprietário lhe concedia. Inversamente, todavia, mostra-nos a elevada capacidade de circulação que estas elites detinham por todo, ou parte, do Mediterrâneo ou dos territórios inter-provinciais<sup>374</sup>, ou o modo como o universo conhecido se estreitou de forma tão óbvia e vincada que um mesmo dono poderia deter vários bens em variadas regiões<sup>375</sup>.

---

<sup>366</sup> Sobre as valências económicas das *villae* ver o texto de síntese de Remesal Rodríguez, 2008.

<sup>367</sup> Sabemos que vários proprietários hispânicos diversificaram as suas fontes de rendimento. Um dos casos mais conhecidos seria o da família *Mamilia* que ocupou cargos nas magistraturas de *Tritium Magallum* e que possivelmente deteria uma oficina de fabricação de recipientes de *terra sigillata* (Curchin, 1996: 175). Alguns dedicaram-se à exploração de metais, enquanto outros fizeram carreiras nas elites senatoriais ou equestres, como os proprietários detentores da *villa* de N. Sr.<sup>a</sup> da Tourega, em Évora.

<sup>368</sup> Novamente remeto para Aubert, 1994. Columela (R. r. 1. 1. 19) recomenda que os proprietários adquiram *villae suburbanae*, onde a facilidade de deslocação é maior, para que possam acompanhar os desenvolvimentos da sua exploração, caso tenham afazeres que os impossibilitem de prestar uma atenção mais dedicada.

<sup>369</sup> Recorde-se como Trimalquião, no *Satyricon* de Petronio, se vangloriava de poder percorrer toda a península itálica albergando-se sempre em alguma das suas propriedades.

<sup>370</sup> “Unfortunately, Roman literature makes it quite clear that large landowners could own many estates, not all of which would be used as residences for any length of time. Thus, a sumptuous building might be erected upon one particular estate because the owner considered it to be a pleasant place to spend time, not because it was the most profitable in terms of agriculture.” (Greene, 1986: 89).

<sup>371</sup> Sendo porventura o caso mais célebre o que menciona “the two Melanias (the Elder and Younger), tremendously rich landowners/heiresses who in time devoted themselves wholly to Christ, selling off their far-flung properties in central Italy, Sicily, North Africa, Britain and Spain (the latter at the time unsaleable due to barbarian invasions).” (Scott, 2004: 42; também Wickham, 2009: 252 menciona este facto). Para o caso de *Simmachus* e das suas redes de contactos que também incluíam a posse de propriedades inter-provinciais (Itália, Sicília e Mauritânia) ver Sfameni, 2006: 62-63.

<sup>372</sup> No final do Império a correspondência de *Simmachus* mostra como algumas das propriedades mais distantes ficavam entregues a um *conductor*, sendo a atenção do *dominus* muito mais difusa e as deslocações aos locais mais esporádicas. Para este caso, com referências, ver Sfameni, 2006: 65; também Wickham, 2009: 252 e Chavarria, 2007: 44.

<sup>373</sup> Sfameni, 2006: 66.

<sup>374</sup> Em especial Chavarria, 2007: capítulo II, sobretudo a p. 44.

<sup>375</sup> Note-se a jocosa afirmação de Trimalquião no *Satyricon*, que pretendia acrescentar a ilha da Sicília aos seus domínios de exploração para que, ao viajar, o pudesse fazer sempre percorrendo as suas propriedades.

Infelizmente para a área em estudo, a análise que podemos realizar sobre *quem detém o quê* está comprometida pelo silêncio informativo, sobretudo o epigráfico<sup>376</sup>. Está-nos vedada a percepção sobre a existência de alguma eventual concentração fundiária nas mãos de um ou de poucos proprietários. Os dados onomásticos são poucos, não nos permitindo conhecer quem eram os donos das propriedades. Dois casos, contudo, existem: um em Torre de Palma, onde existe uma variedade de denominações que nos pode indicar que a exploração foi mudando de mãos. *Marcus Coellius Celsus* que dedica uma ara a Marte não parece ter relação com *Basilius*, registado epigraficamente, pelo que em algum momento poderia ter havido uma transferência, o que eventualmente poderia explicar os momentos de ampliação do edificado. Curiosamente, o primeiro poderia ter relações familiares com a elite olissiponense<sup>377</sup>. O outro caso levanta mais questões, resultantes da interpretação do local de achado da epígrafe. Refere-se a PaiAnes/Mosteiros (Castelo de Vide), com uma ara dedicada por *P. Carminius Macer*, possivelmente membro das magistraturas locais de *Ammaia*. Todavia, aqui não é possível saber se a epígrafe é votiva e consagrada em contexto de santuário, ou se faz parte de um *lararium* doméstico e, nesse caso, o local deverá ser encarado como uma *villa*. Da mesma forma, seria interessante perceber quem são as pessoas registadas em epígrafes como as de Mascarro em Castelo de Vide (aqui sim, seguramente em *lararium* doméstico) ou de São Pedro de Fronteira, por exemplo. Quanto às questões da posse de terra, tratadas em outro ponto, o único documento substantivo para esta questão prende-se com a epígrafe de Ladeira (Ervedal, Avis), onde *Threptus* se auto-denomina como *servus* em relação ao proprietário da exploração, *Gaius Appuleius Silo*<sup>378</sup>, registando-se este nome também em Monforte no monumento funerário da Herdade de Mateus<sup>379</sup>. Seriam pai e filho, eventualmente detendo a família várias propriedades na região?

#### 4.7. *Vicus* e aldeias

Um dos problemas centrais no estudo do povoamento rural reside nas dificuldades de definição conceptual. Sabemos que a própria legislação romana contemplava uma multiplicidade de designações: *oppidum, forum, conciliabulum, castellum, vicus*<sup>380</sup>, ou ainda *castrum, pagus, mansio, mutatio, turres, stationes*.... À partida, este facto seria da maior utilidade para nós, pois poderia facilitar-nos em larga medida a descodificação das realidades materiais que encontramos no campo. O problema, contudo, reside no facto de nas próprias fontes a definição conceptual não ser sempre coerente entre si. O âmbito dos termos resulta polissémico, diversificado e muitas vezes com acepções que de certa forma se contradizem. Além disso, é necessário ter em consideração dois movimentos: a colonização itálica, que criou de raiz uma densidade de sítios conformes aos cânones e normas romanos; mas também a apropriação dos sistemas de povoamento indígenas, variados e multiformes, que o poder romano integrou nas suas categorias conceptuais pré-existentes, sem as alterar, mas também sem o fazer nos povoados existentes. Ou seja, existe uma acepção linguística para os tipos de povoamento latino que reveste outras formas de habitar indígena não necessariamente concordantes com as primeiras<sup>381</sup>. Exemplos concretos, para clarificar o

<sup>376</sup> Chavarría Arnau (2005: 539-543) realizou uma resenha geral sobre os testemunhos directos de proprietários de *villae* na *Hispania*, observando-se que os índices numéricos são realmente baixos.

<sup>377</sup> Esta situação é muito interessante e é levantada por Alexandra Chavarría Arnau (2005: 540). Existe um possível nexo de ligação entre *Marcus Coelius Celsus* e *Q. Coelius Cassianus*, duúviro registado em relação com as termas dos Cássios (Atlas: 149) - embora este também se encontre representado em epígrafe de Dois Portos, Torres Vedras, onde aliás existe outro *Coelius*, indicando que a família poderia ali ter propriedades.

<sup>378</sup> IRCP n.º 437.

<sup>379</sup> IRCP n.º 578.

<sup>380</sup> Cito algumas designações da *lex Rubria* tardo-republicana mencionada em Le Roux, 1994: 155.

<sup>381</sup> Existe também uma outra condicionante derivada da evolução temporal, para mais tendo em conta que a leitura romana vai evoluindo à medida que toma contacto com novas formas de organização indígena ao longo dos distintos territórios que vai conquistando, o que obriga também a alterações conceptuais: “La diversidad de acepciones [...] debemos tener en cuenta los condicionantes históricos; en realidad, en reiteradas ocasiones nos encontramos con que la terminología latina empleada interpreta un ordenamiento indígena, que



que pretendo afirmar: Estrabão<sup>382</sup> afirma que na *Turdetania* se encontravam “mais de duzentas cidades”, mas uma leitura atenta permite perceber, de facto, a heterogeneidade desta categoria de designação, onde se incluem cidades costeiras, de raiz fenício-púnica, com modelos urbanísticos helenizantes e que irão ser *civitates* romanas, mas também povoados fortificados de altura, correspondentes ao *oppidum*. Da mesma forma, Júlio César descreve alguns dos sítios desta classe, mas a sua caracterização é contrastante: se alguns apresentam sistemas de fortificação e muralhas, em alguns casos muito complexos (como Bibracte), outros parecem ser povoados sem sistemas defensivos, que o próprio César manda amuralhar<sup>383</sup>. Portanto, a acepção de *oppidum* na sua obra não parece ser a de “povoado fortificado”, como geralmente é considerado pela investigação,<sup>384</sup> mas antes um centro populacional e económico de alguma dimensão<sup>385</sup> que controla um território e onde inclusivamente as legiões podem estacionar e abastecer-se. Que pode ou não ter um recinto muralhado.

Estes exemplos, e outros, que poderiam ser invocados, mostram-nos as discrepâncias ou mesmo contradições entre as fontes e as cautelas que devemos ter em relação à utilização de um léxico coerente e claro. Por outro lado, assumo que, mesmo considerando todas as dificuldades que o uso de conceitos latinos implica, a sua utilização é sempre preferencial aos termos actuais ou a designações mais neutras. Neste contexto, tem sido utilizada pela investigação francófona a denominação de “agglomérations secondaires”, enquanto a linha britânica prefere a designação por exclusão de “non-villa settlements”<sup>386</sup> para designar povoados que não se enquadram na distinção urbana, mas que também não constituem domínios privados senhoriais. Contudo, considero tratar-se de uma designação excessivamente neutra, na medida em que a investigação se deve esforçar precisamente por ir conseguindo afinar a delimitação conceptual das categorias de designação, em lugar de procurar avançar pelos caminhos mais cómodos. Para utilizar uma linguagem da matemática, dever-se-á encontrar o *máximo denominador comum*, os nexos de ligação entre os membros da mesma *família* de sítios.

Em época romana sabemos que existiram aglomerados populacionais não urbanos. Núcleos que de alguma forma se equivalem às actuais *aldeias*, cuja designação, embora de raiz árabe, parece funcionar como critério operativo, por ser um termo histórica e socialmente consensual no território português<sup>387</sup>. Povoados abertos, sem dispositivos defensivos, com várias famílias habitando em espaços individuais contíguos ou dispersos em proximidade, geralmente mais conotados com áreas de escassa romanização<sup>388</sup> embora, como veremos, tal não seja necessariamente assim. De alguma forma, o equivalente ao que conhecemos em época romana por *vicus*, embora esta designação levante também algumas questões.

---

subsiste adaptado y transformando por el nuevo marco de la romanización; a veces, los términos latinos “traducen” los correspondientes indígenas, pero, con mayor frecuencia, nos encontramos con que los términos empleados son latinos y, en consecuencia, no adecuados estrictamente a la realidad que intentan describir o definir. Además, su contenido conceptual posee una fuerte impronta relativa, debido a que son fruto de un determinado momento histórico y, no obstante, se fosilizan con posterioridad en un marco completamente transformado [...]” (Gonzalez Roman & Padilla Arroba, 2002: 208).

<sup>382</sup> *Geog.* III, 2, 1.

<sup>383</sup> Relembro contudo que o conceito de “recinto muralhado” é em época romana de cariz sobretudo simbólico. O *pomerium* era traçado desde a fundação e constituía um limite bem definido, mas que muitas vezes ocorria de forma simbólica, sem necessidade de ser construído um recinto. A noção de espaço fechado é portanto e sobretudo cognitiva.

<sup>384</sup> Para o qual estaria reservado o termo *castrum*, ou o étimo *dunon* de raiz céltica que cristalizou em muita toponímia latinizada sob a forma *donum*.

<sup>385</sup> Inferior contudo ao de cidade, com a qual apresentaria também a diferença de não ter traçado urbanístico.

<sup>386</sup> Hingley, 1989: 75-86, onde também se designam as “celtic farms”, para realçar a raiz indígena destas formas de habitação.

<sup>387</sup> Alarcão, 1996: 178.

<sup>388</sup> Perez Losada, 1996.

Sabemos que o termo *vicus* tem uma conotação urbana, correspondendo genericamente ao “bairro” de uma cidade ou a um tipo de organização auto-identificava dos seus habitantes<sup>389</sup>. Augusto dividiu a própria cidade de Roma em 265 *vici*, circunscrições de pequena dimensão na cidade. Também na Península Ibérica temos exemplos que se referem ao mundo urbano<sup>390</sup>. Será por esta vertente que os *vici* rurais costumam demonstrar uma vincada lealdade ao culto imperial ou à divindade tutelar, como sucede na dedicatória atribuída pelo *vicus* de Chocanal (Crato), consubstanciando-se assim a aceitação do poder de Roma.

Contudo, o termo é cunhado sobretudo com uma acepção rural, que é também aquela que aqui interessa desenvolver, e que nos textos se encontra em conformidade com a definição que nos foi deixada por *Festus*<sup>391</sup>: determinados estabelecimentos rurais que possuem uma identidade própria, com algum grau de autonomia e que podem actuar como pontos de reunião de pessoas, incluindo como centros de mercado,<sup>392</sup> visto que são dotados do *ius nundinarum*. Em princípio, constituiriam um modelo de povoamento de raiz indígena<sup>393</sup> que se teria conservado em zonas onde as *villae* não se encontram presentes<sup>394</sup>, constituindo inclusivamente uma forma de organização da paisagem quase oposta aos domínios latifundiários latinos<sup>395</sup>. Todavia, esta demarcação territorial nem sempre se verifica, como já foi demonstrado<sup>396</sup>, e também na zona em estudo observamos que os locais que poderiam corresponder a *vici* – Chocanal (Crato) e Monte da Nora (Elvas) se encontram encravados em pleno território de *villae*. No primeiro caso é evidente a proximidade ao sítio de Granja, enquanto no segundo a profusão de *villae* é ainda superior.

Uma pista deixada por *Festus* é também curiosa. Referindo-se às construções, o autor diz-nos que se trata de “edifícios dotados de entradas individuais”, o que parece ser compaginável com traços deixados na correspondência de Cícero<sup>397</sup>. Desta forma, teríamos uma estrutura de povoamento feita de edifícios individuais e autónomos, com habitantes que poderiam ou não ter laços familiares ou sociais entre si. Inclusivamente, como se

---

<sup>389</sup> “este mismo término define a determinados barrios de las ciudades con denominaciones específicas y a un tipo de edificios urbanos, que configuraban una especie de condominio de sus correspondientes urbanas, conocidos como *vicani*.” (Gonzalez Roman & Padilla Arroba, 2002: 206).

<sup>390</sup> Curchin, 1996: 163.

<sup>391</sup> 502 e 508. A passagem é muito breve e presta-se a extrapolações várias, como assinala Tarpin, 2002: 53, pois na realidade sabemos muito pouco sobre a correspondência material do conceito. Torna-se fundamental o achado de mais textos epigráficos, com a vantagem de poderem ter correspondência com as evidências arqueológicas.

<sup>392</sup> Curchin, 1985: 328.

<sup>393</sup> Visto que praticamente toda a onomástica pessoal das magistraturas registadas epigraficamente é de raiz indígena: Curchin, 1985: 335.

<sup>394</sup> Embora mais uma vez as fontes não sejam inteiramente coincidentes entre si na medida em que Varrão (R. R. I, 16, 4; I, 20, 3) dê a entender que o *vicus* poderia ser como um armazém que vendesse os excedentes produzidos por uma *villa*.

<sup>395</sup> Leveau, 2002 : 23 sublinha este contraste. Segundo o autor, a *villa* teria “la régularité d’un plan qui résulte d’un projet conçu par un architecte ou un (grand) propriétaire. Un *vicus* présentera au contraire une structure irrégulière résultat de l’agglomération de maisons paysannes ou s’allongera le long d’une voie [...]”. Mais le développement des fouilles a montré que les choses n’étaient pas si simples. Les travaux réalisés en Languedoc à Lunel-Vieil par C. Raynaud ont établi l’existence de *vici* qui étaient structurés par une centuriation et prouvaient une régularité analogue à celle d’une *villa*.

<sup>396</sup> Tarpin, 2002: 55: “Mais les cartes de répartition des *vici* montrent qu’il y a de nombreux *vici* dans les régions comme la Campanie ou l’Etrurie méridionale, où les villas sont pourtant nombreuses. [...] Rappelons enfin que Varron considère le *vicus* comme un lieu d’approvisionnement possible pour le propriétaire d’une grande villa, ce qui induit une complémentarité entre *vicus* et villa et non une opposition. [R. R. I,16,4]”.

<sup>397</sup> Sigo o raciocínio de Michel Tarpin: “De trois passages de la correspondance de Ciceron il ressort que le *vicus* peut être vendu et acheté et que c’est une forme de placement. [...] le *vicus*, qui n’apparaît nulle part comme divisible, est un seul lot, partagé en appartements qui peuvent être loués, et qui disposent d’entrées personnelles, liées, cette fois à l’appartement et non à l’unité de la propriété. Cette unité de propriété, ainsi que le fait qu’il y ait des *vici* de grandes familles nous incite à voir dans ce type de *vicus* un des sens les plus anciens du mot, encore proche de l’oikos grec.” (2002: 284)

depreende de uma passagem de Tácito<sup>398</sup>, o *vicus* poderia apresentar um plano urbanístico e um conjunto de serviços relacionados com as vias de comunicação. Aliás, uma das constantes em redor deste termo parece ser a sua proximidade em relação a itinerários de circulação, que na região em apreço também se verifica em relação a Fraguil, Chocanal (via XV) e Monte da Nora (via XII). É aliás provável que algumas destas unidades se tenham originado *a posteriori* do itinerário, estimuladas pelas oportunidades que a passagem ou encruzilhada de vias pudesse criar.

Um dos conceitos determinantes na categoria *vicus* parece ser o facto de se tratar de uma aglomeração secundária<sup>399</sup>, integrada no território de uma *civitas* e da qual faz naturalmente parte<sup>400</sup>. O que o distingue da cidade é precisamente a sua insuficiente estruturação, que não lhe concede uma relevância administrativa<sup>401</sup>, embora se depreenda que essa possa ser alcançada se houver uma ascensão sustentada<sup>402</sup>. Mas efectivamente o que caracteriza estas entidades é o facto de não deterem territórios sob tutela própria, pois essa competência encontra-se adstrita à *civitas*.

No entanto o termo *vicus* refere-se a uma comunidade rural, um conjunto de pessoas que têm laços comuns por coabitarem o mesmo espaço e que portanto se organizam dentro de um modelo de gestão. Inclusivamente detêm magistrados próprios, com a função de gerirem os aspectos políticos, religiosos, fiscais e jurídicos<sup>403</sup>. Portanto pressupõe uma certa diferenciação social, uma consciência grupal e a existência de um espaço de reunião polivalente (na medida em que serviria para congregações de carácter político, religioso e comercial) em local central entre as habitações, como um terreiro ou um largo, por exemplo.

---

<sup>398</sup> *Opera Minora*, 16, 2.

<sup>399</sup> Termo que tem sido utilizado pelos autores francófonos, que em geral adoptaram esta designação mais neutral dado o manto de dúvidas que continua a subsistir sobre o étimo. João Pedro Bernardes (2007: 22) também assumiu esta designação, ressaltando contudo que “Dentro deste conjunto de sítios parece já clara a necessidade de distinguir, para o território português, duas realidades bem diferentes: aldeamentos e *vici*. Os aldeamentos, cujas raízes, muitas vezes, mergulham na Idade do Ferro, são sítios que para além de possuírem uma clara função agrícola, têm, em regra, uma área mais pequena que a dos *vici*. A organização deste tipo de assentamentos pauta-se pela ausência ou diluição de quaisquer eixos estruturantes de perfil urbano, sendo os edifícios modestos, por vezes construídos em materiais perecíveis. Os aglomerados secundários propriamente ditos ou *vici*, para além de poderem apresentar um equipamento monumental ou arquitectónico notável, a que se ligam organismos de tipo urbano mais ou menos complexos, ocupam-se em actividades de produção ou comércio diversificadas, intimamente articuladas com as vias. Apresentam, normalmente, grandes áreas de dispersão de vestígios com artefactos mais abundantes e variados do que nas aldeias. [...]” E depois sublinha: “o termo *vicus* deverá reservar-se para os casos em que a epigrafia o ateste ou a evidência arqueológica claramente o confirme [...]”. Pessoalmente, contudo, não utilizo o termo “aglomeração secundária” por considerá-lo demasiado neutral e asséptico, e porque partilho da posição expressa por Patrick Le Roux (2010: 176) para quem o termo “secundário” implica um julgamento de valor desadequado face à realidade da época. Como nota auxiliar, registe-se que Pedro Carvalho realiza uma distinção entre o termo *vicus* e o de aldeia, designando este último como “aglomeração terciária” (Carvalho, 2007: 387).

<sup>400</sup> Le Roux, 1994: 155. Todavia, o autor enfatiza muito a ascendência das cidades sobre os campos (p. 156). Existe uma epígrafe que refere a integração de um *vicus* no território de uma cidade: “*Dercinoassedenses, vicani Cluniensium*” (Curchin, 1996: 163), o que confirma a subordinação em casos pontuais, mas tal não deveria ser sistemática, pois na Península os *vici* parecem ocupar zonas menos urbanizadas (Curchin, 1985).

<sup>401</sup> As *civitas* detinham esse poder, “les décisions d’ordre administratif, particulièrement en matière religieuse, fiscale et judiciaire, concernant les habitants, échappaient à leur pouvoir [dos *vici*] et émanaient d’une autorité extérieure ayant son siège au *caput civitatis*.” (Le Roux, 1994: 158).

<sup>402</sup> Pelo menos é este o sentido que se infere da definição concedida por Isidoro de Sevilha nas suas *Etimologias* (XV, 2, 11). O autor menciona explicitamente a “pequenez” destas unidades de povoamento e o facto de serem desprotegidas, por não terem sido dotadas de muralhas nem das ornamentações urbanas das cidades: *Vici et castella et pagu hi sunt qui nulla dignitate ciuitatis ornantur, sed vulgari hominum conventu incoluntur, et propter parvitatem sui maioribus ciuitatibus adtribuuntur*. É curioso notar que no tempo em que escreve a acepção urbana do termo parece já se ter perdido, designando unicamente as realidades rurais (Sottomayor Muros, 2004: 292-293).

<sup>403</sup> Remeto para Martínez Melón, 2006, com uma exaustiva menção dos cargos públicos e funções comprovadas epigraficamente para os *vici* hispânicos. Ver também Leveau, Sillières & Vallat, 1993: 51.

Olhando para a região em estudo, que sítios poderiam ser incluídos nesta categoria? Um é óbvio, pois surge auto-nomeado: o *vicus Camaloc[ani? ensis?]* próximo do Crato<sup>404</sup>. Além da raiz indígena, surge também próximo de um itinerário de via, que possivelmente o serviria directamente ou a curta distância. As impressões de terreno, contudo, são pouco substantivas, resumindo-se a uma mancha de cerâmica, e bem diferente das notícias antigas que mencionam as “ruínas de edifício”<sup>405</sup>. É possível que o núcleo principal se encontre sob o edificado, que tem sugestivas condições para a implantação de um conjunto habitacional.

Como foi dito, outro núcleo que se encaixa na categoria de *vicus* será Monte da Nora (Elvas). Um aglomerado indígena em continuidade durante vários séculos, que oblitera o seu dispositivo defensivo, que desenvolve um conjunto de actividades produtivas próprias, um proto-traçado urbanístico e uma área que poderia ser de congregação da comunidade. Não está directamente próximo de uma via, mas a curta distância do traçado XII.

Também o sítio de Fraguil (Alpalhão, Nisa) com a sua extensão de mais de cinco hectares (considerando que a área de vestígios de Raposeira seria o prolongamento natural, hoje distanciado pela estrada) apresenta um conjunto de parâmetros que o incluem nesta designação. Dispersão de manchas de vestígios e proximidade a um troço de via. Contudo, neste como no caso anterior, a dúvida estará em se classificamos este local como *vicus* ou se o consideramos como uma das *mansiones* do *Itinerário de Antonino* (no caso em apreço a *Fraxinum* do Itinerário XV), e neste caso (mais uma vez) torna-se evidente a dificuldade em manusear as categorias conceptuais romanas na distinção entre *vicus* (que sabemos associado a vias) e *mansiones*.

Depois temos ainda os *povoados fluviais* de Caia e da albufeira de Póvoa e Meadas. No primeiro caso temos conjuntos habitacionais dispersos, demonstrando a presença de famílias que habitam próximo umas das outras mas não em aglomeração. Não há traçado urbanístico nem a existência de um espaço que possa ser interpretado como de reunião (a não ser que Santa Catarina, com a sua valência religiosa, fosse esse local de unificação). Contudo, estão junto a um troço de via que os serve. No segundo caso, todos os requisitos estão também cumpridos. Troços de via, possível existência de um núcleo congregador (os frisos implicam a existência de uma estrutura monumental, possível templo), habitações dispersas, mas reunidas dentro de um mesmo espaço coerente (ou seja, mais em proximidade do que no Caia, onde o espaçamento é maior).

É possível que outros locais se pudessem encaixar nesta categoria. Sobretudo o caso de Degolados (Campo Maior), onde as informações deixadas por Mário Saa são muito eloquentes<sup>406</sup>. O itinerário passa próximo da actual localidade, e o quadro descritivo antigo parece ser mais conforme com uma aldeia do que com uma *villa*, apesar dos dados serem muito incertos. Na mesma região, também S. Pedro dos Pastores (Campo Maior) foi igualmente interpretado como um *vicus*, embora nessa apreciação surjam algumas dúvidas, conforme menciono no texto respectivo. Finalmente, outros *vici* poderiam estar dispersos pelo território, eventualmente sob alguns aglomerados populacionais actuais (aliás, como sucede nos dois casos campomaiorenses), mas nesse plano a Arqueologia urbana regional encontra-se ainda em estado meramente embrionário.

#### 4.8. Sítios de funções viárias

Alguns dos sítios encontrados no Alto Alentejo apresentam uma óbvia relação com itinerários de circulação. Implantam-se mesmo junto a um caminho de passagem, pelo que a presunção de sua funcionalidade é feita a partir dessa contiguidade espacial. Se nas *villae* definimos uma distância global igual ou superior a quinhentos metros, em outros casos existem manchas de materiais que estão à margem dos itinerários. Já Mário Saa notara esta situação, a ela se referindo em múltiplas ocasiões<sup>407</sup>.

---

<sup>404</sup> IRCP n° 609; RP 6/104.

<sup>405</sup> Abascal & Cebrián, 2009: 672.

<sup>406</sup> Tomo II, p. 1949; Tomo VI, p. 43. Ver também RP 6/162 e Carneiro, 2008: 75, nota 142.

<sup>407</sup> Saa, 1956-1967.

Dois tipos de situações existem que orientam a sua interpretação: a dimensão da mancha de materiais e o tipo de itinerário viário.

No primeiro caso temos também duas situações. Por vezes encontramos a existência de pequenas manchas de materiais muito circunscritas, não superiores a 200m<sup>2</sup>, sendo unicamente composta de tegulas e imbrices: entre outros casos passíveis de inclusão, temos sítios como Merouços 2 (Fronteira) ou Cascalheira (Alter do Chão). Correspondem possivelmente a pequenos entrepostos comerciais ou a uma *mutatio* de apoio aos viajantes. Em outras situações temos sítios de maiores dimensões, quase passíveis de serem incluídas na categoria *villa*, não seja o facto de estarem mesmo junto ao traçado da via. A diversidade de vestígios é também inequivocamente superior, com pedras aparelhadas, cerâmica de importação e comum e registo de materiais metálicos ou elementos arquitectónicos e decorativos. Desta forma, poderá ser considerada a hipótese dos integrantes desta categoria serem classificados como *mansio*, correspondendo a locais mais desenvolvidos e com uma estruturação arquitectónica mais complexa e sustentada. Fonte da Cruz (Ponte de Sôr) é o caso arqueologicamente mais bem definido, sendo bem evidente o perímetro da provável área edificada. Outros apresentam sinais de continuidade posterior, às vezes detendo elevada monumentalidade: poderia ser esse o caso de Torre (Arronches). Em raros casos, poderão ter originado núcleos urbanos actuais, como Ponte de Sôr, Degolados ou Assumar, à semelhança aliás do que ocorreu em outros pontos de passagem e estadia no Alentejo. Em um ou outro caso a evidência de superfície é muito significativa, com extensões de hectares de materiais (Fraguil, Nisa). Portanto, nesta classe existe uma substancial heterogeneidade e vários níveis de leitura.

Todos os sítios atrás indicados implantam-se junto a um troço de via. Em situações pontuais, contudo, os sítios estão localizados no cruzamento de caminhos, em encruzilhada ou entroncamentos. Tirando a situação específica de Monte das Esquilas (Monforte), com a dedicatória aos *Lares Viales* em nó viário, temos exemplos em Bufão (Ponte de Sôr) ou em Malhada dos Covões (Campo Maior). Junto a passagens de linhas de água também encontramos estabelecimentos: Lomba da Barca 1 e Barca da Amieira (Nisa), Porto das Escarninhas (Arronches), Ilhas (Campo Maior), entre outros.

A implantação de todos estes locais junto a vias demonstra a sua função como estruturas de apoio a viajantes, mas relembre-se que outros sítios de outras categorias poderiam desempenhar essas funções. É o caso do *vicus*, em cujos atributos se contava essa missão, que aliás esteve na génese do desenvolvimento de alguns deles<sup>408</sup>, conforme visto no ponto anterior: na região, o caso de Chocanal (Crato) apresenta parâmetros semelhantes, pois o local estará provavelmente situado com um itinerário de circulação, sendo as três pontes medievais próximas um testemunho da perduração destas rotas.

Um passo futuro que será dado na sequência de novos trabalhos de campo reside na avaliação conjunta de todos estes locais. Quero com isto dizer que a estruturação, e o espaçamento, dos sítios dedicados a funções viárias obedecia a ordenamentos bem conhecidos. As *mansiones* implantavam-se com um espaçamento entre si que deveria corresponder à distância passível de ser percorrida ao longo de um dia de viagem<sup>409</sup>, e portanto este critério deverá agora ser avaliado nos terrenos do Alto Alentejo. Quanto às *mutationes*, também deveriam apresentar um espaçamento coerente, embora mais elástico<sup>410</sup>, pelo que uma prospecção orientada no terreno, de forma mais sistemática, e a análise cartográfica posterior, trarão novos dados. Tal implica passar para um novo patamar de leitura territorial.

#### 4.9. Casais agrícolas

---

<sup>408</sup> Martínez Melón 2006: 117.

<sup>409</sup> Chevallier, 1997: 281.

<sup>410</sup> Entre 5 a 12 milhas de permeio entre cada uma. Desta forma, entre cada *mansio* poderiam estar implantadas entre 6 a 8 *mutationes* (Chevallier, 1997: 281).

É hoje consensual a existência de unidades rurais de média dimensão. Correspondem seguramente aos locais de povoamento que Áxio estranhava não deterem nem ornamentos urbanos, nem dependências rústicas<sup>411</sup>.

Para a investigação portuguesa, o problema tem residido em dois pontos nodais: a dificuldade da sua caracterização do ponto de vista arquitectónico e planimétrico, quer em prospecção, quer em escavações arqueológicas; e a proliferação de vocábulos utilizados para a sua denominação<sup>412</sup>. Jorge de Alarcão<sup>413</sup> escrevia: “Os três termos possíveis para a média propriedade e para a casa correspondente são os de quinta, granja e casal”. Todavia, como o autor em seguida discute, os três apresentam questões várias quanto à sua utilização, seja por problemas de conteúdo intrínseco, seja pela tradição etnográfica específica do Alentejo ou das realidades nacionais (nem sempre compatíveis entre si ou com as designações medievais às quais se referem). Mais, não são de todo incompatíveis nos seus conteúdos conceptuais, embora a utilização conjunta levante problemas sérios na definição das realidades de terreno e acabe por complexificar em excesso a leitura das evidências materiais.

O estudo da paisagem rural romana tem merecido nos últimos anos um considerável acréscimo de contribuições. Como resultado, verificou-se um aumento substancial na criação de denominações que procuram constituir-se como conceitos operativos que descodificam realidades materiais, embora existam ainda dificuldades várias, seja porque a realidade no terreno é efectivamente mais diversa que os termos existentes, seja porque estes frequentemente são a adaptação à língua portuguesa de termos de raiz anglo-saxónica ou latina, que não são facilmente adequáveis à realidade que se encontra em cada região. Esta situação já foi longamente debatida em outro lugar<sup>414</sup>, pelo que me parece redundante adiantar mais comentários. Todavia, e ampliando o quadro então publicado, sintetizem-se alguns exemplos retirados da bibliografia arqueológica portuguesa recente:

	<i>Villa</i>	Granja	Quinta	Casal	Cabana	Pequeno sítio	<i>Tugurium</i>	Abrigo
Alarcão 1976 <sup>415</sup>								
Alarcão 1990 <sup>416</sup>								
Alarcão 1997								
Alarcão 1998								
Almeida 2000								
Bernardes 2007								
Bugalhão 1998								
Carneiro 2004								
Carvalho 2007								
Lemos 1993								
Lopes 2001/2003								
Mantas 1986								
Vieira, 2004		*						

\* Utilizada para a Alta Idade Média, enquanto explorações agrícolas na dependência de mosteiros<sup>417</sup>.

<sup>411</sup> Varrão, R. R. III, 2, 9, perguntando: *Quid igitur, inquit, est ista villa, si nec urbana habet ornamenta neque rustica membra* [...].

<sup>412</sup> Seguindo as terminologias de Vigil-Escalera Guirado (2006: 90) e partilhando das observações do autor: “En lengua inglesa existen una serie de términos específicos para referirse a determinados tipos de asentamientos rurales en función de su tamaño (*stead/farmstead, hamlet, village*). Granjas, aldeas y pueblos no son un exacto equivalente en español [...]”

<sup>413</sup> 1998a: 93.

<sup>414</sup> Carneiro, 2004: 40-45.

<sup>415</sup> Refere a possibilidade de terem existido micro-unidades territoriais como casebres ou estábulos.

<sup>416</sup> Embora marque uma distinção entre casais próprios ou casais arrendados.

<sup>417</sup> Vieira, 2004: 31.

Observa-se portanto que existe uma proliferação de termos que se referem às médias e pequenas unidades de povoamento pois, embora o termo *villa* pareça estar conceptualmente bem definido pela investigação (curiosamente, e como comentei anteriormente, melhor até do que pareceria estar na mente romana), os restantes levantam muitas dúvidas, quer quanto à designação, quer quanto aos conteúdos substantivos. Neste limiar entre “granja”, “quinta” e “casal” subsistem várias indefinições, embora a coabitação entre os últimos dois seja possível e inclusivamente utilizada pelos autores que mais recentemente se dedicaram ao tema. Note-se que “granja”, por ser um termo derivado do universo anglo-saxónico, não tem sido utilizado.

A definição conceptual das unidades de povoamento que não são *villae* parece ser fácil de fazer, pela negativa ou por exclusão: trata-se de todos os sítios que não apresentam sinais de *urbana ornamenta*, ou seja, nem mosaicos, nem elementos arquitectónicos decorativos, estuques, mármore, ou ainda ausência de estabelecimentos termiais. Sobre este ponto, os investigadores são consensuais. O elemento mais interessante, contudo, reside na necessidade de definir não uma, mas duas categorias intermédias entre as *villae* e os sítios residuais: a escolha parece recair cada vez mais sobre a adopção dos termos “quinta” e “casal”. Esta situação reflecte um efectivo conjunto de distinções que encontramos muitas vezes no terreno: na área de dispersão de vestígios<sup>418</sup>, ou na qualidade e diversidade das evidências de superfície<sup>419</sup>. Mesmo a nível da implantação, apontam-se características distintivas<sup>420</sup>. Trata-se de uma classe heterogénea, sendo múltiplas as dúvidas interpretativas que sobre esta classe de sítios são lançadas. Sendo uma categoria híbrida, entre a classe de topo (a *villa*) e a de base (os pequenos sítios), apresenta fronteiras mais dúbias, confundindo-se com locais que afinal poderiam ser outra coisa, como santuários ou locais de funções viárias.

Em termos gerais, acrescento que a possibilidade de destrição de categorias intermédias de povoamento aumenta à medida que vão sendo feitas prospecções intensivas no território. Já em 2004, sobre Fronteira, levantava a hipótese de terem existido “*villae* de segunda categoria”, empurradas para áreas marginais e com menores condições do ponto de vista da sua sustentabilidade económica, mas que mesmo assim apresentavam elementos de conforto, embora sempre com inexistência de “componentes de expressão máxima”<sup>421</sup>. Todavia, o modo como então estava construído o texto levava a crer que essa divisão existia na classe *villa*. No caso fronteirense, os treze “casais” então identificados eram relativamente homogéneos, mas já se notava um patamar de diferença qualitativa entre alguns deles.

Na realidade, a subdivisão da classe faz sentido, embora não tenha sido adoptada no presente estudo<sup>422</sup>. É um facto que a categoria “casal” é efectivamente a categoria de

---

<sup>418</sup> “[...] a área dos casais poderá variar entre os 600 e os 3000m<sup>2</sup> (ainda que na sua grande maioria se situem no intervalo entre os 900 e os 1500m<sup>2</sup>); as quintas poderão revelar-se tanto em áreas de dispersão que rondem os 1500m<sup>2</sup> como noutras bem expressivas que atinjam os 10000m<sup>2</sup> (são sobretudo frequentes, porém, os valores na ordem dos 3000 a 5000m<sup>2</sup>)” (Carvalho, 2007: 294-295).

<sup>419</sup> Nas quintas temos as “explorações agrárias que apresentavam uma mancha média de dispersão de vestígios na ordem dos 2500m<sup>2</sup>, sendo aqueles testemunhos caracterizados por uma certa abundância de cerâmica de construção e doméstica; [...] apresentarão ainda certos indícios de edifícios bem construídos traduzidos pela presença de muros ou pedras mais ou menos bem aparelhadas, fragmentos de colunas ou tijolos de coluna e, eventualmente epígrafes, moedas, vidros, e cerâmica finas de importação.” Quanto aos casais, são “sítios cuja área arqueológica é inferi[o]r aos 1000m<sup>2</sup>, apresentando, em regra, vestígios pouco diversificados constituído quase exclusivamente por cerâmica de construção e alguma, pouca, cerâmica doméstica grosseira.” (Bernardes, 2007: 19-20).

<sup>420</sup> João Pedro Bernardes, na passagem anterior, também nos diz que “as quintas têm uma localização semelhante à das *villae*, ou seja, em terras mais ou menos planas ou em vertentes de suave declive”, enquanto os casais estão em “vertentes, por vezes de declives apreciáveis, podendo apresentar muros e pavimentos em lateres, já que a abundância de calcário e argila possibilitaria a utilização daqueles materiais sem grandes custos.”

<sup>421</sup> Carneiro, 2004: 76 e 77.

<sup>422</sup> Dada a heterogeneidade das paisagens e dos modelos de estabelecimento rural, optei por manter a classificação tripartida, por não haver suficientes condições constantes para subdividir a classe “casal”. A

pontos de povoamento mais heterogénea. Temos um patamar de sítios com média-alta dispersão de vestígios (entre 5000m<sup>2</sup> a 10000m<sup>2</sup>) e com uma variedade de evidências mais assinalável, embora sempre sem a ocorrência de elementos de prestígio como mosaicos, elementos escultóricos ou revestimentos parietais. Todavia, em alguns casos temos mármore ou, como possivelmente em certos sítios do concelho de Nisa, capitéis ou colunas, além de cerâmica de importação. No segundo patamar temos sítios mais circunscritos, com séries mais monótonas de materiais e com presença de indicadores de evidente perfil rústico, geralmente com ocorrência de actividades produtivas, como pesos de tear, mós e pesos de lagar. Alguns foram objecto de sondagens arqueológicas, como Praia da Tojeirinha (Ponte de Sôr) e Sardos (Monforte), permitindo identificar unidades unifamiliares com duas divisões, apresentando o espaço de laboração contíguo ao de habitação. Escórias e/ou fragmentos de *dolium* são outros indicadores. Enquanto os primeiros se implantam em posições mais periféricas, deixadas livres pelas *villae*, os segundos encontram-se muitas vezes próximos das grandes unidades latifundiárias.

A disseminação de casais agrícolas pela paisagem já foi comprovada pela Arqueologia<sup>423</sup> e confirma-se também nesta região, sendo em alguns casos a dominante classe de povoamento, como, por exemplo, na Serra de São Mamede. Em sentido inverso, observamos que em algumas áreas a rarefacção de casais é evidente, por quase não haver espaço liberto entre as grandes *villae*: tal é particularmente evidente nos concelhos de Campo Maior e de Elvas, onde em torno da bacia do Guadiana, quase só encontramos grandes unidades de povoamento. É certo que aqui poderíamos alegar a deficiência da investigação para dois concelhos que não têm levantamentos arqueológicos sistemáticos, mas Elvas já foi objecto da atenção de vários investigadores e a realidade “casal” parece estar muito mal representada.

A área central do universo em estudo apresenta a maior densidade de casais. Os concelhos de Fronteira, Monforte, Arronches e Sousel beneficiam de um trabalho de campo mais apurado e aqui encontramos efectivamente um lote de registos numéricos que transformam os casais na mais habitual forma de habitação em meio rural. Como já foi dito, a heterogeneidade é a característica principal desta classe: de sítios com uma cultura material representativa, com vários elementos de importação, a alguns que apenas apresentam grandes séries monótonas de cerâmica de construção e comum, existe um diversificado arsenal de elementos à superfície, demonstrando diferentes capacidades aquisitivas. Em geral, contudo, são locais onde se encontram indicadores produtivos como mós, escórias, pesos de tear e fragmentos de *dolium* ou de cerâmica de armazenamento de grandes dimensões. A implantação é muito diversa, desde zonas de topo e fundos de vale e, de um modo geral, raras vezes estão próximo de manchas de solos de elevada aptidão. Pelo contrário, predomina a opção por zonas de policultivo e de uma agricultura extensiva, muitas vezes com terrenos pobres. Os recursos hídricos não estão longe e a exposição solar é muito variada. Note-se contudo que nestas paisagens existe uma clara diferenciação entre os espaços ocupados pelas *villae* e os ocupados pelos casais. As primeiras dominam as áreas de fáceis acessos e de excelentes condições pedológicas, sendo dominadoras nas paisagens mais suaves e onduladas. Os casais são remetidos para franjas marginais, para áreas de menos imediato acesso e para paisagens menos próximas do ideal clássico. Terrenos mais acidentados, solos menos aptos, instalação em zonas de policultivo.

Esta separação pode ser também um indicador do tipo de gentes que habitavam nestas unidades de povoamento. Planimetricamente temos espaços de duas (ou um número limitado de) divisões, com contiguidade entre os espaços de laboração e a área de

---

estrutura tripartida das estruturas de povoamento em meio rural é um elemento muito frequente em várias épocas: consulte-se Bouchard-Huzard (1870: cap. III) para ver o modo como os domínios agrícolas são também assim divididos.

<sup>423</sup> Em torno de S. Cucufate apenas 5 dos sítios identificados podiam ser classificados como *villae*. 42 encaixariam na categoria “casais” ou “quintas” e 11 estariam entre a primeira e a segunda ordem de grandeza (Mantas, 1986; Mantas & Sillières, 1990: 151-160).



habitação. Desta forma poderíamos ter núcleos familiares detendo autonomia própria, dedicados à exploração económica de zonas menos aptas mas onde a aposta em nichos específicos (tecelagem, metalurgia...) permitira obter uma base de sustentação económica. Estes habitantes teriam em volta terrenos sob sua exploração em actividades agro-pecuárias complementadas com as já referidas transformações de produtos específicos. Seriam por isso unidades autónomas, mais distanciadas das *villae* que empregariam outro tipo de mão-de-obra. Nesta leitura, torna-se interessante notar que os casais gravitam em torno das *villae*, não muito próximos, mas também não empurrados para os espaços ultra-periféricos onde as hipóteses de sobrevivência seriam substancialmente inferiores. Encontram-se por isso nos territórios periféricos, em posição de interface entre as *villae* e as extensões quase despovoadas, e nesse sentido, assumem também neste campo uma curiosa posição intermédia, similar à que ocupam nas hierarquias das classes de sítios.

#### 4.10. Pequenos sítios

Quanto aos pequenos sítios, opto pela utilização de uma denominação neutra, mesmo sabendo que em época romana existiam designativos próprios: Isidoro de Sevilha deixou-nos os nomes de *tugurium*<sup>424</sup> e de *capanna*<sup>425</sup> para as realidades que correspondem aos paralelos etnográficos actuais, as malhadas e arribanas<sup>426</sup>, onde um trabalhador permanecia durante uma semana inteira, coabitando com o gado que deveria vigiar, ambos dormindo sob o mesmo tecto, mas em divisões separadas, que incluíam ainda uma pequena lareira para o lume de chão<sup>427</sup>. Como já em outro lugar mencionei<sup>428</sup>, esta é a categoria mais duvidosa na delimitação temporal, porquanto sujeita a muitas reutilizações de materiais. Uma situação evidente ocorre nos sítios de Pigorrinhas 1 e 2 no concelho de Sousel, em que o sítio 1, de época moderna, utiliza material de construção que seguramente foi recolhido no 2, de cronologia romana<sup>429</sup>.

Regra geral são manchas circunscritas (não mais de 500m<sup>2</sup>) de materiais de construção (sempre imbrices mas muitas vezes sem tegulas), com ocasionais inclusões de cerâmica comum (por vezes com fragmentos tão escassos que colam entre si). Em alguns casos, notam-se aglomerados de pedra que poderiam ter sido empregues em alvenarias de paredes, mas seguramente a matéria-prima primordial de utilização seria a taipa ou os tijolos em adobe, notando-se em vários locais uma tonalidade mais clara do solo em relação à envolvente. Por vezes encontramos uma concentração de sítios em pouca extensão, o que poderia indicar a existência de unidades com distintas funções. De um modo constante, a implantação escolhe sempre pontos altos, desfrutando de grande domínio visual, por vezes junto aos marcos geodésicos actuais<sup>430</sup>. Muitos deles encontram-se nos *fundi* de *villae* ou mesmo de casais, por vezes mesmo em proximidade evidente e, neste caso, não teríamos locais de pernoita com o gado, mas alpendres que davam cobertura a actividades específicas ou serviam para guardar materiais. Talvez pelo facto de assinalar esta dependência às *villae*, se note que esta é uma classe que rareia em territórios periféricos e mesmo ultra-periféricos, ou seja, a sua densidade é muito maior em espaços com elevados índices de ocupação.

<sup>424</sup> Isidoro de Sevilha, *Etymologiae* XV, 12, 1-2: *De Aedificiis rusticis: Casa est agreste habitaculum palis atque virgultis arundinibusque contextum, quibus possint homines tueri a [ui] frigoris uel caloris iniuria. Tugurium casula est quam faciunt sibi custodes vinearum ad tegimen sui, quasi tugurium....* Este termo surge também mencionado por Columela, R. R. XII, 15, 1, e ainda por Plínio o Velho, N. H. XVI, 14, para momentos anteriores.

<sup>425</sup> Isidoro de Sevilha, XV, 12. Ver as considerações apresentadas por Isabel Velazquez, 2004.

<sup>426</sup> Oliveira, Galhano & Pereira, 1994.

<sup>427</sup> Para a análise deste tipo de construções remeto para Oliveira, Galhano & Pereira, 1994: 264-277. No Alto Alentejo muitas das construções são em pedra, enquanto os exemplos etnográficos dos autores são maioritariamente em materiais perecíveis.

<sup>428</sup> Carneiro, 2004: 45.

<sup>429</sup> A mesma situação foi detectada em torno de São Cucufate (Alarcão, Étienne & Mayet, 1990: 177).

<sup>430</sup> Por exemplo os locais de Alto da Silveira (Arronches) e Carapalha 1 (Sousel).

Como comentário final, é interessante notar que a sua densidade aumenta na directa relação do investimento da investigação: a frequência é numericamente elevada nos concelhos mais intensivamente prospectados, o que é perfeitamente natural dada a sua dificuldade de detecção por não-especialistas. Talvez seja também esta circunstância que leva à sua rarefacção em concelhos e territórios onde o coberto arbustivo é mais denso, a menos que as condições pedológicas levem a que nestas áreas a ocupação romana fosse menos intensa.

#### 4.11. *Pagus*

Uma designação que optei por utilizar ao longo do texto prende-se com o étimo latino de *pagus*. Não se relaciona com algum tipo de forma de habitação em concreto ou com um realidade materialmente discernível, mas com um modelo de exploração (e consequente estruturação de rede de povoamento) polarizado em torno de um recurso económico de grandeza, que terá obrigado à criação de um modelo de gestão específico para a organização de um território. Seria, no fundo, um distrito territorial rural<sup>431</sup>, com funções iminentemente fiscais e de organização da exploração, mas a categoria conceptual é muito heterogénea, “oscila desde lo estrictamente étnico a la organización territorial específicamente romana, vinculada a la articulación del *ager* de sus ciudades”, o que se reflecte nos designativos utilizados<sup>432</sup>. Tem também outras funções, que podem chegar à manutenção de infra-estruturas comuns e à organização de celebrações religiosas. Não apresenta, portanto, uma ligação específica a um núcleo ou a uma forma de habitação, mas a um território organizado e auto-identificativo<sup>433</sup>. Este espaço podia estar contido dentro de fronteiras naturais ou artificialmente criadas e delimitadas<sup>434</sup>, mas refere-se sempre a uma estrutura de povoamento mais disperso<sup>435</sup>.

Note-se, contudo, que o termo também poderia designar os seus habitantes, embora esta ligação não seja explícita<sup>436</sup>. *Paganus* é utilizado com uma acepção pejorativa, de alguém que está excluído dos modelos vivenciais latinos e que habita no campo, longe de sistemas urbanos e civilizadores<sup>437</sup>. De resto, em algumas línguas, esse ainda é o sentido utilizado. Assim, *vicus* tem uma conotação mais civilizada, mais urbana, sem se referir a um núcleo urbano no sentido latino do termo, enquanto o vocábulo *pagus* é rural<sup>438</sup>. Nesse sentido quase se opõem. Os *vicani* têm inserção na romanidade, os *pagani* estão excluídos desse universo. Mas ambos são termos de âmbito fiscal e censitário.

---

<sup>431</sup> Tarpin, 2002: 181.

<sup>432</sup> “Los apelativos utilizados poseen un contenido diverso, que se relaciona con la titulación imperial (Augustus), con toponímia indígena latinizada (Carbulensis y Singiliensis) o con toponímia latina de contenido geográfico (Translucanus y Suburbanus) o funcional (marmorarius). Pese a su heterogeneidad, la totalidad de estos pagi poseen un mismo contenido, ya que se vinculan al ordenamiento de los agri de las correspondientes ciudades [...]” (Gonzalez Roman & Padilla Arroba, 2002: 201 e 202).

<sup>433</sup> Carrillo Díaz-Pines, 1990.

<sup>434</sup> Pelo menos é o que se depreende do texto de Sículo Flaco (*De conditionibus Agrorum*, CLXIV), que indica que estes territórios são delimitados a partir de um centro urbano que serve como seu referente (daí que por vezes o termo *pagus* receba o qualificativo de *suburbanus*).

<sup>435</sup> “Su lugar en la gradación es a veces sustituido por territorium, lo que confirma la idea de referirse a viviendas dispersas en el medio rural.” (Isla Frez, 2001: 11). Também neste sentido se distingue de um *vicus*, que se refere mais a um sistema de povoamento agrupado, enquanto o *pagus* teria uma organização mais dispersa, mas suficientemente coesa para deter uma componente auto-identificativa.

<sup>436</sup> Tarpin, 2002: 232-233.

<sup>437</sup> Varrão menciona as *Paganicae*, festividades rurais celebratórias de sucessos agrícolas (citado em Curchin, 1985: 338).

<sup>438</sup> Embora o maior número de *pagi* documentado seja proveniente da *Baetica*, a região mais urbanizada da Península (Curchin, 1996: 164). Portanto, o conceito de *pagus* parece aplicar-se a um território não urbanizado (embora inserido em áreas urbanizadas, ou de forte romanização) mas que precisa de ser regulado pela existência de recursos específicos.

Isto porque os *pagi* eram dotados de um *magister pagus*, um funcionário encarregue de cobrar impostos e/ou taxas e dotado de funções censitárias<sup>439</sup>. A presença destes funcionários implica, portanto, uma organização<sup>440</sup> e a existência de *possessores*, de indivíduos que habitavam o local, implicados em actividades produtivas e de exploração, que eram objectos das taxações de que os *magistri* estavam incumbidos.

Em época tardia, o termo *pagus* parece ganhar uma vinculação com uma estrutura de povoamento concreta, desligando-se do conceito de “espaço territorial” para se alocar a algo mais tangível. É, pelo menos, o que parece depreender-se do texto de Isidoro de Sevilha,<sup>441</sup> quando refere os agrupamentos que não são *civitas* por não terem relevância urbana. Aqui surge junto a *castellum* e a *vicus*, indicado em terceiro lugar e em subordinação aos restantes. Portanto, nesta época o *pagus* seria algo entre o *vicus* (uma aldeia) e uma *villa* (um domínio privado), podendo traduzir-se como um conjunto de vivendas um pouco dispersas entre si<sup>442</sup>.

No território em apreço, tem sido aventada a existência de um *pagus marmorarius* no anticlinal de Estremoz, inteiramente vocacionado para a exploração de mármore, um recurso estratégico da maior grandeza, que certamente estaria na órbita da capital provincial (e que de forma tão profusa a alimentou para a construção de obras públicas e privadas), e que pela complexidade e magnitude da sua exploração certamente obrigou à criação de uma logística elaborada para o enquadramento dos trabalhos. Efectivamente, na faixa do anticlinal de Estremoz, encontramos um conjunto de sítios que parecem corresponder a grandes povoados: Senhora dos Mártires (Estremoz) e os sítios em torno de Bencatel (Aldeia das Freiras e Vilares da Galharda) ou de S. Romão, Fonte Soeiro e Pardais (ambos em Vila Viçosa) ocupam hectares e distanciam-se, por vários motivos, das características do padrão-*villa*: ausência de elementos sumptuários, culturas materiais monocórdicas, grande profusão de blocos de mármore informes à superfície. Nestes sítios, existem também indicadores religiosos que poderiam ser templos, que congregassem os sentimentos religiosos de responsáveis ou de trabalhadores, e menções a infra-estruturas que poderiam ser públicas, como eventuais balneários termais. Em alguns casos, temos estruturas hidráulicas, como no caso do Tanque dos Mouros de Estremoz, e proximidade à rede viária, que seria essencial para o escoamento dos blocos marmóreos.

Outro *pagus* poderia encontrar-se na área do Conhal do Arneiro (Nisa), estando aqui o foco principal articulado em torno da exploração aurífera do Tejo (um *pagus ad metallum?*). A relevância económica da exploração e a existência de complexas infra-estruturas, como as levadas de água, induzem a existência de um enquadramento para a exploração que teria de ser compatível com a escala dos trabalhos que aqui tiveram lugar e cujas marcas são ainda hoje bem visíveis ao longo de dezenas de hectares. Não é possível pensar que um recurso de tão elevada importância e de tão impressionante grandeza fosse deixado meramente a particulares. A fonte potencial de angariação fiscal seria demasiado relevante para que o poder público ficasse indiferente. Com grande probabilidade, esta exploração foi supervisionada por um *procurator metallorum* ou por um *magister* encarregue de gerir os trabalhos que aqui tiveram lugar e de colectar as taxas que a empreitada originou<sup>443</sup>.

## 5. Actividades económicas

---

<sup>439</sup> Em caso de prefeituras teríamos um *praefectus pagi*, que poderiam administrar directamente o território sob sua alçada (Martínez Melon, 2006: 115).

<sup>440</sup> Esta função censitária e fiscal levada a cabo por um ou vários funcionários vinculados ao local levou a que Leonard Curchin (1985: 343) propusesse que os *pagi* estivessem implantados em áreas mais romanizadas enquanto os *vici* teriam essas funções em territórios marginais. Este fenómeno também se fundamenta no facto de os primeiros deterem em geral uma denominação latina, enquanto os segundos conservam uma designação indígena.

<sup>441</sup> XV, 2, 7, 11.

<sup>442</sup> Isla Frez, 2001: 11.

<sup>443</sup> Sobre as regulamentações e organização do trabalho, ver Hirt, 2010.

Sobre as actividades económicas na *Hispania*, os progressos recentes da investigação têm sido imensos, mas continuamos a desconhecer vários parâmetros da organização produtiva<sup>444</sup>. É também ainda difícil perceber qual o peso real deste território na economia global do Império, e o modo como sobreviveu às vicissitudes económico-sociais que foram marcando as conjunturas mais gerais do espaço romano, evoluindo ao longo do tempo e resistindo à pressão concorrencial de outras províncias. De qualquer forma, para a região em estudo os indicadores são promissores, permitindo perceber que esta foi uma área de fortes dinâmicas e plenamente integrada nos circuitos de intercâmbio, que eram alimentados pela capital provincial que funcionou como plataforma giratória para o *territorium* envolvente.

O foco de análise aqui escolhido é maioritariamente centrado sobre as actividades produtivas que competiam ao sector primário, para utilizar uma terminologia actual. As redes comerciais e de troca, quer na importação, quer na exportação, ou as actividades de transformação, não são aqui consideradas, porque existe ainda um insuficiente conhecimento sobre as pautas da cultura material dos diversos sítios. Cerâmicas, moedas, metais, produções em osso, vidros e outros elementos deverão ser dados a conhecer, para que se possa elaborar uma análise mais sustentada, mas pelo que é possível para já perceber é evidente que a área regional (apesar dos naturais desequilíbrios) detinha uma elevada capacidade aquisitiva e beneficiava dos circuitos de troca que a romanização instalou, demonstrando uma vitalidade económica que, contudo, necessita de ser quantificada.

Pelo facto de o ponto de interesse primordial ser o mundo rural, lancemos a análise sobre as produções da terra, desde a agricultura às minas e pedreiras.

### 5.1. Agricultura

O mundo agrícola constitui o universo mais bem documentado no âmbito dos relatos deixados pelas fontes. Enquanto sobre outras actividades económicas temos escassas referências, ou mesmo o silêncio total, a vida campestre e o leque de labores associados permaneceu um objecto preferencial de relato, elevado mesmo ao âmbito da tratadística e da redacção de compêndios teórico-práticos. A vida no campo foi fruto de uma reflexão aturada, constituindo uma *arte de viver* que consubstanciava os paradigmas que caracterizavam o verdadeiro Homem de Roma<sup>445</sup>. Essa perspectiva de leitura infiltrou-se na própria pesquisa arqueológica, sempre muito mais interessada na detecção dos lugares de presença em meio rural (em especial as *villae*) do que em conhecer outras formas de habitar e de interagir com o meio<sup>446</sup>.

---

<sup>444</sup> Pode servir como síntese de conhecimentos a seguinte passagem de Leonard Curchin (1996: 171): “Necesitamos conocer quién explotaba estos recursos, con qué mano de obra y con qué medios; dónde se enviaban los productos, en qué cantidades y en qué períodos; si las mercancías se exportaban como tributo o para obtener beneficios; quien eran los mercaderes, de qué rutas se servían y qué medios de transporte utilizaban [*sic*], y el impacto que el comercio tuvo en la economía hispana.” Para as perspectivas mais actualizadas ver o estudo de Hirt, 2010.

<sup>445</sup> Para além das questões conceptuais, existia uma ligação de facto: estima-se que entre 80 a 90% da população estivesse de algum modo ligada à vida agrícola (Goodchild, 2007: 24).

<sup>446</sup> Para uma perspectiva historiográfica intensiva, com apresentação e discussão de casos concretos, recomendo a obra de Pierre Ozoulias (2006). Naturalmente que este *peso específico* derivado da abundância de textos deixados pelos autores da época, muitos deles com tópicos muito enfatizados, criou na historiografia vícios de leitura e de correlação com a realidade. Note-se também, como o próprio autor recorda, que os textos latinos adequam-se a uma realidade geográfica e social concreta, a da península itálica, nem sempre paralelizável com outras situações. Todavia, a leitura dos textos latinos é indispensável, e infelizmente tem sido algo menosprezada por uma Arqueologia recente que privilegia a observação da materialidade das evidências. Por isso, deixo também a opinião expressa por Kevin Greene (1986: 67) sobre a desejável complementaridade de áreas de estudo: “Agriculture is perhaps the most complicated aspect of the Roman economy to study. A deceptive impression is given by the fact that some of its elements are extremely well documented in literary sources. [...] Archaeology can do two main things: first, it can help to place agriculture into a general perspective, by examining the form and extent of rural settlement; second, it can give specific insights through the excavation of farming sites, with full attention to environmental evidence such as plant

É certo que, para o conhecimento das realidades hispânicas, o quadro de conhecimentos é muito mais restrito, como já foi lembrado<sup>447</sup>, mas obviamente o panorama continua a ser atractivo, em especial se considerarmos que esta é, ainda hoje, uma região essencialmente de produção agro-pecuária, onde podemos ver na paisagem um conjunto de ressonâncias que nos lembram inequivocamente a herança romana. Estes paralelismos trazem perigos<sup>448</sup>, mas é inevitável que tal suceda, para mais com a possibilidade de usarmos um valioso manual que nos permite conhecer como era a vida no campo em tempos anteriores à mecanização agrícola<sup>449</sup>. Portanto, tentemos ver nos campos desta região o que poderia ser o panorama agrícola em época romana.

Vários ângulos de abordagem podem ser lançados:

- O regime de exploração;
- As produções;
- As dependências agrícolas e os vestígios de espaços de laboração;
- As evidências artefactuais e materiais das actividades agro-pecuárias.

Sem querer repetir considerações já expressas em outros textos<sup>450</sup>, noto, contudo, que de forma paradoxal, a vivência campestre é o domínio mais exaltado, quer pelas fontes, quer pela investigação arqueológica (sempre mais constrangida e limitada em meios urbanos), mas que tem recebido menos atenção por parte desta última, muito mais interessada na detecção dos espaços de luxo e requinte como a *pars urbana* ou os edifícios termais das *villae* do que nos espaços de laboração e de ambiência rústica, no sentido latino do conceito. Portanto, as evidências materiais são efectivamente escassas e os suportes para a análise teórica continuam bastante frágeis.

Iniciemos então a análise olhando para o *regime de exploração*, onde a aceitação do latifúndio tem sido um dado adquirido<sup>451</sup>, contrariando mesmo algumas passagens das fontes<sup>452</sup>. Este quadro adequa-se genericamente ao que hoje encontramos na região, mas também sabemos que a prática romana esteve sempre mais interessada na ampliação do rendimento a partir da anexação de mais propriedades do que por efectivas melhorias nas formas de organização da produção e da rentabilização ou por avanços nas técnicas de exploração agrícola<sup>453</sup>. Olhando para os *fundi* do Alto Alentejo, contudo, algumas nuances existem: é um facto que os maiores domínios de exploração se encontram em grandes *villae* extensivas, com numerosos indícios de uma forte base agro-pecuária. Seria o caso de Torre

---

remains, animal bones and soils. The results of both approaches must of course be integrated with the surviving literary accounts of agriculture.”

<sup>447</sup> Brun, 1997a: 47: “Traiter de Poléculture et de la viticulture en Lusitanie, sur le territoire du Portugal d’aujourd’hui, revient à inventorier nos lacunes: presque aucune source écrite, des vestiges archéologiques encore rares et d’interprétation difficile, une iconographie intéressante mais que l’on doit se garder de surinterpréter.”

<sup>448</sup> Além do capítulo sobre o espaço e a paisagem remeto também para Carneiro, *Dependências agrícolas*.

<sup>449</sup> Picão, 1983. Trata-se de um relato notável sobre a etnografia alto-alentejana que bem merece releituras atentas. Note-se ainda as observações feitas por Remesal Rodríguez (2008: 49) ao modo como a mecanização do campo alterou as coordenadas conceptuais de relacionamento entre o Homem e o labor agrícola. Ou seja, os tractores não alteraram apenas mecanicamente a paisagem, mas também toda uma milenar forma de entendimento do que eram as agruras do campo e o custo (no sentido de esforço) das produções.

<sup>450</sup> Remeto para as referências da nota 4. Veja-se também o cap. 3 na obra de Helen Goodchild (2007).

<sup>451</sup> O autor que mais intensamente se tem dedicado à análise dos territórios de exploração directa tem sido Jorge de Alarcão, que em sucessivos estudos tem ajudado a rever as estimativas mais amplas de Jean-Gérard Gorges (1979).

<sup>452</sup> É interessante notar que o conceito original de *latifundium* refere-se a explorações onde largos números de escravos trabalham; ou seja, o termo refere-se ao regime de exploração, e não ao domínio de exploração propriamente dito, como no significado actual do vocábulo (Curchin, 2004: 98). De qualquer modo, relembro a famosa passagem de Plínio-o-Velho (*N.H.* XVIII, 35), que apontou o latifúndio como a causa da progressiva ruína da agricultura itálica ao conduzir à extinção das pequenas e médias propriedades. Será talvez escusado lembrar que todos os agrónomos aconselham a que as explorações tenham limites adequados à capacidade de exploração, ou seja, não devessem ter terrenos em excesso que não pudessem ser tratados e eficazmente geridos. A prudência e o bom senso são virtudes constantemente lembradas.

<sup>453</sup> Ver por exemplo Saez Fernandez, 1987: 76.

de Palma, que dominaria uma extensa propriedade fundiária. Ou Correio-Mor, em Elvas, com numerosas evidências de laboração (estruturas hidráulicas, mós, pesos de lagar...), ou os sítios de Castelo de Vide e Marvão. Todavia, temos também sítios de *fundi* menores ou mais limitados, indicando uma maior repartição da propriedade, nos quais continuamos a encontrar sinais de laboração agro-pecuária: Quinta das Longas (Elvas), por exemplo, onde existem sinais de actividades agrícolas encontradas em uma *villa* cujos domínios fundiários não seriam muito extensos. Ou certos sítios na zona de Arronches, dispostos ao longo dos itinerários viários, onde uma contiguidade de implantações que levam a crer que os territórios sob domínio directo não fossem muito extensos, dada a confrontação com sítios vizinhos. É certo que nos falta uma dimensão de análise fundamental que é o estudo da paisagem, da repartição cadastral da propriedade em época romana. Mas várias hipóteses se configuram: ou teríamos *villae* ocupando territórios tão férteis que permitiriam em pouco território obter uma base sustentada de rendimento muito elevado, ou alguns destes sítios apostariam em produções especializadas de extrema rentabilidade (um nicho sobre o qual nada conhecemos quanto às evidências materiais) ou ainda algumas destas *villae* teriam domínios fundiários muito pequenos e a sua vocação seria outra, *urbana* ou sobretudo residencial, coabitando com outras de domínios maiores onde a vertente *rustica* seria privilegiada. Mas é curioso notar que algumas das *villae* que mais evidências de vocação agro-pecuária têm – nomeadamente na cartografia dos pesos de lagar – são precisamente as que mais próximo se encontram umas das outras, indicando que os seus *fundi* seriam mais pequenos, mas com a obtenção de um grande volume de produção e, em consequência, de maior rendimento. Portanto, parece haver uma relação directa entre repartições da propriedade, melhores solos e evidências agro-pecuárias, com mais *villae* ocupando zonas de maior aptidão agrícola e apresentando mais e maiores pesos de lagar, mós, etc. - o que esbate um pouco o *parti-pris* latifundiário que tem dominado a investigação e a leitura da paisagem<sup>454</sup>.

É importante ainda acrescentar um outro ponto neste fio de raciocínio: a relevância da agricultura de regadio<sup>455</sup>, um dos domínios mais ignorados na vida rural romana, em função do peso concedido à *triade mediterrânica*. Na realidade, a equação atrás referida entre os domínios de *fundi* mais limitados, as evidências agro-pecuárias e os melhores solos, ocorre precisamente em zonas onde os aquíferos são também mais abundantes e onde encontramos estruturas de armazenamento e condução de água antigas (ou modernas, recobrando as antigas) que permitem a agricultura de horta e enxada. Sabemos já da importância que, em outras zonas, o regadio deteve na estruturação da propriedade e das formas de perpetuação da romanização<sup>456</sup>; e não custa ver que, em algumas das áreas onde o regadio é mais facilitado, temos também mais e maiores *villae*, muitas delas com indicadores de persistência na ocupação em épocas mais tardias<sup>457</sup>.

---

<sup>454</sup> Gorges, 1979: 98-99 calculou em 1500 a 8000 hectares a extensão dos latifúndios no Alentejo. Contudo, hoje tornou-se claro que a proposta foi sobre-estimada e que o progredir da investigação permitiu trazer a identificação de muitos sítios que vieram ocupar os espaços em branco então existentes na análise. Já Jorge de Alarcão preferiu estimar em 400 hectares o tamanho médio das propriedades, em especial na zona do Baixo Alentejo (1990: 419), mais tarde propondo em áreas em torno aos 200 (1998: 97-98).

<sup>455</sup> Ver, por exemplo, Ferdière, 1988: 41-58, no vol. 2 (técnicas) e 107-109 (produtos).

<sup>456</sup> Wickham, 2009: 700. O autor assinala que “la agricultura mediterránea acostumbra a ser una práctica notablemente individualista, y los campesinos que se atarean en ella toman, para sacarla adelante, un considerable número de decisiones respecto a cómo coordinar su espacio, ya sea con sus parientes o con sus vecinos” e que foi precisamente a prática do regadio e das relações de convivialidade assim sustentadas que permitiu consolidar um conjunto de conteúdos identitários. Note-se ainda que uma das vantagens da agricultura de regadio reside no facto de poder distribuir o trabalho agrícola por todo o ano e, através da rotação de culturas, permitir a recolha de produções diferenciadas ao longo das diferentes épocas anuais.

<sup>457</sup> Contudo deve ser notado que a existência de distintas formas de exploração pode ser comprovada na mesma região, ou seja, a existência de uma agricultura extensiva em determinada propriedade não anula que a propriedade seguinte estivesse dedicada sobretudo ao regadio. Na mesma região coexistem distintos modelos, consoante os investimentos dos distintos *possessores*. Esta análise já foi feita para outras regiões, como o *Ager Capenas* ou o *Ager Veientanus* (Vallat, In: Barker & Lloyd, 1991: 13). Note-se ainda que nem todas as produções

Quanto ao regime de exploração, sob o ponto de vista das relações de poder e posse, pouco sabemos. A dedicatória a *Fontanus* em Ervedal (Avis)<sup>458</sup> é preciosa por nos mencionar um *servus*, portanto alguém directamente encarregado de gerir uma exploração em nome de um proprietário que seria absentista. Seguramente teríamos fenómenos de “multi-proprietários”, de *domini* que tivessem várias explorações em simultâneo e que estivessem ausentes dos seus estabelecimentos, delegando a responsabilidade em *villici*. Contudo (e os dados são muito lacunares, pelo que esta proposta terá de ser revista) é possível que as explorações de mais evidente investimento agro-pecuário fossem aquelas onde o proprietário estivesse mais presente ou mesmo em permanência. Parece ser esse o caso em Torre de Palma, por exemplo. Uma grande estrutura fundiária de evidente vocação agro-pecuária onde o proprietário do século IV exhibe com manifesto orgulho a excelência dos seus resultados, o que permite pensar que habitaria essa mesma exploração a tempo integral ou, pelo menos, com muita frequência, dedicando-se e gerando um envolvimento muito forte com as produções da terra. Da mesma forma se poderá supor o panorama que encontramos na região de *Ammaia*, com grandes propriedades de evidente perfil agro-pecuário que estariam relacionadas com a *urbs*, faltando saber se em versão de residência sazonal e geridas à distância, ou servindo como espaços de permanência de uma elite rural que habitava em torno à cidade. Neste aspecto, o silêncio epigráfico das *villae* impede-nos de efectuar uma relação entre os dois universos, embora o único exemplo conhecido seja estimulante<sup>459</sup>. Ainda neste âmbito, o espaço sepulcral também não nos oferece muitos dados, mas o que podemos ler na necrópole de “Silveirona I” (Estremoz) parece ser a existência de uma grande área sepulcral de trabalhadores que está espacialmente distante da área onde estaria tumulada a presumível elite, aqueles cujo túmulo irá ser espoliado em momentos posteriores<sup>460</sup>. Resta saber onde viveria em permanência a comunidade de “Silveirona I”, se em dependências em alguma parte da *villa* da Coelhoa ou em povoados próximos.

Neste aspecto, um dos dados mais interessantes reside na identificação do povoado de Monte da Nora (Elvas)<sup>461</sup>. Em paisagem plenamente dominada e repartida por *villae*, encontramos um povoado fortificado da Idade do Ferro que, habitado em permanência, evolui para uma aldeia em época imperial. Com actividades produtivas próprias, incluindo um lagar e um forno, denunciando uma elevada autonomia e a existência de dinâmicas intrínsecas procurando a auto-suficiência em domínios económicos específicos. Seria interessante perceber se estes equipamentos produtivos eram comunitários ou de algum modo postos ao serviço da população. A grande questão reside, portanto, em conhecer quem eram, e o que faziam, as gentes que aqui habitavam. Teríamos aqui um núcleo indígena que conservou a sua identidade e as suas terras, que continuaram em laboração, sustentando uma comunidade que delas extrai o seu rendimento, o que lhes concede uma autonomia *in continuum*? Ou uma comunidade que readaptou o seu perfil vivencial, passando agora a prestar serviços sazonais para os *domini* das explorações em volta, mas continuando a deter algumas terras de onde ganham um pequeno extra de rendimentos que lhes permite subsistir? E afinal este tipo de povoados constitui a excepção nos padrões de povoamento, ou existem muitos mais para identificar, à semelhança do *vicus*

---

agrícolas obrigavam necessariamente à existência de uma agricultura de regadio, pois a especificidade de certas culturas exigia um regime de sequeiro. Plínio (N. H. XVII 249) especifica claramente que uma irrigação excessiva dos cereais “hurts the roots”, danificava o crescimento da planta, verificando-se que as searas em terrenos secos apresentavam sempre um crescimento mais sustentado.

<sup>458</sup> IRCP n.º 437.

<sup>459</sup> O *P. Carminius Macer* que dedica uma ara em Mosteiros/PaiAnes (Castelo de Vide) (IRCP n.º 637) tem paralelos com *[C]ornelio Macro* de *Ammaia* (IRCP n.º 618), além de com outros *Macer* de *Augusta Emerita* e mesmo de *Olisipo*. Ver também Mantas, 2000: 402-403. Noto contudo que na minha interpretação o sítio de Mosteiros seria um santuário, e desta forma a presença do dedicante seria feita em contexto religioso e não necessariamente como um *dominus*.

<sup>460</sup> Cunha, 2008.

<sup>461</sup> Teichner, 2008.

do Chocanal e dos *povoados fluviais* do Caia e de Póvoa e Meadas? Seriam estas as residências de uma mão-de-obra livre, autónoma, mas que constituía uma reserva sazonal que prestava serviços nas grandes unidades de povoamento em volta<sup>462</sup>?

No fundo, aqui reside uma das grandes incógnitas que os trabalhos de prospecção (e, no povoado elvense, também de escavação) não permitem resolver, por não nos concederem uma imagem da verdadeira identidade de quem ocupa estes sítios de habitação: a existência de uma paisagem dominada pelas *villae*, como o paradigma historiográfico longamente supôs, mesclada com outras formas de vivência, com povoados e/ou aldeias onde contingentes de mão-de-obra conservaram a sua autonomia e identidade, mantendo recursos próprios, mas angariando proventos suplementares em regime de laboração sazonal ou esporádica nos *fundi* envolventes. O que leva afinal a assumir três pontos: *a)* que nem toda a paisagem estava repartida por *villae*; *b)* que o latifúndio não foi a solução dominante, pois teríamos outros regimes de exploração e de propriedade<sup>463</sup>; e *c)* que existiam bolsas de recrutamento de mão-de-obra para o trabalho agrícola, esbatendo assim a importância da base escravagista que as próprias fontes clássicas já deixam entender<sup>464</sup>.

Quanto às *produções* obtidas, é inevitável falar na tríade mediterrânica, *topos* a cujo peso na investigação já dediquei alguma atenção<sup>465</sup>. O modo como ainda hoje domina esta paisagem, na actualidade, constitui mais um factor que reforça a forma recorrente como tem centrado a atenção contemporânea, colocando na sombra outras fontes de rendimento possíveis para as explorações agro-pecuárias. Mas é um facto que a própria implantação dos sítios na paisagem e a forma como as redes de povoamento se constroem condicionam a presunção da sua existência e o facto de ser a base económica preferencial. Por exemplo, detectamos na escolha dos locais de edificação a preocupação pelo acesso a solos de variadas classes, como encontramos também descrito nos textos literários<sup>466</sup>. Em quase todas as *villae* da região notamos implantações que disponibilizam diferentes tipos de

---

<sup>462</sup> Um pouco como no século XIX, em que, em torno a grandes explorações fundiárias de “trigueiros”, ou seja, de uma elite de latifundiários abastados, se constituem pequenas aldeias ou lugares, com residências humildes e muito semelhantes entre si, onde reside uma mão-de-obra que presta serviço nas herdades em volta.

<sup>463</sup> É provável que tendo conservado a sua autonomia sem cair em regime servil, estes trabalhadores independentes tivessem mantido formas de auto-organização que lhes permitissem subsistir de forma sustentada ao longo do Império. Sobre este período pouco sabemos, mas para momentos imediatamente posteriores temos alguns dados documentais que advogam em favor destas redes de solidariedade em funcionamento. Veja-se o exemplo dado por Wickham, 2009: 782: “[...] las familias campesinas recurrían efectivamente a redes de parientes más amplias en épocas de penuria, hambruna o disputas, como sucede con los *vicini et proximi* que, según refiere un sermón de Cesáreo de Arles de la década de 510, ayudaron a un hombre a replantar un viñedo [...]”. Finalmente, o tema tem sido tratado de forma aprofundada por Alexandra Chavarría Arnau, recomendando-se sobretudo o seu trabalho de 2007, com inúmeros casos específicos e bibliografia adequada.

<sup>464</sup> Por exemplo, Catão, um reconhecido conservador, advoga a angariação de trabalhadores livres em regime sazonal, dada a redução de custos que tal implicava para um proprietário (*De R. R.* X-XI). Além disso, como recorda Chris Wickham (2009: 401), “Sin embargo, los esclavos constituyen un riesgo. Cuanto más numerosos sean, más peligroso y caro resulta controlarlos. Además, es preciso mantenerlos, tanto en las temporadas de bonanza como en las de penuria, en los años buenos y en los malos, mientras que los trabajadores asalariados podían ser despedidos y los tenentes confiados al producto de sus propias parcelas. Para poder cubrir estos riesgos, la utilización de esclavos presupone la existencia de unos elevados niveles de beneficio por la venta de los productos.”

<sup>465</sup> Remeto para o capítulo sobre a paisagem e para a introdução a *Dependências agrícolas*, com bibliografia crítica.

<sup>466</sup> Columela, *R. r.* II, 15 diz-nos que para o cultivo da vinha devem estar presentes dois tipos de solos: *sabulosi* ou arenosos, terrenos leves, fáceis de trabalhar e muito siliciosos; e *cretosi* ou argilosos, solos pesados, que no entanto se forem demasiado alagadiços devem ser melhorados com a adição de areias do primeiro tipo. As propriedades de seu tio *Marcus Columela* em *Ceret* (próximo de Jerez de la Frontera) tinham esta complementaridade, tornando-os ideais. A propósito desta passagem, é interessante lembrar que, por vezes, os textos referem a necessidade de melhorar o solo com vista à facilidade de laboração, mas não existe o conceito da sua beneficiação com o estrumar da terra, por exemplo. Já Plínio (*N.H.* XVII, 30, 31) conta-nos que para os olivais as propriedades devem estar próximas de solos de cascalho (*glareosi*), pobres e soltos.



paisagem e de produções, privilegiando o policultivo ou, pelo menos, a preferência por um variado espectro de soluções.

No tema dos produtos cultivados e, além do que em outros pontos do presente capítulo se desenvolve, bem poucos dados existem. Ressalta a curiosa menção de sementes de milho miúdo (*Panicum Miliaceum*) em Monte Velho (Marvão), por ser a única recolha de sementes que temos à disposição para análise<sup>467</sup>. Seguramente que o milho-miúdo (um indicador que poderá advogar a presença de uma agricultura de regadio, neste caso, para tempos posteriores ao final do Império), e outras produções, seriam uma forte aposta na vivência económica dos locais, complementando o peso que a tríade mediterrânica deteria, mas não temos mais referências directas para este domínios. As infra-estruturas hidráulicas e a proximidade a nascentes e aquíferos também indicam o papel da agricultura de regadio que, tem sido muito subestimada na investigação: as leguminosas, os produtos hortícolas, etc.

A análise das *dependências agrícolas e de vestígios de espaços de laboração* é iminentemente arquitectónica e como tal enferma de problemáticas várias, relativas ao débil estudo que à *pars frumentaria* ou *fructuaria* das *villae* tem sido dedicado. Portanto, o conhecimento destas estruturas na área regional padece dos mesmos problemas genéricos, pois o *corpus* de informação é restrito. Trata-se do universo que nas escavações arqueológicas tem recebido menos atenção e dedicação por parte dos investigadores, sendo escassíssimas as plantas e/ou descrições de espaços de laboração que existiriam. Neste âmbito encontra-se praticamente reduzido aos lagares, sendo na generalidade dos casos impossível perceber se se tratavam de espaços de cultivo com vista à obtenção de vinho ou de azeite<sup>468</sup>. Outros espaços e unidades de laboração são totalmente desconhecidas: nada sabemos sobre *horti*, sobre a existência de áreas para flores ou perfumes, sobre ateliers especializados (de fiação e tecelagem, de trabalhos metalúrgicos, de fumeiros, de queijarias, entre outros exemplos), etc.

Na generalidade dos casos, temos muitas referências a “lagares”, mas as descrições são realmente muito poucas. Por exemplo, em Monte da Coelha (Estremoz), foi intervencionado um “pavimento de lagar com dois pisos” de chão em “argamassa de cimento”. Em Ovelheira (Elvas), também se refere um lagar, sem mais descrições, situação que também ocorre em Santa Vitória do Ameixial (Estremoz), que Luís Chaves interpreta como a base de obtenção da riqueza do sítio. Em Mascarro (Castelo de Vide), a escavação do Sector A incidiu em ambiente interpretado como um “lagar de vinho ou de azeite”, onde se encontrou um piso lajeado nas proximidades com dois tanques de meia-cana e uma canalização em granito. No mesmo sítio, o Sector C, com o seu nível de escórias e “borra de vidro”, poderia corresponder a um atelier de metalurgia. Em Sardos (Monforte), foi também realizada uma escavação de emergência em espaço presumivelmente de lagar, neste caso contíguo a um ambiente de tecelagem. Quanto a Monte da Nora (Elvas), o espaço de lagar era de pequenas dimensões e sem grande inovação formal: detectou-se o espaço da prensa e foram escavados dois tanques para contenção de líquidos. Aliás, além do caso de Monte da Nora, é relevante notar que nos povoados conhecidos os lagares estão sempre presentes: de norte para sul, temos em Barragem da Póvoa um compartimento onde se vê o encaixe para a vara do lagar e algumas depressões onde seriam depositados os recipientes contentores; e o mesmo panorama repete-se em dois dos povoados do Caia, Horta Nova e Monte das Freiras, com os alinhamentos das bases pétreas para o assentamento das varas e pesos. Portanto, todos os casos regionais desta tipologia de sítios, de povoados de tipo aldeia, têm estruturas de laboração.

Na área em estudo, o melhor exemplo de estruturas de lagar será Torre de Palma, um dos mais relevantes na *Hispania*, também por aqui se encontrar contíguo o espaço da *cella*

---

<sup>467</sup> Paço, 1953.

<sup>468</sup> Ver sobretudo as obras de Jean-Pierre Brun: 1997a, para a *Lusitania*, e 2004, para o Mediterrâneo.

*vinaria* ou adega. O complexo vitivinícola mereceu um estudo muito convincente<sup>469</sup> e, em leitura geral, assume a particularidade de, na sua adjacência entre lagar e adega, cumprir as recomendações vitruvianas<sup>470</sup>. A sua construção, durante o Baixo-Império (meados do século IV) marca indelevelmente a ascensão da *villa* enquanto grande complexo agro-pecuário. Note-se também que as sucessivas ampliações durante o século IV, e mesmo uma “notable augmentation” durante o século V<sup>471</sup>, mostram a forma como a propriedade intensificou e ampliou o seu âmbito e volume de recolha e transformação (ou então o vinho passou a dominar a vocação produtiva do local). Ou seja, em Torre de Palma documenta-se o perfil de exploração de uma grande propriedade fundiária que, em momento tardio, incrementa a sua aposta na produção vitivinícola, em volume tão elevado que conduz a uma continuidade na criação de espaços produtivos<sup>472</sup>.

Finalmente, a documentação referente às *evidências artefactuais e materiais de actividade agro-pecuária* é, como se calcula, de índole arqueológica e diz respeito aos elementos passíveis de serem relacionados com as produções agro-pecuárias.

São de vários tipos, consoante as finalidades que se pretendiam obter.

Começemos pelos materiais associados à produção de vinho, por beneficiarem de um inventário próprio<sup>473</sup>, que incidiu em três âmbitos: grainhas de uva recolhidas, alfaia agrícolas e pesos de lagares.

Começando por este último item, “pesos de prensa e bases de espremedura” vitivinícola, a consulta do “Inventário nº 2” então publicado pelo autor<sup>474</sup> resulta esclarecedora sobre a elevada densidade de sítios que, no Alto Alentejo, apresentavam indicadores: onze lugares com pesos, o maior número a nível dos distritos do território português<sup>475</sup>. À excepção de Alter do Chão (núcleo urbano), todos podem ser vinculados a *villae* de grandes dimensões e com evidente vocação agrícola, podendo estas ser relacionadas com outros indicadores produtivos que os locais apresentam.

Quanto aos dois outros itens, são apresentados conjuntamente<sup>476</sup>. Para a área em estudo apenas se cartografa a recolha de utensílios em Santa Vitória do Ameixial, mas Salete da Ponte deu a conhecer uma podoa proveniente da necrópole de Torre das Arcas (Elvas)<sup>477</sup>, havendo ainda um conjunto de utensílios agrícolas em ferro que se guardam no Museu Nacional de Arqueologia, provenientes de Torre de Palma, e outros de Silveirona (Estremoz). Posteriormente foi recolhida, em contexto de escavação, uma “*falx uinitoria*, alfaia destinada à poda de videiras, que também poderia ser utilizada para operações análogas em oliveiras, ou outras árvores de fruto” na Quinta das Longas<sup>478</sup>.

Olhando para o panorama geral, temos um quadro relativamente numeroso, que seguramente irá crescer à medida que a investigação prossiga e novas escavações recuperem

---

<sup>469</sup> Brun, 1997a: 66-67, 1997b, 2000, 2004: 291-294. O autor demonstra os paralelos com estruturas conhecidas na Itália e na Gália Narbonense. A estimativa dos volumes de produção e stockagem (1700hl) coloca a adega de Torre de Palma entre as de maior capacidade no Mediterrâneo ocidental. A área de vinha estimada para alimentar estes índices seria de 30 a 50 hectares.

<sup>470</sup> Vitruvio, VI, 6, 2. De acordo com as recomendações de Paládio I, XVIII, 1, o lagar deveria estar um pouco mais elevado na sua implantação, e a ligação entre os espaços fazer-se por uma porta, o que aqui também parece verificar-se. Também na orientação se observa o respeito pelos preceitos textuais: a *cella vinaria* deveria estar orientada a norte, o que a tornaria fria e quase obscura, ideal para a conservação do vinho (Vitruvio, I, 4, 2).

<sup>471</sup> Brun, 2004: 294.

<sup>472</sup> Dois “grands hangars à trois nefs” possivelmente para “stocker le vin produit par des dépendants du domaine”, embora a sua funcionalidade como espaço de armazém de outros produtos ou de estábulos não possa ser liminarmente excluída (Brun, 2004: 294).

<sup>473</sup> Carvalho, 1999. Indispensável também a análise do exposto em Fabião, 1998b.

<sup>474</sup> Carvalho, 1999: 381-383.

<sup>475</sup> Na altura os sítios recenseados foram: Meada, Tapada Grande, Tapada da Figueira, Vale da Manceba, Vale do Cano, Alter do Chão, Quinta das Longas, Torre de Palma, Correio-Mor, Silveira e Botafogo.

<sup>476</sup> Carvalho, 1999: 385-386.

<sup>477</sup> Ponte, 1986: 104

<sup>478</sup> Almeida & Carvalho, 2004: 382. Sobre as foices remeto para os exemplos listados no volume 2 de Ferdière, 1988: 50-54 (cereais) e 92 (poda).

mais evidências até ao momento esquecidas. A frequência de achados relacionados com a actividade vitivinícola é grande, de algum modo contradizendo a afirmação de Estrabão segundo a qual a *Lusitania* seria pobre em vinhos<sup>479</sup>. Pelo contrário, seguramente que esta região teria uma produção vinícola sólida, aproveitando as favoráveis condições pedológicas existentes, o que também ajuda a explicar o baixo índice de ânforas contentoras de vinho de importação que encontramos nos quadros de materiais já dados a conhecer<sup>480</sup>, confirmando-se assim o rápido declínio das importações de vinho itálico, quadro compaginável com o início da produção local<sup>481</sup>. Todavia, também é necessário notar que ainda não existem dados sobre volumes de produção e/ou períodos de vindima.

A oliveira era uma produção essencial, na Antiguidade Clássica, para os mais variados domínios do quotidiano, mas também recomendada pelo elevado rácio entre investimento e rentabilidade, visto que os custos de mão-de-obra e manutenção eram quase nulos<sup>482</sup>. Foi também a produção agrícola hispânica que atingiu maior volume de exportações, quer para Roma, quer para a Mauritânia ou para os exércitos estacionados no *limen* do Reno, do Danúbio e da *Britannia*, no âmbito da *annona militaris*. Finalmente, a sua presença na região é notável, estando ainda hoje a maior mancha contínua de olival da Europa situada entre os concelhos de Sousel e Estremoz<sup>483</sup>. Contudo, a sua análise confunde-se com a leitura que podemos fazer das produções vitivinícolas, dado que as evidências de exploração e os espaços de laboração seriam os mesmos, a menos que seja indiscutível a sua separação. Neste campo, o único elemento indiscutível, ou apresentado como tal, encontra-se na recolha de uma mó oleária na Quinta das Longas<sup>484</sup>. Um dado em falta, por exemplo, são caroços de azeitona identificados em escavações que permitam conhecer os consumos domésticos.

Impõe-se, portanto, a realização de uma análise conjunta a um campo específico. Porque numerosos são os pesos de lagar que se encontram junto ou nos próprios sítios arqueológicos. Sem que seja possível perceber se se tratam de pesos pertencentes a lagares de vinho ou de azeite, anotem-se as ocorrências existentes, juntando-as com os espaços de laboração noticiados:

Concelho	Sítio	Nº	Comentário
Alter do Chão	Casa de Alvalade	1	Peso depositado junto ao Monte da Porra
Arronches	Monte da Freirinha	1	Peso depositado junto à casa
	Coutada do Povo	1	Peso em contexto secundário
	Monte da Quinta	2	Ladeando o acesso de entrada ao Monte
	Belmonte	1	Uma lagareta rupestre junto ao sítio
	Porto das Escarninhas	1	No leito do rio
	Monte das Escarninhas	1	Elemento cilíndrico, talvez de vara
	Horta Nova	1	Compartimento com vara, possível lagar
	Monte das Freiras	1	Compartimento com vara, possível lagar
Avis	Entre Águas 1	1	Peso reaproveitado nos degraus da igreja
	Torre do Ervedal 8	1	Peso em moroiço de pedras
Campo Maior	Tapada da Pombinha	2	Deslocados para as casas
	Casarões da Misericórdia	2	Depositados junto ao Monte de Crasto.
Castelo de Vide	Chão Salgado	?	Informação não confirmada
	Poço de Marvão	1	Elemento reaproveitado na construção
	Mte Dr. Eugénio	3	Provenientes de Tapada Grande?

<sup>479</sup> Estrabão, (*Geog.*) III, 4, 2. Deixou-nos todavia a memória de que em determinada ilha do Tejo se encontravam belas vinhas (II, 3, 1).

<sup>480</sup> Almeida & Carvalho, 1998; Carneiro & Alves, 2011.

<sup>481</sup> Fabião, 1998.

<sup>482</sup> Columela, R. R. V, 8, 5.

<sup>483</sup> No final do século XIX a extensão seria ainda maior: assinala-se um “grand massif d’oliviers qui s’étend presque sans interruption d’Extremoz à Borba, Villa Viçosa et Alandroal” (Costa & Castro, 1900: 443). Note-se que a presença de olival era muito significativa na região: os mesmos autores referem que até à cota de 800 metros se encontravam olivais na área de São Julião (Portalegre).

<sup>484</sup> Almeida & Carvalho, 2004: 382.

	Tapada Grande	1	Fotografia em Rodrigues, 1975: 152
	Barragem da Póvoa	1	Compartimento com encaixe, possível lagar
	Tapada da Ameixoeira	?	Informação não confirmada
	Vale da Manceba	?	Informação não confirmada
Crato	Monte do Biscaia 2	1	Lagareta rupestre
	Sampaio	1	Lagareta rupestre
	Tapada da Colobra	2	Lagaretas rupestres
	Monte da Paiola	1	Informação não confirmada
	Monte das Braguinas	1	Depositado no adro das casas
	Couto dos Algarves	2	Lagaretas rupestres arrancadas
	Mato Silva	1	Peso e tanque depositados junto ao Monte
	Granja	1	Peso depositado junto ao Monte
	Monte de Marrocos	1	Um peso fragmentado
Elvas	St.ª Catarina	1	Depositado junto à igreja
	Silveira	1	Depositado junto ao Monte
	Pereiras	1	Depositado junto ao Monte
	Monte da Nora	1	Lagar com dois tanques e uma prensa
	Correio-Mor	2	De grandes dimensões, entrada do Monte
	Ovelheira	1	“Restos de um lagar” detectado
Estremoz	Mte da Coelha	1	“Pavimento de um lagar com dois pisos”
	S. V. Ameixial	1	Estrutura interpretada como “lagar de azeite” mas muito arrasada <sup>485</sup> .
Fronteira	São Pedro	2	Reaproveitados no arco da Igreja
	Lagar do Penedo (?)	?	Topónimo
	Almo	1	Elemento rectangular
	Porto de Melões	1	Peso talvez <i>in situ</i>
	Horta da Torre	1	Peso na Herdade de Merouços
	C. Mau Vizinho	1	Depositado junto ao monte
Marvão	Retorta	1	Na ribeira, talvez de sítio em Espanha
	Vale de Cano III	1	Depositado junto ao Monte
	Vale de Cano V	1	Possivelmente <i>in situ</i>
	Mouta Raza	1	Peso em elevação fronteira ao povoado
	Vale de Rodam	1	Peso reutilizado em muro
	Pereiro	1	Depositado junto ao Monte
	Monte Velho	?	Número indeterminado
	Patinha da Burra	2	Peso de lagar <i>in situ</i> ; lagareta rupestre
	Ranginha	1	Lagareta rupestre e um peso de lagar
	Vale de Luso	3	Três pesos de lagar; um espaço de lagar
	Ribeira do Lobo	?	Várias lagaretas rupestres, pias, pesos
	Estaca	5	Dois, talvez <i>in situ</i> junto a um sarcófago
	Vedeira	2	Reaproveitados em muro
	Relva	2	Dois pesos e uma pia
	Fonte de Souto I	1	Reaproveitado em construções das casas
	Pombais	1	Um peso de lagar
Monforte	Romacho	1	Depositado junto às casas
	Vale de Zebro	1	Reaproveitado em forno
	Monte do Azinhal	1	Depositado no Monte
	São Cornélio	1	Notícia de base de prensa
	Geod. Besteiros 1	1	Notícia de peso de lagar
	Sardos	1	Casal com peso e prensa de lagar
	Santo António	1	Depositado junto a moroiço
	Torre de Palma	1	De grandes dimensões, <i>in situ</i> em espaço de lagar
	Samarra	1	Junto ao monte; notícia de outros
	Mte das Brancas	1	De grandes dimensões junto à ribeira
	Torre do Curvo	1	Depositado junto à ribeira
	Aldinha	1	Fracturado e depositado junto ao Monte
Nisa	Horta do Vale	?	Notícia não confirmada
	Albarrol	1	Notícia não confirmada
	Fraguil	1	Um peso <i>in situ</i> em Raposeira
Portalegre	Mte da Cabeça	2	Notícia não confirmada
Sousel	Torre do Álamo	2	Em granito reaproveitados na Torre
Vila Viçosa	S. Marcos	1	Notícia de um lagar

Estes dados que agora se recolhem pela primeira vez de forma conjunta e tão sistemática quanto possível para a região permitem ampliar em muito o inventário

<sup>485</sup> Situação referenciada nas escavações realizadas por Luís Chaves, 1956: 73-75.

recentemente dado a conhecer<sup>486</sup>. É certo que alguns dos exemplares inventariados poderão pertencer a momentos posteriores, em especial no caso dos contextos rupestres. E também há que notar que não constituem uma leitura que deva ser vista como definitiva, pois representam o estado actual da investigação, com todas as assimetrias que já têm sido comentadas em outros capítulos. Finalmente, não mostram o real universo da época em causa, pois sabemos que muitas formas de exploração não deixaram evidência arqueológica<sup>487</sup>.

De qualquer forma, a cartografia dos dados é muito interessante. O comentário mais óbvio prende-se com a existência de um mapa de disseminação de evidências ligeiramente diferente do que poderíamos supor, em especial tendo em atenção a paisagem actual. É certo que se mantém a ausência de sítios no arco ocidental: apenas duas ocorrências em Avis, uma em Alter, e o vazio em Gavião e Ponte de Sôr. Mas é impressionante a inexistência de dados em Borba, terra de vinho e azeite de afamada qualidade, e a baixa expressão em Vila Viçosa (uma referência incerta) e em Estremoz (lagar em Coelha; dados não confirmados em Santa Vitória do Ameixial), áreas onde também encontramos hoje uma intensiva exploração destes produtos. Portanto, os concelhos da *zona dos mármore*s têm índices irrelevantes, nada concordantes com o que actualmente existe.

Onde encontramos mais dados? Em duas áreas geográficas distintas e com expressões qualitativas diferentes. Na zona do Guadiana: Elvas, Campo Maior e em franjas de Monforte e de Arronches. Aqui temos pesos de lagar, que aparentemente pertenciam a estruturas de laboração construídas e volumetricamente monumentais, a julgar pela dimensão de muitos dos pesos conservados: os maiores serão o de Torre de Palma<sup>488</sup> e os dois impressionantes que estão colocados à entrada do Monte de Correio-Mor. A outra área abrange parte do concelho do Crato, de Castelo de Vide e de Marvão. E o elemento mais curioso reside no facto de, salvo algumas excepções (sobretudo Braguinas e Granja no primeiro, além de Tapada Grande, no segundo concelho), aqui termos um elevado volume de lagaretas rupestres, bem como uma associação entre estas e/ou pesos de lagar a povoados de tipo aldeia. Ou seja, enquanto na zona do Guadiana temos evidências de laboração em contexto de grandes *villae* (com as excepções já referidas de Monte da Nora e dos povoados do Caia), no ambiente serrano temos um tipo de exploração mais (digamos) *rústico e artesanal*, menos vinculado a ambientes de grande aparato produtivo. Talvez por isso tenhamos em sítios como Estaca e Vale de Luso uma grande densidade de pesos de lagar, o que reflecte o incremento de uma produção espacialmente condicionada às limitações infra-estruturais existentes. É certo que ainda estamos longe de poder determinar o perfil económico de todos estes sítios, como já sucedeu em relação a outras províncias<sup>489</sup>, mas confirma-se assim a percepção empírica de, no global, este ter sido um território de fortíssima vocação agrícola, onde teríamos mesmo especializações sectoriais em alguns sítios, mas com uma acentuada diferenciação nos tipos e formas de produção entre as regiões do Guadiana e as pautas de povoamento da Serra de S. Mamede. Mas, em ambos os

---

<sup>486</sup> Peña Cervantes, 2010: 183: “Hemos catalogado, a partir de datos de prospección, 31 yacimientos con instalaciones de prensado en Beja, tres en Évora y diez en Portalegre.”. Para uma leitura geral ver o seu estudo de 2005-2006.

<sup>487</sup> Peña Cervantes, 2005-2006: 104, nota 3, pois “sistemas de prensado como la prensa de torsión o la prensa de cuña no dejarían huella arqueológica alguna. En el caso de la prensa de tornillo directa a no ser que el bastidor de madera aparezca anclado al suelo - y aún así sería difícil de detectar y arriesgado de interpretar arqueológicamente, ya que podría manifestarse como unos simples agujeros de poste - es posible que pase también desapercibida, ya puede estar realizada íntegramente en madera. Con las estructuras de pisado ocurre otro tanto: tan sólo si están realizadas en obra seremos conscientes de su existencia. [...] La existencia de una “producción silenciosa”, arqueológicamente hablando, impide trazar una visión real de la dimensión socioeconómica de estos productos.”

<sup>488</sup> Que tem a particularidade de ter sido sacralizado com uma cruz gravada no terço superior.

<sup>489</sup> O caso das *villae* de vocação vitivinícola, como existem na Narbonense e Tarraconense (AAVV, *Studies* 2007), onde a especialização produtiva levou à construção de grandes lagares e adegas em estreita relação com pequenos espaços residenciais, ou aos casos de *villae* oleícolas já intervencionadas e publicadas no norte de África (Gros, 2001: 340).

espaços, a disseminação de pesos de lagar e de espaços de laboração mostra a sustentação económica baseada nos frutos da terra e na sua transformação, provavelmente com intuítos exportadores.

Finalmente, o outro grande elemento da tríade mediterrânica apresenta muito menos elementos de análise: a produção cerealífera. Embora de tremenda relevância económica e simbólica, esta não parece ter sido a produção preferencial da *Hispania*, pois as províncias que tradicionalmente abasteciam Roma estavam situadas no norte de África e Sicília. É também a produção mais difícil de reconhecer do ponto de vista arqueológico, pela ausência de estruturas distintivas: arquitectonicamente não foi delimitado qualquer *pistrinum*, os fornos de cozer pão mencionados em Vitrúvio<sup>490</sup>, que implicariam áreas funcionais destinadas para amassar o pão, um forno e a presença de água, tal como também não temos evidência de nenhum *horreum* ou celeiro de armazenamento.

Um dado possível reside no número de mós que se encontram nos sítios arqueológicos; a sua contabilização, contudo, é quase impossível ou, pelo menos, requer evidentes cuidados. Na verdade, muitos são os sítios em que se registam elementos de mó, mas nem sempre resulta clara a sua utilização em componentes para obter a farinhação, e também devido ao elevado número de elementos fragmentados que impede uma contabilização rigorosa<sup>491</sup>. Acrescente-se ainda que dos elementos da tríade este é o menos referenciado nas fontes clássicas, embora a sua relevância esteja documentada de forma plena nas “pizarras visigodas” por se exigirem vários pagamentos em cereal<sup>492</sup>.

Regressemos à leitura geral sobre os produtos da terra. Um campo específico de análise reside nas alfaías agrícolas. Sobre Quinta das Longas já se mencionou a recolha de uma foice, possivelmente relacionada com o amanho das videiras, bem como uma outra peça encontrada em Torre das Arcas. Próximo destes sítios de Elvas encontra-se o mais relevante conjunto artefactual encontrado em escavações na área: na *villa* de Argamassas (Campo Maior) estavam, sob derrubes de telhado, uma associação de um escopro, um maço e uma foice (Sondagem 4), e também uma colher e um possível elemento de charrua (Sondagem 1). Nota-se, contudo, que o universo em análise é efectivamente muito escasso, faltando elementos que certamente terão sido encontrados em escavações como Santa Vitória do Ameixial<sup>493</sup> e Torre de Palma<sup>494</sup>, sobre os quais não temos informação.

No mundo funerário, temos o caso da sepultura 7.1. escavada em Outeiro do Mouro (Fronteira), onde dois pentes de cardagem foram depositados de forma cruzada, selando assim o depósito votivo. Note-se ainda o conjunto recolhido nas escavações da Lage do Ouro (Crato) e que demonstram a existência de uma comunidade muito vinculada à exploração agro-silvícola da envolvente: pelo menos um pedreiro, um carpinteiro, um lenhador e um agricultor ali foram tumulados. Finalmente, também de Torre das Arcas foi dada a conhecer uma foice para o corte de ervas de pasto ou de gramíneas<sup>495</sup>.

\*

Em resumo, juntando os diferentes vectores informativos que foram enunciados, conseguimos lançar algumas tendências de conjunto. Cartograficamente observamos que a presença de elementos relacionados com actividades agro-pecuárias se centra na zona em

---

<sup>490</sup> VI, 6, 5.

<sup>491</sup> Nas fichas de sítio respectivas menciono sempre os achados de elementos de mó.

<sup>492</sup> Chavarría Arnau, 2007: 80 “Además de para el consumo propio, los cereales y fundamentalmente el trigo (*triticus*) eran un producto básico para el pago de impuestos y rentas según reflejan - como ya hemos visto - algunas pizarras, que incluyen largas listas de nombres que pagan modios y sextarios de trigo a un determinado individuo.”

<sup>493</sup> Luís Chaves (1938: 32) enumera alguns achados, mas deles nunca foi dada notícia circunstanciada: “Na zona da parte agrícola apareciam instrumentos de lavoura: a *pala*, enxada redonda, em ponta ou de gume recto; o *sarculum*, sacho quadrado ou triangular; o *malleus*, martelo com cabeça e *rostrum*, ou gume; a *dolabra*, espécie de picareta [...]. A relativa abundância de foices prova ainda mais e melhor a colheita do pão.”

<sup>494</sup> Algumas peças foram dadas a conhecer no catálogo coordenado por Adília Alarcão (1997), tendo alguns outros exemplares sido expostos na Igreja da Madalena, em Monforte, mas nenhum estudo específico foi dedicado à colecção que terá sido encontrada nas várias campanhas de escavação realizadas.

<sup>495</sup> Ponte, 1986: 104.

torno a *Ammaia* – concelhos de Marvão e Castelo de Vide, com um prolongamento para Crato – e na área da bacia do Guadiana, no arco de Arronches, Campo Maior e Elvas, com prolongamentos interiores até Estremoz, Monforte e Fronteira. Contudo, as duas regiões apresentam distintas vocações produtivas: povoados com pequenos lagares e espaços produtivos de acentuado cariz rupestre, talvez comunitários, no primeiro caso, e evidências articuladas em torno de grandes *villae* com estruturas que denunciam grandes volumes de produção e uma agricultura extensiva em estabelecimentos geridos por um *dominus*, no segundo caso. Quanto mais caminhamos para o interior, menos informação detemos, o que é compaginável com a progressiva desarticulação das redes de povoamento quando entramos para as *terras de areia* e possivelmente com a passagem para modelos produtivos mais arcaicos, *pastoris* e vinculados a uma prática agrícola menos elaborada. Mais uma vez reflecte-se, assim, o quadro do povoamento antigo, mas também as assimetrias a nível da investigação. Reflecte também a própria limitação do *poder civilizador* romano que, tendo introduzido profundas alterações nos volumes de exploração, não terá radicalmente alterado as formas e modos de trabalhar a terra<sup>496</sup>, pelo que os condicionalismos ecológicos de base foram inultrapassáveis, somando-se ao necessário apego às arcaicas formas de trabalhar as terras que a população indígena conservaria<sup>497</sup>. Ou seja, Roma aumentou a escala de produção, não pela via dos desenvolvimentos técnicos e/ou das elaborações teóricas (que seguramente foram valiosos, mas de contributo menos expressivo), mas sobretudo através do ganho de novas terras e desenvolvimento demográfico. Contudo, os limites à expansão tiveram sempre fronteiras bem marcadas. Mesmo no interior das áreas mais povoadas e exploradas existem zonas de vazio que correspondem, grosso modo, a áreas de menor aptidão agrícola ou acidentes topográficos que nunca foram vencidos, o que se nota também em áreas que nunca foram colonizadas por não concederem condições para obter um rendimento adequado.

Seguramente que a base de sustentação económica comum assentava nas produções de cereais, oliveira e vinha. Os indicadores presentes são quase em exclusivo destes tipos<sup>498</sup> – o que, paradoxalmente, não permite descolar a análise do domínio da *triade mediterrânica*. Para outros produtos, nomeadamente as hortas e pomares tão louvados pelas fontes do século XVIII, a informação é residual.

## 5.2. Pedreiras e minas

Na exploração dos recursos do subsolo deveremos fazer uma distinção fundamental entre os materiais pétreos e os materiais metálicos.

Tradicionalmente pensava-se que o interesse romano recaiu principalmente nos segundos, ficando a exploração das rochas mais remetida ao âmbito local/regional. Esta premissa está actualmente posta em causa pelos avanços da investigação, sobretudo a partir do momento em que as análises mineralógicas e petrográficas evidenciaram a enorme extensão dos circuitos de circulação em época romana. Todavia, foi construída tendo por base, por um lado, uma leitura excessivamente empírica e pouco profunda da realidade, mas também por um olhar complacente face à realidade histórica em causa, ou seja,

---

<sup>496</sup> Entre outros textos possíveis, remeto sobretudo para Saez Fernandez, 1987, pela confrontação que o autor pôde realizar entre a realidade arqueológica peninsular e as descrições feitas por autores que viveram nesse mesmo espaço.

<sup>497</sup> Invoco também uma passagem de um texto de Carlos Fabião (1999-2000: 8) pelo que contém de revelador sobre o modo como as comunidades que vivem no campo perpetuam formas de interagir com o meio que resistem aos novos modelos sociais, por mais fortes que sejam: “O mundo rural, feito de atavismos, de gestos repetitivos e tão profundamente ligado a práticas artesanais absolutamente estranhas à mecanização actual transmite de facto a noção de um mundo atemporal, imóvel que sempre assim esteve quase desde a Antiguidade. Acresce que a tecnologia agrária conservou, literalmente até hoje, traços que remontam a distantes Eras.”

<sup>498</sup> Com uma excepção entre si, pois os modos de avaliação de produção de cereais restringem-se quase em exclusivo às mós, a silos e a celeiros (o *horreum*) enquanto para a vinha e azeite temos os pesos de lagar, alfaías agrícolas, as estruturas construídas de transformação e armazenamento, e ainda as ânforas, contentores cerâmicos que documentam, pelo menos, a importação para consumo sumptuário.

julgando que o mundo romano seria pouco capaz de proceder a uma exploração em larga escala deste tipo de recurso económico.

Finalmente, radica também sobre uma deficiência de leitura. Na verdade, o termo latino para material pétreo de construção usado em elementos mais nobres é *marmor*, correntemente equiparado ao nosso mármore, mas que, na verdade, designa toda a pedra que pode ser lapidada e empregue em aplicações mais luxuosas (adquirindo brilhos e tonalidades após polimento, o que permitia a sua utilização por si só ou em combinações várias com outras pedras), ou seja, engloba outras matérias como pórfiros, alabastro, ou mesmo granitos, basaltos, xistos e calcários, entre outros.

Note-se ainda que, quer as pedreiras, quer as minas, exigiam uma complexa infra-estrutura de apoio, que deveria providenciar matérias-primas e equipamentos para a laboração. Se a mão-de-obra para o trabalho de extracção poderia ser de baixa qualificação e exigir pouco dispêndio na manutenção, numerosos trabalhadores especializados que procediam ao talhe e desbaste de blocos pétreos ou à redução de minério requeriam instrumentos adequados e volumes de pagamento condizentes com a sua qualificação<sup>499</sup>. A leitura do universo infra-estrutural que orbitava em torno das minas e pedreiras falta-nos quase em absoluto.

### 5.2.1. As pedreiras e a exploração dos recursos geológicos

O Alto Alentejo dispõe de dois recursos estratégicos fundamentais no tocante às matérias-primas pétreas. Uma reside nas pedreiras de cantaria, que serviram de fonte de abastecimento para as construções e estruturas arquitectónicas, em âmbito urbano, mas também rural, que se vão erguendo um pouco por toda a parte. A outra fonte indispensável reside na existência de um elemento económico de excelência para a província, mas também para o Império: os recursos marmóreos do anticlinal de Estremoz, indispensáveis para os revestimentos e ornatos decorativos. Em ambos, os problemas são comuns: a dificuldade de determinação de quais os pontos de extracção que foram explorados na época em estudo, e não em momentos posteriores, dado que apenas por elementos muito particulares, e geralmente indirectos, se pode ganhar essa certeza, nomeadamente em achados de materiais arqueológicos que sejam encontrados junto aos locais de laboração. De um modo geral, as técnicas de talhe e extracção mantiveram-se inalterados até ao século XIX, pelo que é muito difícil discernir a que momento pertence qualquer evidência. O segundo problema, ligado precisamente com a industrialização da actividade extractiva que, a partir desse momento, se verifica, radica na posterior laboração nos locais explorados em época romana, que foram apagando e destruindo as evidências anteriores dada a natureza, digamos, *antropófaga* dos trabalhos em pedreiras.

Antes de mais, um ponto prévio, já bem conhecido: dada a ausência anterior de um *saber-fazer* e de uma monumentalização, não apenas arquitectónica, mas também nos programas decorativos<sup>500</sup>, é com Roma e com a implementação da *paisagem Imperial* em âmbito urbano e rural que este processo se inicia. Apesar de pontuais formas de aproveitamento destes recursos, a apropriação, com sólidos métodos de planeamento e de trabalho, que Roma empreende, constitui, neste como em outros domínios, uma ruptura esmagadora com o que até aí se fazia<sup>501</sup>. Note-se, contudo, que sobre este tema se torna

---

<sup>499</sup> Para um estudo integrador ver a obra de Alfred Michael Hirt (2010).

<sup>500</sup> Consulte-se o texto de Roldan Gomez, 2007, que demonstra como os exemplos peninsulares encontram-se todos em áreas exteriores à *Lusitania*.

<sup>501</sup> A escultura pré-romana no território português é um fenómeno muito localizado, dependente de tradições culturais muito específicas e, claro, da matéria-prima disponível: em extensas áreas peninsulares não existe tradição escultórica ou arquitectónica dada a fragilidade do substrato geológico existente (como nas áreas de xisto ou nas planícies aluvionares, por exemplo). Para além destas contingências, existe ainda a dinâmica histórica, que em certas áreas leva à produção de elementos específicos: no norte peninsular as esculturas de berrões e de guerreiros castrejos em granito, e também na cultura ibérica do Sudeste, onde se esculpem estátuas em pedras mais brandas, são exemplos particulares. Em mármore já se conheciam alguns elementos



verdadeiramente ruidoso o silêncio das fontes escritas, que parcas e episódicas referências dedicam a uma actividade que, em especial na laboração marmórea, terá sido central para a península<sup>502</sup>. E a talhe de foice, mencione-se ainda que o panorama para esta zona é escasso também no domínio epigráfico. Não temos qualquer elemento de valor semelhante à conhecida epígrafe que menciona a *Statio Serrationum Augustorum*<sup>503</sup> ou a dedicatória a *Lucius Alfius Lucanus* dos seus *compagani marmorarienses* em Almaden de la Plata<sup>504</sup>, como sucede na *Baetica*. Este tipo de menções é muito importante para percebermos a organização das explorações e o seu impacto nas redes de povoamento, como se compreende. Para esta área regional, embora um pouco mais a sul, apenas conhecemos o caso de *Hermes*, que se auto-nomeia *servus marmorarius* e se identifica como escravo de *Aurelia Vibia Sabina*. A epígrafe foi encontrada junto ao santuário de *Endovelico*<sup>505</sup>, e poderá documentar uma realidade igualmente mal conhecida e que consistia, não na extracção em pedreiras, mas em oficinas de um *lapidarius* que junto ao santuário faria a gravação dos nomes dos dedicantes das aras.

Consideremos então dois tipos de recursos. Um, as pedreiras de cantaria ou silharia, onde se processava a extracção de pedra para construção. O outro, as pedreiras de rochas decorativas. Em ambos a leitura é dificultada pelo facto de não existirem estudos de proveniência geológica isotópica que tenham sido dados a conhecer, e realizada a ponte entre os locais de extracção e os de consumo ou utilização.

No primeiro universo, temos poucos dados de análise. Em vários locais existem afloramentos que poderão ter servido de ponto de extracção para empreendimentos próximos, como se calcula que tenha acontecido na relação entre a *villa* de Quinta das Longas e o sítio de Pombal (Elvas)<sup>506</sup>. Um caso de maior vulto ocorreu na pedreira de Pitaranha<sup>507</sup> (Marvão), onde as evidências de extracção são muito grandes e extensas. Outra

---

escultóricos soltos no território peninsular, encontrados em contextos exógenos muito especiais: os sarcófagos fenícios de Cadiz ou o Esculápio grego de Ampurias.

<sup>502</sup> Os textos clássicos que se referem aos materiais pétreos são escassos. Plínio (*Nat Hist*, XXXVI, 14 e 48) e Estrabão (*Geog.* V, 222) aludem ao início da exploração das pedreiras de mármore em Luni e Carrara, coincidindo com o início da *marmorização* de Roma, como o testemunha a célebre frase de Suetónio (*Aug.* XXVIII). Estamos no início do século I d.C., e embora a cidade já utilizasse materiais pétreos nobres nas suas construções, é agora que se inicia a exploração em escala verdadeiramente industrial, passe o anacronismo. Durante o Império as menções literárias são muito escassas, se exceptuarmos as indicações nas listas de inventários do final do Império (com Constantino), embora estas sejam esquemáticas. Temos menções indirectas, como as *Naves Lapidariae* mencionadas por Petrónio (*Sat*, 117, 12) e que serviam para o transporte dos blocos. Para a *Hispania* as referências são ainda mais escassas. Plínio enumera-nos um conjunto de produções de vários pontos: temos a pedra com veios na região de Munda (*Nat. Hist.* XXXVI, 134), a *lapis specularis* ou selenite de *Segobriga* (*Nat. Hist.* XXXVI, 160), uma cidade para a qual existe uma abundante representação de escravos na epigrafia, a magnetite na Cantábria e a obsidiana na costa ocidental (*Nat Hist*, XXXIV, 148 e XXXVI, 127). Como já foi mencionado no capítulo próprio, mais por curiosidade, refere o achado, na serra de São Mamede, de um cristal de dimensões incomuns, em lugar onde se exploravam gemas (XXXVI, 197). Diz-nos que na Península havia pedreiras de mármore (XXXVII, 24 e XXXVII, 127) mas nada nos refere sobre a sua importância e utilização. Diga-se aliás que não deixa de ser notável que sobre as produções marmóreas da Península, de tão grande utilização no mundo romano, não exista uma única linha ou referência literária.

<sup>503</sup> CIL II 131, 132 (Itálica, Sevilha). Situa-se junto a um rio onde chegaria o mármore da pedreira, de onde provem quase todo o material utilizado no programa de construção urbano.

<sup>504</sup> CIL II, 1043, especialmente preciosa pela indicação indirecta de um *Pagus marmorensis*.

<sup>505</sup> IRCP nº 497. Note-se contudo que os termos utilizados para designar quem trabalha com a pedra são *marmorarius*, *lapidarius* e *artifex*, de forma indiscriminada e independentemente da pedra com que se trabalha. Portanto a primeira designação não se aplica exclusivamente ao mármore. A oficina do *faber marmorarius* assistia à produção de uma cadeia operativa que, em geral, não era diferenciada, nem em termos de vocabulário, nem em termos de operários. Ou seja, a extracção, o talhe e as primeiras esculturas eram feitas geralmente pelos mesmos operários e por isso recebiam também designações comuns. Os materiais utilizados eram também os mesmos na mineração e nas pedreiras, e são muito semelhantes aos da actualidade: picareta, cunhas de cabo, marretas, martelos de talhe, picão, enxó, picadeira, escopro ou cinzel, ponteiro. Vitruvio (X, 2) refere algumas máquinas de elevação, as *machinae tractores*.

<sup>506</sup> Almeida, 2000: nº 19.

<sup>507</sup> Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: ficha nº 149.

situação ocorre em Horta Nova (Borba), onde a exploração moderna tem incidido sobre os mármore, deixando livre uma pedreira onde foi extraída pedra para construção, deixando à vista os característicos escalonamentos derivados da extracção dos blocos<sup>508</sup>. A proximidade à *villa* de Nogueiras, onde os blocos de talhe proliferam à superfície, é evidente. Mais interessante seria a percepção da relação entre estes dois pontos e o sítio vizinho de Horta do Forte, onde um grande recinto, talvez da Idade do Ferro, está presente, pois seria interessante perceber se este local foi aqui implantado devido a uma qualquer percepção estratégica da importância do mármore ou da pedra de cantaria.

No segundo universo, temos a laboração no anticlinal de Estremoz<sup>509</sup>. O mármore branco era particularmente apreciado pelo facto de ser uma cor rara na natureza. O mármore de Estremoz é aquele que na *Hispania* apresenta melhor qualidade, de uma grande pureza e suavidade, que permite um excelente trabalho de talhe e polimento e com uma brancura que, com o tempo, adquire uma patina de tom marfim. Ainda no anticlinal de Estremoz, os mármore de Pardais e Rio de Moinhos são mais escuros dada a presença de grafite, o que os tornou muito valorizados porque apresentam os característicos veios de um subtil rosa ou cinza. Mas em todo o anticlinal, com os seus 40km de extensão no sentido noroeste/sudeste por cinco a sete de largura, encontramos uma paleta de tons de enorme variedade cromática e distintas purezas de grão. No terreno, a laboração apresenta vestígios *in situ* apenas na pedreira de Lagoa (Vila Viçosa), onde negativos de extracção e marcas de cunha se conservam precisamente na zona de maior qualidade para a utilização arquitectónica. Em Vigária alguns blocos informes foram poupados e, junto a Pardais, as memórias da presença romana ainda subsistem entre a população. Se, na maior parte dos terrenos, a laboração posterior apagou vestígios, resta ainda realizar prospecções intensivas nos concelhos de Estremoz<sup>510</sup>, Borba e Vila Viçosa (três municípios que não dispõem de um levantamento arqueológico exaustivo) para que alguns vestígios subsistentes possam ainda ser registados.

No local de extracção a peça nunca ficava com a forma definitiva, mas apenas esboçada. Os retoques finais e a personalização de alguns elementos – como as cabeças das estátuas – eram finalizadas em ateliers nos locais de destino. O esboço facilitava o transporte, ao eliminar matéria inútil, mas servia também para verificar se o mármore era denso e apto para o talhe. O melhor exemplo deste fenómeno reside no conjunto de testemunhos da pedreira da Herdade da Vigaria, em Vila Viçosa, onde foram encontrados alguns elementos inacabados: sarcófagos e um togado testemunham o modo como estas peças eram esboçadas, de modo a facilitar o seu transporte e a aligeirar o peso. Todavia, como aconteceu nestes casos, algo podia correr mal: as linhas de fissura naturais foram expostas pelo talhe, levando a uma fragmentação das peças que as inutilizaram para a finalidade pretendida e motivaram o seu abandono no local. Ora toda esta cadeia operativa implicava que no terreno existissem variados tipos de trabalhadores: aqueles que extraíam os blocos, em trabalho duro, pesado mas de grande exigência e rigor, pois era necessário conhecer o tipo de estratificação do bloco para que ele não fracturasse no momento do arrancamento; e os escultores e lapicidas que procediam ao talhe e à preparação, trabalho efectuado ainda com mais cuidado para que a peça não se perdesse irremediavelmente.

No que toca à regulamentação da exploração, a ideia de um *pagus marmorarius* no anticlinal de Estremoz é deveras sugestiva. Sabemos que Augusto criou um monopólio

---

<sup>508</sup> Na década de 80 do século XX a situação seria substancialmente mais rica, pois segundo informação de Jorge de Oliveira, neste local encontravam-se ainda mós inacabadas, colunas e um pé de altar visigótico. Estes elementos móveis foram entretanto retirados. Junto à *villa* de Nogueiras encontra-se ainda uma grande laje de mármore esboçada.

<sup>509</sup> Próximo geograficamente está a pedreira de Alconera, em Badajoz, com um mármore mais rosado ou violeta de onde foram extraídas as colunas do teatro romano de Regina. As pedreiras situam-se mesmo no limite das províncias da *Baetica* e da *Lusitania*, junto à estratégica “Vía de la Plata” de tempos imemoriais.

<sup>510</sup> Justino Maciel (1998: 236-237) indica um sítio na freguesia da Glória em Estremoz, denominado Pedreira do Regoto, onde se encontrariam desperdícios da exploração de mármore e um bloco onde se iniciou o talhe para dois sarcófagos. Não foi possível confirmar esta informação nem encontrar o topónimo.

estatal na exploração marmórea, com uma política rígida que foi também seguida por Tibério, cronologia que podemos estimar para a exploração nesta região, tendo em conta também as necessidades de abastecimento para os programas decorativos então em marcha na capital provincial<sup>511</sup>. As grandes obras públicas alimentariam este fortíssimo investimento, que necessitaria de um enquadramento rigorosamente planificado e de uma rede de apoio, a que objectivamente não é alheia a construção da via XII, já apelidada de “rota dos mármore”<sup>512</sup>. Seguramente que, em Estremoz, o investimento foi considerável, ficando a imensa obra hidráulica do Tanque dos Mouros (Estremoz) e a sua rede de condutas anexas como um testemunho dessa realidade. O ponto de povoamento ali próximo, longo nos seus vários hectares de extensão, e junto ao itinerário da via XII, corresponde a um povoado inserido neste *pagus*, que teria exemplos paralelos na área de Bencatel (Vilares da Galharda, Aldeia das Freiras, eventualmente Vigária) e Pardais (S. Marcos e Fonte Soeiro), onde temos áreas de materiais de superfície que se estendem por hectares. Falta-nos uma noção da área de Borba, em especial de Barro Branco, para ajudar a compor a leitura global destas zonas. Mas como nos capítulos concelhios se (d)escreve, nestas zonas o quadro de povoamento muda e, com raras excepções, distancia-se das *villae*, constituindo-se largos povoados onde os blocos informes de mármore dominam o registo de superfície, com genérica ausência de elementos de requinte ou de importação (as cerâmicas, por exemplo, apenas estão presentes em Horta Nova, motivo pelo qual se propõe a sua classificação como *villa*). Alguns dados desconexos, que apontam para espaços que seriam públicos (templos e balneários termiais, como em Aldeia das Freiras e Vilhares da Galharda, em Bencatel), possibilitam a hipótese da existência de autênticas aldeias com equipamentos, mas infelizmente nestes territórios nem uma única necrópole foi detectada, de modo a percebermos efectivamente a identidade e o perfil de quem habitou estes espaços. Noto contudo que em torno a Bencatel conhecem-se várias epígrafes funerárias, diversificadas, o que não deixa de ser relevante.

A exploração em âmbito doméstico seria uma realidade. Em outras áreas tal já foi comprovado, como na *villa* de l’Enova (*Saetabis*), onde uma pedreira de mármore se identificou nas imediações da casa, ou o mais próximo exemplo de Colaride (Sintra), com zonas de extracção e escombrelas próximos de um ponto de povoamento<sup>513</sup>. Em outros pontos foram encontradas evidências de talhe e transformação de blocos pétreos junto ao local de destino e utilização<sup>514</sup>. No caso em apreço, todavia, os dados são mais raros. Em Borba, a superfície do terreno da *villa* das Nogueiras está juncada de blocos informes, bem como de alguns elementos extraídos e picotados, o que faz supor que uma das valências deste local fosse também a exploração marmórea das pedreiras ali próximas. No pólo oposto, temos a epígrafe de Mascarro (Castelo de Vide), uma ara votiva que terá sido gravada no próprio local de destino, contrastando a fruste gravação com a correcção formal

---

<sup>511</sup> Cisneros Cunchillos, 1988a, com uma listagem exhaustiva, e 1988b; 1997.

<sup>512</sup> Almeida & Carvalho, 2004. É interessante notar que o traçado da via afasta-se da zona do anticlinal logo após a área da Glória e do Tanque dos Mouros (Estremoz), porque as dobras geológicas do anticlinal ocorrem no sentido noroeste-sudoeste, enquanto a via tem de progredir para nordeste, no sentido da capital provincial. Portanto a via passa ligeiramente a norte, sendo a circulação assegurada por uma rede de pequenos caminhos que circulam no sentido dos constrangimentos geológicos, acompanhando as linhas de fecho.

<sup>513</sup> Sem contradizer o que ficou expresso em anterior nota, refira-se que a pedreira de Colaride parece ter tido uma laboração ainda em época pré-romana: recolha de cerâmicas cinzentas da Idade do Ferro e de Campaniense B e de dois fragmentos de *terra sigillata* itálica, além de uma moeda republicana (22-21 a.C.). Ver Coelho, 2002.

<sup>514</sup> Talvez o caso mais relevante na Península da utilização de materiais de contexto doméstico em meio rural provenha de La Vega, Albacete (Sarabia Bautista & Muñoz Ojeda, 2004-2005). Aqui, num espaço aberto no meio de um pátio foi encontrado, em escavação de emergência, uma acumulação de blocos de mármore por trabalhar que no total atingia os 500kg. O conjunto, datado do século II, apresenta uma particularidade muito relevante: grande parte da percentagem de mármore provém do norte de África, nomeadamente a variedade *giallo antico* de Chemtou, próximo de Tunes, o que indica a presença na península de uma importante viragem: no século II os artesãos e o próprio mármore já provêm sobretudo do norte de África e cada vez menos de Itália ou do mundo helénico, como acontecia no século I.

do suporte pétreo. Neste raro exemplo, entrevemos a imensa distância entre o ponto de extracção e o destino final, onde por vezes as competências técnicas eram radicalmente distintas.

Quanto às utilizações nos sítios de recepção.

Sobre este universo o quadro de conhecimentos é ainda menor, em parte devido às dinâmicas da ocupação subsequente dos sítios. Ou seja, muitos programas decorativos foram removidos ou pilhados, fosse pelo seu valor artístico, fosse pela matéria-prima, como no caso do mármore, que muitas vezes era utilizado para o aproveitamento da cal, como seguramente terá ocorrido na Quinta das Longas (Elvas), com a ausência dos revestimentos mármoreos da *pars urbana* e do espelho de água a serem explicados por esta situação, como ainda a ausência de parte do programa escultórico do ninfeu e a cuidada arrumação dos elementos sobreviventes a indicarem que estes deveriam sofrer o mesmo destino. Não podemos esquecer também as reutilizações em momentos tardo-antigos, como testemunhado no belíssimo friso decorativo, com folhas de acanto, que é reaproveitado para a epígrafe de *Talassa*, situação ocorrida em Silveirona (Estremoz)<sup>515</sup>.

Para a *villa* de Torre de Palma (Monforte) foi realizado um estudo apenas para os revestimentos marmóreos<sup>516</sup>. Os dados são muito curiosos, por se tratar de um local próximo do anticlinal de Estremoz. Na realidade, a utilização do mármore só é feita após o grande programa construtivo do século III, ou seja, na primeira fase, a que corresponde a “casa de átrio”, estes materiais encontram-se ausentes. Nesta primeira fase a matéria privilegiada parece ser o granito rosa que era trazido das próximas pedreiras de Monforte e Barbacena. A partir dessa época, a aplicação faz-se em elementos de elevada monumentalidade, como as colunas de dois metros de altura da “casa de peristilo” ou a arquitrave que pertenceria a um edifício de grandes dimensões. Estes materiais do século III teriam uma requintada qualidade de talhe e escultura, enquanto as aplicações na basílica do século IV já denunciavam uma grande imperfeição, que poderá ser devida à perda de técnicas ou simplesmente a um menor poder aquisitivo do proprietário mais tardio. Da mesma forma, os materiais marmóreos, aplicados na segunda fase da basílica, a partir de 360, deixam de ser de mármore branco de Estremoz para ser em mármore cinza azulado. Todavia, a construção do complexo do baptistério volta a utilizar o mármore branco, com assinalável qualidade de talhe. Ainda de acordo com o referido estudo, a inexistência de restos de exploração no sítio arqueológico implica que estes elementos já aqui chegariam na sua forma final.

Nesta área geográfica, outra *villa* que mereceria uma reavaliação seria Santa Vitória do Ameixial, com um impressionante conjunto marmóreo, em especial ligado a espaços de contenção e de circulação de água (espelhos de água, fontes), que naturalmente seriam obtidos em Estremoz. O sítio fica precisamente na extremidade norte do anticlinal, em cujas proximidades voltamos a ter um exemplo, na excelente qualidade de talhe e notável trabalho escultórico registado nos mármoreos de Silveirona.

Em termos cartográficos, a utilização de elementos de mármore encontra-se, mais uma vez, circunscrita a duas manchas: a sul, entre Elvas e Estremoz. Outra em torno à cidade de *Ammaia*, nos concelhos de Castelo de Vide e Marvão, em algumas das grandes *villae* que por aqui encontramos. Fora destas zonas a utilização da mais preciosa pedra ornamental é raríssima.

### 5.2.2. As minas

Quando pensamos na exploração metalífera no Alto Alentejo, a primeira impressão radica na profusão de recursos localmente disponíveis. A região é abundante em afloramentos passíveis de exploração, embora nenhum estudo sistemático com recurso a prospecções direccionadas tenha sido feito até hoje. Todavia, em alguns momentos captaram a atenção de particulares que se propuseram explorá-los: quando consultamos as

---

<sup>515</sup> Cunha, 2008: 185.

<sup>516</sup> André, 1997.

fichas individuais do *Dicionário* de Victorino d'Almada, respeitantes aos topónimos do concelho de Elvas, contabilizamos um número inesperadamente elevado de pedidos de exploração feitos por particulares. É no entanto necessário ter em consideração que, salvo excepções muito localizadas, a rentabilidade dos recursos é genericamente baixa, pois não ocorre na região qualquer grande filão ou jazida de maior vulto.

Seja como for, o estudo da exploração das minas é posto em causa – como também sucede com as pedreiras – pelos trabalhos posteriores que, pelo menos nos filões de maior escala, levaram ao apagamento das realidades que as laborações de meados do século XX encontraram.

Em momentos anteriores, um foco de mineração seguramente existiria em regiões próximas, como surge comprovado em algumas passagens das fontes clássicas<sup>517</sup>. Mas, quando tratamos de uma entidade tão complexa como o Império romano, o primeiro critério que temos de considerar reside na *racionalidade económica*. Aqui temos também um problema de escala de exploração, pois esta poderia funcionar a diversos níveis, com os pequenos filões sendo entregues a particulares, enquanto os recursos estratégicos receberiam um enquadramento mais institucional, essencialmente por questões fiscais. Seguramente que nas primeiras explorações, de âmbito familiar ou de pequenas dimensões, o seu *rasto arqueológico* é infinitamente menor ao deixado pelos grandes coutos mineiros de exploração estatal. E, centrando-nos no primeiro caso, o que temos de questionar reside na *aproveitabilidade* dos pequenos filões, ou seja, se estes suportavam a actividade de pequenas unidades de povoamento por inteiro, ou se estas teriam de adoptar posturas económicas de recolhas de maior espectro para prover à sua subsistência. Quero com isto dizer que não temos suficientes dados sobre a existência de “povoados mineiros”, enquanto sítios especializados cuja actividade foi em exclusivo a mineração. E, no registo arqueológico de superfície, não temos forma de ler se este perfil ocupacional efectivamente ocorreu na área em estudo, pois as únicas evidências são os escoriais, muitos deles impossíveis de atribuir de forma inequívoca à época romana. Seja como for, constitui uma boa base de partida, esta separação que podemos criar entre pequenas explorações com pequenos sítios associados face aos grandes complexos de exploração com jazidas e povoados.

Começamos por este último ponto, pois nesta área regional situa-se parte significativa do grande complexo de extracção aurífera da bacia hidrográfica do Tejo<sup>518</sup>.

As riquezas do *aurífer Tagus* foram louvadas por diversos autores<sup>519</sup> e, por meio das menções indirectas de Estrabão, conseguimos perceber que desde momentos muito precoces da presença romana, seria já um recurso em exploração. Todavia, sobre os sítios de Nisa, em particular o Conhal do Arneiro, não temos evidências sobre as formas e ritmos de exploração, embora pareça evidente pela magnitude das escombreyas a elevada escala em que a laboração decorreu. Ainda a propósito das fontes literárias, é necessário contudo recordar que (tal como com as evidências arqueológicas) são ainda demasiado imprecisas de modo a serem conjugadas com o grau actual da investigação (sendo naturalmente o

---

<sup>517</sup> Por exemplo, a menção às taças em ouro e prata de que Viriato se servia, como mencionado por Diodoro (33,7,1), ou as indicações de Plínio sobre as braceletes em ouro envergados pelos Celtiberos (*Nat. Hist.* 33, 39), que comprovam os testemunhos arqueológicos. Curiosa a expressão empregue por Leonard Curchin (1996: 178), quando afirma que “La minería prerromana en España en su mayor parte no fue otra cosa que arañar la superficie”, embora saibamos que os recursos hispânicos motivaram a presença na península de fenícios, gregos e púnicos antes da presença romana.

<sup>518</sup> Domergue, 1987: 493.

<sup>519</sup> Remeto para a nota 46 em Domergue, 1990: 8 onde se elencam Catulo, Ovidio, Virgílio, Juvenal, Pomponio Mela (que acrescenta pedras preciosas que também o rio arrastava), Plínio, Séneca, Lucano, Marcial, Estacio, Claudiano, Prudêncio, Rutilio Naumatiano, Marciano Capella, Jordão e Isidoro, além de vária legislação, mostrando como esta abrangência temporal de autores evidencia, mais do que um *topos* literário, a efectiva existência de um recurso estratégico. Almícar Guerra (1995: 130) situa em “mais de quarenta” as referências “ao longo de toda a literatura latina” (os comentários do autor com enumeração das fontes estão nas pp. 130 e 131). Plínio-o-Velho menciona explicitamente que *Tagus auriferis harenis celebratur* (4,115) indicando estas ressonâncias autorais que já tinham uma tradição consolidada no tempo em que escreve (séc. I d.C.). As mais completas referências textuais encontram-se em TIR J-29: 149, *Tagus Flumen*.

inverso também válido): note-se a menção estraboniana ao “país dos Ártabros”, que marcaria o limite de uma zona mineira que se iniciava precisamente no *aurifer Tagus* e na qual se obtinham ouro, prata e “outros metais”<sup>520</sup>, e continua a ser para nós quase impossível de localizar. Quanto a Plínio-o-Velho, refere que no leito do Tejo se colhiam pepitas<sup>521</sup>, testemunhando um processo de recolha que não deixaria vestígios do ponto de vista arqueológico.

Da mesma forma, o silêncio epigráfico impressiona. Seguramente que o investimento imperial se processou aqui de forma directa: as explorações auríferas a céu aberto do Tejo documentam, pela sua escala, um gigantesco volume de exploração que teria de ser gerido a um nível muito elevado. Sabe-se aliás que Roma olhava para os coutos mineiros da *Hispania* nor-ocidental de uma forma única e integrada, pelo que o *Tagus* estaria sujeito ao mesmo regime que as zonas das Beiras, Minho, Galiza e Astúrias, incluindo um estrito controlo do *fiscus* que incluía um legado imperial e destacamentos de tropas<sup>522</sup>. Daí que se proponha a existência de um *pagus*, pois teria de haver uma gestão verticalizada (ou seja, a partir de um supervisor) de uma empreitada de exploração que obrigaria a uma logística elaborada. É provável que a cidade de *Ammaia* tivesse sido criada para centralizar a chegada das explorações mineiras situadas na margem esquerda do Tejo, pois a dimensão da exploração abrangia uma área mais vasta do que o Conhal do Arneiro.

Infelizmente nada sabemos sobre o perfil de quem esteve efectivamente no terreno ocupado na laboração mineira. Não temos locais de habitação identificados, nem qualquer necrópole. Nada sabemos sobre as pessoas que trabalharam neste espaço, o que constitui um tremendo obstáculo à análise. Mesmo do ponto de vista epigráfico apenas se podem fazer conjecturas. É possível que alguns dos *Helvii* documentados se dedicassem às actividades mineiras, porque conhecemos um *M. Helv. M[...]* grafado em lingotes de chumbo recuperados no naufrágio Port Vendres II<sup>523</sup>, talvez relacionado com os antropónimos registados em *Augusta Emerita*<sup>524</sup> e sobretudo com os Hélios mencionados na epígrafe de um liberto encontrada em Fortios<sup>525</sup>. Apesar da tenra idade deste defunto (três anos de idade), talvez possa ser legítimo supor o seu enquadramento familiar em conjunto que se dedicasse a explorações mineiras na zona, ou em torno à *urbs* ammaiense, ou talvez mesmo em Fortios, onde os topónimos “Água de Prata” e “Monte de Ferro” apontam para jazidas. Da mesma forma, a grande frequência de habitantes provenientes de *Clunia*, que se encontram registados nas epígrafes de *Ammaia*, podem também representar a presença de elementos ligados à exploração de recursos minerais<sup>526</sup>.

Seja como for, e regressando ao ponto anterior, a importância da exploração aurífera do Tejo poderá ser a responsável pela implantação descentrada da *urbs* ammaiense neste território. Em zona rica do ponto de vista agrícola e com um tecido viário denso, surpreende de alguma forma que *Ammaia* se encontre tão localizada a norte, longe das três vias que circulavam entre *Olisipo* e *Augusta Emerita*, mas em contrapartida controlando um

<sup>520</sup> Domergue, 1990: 192; a partir de Estrabão, 3,3,4; 3,3,5. Aliás, Claude Domergue frisa bem as imprecisões deixadas pelas fontes, tanto mais evidentes quanto se avança para domínios interiores, uma vez que a maior parte destes relatos nos foi deixado por descrições feitas a partir do litoral, muitas delas por navegadores ou comerciantes.

<sup>521</sup> 33,66: *fluminum ramentis*.

<sup>522</sup> Domergue, 1990: 280 e ss. Não é possível saber se na região estaria um *procurator metallorum* encarregue de gerir a exploração como representante do fisco imperial, mas a hipótese é provável, até pela proximidade do topónimo *Aritium Praetorium*.

<sup>523</sup> Conforme referido em Mantas, 2002: 63, nota 54, talvez o *M. Helvius Moderatus* (CIL II, 5259) da capital provincial.

<sup>524</sup> Treze antropónimos recensados: *Atlas*: p. 190-191. Veja-se o estudo de Velazquez Jimenez (1988), que contudo não regista algumas epígrafes que ao momento ainda não haviam sido identificadas, pelo que o conjunto é agora ainda mais relevante.

<sup>525</sup> IRCP, 633; Mantas, 2002: n.º 6. Outros libertos estão documentados em *Augusta Emerita* como *Helvia Prima* e *M. Helvius Marsua*, indicando que os *Helvii* terão criado uma rede clientelar muito desenvolvida (Velazquez Jimenez, 1988: 128).

<sup>526</sup> *Contra* ver a argumentação apresentada por Gómez-Pantoja, 1999: 102.

conjunto de estradas secundárias que para aqui confluíam vindas do grande rio peninsular. A planimetria da cidade, de feição muito militarizada, a ocorrência de um contingente populacional vindo de *Clunia* e as inequívocas semelhanças com *Egitania*, a outra *urbs* que na margem oposta desempenharia as mesmas funções, são dados que levam a supor que a vocação mineira da cidade fosse um elemento considerável no seu perfil económico. Inclusivamente poderia também aqui ocorrer algo descrito nas fontes clássicas como sendo o controlo directo que uma cidade efectuava sobre explorações mineiras<sup>527</sup>.

Outros possíveis coutos mineiros são igualmente mal conhecidos. Nas Minas da Tinoca, entre Arronches e Campo Maior, poderiam ter existido filões de maior dimensão explorados a céu aberto ou talvez mesmo com recurso a galerias, visto que a dimensão da exploração e a sua proximidade ao itinerário viário que ali corre poderiam permitir uma laboração com maior dimensão. Outros pontos mais pequenos existem, disseminados pela área em estudo, e em alguns casos com pontos de povoamento modestos nas suas imediações. Quanto aos pequenos filões, as dúvidas centram-se sobretudo em realidades metodológicas. A primeira reside no facto de não existir nenhuma cartografia que os reúna, ou seja, de se tratar de um universo muito mal conhecido, seja por ausência de trabalhos de terreno, seja pela *micro-escala* da sua natureza que conduz à sua *invisibilidade cartográfica*. Outro aspecto radica na impossibilidade de se definir a cronologia destas explorações. As prospecções até agora realizadas resultaram inconclusivas quanto à identificação de materiais, pelo que a presunção da sua pertença à época romana é feita pela proximidade de pontos de povoamento contemporâneos, que se encontram a distâncias variáveis, ou pelo achado de escórias que documentam actividades de metalurgia.

De qualquer forma, é impossível ignorar a existência de um conjunto alargado de sítios que se encontram próximo de aglomerados de escórias ou de cortes onde provavelmente decorreu alguma exploração. Estes pontos de povoamento, disseminados pela área em estudo, são geralmente de pequenas dimensões, por vezes com topos de estruturas aflorando à superfície, mas sempre em quadro de grande pobreza material. Nos contrafortes da Serra de São Mamede voltados a sul, entre Alegrete e Mosteiros nos concelhos de Portalegre e Arronches, como no vale de Aramenha (Marvão), nos pontos de povoamento de Alagoa, Gavião e Naves, encontramos alguns destes exemplos: locais situados próximo de recursos aquíferos, indispensáveis para as lavagens de minério e para as actividades do quotidiano, em solos escavados e pobres, mas onde o aproveitamento dos recursos mineiros conjugados com outras fontes de subsistência possíveis (como uma agricultura localizada em torno de algumas rechãs de aluvião, conjugadas com a pastorícia ou o mel) suportariam um núcleo familiar durante algum tempo. Em todo o caso, trata-se de pequenos pontos de povoamento, em regiões ultra-periféricas do ponto de vista da cartografia da dispersão geral, e cuja implantação isolada só se poderá explicar pela existência de recursos suficientemente atractivos, mas que possivelmente se esgotam rapidamente.

Outra questão que podemos colocar prende-se com o momento em que se inicia a montagem de todo este circuito económico, ou seja, com o momento de início da laboração, e também com a forma com que decorre. E mais uma vez, os dados são apenas indirectos: podemos presumir que o processo de ascensão administrativa da *urbs* ammaiense, bem como o progressivo reconhecimento de um estatuto visível nas consagrações epigráficas, acompanha a instalação das infra-estruturas necessárias para a mineração. Mas tal situação parte do pressuposto que a vocação mineira da cidade seria um dado adquirido, o que ainda não é possível comprovar. Seja como for, é legítimo supor que a exploração aurífera da bacia do Tejo foi um processo um pouco lento, cuja constituição pode ter levado à criação de uma cidade *ex novo* que também teve um desenvolvimento não

---

<sup>527</sup> “un testimonio claro de la existencia de minas en los territorios de las ciudades, y que eran de su propiedad lo encontramos en Suetonio, *Tib.* 49, 2 en un texto referido a la anulación, llevada a cabo por Tiberio, de derechos sobre minas de determinadas comunidades: *plurimis etiam civitatibus et privatis veteres immunitates et ius metallorum ac vectigalium adempta.*” (Saez Fernandez, 2002: 427, nota 133).

muito rápido. Provavelmente foi um processo não tão urgente quanto a exploração das pedreiras de mármore (que levaram à criação de um itinerário viário próprio, a via XII, o que não sucedeu no Tejo, cuja rede viária parece ser, em larga medida, a pré-existente) ou a própria criação de uma logística de exploração agrícola, o que talvez se prenda com a morosidade do processo de laboração mineira (em especial com o rasgar de condutas e de valas).

Nada sabemos sobre o final da exploração. Geralmente aponta-se o final do século III como um momento de “*déclin rapide: les textes, la prospection archéologique le montrent clairement.*”<sup>528</sup> O esgotamento dos principais filões, mais aptos para a exploração de superfície, e os custos crescentes implicados nas actividades de exploração constituem explicações<sup>529</sup>. A desestruturação da máquina de exploração imperial terá tido um papel importante, pois a logística necessária à existência de empreitadas e de circuitos comerciais de larga escala vai rapidamente entrar em colapso. Se tal não se deve a qualquer esgotamento dos filões<sup>530</sup>, temos de compreender esse abandono em âmbito mais profundo e certamente inserido em problemáticas geo-estratégicas e de economia em contexto mais amplo. Esta “baixa espectacular” da actividade mineira é comprovada por um complexo leque de indícios, como por exemplo os naufrágios no Mediterrâneo<sup>531</sup>. Mas temos também nesta fase o início da exploração de recursos mineiros em províncias orientais, como na Dácia, por exemplo, o que terá levado a uma reorientação no investimento imperial<sup>532</sup>.

Para esta região, os dados encontrados em locais de povoamento são inexistentes. Nos sítios em estudo, as evidências de fundição estão, em geral mal documentadas, e insuficientemente datadas<sup>533</sup>. Um caso exemplar poderia ser a actividade de forja na *villa* de Herdade das Argamassas (Campo Maior), aparentemente em momento tardio, mas não especificado. Talvez a reorientação produtiva deste e de outros locais fosse concretizada a partir do século III ou IV, concedendo a estes sítios uma economia de *largo espectro*, em detrimento da especialização da agricultura de regadio, e que também incluísse o aproveitamento de minas ou filões. Um caso paralelo onde poderemos recensear esta opção poderá ser a detectada em Mascarro (Castelo de Vide), onde uma sondagem arqueológica incidiu em área interpretada como de forja, sendo também encontrada escória de vidro. Mas esta é apenas uma hipótese que para já não tem comprovação. Outra possibilidade de análise reside na realização de prospecções intensivas em torno de sítios arqueológicos de maior dimensão, para identificar sítios anexos dedicados à laboração especializada. Um caso que parece ilustrar esta situação foi detectado em Monte do Farrusco (Fronteira), onde próximo do sítio principal se encontrou uma mancha de cerâmica com uma grande densidade de pingos de escória e com um sedimento muito mais escuro que o solo envolvente, que poderão configurar um atelier satélite do local principal. No mesmo concelho, uma situação similar pode ser feita na correspondência entre a *villa* de Horta da Torre e o pequeno sítio de Alto da Torre.

O dado mais relevante para momentos tardios provém do sítio de Monte Velho em Marvão. Aqui, no compartimento intervencionado por Afonso do Paço<sup>534</sup>, foi encontrado um depósito de hematite e uma grande mancha de escórias junto a uma estrutura de fundição. Este testemunho comprova inequivocamente a vocação do espaço, mas com uma escala de laboração relativamente reduzida e que economicamente era complementada com actividades como a farinação ou a obtenção de vinho e/ou azeite. Portanto (aqui sim, e de forma inequívoca) temos a actividade metalúrgica documentada em momento tardio

---

<sup>528</sup> Domergue, 1990: 178.

<sup>529</sup> Curchin, 1996: 179.

<sup>530</sup> *Ibidem*.

<sup>531</sup> Domergue, 1990: 220 e ss. para um elenco de explicações possíveis.

<sup>532</sup> Para além da obra de Domergue ver também Le Roux, 2010: 146, para a conjuntura política, e Hirt, 2010: 56-68 para uma análise de terreno mais ampla.

<sup>533</sup> Ou seja, não temos uma estratigrafia documentada como na *villa* de Monroy, na vizinha província de Cáceres, onde foi intervencionada uma forja: Martín de Cáceres, 2006.

<sup>534</sup> 1949: 8 e 9.



em pleno contexto de uma economia de largo espectro, ou seja, não-especializada, recorrendo a actividades diversificadas.

Quanto ao mundo funerário, infelizmente não se encontraram elementos suficientemente representativos de tumulações de indivíduos relacionados com as actividades mineiro-metalúrgicas. Faltam identificar as necrópoles dos coutos ou povoados mineiros e, no panorama funerário já conhecido, não existem registos que permitam relacionar inequivocamente indivíduos que estivessem vinculados a estas actividades, à excepção de um caso específico pertencente à sepultura L 38.5 de Lage do Ouro (Crato)<sup>535</sup>, que possivelmente seria de um ferreiro em actividade na *villa*.

### 5.3. Os barreiros e a produção de cerâmica

A tradição etnográfica recente na região indica-nos que os barros foram uma das actividades mais representativas para a vivência das comunidades que aqui habitaram. Três grandes áreas, em especial, se constituíram como alfobres de um conjunto de técnicas de manipulação das argilas que foram criando recipientes cerâmicos de uma elevada qualidade e valor estético: os barros de Nisa, com as suas aplicações de grãos de quartzo branco, formando um característico rendilhado nas superfícies externas; as olarias de Flor da Rosa, no Crato, cuja relevância cristalizou na toponímia viária<sup>536</sup>; e as produções oleiras de Estremoz, que aproveitaram uma argila avermelhada de elevada maleabilidade que se encontra nos solos próximos desta cidade.

Todavia, sobre as explorações que, em época romana, decorreram, não temos informações que nos permitam perceber os ritmos e formas pelos quais este recurso foi aproveitado. Um feixe de leituras poderia ser constituído pela implantação topográfica dos sítios de cada um dos concelhos, mas infelizmente não conhecemos com rigor os barreiros e locais de extracção para podermos tentar ler eventuais relações do ponto de vista das redes de povoamento. De qualquer forma, não me parece possível supor qualquer regime autárquico nas explorações, por não haver suficiente densidade de barreiros aproveitáveis. Mas também não temos informações sobre as proveniências das pastas das cerâmicas encontradas nos diversos sítios arqueológicos, embora uma leitura meramente empírica possa permitir assinalar a imensa variabilidade dos protótipos e pastas cerâmicas, mas também a sua delimitação em sub-zonas regionais concretas. Portanto, seria imprescindível avançarmos para níveis de leitura mais atentos.

As evidências arqueológicas desta actividade são escassíssimas, o que de certa forma não surpreende, pois sabemos que, por regra, os fornos e estruturas que lidavam com o fogo ficavam afastadas dos núcleos residenciais por motivos de segurança<sup>537</sup>, e como tal não são detectados em escavação. Para esta região, temos um caso documentado: o forno cerâmico de Mosteiros, em Castelo de Vide, mas não é possível avaliar, nem a relação espacial com o sítio arqueológico (ou seja, em que sector do ponto de povoamento se implantaria), nem o tipo de produções cerâmicas que aqui decorreu. Temos ainda o caso do forno localizado em Montinho, Portalegre, mas neste caso não sabemos se efectivamente se trata de uma estrutura produtiva de época romana, visto que o local não chegou a ser intervencionado. Finalmente, um caso muito interessante deriva de Monte da Nora (Elvas), onde um pequeno forno de produção cerâmica foi identificado em zona central do povoado.

Note-se ainda que para o centro urbano de *Abelterium* um grafito induz a pensar na existência de mais do que uma olaria em espaços muito próximos<sup>538</sup>, mas aqui dentro da própria localidade.

Particularmente ignorada tem sido a obtenção de ocres (*ochrae*) constituídos por óxidos de ferro, magnésio, cobalto e carbonatos vários a partir dos quais se obtinham

---

<sup>535</sup> Frade & Caetano, 1991: 47.

<sup>536</sup> Saa, 1959: 141.

<sup>537</sup> Recomendações contidas em Vitruvio, I,4,2 e VI,6,2.

<sup>538</sup> António & Encarnação, 2009a.

pigmentos e substâncias corantes<sup>539</sup>. No Alto Alentejo existem alguns recursos endógenos que ainda hoje servem de reserva para as pinturas domésticas, mas sobre o seu aproveitamento em época romana nada se sabe.

Nos revestimentos também cabe uma nota para a obtenção de cal, que constitui um património etnográfico fortíssimo no Alto Alentejo. Os fornos de cal contemporâneos pontuam a paisagem, como na Serra de S. Miguel (Sousel), onde o seu número ascende a quase uma centena, em Bencatel (Vila Viçosa), ou ainda no vale da Aramenha, próximo de Marvão, embora elementos mais dispersos se encontrem em concelhos como Estremoz, Crato ou Alter do Chão. Também em algumas destas zonas subsistem ainda fornos para a obtenção de carvão, combustível que também em época romana seria essencial. Estas e outras actividades económicas seriam seguramente fundamentais no quotidiano da paisagem em época romana, mas faltam-nos localizar estes pontos de actividade.

## 6. Geografia sacra e identidades religiosas

Os testemunhos existentes sobre as práticas religiosas em momento imperial no Alto Alentejo são ainda escassos e difusos. Os indicadores habituais para a análise dos sentimentos e das formas de expressão do sentir religioso são vários, mas para a área territorial em apreço não existem suficientes formas de os relacionar e de compreender os modelos de funcionamento e concretização no âmbito do quotidiano.

Diversas formas de entender as manifestações da religiosidade são possíveis: a existência de santuários e/ou estruturas arquitectónicas específicas, os depósitos de lucernas e a *literacia votiva* testemunhada pelas epígrafes. A este último núcleo informativo, aliás o mais expressivo na região, dediquei recentemente alguma atenção<sup>540</sup>, procurando rastrear os universos religiosos da região. Como sobre as estruturas arquitectónicas quase nada se sabe e são inexistentes os depósitos de lucernas<sup>541</sup>, em rigor pouco mais existe a acrescentar ao que então foi escrito.

Contudo, tentemos juntar algumas outras perspectivas de análise, começando por relembrar o quadro das epígrafes votivas então sistematizado:

Concelhos		Divindades
Nisa	6	Quangeio Tango (3), Jupiter Repulsor (3)
Gavião	0	-
Castelo de Vide	2+1?	Andaeco (1)
Marvão	7	IOM (4) Ocrimira (1) Toga Alma (1) Génio (1 <sup>542</sup> )
Portalegre	0	-
Crato	1	IOM (1)
Alter do Chão	1	?
Ponte de Sôr	0	-
Fronteira	1 (?)	Ninfas
Arronches	1	Libera
Monforte	2	Lares Viales (1) Marte (1)
Avis	2	Fontano, Bande Saisabro
Sousel	0	-
Campo Maior	1	Dea Sancta (Atégina ?)
Elvas	8	Proserpina (5) Belona (1) Victoria (?,1) Ategina (1)

<sup>539</sup> Plínio, N.H. 34, 177-178 e 35, 30. Também Vitruvio faz referências a substâncias corantes em VII,8,6.

<sup>540</sup> Carneiro 2009-2010. Nas respectivas fichas de sítio retomo as considerações então enunciadas.

<sup>541</sup> Exceptuando-se o conjunto exumado no alto da Cabeça de Vaiamonte (Monforte) e dado a conhecer em Fabião, 1998, que levanta interessantes questões sobre a possível existência de uma componente sacra no alto da dominadora elevação, dada a presença muito expressiva de alguns materiais como os queimadores em cerâmica, por exemplo. Todavia, os significados e momentos deste conjunto levantam ainda muitas interrogações, potenciadas aliás pelas questões inerentes ao próprio enquadramento das escavações que aqui tiveram lugar, incluindo as possíveis *contaminações* de materiais com outros sítios em escavação simultânea.

<sup>542</sup> Mantas, 2000, menciona o achamento de uma segunda epígrafe, que creio nunca ter sido publicada de forma detalhada: *Génio Am/aici ara/ possit*.

Estremoz	1	Cíbele
Borba	2	Quangeio Turicaeco (1) Jupiter (1)
Vila Viçosa	2	Fontano (1) Salus (1)

Olhando para o universo em causa, algumas leituras são possíveis. Note-se, contudo, que em qualquer dos casos o que mais capta a atenção reside no facto de nos encontrarmos perante práticas essencialmente emolduradas pelo espírito romano. Todas as expressões religiosas têm uma gramática clássica: nos formulários, nos suportes votivos e, eventualmente, nas estruturas arquitectónicas que as albergariam, bem como nas suas plásticas decorativas. Mesmo quando se conserva um teónimo indígena, surge-nos enquadrado em práticas clássicas. Portanto, todas as epígrafes consideradas estão já em processo de *interpretatio romana*<sup>543</sup>, mesmo se dedicadas a teónimos indígenas. O que significa que, em contexto imperial, as práticas religiosas em toda a área territorial em estudo são já emolduradas pelos preceitos latinos, embora com distintos matizes e profundidades, como é natural.

Para o estudo dos momentos anteriores, ou dos *fenómenos de passagem*, os indicadores são escassos. Relembro contudo um documento recentemente descoberto e dado a conhecer: a epígrafe votiva de Arronches<sup>544</sup>. Constitui a marcação territorial mais a sul do genericamente considerado universo lusitano, com um conjunto teonímico pré-romano, cultuado totalmente em língua indígena, embora já com uma expressão material (rude, é certo) de cariz, digamos, *proto-romano*, no sentido em que utiliza o alfabeto latino, embora gravado de forma frustre e de modo tão grosseiro que as dificuldades de leitura são evidentes. Este documento marca de algum modo uma fase de passagem, de transferência, na qual as vivências e expressões religiosas indígenas começam a ser enquadradas por formulários clássicos. Em Arronches os fenómenos de contacto são vários, manifestando-se, por exemplo, na enumeração das oferendas com recurso a um elemento numérico (o “X”) ou no recurso ao próprio alfabeto latino.

É também importante notar que a epígrafe denuncia uma ocasião de congregação colectiva por ocasião de uma hecatombe sacrificial, ou seja, a reunião de várias gentes (de uma ou de várias comunidades, não o sabemos), que se juntam para assistir a um sacrifício múltiplo de vários animais. Temos portanto um fenómeno de vivência colectiva de um momento religioso, que nos documenta o carácter grupal deste sentimento. E esta expressão poderia ser feita ao ar livre, em pleno enquadramento natural, sem necessidade de uma estrutura arquitectónica construída, como presumivelmente acontece em contexto imperial, visto que quase todas as epígrafes da fase seguinte (e listadas no quadro apresentado) parecem exigir uma estrutura, monumento ou templo. Exceptuam-se apenas as manifestações de mananciais hídricos, onde a epígrafe poderia estar colocada directamente junto ao local de manifestação divina. Portanto, e em leitura preliminar que necessita de comprovação arqueológica, parece assistir-se a uma mudança de uma religiosidade *campestre* para manifestações culturais mais organizadas e enquadradas por uma moldura arquitectónica.

Regressando ao lote de epígrafes votivas, observa-se que todas elas se enquadram já em momentos plenamente imperiais, em meados da primeira centúria desta Era. E aqui observa-se já uma expressão material da religiosidade que se molda integralmente de acordo com os formulários clássicos. O que da prática indígena sobrevive em época imperial são apenas os teónimos tópicos. E, aparentemente, apenas sobrevivem devido a um qualquer sentimento muito arreigado entre as comunidades locais, que perpetuam essa

<sup>543</sup> Apesar de todas as reticências lançadas por Vasco Mantas (p. ex., 2000) em relação a este fenómeno, preferindo utilizar o termo de “aculturação” e colocando a ênfase em contactos com unidades militares a partir dos quais se faria a assimilação religiosa, pessoalmente continuo a adoptar o termo consagrado por considerar que 1), o fenómeno está culturalmente diagnosticado para muitas situações, pelo que presumo ser a regra e não a excepção, e 2), na região em causa, seguramente o fenómeno ter-se-á verificado em divindades tópicas, recobrando os deuses indígenas ou ocultando-os sob a invocação tutelar.

<sup>544</sup> Carneiro, Encarnação, Oliveira & Teixeira, 2008.

vivência mesmo após a chegada do novo poder (embora, eventualmente, não durante muito mais tempo, pois as epígrafes votivas são todas de um arco cronológico restrito). Ou seja, são os localismos que marcam as pervivências dos cultos, que se prolongam mesmo após fenómenos da *interpretatio* romana, que os enquadra e reformula na linguagem material.

Que divindades encontramos nós do fundo indígena em contextos imperiais? *Quangeius Tangus*, com três manifestações; *Andaecus* (1), *Ocrimira* (1), *Toga Alma* (1), *Bande Saisabro* (1), *Ataegina* (1) e um *Quangeus Turicaecus* de parte incerta. Um fundo religioso indígena que é notável pela sua diversidade e vitalidade, sem que, em caso algum, possamos entrever uma estrutura arquitectónica concreta que albergasse os cultos. O que este conjunto numericamente expressivo reflecte é, no fundo, a dinâmica da paisagem religiosa que vem de trás, ou seja, de um mundo que no território menos *romanizado* (isto é, o arco norte ocidental do Alto Alentejo, desde Marvão e Castelo de Vide, por Nisa e Gavião até Avis) seguramente apresentaria um polvilhar de divindades com expressões cultuais muito vivas e congregadoras de comunidades locais<sup>545</sup>. Certamente que será mais um elemento aliciante para um pleno conhecimento das sociedades da Idade do Ferro, que nesta região ainda falta empreender.

Portanto, em época imperial, prossegue um conjunto de cultos a divindades locais, cujos teónimos se manifestam bem presentes.

Caso diferente reside no fenómeno de *interpretatio*, que certamente constitui a presença de *Iupiter Repulsor*, que encontramos em Senhora da Graça, em Nisa. Curiosamente, aqui temos uma provável estrutura arquitectónica, que configuraria um santuário efectivamente construído<sup>546</sup>, e que, de forma tão especial, acaba por ser recoberto pelo(s) templo(s) cristão(s) e centro de peregrinações que hoje existe(m) no local, perpetuando até à actualidade o conteúdo sacro da elevação. “Repulsor” constitui certamente o epíteto aproximativo, que permitiu a assimilação da divindade máxima do panteão a outra já existente localmente, fenómeno que todavia terá sido bem aceite pelas comunidades locais, pois observa-se que todos os cultuantes e ofertantes de epígrafes são indígenas.

Portanto, o culto evolui, metamorfoseando-se nas expressões arquitectónicas (provavelmente) e, digamos, *plásticas* e designativas (certamente), mas mantendo-se estável no universo de fiéis. As rupturas ocorrem no acessório - as formulações plásticas -, mas não no essencial - o sentimento religioso e o público devoto. Valorizar as descontinuidades implica esquecer os nexos existentes na manutenção de um *facies identitário* que encontramos bem presente nas restantes manifestações teonímicas indígenas. E o mesmo pode ser constatado no tocante ao segundo provável fenómeno de *interpretatio*, centrado no culto a Prosérpina que encontramos em Fonte Branca, no concelho de Elvas. Provavelmente aqui a divindade latina também recobre um teónimo tópico, que seria cultuado em relevante zona de passagem, talvez mesmo de confluência de gentes de distintos locais. Sem falar de outros casos que estão por nomear, como poderá ter acontecido em Mosteiros (Castelo de Vide) ou na zona de Alter do Chão.

O que significa esta continuidade reformulada? A manutenção de um território marginal, tolerado pelo poder romano, embora enquadrado por este? Como no referido estudo tive oportunidade de abordar<sup>547</sup>, não me parece que aqui exista qualquer fenómeno de resistência ou de alheamento. Em *Ammaia* encontramos duas divindades locais, mas o

---

<sup>545</sup> Portanto o Alto Alentejo (especialmente o quadrante norte) ultrapassou o panorama uma vez expresso que lamentava “o *conventus pacensis* ter fornecido poucos teónimos indígenas, quando, por exemplo, nos outros *conventus* da Lusitânia, eles se multiplicam profusamente” (IRCP, p. 806). Note-se que algumas das epígrafes votivas foram publicadas ou identificadas após a data de publicação do monumental estudo de 1984.

<sup>546</sup> Relembre-se o que foi escrito na ficha de sítio respectiva, pois as sondagens conduzidas por Jorge de Oliveira permitiram identificar uma estrutura com silharia sob o alicerce do templo cristão que hoje se ergue no topo da elevação. É certo que poderá tratar-se da torre de Nisa-a-Velha, palco de confrontos medievais, mas sem novos trabalhos, a sua interpretação como uma estrutura sacra de época romana não pode ser deixada de ser considerada.

<sup>547</sup> Carneiro, 2009-2010.

núcleo urbano manifesta de forma inequívoca a sua adesão à religião oficial, com as dedicatórias ao Génio do Município e a Júpiter *Optimus Maximus*<sup>548</sup>. Coabitação e tolerância, portanto. Note-se ainda que não sobreviveu qualquer divindade local ou protectora de comunidades sociopoliticamente alocadas a espaços concretos e delimitados. Aí sim, poderíamos ter fenómenos de resistência ou de perduração de identidades autóctones. Procurar ler reacções em aras de absoluto recorte clássico (mesmo que de fruste gravação, mas aí poderemos ter apenas um problema de competência técnica) e de formulários latinos será sem dúvida tresler de forma forçada uma realidade.

Em abono desta leitura invoco aqui o exemplo da epígrafe dedicada a *Toga Alma*. Embora com as necessárias precauções resultantes do elevado grau de desconhecimentos sobre esta divindade, parece haver aqui um outro fenómeno de *interpretatio*: uma divindade do substrato indígena, possivelmente da “área céltica”, com ocorrências conhecidas na zona de Cáceres e Salamanca, mas cuja denominação *Alma* parece aproximá-la do qualificativo utilizado em Roma para a Vénus latina<sup>549</sup>. Este dado é relevante, sugerindo uma aproximação sincrética entre as duas divindades, com o teónimo regional aproximando-se da deusa do panteão.

Em resumo, temos, portanto, na área norte e oeste uma perduração sacra que se mantém, reformulada e enquadrada, para o período imperial. Situação idêntica para a área de Valência de Alcântara até Cáceres que, quer na Idade do Ferro, quer em época romana, se constitui como o natural prolongamento do Alto Alentejo<sup>550</sup>. Uma persistência de conteúdos que surge, contudo, transfigurada nos formulários e expressões materiais da devoção, de modo a adequar-se aos cânones do novo poder. A permeabilidade devocional aqui parece não funcionar, ou ser unidireccional, na medida em que, no universo de cultuantes registado epigraficamente, apenas encontramos indivíduos com antropónimos indígenas. Mas estes adquiriram as expressões materiais do novo poder, visíveis nas fórmulas de expressão e também na utilização das aras votivas, com os nexos que tal implicaria (a existência de ateliers de talhe, por exemplo, que seguramente existiriam próximo da Senhora da Graça, visto que todas as epígrafes daqui provenientes são muito semelhantes e utilizam a matéria-prima localmente disponível).

Uma situação diferente encontra-se na região da bacia do Guadiana e da via XII. Ao longo da faixa sul-oriental as expressões devocionais são já marcadas pelos cânones latinos<sup>551</sup>. Mas sobretudo aqui encontramos um vincado cosmopolitismo, visível não apenas nas divindades cultuadas, com presença de deuses orientais ou de outras províncias, mas também nos dedicantes, com ofertantes de várias onomásticas, que incluem *tria nomina* ou denominações helénicas. Também nesta zona conseguimos perceber que, ao contrário da religiosidade mais difusa e telúrica da zona norte e oeste, aqui teríamos uma maior densidade de estruturas arquitectónicas pontuando a paisagem, fossem elas templos, monumentos ou santuários. De onde podemos pressupor um culto mais hierarquizado e programático, ou então uma expressão devocional organizada, mais conforme um plano pré-estabelecido. A relação cartográfica entre alguns destes sítios e troços de vias principais indica precisamente o modo como estes lugares poderiam ser demandados por populações

---

<sup>548</sup> Circunstância que levaria a que nesta cidade, provavelmente no fórum, existisse mais do que um templo. Em particular a epígrafe dedicada ao *Genius Oppidi Constituti* apresenta “uma distribuição do texto por duas faces, o que lhe confere maior monumentalidade: a ara destinava-se a um lugar público, estando em posição nobre a face com o nome da divindade” (IRCP p. 793) o que indica a sua aposição em estrutura monumental.

<sup>549</sup> Conforme desenvolvido em Mantas, 2002: 57.

<sup>550</sup> Olivares Pedreño, 1999 e 2006.

<sup>551</sup> A única divindade indígena desta zona é *Dea Sancta* (Atégina?), com uma epígrafe recenseada em Campo Maior. Trata-se, contudo, de uma das mais veneradas divindades indígenas, com um centro de culto situado por Plínio-o-Velho na *Baeturia* céltica (N.H. II, 14), ou seja, em território fortemente romanizado, não sendo por isso de estranhar que o que conhecemos do seu culto nos chegue fortemente enquadrado pelos cânones latinos. Note-se contudo que sobre este teónimo a própria epígrafe nos confere a denominação *Dea Sancta Burrolobrigensis*, podendo portanto tratar-se de um *numen* local e específico. Veja-se também Olivares Pedreño (2006) que procurou cartografar as diversas áreas religiosas pré-romanas.

de âmbito mais vasto que o meramente local, embora se deva dizer que em algumas destas epígrafes a intenção passe precisamente pela ostentação pública do nome do ofertante e do agradecimento ao voto.

É certo que também aqui encontramos os “traços híbridos, sobretudo nas regiões do interior”<sup>552</sup>. É possível que exista uma área de transição, de passagem, situada entre Fronteira e Crato, talvez incluindo Avis, Monforte e Arronches, se acaso o universo epigráfico crescer com mais descobertas, tornando-se mais numeroso e consolidado. Talvez o exemplo mais interessante, mas também ainda muito difuso em termos do seu real perfil de povoamento, se centre no provável *vicus* do Chocanal (Crato) com a dedicatória a *Iovi Optumo Maximo* oferecida pelos habitantes locais, os *vicani Camaloc[ani? ensis?]*. Infelizmente não é conhecido o paradeiro actual da epígrafe, o que nos permitiria perceber melhor o real significado desta dedicatória. Porque duas hipóteses podem ser colocadas: esta comunidade poderia ser de fundo indígena enquadrada pelo novo poder, de acordo com a leitura tradicional que vê nestas unidades de povoamento uma raiz pré-existente que, após a pacificação, procede a manifestações de lealdade das populações locais, eventualmente em contexto de transferência para núcleos urbanos agora fundados, ou em agradecimento por alguma benesse<sup>553</sup>; ou então, poderão ser uma fundação feita por colonos romanos (ou resultado da fixação de alguns destes junto de comunidades locais, em fenómeno menos oficial), procedendo agora ao seu enquadramento e interacção conjunta. Ou seja, a leitura da gramática decorativa desta epígrafe poderia ajudar-nos a perceber o perfil identitário destas gentes e, por extensão, a enquadrar melhor o sentimento religioso subjacente.

Note-se, contudo, que em todo este universo epigráfico do Alto Alentejo estão ausentes as decorações emblemáticas com os símbolos ou atributos das divindades, configurando uma ausência de tratamento iconográfico das peças. A este facto não é alheia a circunstância de não termos culto às divindades tutelares (exceptuando a manifestação de Marte em Torre de Palma, precisamente a única peça que comprova uma representação figurativa), que, de resto, é uma característica do *conventus*, não apenas desta região<sup>554</sup>.

De qualquer modo, seria interessante perceber se, neste domínio, temos no corredor central uma área de passagem também no domínio religioso e sagrado, como se parece documentar em várias outras esferas da análise.

Quanto aos elementos materiais, às questões de leitura arqueológica que muitos destes testemunhos implicam, já alguma coisa escrevi<sup>555</sup>, pelo que aqui faço apenas um resumo geral da situação. Sabemos pelos textos clássicos que para os espaços sagrados existiam várias tipologias, sejam *sacellum*, *cella*, *fanum*, *temenos*, *asklepion*, *templum*, *aedes*, ou ainda com outras denominações. Em época tardia, a mesma difusão de significados se mantém<sup>556</sup>. O que não sabemos, porém, é a expressão material no registo de superfície que estes elementos teriam, pelo menos para a área regional em estudo. Mesmo os exemplos próximos de São Miguel da Mota (o santuário a *Endovelico*) e Santana do Campo (templo de

<sup>552</sup> Beltrán Lloris, Francisco (2002), «A tríade capitolina na Lusitânia». In: Ribeiro (coord): 105-109. (p. 107).

<sup>553</sup> Ver, por exemplo, Mantas, 2000: 405, e textos em Ribeiro, 2002.

<sup>554</sup> IRCP p. 799.

<sup>555</sup> Remeto novamente para Carneiro, 2009-2010.

<sup>556</sup> Na obra *De Correctione Rusticorum*, S. Martinho de Dume mostra-nos que em pleno século VI “o culto pagão continuava, quer em templos, quer nos altos montes e nos bosques frondosos. [...] Para além de se praticar ainda um culto localizado em espaços construídos (templa), com imagens, estatuas e arae, na época de S. Martinho Dumiense acreditava-se que deuses (daemones) presidiam aos rios (Lamiae), às fontes (Nymphae) e às florestas (Dianae) e lhes ofereciam sacrifícios. Aqui, mais do que o panteão greco-romano, parece estar presente uma religião cósmica, onde se veneram não só as forças da natureza como até, num sentido apotropaico, o deus Mercurius nas encruzilhadas, com montões de pedras, as traças, os ratos e os gafanhotos, prestando-se atenção supersticiosa aos cantos das aves. Acendiam-se velas nos cruzamentos das vias e caminhos, junto de penedos, de árvores e de fontes.” (Maciel, 1996: 76-77).

*Carneus Calanticensis*) são suficientemente contrastantes nas suas variações enquanto possíveis marcos na paisagem, como já tive ensejo de comentar<sup>557</sup>.

Para esta região, seguramente alguns recintos sagrados existiriam, alguns com elevada monumentalidade: a silharia descrita por Mário Saa em Esquilas, as discontinuidades topográficas em Fonte Branca ou, em maior escala, a estrutura detectada em Senhora da Graça; e o que me parece ser um notável santuário em terraços localizado em Mosteiros/PaiAnes parecem-me ser ilustrativos do que seria este universo, do ponto de vista das evidências arquitectónicas. A concentração epigráfica de Júpiter *Repulsor* em Fonte da Feia, o núcleo sacral da Senhora da Graça, o conjunto de Júpiter *Optimus Maximus* em Marvão, ou de Prosérpina em Fonte Branca, certamente receberiam fiéis em elevado número, bem como (em feição mais individualizada) o culto oracular (?) a *Andaeico* em Colegiada. E os votos públicos prestados em Senhora dos Mártires, Bencatel e Chocanal, entre outros, poderiam exigir monumentos mais elaborados com expressão arquitectónica (e, no primeiro caso, escultórica). E, todavia, das estruturas arquitectónicas nada sabemos.

É certo que muitos destes locais dispensavam as monumentalidades arquitectónicas, pois o ponto de interesse dos fiéis residia no telúrico ponto de manifestação da divindade, fosse ele a elevação, com destaque na paisagem,<sup>558</sup> ou o manancial aquífero que brota do chão e que desta forma salva o ano agrícola. É seguro que a vivência do sentimento religioso dispensava as construções, que, em época imperial, funcionam mais como um modo de difusão de códigos e linguagens iconográficas e como materialização, não do poder da divindade, mas do poder de Roma. Os próprios códices cristãos dão-nos a noção de como a paisagem se encontrava repleta de espaços construídos e não-edificados que era necessário combater<sup>559</sup>. Será portanto natural que, quanto mais nos distanciamos da capital provincial, menos tendemos a ver estas estruturas enquadradoras dos cultos, e que em zonas menos romanizadas se tenda para uma vivência religiosa que consagra sobretudo as forças vitais da Natureza.

Um dos elementos que seria interessante tomar em consideração, por exemplo, seria documentar a diferença entre religiosidades urbanas e rurais, ou, isolando estas últimas, a existência de santuários campestres. Estes poderiam contar algo sobre a existência de divindades tópicas, manifestando-se em locais concretos, à semelhança do que poderá ter ocorrido no santuário de *Endovelico* em São Miguel da Mota (Alandroal). À partida, o lote de epígrafes votivas poderia conceder-nos alguma segurança de análise. Contudo, a destriça entre os âmbitos rurais e urbanos encontra-se irremediavelmente comprometida (pelo menos por enquanto) pela inexistência de dados sobre a localização dos centros urbanos (ou, digamos, proto-urbanos). Se não conhecemos muitos dos locais de implantação de núcleos urbanos, também não conseguimos determinar quais, de entre os locais em estudo, seriam pontos rurais; ou, também, se algum dos locais ganha uma relevância própria, justamente devido ao facto de se inscrever na *geografia sacra* na região.

Em quase todos os locais os indicadores são modestos, ficando por saber a real expressão do que se passou. Ampliando a lente, outras questões surgem: a homogeneidade formal de alguns destes núcleos epigráficos levanta a certeza da existência de oficinas de cantaria nas proximidades, que lavrassem os textos que os dedicantes pretendiam nas aras votivas. E desconhecemos também a existência de espaços para festividades ou de consumo, como foi reconhecido em outras províncias, onde existia uma forma de *macellum*

---

<sup>557</sup> Carneiro, 2009-2010: o primeiro sem grande evidência arquitectónica mas com uma impressionante diversidade escultórica e epigráfica, o segundo, com uma monumental estrutura, mas com uma completa *mudez* no plano plástico.

<sup>558</sup> A sacralização dos lugares de manifestação das forças naturais é muito antiga, sempre foi combatida e dificilmente controlada: “Destruí todos os santuários em que os povos, por vós desalojados, tiverem prestado culto aos seus deuses, nos altos montes, nas colinas e debaixo das árvores frondosas. Derrubai os altares, quebrai os monumentos, queimai os bosques sagrados e abatei as imagens dos seus deuses; fazei desaparecer daquela terra a sua lembrança” (Deuteronómio: 12,2; em 1 Reis: 3,2-5 referem-se os “lugares altos” onde se “oferecia os sacrifícios e queimava o incenso”).

<sup>559</sup> Caseau, 2004: 114 e ss.

que funcionaria apenas em momentos muito pontuais, de celebrações, mas cuja demanda de fiéis levava à construção de infra-estruturas de apoio com fins diversos (comerciais, celebratórios, etc.).

Em âmbito privado, as mesmas incertezas: nenhum *lararium* foi identificado e mesmo a epígrafe que mais informações nos poderia conceder (a dedicatória a Marte em Torre de Palma) foi encontrada em contexto secundário<sup>560</sup>. Não se conhecem espaços ou salas para além do ninfeu da Quinta das Longas, sendo que aqui falta saber se terá funcionado com efectiva vocação cultual e celebratória ou na sua dimensão cenográfica. Em nenhuma divisão de qualquer sítio foram relatados achados (como lucernas ou terracotas) que possam ser interpretados como espaços de vivência religiosa. Aparte uma menção difusa em relação a Santa Vitória do Ameixial (Estremoz)<sup>561</sup>, na envolvente das *villae* também ainda não foram identificadas estruturas interpretáveis como espaços sagrados<sup>562</sup>. Portanto, os sentimentos religiosos em âmbito privado e a sua implantação em *villae* são-nos desconhecidos até à chegada do cristianismo.

Em resumo, e até novos dados surgirem, temos uma vivência religiosa muito diversificada e heterogénea, na qual certamente a dimensão individualizante dos sentimentos seria muito vincada, embora tendo em atenção a marcação territorial de duas áreas distintas<sup>563</sup>, com um espaço de intervalo que terá sido mais híbrido. O que nos deve chamar a atenção para o polimorfismo que as estruturas que enquadrariam estas epígrafes poderiam ter e para a sua dispersão pela paisagem, que certamente seria muito mais repleta de *loci sacri* do que em momentos posteriores, nos quais a progressiva imposição de uma norma irá padronizar estas situações.

## 7. A sociedade

Chegar às pessoas é o fim último da investigação arqueológica. Os modos de aceder ao conhecimento de quem habitou estes lugares serão obviamente de tarefa complexa na sua interpretação, não apenas pela precariedade dos dados que nos lega o registo arqueológico, mas pelos múltiplos equívocos em que tal empreitada pode incorrer, onde é difícil destrinçar as *cargas subjectivas* que a expressão pessoal necessariamente implica.

Dada a escassez de fontes, que nos permitam entrever este universo, tomemos em consideração alguns dados, recolhidos em especial na epigrafia e em alguns (poucos) elementos da cultura material.

### 7.1. A epigrafia: algumas reflexões prévias

A magnífica síntese final, contida na obra de José d' Encarnação<sup>564</sup>, continua na sua essência válida, não havendo muito a acrescentar quase trinta anos depois. Se olharmos para o Alto Alentejo, temos o reforço das tendências então enunciadas: uma estreita ligação entre algumas linhas de força (matéria-prima, tipologias, decorações, onomásticas, formulários), permite-nos perceber tendências e, entre elas, regionalismos ou, pelo menos, áreas onde certas identidades permanecem mais fortes.

---

<sup>560</sup> Não se considera aqui o caso da estrutura interpretada como um templo de tipo *naiskos* (Lancha & André, 2000) devido às dúvidas que levanta. Quanto à consagração a Marte, parece demonstrado que se trata da sua função agrária, de protector das colheitas face à inclemência das condições atmosféricas.

<sup>561</sup> Chaves, 1938: 21, onde se lê que “a Sudoeste do outeiro, donde desentranhei as *villae*, na vertente oriental dum outro outeiro, houve um cemitério de inumação. E no sopé da vertente oposta encontrei vestígios de templo, com capitéis, colunas, uma inscrição, talvez simples *aediculum*.”

<sup>562</sup> Sobre as expressões arquitectónicas nos contextos das *villae*, retomo a referência já feita (Carneiro, 2009-2010) à *Epístola IX.39* de Plínio, o Jovem com uma menção de um templo a Ceres que terá existido em uma das suas propriedades, com duas estruturas separadas por uma estrada pública, sendo um dos espaços privado e outro dotado de pórticos onde os visitantes poderiam descansar.

<sup>563</sup> Encarnação, 1987: 168.

<sup>564</sup> IRCP, p. 821-846. Ver também o texto de síntese de 1987.



Antes de nos centrarmos nos habitantes, olhemos para aquilo que eles deixaram na sua cultura material.

São muito escassas as epígrafes em xisto no Alto Alentejo (mesmo nas áreas onde ele está presente), pelo que temos essencialmente dois mundos no que toca aos materiais: o mármore branco e cristalino, que domina nas áreas de Elvas, Estremoz e Monforte, que no trajecto para norte é substituído pelo granito, que domina a partir do Crato e Arronches até Castelo de Vide, Marvão e Nisa. A ambos correspondem dois suportes essenciais<sup>565</sup>: no primeiro caso, essencialmente as placas, com alturas e larguras diversas, molduradas e decoradas ou não; e as estelas, particularmente específicas da região do Crato, com linguagens próprias, que encontramos também nas aras e árulas de zona de Marvão e Nisa. Estes são suportes híbridos, de transição, digamos assim, pois pela sua especificidade estão presentes em toda a área regional, mas notamos diferenças substanciais entre as aras mais esquemáticas, e até grosseiramente talhadas do noroeste, e os monumentos bem desenhados e esculpidos da envolvente do Guadiana.

Portanto, também na epigrafia encontramos manifestações que, no fundo, pertencem a regiões mais amplas: “Mirobriga, Évora e Elvas afiguram-se-nos pertencer a uma tradição tipológica comum” com “a utilização fácil do mármore”, a “placa moldurada” dentro da “maneira clássica<sup>566</sup>”, enquanto “Os monumento epigráficos da zona mais a nordeste” se ligam com a “epigrafia da margem direita do Tejo até ao território de Castelo Branco”, pois “afastam-se claramente dos modelos estéticos do *conventus*”<sup>567</sup>.

Sobre a decoração, note-se que não existem figurações nas epígrafes que representem instrumentos ou materiais de profissão, o que nos poderia ajudar a perceber as ocupações, ou os gostos pessoais e ocupações de lazer, que em vida as populações desta área regional desfrutaram.

## 7.2. Os novos habitantes

A instalação do poder romano provocou a chegada a esta região de gentes dos mais variados lugares. Conseguimos pressenti-lo, quer pela noção da magnitude que terá representado a integração desta área regional no interior de um Império, quer pelos dados que nos permitem entrever a presença de novas pessoas. Saber quem eram e de que forma influenciaram as estruturas de povoamento e as relações de convivialidade é, contudo, bem mais complexo.

Através da epigrafia temos alguns indícios, poucos, mas de conteúdos que merecem um conjunto de reflexões.

Começemos por indivíduos extra-peninsulares. Por *Gaius Axonius*, que construiu um monumento funerário para si e para o seu irmão, *Quintus Axonius*, e que expressamente nomeia a sua condição de veterano da *Legio XX* e de natural da *colónia Firmum Picenum*, no nordeste da actual Itália<sup>568</sup>. Infelizmente desta peça apenas sabemos que foi encontrada em contexto secundário, em habitação do núcleo urbano de Elvas, ficando por saber o ponto de povoamento em que se estabeleceu este veterano que pertenceria provavelmente ao contingente de povoadores estabelecido em tempo de Augusto, e terminou a sua vida ainda na primeira metade do século I d.C.. Para esta região é o único testemunho directo de uma presença exterior à *Hispania*, situação que, se comparada com a região de Beja, resulta notável pela escassez que se verifica no Alto Alentejo. No entanto, também *Masonia Veneria*<sup>569</sup> e *Caius Marcus Tusculanus*<sup>570</sup> poderão ter provindo da península itálica, a julgar

---

<sup>565</sup> Registrando-se aqui a ausência das cupas tão frequentes em paragens mais a sul, a não ser que o bloco de granito cinza identificado em Monte da Calada (próximo de Ovelheira, Elvas) seja um destes monumentos.

<sup>566</sup> IRCP, p. 842.

<sup>567</sup> IRCP, p. 843.

<sup>568</sup> IRCP n.º 576.

<sup>569</sup> Alfenim & Encarnação, 1997. A onomástica do gentílico e do *cognomen* surge claramente vinculada a cidadãos itálicos.

pelas suas onomásticas pessoais, bem como os *Cominii* que a epigrafia elvense também regista<sup>571</sup>, enquanto *Gaius Apuleius Silo*, o possível *dominus* de Ladeira (Avis), poderia ser um descendente de famílias latinas, a julgar pela datação mais tardia da peça<sup>572</sup>. A epígrafe de Silveirona (Estremoz) poderá documentar relações com a Gália, como o patronímico *Gallus* e o nome da filha, *Catulla*, parecem indicar<sup>573</sup>. Quanto ao núcleo familiar dos *Helvii*, tão bem documentado na capital provincial<sup>574</sup>, apresenta também um significativo núcleo de presenças na região incluindo o *Q. Helvius Silvanus*, que dedica uma oferenda a Prosérpina<sup>575</sup>. Finalmente, a proprietária de uma taça de *terra sigillata* encontrada em Torre de Palma, *Furnia*<sup>576</sup>, parece também ser itálica.

Um núcleo que merece um olhar atento encontra-se na região dos mármore. Aqui temos um conjunto de cognomes que parecem apontar para uma proveniência norte-africana, embora tal não seja indubitável. Anotem-se os casos recenseados: *Publius Aurelius Niger*, em Herdade do Freire (Bencatel)<sup>577</sup>; *Iulia Maura*, na área de Estremoz<sup>578</sup>; e *Iulia Colomba*, em Terena, Alandroal, já fora da área escolhida, mas ainda em zona de ocorrências marmóreas<sup>579</sup>. A relação deste núcleo com a área dos mármore é realmente significativa<sup>580</sup>.

Mesmo assim volto a frisar que, se comparado com a região de *Pax Iulia*, o Alto Alentejo aparece-nos como uma área de menor diversidade de gentes, menos multicultural e menos permeável à presença de indivíduos de outras paragens.

De outras áreas da Península temos contingentes mais significativos. Destaca-se claramente o núcleo de clunienses, que se instalou na área de *Ammaia* e do qual a epigrafia nos deixou três testemunhos<sup>581</sup>. Todos apresentam nomes hispânicos e, em alguns casos, de raiz céltica. Naturalmente que a dúvida que se coloca radica na causa pelo qual estes nexos entre as duas regiões se criaram, sendo a mineração a hipótese mais plausível.

Outro exemplo radica em *Quintus Attius Rusticus*, que menciona a sua filiação na *Sergia tribu*, sendo para o efeito o único testemunho em todo o *conventus*, possivelmente originário de *Italica*<sup>582</sup>. O achado desta epígrafe nos arredores de Elvas é mais um exemplo do modo como a área mais oriental da região em estudo se encontrava muito permeável à instalação ou à passagem de elementos de outras zonas.

Em resumo, estamos portanto, na presença de um contingente não muito numeroso. Encontra-se exclusivamente concentrado na sub-área sudeste (se exceptuarmos o conjunto

<sup>570</sup> O cidadão deveria ser proveniente de *Tusculum*. A peça foi encontrada em Campo Maior: IRCP n° 593. Refira-se contudo que os *Marcii* estão bem representados na região de Elvas (também IRCP n° 591 e n° 592), configurando uma continuidade na fixação destas gentes.

<sup>571</sup> IRCP n° 583 e n° 592. A presunção da sua pertença itálica deriva em ambos os casos pelos gentílios gravados mas também pela graciosa e correcta formulação de conteúdos, demonstrando um pleno domínio das soluções epigráficas. No primeiro caso, note-se ainda que a peça tem uma requintada decoração, de elevada qualidade de execução.

<sup>572</sup> IRCP n° 437. É interessante notar, contudo, que a maior concentração peninsular de antropónimos *Silo* se localiza em torno a Idanha-a-Velha, com sete ocorrências, tratando-se de uma *urbs* que creio ter muitas semelhanças com *Ammaia*, nomeadamente na vocação mineira, conforme tratado no capítulo sobre as actividades económicas. Sobre a onomástica, ver Atlas, p. 304.

<sup>573</sup> IRCP n° 456.

<sup>574</sup> A força social desta família encontra-se comprovada na península itálica, na *Baetica* e em *Augusta Emerita*, onde vários membros desempenharam cargos de relevo: Velázquez Jiménez, 1988.

<sup>575</sup> IRCP n° 570.

<sup>576</sup> Encarnação & Nolen 1997c.

<sup>577</sup> IRCP n° 445.

<sup>578</sup> IRCP n° 460, embora a peça levante interrogações interessantes pois a mãe da defunta chama-se *Mania Camira*, uma onomástica indígena. Portanto poderemos estar perante aculturações onomásticas.

<sup>579</sup> IRCP n° 455a.

<sup>580</sup> Partilho da opinião expressa em IRCP p. 775: “Esperar-se-ia a presença de africanos em meio urbano; ora, a onomástica parece apontar de modo particular para a sua inserção em meio rural ou, de preferência, no meio «industrial» da exploração de mármore, porque daí provém a maior parte das epígrafes.

<sup>581</sup> IRCP n° 619 (em reutilização na necrópole de Santa Marinha, Castelo de Vide), 620 e 629.

<sup>582</sup> IRCP n° 579 e p. 774.

ammaiense), precisamente aquela que se encontra próxima das rotas de passagem e da laboração dos mármore. As terras interiores não atraíram colonizadores.

### 7.3. Os elementos indígenas

A abordagem das problemáticas antroponímicas, com os seus derivativos étnicos, é tarefa que ultrapassa os propósitos do presente estudo. Além das sempre incómodas questões relacionadas com as cambiantes da *Romanização* a sua análise levar-nos-ia às leituras de âmbito teórico, em especial às análises desestruturadas e complexizantes que as mais recentes posturas pós-processualistas propõem.

A postura aqui adoptada é mais conservadora e sintética. Olhar para a sociedade indígena do Alto Alentejo é centrar o pretendido, sobretudo, na onomástica, visto que para outras abordagens, pretendendo ver na cultura material e nos padrões de povoamento outros níveis de leitura, temos infelizmente bem poucos dados.

Os antroponímicos indígenas já foram objecto de uma enumeração, com os devidos considerandos<sup>583</sup>, pelo que aqui me limito a tecer alguns comentários.

Desde logo realço a distinta diferença entre as áreas que se situam no aro sudeste face às congéneres da zona noroeste. No primeiro caso, a assimilação da onomástica latina é feita de forma muito rápida, embora gradual: inicialmente com a utilização de apenas um nome seguido do patronímico, sendo ambos de conteúdo indígena. Em momento posterior, durante a segunda metade do século I d.C. e inícios da centúria seguinte, assistimos à adopção da onomástica latina, que entra gradualmente na caracterização, mantendo-se embora o esquema identificativo. Como também foi devidamente realçado, nota-se que certos nomes ganham rápida adesão, em fenómenos de claro modismo. Seguidamente temos então a adopção do esquema onomástico latino de forma plena. A epígrafe que melhor corporiza este “penúltimo estado da aculturação onomástica e, consequentemente, da romanização” antes da concessão da cidadania plena, será o epitáfio familiar de *Preccius Paetus* de S. Pedro de Almuro em Monforte, onde a sucessão geracional evidencia este processo<sup>584</sup>. Muito curiosa é também a placa encontrada em Camugem (Elvas), na qual *Quintus Cornelius Vitulus* se identifica ao modo romano, com onomástica latina, honrando sua mulher, *Calaetia Severa*, com um antroponímico indígena; mas o modo como ambos omitem a sua filiação, demonstra inequivocamente que se trata de um casal indígena perfeitamente enquadrado nos moldes clássicos<sup>585</sup>. Consubstancia-se, assim, “a existência de um grupo de proprietários fundiários indígenas, profundamente romanizados, alheios à atracção das magistraturas urbanas”<sup>586</sup> por fazerem do campo o seu lugar de última morada.

Neste círculo cultural, a transição é rápida, por estágios bem definidos e faz-se de forma segura. A população, que aqui contacta mais com cidadãos de outras proveniências, pretende integrar a nova ordem, consciente, porém, dos momentos de passagem que a cultura romana exigia nesta fase do império.

A outra área estende-se por zonas menos povoadas e onde as marcas da romanização são menos vincadas. Nas paragens de Avis até Nisa, passando por Portalegre, Marvão e Castelo e Vide, encontramos sobretudo indígenas que conservam a sua identidade.

Alguns dos melhores exemplos surgem-nos precisamente da *urbs* articuladora da região, a cidade de *Ammaia*, onde todos os indivíduos nomeados nas magistraturas são de onomástica indígena: cidade de “nome indígena para um centro urbano cuja população era, na sua esmagadora maioria, indígena”, como sintetizou Vasco Gil Mantas<sup>587</sup>, demonstrando o paralelo com as vinculações *lusitanas* destes contingentes populacionais. Se no Alto

---

<sup>583</sup> IRCP p. 775-777.

<sup>584</sup> IRCP nº 595a.

<sup>585</sup> Encarnação, 1988c.

<sup>586</sup> Mantas, 2000: 402.

<sup>587</sup> 2000: 399.

Alentejo as percentagens de nomes indígenas rondam os 46% do total<sup>588</sup>, no território de Marvão os totais sobem para 85%, o que é deveras significativo no tocante à fortíssima componente indígena da população<sup>589</sup>.

A cartografia da onomástica torna-se simples de fazer: o *Lovesio* ammaicense,<sup>590</sup> nome que encontramos também em Avis, exemplifica da forma mais perfeita esta geografia da dispersão<sup>591</sup> por se situar nas duas extremidades de um arco que, resumidamente, segue por “uma faixa de território que desce de Belver a Aldeia da Mata, Seda e Benavila, flectindo para nascente em direcção a Vaiamonte, subindo depois por Alter Pedroso até Marvão e Nisa.”<sup>592</sup> Todavia, algumas situações rompem a norma, o que é mais do que natural, pois nesta zona nenhum território é estanque. Um exemplo de repetição interessante é o de *Camira*, registada em Estremoz<sup>593</sup>, em Lage do Ouro (Crato)<sup>594</sup> e ainda em Nisa<sup>595</sup>, ou seja, um eixo reverso do anterior, mas funcionando na prática como os limites sur-orientais deste universo. É precisamente na área do Crato que encontramos um outro localismo, neste caso de âmbito iconográfico e que reside na decoração das estelas com um crescente, muito característico desta região.

No núcleo a norte, encontramos um conjunto de antropónimos bem definidos. Um núcleo significativo radica em origens lusitanas, destacando deste conjunto os nomes *Tongeta*, *Tanginus* ou *Tancinus* e *Toncius* ou *Tongius* que se encontram em Nisa<sup>596</sup> e Alter do Chão<sup>597</sup>, bem como ainda em Vila Viçosa<sup>598</sup> e Elvas, aqui em significativo contexto votivo<sup>599</sup>. Mas é sobretudo relevante pelo hidrónimo que encontramos nas aras de Nisa, mostrando a vinculação territorial deste conjunto de deuses e pessoas ao espaço do *Tagus*. Como já foi notado<sup>600</sup>, as duas margens deste rio configuram uma mesma área cultural, que para norte se estende para a Beira Interior e para montante continua até à zona de Cáceres, criando uma área regional de forte carga identitária.

Uma outra raiz deriva da evolução da área céltica, que se apresenta ainda mais bem delimitada do ponto de vista territorial, pois a sua circunscrição a norte é muito evidente. Pela onomástica destaca-se naturalmente *Celtius*, que curiosamente é filho de *Tongius* e que dedicou uma ara a *Iovi Repulsori* (o que evidencia um relevante cruzamento cultural), cuja ara se encontrou em Pêro Galego, Nisa<sup>601</sup>. Aqui próximo temos um *Talabarius*, em Senhora da Graça<sup>602</sup> e, novamente em contexto votivo, *Iulia Saturisca*, que dedica uma ara a *Ocrimira* em *Ammaia*<sup>603</sup>. Ou seja, todos no extremo norte da região e também todos, curiosamente, documentados em contexto votivo (que parece ser a melhor forma desta comunidade se expressar) ou, no caso de *Talabarius*, com uma epígrafe funerária depositada em local de conhecido santuário. Quero com isto dizer que a expressão epigráfica desta comunidade de presumida raiz céltica apenas se faz em contextos muito específicos, de devoção, o que talvez leve a crer que a prática epigráfica e as manifestações de literacia tivessem sido

---

<sup>588</sup> Encarnação, 1987: 167. Note-se contudo que o autor sublinha a relevante distorção causada pelo concelho de Elvas, que na altura apresentava 51% dos antropónimos latinos da zona.

<sup>589</sup> Mantas, 2000: 399.

<sup>590</sup> IRCP n.º 621.

<sup>591</sup> IRCP n.º 459 no sítio de Entre Águas para *Lobesia*.

<sup>592</sup> Encarnação, 1987: 167.

<sup>593</sup> IRCP n.º 460 e Alves Dias, 1986.

<sup>594</sup> IRCP n.º 624.

<sup>595</sup> Carvalho, 1987.

<sup>596</sup> IRCP n.º 638 e 640; Amaral, 1987.

<sup>597</sup> IRCP n.º 635.

<sup>598</sup> IRCP n.º 455.

<sup>599</sup> Dedicatória a Próserpina em Fonte Branca, demonstrando a significativa abrangência cultural deste culto: IRCP n.º 574 e Carneiro, 2009-2010.

<sup>600</sup> Encarnação, 1987 e Mantas, 2000.

<sup>601</sup> IRCP n.º 638.

<sup>602</sup> IRCP n.º 646.

<sup>603</sup> ICP n.º 610.

adoptadas por este contingente, mas surgindo apenas em momentos de forte motivação. Mas talvez o prosseguimento da pesquisa venha a trazer mais dados para novas leituras.

#### 7.4. Libertos

Uma das condicionantes existentes no estudo das componentes sociais reside no facto de existir um desequilíbrio na expressão qualitativa e quantitativa dos testemunhos deixados por libertos e escravos<sup>604</sup>. Ou seja, os primeiros exibem a sua condição com orgulho e até com laivos de ostentação, entendendo-a como forma de afirmação social; os segundos expressam-na de forma menos natural ou por vezes envergonhada, considerando ainda a forte possibilidade de uma significativa franja não ter simplesmente meios para honrar os seus deuses ou familiares. Desta forma, é perfeitamente natural que para a região em estudo tenhamos uma muito maior representação de libertos, passíveis de serem analisados com maior profundidade. Todavia, é particularmente expressiva a frequência de libertos no termo de *Ammaia*, claramente contrastante por excesso com o que se verifica na restante *Lusitania*<sup>605</sup>.

Neste particular, destaca-se a lealdade manifesta por libertos ao culto a Júpiter, pois na *urbs* de *Ammaia* encontramos as dedicatórias de *Faustus*<sup>606</sup> e de *Fusca*<sup>607</sup>. Curiosamente, o primeiro destes antropónimos ocorre também em Bencatel, pois *Albius Faustus* seria provavelmente da mesma condição, dedicando-se à exploração marmórea<sup>608</sup>. Teríamos, portanto, um conjunto de habitantes da cidade que faziam questão em demonstrarem a sua lealdade para com a divindade máxima do panteão, sendo que nesta cidade encontramos libertos em duas das cinco aras votivas a esta divindade, uma proporção que não deixa de ser significativa. Ainda na cidade, uma outra liberta, *Novela* expressa a sua devoção à divindade indígena *Toga Alma*. E, finalmente, no mesmo núcleo urbano temos outro testemunho de uma liberta: *Optata*, alforriada por um cidadão cluniense.

De um modo geral as designações, perfeitamente romanizadas e neutras, não permitem discernir as origens deste contingente populacional. Na cidade de *Ammaia* todas as designações são latinas e a identificação faz-se também segundo estes preceitos, não ocorrendo os habituais antropónimos helénicos<sup>609</sup>. Eles surgem mais a sul: por exemplo, a *Eutichis* recenseada em Bencatel<sup>610</sup>, a *P[h]ilete* da área de Fronteira<sup>611</sup> e, ali bem perto, *Hegesistrate* e *Alexander* em Defesa de Barros (Avis)<sup>612</sup> ou ainda os *Tryphon* de Silveirona, em Estremoz<sup>613</sup>. Aqui próximo estaria também *Gaius Iulius Parthenopaeus*, que erigiu uma dedicatória à deusa Prosérpina<sup>614</sup>, possivelmente em Fonte Branca. Significativa é a oferta feita por *Iulius Maximianus* de um monumento à deusa Cíbele, possivelmente com uma rica decoração, atendendo aos elementos escultóricos conhecidos no sítio, e destinado a ser contemplado ou visitado a partir da via XII, na sua passagem próximo de Estremoz<sup>615</sup>. Regista-se portanto um considerável conjunto próximo da zona dos mármore e dos eixos de passagem das principais vias, em áreas cultural e economicamente mais vinculadas à capital provincial. O que quer isto dizer? Que temos aqui contingentes populacionais vindos da área helénica, eventualmente para trabalhar em explorações rurais, como nas

<sup>604</sup> Ver, entre outros, Mantas, 2002: 50.

<sup>605</sup> “A indicação da condição de liberto, pouco frequente na epigrafia da área ocidental da Lusitânia a sul do Tejo, conhece no território ammaiense notável representação [cinco epígrafes na zona da área urbana], correspondente a 20% das referências seguras” (Mantas, 2002: 64).

<sup>606</sup> IRCP nº 607; Mantas, 2002: nº 1.

<sup>607</sup> IRCP nº 608; Mantas, 2002: nº 2.

<sup>608</sup> IRCP nº 438.

<sup>609</sup> Mantas, 2000: 404.

<sup>610</sup> IRCP nº 443.

<sup>611</sup> IRCP nº 447.

<sup>612</sup> IRCP nº 448. No caso desta peça não é de mais reforçar a requintadíssima decoração, que mesmo a nível do *conventus* tem poucos paralelos.

<sup>613</sup> IRCP nº 450. O defunto apresenta um *cognomen* de elevada erudição, *Argyrius*.

<sup>614</sup> IRCP nº 571.

<sup>615</sup> IRCP nº 440, proveniência de N. Sr.<sup>a</sup> dos Mártires.

*villae*, ou enquanto artífices especializados na laboração do mármore? Ou trata-se simplesmente de um modismo, de um hábito cultural reflectindo uma pretensa, ou real, erudição literária, própria de meios culturalmente abertos mas elitistas, sobretudo de proprietários abastados que, por moda, assim denominavam os seus escravos<sup>616</sup>?

Seja como for, tornam-se patentes duas situações. Em primeiro lugar, a distribuição geográfica está confinada a áreas específicas: urbana, no caso de *Ammaia*, e de laboração de recursos estratégicos como o mármore, ou eventualmente o contexto agrícola de Fronteira, Avis e Estremoz. Em outros territórios não os encontramos, com pontuais excepções.

Segundo ponto a considerar, a frequência numérica para o total conventual é muito baixa, sobretudo se comparada com outras regiões como o litoral algarvio ou o entorno de *Pax Iulia*<sup>617</sup>.

Do ponto de vista das relações sociais há um dado muito interessante a reter: o caso da epígrafe que nomeia *Iulia Prima*, que ofereceu a dedicatória fúnebre a *Gaio Iulio Gallo*, veterano da *Legio VII*. Gaio foi seu patrono e marido, o que significa que contraiu matrimónio com a sua antiga escrava, situação pouco documentada<sup>618</sup> - a menos que fosse ela própria descendente de escravos libertos.

### 7.5. Escravos

Como foi mencionado no ponto anterior, a expressão numérica de indivíduos em condição de *res cum vox* são pouco expressivas, sobretudo se contrastadas com os libertos<sup>619</sup>.

Curiosamente, de *Ammaia* procede um belíssimo exemplar epigráfico, de paginação muito correcta<sup>620</sup>, que documenta uma criança de três anos de idade, filha de Amena, escrava de Júlia, um gentílico honorífico e revelador das clientelas geradas nos tempos finais da República, bem expressivas aliás no território actualmente alentejano.

É natural pensar que a maioria dos escravos registados epigraficamente estivesse incorporada em ambientes domésticos, mas sobre este tipo de situações nada nos é dito. Também pouco sabemos sobre o seu enquadramento laboral, aparte o *marmorarius* identificado um pouco mais a sul da área em estudo<sup>621</sup>. Mesmo no campo das relações pessoais apenas temos o testemunho de Caldeiras (Elvas), com o monumento dedicado por *Helpis* a *Festivus*, “*Marito benemerenti*”<sup>622</sup>. No restante, temos apenas o documento que teria sido encontrado próximo de Vila Viçosa deixado por *Semne* e *Semnus* a *Pultarius*<sup>623</sup>.

Aliás, a presença de escravos na região em estudo é expressivamente baixa (sobretudo se comparada com outras regiões do *Conventus*), onde assume os índices numéricos mais reduzidos. É difícil encontrar uma explicação para este facto, talvez originada do próprio tecido das actividades económicas, onde o recurso à mão de obra livre poderia ser uma realidade mais frequente do que em áreas mais a sul, onde as actividades industriais exigiriam outra realidade<sup>624</sup>. No entanto, para um real balanço desta realidade é

---

<sup>616</sup> Os mesmos *domini* que expressam na iconografia musiva essa tentativa de adesão a uma mundividência clássica orientalizante. Vejam-se os mosaicos, sobretudo as temáticas báquicas, por vezes com enunciados crípticos de difícil decodificação: em Torre de Palma e Santa Vitória do Ameixial encontramos este universo, e no sítio de Monforte temos as expressivas denominações dos cavalos vencedores, que também remetem para um contexto muito específico.

<sup>617</sup> Que em 1984 detinham quase 40% e quase 30% dos totais, respectivamente: IRCP p. 770.

<sup>618</sup> IRCP n° 577 e comentários na p. 643.

<sup>619</sup> “A epígrafe de *Ammaia* não se desvia do panorama normal, contando neste momento com um total de sete libertos confirmados para apenas um escravo, num conjunto de sete epígrafes” (Mantas, 2002: 50).

<sup>620</sup> IRCP n° 622; Mantas, 2002: n° 7.

<sup>621</sup> Santuário de *Endovelico* em S. Miguel da Mota, Alandroal: IRCP n° 497.

<sup>622</sup> Maciel & Maciel, 1985b.

<sup>623</sup> IRCP n° 466.

<sup>624</sup> IRCP, p. 767. Notem-se os números na região de Beja ou, em especial o núcleo de Quinta do Marim. O recurso a mão-de-obra livre para o trabalho braçal nos campos seria muito generalizado. Gorges, 1979: 148 relaciona a ausência da estrutura denominada *ergastulum* na Península Ibérica (apenas com uma excepção, Els Munts) com esta situação. Note-se que na Gália a existência destas estruturas não foi recenseada nas escavações de *villae* (Ferdrière, 1988: 110).

preciso ter a noção de que o universo epigráfico da *Lusitania* é ainda efectivamente escasso, faltando sobretudo um maior investimento de escavações em necrópoles<sup>625</sup>.

## 8. A rede viária no Alto Alentejo

### 8.1. Considerações prévias

Em monografia recente procurei sistematizar os possíveis traçados viários que percorriam a região em estudo<sup>626</sup>. Parece-me no entanto que se justifica uma nova abordagem a esta realidade, essencialmente por duas ordens de motivos:

- porque o texto então escrito inseria-se em âmbito mais vasto, englobando todo o território alentejano, o que fez com que, no caso concreto do Alto Alentejo, várias informações não fossem incluídas, de modo a não pormenorizar excessivamente o texto para esta área, e portanto, a desequilibrá-lo;

- porque um novo olhar sobre a informação existente, somado às numerosas prospecções que de então para cá foram realizadas, permitiram coligir mais dados, esclarecer velhas dúvidas e levantar novas, justificando-se portanto um novo balanço da situação, não esquecendo que, como é óbvio, trata-se de uma vasta questão que continuará a merecer novos trabalhos de terreno, que procurarão esclarecer as numerosas dúvidas em aberto.

Em traços gerais, o que então foi escrito<sup>627</sup> mantém a sua actualidade, pois os trabalhos de prospecção de campo só pontualmente trouxeram novos resultados.

Recorde-se a premissa de partida: a referência que o *Itinerário de Antonino* faz a três vias de ligação entre a capital provincial, *Emerita Augusta*, e o seu porto de mar, *Felicitas Iulia Olisipo*, levanta hoje numerosos problemas. Embora para os três itinerários estejam elencadas as *mansiones* com as respectivas distâncias miliárias, esta informação é difícil de gerir e de compatibilizar com a realidade, essencialmente pelas seguintes ordens de motivos:

- as *mansiones* referidas não são facilmente correspondíveis com a materialidade arqueológica da região, ou seja, na esmagadora maioria dos casos temos as denominações do *Itinerário de Antonino* mas no terreno não temos os locais identificados, nem sabemos a que localizações correspondem;

- a dificuldade de fazer corresponder a categoria tipológica “*mansio*” às realidades arqueológicas concretas. O modo como se expressa materialmente no terreno esta realidade, ou seja, quando identificamos um sítio arqueológico, como poderemos perceber se estamos diante de uma *mansio* ou de qualquer outro tipo de sítio (sendo que para a região não existem provas epigráficas ou aproximações toponímicas suficientemente esclarecedoras);

- o facto de, aparentemente, existir um nó viário, dado que a via XIV e a via XV apresentam o mesmo topónimo, *Ad Septem Aras*;

- a via XIV e XV têm em comum o facto de servirem *Ad Septem Aras* e *Plagiaria*, mas a primeira tem um ponto de passagem intermédio em *Budua*, que a segunda omite, seja por esquecimento, seja (como é mais provável) porque por ali não passasse. Ora *Budua* corresponde à actual *Botoa*, onde também existe um santuário de peregrinação e onde os vestígios romanos efectivamente comprovam a existência de um sítio atribuível a uma *mansio*;

- o facto de a principal fonte documental, o *Itinerário de Antonino*, ser em si mesmo o resultado de *cópias de cópias*, com a acumulação de erros que em muito confundem a investigação actual (como é o caso, por exemplo, das omissões ou imprecisões nas

---

<sup>625</sup> Embora seja de notar que, na área em estudo, a frequência de epígrafes nas necrópoles objecto de escavação é, também, muito escassa.

<sup>626</sup> Carneiro, 2008.

<sup>627</sup> Carneiro, 2008: Parte II, Capítulo 1, “As três ligações entre Lisboa e Mérida”, p. 47-76.

contagens de milhas entre *mansiones*, como é especialmente evidente no caso do Itinerário XII<sup>628</sup>).

Para além das questões levantadas pelo *Itinerário*, algumas outras existem em torno das problemáticas relacionadas com as vias na região:

- a dispersão dos marcos miliários, que reflecte a dupla vertente das vicissitudes da época, somadas com a geografia da investigação. Em certos troços de via surgem marcos miliários ao longo do percurso, balizando-o, mas na maior parte dos traçados há como que uma *mudez* deste registo, que não pode apenas ser atribuída ao facto de certos concelhos terem beneficiado de maior investigação arqueológica que outros, devendo tal ser procurado no próprio investimento viário realizado na época pelas diversas magistraturas municipais<sup>629</sup>. Para além deste facto, há que realçar a circunstância de alguns marcos terem sido identificados em contexto secundário, longe do seu local original, ou publicados com indicadores de proveniência imprecisos;

- a ocorrência de poucas obras de arte relacionadas com o traçado das vias (ou, quando existem, por vezes com reconstruções posteriores), consequência directa de uma paisagem relativamente suave e com uma rede hidrográfica sazonal, pouco encaixada e que, tirando casos específicos, não obrigava a especiais cuidados na sua transposição;

- as necessárias alterações na paisagem que ocorreram ao longo de dois milénios, obliterando muitos testemunhos, ou camuflando-os sobre a rede viária actual;

- o facto de as estradas romanas serem palimpsestos, ou seja, infra-estruturas que continuaram em utilização muitos séculos depois de ter desaparecido a entidade civilizacional que as criou (em certos casos, utilizadas até à actualidade). Contudo, foi esse uso posterior que as mascarou ou alterou significativamente;

- a dificuldade de compatibilizar as propostas de traçados existentes com aquelas que se conhecem no lado actualmente espanhol da fronteira, onde a investigação sobre o tema tem sido mais rápida e frutuosa<sup>630</sup>.

Estas são as principais condicionantes que colocam obstáculos de monta ao estudo da rede viária regional<sup>631</sup>. Todavia, e em perspectiva inversa, não posso deixar de referir o contraste com as evidências no terreno que em certos casos podem ainda ser encontradas. Na realidade, o que mais surpreende é o modo como tantos e tão impressionantes testemunhos desta rede viária ficaram conservados na paisagem até à actualidade e escaparam ao olhar dos investigadores, pois em largos troços podemos ainda hoje comprovar no terreno o traçado viário. Mas esta situação só se verifica em casos pontuais (o que aí retira qualquer dúvida) e não de forma sistemática para todos os traçados (que levantam muitas dúvidas...).

## 8.2. Aspectos genéricos dos traçados viários no Alto Alentejo

Quando olhamos para os percursos viários existentes neste território várias impressões se verificam. Em termos muito genéricos, e sumariando já o que em seguida será desenvolvido, pode-se considerar a existência de dois quadros muito distintos:

a) *A implantação*. Independentemente do traçado viário ou da sua localização, os caminhos romanos do Alto Alentejo apresentam um genérico “ar de família” que os torna reconhecíveis ao investigador, embora não sejam facilmente verbalizáveis. Os traçados

---

<sup>628</sup> O que cria óbvios constrangimentos à análise, nem sempre contornáveis. Observe-se por exemplo que a ausência de uma *mansio* também faz com que em Alarcão, 2006, a via XII seja a tratada com menos pormenor.

<sup>629</sup> A mesma situação verifica-se, por exemplo, no troço entre Évora e Beja onde, no primeiro troço entre Évora e Viana do Alentejo existe uma impressionante cadência de marcos, e na segunda metade do trajecto, entre Viana e Beja, não se conhece qualquer exemplar.

<sup>630</sup> Gorges & Ródriguez-Martín, 1999; Almeida, Carneiro, Rodríguez Martín & Morgado, 2011.

<sup>631</sup> Sintetizadas da melhor forma por Jorge de Alarcão, 2006: 213, quando afirma “A raridade dos miliários com indicação das milhas, as incertezas quanto às suas posições originárias exactas e as divergências dos diversos manuscritos do *Itinerário de Antonino* quanto às distâncias entre certas estações viárias dificultam a reconstituição dos percursos e a identificação dos lugares por onde as vias corriam.”



caracterizam-se na sua esmagadora maioria por uma feliz adequação entre a linha recta – utilizada sempre que possível – e as curvas de nível mais moderadas e facilmente transitáveis.

Sempre as condições morfo-topográficas do terreno o possibilitam temos segmentos de recta, unidos entre si por curvas largas e suaves. Nos percursos existentes não existem rectas com vários quilómetros, porque naturalmente as condições de implantação no terreno, em paisagem tão ondulada e com uma rede hidrográfica tão recortada, o não permitem. O que se observa, sim, é a existência de rectas que vão procurando adequar-se ao terreno, usando para tal pequenas curvas suaves ou então curvas muito alongadas e abertas, que provocam um *serpenteamento* da via ao longo da paisagem. Notamos uma cuidada escolha para a implantação do traçado, procurando as linhas de fecho e de separação de bacias hidrográficas. Em geral a via tem, de cada lado, a pendente das curvas de nível, transitando pelos topos mais suaves, permitindo o atravessamento de largas extensões sem que seja necessário cruzar, sequer, uma pequena linha de água. É o caso, por exemplo, do traçado entre Assumar e Arronches, que se organiza ao longo de vários quilómetros sem que tenha de franquear o mais pequeno ribeiro ou regato. Como tal, mesmo nos períodos de maior pluviosidade, o traçado é sempre transitável, sem que se corra o risco da acumulação de lamas ou da formação de zonas alagadiças que impeçam a passagem. No caso do traçado envolvente a Degolados, por exemplo, vai deixando sempre de um lado a bacia hidrográfica do Abrilongo e de outro a bacia do Caia, orientando-se pela cota de separação entre os dois cursos de água e deixando de cada lado as barragens que hoje os represam.

Esta cuidada escolha apresenta ainda um outro elemento característico: mesmo sem atingir cotas altimétricas elevadas, o percurso viário orienta-se sempre por zonas de enorme abrangência visual, com quilómetros de visibilidade envolvente. Nesse mesmo troço entre Assumar e Arronches, por exemplo, todo o território espanhol até Codosera e Albuquerque acompanha-nos ao longo do traçado, mesmo que a cota mais elevada não atinja os 350 metros. Em pontos mais baixos, como as longas rectas próximas do Monte de Alcobaça (Elvas), desfrutamos sempre de um amplo panorama que em muito valorizam estes traçados do ponto de vista paisagístico.

Em resumo, se é certo que, em rigor, nada do que atrás foi dito representa uma novidade para o estudo das vias romanas<sup>632</sup>, não deixa de ser relevante que estes princípios foram exaustivamente aplicados na região em estudo, e tal implicou um profundo conhecimento do território em causa para escolher pormenorizadamente os pontos de passagem dos itinerários.

b) A *estrutura*. A diversidade de fabrico das vias é o elemento mais impressionante do panorama do Alto Alentejo. Aqui encontramos uma variedade nos tipos e formas de construção no terreno, indicando distintos investimento. Genericamente, no entanto, não encontramos os métodos construtivos descritos pelos autores latinos<sup>633</sup>, que apontam para uma elaboração que está ausente na região: a abertura de trincheiras, o seu preenchimento com materiais sólidos, as consolidações com cascalho, areão grosso ou tufa vulcânica... Não se pressuponha, contudo, um menor investimento viário: a ponte de Vila Formosa permanece como eloquente exemplo do que foi o esforço de infra-estruturação, que só em parte podemos pressentir.

No entanto, não deve ser esquecido que esta desadequação do texto literário com a variada morfogenia existente é perfeitamente natural, pois a engenharia romana era moldável de acordo com vários factores: “Details of construction vary throughout the empire, according to local climatic and geological conditions, the importance of the road,

<sup>632</sup> Todas estas situações surgem referidas nas obras que analisam pormenorizadamente os princípios de implantação das vias. Remeto especialmente para Chevallier, 1997: 107-108.

<sup>633</sup> Ver por exemplo o relato de Estácio, *Silvae* IV, 3, 40-55, reproduzido em Chevallier, 1997. Vitruvius dedica alguma atenção às vias (*De Arch.* VII, 1, 1-7) e Plínio também concede algumas indicações (*Nat. Hist.* XXXVI, 186-188).

and the intensity of its traffic”<sup>634</sup>, além do investimento que cada *municipium* entendia realizar. E não deve ser esquecido que genericamente predomina o conceito da estrada enquanto “construção natural”, ou seja, onde o investimento estatal foi mínimo, dotando apenas o caminho das indispensáveis condições para a transitabilidade. Na pragmática mente romana, muitos itinerários foram beneficiados de modo sumário, só sendo realizados investimentos quando estritamente necessário para assegurar a passagem, ou então, pela inversa, enquanto manifestação de um poder (geralmente local) com um objectivo quase “sumptuário” ou afirmativo. Mas em geral a intervenção romana foi minimalista, criando apenas as condições indispensáveis para a existência de um caminho por onde passar. Na realidade, grandes beneficiações iriam provocar uma duplicidade de custos: imediatos, para a construção, e regulares, para a manutenção, o que era de todo em todo indesejável.

Nas *formas de construção* temos as seguintes situações:

- o traçado alteado face à envolvente (*agger*), recorrendo a um aterro que liberta o caminho dos terrenos alagadiços que é necessário atravessar. Este alteamento pode ser salientado com a inclusão de faixas laterais a meia altura, construídas para que as águas pluviais não se acumulem na faixa de rodagem. Nestes casos a via constitui-se como uma verdadeira linha na paisagem, sendo fácil de identificar e percorrer. O troço apresenta guardas laterais que balizam o tabuleiro da via, que por vezes é reforçada com uma gravilha ou pedra de pequenas dimensões. Nestes casos assumiu mesmo uma função simbólica perpetuada, como no traçado da via XIV entre Alter do Chão e Assumar, que em larga extensão forma o limite dos concelhos de Monforte e Portalegre.

- Percursos à mesma cota da envolvente, os mais frequentes. A via pode ser também balizada por guardas laterais ou não, tornando nesta última situação o eixo mais difícil de seguir. Por vezes, para facilitar o escoamento das águas pluviais que poderiam alagar a faixa de rodagem, nota-se que os limites laterais da via estão delimitados pela abertura de pequenas valas, para onde escorrerem as águas.

- Percursos rebaixados, ou seja, cuja abertura implicou cavar uma pequena trincheira, apresentando-se a via talhada com vertentes que definem o eixo da via. Na área em estudo os exemplos são escassos, porque o terreno é fácil de transpôr e sem grandes acidentes. Um dos poucos casos é a *via vicinalis* de ligação da *villa* da Farisoa ao itinerário XII, que foi rompido nas suaves elevações que ali se encontram. O mais bem conservado será a longa curva que vence o declive da encosta que separa Reguengo de Horta das Freiras, em Arronches, que em cerca de um quilómetro está perfeitamente conservado, com uma cota inferior em cerca de um metro ao terreno actual.

Nos *tipos de construção* temos os seguintes casos:

- Afloramentos com marcas de rodados, que na área em apreço surgem apenas em pontos muito específicos. Um dos casos mais facilmente verificáveis, porque mesmo junto ao alcatrão, encontra-se ao lado de uma curva da E.N. 1099 que liga Assumar ao IP2, onde se conservou ainda um destes casos.

- Traçados em terra batida, onde não é visível qualquer elemento pétreo. Aliás, nos casos em que temos esta situação, estamos em áreas de solos mais arenosos, onde a pedra naturalmente escasseia. É sobretudo o caso dos traçados viários na área da Ponte de Sôr.

- Encontramos alguns troços com brita ou cascalheira que parecem corresponder ao *rudus* da construção, se acaso forem da estrutura viária original, pressupondo que não houve posteriores adições. Percorrendo o traçado encontramos um leito de via formado por pedra de pequena dimensão, frequentemente triturada. É evidente a utilidade deste método, pois a brita permite que a água das chuvas escorra, não se acumulando de modo a alagar a faixa de rodagem. Nestes casos podemos distinguir entre os troços com brita miúda ou com pedras de pequena dimensão, colocadas no tabuleiro de modo simples e pouco elaborado, sem que possamos falar de uma via lajeada.

---

<sup>634</sup> Greene, 1986: 36.

- Em raros casos encontramos troços lajeados, não sendo directamente evidente se estamos perante uma construção original ou se as lajes foram colocadas em algum dos vários momentos de reconstrução dos itinerários, nomeadamente em ocasiões militares. Um bom exemplo é o troço de via que desce de Cabeço de Vide em direcção às Termas da Sulfúrea, cujo lajeado em espinha deverá ser setecentista, o mesmo acontecendo em troços na encosta de Marvão. Encontramos ainda lajeados na passagem de alguns cursos de água, e existem informações orais que referem que a passagem da via XIV a norte de Assumar teria grandes blocos de pedra no leito. O caso mais emblemático de um pequeno troço de via lajeado é, obviamente, a faixa de rodagem da ponte de Vila Formosa, indiscutivelmente original.

Nas guardas laterais, atrás mencionadas, temos a colocação de pedras de média dimensão embutidas no solo e fincadas ao alto, balizando assim os limites da via. Em outros casos temos pedras de maior dimensão que estão depositadas no chão, em alinhamento sucessivo. De um modo geral os limites da via não estão directamente assinalados por elementos visíveis, mas pelo rebaixamento causado por uma pequena plataforma de terra que serve para as escorrências pluviais.

c) *A geo-estratégia*. A impressão geral dos traçados viários no Alto Alentejo é a de que se trata de um tecido criado e construído claramente em função da mundividência romana. Quero com isto dizer que houve nesta região um fortíssimo investimento directo do novo poder agora instalado, criando uma rede viária que claramente se destinava a cumprir um novo universo de exigências e de necessidades. Este pressuposto parece-me claro em função das três vias do *Itinerário de Antonino* que punham em contacto a capital provincial<sup>635</sup> com o seu natural porto de mar e que são uma criação especificamente romana<sup>636</sup>, sem embargo de em pontos específicos poderem aproveitar rotas pré-existentes.

Estas terão existido, claro, e certamente se mantêm activas sob o novo domínio, mas sobretudo em traçados mais secundários, que nós podemos identificar como sendo milenares caminhos de transumância<sup>637</sup>. Estas rotas de atravessamento do território terão sobrevivido, mantendo-se a sua utilização ao longo de todo o Império, embora não pareçam fazer parte do tecido viário principal, pois geralmente ao longo destes caminhos não encontramos nem referência a miliários nem a existência de obras de arte. Todavia, aos monumentos megalíticos e povoados da Idade do Ferro que frequentemente se encontram ao longo dos seus traçados, vemos agora acrescentarem-se sítios romanos que os aproveitam como via de acesso, indicando portanto que a sua utilização prosseguia. Todavia, os interesses particulares de Roma levam a um redimensionamento da rede viária, pois alguns parecem ter sido manifestamente abandonados, por não apresentarem as condições topográficas e estratégicas adequadas aos novos modelos de povoamento e de circulação que agora se implantam. Tal é evidente quando, ao longo de alguns caminhos, encontramos monumentos megalíticos e povoados da Idade do Ferro, como no caso anterior, mas deixamos de ter os sítios romanos a acompanhar o trajecto.

d) *factores orogénicos e dinâmicas gerais*. Finalmente, é ainda necessário tomar em consideração algumas situações particulares. Uma relaciona-se com a própria geomorfologia da região, que modela o curso dos caminhos. Na realidade, as grandes rotas da transumância orientam-se genericamente no sentido norte-sul, e é sobre estas que se irão

---

<sup>635</sup> Que assume uma curiosa posição periférica em relação ao território da própria província, uma situação que de resto na península também sucede com *Tarraco*, embora em *Augusta Emerita* a sua implantação em “cruz de caminhos” - em especial o contacto com a *Via de la Plata* - seja determinante.

<sup>636</sup> Jean-Gérard Gorges (1990: 105) chama a atenção para as quatro vias que saíam de *Augusta Emerita* para os territórios provinciais, sendo três eixos de “interesse económico” e um de “interesse estratégico”. O modo como a capital provincial servia de *caput viam* de modo tão evidente demonstra o profundo entendimento estratégico que Roma lançou sobre este território, e a consciência da ruptura face aos modelos de organização indígena.

<sup>637</sup> Sobre a reconstrução e remodelação de traçados anteriores temos uma interessante menção em Flavius Josephus, *Guerras aos Judeus* III, 118, que em contexto de operações militares menciona o trabalho dos *hodopoioi* encarregues de refazer os caminhos e torná-los mais adequados aos interesses romanos.

implantar parte dos caminhos romanos. Tal não ocorre por acaso: na realidade, a transitabilidade da paisagem é mais facilitada neste sentido do que nas rotas este-oeste, onde é necessário atravessar vales por vezes muito cavados ou relevos muito acidentados. Como a orientação dominante dos grandes maciços tardo-hercínicos se estrutura na primeira das direcções, ou para ser mais rigoroso, de modo noroeste-sudeste, também os mais antigos eixos de comunicação se orientam desta forma. Apenas nas zonas onde os rios rompem em outra direcção – que são pouco numerosos, diga-se sendo o Sorraia o de maior porte – se consegue atravessar esta área no sentido transversal. Não esquecendo ainda que na área temos a passagem da grande bacia hidrográfica do Tejo para a do Guadiana, com distintas orientações, e é precisamente sobre esta fronteira das dobras do relevo que alguns troços de via se orientam - em especial a via XII, mas também a XIV.

Sucedem, porém, que a dinâmica geral da romanização na zona é enquadrada pela noção geo-estratégica da ligação entre a capital provincial e o seu natural porto de mar, exemplarmente expressa nas três vias do *Itinerário de Antonino*. Ora, esta filosofia implica contrariar a tendência dominante da paisagem e do relevo, obrigando a um esforço construtivo suplementar. Onde é possível, o traçado da via acomoda-se ao terreno: é por isso, por exemplo, que parte da via XIV segue o traçado da ribeira de Sôr, circulando entre bacias hidrográficas. Mas nem sempre tal é possível, e essas circunstâncias implicam vultuosas obras de arte – a ponte de Vila Formosa, por exemplo, atravessando uma linha de água que corre norte-sul – ou rasgando relevos.

É por estes motivos que a rede viária apresenta um maior investimento construtivo nas linhas este-oeste – destacando-se a via XII e sobretudo a XIV<sup>638</sup> – do que nos caminhos norte-sul, que já apresentavam uma transposição de percurso mais predisposta pelo quadro geográfico. A dignidade do caminho, e sua monumentalidade, não deriva apenas da sua condição de itinerário destinado à capital provincial; é também propiciada pela existência de corredores de passagem encaixados na orientação natural do relevo que exigiram, ou não, obras de beneficiação. Por estes motivos, são muito mais fáceis de detectar os itinerários este-oeste do que os orientados no sentido norte-sul (genericamente considerados, obviamente, o que não exclui casos particulares), pois para os primeiros o esforço construtivo na modelação do terreno foi substancialmente superior.

O tecido viário romano no Alto Alentejo é portanto constituído por uma mescla de situações muito diversificadas, nem sempre fáceis de entender e hierarquizar na actualidade, obedecendo também a diversos momentos de investimento (cuja seriação cronológica não é, para já possível) mas que são claramente desenhados em função dos interesses particulares que Roma impõe para esta região. É extremamente significativo que as três vias do *Itinerário* sejam em larga medida investimentos *ex novo* que visam ligar a capital provincial ao seu porto de mar, mas também a recursos estratégicos que irão assumir fortíssima importância na simbólica do poder, como é o caso sobretudo dos mármoreis do anticlinal de Estremoz servidos pelo *Itinerário XII*.

Torna-se também fundamental perceber se estas *diferentes faces* das vias romanas do Alto Alentejo são mais uma manifestação do modo como Roma concedia às magistraturas locais uma autonomia de acção que se reflecte, depois, nos diferentes investimentos que nelas observamos. Um caso exemplar, como ilustração do que afirmo, tem a ver com o itinerário da via entre *Ebora* e *Pax Iulia*. Aqui encontramos uma clara distinção nos troços viários que cabiam às diferentes magistraturas: de Viana do Alentejo para norte temos troços calcetados, com várias pontes e numerosos marcos miliários; para sul, ao invés, não existe qualquer uma dessas formas de investimento viário, situação que não pode apenas

---

<sup>638</sup> Que deverá ter sido, dos três itinerários entre a capital provincial e o seu porto de mar, o itinerário mais utilizado e que por isso beneficiou de mais investimento. Os troços conservados, a obra de Vila Formosa e o número de miliários assim o denunciam. A rapidez que proporcionava e a sua fiabilidade é visível, por exemplo, pela densidade de sítios por ela servidos que apresentam conchas de ostra recolhidas em escavações arqueológicas.

ser atribuída a todo o *percurso posterior* na evolução do itinerário, mas às diferentes idiossincrasias da época<sup>639</sup>.

Olhando para a região em estudo, o mesmo panorama diferenciado emerge: zonas de concentração de marcos miliários, como na Ponte de Sôr, ou troços onde a via se apresenta bem visível, mas subitamente desaparece ou altera a sua morfologia (de troço com cascalho para terra batida, por exemplo), podendo tal indicar que nesse momento entrámos em territórios dependentes de outras administrações, que investiram de forma diferenciada nos caminhos sob sua tutela. Esta cartografia dos distintos *facies* viários deverá ser levada a cabo de modo intensivo, podendo assim também perceber-se, através dos diferentes investimentos, as áreas de poder e de influência que nesta zona se desenrolaram, ou o modo como os distintos poderes fractais ao nível local actuavam no seu *territorium*.

Analiseemos então o tecido viário principal que percorreu o Alto Alentejo. Os traçados apresentados resumem-se apenas aos constantes do *Itinerário de Antonino Pio*, constituído pelas três estradas que ligavam *Augusta Emerita* e *Olisipo*, ficando por tratar outros caminhos secundários. Esta opção resulta de as outras soluções viárias terem sido apresentadas recentemente<sup>640</sup>, não havendo no essencial informações a acrescentar ao quadro então esquematizado, e para conceder maior detalhe à descrição dos traçados propostos para as vias XII, XIV e XV.

### 8.3. As três vias entre *Augusta Emerita* e *Olisipo*

Ao contrário da perspectiva adoptada em trabalho anterior<sup>641</sup>, opto agora por apresentar os itinerários a partir da condição de *caput viarum* que *Augusta Emerita*, enquanto capital provincial, assumiu. Esta questão é complexa e tem sido assumida de diferentes perspectivas consoante os investigadores olham a partir de Lisboa (os portugueses) ou de Mérida (os espanhóis), mas deve ser lida em função da realidade da época. Se esta não é explícita no catálogo do *Itinerário de Antonino*, surge-nos em contrapartida comprovada arqueologicamente pelo miliário encontrado com a milha LXV em Herdade de Alcobaca<sup>642</sup> que mostra como a contagem se iniciava na capital provincial (como, aliás, era lógico se pensarmos de acordo com a mentalidade romana), indicando ainda que esse ponto poderia estar de facto incluído no *conventus emeritensis*<sup>643</sup>. Os problemas de identificação deste topónimo já foram devidamente discutidos<sup>644</sup>, e os trabalhos de campo entretanto realizados permitiram reforçar a passagem desta via por Alcobaca. Portanto creio que é perfeitamente justificado que “Tendo em conta que as 114 milhas que o Itinerário indica entre *Olisipo* e *Ebora* são coerentes com a distância entre estes dois pontos, perfeitamente identificados, parece lógico admitir que o troço *Ad Atrium Flumen – Emeritam* deverá ser lido *a contrario*, ou seja, contando as milhas de *Augusta Emerita* em direcção a *Olisipo* ou, se se preferir, até ao limite do território emeritense.”<sup>645</sup>

Curiosamente os problemas relacionados com a passagem dos três itinerários só parecem adensar-se na aproximação à fronteira entre Portugal e Espanha, pois ao longo do

<sup>639</sup> Esta linha de análise foi sustentada por Pierre Sillières (1990: 695-696) que interpreta várias alterações estruturais como o resultado dos investimentos da governação provincial. *Contra* ver Le Roux, 1999: 270.

<sup>640</sup> Carneiro, 2008: 89-98.

<sup>641</sup> Carneiro, 2008.

<sup>642</sup> IRCP n.º 670

<sup>643</sup> Alarcão, 1987, p. 77-78; Gorges & Rodríguez Martín, 1999, p. 261-262; em termos gerais, Rodríguez Martín & Gorges, 2006.

<sup>644</sup> Maria José de Almeida (2000: 102) foi a primeira investigadora a considerar que o miliário seria proveniente do Monte de Alcobaca, no limite da freguesia de Vila Fernando com Terrugem, pois a indicação original de Leite de Vasconcellos (1914: 249) mencionava “na herdade de Alcobaca, freguesia de Terrugem, concelho de Elvas, perto da antiga estrada de Lisboa a Badajoz”, o que faria coincidir a via romana,  *grosso modo*, com a E.N n.º 4. Em ocasião posterior a prospecção no terreno permitiu confirmar a presença de um dos troços viários mais bem conservados em todo o Alto Alentejo (Almeida, Carneiro, Morgado & Rodríguez Martín, 2011). Em Alarcão, 2006: 233 discute-se esta problemática.

<sup>645</sup> Almeida, Carneiro, Morgado & Rodríguez Martín, 2011.

vale do Guadiana os seus percursos são bem conhecidos<sup>646</sup>. O reconhecimento dos seus traçados já foi realizado com exaustivo pormenor, sendo notada a coincidência entre os limites administrativos actuais e a miliação antiga ou o traçado no terreno – situação, que como veremos, se verifica também para o território em análise.

Olhando para o território actualmente espanhol, um outro comentário reside na comprovação arqueológica de uma informação literária. Na verdade, Frontino deixa-nos a indicação que o rio *Anas* “traverse la *pertica* de la colonie en son milieu et qu’à proximité de son cours, les terres (*agri*) ont été assignées là où, d’un bout à l’autre, on a alors jugé que le sol était utile.”<sup>647</sup> Efectivamente os traçados viários seguem o rio, acompanhando-o pelas duas margens, funcionando assim o vale do Guadiana como um tríplice corredor de comunicação e assumindo um papel de eixo vertebrador do povoamento em toda esta zona, ou o modo como a linha de água foi entendida verdadeiramente como um factor de união congregadora do sistema de povoamento e circulação que se pretendeu implantar *ex novo*. Este conceito geo-estratégico, articulado em torno do leito do rio<sup>648</sup>, é notável pelo modo como entende a ligação atlântica da capital provincial como fundamental logo desde o momento da sua fundação (trata-se da única capital provincial que não tinha acesso directo ao mar), e tal torna-se simbolicamente evidente pela construção da magnífica ponte de *Augusta Emerita*, com a sua longuíssima extensão de mais de oitocentos metros orientada precisamente para oeste, no sentido da *finis terrae* atlântica<sup>649</sup>. Exprime também as dificuldades que a gestão do curso de água colocava aos primeiros colonizadores. De facto, o Guadiana não se caracterizava por ser apenas um rio de caudal irregular, com grandes cheias, mas sobretudo por “saltar de leito”, por alterar frequentemente o seu curso<sup>650</sup>. Desta forma, os agrimensores criaram um *corredor de segurança* que serviu à implementação das três vias, a XII pela margem esquerda, e as XIV e XV seguindo em conjunto pela margem direita.

Esta íntima relação de *Augusta Emerita* com o rio, o território e as ligações atlânticas, é visível também na própria orientação da colónia e na estruturação do espaço rural. A *pertica* emeritense foi alvo de um cuidado planeamento: “À *Emerita*, les *agrimensores* précisent que les terres proches du Guadiana ne furent pas assignées (*subseciva*) et qu’elles appartenaient à la communauté (*ad personam coloniae ipsius pertinere*) et que d’autres vastes espaces furent réservés à des affectations spéciales, à un bois public de 250ha consacré à la déesse Feronia, surtout à des pâturages et des bois communaux (*silvae et pascua publica Agustinorum*<sup>651</sup>); enfin, après trois déductions de colons, il restait encore des terres non assignées.”<sup>652</sup>. Quanto às vias, o seu traçado vai orientar-se por “a modo de limite, el espacio inundable del río”<sup>653</sup>.

<sup>646</sup> Ver sobretudo Gorges & Rodríguez Martín, 1999 e em especial 2000 e 2005; de forma mais abreviada em Almeida, Carneiro, Morgado & Rodríguez Martín, 2011.

<sup>647</sup> Le Roux, 1999: 265; comentários em Gorges & Rodríguez Martín, 2000: 135 ss e Ariño & Gurt, 1994: 49. Sobre a informação de Frontino ver também De Nardis, 1994: 10-76.

<sup>648</sup> Rodríguez Martín, 1999.

<sup>649</sup> Alvarez Martinez & Nogales Basarrate, 2004: 265-267. O modelo arquitectónico da ponte é, como referem os autores, claramente itálico, mostrando o directo investimento do poder imperial nesta estrutura e no que ela representava do ponto de vista, digamos, *ideotécnico*. Sobre os paralelos com a ponte de Vila Formosa em Alter do Chão ver a pág. 271 com bibliografia.

<sup>650</sup> O caso hoje mais evidente reside talvez na *villa* de Torre Águila, que no momento da sua construção estava a sul do rio, e hoje encontra-se na margem oposta. Infelizmente, estas mudanças implicaram a destruição de parte das estruturas construídas do local. Para este sítio em concreto ver sobretudo Rodríguez Martín, 1988.

<sup>651</sup> Passagem também realçada de modo especial em Ariño & Gurt, 1994: 49.

<sup>652</sup> Leveau, Sillières & Vallat, 1993: 241; fontes em *Frontinus*, *De controversiis*, 9; *Agennius Urbicus*, 44,5 e 46; *Hyginus*, *De limitibus* 135, 15. Sobre esta fase ver o estudo integrador de Gorges & Rodríguez Martín, 2005. No registo arqueológico é muito interessante verificar que estes terrenos comunitários (*subseciva*) viriam a ser ocupados por luxuosas *villae*, provavelmente logo no momento posterior, resultante de reformulações dos domínios de solo. Um édito de Vespasiano vem procurar regulamentar a situação, sem grande sucesso (Le Roux, 1999). Note-se ainda que *Urbicus* (37,13) diz-nos que alguns destes lotes tinham proporções absolutamente desmesuradas face ao costume, incluindo lotes de 400 *jugera*, ou seja, mais de 100 hectares (Le Roux, 1999). Este tamanho muito considerável das propriedades poderia ter como finalidade evitar “la

Com as vias a caminharem paralelamente entre si em direcção ao território actualmente português, e com o seu traçado bem delimitado no espaço espanhol,<sup>654</sup> temos de procurar rastrear os pontos de entrada para o Alto Alentejo. Podemos mesmo considerar que tem sido aqui que reside um dos grandes obstáculos à investigação: rastrear quais os lugares precisos por onde as três vias cruzavam a fronteira que actualmente existe, uma demarcação administrativa que é na prática uma delimitação natural, pois temos a passagem de dois grandes rios – o Guadiana e o Caia – que são, pela irregularidade dos seus caudais, cursos de água de difícil atravessamento.

A investigação arqueológica deparou-se por muito tempo com esta dificuldade na definição dos pontos de passagem. Todavia, uma cuidada análise cartográfica e documental, conjugada com as prospecções feitas no terreno, permite assinalar três locais com vestígios arqueológicos seguramente relacionados com as vias romanas. Dois referem-se a pontes, estruturas construídas que têm estado ausentes nas propostas consideradas pelos investigadores que se dedicaram a este tema: os impressionantes alicerces de Enxara documentam de forma inequívoca a existência de uma monumental forma de atravessar o rio Xévorá junto ao actual lugar de Ouguela, e mais a sul o traçado da via XII atravessaria o Caia na ponte que se erguia junto da actual. Entre ambos, o atravessamento do Xévorá far-se-ia em Ilhas, ainda hoje uma fácil passagem a vau e que marca o ponto mais ocidental da actual fronteira espanhola nesta área.

Curiosamente ou talvez não, próximo de todos estes pontos encontram-se sítios romanos de grande porte, que funcionam como pontos de portagem, de controlo de passagem, destas ligações estratégicas, o que levanta interessantes questões sobre o perfil de ocupação destes lugares. Na via XII, no Posto do Caia, temos Alfarófia, na via XV, em Ilhas, o sítio de Casarões, enquanto mais a norte, junto à Enxara, temos Pombinha.

Mesmo assim, como em cada caso concreto se discutirá, ainda existem outras hipóteses de passagem que deverão ser consideradas.

### 8.3.1. Via XII

Uma dessas hipóteses é levantada por Gorges e Rodríguez Martín<sup>655</sup> e diz respeito à possibilidade de passagem do Guadiana junto ao encaixe do rio Olivença, o que significaria puxar este itinerário mais para sul, próximo da antiga ponte da Senhora da Ajuda. Aí encontra-se um topónimo sugestivo – “Albalá” e “un tronçon du vieux chemin au nord du río Olivenza”<sup>656</sup>», mas esta alternativa parece não ser a mais indicada por dois motivos: primeiro, porque desloca desnecessariamente para sul o itinerário, mas também porque a passagem para o lado português, e subsequente subida, não é propriamente fácil para a área de Santo Ildefonso. É um facto que existe na área um topónimo sugestivo, «Monte da Cascalheira», que surge associado a vias romanas, mas a origem do nome deve ser atribuída, de facto, ao inúmeros seixos de rio que existem nos terraços fluviais do Guadiana, muitos deles aliás, com marcas de talhe pertencentes a algum momento do Paleolítico. Todavia, não deve ser excluída liminarmente a hipótese de um antigo caminho de passagem do rio, eventualmente junto ao antigo Posto da Guarda Fiscal da Venda, onde existiam até ao século passado as rotas de contrabando passavam o Guadiana a vau precisamente na foz do rio Olivença.

A via XII tem vindo a ser designada como «Rota dos Mármore». Ligando a capital provincial ao oceano atlântico através de *Ebora*, alimentou as duas cidades com o recurso estratégico fundamental que constituíam os mármore do eixo Estremoz-Vila Viçosa, que

---

désertion des campagnes habituelle à la plupart des colonies de vétérans” (Gorges, 1979: 100) e permitir a instalação de veteranos de duas legiões em simultâneo, o que não era habitual.

<sup>653</sup> Rodríguez Martín, 2002: 19.

<sup>654</sup> Gorges e Rodríguez Martín, 2000, com grande detalhe nos percursos e sítios arqueológicos que os pontuavam.

<sup>655</sup> 2000: 111. e nota 22.

<sup>656</sup> Gorges e Rodríguez Martín, 2000: 111.

aliás encontramos nos edifícios públicos de ambas. Como tal, e devido às pesadas cargas que teve de suportar, temos de pensar que este eixo certamente terá beneficiado de relevantes investimentos que criassem condições para um mais simples transporte destes bens, até porque neste percurso não existia qualquer curso de água que pudesse suprir os incómodos do trânsito terrestre.

Nesta linha de raciocínio, o primeiro exemplo no actual território português estaria precisamente na linha da actual fronteira. Enquanto as estradas de alcatrão atravessam o rio Caia junto ao Posto da Guarda Fiscal, a norte do Monte das Caldeiras, a via XII entraria um pouco a sul desta habitação, em ângulo mais directo. Ainda hoje no leito do rio se encontram silhares que marcariam esta construção, mas a observação das margens foi impossibilitada pelas limpezas mecânicas que por ali se realizaram. Todavia, em 1982 a situação deveria ser diferente, pois foram encontrados “do lado jusante, algumas aduelas de um arco e sinais de um outro [...] uma obra originariamente romana”<sup>657</sup>. Olhando mais atrás já Lerenó Antunes, correspondente de José Leite de Vasconcellos, informava sobre Alfarófia:

23-06-1926 (742)

*Para se fazer uma escolha conscienciosa acho prudente comunicar que os exemplares [refere-se a seixos do Paleolítico, já citados em anteriores epístolas] são todos apanhados à superfície do terreno, onde também se tem encontrado alguns instrumentos neolíticos (infelizmente partidos) e que foi habitada pelos romanos, como se pode ver por umas ruínas e sucatas que os meus criados tem encontrado; além disso, sobre o antigo leito do Caia há uma ponte inutilizada, de boa construção, muito antiga, onde deveriam ir dar caminhos. Assim o terreno deverá ter sido trilhado por carros desde muitos séculos [...]”<sup>658</sup>.*

É crível, portanto, que neste ponto existisse uma ponte que permitisse a passagem do curso de água, e eventualmente a necrópole deduzida a partir da árula então detectada estivesse junto à via.

A sul, na reentrância do rio, encontra-se o sítio de Alfarófia, que mantém contacto visual com esta passagem. É provável que também no próprio monte de Caldeiras (que, segundo Vitorino d’Almada, teve uma atalaia fortificada) existam alguns vestígios romanos<sup>659</sup>, mas a agricultura intensiva e a criação de terraços artificiais para o cultivo de arroz têm tido um severo impacto nesta área. Será também por esse motivo que hoje já não se encontra a ponte dita “romana” que surge cartografada em documento de 1990<sup>660</sup>, pois no exacto local onde surge referenciada encontra-se uma vala de grandes dimensões que foi aberta mecanicamente.

A partir daqui o caminho não seria difícil de seguir se as actuais plantações de tomate, e as tubagens de rega associadas, não tivessem invadido os terraços fluviais junto ao Guadiana. Mesmo assim ainda surge cartografada na Carta Militar, como um caminho em linha recta que se dirige para a base da pequena elevação onde está o Monte de São Miguel. Aqui deixa a sul a *villa* de Nora Úveda, pois entre esta e S. Miguel encontrava-se a pequena Ponte Lagarto, que Maria José de Almeida ainda fotografou<sup>661</sup>. Seria este o caminho seguido pelo exercito português em 1730, pois “assentaram arraial na parte de cá do Guadiana, junto à Atalaia da Terrinha ou Atalaia do Guadiana ou, em 1560, como Torre d’Ubeda, que parecia ser do tempo de D. João 1º e que tinha 60 palmos de altura e 76 1/3 de circunferência”<sup>662</sup>. Esta referência liga-se a uma outra apresentada pelo mesmo autor, ao

<sup>657</sup> Maciel & Maciel, 1985b, nota 1.

<sup>658</sup> Epistolário de José Leite de Vasconcellos em depósito no MNA, carta do correspondente 152 (Antunes, Lerenó) de 23-06-1926 (742). Será esta a “estrada do mau caminho” referida em 14-05-1927 (744) como sendo romana, sem no entanto a localizar?

<sup>659</sup> Nesta zona foi encontrada uma árula funerária da necrópole que possivelmente corresponde ao espaço sepulcral de Alfarófia. Na notícia da identificação os autores referem a “ponte soterrada nos arrozais do Caia” em que parte da estrutura era ainda visível. (Maciel & Maciel, 1985b, nota 1).

<sup>660</sup> Processo IPPAR nº 4.07.007, Ana Carvalho Dias, Informação de IPPC/SRAS de 27 Novembro 1990.

<sup>661</sup> Almeida, 2000: nº 47, vista em 04. Setembro de 1998. Não a encontrei no terreno em três passagens pelo local, onde se abriram valas para o regadio intensivo. A ponte pode estar destruída ou aterrada.

<sup>662</sup> Pires 1931: 72.



antigo caminho das “Mestas” ou “Mestras”, um porto do Guadiana, em que Afonso da Gama Palha<sup>663</sup> menciona que passaram o porto das Mestras com algum trabalho e assentaram arraial junto à Atalaia da Terrinha. Portanto a utilização deste caminho era estratégico ainda em tempos de lutas com Castela.

A partir de Nora Uveda torna-se mais difícil perceber o desenvolvimento no terreno deste traçado. Pela frente encontra-se a grande elevação de Elvas, obstáculo que é necessário vencer, mas até atingir as suas proximidades existiam várias hipóteses. Em frente a Ponte Lagarto existe um vau de passagem da ribeira da Lã, em direcção a Padeira e Torre da Sé, e depois uma subida em declive suave que passaria junto à antiga forca. Creio, no entanto, que o traçado acompanhava o curso de água, por Gramicha. Isto porque a subida permitiria a passagem junto ao santuário a Proserpina em Fonte Branca, cuja identificação parece ter sido conseguida com alguma segurança, na solitária estrutura que hoje ainda se ergue no local<sup>664</sup>. A sua localização no terreno foi incerta por muito tempo, mas a pista decisiva parece ter sido conseguida a partir da estrutura ainda existente. Reproduzo a entrada do *Dicionário* de Vitorino d’Almada:

*Fonte Branca (Torre da)*

*Atalaia de que resta uma só face, perto do sítio deste nome, à direita da estrada real para Badajoz. Foi provavelmente destruída pelos espanhoes na guerra da aclamação. Este paredão fica a 1106 braças do Outeiro do Paraizo e a 919 do do Ouradinho*<sup>665</sup>.

Dado o carácter salvífico e celebratório das epígrafes é de supor que estivessem inseridas em estrutura cultural de grande visibilidade pública, com uma efectiva proximidade à via, para que os fiéis tivessem fácil acesso ao monumento. Para mais corresponde a um corredor de passagem, aproveitando uma pendente moderada, entre a ribeira da Fonte Branca e as elevações suaves que se desenvolvem no local, pelo que a passagem da via por este ponto não implica um desvio forçado ao itinerário.

Assumindo portanto que o percurso até Fonte Branca é uma solução perfeitamente exequível e adequada à topografia da zona, uma incógnita levanta-se para o troço seguinte. Estamos agora próximo de Elvas, uma elevação natural ladeada por dois outros obstáculos: a norte o actual Forte da Graça, com a serra da Malefa nas suas costas e, do lado oposto da actual cidade, a elevação onde hoje se encontra o Forte de Santa Luzia, menos imponente, é certo, mas um ponto que estrangula a passagem.

Esta problemática está ligada, também, à existência ou não de um aglomerado urbano sob a actual cidade de Elvas. Se acaso houve um antecedente em época romana, será natural considerar que o itinerário a serviria. Todavia, a percepção não é fácil, pois na envolvente da cidade o conhecimento de sítios arqueológicos, ou de vestígios viários, é quase nulo, o que objectivamente inviabiliza a percepção do traçado.

A antiga estrada militar orientava-se pela entrada de Elvas junto ao chafariz d’El-Rei e, no seguimento para oeste, por Calçadinha, um topónimo que ainda preserva essa memória viária, em direcção ao Monte do Menino d’Ouro, Casas Velhas e ao imponente povoado de Atalaia dos Sapateiros. Foi essa a proposta apresentada em 2005 em artigo conjunto, onde para além da memória cartográfica<sup>666</sup>, juntávamos o facto de, na topografia actual, ser este o melhor circuito para atravessar as elevações a norte de Vila Boim que, na prática, são também uma passagem natural, pois separam as bacias hidrográficas dos grandes rios que emolduram a área geográfica aqui em consideração<sup>667</sup>. Na base da Atalaia desprender-se-ia um caminho de ligação à via XIV que seguiria por Monte dos Pequeninos.

<sup>663</sup> Citado em Pires, 1931, entrada Mestras: *Relação dos Sucessos da Guerra da Liga*, p. 33.

<sup>664</sup> Ver Carneiro, 2009-2010.

<sup>665</sup> Almada [s.d.] Vol. 18 - Fil-Fon, Arquivo Municipal de Elvas.

<sup>666</sup> Folha 25 da *Carta Geral do Reino* de 1872, escala 1: 100.000.

<sup>667</sup> “Este traçado evita uma área de topografia mais acidentada a sul e coincide quase exactamente com a linha de festo que separa as bacias hidrográficas da Ribeira do Almuro (Sorraia) e Ribeiras de Asseca e Mures (Guadiana).” In: Almeida, Carneiro, Morgado & Rodríguez Martín, 2011.

Este nó viário reforçaria o papel determinante que o povoado instalado no ponto dominante desta zona teria como ponto de controlo de passagens.

Teríamos então a passagem próximo de São Romão em direcção a Alcarapinha, percurso que marca a inflexão na curvatura para norte que a via XII vinha fazendo, passando agora a orientar-se para ocidente. Em Alcarapinha o P<sup>e</sup>. Silva Louro localizou um povoado, sepulturas e também um miliário<sup>668</sup>, talvez a coluna na esquina do monte, mas que não tem legenda visível. A partir deste ponto o traçado torna-se mais fácil de identificar cartograficamente, embora no terreno a prática agrícola tenha conduzido a algumas alterações na topografia e na paisagem da área. Trata-se de um caminho rectilíneo, na direcção sudoeste, que de Alcarapinha segue em direcção ao Monte de Alcobaça, onde, chegados à estrutura, a via se torna então claramente visível.

Em Alcobaça os indicadores no terreno são numerosos – um extenso troço de via, uma mancha de materiais, notícias de uma necrópole no lado oposto – mas o elemento mais significativo já não se encontra no local: o célebre miliário com a milha LXV<sup>669</sup>. As questões mencionadas por Leite de Vasconcellos em que o mesmo “apareceu na Herdade de Alcobaça, freguesia da Terrugem, concelho de Elvas<sup>670</sup>” já foram devidamente esclarecidas por Maria José de Almeida<sup>671</sup> e a sua atribuição a este local, é perfeitamente justificável pela consulta do registo de propriedades, que indica ser este o limite das freguesias de Terrugem e Vila Fernando. É daqui proveniente um outro miliário<sup>672</sup> encontrado no sítio de “Cabanas”, um micro-topónimo que hoje já não é possível localizar no território desta herdade<sup>673</sup>. Todavia, é o miliário anterior que levanta questões relevantes para o *territorium* emeritense, pois a menção da milha LXV contada a partir da capital provincial pode indicar que esta zona ainda pertenceria à esfera de influência directa de *Augusta Emerita*. É de lamentar que a inscrição do segundo marco esteja apagada, não deixando perceber a miliação, mas chama-se a atenção para o facto de que aqui existe uma terminação dos limites administrativos de duas freguesias na actualidade. Se a este facto juntarmos a circunstância de o Monte de Alcobaça ser um marco na paisagem, pois apesar de não ser encontrar a uma cota muito elevada, é facilmente avistável de qualquer ponto nas suas imediações, temos aqui um lugar muito relevante na estruturação do território e na definição de limites de administração em época romana, facto que deve motivar um olhar atento para o sítio arqueológico onde o P<sup>e</sup>. Silva Louro refere uma coluna e um capitel e os “grossos tijolos do chão de uma casa sobre a qual hoje se semeia o trigo”<sup>674</sup>.

O itinerário conservado em torno a Alcobaça é um dos mais bem preservados nesta zona, e a densidade de sítios dos dois lados do traçado é um indicador da sua importância como espinha dorsal. Na extensa planície entre Sapateiros e a Serra d’Aires a via romana constitui um elemento indelével da paisagem. O troço torna-se perfeitamente visível na calçada ascendente que dá acesso ao Monte de Alcobaça, onde separa a casa dos anexos agrícolas. Daqui para oeste, e durante quase dez quilómetros pode ser percorrida, ondulando suavemente na paisagem, com uma estrutura em cascalho grosso, que aos poucos se vai desfazendo, e sem grandes elementos estruturais que a definam. Está quase sempre marginada por vedações, pois funciona ainda hoje como caminho público, de maior largura que os habituais aqui nesta zona.

A densidade de sítios é muito grande: logo a norte de Alcobaça temos dois grandes pontos, Serrones e Aldinha. Junto deste último segue uma *via privata* extremamente bem conservada, e que acompanha a ribeira do Tira Calças até ao Monte de Alcobaça. Se de Aldinha formos mais a norte temos Torre do Curvo, de onde é proveniente um outro

---

<sup>668</sup> Louro, 1966: 5-6.

<sup>669</sup> IRCP n° 670.

<sup>670</sup> Vasconcellos, 1914.

<sup>671</sup> Quer em 2000: 163 e n° 34, e artigo conjunto em Almeida, Carneiro, Morgado & Rodríguez Martín, 2011.

<sup>672</sup> IRCP n° 679.

<sup>673</sup> Louro, 1948: 162.

<sup>674</sup> 1966.

miliário<sup>675</sup>. Este local está a cerca de três quilómetros de Alcobaça, e aqui localiza-se um outro sítio romano. Todavia, no território da herdade não existe qualquer troço de via ao qual este miliário seja atribuído, pelo que a visão de Jorge de Alarcão<sup>676</sup> de que estaria integrado na “via de *Abelterium* a *Augusta Emerita* por Elvas” levanta reticências. Todavia, como explicar então esta ocorrência, neste ponto preciso, com um miliário que, para mais, tem um formulário canónico e paralelizável com outros conhecidos no *conventus* (embora, e de novo, sem a menção miliária)? Talvez a resposta esteja precisamente nesse pequeno troço de caminho em direcção a Aldinha e, para norte, Torre do Curvo, que nesse caso não seria uma mera *via privata* mas um verdadeiro *diverticulum* de ligação à via XIV, no exacto ponto dos *Lares Viales* em Monte das Esquilas, que nesse caso, e de acordo com Mário Saa, funcionaria como um nó viário<sup>677</sup>. De facto, Torre do Curvo encontra-se no alinhamento para norte de Alcobaça com Esquilas, tendo de permeio Herdade dos Vinagres, onde Saa viu restos de “poderosa calçada”<sup>678</sup>, e um troço que coincide com o limite administrativo do concelho de Monforte com Elvas. Portanto, é uma derivação plausível.

Regressemos à via XII. A sensivelmente quilómetro e meio de Alcobaça para sul temos um outro caminho norte/sul, tendo nesta última direcção, e na mesma distância (ou seja, o equivalente a uma milha) a *villa* de Farisoa. O caminho prossegue, fazendo a extrema dos concelhos de Elvas com Monforte e, pouco depois, de um *trifinium* que também inclui Estremoz. É chegado a este ponto, logo a sul da elevação conhecida como Serra de Aires (a sul do geodésico de Presa, mais cómodo ponto de passagem) que a via novamente deixa de ser percorrida, destruída que foi por uma agressiva agricultura com recurso a *pivots* de rega.

A via XII volta a ser encontrada junto ao cemitério de Orada<sup>679</sup>, caminhando em direcção à vila, à entrada da qual ainda se encontra sinalizada por um painel de azulejos que menciona a “Estrada Romana”. Em seguida, no entanto, novas dúvidas se levantam.

Em 2008<sup>680</sup> foi proposto que o itinerário fosse, a partir deste ponto, coincidente com a actual E.N. nº 4, o que de alguma forma obrigaria a uma nova inflexão para sul, desta vez até mais pronunciada do que as anteriores. Todavia, alguns indicadores sugerem que o caminho romano segue um pouco mais a norte, o que lhe permitiria manter a direcção Oes/sudoeste que já traz desde a Atalaia dos Sapateiros. Era este o percurso da antiga estrada a Lisboa, que já Leite de Vasconcellos menciona<sup>681</sup> e que Mário Saa também refere: “Os antigos não iam de Estremoz a Elvas por este traçado. Faziam-no mais por Norte, dirigidos a Alcaraviça, que hoje se chama Orada [equívoco do autor, pois são dois locais distintos], do seu orago. De Alcaraviça ia à atalaia da Fonte dos Sapateiros (ponto alto do planalto estremocense), mais conhecida por Atalaião. Daqui, pela Calçadinha, entrava em Elvas.”<sup>682</sup> Esta proposta é pertinente, comprovada também pela toponímia (“monte dos Carris”, várias designações de Venda” e “Estalagem”) e pelo facto de pelo caminho se encontrarem antigas “estalagens” de acolhimento aos viajantes<sup>683</sup>. O caminho seguia sensivelmente pela actual estrada municipal entre Orada e Estremoz (embora em terrenos nem sempre planos e muito rectos) por São Domingos de Ana Loura e Estalagem da Raposa. Próximo de Mamporção deveria reunir então à actual E.N. nº 4 próximo do Monte de Santo António, atravessando a serra dos Caldeireiros junto à Atalaia das Casas

<sup>675</sup> IRCP nº664.

<sup>676</sup> 2006, em especial o anexo 249-250.

<sup>677</sup> “Uma cruz de caminhos” no dizer do autor (Saa, Tomo I: 292).

<sup>678</sup> Tomo I: 263. No terreno não foi localizada na visita ali feita.

<sup>679</sup> Note-se que de acordo com as *Memórias Paroquiais* de 1758 referentes a Nossa Senhora da Orada aqui existiam “tres estalages, que ficam na estrada real de Estremoz para Elvas.” Teria também uma “ponte de pedraria” na mesma estrada.

<sup>680</sup> Carneiro, 2008: 56.

<sup>681</sup> Leite de Vasconcellos, 1914.

<sup>682</sup> Saa, Tomo I: 130.

<sup>683</sup> António Henriques da Silveira menciona dois pontos de referência na estrada militar: “*Sabio o nosso Exército de Estremoz [...] e no primeiro dia se alojou na Ribeira de Alcaraviça, e no segundo, junto da Atalaya dos Sapateiros, e no terceiro junto de Elvas [...]*” (Fonseca, 2003: 258). Todavia, a menção à “ribeira de Alcaraviça”, e não à localidade em si, não permite perceber o exacto ponto de pernoita.

Novas.

A sudeste de Estremoz outros indicadores emergem: o marco miliário de Tanque dos Mouros e o provável *vicus* de Senhora dos Mártires.

Temos portanto que entre Orada e Estremoz – dois lugares onde existem indubitáveis testemunhos viários – é difícil seguir o caminho nesta zona, sendo que a dispersão de sítios também não ajuda a definir um possível itinerário de passagem, pois não é evidente um alinhamento de pontos de ocupação como, por exemplo, entre Vila Fernando e Orada, onde temos uma sequência de *villae* marginando o traçado. As alterações actuais da paisagem e um relevo mais pronunciado conduzem a estas dificuldades de rastrear o itinerário.

Ora esta situação acaba por ser lesiva para o entendimento geo-estratégico do espaço, pois é precisamente nesta área que se situa o anticlinal de Estremoz e o *pagus marmorarius* que motiva, no fundo, a designação de “Rota dos Mármore” que tem baptizado a via XII. Não deixa portanto de ser irónico que seja precisamente no espaço economicamente mais decisivo que as evidências do trajecto se percam de forma mais dramática, impedindo-nos de perceber os fenómenos de povoamento e de inter-relacionamento com o trajecto. Todavia, as alternativas não são muitas: parece evidente que a via XII não atinge de forma directa a área do anticlinal como a actual E.N. nº 4, mas tem de rodeá-lo um pouco mais por norte, em Orada, onde o relevo é mais suave. As dobras do anticlinal orientam-se no sentido noroeste/sudeste, precisamente de face para o traçado da via, obrigando-a a escolher pontos mais favoráveis para o seu atravessamento. No entanto existe um denso conjunto de corredores de passagem nesse sentido, uma orientação que aliás, todas as estradas de alcatrão situadas defronte da Serra d’Ossa, desde Rio de Moinhos/Glória até São Romão/Terrugem ainda hoje respeitam, por ser o modo mais fácil e simples de transpor estes obstáculos naturais. Esta situação em época romana decerto originou um denso conjunto de caminhos (a «capilaridade da rede viária», como em outro lugar foi designada<sup>684</sup>) que uniam este trajecto da via XI, que rodeava a Serra d’Ossa por norte, com o trajecto de Évora para Juromenha<sup>685</sup>, que a contornava a sul, permitindo assim criar um conjunto de corredores que levavam as cargas marmóreas por zonas de passagem mais favoráveis. Resta então perceber a localização original do miliário atribuído a Vila Viçosa<sup>686</sup>, cuja determinação do correcto ponto de achamento poderia ser vital para se entender o exacto ponto de passagem da via nesta área.

Voltemos ao percurso. A passagem da via a sul de Estremoz está comprovada pela existência de um miliário. A referência do achado tem sido ignorada: “No anno de 1784 andando hum lavrador, lavrando hum campo junto da Horta do Agaixa, descobriu huma pedra marmore finissimo de ... palmos de Comprimento; e hum de Largura,”<sup>687</sup> ora, a Horta, hoje grafada “do Agacha”, fica a sul de Senhora dos Mártires, em zona mais plana, e por onde a transitabilidade é facilitada. Também outros indicadores indirectos parecem

---

<sup>684</sup> Carneiro, 2008: 109-110. Para melhor entendimento reproduzo a passagem: “[...] um dos numerosos itinerários secundários, ainda hoje marcados no terreno pela presença de um denso conjunto de azinhagas muradas ou de pontos onde a superficialidade do afloramento permite ver as marcas de rodados, e que dariam escoamento à produção de mármore, pelo que teríamos um conjunto muito complexo de derivações para as pedreiras aqui existentes. Esta capilaridade da rede viária era facilitada pela existência de numerosos vales encaixados na direcção Noroeste/Sudeste que permitem um mais fácil trânsito, situação que facilitaria a passagem de cargas pesadas mesmo em zona de relevo mais acentuado.”

<sup>685</sup> Itinerário que por ser excêntrico à área geográfica em estudo não irei aqui tratar mas que foi sumariamente apresentado em Carneiro, 2008: 3.2.3.

<sup>686</sup> IRCP, nº 676; Alarcão, 2006: 251.

<sup>687</sup> Fonseca, 2003: 150. Na imagem ilustrativa lê-se: DD. NN. CONSTANT. / SALVIS. AFANTIO THORIBO. Surge também mencionado em Crespo, 1950: 5, com leitura mais errónea: “D.D.N.N. Constant Salvis Afrantio Thoribio

....E 185....

Este é o miliário publicado em IRCP nº 675, com leitura entretanto rectificadora: D(omini)s N(ostr) CONSTANT[INO] / [VALERIO LICINIANO NOBIL(issimis)] CAESAR(ibus).

importantes: a dedicatória a Cíbele de *Iulius Maximianus*<sup>688</sup>, que faria parte de uma estrutura que estivesse junto à via (dado o seu cariz laudatório e ervegético, mas também ostentatório, para contemplação pública), e ainda o provável *vicus marmorarius* em Senhora dos Mártires, associado à estrutura industrial de contenção de água do Tanque dos Mouros.

A partir deste ponto regressam as dúvidas. É possível que seguisse por Fonte do Imperador em direcção à zona das Aldeias e de Castelo/Castelinhos, onde apesar dos sugestivos topónimos, não se conhecem indicadores arqueológicos. A partir da Represa (outra denominação sugestiva, mas novamente sem achados de terreno) toma-se uma linha de terra a cota mais elevada que permite manter uma recta constante, durante quatro ou cinco quilómetros, até ao ponto do Pego do Sino.

A travessia da ribeira de Tera apresenta poucos pontos de passagem propícios, pois trata-se de um curso de água caudaloso e, sobretudo, de volume muito irregular, com a ocorrência de cheias no Inverno. Trata-se, portanto, de um obstáculo natural, que para a sua transposição necessitaria de uma ponte a ser construída em um dos poucos lugares de trânsito naturalmente existentes – note-se, aliás, como a E. N. Estremoz/Évora inflecte o seu percurso buscando uma aproximação mais fácil. Pelas notícias antigas o local de passagem estaria no denominado Pego do Sino: “A cinco kilometros corre a ribeira de Ter, abundantissima em peixe de primeira qualidade. Nesta ribeira existe o afamado pego do Sino, sobre o qual parece ter havido, em tempos remotos, uma ponte, cujos alicerces ainda se percebem. [...] Nos rochedos, quasi impraticaveis, que naquelle sitio são as margens da ribeira, vêem-se uns sulcos semelhantes aos que produzem os rodados das carretas e as patas dos bois.”<sup>689</sup> Este lugar parece ser o mais praticável para se passar a ribeira, embora exista o topónimo de “Foro do Atalho” e também referências a uma passagem próximo de Venda do Duque<sup>690</sup>.

De Pego do Sino torna-se relativamente simples a passagem até ao sopé de Evoramonte<sup>691</sup>, seja contornando Outeiro Ruivo por norte ou por sul, dado existirem vales encaixados de pequenos cursos de água que permitem uma fácil progressão. O sentido da via, bem entendido, seria São Marcos, na base da elevação, onde se encontra o sítio romano e a ermida que, conforme a atribuição hagiotoponímica indica, foi até aos anos sessenta ponto de festividades relacionadas com o gado e a transumância. Certamente que o miliário que se encontra na Igreja de Santa Maria<sup>692</sup> será daqui proveniente.

A partir deste ponto o itinerário XII circulava em direcção a *Ebora Liberalitas Iulia*.

### 8.3.2. Via XIV

Em termos genéricos este traçado apresenta inquestionáveis certezas, mas também fundadas dúvidas<sup>693</sup>. Este paradoxo resulta de um volume de informações muito amplo que sobre a via XIV temos, mas que não resolve todas as questões.

As certezas advêm do cruzamento de informações indiscutíveis: temos uma obra de arte notável, a ponte de Vila Formosa; a *mansio* de *Abelterium*, cuja localização na actual Alter do Chão já não oferece dúvidas; um conjunto de miliários entre Ponte de Sôr e Alter

---

<sup>688</sup> IRCP n.º 440.

<sup>689</sup> EVORAMONTE, 1906: 278.

<sup>690</sup> Embora a informação não seja explícita, dando a entender que existiam dois portos simultâneos: “Os Castilhanos passarão o Rio Tera no dia 7 de Junho, no porto da Venda do Duque, e no mesmo tempo passarão o dito Rio no porto de Evora Monte.” (Fonseca, 2003: 240).

<sup>691</sup> A descrição de Fr. Claude de Bronseval (1970: 535) indica-nos que ele e seus companheiros passaram no sopé da fortaleza de Evoramonte, percorrendo uma estrada muito plana: “*Et via planissima, tribus leucis peractis, sub forti castro nomine Evremon transivimus* [...]”. Junto a Venda do Duque encontra-se uma ponte seiscentista de grande volume, embora pareça fazer parte de outro itinerário.

<sup>692</sup> IRCP n.º 674.

<sup>693</sup> Em traços largos foi também este o itinerário percorrido por Fr. Claude de Bronseval (1970: 665-669).

do Chão; e finalmente a própria infra-estrutura ainda existente no terreno, que foi vista por Félix Alves Pereira<sup>694</sup>, Mário Saa<sup>695</sup> e ainda hoje pode ser confirmada. No capítulo das dúvidas, podemos genericamente considerar que, a uma metade ocidental relativamente estável porque confirmável no terreno, temos um ponto de incerteza a partir de Alter do Chão para oriente, com duas propostas de itinerário que não se excluem mutuamente, mas que podem pertencer ou a esta via ou à XV. Depois temos ainda a questão de existir um nó viário entre ambas em *Ad Septem Aras*, uma *mansio* ainda não localizada no terreno mas que se situaria em território português, ou seja, devemos supor um ponto em que as vias “trocam” entre si ou, pelo menos, que se aproximam substancialmente embora não necessariamente se “toquem”<sup>696</sup>. Da mesma forma, e trata-se de um factor comum às três estradas, o «encaixe» no território espanhol suscita dúvidas.

Comecemos então por aqui.

Nos estudos preliminares para o artigo conjunto de 2005<sup>697</sup>, o nosso olhar incidiu na proposta de fazermos passar uma via por pela zona do Retiro, Godinha, Porto da Amoreirinha e Pereiras, percorrendo a base do outeiro onde se implanta o Castro de Segóvia. Esta proposta tinha um ponto relevante: no Porto da Amoreirinha, zona de fácil transposição de um curso de água difícil, o Caia, temos o limite administrativo dos actuais concelhos entre Elvas e Campo Maior, que corresponde precisamente à contagem da milha XLVI a partir de *Augusta Emerita*<sup>698</sup>. Para mais, com uma reavaliação atenta do sítio será de considerar que o grande povoado da Idade do Ferro sediado em Segóvia desempenhou um papel central na articulação geo-estratégica de todo este amplo espaço que é hoje de fronteira, e neste âmbito a sua função – tal como o de outros similares, como a Atalaia dos Sapateiros ou Juromenha – tem de ser fortemente revista e considerada, não apenas em termos do que *cada um foi*, mas também de que *cada um deles foi em relação com os outros*, definindo uma rede de controlo e vigilância do território e, neste caso, das vias romanas que revestem anteriores percursos de passagem e transposição dos grandes rios que seccionam esta zona. Por estes motivos não deveremos esquecer este corredor natural.

Todavia, creio ser em Ilhas o ponto de passagem e de entrada no território português do itinerário da via XV. Para além dos dados no terreno, com a menção a vestígios romanos, e a existência de uma coluna de granito que poderia corresponder a um marco miliário, existem também alguns valores simbólicos a considerar: trata-se, nesta zona, do ponto mais a Este na linha de fronteira entre os dois países, e corresponde de forma precisa à milha XLII contada a partir da capital provincial. Neste duplo aspecto estamos, de facto, perante um “ponto de passagem”, que em época romana também o terá sido. A passagem do Xévorá é aqui muito simples e acessível, mesmo em tempos de maior caudal (não sendo no entanto visível qualquer indício de uma ponte), os solos são muito estáveis em qualquer altura do ano (ao contrário da zona entre a Godinha e Retiro onde são alagadiços), existem amplas rectas e temos sítios arqueológicos cuja relação com o caminho é óbvia. Refira-se ainda que em 2008 concedi grande destaque a um caminho existente um pouco mais a norte, que hoje considero um *diverticulum* ou uma ligação secundária e local<sup>699</sup>.

---

<sup>694</sup> 1912.

<sup>695</sup> Que a tomou por obra de arte islâmica: “O bloco de cantaria que fecha superiormente o arco principal, na face a juzante, apresenta, em relevo, o crescente lunar mussulmano, insignia com que foi edificada.” (Tomo I, pp. 286-287).

<sup>696</sup> Aliás, “quand les *Itinéraires* antient nomment une cité, cela ne signifie pas toujours que la voie traverse la ville elle-même: elle ne fait parfois qu’en toucher le territoire [...]» (Chevallier, 1997: 99).

<sup>697</sup> Publicado em Almeida, Carneiro, Morgado & Rodríguez Martín, 2011.

<sup>698</sup> Situação já mencionada em Carneiro, 2008: 66, nota 96.

<sup>699</sup> Trata-se do trajecto “através do Caleão (topónimo indicador de caminho), servindo de divisão de propriedades, por alto da Cardeira, vale do Castelo, Monte do Comandante, em direcção a Monte de São Salvador, onde faria a travessia do Xévorá, possivelmente junto à *villa* romana aí situada” (Carneiro, 2008: 76). Sublinhe-se que não nego a existência deste caminho, apenas a sua pertença à via XIV, pois em época medieval deveria ser muito utilizado, de acordo com a descrição de Fernão Lopes que Saa reproduz, designando “São Salvador da Matança” (Tomo II: 152-153).

Partindo de Ilhas, a via XIV apresenta uma extensa recta de centenas de metros que conduz ao ponto de passagem mais facilitado no conjunto de elevações que se estendem em cordão ao longo do Xévorá. Essa suave pendente encontra-se próxima do sítio de Casarões da Misericórdia, cuja relação espacial e de dominância visual com a via é evidente, e o itinerário prossegue para Monte de Crasto, onde existem indicadores que apontam para a existência de um sítio romano<sup>700</sup>.

Para oeste duas hipóteses se colocam: o avanço pelo vale da ribeira do Muro ou subindo a ribeira dos Cães (onde se encontra a barragem do Muro), sendo a primeira aquela que, entre os marcos geodésicos de Cabeça Gorda e de S. Pedro, melhor permite alcançar o sítio de Defesa de S. Pedro (“dos Pastores”), onde se documentam dois marcos miliários<sup>701</sup>, situação que levou à proposta de classificação do local como *mansio*.

Em relação a 2008, os trabalhos de terreno permitiram novos contributos. É no entanto necessário ressaltar que na zona de Campo Maior existem várias possibilidades de trânsito, e troços de caminhos que poderão corresponder a *diverticuli* ou a caminhos secundários de ligação. Para sul um itinerário existe, em direcção a Porto da Amoreirinha e Godinha, e também a norte, por Caleção e Monte do Comandante, atravessando o Xévorá mesmo junto à *villa* de S. Salvador, podendo este ser um caminho privado. O tecido viário parece ser nesta zona muito complexo, e exige estudos de terreno sistemáticos para avaliação de troços sobreviventes sob ou entre os actuais caminhos públicos.

Regressando a S. Pedro, o troço da via XIV orienta-se em seguida até à zona da barragem do Caia, deixando a sul um relevante conjunto de *villae* como Silveira, Monte da Eira ou Horta da Capela. Para norte temos uma das mais fascinantes questões desta área regional: o nó viário de *Ad Septem Aras*.

Até à identificação dos numerosos indicadores viários na albufeira do Caia o traçado da via XV parecia relativamente límpido, bem como a sua conjugação com a via XIV, correndo paralela mais a sul. No entanto, as prospecções intensivas feitas nesta zona por mim próprio e por António Lopes, trazendo novos lugares a conhecimento, bem como as notícias de uma ponte junto a Santa Catarina e o troço de via com miliário em Reguengo, obrigam a abrir o leque de hipóteses. A mais séria tem a ver com a possibilidade de a profusão de sítios em torno da barragem do Caia poder corresponder a *Ad Septem Aras* e nesse caso teríamos, não apenas um nó viário, mas um feixe de ligação norte/sul pondo em contacto os dois itinerários. Nesta perspectiva, a zona de Reguengo e de Santa Catarina corresponderia ao ponto de união dos itinerários. E isto porque o troço de via com miliário em Reguengo, com evidências no terreno óbvias, tem uma orientação diferenciada – norte/sul – das duas vias que caminham paralelas em direcção este/oeste.

A questão é fulcral para o entendimento da hierarquia de povoamento em toda esta área. Por não ser fácil enquadrar os testemunhos junto ao Caia no quadro de uma rede viária directa, pois os troços que lhe passam a norte e a sul estão consolidados, quer directamente no terreno, quer por evidências que associadas, os sítios em torno do rio Caia devem funcionar enquanto nó viário, correspondendo ao nó de *Ad Septem Aras*, o que aumenta a importância que em época romana este espaço terá tido. Se a localização de *Ad Septem Aras* já foi proposta para Arronches, Degolados ou São Pedro de Campo Maior, neste como em outros casos, será necessário um trabalho de campo sistemático que ajude a ultrapassar estas indefinições.

A via XIV seguiria portanto pela margem direita do Caia, deixando a XV a norte. A seguir ao Monte do Rico segue-se um percurso serpenteante, junto à ribeira de Chaves, transitando por uma paisagem actualmente muito alterada pela presença de pedreiras. Os sítios romanos, contudo, existem: na progressão para ocidente temos Monte do Cachim,

<sup>700</sup> No pátio da casa agrícola encontram-se duas aras anepígrafas, vários elementos arquitectónicos e, já no exterior, um peso de lagar. É contudo difícil perceber se estes materiais provêm de Casarões da Misericórdia ou de algum sítio mais próximo mas ainda não localizado. Note-se ainda que próximo da horta, na passagem de um pequeno curso de água, se encontram duas grandes lajes de mármore, eventualmente de época romana.

<sup>701</sup> Carvalho, 1988b e 1988c.

Silveira e Monte da Capela/S. Pedro, na base de cuja igreja em ruínas corre um troço de via em excelente estado de conservação. Ondulando entre as suaves elevações, escolhendo as pendentes mais suaves, temos um caminho com pedras na guarda lateral exterior voltada para a linha de água, com um tabuleiro de circulação que corre alteado até às proximidades de S. Pedro, em que surge ligeiramente escavado para melhor vencer a inclinação natural. Em seguida quase se perde, fossilizado apenas na Carta Militar, mas correria próximo do sítio de Ventosa, onde a actual capela apresenta uma implantação dominadora que permite controlar este caminho. É possível que em seguida se encontre sob a actual estrada de alcatrão, que prolonga o traçado anterior.

A proposta de Mário Saa de fazer passar o caminho em direcção à actual localidade de S. Vicente e Ventosa, sede do “extenso chão arqueológico da Aventosa”<sup>702</sup>, é plausível, mas nesse caso haveria que questionar o papel em época romana da actual sede de freguesia, que se situa no centro de um relevante conjunto de sítios: Quinta das Longas e locais associados como Cortina, Vila Cova e Vinagreira, entre outros. Estamos também muito próximos, a sul, do itinerário XII, pelo que é plausível mais um nó viário de ligação, por Monte dos Pequeninos, possível corruptela de “Peregrinos”<sup>703</sup>.

Saindo de S. Vicente pelo caminho de Monte do Mestre, o itinerário vence uma extensa zona plana, sem indicadores no terreno, mas com uma topografia muito adequada. Passa a norte de Alentisca, segue a sul de Monte do Torrão e atinge Barbacena, onde se encontra um relevante centro de peregrinações (Fonte da Lapa, com caminho que em tudo corresponde a um troço de via) e uma ponte que poderá conservar os alicerces de época romana. Em Barbacena conhecem-se dois outros marcos miliários<sup>704</sup>, embora o exacto contexto de proveniência não seja seguro. Neste contexto, o troço de caminho junto a anta do Reguengo<sup>705</sup> parece um pouco desfasado para sul, a menos que a via contornasse o actual núcleo de Barbacena por Horta da Pedra e seguisse então junto à ribeira da Coutada.

A ponte de Barbacena marca uma nova inflexão relevante. Para ocidente desprende-se mais um caminho de grande importância estratégica, em direcção ao actual local de Prazeres (Monforte), passando a norte de Veiros e de S. Pedro de Almuro, de S. Saturnino (Frenteira), para Cabeço de Vide, com troços muito bem conservados no terreno<sup>706</sup>. O caminho que nos ocupa, contudo, segue para Monforte, em parte paralelo à actual estrada de alcatrão, de onde se podem ver ainda alguns troços fossilizados na paisagem actual, observando-se um ligeiro aterro, que suportava a via, que perdeu a utilização como caminho público. O próximo indicador relevante encontra-se em Herdade das Esquilas, sede do templo aos *Lares Viales* encontrado por Mário Saa<sup>707</sup> e que, como o autor então sugeriu, seria um ponto de encruzilhada de caminhos, tal como ainda hoje na Carta Militar se observa. Embora muito alterado pela agricultura recente, o terreno permite fáceis transposições, sendo em época romana aquele que seguia paralelo à actual estrada de alcatrão Monforte/Barbacena, mas ligeiramente a sul. Por Monte do Passeiro, Horta da Palmeira, Herdade dos Guerros, temos um conjunto de rectas que evitam linhas de água, e sítios de época romana (incluindo o núcleo de Monte das Janelas) que testemunham presenças nesta zona ao longo da via. Apenas a passagem da ribeira Grande a sul de Monforte levanta dúvidas, pelo estrépito que o caudal apresenta em épocas de pluviosidade, e porque uma diversidade de pontes medievais possibilita algumas hipóteses de transposição, não havendo contudo sinais de uma ponte romana.

Para nordeste entramos na “estrada dos castelhanos” de Mário Saa<sup>708</sup>, com um conjunto de indicadores visíveis no alinhamento de sítios arqueológicos, nas fotografias

<sup>702</sup> Saa, 1956: 198.

<sup>703</sup> Almeida, Carneiro, Morgado & Rodríguez Martín, 2011.

<sup>704</sup> IRCP n.º 661 e IRCP n.º 663.

<sup>705</sup> Viana 1950: 300.

<sup>706</sup> Carneiro, 2008: 3.1.3., p. 94-96. De então para cá, novas prospecções permitiram confirmar este traçado viário.

<sup>707</sup> 1956: 295.

<sup>708</sup> 1956: 185-189.



áreas<sup>709</sup>, e na actual repartição administrativa, pois grande parte do traçado constitui a delimitação concelhia entre Fronteira e Monforte. O caminho apresenta um curioso traçado paralelo<sup>710</sup>, possivelmente uma estrada medieval que serve directamente a basílica de Torre de Palma, enquanto o traçado romano se afasta um pouco mais da *villa*. Portanto, de sudeste para noroeste, serve sucessivamente Torre de Palma e seus “sítios-satélites”, Matança, correndo no sopé do povoado da Idade do Ferro de Cabeça de Viamonte, pelos diversos sítios de Caniceira, em direcção à ribeira do Carrascal onde, novamente à sombra de um grande povoado indígena (Castelo do Mau Vizinho), circula próximo a outra *villa*, neste caso Horta da Torre. Para o lado ocidental do percurso, em zona de excelentes solos e vários cursos de água, encontram-se numerosos pontos de povoamento e necrópoles associadas já no concelho de Fronteira.

Para norte o caminho continua bem visível. Passa junto aos sítios de Merouços, próximos de Horta da Torre, até ao actual, e também romano, balneário termal de Cabeço de Vide. Cortado pela actual estrada de alcatrão, sobe a encosta em direcção ao actual núcleo urbano, mas a meio da elevação toma o sentido norte, a antiga Estrada de S. Domingos<sup>711</sup> que, até destruições recentes, era o antigo eixo de ligação entre os aglomerados de Cabeço de Vide e Alter do Chão. Com características rectas nos troços ainda conservados, deixa a oriente o sítio de S. Pedro e, do lado oposto, a *villa* de Quinta do Pião (Alter do Chão), demandando Alter Pedroso, que terá sido também um relevante povoado indígena. Por troços de calçada medieval ainda conservados, e que se sobrepõem ao velho caminho romano, desce em direcção a Horta do Pote, onde temos uma impressionante recta conservada, que para ocidente permitiria mais um nó de ligação, desta vez com Taberna dos Mouros e a via XV, conforme se descreve no ponto seguinte. Para Alter do Chão, a antiga *Abelterium*, a via estaria ainda bem conservada no século XVIII, no dizer de D. José de Cornide<sup>712</sup>.

Um dos aspectos mais curiosos do traçado da via XIV reside na acentuada assimetria que podemos encontrar a partir de *Abelterium* face ao que até aqui encontrávamos. É certo que também existe uma assimetria de conhecimento, pois para ocidente o caminho foi bem reconhecido por Félix Alves Pereira<sup>713</sup> e por Mário Saa<sup>714</sup>, não havendo equivalência para o outro sentido. Mas até à actual Ponte de Sôr o traçado está ainda relativamente bem visível nas fotografias aéreas disponíveis, bem como (genericamente) nos traçados conservados no terreno. Encontramos uma grande profusão de marcos miliários que foram ainda encontrados no terreno pelos autores que reconheceram a via.

Contornando o actual campo de futebol a sul, e deixando no sentido oposto o núcleo arqueológico de Ferragial d’El-Rei, a via segue por um caminho público largo e bem definido, sempre pelo exterior dos muros da Coudelaria de Alter Real. Próximo de Arribana das Colmeias, uma recente intervenção no âmbito da construção do IC13 deixou à vista um troço lajeado pertencente à sua estrutura. Sempre em direcção noroeste, circula entre Monte da Porra e Casa de Alvalade, correndo no sopé deste notável sítio

<sup>709</sup> Carneiro, 2005: 163-164; Carneiro, 2008: 63-64.

<sup>710</sup> Carneiro, 2005: 163, fig. 56, e 164, fig. 57.

<sup>711</sup> Carneiro, 2005: 160-163.

<sup>712</sup> “Alter do Chão, que yo deseaba verificar se era el *Abelterium* del Itinerario de Antonino, situado entre Aritio Pretorio y Matusaro, de lo que efectivamente no me queda [duda]; lo uno porque al entrar en el pueblo se corta la vía militar, que se compone de piedras gruesas y sueltas con poca unión, de 24 pies de ancho; el pueblo está situado en un vallecito frondoso y en la parte superior se halla parte de una fortificación romana en forma cuadrilonga, de 60 pasos de ancho y hasta unos 160 de largo, que parece aún continuaba por lo que hoy ocupan las casas; [...] No hallé inscripción alguna pero sí muchas piedras sillares de cantería, particularmente en los cimientos del castillo moderno [...]” (Abascal & Cebrián, 2009: 682). Como se depreende da indicação, a via contornaria a sul o actual núcleo urbano.

<sup>713</sup> 1912. Infelizmente muitas das referências deixadas pelo autor já não são actualmente passíveis de localização, pelas alterações da paisagem física e simbólica que entretanto decorreram. É o caso do micro-topónimo de *Horta da Zanga*, onde ficaria um “pontão de tejo” com um arco de cantaria, eventualmente passível de ser integrado no troço da via romana, mas que actualmente em parte incerta.

<sup>714</sup> Em especial o volume de 1956.

arqueológico. Entra depois na Herdade de Monte Redondo, onde a plantação de eucaliptos inviabiliza uma detecção mais conseguida do seu percurso. Por estas passagens, o seu percurso encontra-se comprovado pela existência de dois marcos miliários em Monte da Celada<sup>715</sup>. O topónimo encontra-se a sul, mas o autor da identificação diz-nos que “estes marcos devem considerar-se deslocados; porque a estrada romana passava mais ao norte.”<sup>716</sup> Esta situação mantém-se para o lado oposto da ribeira de Seda, em cuja travessia se encontra um dos mais elegantes monumentos romanos da *Lusitania*, a ponte de Vila Formosa. Transposto o curso de água, existiria mais um miliário, junto ao marco geodésico de “Vale do Gato”, que talvez corresponda ao actual sinal de Lapa. Algures no traçado ficaria um outro, em *Rascão*. “[...] passados pouco mais ou menos 2 quilómetros”<sup>717</sup> teríamos um marco miliário em Vale de Perlim, extrema da herdade de Vale de Barqueiros, onde no Monte das Ferrarias “se conhece a calçada romana”<sup>718</sup>, talvez o mesmo marco que Mário Saa ainda encontrou no terreno<sup>719</sup>. Aliás, para o troço seguinte, passa o autor radicado em Ervedal a ser o melhor informante, com a sucessão de marcos encontrados até Ponte de Sôr<sup>720</sup>. Um encontra-se ainda no terreno, mesmo junto ao Monte da Coreia, e resulta muito semelhante aos registados graficamente por Félix Alves Pereira, com um plinto quadrangular sustentando uma coluna de grandes dimensões<sup>721</sup>. Seguem-se duas outras colunas<sup>722</sup>, elevando o total de miliários deste troço entre a ponte de Vila Formosa e S. Marcos para pelo menos cinco, todos anepígrafos, o que faria deste um troço com a miliação integralmente preservada<sup>723</sup>. Aqui a estrada correria um pouco a sul da actual ligação, tendo Saa ainda observado “as três estradas, a Nacional, a estrada velha, e a estrada imperial (dos marcos)”<sup>724</sup>, estando a última a ser destruída pela primeira.

Entramos depois no troço de S. Marcos, que se encontra ainda presente na memória local<sup>725</sup>. A estrada seguiria a norte do templo onde ainda hoje acorrem peregrinações, mas estaria do lado oposto da elevação (a norte), onde o relevo é plano e foi localizado o pequeno sítio de S. Marcos. Aqui estaria um outro marco miliário<sup>726</sup>. Desce depois para o Vale da Venda, seguindo o curso da ribeira do Monte Novo. Aqui os marcos miliários regressam, com dois exemplares: um ainda de pé, junto à

<sup>715</sup> No original, “Selada” na Carta Militar; um deles estaria no local de *Compromissos*. Indicação em Pereira, 1912: 220, embora o autor não os tenha visto no terreno.

<sup>716</sup> Pereira, 1912: 220.

<sup>717</sup> Pereira, 1912: 219.

<sup>718</sup> Pereira, 1912: 220. Algumas destas designações referem-se a micro-topónimos difíceis de localizar.

<sup>719</sup> 1956: 283: “A coluna imediata, ao km. 112,9, encontra-se a 1555 metros da da Arrabaça. Está reduzida a um fragmento circular e baixo [...]”

<sup>720</sup> Terá sido também Mário Saa o último investigador que presenciou a via romana, já no momento da sua destruição pela passagem da actual estrada de alcatrão. Infelizmente não se cumpriu o propósito anunciado por Leite de Vasconcellos (1910: 248): “A via ficou determinada entre Ponte de Sôr e Villa Formosa. Vou pedir ao Governo que mande tirar a respectiva planta.”

<sup>721</sup> Junto à casa encontra-se uma coluna de grandes dimensões (Altura máxima da coluna – 117cm; Diâmetro – 57cm; Plinto quadrado – 49 largura, 12 de altura), com base quadrangular, em granito de grão grosso, com muitos líquenes. Todavia, não se vêem letras ou quaisquer vestígios de inscrições. Encontra-se fora da sua posição original, pois Saa indica a sua implantação cerca de 200m mais à frente. Encontra-se referenciado a N 39° 13' 44.4" e W 007° 50' 10.1". Deve tratar-se da coluna que Mário Saa identifica com a “Arrabaça”, pois a propriedade a sul designa-se de “Rabaça”. Leia-se o que escreveu: “Depois, 20 m. ao sul da Estr. Nac., e ao km. 111,35 [o Monte da Coreia encontra-se ao km. 111] - portanto, a 1550 metros das duas colunas tombadas - outra se acha, erecta, muito volumosa e também de granito. Está numa breve elevação de terreno onde chamam a Arrabaça, pertença da herdade da Lapa ou de Vila Formosa. Tem, a coluna da Arrabaça, 50 cm. de diâmetro, e é alta, apesar de truncada. A base é quadrangular e solidária com o fuste. Não se lhe percebem letras. Vai perdendo a posição vertical e inclina ao Poente.” (1956: 283).

<sup>722</sup> “Depois da coluna de São Marcos, na estrada das Galveias, encontra-se um grupo de duas, já caídas e tão metidas na terra que não deixam ver os letreiros, se acaso os têm. Estão à distância de 1580 m. de São Marcos, e 100 m. a sul da E. N. N.º 119, considerada, aqui, ao km. 109,8.” (1956: 282-283).

<sup>723</sup> Ver enumeração exaustiva em Alarcão, 2006: 226.

<sup>724</sup> 1956: 283.

<sup>725</sup> Carneiro, 2008: 61.

<sup>726</sup> Saa, 1956: 280.

ribeira do Monte Novo (“Freixial” para Mário Saa) e outro semi-enterrada junto ao sítio arqueológico de Fonte da Cruz<sup>727</sup> e a uma fonte de chão que poderia ser, já em época romana, um recurso para o viajante. Ao longo deste caminho a via, circulando junto à ribeira, é claramente visível.

Após Fonte da Cruz e o seu sítio arqueológico relacionado com a via, o itinerário segue junto ao curso de água, infelizmente submerso por pequenas barragens, circulando junto ao não localizado sítio de Freixial, e depois inflectindo ligeiramente para o interior (onde as margens se tornam mais acidentadas) em direcção à ermida de Sr.<sup>a</sup> dos Prazeres, local de grande relevância simbólica e onde Mário Saa ainda encontrou um marco miliário junto à parede da igreja<sup>728</sup>. Em seguida, e até Ponte de Sôr, o caminho não é fácil de localizar no terreno, devidos às constantes alterações de uso do solo, embora Saa nos tivesse deixado uma impressiva descrição<sup>729</sup>. Na junção da ribeira do Vale do Bispo com a ribeira do Andreu recolheu Leite de Vasconcellos um miliário de Probo<sup>730</sup> no sítio denominado «Monte dos Casamentos», talvez o actual Monte do Barata. Em seguida, e até ao actual núcleo da Ponte de Sôr, a estrada seguiria sob a actual E.N. n.º 119.

A ponte sobre a ribeira de Sôr foi reconstruída em 1822, mas é seguramente herdeira de um monumento anterior, sendo ainda hoje visíveis nos arcos mais a oeste alguns silhares<sup>731</sup> dessa estrutura. Outra indicação relevante reside na inscrição honorífica encontrada no local<sup>732</sup>, que poderia pertencer a um arco ou uma estrutura evocativa da transposição para outro território conventual<sup>733</sup>.

Deixando o actual núcleo urbano para oeste, o traçado volta a ser visível. Inicialmente é sugerido na paisagem por uma longa recta, a que permite a ligação à ribeira do Domingão através da passagem por Foros de Domingão, correndo sob a actual estrada de alcatrão. Aproveitando o vale da ribeira, a via romana segue pela margem sul do curso de água, criando um terraço aberto na vertente que a sobre-eleva em relação ao leito de cheia. Feito em terra batida, largo e amplo<sup>734</sup>, encontra-se hoje em dia em perigo devido a deslizamentos de terra e ao represamento da ribeira para arrozais. Frente ao Monte das Courelas transporia o curso de água, e segue em rampa constante em direcção ao marco geodésico de Bufão onde, junto, encontramos um sítio arqueológico com alguma relevância. Situa-se em cruzamento de caminhos, ainda hoje bem visíveis na cartografia, sendo que daqui se desprendia uma outra estrada em

---

<sup>727</sup> “Sobe, com a ribeira do Freixial, até à Fonte da Cruz onde existe, a custo visível, a raiz duma coluna de granito, com 50 cm. de diâmetro. [...] Andados 610 metros para diante da coluna da Fonte da Cruz, outra se nos depara, volumosa e erecta onde a via passa à margem esquerda da ribeira do Freixial. É, como todas, de granito e chamam-lhe «marco do concelho». Não tem sinais de letras, nem as teria.” (Saa, 1956. 278-279).

<sup>728</sup> Saa, 1956: 275-277; IRCP n.º 666a.

<sup>729</sup> “Entre uma e outra localidade a estrada subia o Vale da Rainha, passava por M.<sup>te</sup> dos Cabeceiros, Vale da Fonte, Prazeres. Aqui o assento da extinta Alperesón. O caminho vai sulcado, e ainda denominado, por gente idosa, a «estrada dos Mouros», como sucede no M.<sup>te</sup> dos Cabeceiros. A estrada corre a sul, e por baixo, do sinal geodésico de Cabeceiros, à distância de 500 metros. Passa a norte, e à retaguarda, da ermida dos Prazeres.” (1956: 272). Como foi afirmado em Carneiro, 2008: 60, no terreno a existência de perfis mais declivosos torna difícil perceber quais os pontos de subida onde poderíamos ter o traçado de uma via. Todavia, o caminho surge também descrito em Andrade, 1986: 78: “[...] encontra logo, ao transpor, na estrada, o ribeiro do Barata, e inflectindo para a direita, os restos do Monte dos Casamentos, e de um velho caminho. Seguindo-o sempre, chegará ao Vale da Rainha, aos Cabeceiros, e, mais além, a capela da Senhora dos Prazeres.”

<sup>730</sup> IRCP n.º 668.

<sup>731</sup> Provavelmente a *pontem lapideum* que Fr. Claude de Bronseval (1970: 493) atravessou na sua jornada de viagem em 1532. Ver também Carneiro, 2008: 60.

<sup>732</sup> Placa marmórea monumental com consagração a [TRA]IANUS: Silva & Encarnação, 1990.

<sup>733</sup> Alarcão, 2006: 225.

<sup>734</sup> O trajecto é conhecido entre a população como a “antiga estrada para Abrantes”. Já no concelho de Abrantes, cristalizou na toponímia como “Vale da Estrada”.

direcção até Alvega do Tejo<sup>735</sup>. Aqui termina a delimitação administrativa do concelho de Ponte de Sôr, e também do Alto Alentejo, sendo que no seguimento para oeste temos um troço de estrada bem conservado, ondulando pelo curso de um pequeno curso de água até ao relevante sítio de Água Branca.

### 8.3.3. Via XV

Itinerário que levanta fundadas dúvidas interpretativas, porque mais uma vez temos um conjunto de pontos de passagem sem correspondência no terreno: as *mansiones* intermédias de *Fraxinum*, *Montobriga* e *Ad Septem Aras*, esta repetida face ao itinerário anterior. Em relação à monografia de 2008, a grande alteração reside na proposta de identificação da primeira com o sítio de Fraguil (Nisa), o que leva à inflexão para norte do traçado então apresentado<sup>736</sup>. Note-se ainda que, embora esta via não tenha praticamente nenhum marco miliário para apresentar, de modo a comprovar no terreno os pontos de passagem, apresenta uma notável definição de grande parte do seu percurso que é bem visível na cartografia e nas fotografias aéreas disponíveis.

Olhando para as propostas historiográficas<sup>737</sup>, as dúvidas que existiam sobre o ponto de entrada no actual território português estão desfeitas pela realidade arqueológica de terreno. Isto porque os notáveis testemunhos da ponte romana da Senhora da Enxara (Campo Maior) falam por si e são elucidativos da magnífica obra de arte<sup>738</sup>. A sua origem romana está plenamente comprovada, quer pela monumentalidade, características construtivas ou por se situar em pleno itinerário, situação avaliada pelo alinhamento de sítios que já se observa no território espanhol e prossegue para o espaço português, mas sobretudo regista-se a impressionante dimensão que a estrutura construída teria. A componente simbólica e processional do caminho permanece até à actualidade no santuário que se ergue a escassos metros do monumento, componente essa que também em época romana poderia já existir, pois do Monte da Defesinha é proveniente uma epigrafe dedicada a *Deae Sanctae*<sup>739</sup> configurando um provável santuário a *Ataegina*. Existe aqui um espaço “de passagem”, de transposição de “fronteira”, com uma componente sagrada e simbólica muito forte, e que em época romana parece densamente povoado, com os sítios envolventes de Malha-Pão, Enxara, Lapagueira, Pombinha e Defesinha configurando uma diversidade de valências que deveria ser atentamente analisada, em especial porque não pertencem ao «padrão-villa» mas a lugares com diversos perfis de ocupação (viário, funerário ou sagrado, entre outros).

Mário Saa, como outros autores, ignora a ponte da Enxara, porque apenas nos anos oitenta os vestígios foram postos a descoberto, após uma cheia do rio que evidenciou os pegões. Todavia, os dados apresentados por Saa para a reconstituição do itinerário serão a fonte mais fiável, não só porque noticia vários sítios, como observou uma paisagem que hoje se encontra muito alterada por via da construção das barragens e do Abrilongo e do Caia (com a consequente construção de acessos), e pela chegada de uma agricultura de regadio que nos últimos anos em muito transformou o *fácies* desta área.

Embora Saa não tivesse conhecimento da ponte da Enxara, apresenta o já referido itinerário pelo Calejão e Salvador, que parece corresponder a um *diverticulum*. Esse caminho segue por Salvador, Monte do Comandante, Calejão e Meia Légua até à proximidades do

<sup>735</sup> Itinerário que também merece um estudo atento. Note-se que, para nordeste, a propriedade seguinte designa-se de “Monte do Padrão”.

<sup>736</sup> Carneiro, 2008: 67-76.

<sup>737</sup> Pequeno balanço de outras hipóteses de traçado em Carneiro, 2008: 68. De forma resumida, adiante-se que as principais dúvidas em relação ao itinerário XV residem na possibilidade de o fazer circular pela faixa norte-ocidental do distrito de Portalegre, como enunciado no presente texto, ou de traçar o percurso por Escaroupim, Erra, Couço e Mora, como propõe Jorge de Alarcão (2006: 239-242).

<sup>738</sup> Barata, 2005: n.º 5. De registar que os pegões da ponte só foram recentemente identificados pela investigação arqueológica, apesar da magnitude das dimensões preservadas. O sítio tem as coordenadas de Latitude N: 39º 00' 01”; Longitude W: 7º 00' 43”.

<sup>739</sup> Diogo, 1982.

Geodésico do Gato, ponto a partir do qual o autor menciona um conjunto de sítios que não foram passíveis de realocização no terreno: Horta dos Surdos, local hoje ao abandono<sup>740</sup>, Monte da Travessa, Eiras do Pompílio, com “extenso povoado”<sup>741</sup>, em direcção a Fragustos, onde existiria calçada no centro do monte e na travessia da ribeira.

Sem negar a validade desta proposta, com indicadores que o autor viu e que (para já?) não foram encontrados, com a sólida evidência da ponte da Enxara em consideração, o itinerário deveria orientar-se por Pombinha, Cevadais, Adães e Marco Alto, reunindo-se ao anterior em Azeiteiros, onde haveria portanto uma bifurcação de caminhos, muito próximo do local onde se encontra um pequeno sítio junto ao traçado, em Malhada dos Covões. Nesta hipótese recupera-se um antigo caminho de ligação entre Ouguela e Degolados, que lentamente foi caindo em desuso, mas que foi até ao século XX a única ligação entre povoações.

Deixando este contexto indefinido entre Enxara e Degolados, junto desta localidade os indicadores reaparecem. O monte de Marco Alto deve obviamente a um marco miliário a sua curiosa denominação, conforme se torna evidente pela fotografia publicada em Francisco José Lopes e Rui Rosado Vieira, onde se confirma o itinerário atrás proposto: “Esta estrada romana, que no troço espanhol é conhecida por “estrada da calçada” e na parte portuguesa por “estrada do alicerce”, atravessava o território da freguesia de Degolados, vinda dos locais designados por Cevadais, Taqual (Ouguela), Adães e Fragustos, e percorrendo a região das minas de ferro, Marco Alto, Tinoca, para depois entrar no termo de Arronches, em direcção ao Alto dos Morenos, cruzando-se com a actual Estrada Nacional, Revelhos (região da antiga freguesia rural de S. Bartolomeu), Folinhos, Rio Caia”<sup>742</sup>. O estatuto de Degolados em época romana é indefinido mas deveria merecer uma análise atenta. A via contorna o aglomerado populacional por norte: a partir de Marco Alto até Azeiteiros é perfeitamente visível, um troço em curva larga que é hoje um caminho vicinal de maior largura do que o costume nestas zonas e que se orienta por uma curva de nível que tem, dos dois lados, as duas barragens do Caia e do Abrilongo, sendo por isso conhecido como o “caminho que devéde as duas ribeiras”, de acordo com a pronúncia local.

O itinerário é bem conhecido entre a população de Degolados, mas foi cortado na sua passagem pela estrada de alcatrão que segue para a ribeira de Abrilongo. De Azeiteiros para oeste está perfeitamente visível no terreno, também em fotografia aérea, e pode ainda ser seguido através do relato de Mário Saa, que a viu com pormenor<sup>743</sup>. A via margina o actual aglomerado de Degolados por norte, deixando-o a cerca de quinhentos metros de distância. De Azeiteiros para oeste é visível no terreno, mantendo a sua função de caminho vicinal, prolongando o arco muito aberto que o seu traçado apresenta já desde Adães. Como em outras zonas, não há curvas ondulantes, mas uma única curva, muito ampla, ao longo de várias centenas de metros, até surgir uma inflexão suave para nova curva.

Junto ao geodésico de Morenos apresenta-se a uma das cotas mais elevadas do seu traçado, a quase 320 metros. É o ponto em que se desfruta a mais perfeita visibilidade sobre as duas bacias hidrográficas e os actuais regolfos das barragens. É também o momento de chegada ao alcatrão da actual estrada entre Degolados e Arronches, que aqui a corta, servindo simultaneamente de inflexão nos limites administrativos deste último com o concelho de Campo Maior. Aqui deveria existir um caminho de acesso para as minas da Tinoca.

A identificação do troço de via na Granja do Peral eliminou as dúvidas que durante algum tempo se mantiveram sobre a eventualidade da estrada romana se encontrar sob o actual alcatrão. Na verdade, junto a Morenos a estrada inflecte para sudoeste, passando um pouco acima de Monte dos Judeus pelo ribeiro das Lajinhas e na base do geodésico de

<sup>740</sup> Onde em última proposta situa *Ad Septem Aras*, indicando ser um sítio importante: Tomo VI: 43.

<sup>741</sup> Tomo II, p. 154, e Tomo VI, p. 43.

<sup>742</sup> Lopes & Vieira, 1987: 12, com fotografia do “Marco Alto, hoje em paradeiro indeterminado.

<sup>743</sup> 1967: 43.

Perdigão, aproveitando a pendente do curso da ribeira da Agulha, em direcção a Granja do Peral, onde se torna novamente bem visível. Junto ao monte encontram-se elementos arquitectónicos de granito cinza e uma coluna que poderá ter correspondido a um marco miliário.

Temos então aqui o grande foco de dúvida, relacionado com a possível existência do nó viário de *Ad Septem Aras*.

A via chega a Granja do Peral vinda de Degolados, e parte em direcção a São Bartolomeu. Sob este aspecto, nenhuma dúvida, tão marcantes são as evidências, com um troço de via galgando a suave elevação. No entanto, para sul, encontra-se o vasto complexo arqueológico da albufeira do Caia.

Para além dos numerosos sítios arqueológicos, que são objecto de apresentação e discussão em outros pontos, existe a informação, não confirmada mas verosímil<sup>744</sup>, da existência de uma ponte (romana?) que permitia a passagem do rio Caia junto à ermida de Santa Catarina, mas que actualmente se encontra submersa no regolfo da albufeira. Mas sobretudo, temos entre o Monte do Reguengo e o Monte das Freiras um dos melhor conservados troços de via existentes no Alto Alentejo. Os indícios tornam-se visíveis junto à ribeira das Agulhas, no sopé da elevação do Monte do Reguengo, mas a orientação indica que o caminho vem da zona do Monte das Furadas ou mesmo de São Bartolomeu, onde a via poderia ter uma bifurcação. A calçada (porque de um troço calcetado se trata) surge novamente em curvas largas, dirigindo-se para a ribeira, atravessando-a defronte da igreja de N. Sr.<sup>a</sup> da Lameira, e depois inicia uma subida em arco para o Monte das Freiras. Na elevação que separa as duas casas agrícolas temos uma longa curva, de cerca de oitocentos metros, onde se vê o troço calcetado aberto “em trincheira” no solo, a uma profundidade que chega a ter cerca de um metro, com guardas laterais orientadas por blocos de pedra não trabalhados que marginam a via, alguns já tombados para o seu leito. A diversidade de soluções construtivas em tão curto espaço de terreno é deveras notável, pois na passagem da ribeira das Agulhas a via encontra-se alteada face à envolvente, protegendo-a dos solos alagadiços, enquanto na subida está escavada e rebaixada face à envolvente, com uma calçada muito rústica, pois as pedras foram colocadas sem grande preparo. No moroiço que ali se encontra temos um grande monólito em granito rosa com um plinto quadrado que corresponde à tipologia dos marcos miliários da região. A proximidade com a via, menos de cem metros, é óbvia, mas infelizmente apresenta a superfície muito picada e cortada em parte, o que impossibilita a detecção de alguma eventual inscrição. Depois, na descida para as Freiras, os testemunhos perdem-se por completo. Mesmo Saa não o parece ter visto, pois dele não dá qualquer referência<sup>745</sup>.

O que podemos perguntar, portanto, é se tão impressionante troço de via corresponde a um itinerário principal ou se fará sentido colocá-lo como um nó de ligação a outro itinerário principal. O facto de se orientar de modo norte/sul, completamente desfasado dos itinerários para a capital provincial que estão encaminhados em sentido este/oeste, reforça a segunda hipótese. Junto ao Reguengo, o relevo é muito cortado pela rede hidrográfica, que está orientada em função do rio Caia, que corre precisamente em direcção noroeste/sudeste. Os aglomerados da albufeira do Caia terão certamente de pertencer a um âmbito de maiores dimensões, a eventual *Ad Septem Aras* do roteiro. Se olharmos com atenção para a cartografia, rapidamente notamos a existência de um caminho perfeitamente

---

<sup>744</sup> Várias foram as pessoas que conhecem bem o território e que a referiram, estando bem presente na memória oral. Aparentemente, há alguns anos a barragem foi esvaziada para limpezas e o topo da ponte voltou a ficar visível.

<sup>745</sup> O local foi-me indicado por Jorge de Oliveira, a quem agradeço a referência, e a primeira visita ao local (24.04.2009) decorreu com a companhia do infatigável conhecedor do concelho de Arronches, Emílio Moitas. O miliário é uma peça única, um monólito em granito rosa, fracturado com cunhas. Tem cerca de 1,40m de altura, mas o diâmetro é imperceptível, por ter sido fracturado. Encontra-se a N 39° 02' 34.2" e W 007° 11' 28.8".

orientado a norte/sul, que do Monte da Alentisca<sup>746</sup> segue em direcção à ribeira da Água de Banhos e ao itinerário da via XV (e que inclusivamente segue mais para sul, em direcção à ermida da Ventosa e depois à Quinta das Longas). O nó viário, portanto, é exequível e, nesse caso, os povoados da margem do Caia configurariam a existência de *Ad Septem Aras* como, aliás, já havia sido proposto, embora sem comprovação arqueológica<sup>747</sup>. A via XV circula mais a norte, a via XIV a sul, e o troço excelentemente conservado de Reguengo, com a ponte de Santa Catarina, funcionaria como um eixo de ligação entre os dois itinerários principais.

Regressemos à via XV. Da Granja do Peral a via toma o sentido noroeste, inflectindo, portanto, ligeiramente o seu traçado. Até São Bartolomeu retoma o tipo de implantação já conhecido no percurso já percorrido, mostrando que, apesar das diversas soluções construtivas (troços alteados ou rebaixados, com ou sem calçada), a implantação topográfica é constante: um longo arco aberto, aproveitando o mais suave declive da encosta até atingir o topo de uma ampla língua de terra, com uma visibilidade envolvente que lhe permite continuar a contemplar as duas linhas de água principais de cada lado do seu percurso. Ao lado direito, junto ao alcatrão, encontra-se o “Monte da Calaça”, uma corruptela de “calçada”(e anteriormente passámos a sul do “Monte da Corredoura”). Sempre por uma extensa plataforma com amplíssima visibilidade, a via encontra uma descida suave em direcção à igreja de São Bartolomeu.

Aqui encontramos mais um sítio com dimensão sacra, neste caso perpetuada até à actualidade, através de um (também relevante) hagiotopónimo, S. Bartolomeu, um mártir de reconversão, de “mudança de pele”. Mas a sacralidade do local está atestada pelo achado de uma epígrafe consagrada a LIBI/RAII, a deusa Libera, aqui dissociada do seu par<sup>748</sup>. A confirmação da via surge, para além do próprio traçado<sup>749</sup>, por um elemento cilíndrico de granito cinzento muito semelhante ao já identificado em Granja do Peral, e que pode corresponder a um miliário anepígrafo, como marco de propriedade na subida para o Monte de Revelhos. Chegados a este ponto poderíamos então ter uma bifurcação, em que um ramo da via se desprendia na direcção de Reguengo e Freiras (e, passando o Caia, em direcção ao caminho da “Caleira”).

A partir daqui o traçado no terreno torna-se muito mais difícil de rastrear, embora na cartografia e na fotografia aérea se mantenha presente. O uso agrícola do solo modificou, no entanto, a micro-topografia actual. Na zona de Folinhos deixa de ser visível por onde terá passado. Chegados a Monte Branco, onde Saa viu restos de calçada<sup>750</sup>, o único indicador que chama a atenção é precisamente um lajeado defronte das casas do monte, formando uma rua, mas cuja atribuição à via romana não é segura. No Monte da Figueira de Baixo torna-se visível em secções pontuais, notando-se mais uma vez um ligeiro rebaixamento ou, em zonas mais próximas de cursos de água, um sensível alteamento face ao terreno envolvente. Surge, contudo, um cordão contínuo de sítios (Sancha, Rabasca) acompanhando a norte o traçado<sup>751</sup>.

<sup>746</sup> Refira-se que não consegui avaliar no terreno grande parte deste trajecto pois em várias destas herdades - Alentisca, Pinto, Almeida - existe gado bravo à solta e as porteiras estão fechadas a cadeado.

<sup>747</sup> Alarcão, 1999: 73 e 2006: 234: “Nós mesmos sugerimos a margem esquerda do rio Caia, algures a sudoeste de Campo Maior.” Neste artigo, o autor sugere uma localização “nas imediações de Degolados”, apontando para a área do Caia.

<sup>748</sup> IRCP nº 567. A epígrafe foi localizada por António Thomaz Pires (1901).

<sup>749</sup> Ainda se vê o local da implantação, ligeiramente rebaixado em relação à cota do terreno, mas já não apresenta outros vestígios. Mário Saa afirma, sobre este local: “Na herdade de Revelhos ainda, há anos (1940), conheci, visível a calçada. Desde então, com o aproveitamento da sua pedra para nova estrada em construção, (E. N. N.º 371, Arronches-Campo Maior), totalmente desapareceu” (Tomo II: 148-149).

<sup>750</sup> “No M.º Branco assinala-se vigorosa”, Tomo II: 148.

<sup>751</sup> Talvez o mesmo suceda a sul, junto ao Caia, mas o facto de muitas destas propriedades terem caminhos fechados a cadeado inviabiliza prospecções no terreno. Ressalve-se contudo a implantação próxima do sítio de Monte do Zambujal.

O ponto onde a via atravessava o Caia está determinado pelas referências nas *Memórias Paroquiais* de 1758<sup>752</sup>. No terreno é evidente a passagem a vau, tendo na margem direita um extenso sítio romano como que vigiando essa transposição - uma situação que aliás é frequente nesta região, com vários sítios implantados após a travessia de um curso de água. Da ponte, todavia, restam poucos vestígios, apenas se notando um acumulado de vegetação em alguns pontos que talvez escondam os pegões, e também a existência de muita pedra solta na ribeira. Mais para sul encontra-se uma *villa* (Monte das Escarninhas) servida pela via.

Uma derivação para norte, na direcção da actual vila de Arronches, é também de considerar. Para além do topónimo de “Porto Mane”, defronte da vila, existem junto ao Monte do Pisão duas pontes de provável fabrico romano. Uma é de pequenas dimensões, mas a outra é de maior porte e melhor estado de conservação, na margem esquerda do Caia e na passagem da ribeira do Barranco de São Miguel. Poderiam conduzir para os terrenos a norte de Arronches, nomeadamente em direcção à *villa* da Coutada do Povo, zona de Mosteiros e serra de São Mamede, com as suas zonas de mineração, de onde eventualmente procuraria a cidade de *Ammaia*. Finalmente, de referir que bem próximo do Porto das Escarninhas, e na margem defronte da ponte do Barranco de São Miguel, se encontra a antiga Ermida de Santo Isidro, um hagiopónimo que também marca pontos de passagem em rotas da transumância e na celebração de festividades pastoris. Portanto, muitos dados convergentes nesta área.

Regressemos ao Porto das Escarninhas para avançarmos em direcção a oeste. Atravessado o Caia entramos naquele que é um dos percursos viários mais bem conservados do Alentejo<sup>753</sup>, embora nem sempre passível de ser percorrido no terreno visto que em algumas propriedades o caminho público foi vedado ou desmantelado. De início os indicadores não são muito exuberantes. A via serpenteia pelo vale do Monte das Escarninhas, onde por vezes se vêem troços com brita, passando no sopé da elevação onde se encontra a atalaia do mesmo nome. Atravessa o alcatrão em direcção ao Monte da Tapada do Diogo, próximo de um pequeno sítio romano, mas aqui ainda pouco perceptível no terreno.

Com o aproximar da Safra, no entanto, torna-se óbvia: um caminho largo, procurando as trajectórias que lhe permitem vencer com maior facilidade os declives e linhas de água, de tal modo que a sua trajectória até Assumar nunca atravessa uma única ribeira ou área alagadiça. O caminho não apresenta calçada, antes um troço sobre afloramento (como na Safra) ou em terra batida, ligeiramente sobre-elevado face ao terreno envolvente, orientando-se em extensas linhas rectas ligadas entre si por curvas suaves em arco alongado, conforme a descrição de Saa: “Entre Assumar e a dita ponte a trajectória é directa, constituindo uma longa série de segmentos, rectos, unidos entre si por ângulos obtusos, muito abertos. É esta a característica principal da Calçada, em toda a sua extensão. Não há curvas, mas ângulos.”<sup>754</sup> Acrescente-se que a partir de Belmonte desfruta-se de uma panorâmica majestosa para o lado da Serra de São Mamede.

---

<sup>752</sup> “[...] na ditta ribeyra (de Caya) se acha huma – Ponte – por nome – Ponte Velha – cuja antiguidade se não sabe, porem suponsse fora feita no tempo, que os Romanos habitaram as Espanhas, dizem fora feita pello Emperador Trajano com huma calçada que se diz hia direitta a Madrid que pella mesma freguezia se descobrem em algumas parttes muita parte da calçada: esta a ditta ponte aruinada que tam somente tem tres arcos, e segundo parece era de extraordinaria grandeza; a factura della de pedra de cantaria e está por numero encaxando humas pedras e noutras sem que houvessem materiaes alguns segundo se descobrem nos tres Arcos, que ainda presentemente conserva; igualmente eram os alicerces a correspondencia da factura da mesma pontte, passa a dita Ribeyra como ja disse pello meyo dos Baldios....” (reproduzido em Azevedo, 1896: 264). Mário Saa também se refere à ponte, dando a noção de ainda ter visto alguns vestígios: “Da ponte velha conserva-se visível o encontro da banda do Poente, patenteando- -se como obra monumental, cujo material – silharia granítica de gradas dimensões –, serve actualmente de pavimento, no leito da ribeira.” (Tomo II: 148). Anteriormente denominara-a de “ponte mourisca” (Tomo II: 145).

<sup>753</sup> E também dos mais detalhadamente descritos por Mário Saa no seu relato da “Calçada do Alicerce”, como é conhecido. Ver Saa: 1959: 131-147, e 1967: 39-40.

<sup>754</sup> 1959: 145.



No alinhamento da via encontra-se uma sucessão de sítios arqueológicos, sendo evidente a função do eixo viário como elemento vertebrador das estratégias de povoamento. Os vestígios que a marginam são numerosos, notando-se ao longo do seu traçado uma das maiores concentrações de sítios do Alto Alentejo. Mário Saa foi o único autor que procedeu à sua enumeração, e mesmo assim pecando por defeito, conforme o trabalho de António Lopes veio a esclarecer<sup>755</sup>.

Na Safra, Saa enumera um povoado, sepulturas e um santuário<sup>756</sup>, enquanto que, próximo, em Alfeijão, existiriam “restos de oficina de *tegula* e *imbrex*, cujos calcinados restos aí se patenteavam em montões, defronte da casa do lavrador”<sup>757</sup>, mas o topónimo encontra-se um pouco longe do traçado. Menciona ainda Belmonte, com “restos de construções romanas, e há sinais de povoado”,<sup>758</sup> e ainda Monte D’el-Rei, onde o autor ainda viu sepulturas, aparentemente de época anterior à construção da via, por se encontrarem sob o seu pavimento<sup>759</sup>. Continuando o traçado temos a norte Monte da Quinta, com óbvia relação com a via. Na passagem do alcatrão está a Quinta do Carrefe, denominação pela qual toda esta área é conhecida e que resulta de uma óbvia deturpação do nome “Arrecefe”. A partir daqui o traçado torna-se quase paralelo com o caminho de ferro. Junto ao Monte da Torre a passagem encontra-se novamente cortada por uma vedação, mas está presente no terreno. Próximo encontra-se a enigmática construção conhecida como a “Estalagem” que Saa não refere, embora mencione que junto ao monte se encontram “à beira da via vetustos sinais, romanos”<sup>760</sup>. A estrutura de alicerces romanos, todavia, não é mencionada, nem os abundantes elementos materiais ali existentes, nem a existência de uma *via privata* com cerca de duzentos metros que a liga ao itinerário principal, ladeada com pedras de média dimensão e apresentando vestígios de calcetamento.

Segue-se Monte do Campino, outro local com o mesmo padrão de implantação – lado norte da via, no sentido da pendente, a distância de poucas centenas de metros – e Monte da Granja, um dos mais relevantes locais do concelho de Arronches. Ambos não são referidos por Mário Saa, tendo sido identificados nos recentes trabalhos de António Lopes<sup>761</sup>. Do lado sul da via não existem sítios conhecidos, seja porque a construção do caminho de ferro os terá destruído, ou apenas por deficiências de investigação. Próximo do Monte de Joana Dias a via torna-se elemento delimitador dos concelhos de Monforte e Arronches, existindo o suporte documental de 1911 sobre os termos da *Canada do Alicerce* que Mário Saa também apresenta<sup>762</sup>. Continuando, temos Casas Brancas, novo ponto de povoamento, e em seguida Monte das Pereiras, também com indicadores estruturais bem visíveis.

O itinerário viário contorna o actual aglomerado populacional de Assumar por norte, descrevendo uma curva em que o deixa sempre à esquerda. Por duas vezes é cortada: uma pelo alcatrão, outra pela linha do caminho de ferro. No entanto encontra-se bem visível, embora pontualmente muito destruída por sobreiros que crescem no seu leito. Para mais funciona sempre como elemento que marca a fronteira entre Arronches, Monforte e, em dado ponto, também em *trifinium* com o concelho de Portalegre.

O perfil de ocupação do local romano de Assumar não é suficientemente conhecido, mas é evidente a sua proximidade com a via, embora hoje quebrada visualmente pelo caminho de ferro que está de permeio. A “arruinada ermida de S. Brás, donde colhi

---

<sup>755</sup> Lopes, 2009.

<sup>756</sup> 1959: 145-146.

<sup>757</sup> 1959: 147.

<sup>758</sup> 1959: 146; 1967: 39-40, onde refere “degraus escavados na rocha”.

<sup>759</sup> 1959: 146-147. A ocupação da zona em Idade do Ferro está comprovada pelo muralhado povoado de Safra, onde se encontra o marco geodésico, definindo um povoado onde se encontram numerosos materiais que remontam aos tempos pré-históricos, indicando uma ocupação continuada do local.

<sup>760</sup> 1959: 145.

<sup>761</sup> 2009.

<sup>762</sup> 1959: 139-140.

fragmentos de telharia romana”<sup>763</sup> mencionada por Saa também estaria certamente ligada aos caminhos da transumância que foram aproveitando a via romana ao longo dos séculos. Neste contorno pelo norte de Assumar o caminho perde-se, mas seguramente desembocaria na Fonte da Vila.

Deste ponto em diante encontra-se coberto pela estrada de alcatrão que liga Assumar ao actual IP2, que reveste por completo a via romana. Mantém a sua função de delimitador de concelhos, desta vez entre Monforte e Portalegre. Embora não seja bem conhecido o povoamento nesta zona, continuam a encontrar-se lugares relacionados com a via, como Canas, Alcaide e Escudeiros. Apenas por uma ocasião se encontra preservada, na passagem próxima do Monte das Canas, onde a curva mais ampla do alcatrão deixou à vista um pequeno troço de via sobre o afloramento, com marcas de rodados. Próximo do Monte de Alcaide desprende-se do alcatrão, de acordo com o actual limite administrativo concelhio, mas rapidamente a prática agrícola a deixa invisível ao olhar actual.

Reaparece apenas em terrenos do Monte da Chaminé, no lado oposto do IP2. Nesse lugar a sua utilização como caminho público até aos anos setenta do século XX era bem conhecida, tendo sido a construção da nova estrada entre Évora e Portalegre que conduziu ao seu abandono e ao posterior corte do caminho com vedações, situação que se verifica logo na Silveira e que impede que no terreno possa ser percorrida. Até chegar a esse ponto, todavia, encontra-se muito bem presente no território da Monte da Chaminé, com um traçado em descida suave que se conserva ao longo de quase três quilómetros de extensão. Uma longa recta que apenas tem curvas (muito abertas e suaves) na aproximação à linha de água. As guardas laterais do lado norte estão praticamente conservadas, umas vezes meio enterradas, outras aflorando. Na travessia do afluente da ribeira da Estação a passagem seria feita com um pontão, que se aproxima em curva do leito da ribeira, com pedras sobrepostas alteando a passagem da via, que a põem a salvo do terreno alagadiço. Para ocidente a via perde-se e foi cortada. Refira-se contudo que até à ribeira da Estação se encontra impressivamente preservada, parecendo estranho como nem Mário Saa nem nenhum outro investigador faz menção a este caminho<sup>764</sup>.

Diga-se aliás que para esta zona Saa apresenta poucas referências, e de difícil manuseamento. Os micro-topónimos que apresenta – “como Taberna dos Mouros”, situada em um cruzamento de vias, e “Pedras Ruivas”, com possível miliário anepígrafo – não constam da cartografia, nem são localmente conhecidos. Mesmo as suas descrições não são muito condizentes com a realidade que se encontra no terreno; é certo que se encontram os “imponentes aterros”, mas a calçada não está apenas “sofriavelmente conservada”<sup>765</sup>: na realidade, o troço até Alter do Chão, embora desigualmente preservado, apresenta ainda impressionantes troços de calçada, constituindo um recurso patrimonial de enorme valia e interesse que muito interessava valorizar. Temos uma verdadeira estrada, imponente na sua estrutura, embora com pedra apenas britada e não calçada ou lajeada. Um volume que se ergue sobre o terreno confinante, em alturas que por vezes chegam a um metro de alto. A sua utilização como fronteira ainda hoje é conhecida, delimitando os concelhos de Alter do Chão, Crato, Monforte e Portalegre, mas também o foi ao longo da história, encontrando-se ao longo do seu percurso, a uma impressionante cadência, um conjunto de marcos da Ordem de Avis em granito rosa ou cinzento que, em alguns deles, poderão ser o reaproveitamento de marcos miliários, pois o seu diâmetro é muito largo. No terreno custa a perceber como um trajecto tão evidente e bem preservado nunca mereceu a atenção de qualquer investigador. Apenas o facto de se tratar de uma zona inóspita, porque desabitada e sem acessos (que obrigou a longas prospecções a pé) pode explicar esse facto.

---

<sup>763</sup> Tomo II: 144.

<sup>764</sup> Na monografia de 2008 (p. 73) também a descrição era mais imprecisa, pois ainda não havia feito prospecções neste lanço entre Cabeça Alta e o traçado do IP2. Os trabalhos de campo foram coroados de êxito, permitindo registar um troço de via em muito bom estado de conservação, que apenas necessita de uma acção de valorização para poder ser inserido em circuitos pedestres e turísticos.

<sup>765</sup> 1959: 141.

O troço entre Silveira e a linha de caminho de ferro, no sopé de Cabeça Alta, está cortado por delimitações modernas da propriedade. Reaparece, e torna-se transitável, junto ao Ribeiro do Freixo. Aí, na passagem da linha de água, temos duas evidências: o sítio homónimo, relevante nos seus indicadores, e que parece servir de “portagem” ao trânsito após a passagem do curso de água (como em Porto das Escarninhas, Arronches), e também um aglomerado de pedra no leito da ribeira que poderá ter pertencido a um pontão, pois encontram-se pedras alinhadas no corte do terreno escavado pelo curso de água. Logo na margem direita da ribeira reaparece o impressionante troço viário que irá subsistir de forma ininterrupta até à zona da Cascalheira. Segue sempre delimitando concelhos, e para o alcançar é necessário percorrer despovoados terrenos de pastagem, pois os caminhos rurais orientaram-se por outros itinerários. Esquecida na paisagem, a estrada romana é ainda hoje um testemunho impressivo, embora um pouco escondido pela vegetação que sobre ela foi crescendo. Atravessada a Ribeira do Freixo, a via segue sempre por um relevo ondulado, mas de forma a evitar outras linhas de água até atingir a ribeira da Navalha. Descreve um arco para norte até atingir o sopé do alto da Chancelaria.

Em algum destes pontos deverá encontrar-se a bifurcação, unindo o troço que segue para *Abelterium* (a via XIV) com aquele que se orienta para noroeste, dando seguimento ao itinerário XV. A descrição de Saa menciona uma evidência bem visível no terreno, fosse pela união das estradas, fosse por um sítio arqueológico aí situado: “nas pedras Ruivas, um conjunto urbano, no ângulo formado pelas duas vias: Estrada do Alicese e Calçada do Alicese<sup>766</sup>”, o mesmo que adiante é mencionado: “Há, no cruzamento, empedernidos alicerces e paredes, tangentes à via (a dentro da canada pastoril), a que chamam, localmente, a Taberna dos Mouros. Em torno do que resta do edifício, vê-se profusão de fragmentos da habitual telharia. O edifício, mais se afigura templo que taberna. Mas se fora taberna sê-lo-ia no sentido perfeito da palavra latina. Entre nós não é hábito designar por tabernas, mas por vendas, estas tais instituições vias.<sup>767</sup>” Em determinado ponto encontra-se uma bifurcação de azinhagas, no lugar onde se atinge um cruzamento com um caminho que segue para a ribeira da Enfermaria. Trata-se de uma zona de mato muito rasteiro, crescendo livremente porque a agricultura há muito não é aqui praticada, uma situação que impede uma correcta visualização das realidades no terreno.

Na Chancelaria, portanto, temos a bifurcação das vias. Um troço, bem marcado, segue para *Abelterium*, unindo-se ao itinerário XIV, por terrenos de Chancelaria, Cascalheira (micro-topónimo que demonstra a existência de um troço calçadado, com um pequeno sítio junto à estrada) e Monte do Carrão, onde um alinhamento de moroiços a jusante da charca de água denuncia o levantamento de um troço de calçada extenso, conforme foi testemunhado pelo proprietário da exploração agrícola. Une-se então à extensa recta da Horta do Pote, em direcção à via XIV.

O seguimento da via que nos interessa analisar inclina-se agora para noroeste, seguindo sempre por uma linha de festo mais elevada, a meio do alinhamento das ribeiras da Navalha e da Enfermaria. No meio de uma paisagem isolada e abandonada, não são reconhecíveis os sítios romanos que Mário Saa foi nomeando ao longo do seu traçado: “Vale do Freixo, Abodaneira, Azinhal, Enfermaria, Almeijão<sup>768</sup>”, só sendo passível de identificação este último, a *villa* com barragem de Almarjão. Mais uma vez, temos um troço de via muito bem conservado, reconhecível pela sucessão de rectas unidas por curvas suaves e em arco muito amplo. Entramos então na “Estrada dos Louceiros” apresentada pelo autor radicado no Ervedal<sup>769</sup>, um itinerário de grande relevância na memória etnográfica da região que ainda hoje pode ser percorrido sem dificuldade, embora com significativas alterações estruturais devido a beneficiações de caminhos rurais que nem

---

<sup>766</sup> Tomo II: 136.

<sup>767</sup> Tomo II: 141.

<sup>768</sup> 1959: 135.

<sup>769</sup> 1959: 141.

sempre respeitam as pré-existências ou, como aconteceu com a construção do IC13, a cortam definitivamente.

A via XV atinge a ribeira de Seda próxima do local de implantação da *villa* da Granja, com a qual tem contacto visual. A transposição seria feita por uma ponte ainda ali existente, que terá sido reconstruída no século XVII de acordo com o modelo de um exemplar anterior. Já a sua congénere mais a jusante, próximo de Horta do Prado, testemunha itinerários medievais relacionados com novas rotas de circulação entretanto criadas. Vencida a ribeira temos o relevante conjunto do *vicus* de Chocanal (Crato), que seria directamente servido por este itinerário. Para norte temos outra ponte, sobre o ribeiro do Chocanal, que parece ainda ter elementos construtivos de época romana<sup>770</sup>. Por aqui se venceria o desnível que conduz à actual vila do Crato, onde todos os elementos viários preservados já testemunham as novas centralidades criadas pelo mosteiro de Flor da Rosa.

Em 2008 a via XV foi apresentada a partir de um conjunto de rotas de circulação que eram, na essência, medievais<sup>771</sup> e originadas precisamente pelas dinâmicas monásticas da zona. Contudo, apresentava a vantagem de se articular em torno de um conjunto de pontos de povoamento de época romana, e de constituir um traçado coerente com a geo-estratégia que até aqui determinou a construção da via. Relembre-se, de forma mais resumida, o que então foi apresentado: propunha Tapada da Colobra, onde existe uma passagem a vau da ribeira, com a construção de uma ponte medieval (e um sítio atribuível à Antiguidade Tardia), em direcção à margem sul da ribeira de Magre (onde Mário Saa elenca um conjunto de sítios em alinhamento constante<sup>772</sup>, mas onde actualmente temos uma paisagem destruída pela florestação de eucaliptos), pelas abandonadas aldeias medievais de Chamiço (com a sua capela de Santo Isidro, hagiotopónimo revelador) e Sôrinho até Porto do Manejo, onde existia uma antiga ponte<sup>773</sup> que dava acesso a Comenda e ao trânsito pela ribeira da Venda (Gavião), onde se situa uma outra ponte com prováveis origens romanas. Este traçado orientava-se a sul da actual vila de Gavião, procurando a estação de Alvega do Tejo, próxima de Abrantes. Permitia também o entroncamento, perto da aldeia de Chamiço, com um importante eixo de ligação este/oeste que segue em direcção ao núcleo arqueológico de Fortios (Portalegre) e Mosteiros (Crato)<sup>774</sup>.

De então para cá, um novo dado emergiu. A recente identificação do sítio de Fraguil, a sul de Alpalhão (Nisa), e de um troço de via que a ele conduz e que se encontra excelentemente conservado, levantou a hipótese de ser esta afinal a *mansio* de *Fraxinum* mencionada na enumeração de pontos de passagem desta via XV. Desta forma, o itinerário proposto tem de ser necessariamente revisto para norte, situação que não se apresenta fácil de resolver tendo em conta a orientação dominante deste traçado, que se guia maioritariamente na direcção noroeste. Além do mais, as evidências entre Crato e Alpalhão são escassas: é certo que existe um ponto de passagem relevante, a antiga ermida de Santa Eulália (Vale do Peso), assente sobre construções romanas, mas que também se encontra inserida na rota este/oeste anteriormente mencionada. Na zona de Alpalhão não se conhecem vestígios identificáveis com um itinerário de via, mas a norte encontramos outro caminho este/oeste, a designada “Vereda da Sardinheira”<sup>775</sup>, embora mais uma vez com esta escolha se perca a coerência que o itinerário vinha demonstrando, por ser uma orientação demasiado a norte que depois obriga a uma súbita viragem para oeste.

Seja como for, a identificação de Fraguil mostra-nos o quanto há ainda para descobrir sobre o tecido viário do Alto Alentejo, e o modo como uma reavaliação dos dados, assente em profundos estudos de terreno, é necessária.

---

<sup>770</sup> Sobre as pontes do Crato remeto para Barata, 2005: n° 2 e 3.

<sup>771</sup> Carneiro, 2008: 68-71.

<sup>772</sup> Entre os sítios mencionados encontra-se Aguilhão, onde viu “um fragmento de coluna, com caracteres imperceptíveis” e que interpretou como um marco miliário: 1967: 81-82.

<sup>773</sup> O “Caminho da Estalagem” referido por Mário Saa em 1967: 80.

<sup>774</sup> Carneiro, 2008: 97-98.

<sup>775</sup> Saa, 1962: 203-275; Carneiro, 2008: 91-93.

## 9. Evoluções finais. Entre 476 e 711: os debates historiográficos

Na imensa área de estudos constituída pela Arqueologia Clássica, um ramo específico tem visto a sua importância ampliar-se de forma dramática nas últimas duas décadas, a tal ponto que hoje se pode considerar que se assistiu a uma *explosão criativa* nos inúmeros contributos produzidos, e sobretudo em estimulantes perspectivas epistemológicas. Refiro-me concretamente à “Antiguidade Tardia”, ao momento histórico que corresponde à reformulação dos códigos vivenciais tardo-imperiais, na dupla confluência de uma estrutura imperial em desagregação combinada com o influxo de uma nova religião dominante, o cristianismo. Não sendo este o lugar de realizar um balanço da investigação recente, tantos e tão densos seriam os conteúdos a apresentar, lembre-se apenas a imensa massa de informação produzida ou reelaborada sob novas leituras<sup>776</sup>, ou o intenso debate historiográfico que tem sido produzido a propósito das diversas formas de encarar o período<sup>777</sup>. O choque de perspectivas tem sido tão intenso que em última análise podemos considerar que estão em debate questões culturais e civilizacionais que em muito transcendem – como sempre acontece na historiografia – o campo de estudos em causa, para se deslocarem até ao âmbito do mundo desestruturado e pluricêntrico em que hoje vivemos<sup>778</sup>. Finalmente, e levando a leitura ao limite, este conflito intrínseco ao universo em estudo funcionou como um duplo contaminador: se olhado a partir do Império, valoriza-se ou a queda ou a continuidade; se visto na perspectiva medievalista, valoriza-se ou o nacionalismo ou o imperialismo<sup>779</sup>. E é certo que, como afirma Alexandra Chavarria Arnau, “Spanish research was dominated virtually till the 1990s by a Gibbonian vision of decline and fall, and thus all changes which took place in villas from the third century onwards were interpreted in terms of the dramatic consequences of barbarian invasions.”<sup>780</sup>

---

<sup>776</sup> Como introdução ao tema recomenda-se a exhaustiva resenha bibliográfica contida em Chavarria Arnau & Lewit, 2004. Nesse e em outros volumes da colecção *Late Antique Archaeology* da Editora Brill encontram-se listagens bibliográficas e informativas da maior utilidade, de acordo com os temas dos volumes, que constituem também um imenso repositório de informação sectorial sobre o período aqui considerado. Destaco também o excelente texto de Kulikowski (2001) e o volume coordenado por Bowes & Kulikowski (2005).

<sup>777</sup> Definindo duas correntes que geralmente se poderão designar de “estruturalistas”, consoante valorizam os nexos de continuidade e persistência, ou de “catastrofistas”, conforme colocam a tónica no colapso de Roma e no final abrupto da civilização clássica. No primeiro campo podemos considerar que foi Henri Pirenne (1992) o autor que fundou esta perspectiva, mais recentemente aprofundada por Peter Brown (1971), que inclusivamente cunhou e definiu o termo. A segunda perspectiva, mais tradicionalista e próxima de uma leitura gibboniana, foi recentemente retomada por Bryan Ward-Perkins no seu estimulante ensaio com edição portuguesa de 2006, em cujas páginas iniciais podemos ler um rápido balanço historiográfico, naturalmente emoldurado pela sua perspectiva crítica.

<sup>778</sup> Ward-Perkins (2006) considera que o esvaziamento da perspectiva catastrofista se deveu sobretudo ao impulso concedido por uma Europa em busca da sua união política, um movimento originado pelos países da área central e do norte, de onde precisamente proviriam as *bordas bárbaras* que colapsaram o Império. Nesse sentido era necessário suavizar a leitura: “Não surpreende que uma imagem da invasão germânica violenta e destrutiva fosse muito vívida na Europa continental nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial. Mas na última metade do século XX, quando se estabeleceu uma nova Europa ocidental pacífica, as opiniões sobre os invasores suavizaram-se gradualmente e tornaram-se mais positivas.” (p. 18) e nesse sentido “Palavras como «declínio» e «crise», que sugerem problemas no final do império e que eram muito usuais nos anos setenta do século XX, desapareceram em grande parte do vocabulário dos historiadores, sendo substituídas por termos neutros, como «transição», «mudança» e «transformação».” (p. 15).

<sup>779</sup> No caso da leitura feita por Wickham, 2006: 37, as perspectivas nacionalistas foram designadas de «solipsismo cultural», por procederem à valorização de temas que só ganham sentido para os historiadores porque ocorrem dentro das suas próprias fronteiras, visto que a alto-medievalidade é o período “en el que las sociedades y las formas de gobierno configuraron por primera vez las entidades que constituyen los antepasados genealógicos de los estados-nación de hoy” (p. 36). Ou então os historiadores tratam deste período como uma continuação de uma grande unidade, o Império, valorizando os nexos de continuidade em abordagem supra-territorial (p. 38).

<sup>780</sup> Chavarria Arnau, 2005: 521; ver também 2004c: 68.

Seja como for, esta revalorização de um período esquecido, porque apressadamente arrumado com o rótulo de “decadente”, trouxe um estimulante conjunto de contribuições para o debate sobre uma das mais apaixonantes questões que se colocam sobre o mundo antigo: o legado de Roma. Valorizar os eixos de continuidade ou puxar para o centro do tema o colapso civilizacional, como agora foi feito recentemente<sup>781</sup>, é no fundo registar a existência de dois olhares extremados, de duas posições que em ponto algum se encontram. Ambas inconciliáveis nos seus fundamentos, e como tal opostas, mas com argumentos invocados que devem ser considerados.

É certo que as perturbações ocorreram, e de tal forma que em muitos casos provocaram rupturas catastróficas. Seja pela instalação de novos contingentes populacionais, pelas alterações sociais, pela emergência do cristianismo alcandorado a religião oficial, pela pressão fiscal e alterações estratégicas que conduziram ao colapso da economia imperial<sup>782</sup>, ou ainda por desígnios naturais<sup>783</sup>, entre outras situações que ocorreram. Em sentido inverso, observa-se a estabilidade nos padrões de povoamento, a manutenção das identidades, as reconstruções e os desígnios de perpetuação da ordem, sobretudo por parte do poder político que, seja qual for, se reclama sempre como herdeiro do Império. E entre ambas encontramos os fenómenos de transformação, de lenta metamorfose com a chegada de contributos que se vão somando ao edifício civilizacional antigo<sup>784</sup>. E todo este acréscimo de impressões contrastantes também é alimentado por um conjunto de fontes que na sua essência são diferentes das de épocas anteriores. Mas sobretudo, toda a polémica, todo o intenso debate, resultam do facto de este ser um momento histórico, afinal, complexo.

Perceber esta complexidade é entender que os factores de mudança resultam da justaposição e combinação de factores, e que não foi uma única a causa que desencadeou a evolução. As transformações globais no final do Império aceleram os ritmos de mutação social: “La caractéristique la plus évidente de cette société, pour les contemporains comme pour les historiens, est l’élargissement du fossé qui sépare les riches des pauvres.”<sup>785</sup> Ao

---

<sup>781</sup> Ward-Perkins, 2006. Sobre as perspectivas historiográficas ver também Carneiro, 2009.

<sup>782</sup> Remeto sobretudo para a fundamental obra de A. H. M. Jones, 1973.

<sup>783</sup> Como a catástrofe ocorrida em *Baelo Claudia* que levou ao definitivo abandono da cidade. Na região em estudo também o abandono da cidade de *Ammia* foi assim explicado pela tradição popular, com o sepultamento da urbe sob uma enxurrada de lama, faltando agora a comprovação arqueológica. Esta mudança climática já foi confirmada de várias formas: “En las últimas décadas algunos especialistas han apuntado la existencia de significativas mutaciones climáticas que pudieron provocar, a su vez, cambios en la economía rural, en el tipo de producción y como consecuencia de ello también en las pautas de asentamiento” (Chavarría Arnau, 2007: 83; na nota 350 a autora cita a obra de Vita-Finzi: 1996, que propôs uma pequena idade glacial caracterizada por diminuição de temperaturas e aumento da pluviosidade). E em seguida, Alexandra Chavarría Arnau refere: “A partir de finales del siglo V, y al menos hasta el VIII, las condiciones climáticas empeoraron considerablemente con episodios de erosión y aluviones documentados en todo el Mediterráneo. El paisaje durante estos siglos se habría caracterizado por una importante presencia de praderas húmedas y zonas palustres lo que se relaciona con una importante intensificación de la actividad pastoril.” Também Pedro Saez Fernandez (1987: 34) notou o modo como as fontes do século I referiam que na *Baetica* a vindima se efectuava no mês de Agosto (conforme referido em Columela), enquanto no século V e na legislação visigoda se menciona a apanha de uva em pleno mês de Setembro (apontado em Paladio), o que indica mudanças climáticas que causaram um arrefecimento capaz de provocar atrasos no amadurecimento dos bagos.

<sup>784</sup> De aí que Ken Dark (2004: 280) utilize o conceito de cultura “romano-cristã” para evidenciar a síntese destes dois universos. Relembro o conceito, a partir da discussão sobre a utilização do termo “Antiguidade Tardia”: “Culturally, the period is usually seen as comprising a synthesis between Roman imperial ways of life with all their regional, social and economic diversity and the Christianization of society from the fourth century onward. Thus, one way of thinking about Late Antiquity is as a ‘Romano-Christian’ culture, albeit one in which Christianisation was an ongoing process and in which religious identity was never the sole defining characteristic. Thus, to be ‘late antique’ was to participate in the re-formation of ‘Roman’ ways of life in an Empire that had adopted Christianity as its official religion, or to adopt or maintain such ways of life, partially or wholly, outside Roman (including Early Byzantine) political control.”

<sup>785</sup> Brown, 2005: 31.

longo do século IV, o fosso entre camadas da população amplia-se<sup>786</sup>, motivado pelas necessidades de alimentar uma máquina militar crescentemente maior<sup>787</sup>, juntamente com uma burocracia também em ampliação constante<sup>788</sup> e que existe sobretudo para proceder à cobrança de impostos. Este imenso funcionalismo irá provocar desequilíbrios bem sentidos pelos contemporâneos<sup>789</sup> e também resulta do facto de lentamente se esvaziar de funções o nó central da ideologia imperial: a cidade. As relações sociais, políticas e económicas que a urbe alimentava vão lentamente começar a transferir-se para outras sedes onde agora se desenrolam os jogos de poder, sejam os palácios e cortes, sejam as residências privadas no campo.

No mundo rural, precisamente, o panorama também muda, embora a estrutura fundamental pareça ser a mesma. Note-se que entre os séculos IV e VII não existe notícia de qualquer reorganização do território e dos seus cadastros antigos, pelo que as repartições da propriedade alteram-se em função das naturais transmissões de bens e não por iniciativas estatais, que só irão decorrer já sob domínio islâmico<sup>790</sup>. Mas a desestruturação da ordem do Império cria novas relações, novos modelos de povoamento e uma diferente forma de encarar o quotidiano. E com o cristianismo, a vida e também a morte são entendidas de uma outra forma.

O mundo muda com a passagem da ordem imperial para uma nova realidade. Entre o Império e o Islão, o território da antiga *Hispania* assiste a uma evolução específica, e nele, de forma muito própria, surge a *Lusitania* com fenómenos que demonstram uma vitalidade e originalidade que já de há muito é reconhecida<sup>791</sup>. Chega uma nova religião, criam-se novos jogos de poder, novas relações sociais, afastamentos, fissuras ou aproximações entre os actores que agora desempenham novos cargos, surgidos com o crescente desprestígio do *cursus honorum* e trazidos pela hierarquia eclesiástica. Alguns destes novos protagonistas serão também recém-chegados, de comunidades que se instalam, e por aí também se criam dinâmicas diferenciadas. Se o colapso das redes de circulação comercial que o Império sustentava é agora notório, certo será que algumas trocas e intercâmbios de gentes e ideias prosseguem, com reflexos visíveis na materialidade arqueológica.

Em *Augusta Emerita* observamos uma presença cristã relativamente tímida nos séculos iniciais, e neste aspecto a Arqueologia matiza um pouco a célebre referência da epístola do bispo Cipriano de Cartago<sup>792</sup> dirigida ao “povo cristão” de algumas cidades, incluindo a emeritense. Seguidamente temos na península os primeiros martírios documentados<sup>793</sup>, que inclusivamente irão ser mais numerosos na centúria seguinte. Os primeiros testemunhos de presença cristã na província datam da década de 380, com a presença de duas epígrafes: uma funerária, outra eventualmente relacionada com a construção de uma basílica ou um local de culto<sup>794</sup>. Esta data relativamente tardia mostra-

---

<sup>786</sup> Ver alguns dos ensaios contidos em Bowden, Gutteridge & Machado, 2005, sobre o aumento de pobres e desfavorecidos, e o seu registo arqueológico, no mundo da Antiguidade Tardia.

<sup>787</sup> Em meados do século IV o contingente militar atinge os 600.000 homens, fazendo deste uma das maiores concentrações da história universal (Brown, 2005: 24).

<sup>788</sup> “La multiplication des provinces, la mise en place d’un vicariat de diocèse installé à Mérida eurent pour conséquence la croissance de fait des *officia* ou bureaux destinés à épauler les responsables dans leurs tâches civiles.” (Le Roux, 2010: 250). Seria muito interessante perceber se a identidade dos *possessores* dos sítios rurais, designadamente aqueles que mais investem na criação de equipamentos nas suas *villae*, é directamente relacionável com o crescimento do funcionalismo público burocrático, ou seja, se são os mesmos agentes que estão implicados na governação e na tributação e que depois investem os seus rendimentos em propriedades rurais.

<sup>789</sup> “En 300 ap. J.-C., les citoyens se plaignent: depuis les réformes de l’empereur Dioclétien (284-305), «il y a plus de collecteurs d’impôts que de contribuables».” (Brown, 2005: 24. Todavia, como assinala o autor (p. 28 ss.), será a ascensão de alguns destes burocratas – como Ausonio ou o próprio Agostinho – que irão forjar uma nova cultura e uma diferente percepção do mundo.

<sup>790</sup> Díaz, 1994a: 305.

<sup>791</sup> Por exemplo, Palol, 1972: 181-182.

<sup>792</sup> *Ep.* 67 datada de 254. Ver Maciel, 1996: 31.

<sup>793</sup> Em 259 temos o martírio de Frutuoso, bispo de Tarraco, e de seus diáconos Augurio e Eulógio.

<sup>794</sup> Mateos Cruz, 1995: 241.

nos como a cidade era, nesta fase, uma urbe muito vinculada aos cânones tradicionais, o que Javier Arce<sup>795</sup> relaciona com a presença de uma elite política muito tradicional<sup>796</sup>. Mas é precisamente esta elite que permite a manutenção das dinâmicas urbanas, dos fluxos comerciais e de uma certa vida cultural que atrai para a cidade gentes e ideias que atravessam o Mediterrâneo para aqui se instalar. Por isso se cria uma ascensão sustentada da presença cristã, que progressivamente se irá fortalecer e hierarquizar, e desta forma assistimos também à renovação de infra-estruturas, sinal de que a cidade segue em funcionamento<sup>797</sup>. O martírio de Eulália, nos primeiros anos do século IV durante as perseguições promovidas por Diocleciano, e a presença de bispos emeritenses nos concílios desse século<sup>798</sup> mostram o modo como a actividade cristã se estrutura e mobiliza crescentemente uma comunidade urbana<sup>799</sup>. Este movimento ascensional será premiado com o reconhecimento pelo Imperador Diocleciano, que nomeia a urbe emeritense como capital da *Diocesis Hispaniarum*, o que reforça o seu prestígio e peso estratégico<sup>800</sup>. Se no século V o momento é de transição, durante o século VI a visão da cidade mostra já a decadência dos espaços até aí pagãos e a prevalência da capacidade cristã, bem evidente no relato (panegírico, é certo) da *Vida dos Santos Padres Emeritenses* (VSPE)<sup>801</sup> e com a progressiva edificação de uma basílica martirial dedicada a Santa Eulália. Durante este processo de séculos, a cidade desempenha um papel crucial a nível provincial e hispânico, reforçando as suas áreas de influência com uma actividade notável<sup>802</sup>. Resta-nos ainda conhecer a interacção da urbe com os territórios directamente dependentes, nomeadamente os do vale do Guadiana, embora os indícios sejam de grande vitalidade nos espaços rurais<sup>803</sup>.

Vejam os algumas das linhas principais de evolução, procurando rastrear as transformações nos domínios do Alto Alentejo.

### 9.1. Evoluções nos locais de povoamento

Do ponto de vista conceptual, a maior dificuldade que encontramos no estudo das estruturas de povoamento em meio rural após o final do Império radica nas modificações terminológicas que nestes séculos se operam<sup>804</sup>. Os modos de designar os sítios mudam. Novas palavras, novos signos e significados são adoptados, indicando possivelmente algumas alterações nos *fócies* de conceptualização e de construção.

<sup>795</sup> Arce, 1982: 210; 2001: 16, onde se lê: “En Emerita residía el *vicarius hispaniarum*. El *vicarius* - que substituyó al *vicens agens praefectus praetorio* - dependía directamente del emperador [...]. El *officium* de un *vicarius* venía a incluir unas 300 personas, y el de gobernadores provinciales en torno a las 100. Toda esta enorme cantidad de burócratas constituían una *militia non armata*, y eran la esencia misma de la organización del poder tardorromano.” Na p. 18 refere que os *vicarii* conhecidos “son todos individuos de alta cultura y pertenecientes o adscritos casi sin excepción al paganismo más notable de la época, de viejo cuño y de larga tradición.”

<sup>796</sup> Note-se que em Mérida os principais locais de espectáculo continuam em utilização: o circo (com a lápide do auriga *Sabinianus* - curiosamente, um cristão- demonstrando o impacto social das corridas neste período), o teatro ou o próprio fórum.

<sup>797</sup> O caso das muralhas e da ponte, além de outras obras em espaços públicos (Cruz Villalón, 1985: 28-29).

<sup>798</sup> Em 308 o bispo Libério está no concílio de *Iliberri*, que reuniu 19 bispos e 24 presbíteros, e em 314 no de Arles, sendo na ocasião o único hispano presente. Ver Jorge, 2002.

<sup>799</sup> Mesmo assim a presença numérica de bispos será sempre reduzida, indicando que a “Hispania remains a starkly under-bishoped province by any standard. The Spanish bishop would thus have found his geographic area of responsibility much larger than that of his Gallic or Italian colleagues, and his hold on the furthest regions of his diocese would have depended very much upon his personal interest and energies.” (Bowes, 2005: 237).

<sup>800</sup> Arce, 2002; Gómez Fernández, 2003.

<sup>801</sup> Obra que terá sido escrita por volta do ano 630. Foi utilizada a edição de 2008 com tradução e notas de Isabel Velazquez, Madrid, Editorial Trotta.

<sup>802</sup> Ver, por exemplo, Cruz Villalón, 1985: 18-28; Arce, 2002.

<sup>803</sup> Rodríguez Martín, 2002.

<sup>804</sup> Ver sobretudo Chavarria Arnau, 2007; Arce, 2006; Sottomayor Muros, 2004; Isla Frez, 2001.



Em termos gerais, o processo parece fundar-se na substituição dos tradicionais termos latinos por outros, em alguns casos de denominação bastante neutra, pois neles não conseguimos ver conteúdos distintivos. A linguagem parece agora ser eminentemente jurídica, sem associação de valores culturais ou funcionais específicos - embora, note-se, a natureza das fontes desta época seja eminentemente jurídica, ela própria.

O caso mais conhecido radica no progressivo desaparecimento do emblemático termo *villa*, agora substituído pelo mais neutro *villula*<sup>805</sup>. O seu qualificativo de propriedade rural, contudo, mantém-se<sup>806</sup>, embora a conotação decadentista que tem sido atribuída ao termo possa e deva ser revista<sup>807</sup>. Também certos designativos são empregues para propriedades rústicas, embora a sua utilização não permita, de facto, perceber a que tipo de realidades se referem: *locus*, *terra*, *domus*, *casa*, *portio*, ou *possessium*. Surgem sobretudo em textos igualmente neutros, como as reuniões conciliares ou a legislação visigoda.

Em todas as categorias que compõem a rede de povoamento romana, a que mais tem concentrado o olhar dos estudiosos mantém-se - como para o momento imperial - a *villa* rural, símbolo máximo do poder de Roma nos campos provinciais. A detecção das suas linhas evolutivas, a análise dos factores e sintomas de transformação, tem alimentado um intenso debate, fascinado com as possibilidades de rastrear os momentos de transformação da *villa* em vila, aglomerado urbano que se encontra na raiz do municipalismo moderno. Mas o problema da investigação arqueológica sobre os momentos finais de ocupação nas *villae* resulta antes de mais de uma deformação das leituras criadas pela própria investigação. Até muito recentemente, a principal preocupação de quem realizava escavações em *villae* seria atingir os níveis imperiais, onde se pensava encontrar o “momento de apogeu” geralmente materializado nos pavimentos de mosaico que de forma tão emblemática representavam o esplendor artístico-cultural do Império e - de forma também sintomática - polarizavam as publicações dos resultados de campo<sup>808</sup>. Entretanto, todos os níveis

---

<sup>805</sup> O termo já era empregue em momentos muito anteriores. Cícero menciona-o: “Cicero could distinguish between a villa which was *philosopha* (tastefully, but not sumptuously, appointed) and those which exhibited insane extravagance. It is extremely doubtful whether any one of his own estates, which he variously calls *voluptarias possessiones*, *villulas*, *praediola*, *maritima*, *ocellos Italiae* [...]” (D’Arms, 1970: 45). No período imperial, parece então designar pequenas unidades de povoamento, eventualmente em territórios de *villae* e englobada no seu termo: “Hasta la Antigüedad tardía el término *villula* se utilizaba como sinónimo de *villa* para referirse a una pequeña propiedad o parte de una propiedad más amplia. Este sentido diminutivo parece ser todavía válido en algunos textos del siglo IV, como en el relato de la manumisión de los esclavos de las propiedades de Melania, donde se menciona que éstos habitaban en 62 *villulae*, es decir, pequeñas granjas dependientes de una *villa* mayor en las que trabajan algunos esclavos y que funcionaban como estructuras colónicas. En *Hispania* el término se difunde a partir del siglo VI cuando en algunas fuentes parece convertirse en sinónimo de *villa*. Así las *VPSE* se refieren a las *villulae* destruidas por un desbordamiento del río Guadiana [II, 22], mientras que en la *Regula Fructuosi* se invita a los monjes a renunciar a sus riquezas y a sus *villulae*. [*Regula monachorum*, VII.]” (Chavarría Arnau, 2007: 154). Note-se contudo que nos concílios do final do século IV, como em Toledo I (397-400, Cânone 5), é referida ainda a existência do termo *villa* na acepção clássica.

<sup>806</sup> A descrição que Ausonio (*Carmina*, III, 1) nos deixa da sua *villula* é contudo, muito semelhante à que para momentos anteriores poderia ser feita para uma qualquer *villa*, pelo que o termo poderia ter também um cariz afectuoso com a utilização do diminutivo, visto que pela área total da exploração estaríamos perante um domínio significativo; a descrição que o poeta do século IV nos faz coloca em destaque os terrenos envolventes: de 200 *jugera* de extensão os prados de cultivo, 100 plantados de vinha e 50 com prados, além de bosques de extensão indeterminada.

<sup>807</sup> Javier Arce recorda que “la *Historia Wambae* denomina el lugar donde murió del rey Recesvinto como *villula* [III, 37-39], aunque probablemente era una villa regia.” (Arce, 2006: 10).

<sup>808</sup> No Alto Alentejo esta particularidade é sentida de forma muito intensa. Note-se que dos dois principais sítios arqueológicos escavados, os mosaicos são praticamente os únicos domínios dados a conhecer. Luís Chaves (1956) deixou para Santa Vitória do Ameixial (Estremoz) uma descrição mesmo assim mais completa e exaustiva das restantes estruturas, mas onde se nota que a descrição dos pavimentos ocupa o lugar central no relatório dos trabalhos. Para Torre de Palma (Monforte), os diversos tapetes concentram quase em exclusivo o olhar de Manuel Heleno no único relato deixado das escavações ali realizadas (1962), e irão também motivar o interesse da missão francesa que elegeu os pavimentos como o segundo conjunto português a ser divulgado após a Casa dos Repuxos, em Conímbriga. Neste caso, contudo, embora sejam os mosaicos a despertar a razão da publicação, esta apresenta um estudo de integração muito mais vasto, e até

superiores, incluindo aqueles de menor facilidade de detecção do ponto de vista arqueológico – níveis com materiais perecíveis, camadas de abandono, reconversões arquitectónicas com materiais de menor qualidade – eram destruídos ou desmontados, salvando-se apenas as estruturas mais duráveis e de maior visibilidade (como as basílicas ou baptistérios). Portanto, a real extensão dos fenómenos relacionados com os últimos momentos de ocupação foi tratada de desigual forma pelos arqueólogos responsáveis pelos trabalhos de campo, e falseia a possível leitura actual<sup>809</sup>. Tal é perfeitamente visível em muitos dos sítios emblemáticos desta área regional, como Santa Vitória do Ameixial (Estremoz) ou Torre de Palma (Monforte) sobre os quais os últimos níveis de ocupação são pouco ou nada conhecidos. Em Elvas, zona de grandes *villae*, conseguimos perceber melhor o que se passa no mundo funerário, com relevantes fenómenos de continuidade, do que no âmbito doméstico. O único sítio intervencionado com metodologias modernas, Quinta das Longas, terá sido abandonado muito precocemente, pelo que os dados disponíveis para estes momentos são escassos<sup>810</sup>.

Desta forma, não dispomos ainda de sequências estratigráficas suficientemente finas, porque geralmente desconhecemos, ou pelo menos não conhecemos ainda de forma apurada as produções tardias (africanas e orientais), subalternizadas face às de momentos anteriores, geralmente mais apelativas do ponto de vista técnico e decorativo. A *terra sigillata* africana é um produto cerâmico recente para a investigação, e as produções de âmbito local/regional não estão ainda afinadas nos seus tempos, ritmos e locais de circulação. Portanto, temos um problema de leitura do tempo; ao contrário do que acontece para as sequências finas do Alto Império, com quadros de referência mais bem definidos e tipologicamente agrupáveis, os quadros tipológicos – e portanto estratigráficos – da Antiguidade Tardia são mal conhecidos (aliás, foi com o progressivo conhecimento das produções africanas que se começou a perceber a longevidade das diacronias de ocupação e a olhar com outra profundidade para este universo).

Um outro nível de dificuldade reside na insuficiente relação entre a documentação e a realidade arqueológica. As fontes existentes para a época são escassas, com o problema acrescido do desequilíbrio existente: os primeiros indicadores encontram-se no século III, mas em seguida temos uma quebra nos séculos IV e sobretudo no V, à qual se segue um progressivo aumento de referências a partir do século VI. Portanto temos uma visão apenas parcial da realidade histórica. Também na sua origem tal ocorre, pois a maior parte das fontes sobreviventes são cristãs, especialmente as do VI, já na qualidade de *religião vencedora*, oferecendo-nos portanto uma leitura ideologicamente comprometida que enfatiza o declínio teleológico da cultura pagã e o “barbarismo” dos povos que se começam a estabelecer no território do Império. Como contraste, é interessante notar que as poucas fontes pagãs existentes (Sidónio Apolinário, sobretudo<sup>811</sup>) falam-nos de uma paisagem de estão *villae* ocupadas onde decorrem recitais poéticos, recepções e um ambiente que no geral é completamente conservador, ignorando a ruína de um universo<sup>812</sup>. Além disso, como Neil Christie afirma<sup>813</sup>, quando surge maior quantidade de documentação, no século

---

hoje aquele que, na prática, é o único que permite compreender a planimetria do sítio (Lancha & André, 2000).

<sup>809</sup> Um caso exemplar encontra-se na *villa* de Almenara de Adaja (Valladolid), que foi inicialmente considerada como tendo sido abandonada em meados do século V, mas recentes leituras demonstraram uma presença humana estável até meados do século VI (Sanz Serrano, 2007: 476; ver também Chavarria Arnau, 2007: 224-225 com bibliografia).

<sup>810</sup> Almeida & Carvalho, 2004.

<sup>811</sup> Por exemplo, a antecipação de um jantar que irá ter em casa de um amigo: *Ep.* IX, 8).

<sup>812</sup> Ignorando ou fugindo intencionalmente dele, de acordo com a perspectiva apresentada por Rosa Sanz Serrano (2007: 467).

<sup>813</sup> 2004: 6.

IX, os campos parecem “estar cheios de gente”, o que indica uma contínua ocupação do território<sup>814</sup>.

Precisamente no domínio documental dispomos contudo de alguns preciosos testemunhos<sup>815</sup>. Para a própria *Hispania* surgem descrições: em *Augusta Emerita* as *VSPE* documentam-nos uma elite que habita uma cidade, em transformação, é certo, mas com uma dinâmica de continuidade. Um pouco mais longe, na obra de Braulio de Zaragoza, temos um relato que nos descreve um conjunto de poderosos aristocratas rurais<sup>816</sup>. Depois, para os territórios gauleses contamos com algumas menções: o poeta Ausónio<sup>817</sup>, que nos deixou descrições das suas viagens entre a terra natal e a península itálica; Rutilio Namantiano, um poeta e senador que detinha extensas propriedades, embora raramente a elas se deslocasse; e o já referido Sidónio Apolinário, o poeta natural de *Lugdunum*.

Em termos gerais, os relatos destes autores concedem-nos uma leitura de continuidade, da manutenção das mesmas formas de habitar o mundo rural e dos *domini* se relacionarem entre si. Muitas das *villae* que estes autores do século IV e V nos descrevem são locais de aparato, de magnificência. Sidónio Apolinário, por exemplo, deixa-nos o retrato da sua propriedade de *Avitacum*, aliás muito detalhado<sup>818</sup>, onde encontramos um estabelecimento que é, mesmo nestes tempos, perfeitamente pagão ou, dito de outro modo, clássico. A *villa* é dotada de um pórtico “de inúmeras colunas” que permite a contemplação de um lago, servido por um curso de água que alimenta um edifício termal onde todos os ambientes estão em pleno funcionamento, incluindo a sala de massagens e unguentos. Quanto ao edifício principal, a descrição revela a majestosidade do espaço: a sala de recepção tem um *stibadium*, junto ao qual se dispõem os hóspedes, mas à disposição encontra-se também um *triclinium* de Inverno (*hiemale triclinium*) e um outro *triclinium* que seria utilizado por sua mulher (*triclinium matronalis*), por cuja via tinha herdado a propriedade. Neste sítio, como em outros descritos na literatura (incluindo no tardio tratado de agricultura de Paladio) o ambiente conservador prossegue em vigor, propiciando o *otium ruris litteratum e philosophicum*<sup>819</sup>. A mesma impressão é evidente no texto de Rutilio, um testemunho do mais elevado interesse, *De reditu suo*, que relata o périplo do autor com o intuito de visitar as suas propriedades na Gália. Apesar de algumas destruições, em especial de cidades, e de uma generalizada instabilidade e insegurança para quem se deslocava nas estradas, a visão que o autor nos deixou da vida nas *villae* visitadas continua a ser a de uma notável tranquilidade, com o prosseguimento das actividades normais: serões poéticos, contemplações da bucólica paisagem dos campos, banquetes e cerimoniais requintados.

Todavia, nestes ambientes e nos textos destes autores, os sinais de mudança encontram-se já presentes. O mais interessante, e revelador do modo como os hábitos estavam em evolução, reside nas descrições deixadas por Sidónio Apolinário dos seus

<sup>814</sup> A desertificação das cidades, a “ruralização das elites”, tem gerado um intenso debate historiográfico, procurando determinar a intensidade de um movimento que terá sido efectivo. Recordo uma passagem de Sidónio Apolinário destinada a um clérigo das suas relações, *Salonius*, lamentando que sempre que se desloca à cidade onde reside este se encontre ausente na sua propriedade rural, que lhe requeria muita atenção (*Ep.* 7.15.1.)

<sup>815</sup> Talvez o mais completo repositório de fontes seja o efectuado por Carla Sfameni (2006: 61-71).

<sup>816</sup> Sem ter tido acesso ao original, sigo o relato de Wickham, 2009: 329-330, sobre a “hagiografia, la *Vita S. Aemiliani* de Braulio de Zaragoza, escrita en torno al año 636 y en la que se habla del santo actualmente conocido como San Millán, que falleció en el año 576”. Não sendo muito pormenorizada nas suas descrições, deixa-nos um relato das propriedades na zona média do vale do Ebro e aí se lê que “Toda esta zona parece ser un espacio habitado por aristócratas [Sicorio, Nepotiano, Honório e Maximo] con propiedades de ámbito local que siguen la tradición tardorromana, al menos a lo largo de todo el siglo VI.”

<sup>817</sup> Ausónio será uma das mais fascinantes personalidades do seu tempo, notando-se bem no seu perfil psicológico a dupla tensão que na época se vive, entre o conservadorismo pagão e a nova fé que se instala: “Statesman, rhetor, and acolyte of the Muses, the late fourth-century Gallic poet Ausonius seems to embody a late antique *status quo*. His Christian sentiments —subdued and neatly knit into a cloak of Roman traditionalism —likewise appear to reflect the ease with which a conservative elite serenely adopted a new faith. [...]” (Bowes, 2007: 144).

<sup>818</sup> *Ep.* II, 2, 4-13.

<sup>819</sup> Sfameni, 2006: 64.

itinerários de visita às *villae* dos seus colegas Domício<sup>820</sup>, Cosencio<sup>821</sup> e Poncio Leontino<sup>822</sup>, testemunhando-nos o relato do estado de abandono em que se encontrava o edifício termal<sup>823</sup>, pelo que o próprio teve de se banhar no curso de água mais próximo. Mas talvez mais paradigmática seja a impressão causada pelo seu encontro com Máximo, antigo responsável da administração provincial, que se retirara para a sua *villa*, um edifício sem especial interesse decorativo ou arquitectónico, onde se alimentava de modo frugal, usava uma longa túnica e deixara crescer a barba, vivendo de um modo quase monástico<sup>824</sup>. Este encontro, diga-se, impressionou fortemente o relator.

Este exemplo reflecte a paulatina passagem de um ambiente áulico, de *luxuria privata*, para a introspecção, reflectindo uma vivência despojada e humilde. Sublinhar este aspecto é importante, pois na prática estamos apenas perante uma alteração no paradigma de vivência quotidiana, que prossegue nos mesmos ambientes arquitectónicos, embora as explicações historiográficas tradicionais tendam a ver nestes processos de despojamento a “perda das técnicas”, os “retrocessos tecnológicos” ou, em casos em que prevalece uma leitura étnica, a substituição do fundo indígena por populações ditas “bárbaras”<sup>825</sup>. O que observamos, então, é um processo de afirmação de novos valores culturais, ou seja, onde em tempos anteriores reinava a ostentação, agora temos a austeridade. O despojamento no quotidiano torna-se uma regra a seguir, e este é um fenómeno já sentido na vida de Sidónio Apolinário (século V), mas que se irá acentuar nos séculos seguintes. Afinal, como Chris Wickham<sup>826</sup> afirma, “Sin embargo, en todo el antiguo imperio romano se observa, de manera uniforme, el desvanecimiento del principal elemento que había determinado el estilo de vida aristocrático durante el período imperial: la existencia de una cultura literaria civil y erudita”, que paulatinamente será substituída pelo militarismo e também pela cultura cristã. Estes paradigmas mostram-se na própria figura de Máximo: um *dominus* do século V ou VI apresenta-se publicamente de uma forma completamente distinta do que o faria um seu congénere no auge do Império. Ele escolhe um visual humilde, mas há quem opte por uma aparência mais militarizada ou quem, pelo contrário, assuma um gosto quase barroco por jóias e adornos inspirados nos modelos da aristocracia visigoda ou do poder bizantino. Neste aspecto, as necrópoles visigodas do centro da Península – um contexto fundiário muito particular, é certo, pela proximidade da corte em Toledo e pelo facto de esta ser uma região de domínios que haviam sido do poder Imperial – mostram-nos o modo como os elementos de adorno eram exibidos, tanto na vida como na morte<sup>827</sup>.

Um fenómeno ocorre, porém, de forma desigual nas diversas províncias, mas em ritmo sistemático: o progressivo abandono das *villae* ou, pelo menos, a transformação de alguns dos seus espaços em outro tipo de realidades. Este movimento está documentado

<sup>820</sup> *Ep.* II, 9. Curiosamente, a dado passo Sidónio utiliza um termo, *basílica*, para nomear o edifício termal.

<sup>821</sup> *Ep.* VIII, 4.

<sup>822</sup> O caso desta propriedade é muito interessante, pois é explicitamente referido o aspecto fortificado da mesma, que poderia ser atribuído aos fenómenos de instabilidade da época. Todavia, Sidónio informa-nos de que a mesma se encontrava na posse da família de Poncio desde há duas gerações (*Carm.* XXII, 117-19; 142-4), e portanto a aparência derivava de outras realidades anteriores. Refira-se ainda que no topo de um dos torreões (*turris*) estava uma sala de jantar (*cenatio*) panorâmica. Para uma análise comparada das descrições dos diversos ambientes ver Stephenson, 2006: 184-188.

<sup>823</sup> *Balneas habebat in opere uterque hospes, in usu neuter. Epistola* II, 9, 8.

<sup>824</sup> *Epistola*, IV, 24, 3-4.

<sup>825</sup> Raros são os contextos arqueologicamente demonstrados de destruições causadas por “povos bárbaros”, e note-se que também dificilmente seria do seu interesse levar a cabo destruições que não beneficiariam os próprios em processo de instalação.

<sup>826</sup> 2009: 376.

<sup>827</sup> Em resumo, considero muito interessante a inversão da perspectiva tradicional feita por Gian-Pietro Brogiolo e Alexandra Chavarría Arnau (2008: 202): “Teniendo en cuenta la frecuencia con que estos elementos aparecen, tal vez haya que plantearse la posibilidad no sólo de la profunda romanización de las poblaciones bárbaras, sino también el fenómeno contrario: la población romana fue absorbiendo progresivamente nuevas formas de vida y signos de identidad traídos por inmigrantes e invasores.” Para além da chegada de novas comunidades e de um novo poder, há então que considerar as influências cristãs e a emulação da elite de poder oriental. Distintas influências, uma complexa encruzilhada cultural.

do ponto de vista arqueológico, mas encontra também algumas ressonâncias literárias. Higino conta-nos que no seu tempo vários *possessores* foram adquirindo várias propriedades, das quais conservavam algumas, mas deixavam outras ao abandono definitivo<sup>828</sup>.

Portanto as *villae* alteram-se, no fundo prolongando um mecanismo de mudança que já podemos filiar no século III, aquando dos primeiros fenómenos de expansão do edificado e de monumentalização dos ambientes áulicos. Enquanto nesse momento civilizacional víamos a diluição do prestígio civil do Império e da carreira pública, com a “privatização” das esferas de poder, vemos agora, no século V e VI, a concretização desses fenómenos: o mundo romano desagregou-se definitivamente, novos actores emergiram, e o poder cristão tomou o lugar das magistraturas civis. Como tal, os locais de vida, de “representação” das cenas da vida pública, transformam-se também, para se adequarem a novos usos. Em alguns casos pela imponência, pela majestuosidade, em outros pelo despojamento. Como já foi anteriormente referido, o emprego de termos que em época tardia se referem às *villae* demonstram estas alterações das cargas de conteúdos: designações mais neutras, que já não enfatizam o conceito da *villa* enquanto *amoenitas loci*, mas que agora se referem a edifícios de exploração implantados em meio rural, muitas vezes sem características específicas (*villula, aedificium, praedium...*).

Desta forma, uma das grandes transformações no mundo rural tardio radica precisamente nesta evolução das *villae* que, em última instância, irá implicar a sua radical transformação, ou mesmo o seu desaparecimento. As mudanças documentadas nos sectores residenciais, ou seja, na *pars urbana*, processam-se em várias direcções, reflectindo possivelmente a própria heterogeneidade das distintas *villae*. A sua definição foi feita por Alexandra Chavarría Arnau<sup>829</sup>, que diagnosticou as principais tendências que se manifestam na *Hispania*. Vejamos as principais, tentando olhar igualmente para o espaço do Alto Alentejo.

a) a mais frequente no mundo mediterrânico, embora escassamente documentada na *Lusitania*, consiste na *reconversão dos espaços nobres em zonas de actividade económica*. Estas são de âmbito variado: observamos que a antiga *pars urbana* é reocupada como zona de lagar, como área de armazenamento usando *dolia* ou silos, ou então nesse espaço são instalados fornos de produção cerâmica. Nestas diversas situações muitas vezes as amplas divisões são compartimentadas em espaços mais pequenos, com alterações que inclusivamente destroem os pavimentos de mosaico. Na área de referência ainda não foram diagnosticadas, com segurança, estas realidades, embora existam indícios muito fortes em Herdade das Argamassas (Campo Maior). Temos contudo os benefícios nas instalações de transformação em Torre de Palma, conduzindo à sua ampliação e reforço produtivo, que levam a pensar que terá ocorrido um fenómeno de concentração fundiária, conforme aliás com o que conhecemos para outras regiões. É provável que as *villae* comesçassem a anexar propriedades vizinhas, com residências que então fossem abandonadas ou reconvertidas para outras funções<sup>830</sup>. Portanto temos uma reconfiguração da paisagem rural, com sítios abandonados em detrimento de outros que incrementam a base de rendimento.

b) fenómeno semelhante é o que encontramos na *compartimentação de alguns espaços áulicos*, geralmente com materiais perecíveis, fenómeno que mereceu a designação de “squatterização”, por se pensar que estávamos perante comunidades semi-nómadas que sazonalmente se instalavam nestes espaços. Este processo, de resto, está mal documentado arqueologicamente (quais as motivações? qual a época?) e tem sido sempre vinculado às deslocções de povos bárbaros, sem provas materiais convincentes<sup>831</sup>. Eventualmente

<sup>828</sup> Citado por Chavarría Arnau, 2006: 32.

<sup>829</sup> Sobretudo a sua monografia de 2007; ver também 2004c: 76 ss. As linhas directoras foram também traçadas por Ripoll & Arce, 2001.

<sup>830</sup> Chavarría Arnau, 2004c; 2007.

<sup>831</sup> Não é de mais recordar que Van Ossel and Ouzoulias (2000: 142) documentaram arqueologicamente a recuperação da utilização da madeira na arquitectura do século IV na Gália, não pela instalação de novas gentes, mas por moda, e também para permitir o acréscimo de produção e de ampliação de espaços (o que resulta um dado muito interessante, pois contraria as tradicionais visões de “crise e decadência” para este

poderemos ter uma situação deste género em Igreja de São Pedro (ISP), onde na face exterior da igreja um grande compartimento, construído com uma alvenaria muito cuidada, foi cortado sensivelmente a meio por um muro de pedra disposta quase de forma caótica, encerrando uma área que se encontrava repleta de cinzas no seu interior. Também em Santa Vitória do Ameixial (Estremoz) se documentam camadas de cinza em áreas com indícios de ocupações pontuais e com fenómenos de recollecção na dieta alimentar. Note-se contudo que este é um fenómeno muito difícil de diagnosticar em escavações mais antigas, porque o registo arqueológico destas modificações é feito sobretudo de materiais perecíveis e de estruturas negativas, e nessas metodologias não havia, em termos gerais, muita atenção a este tipo de evidências. Em alguns casos, contudo, algumas marcas mais duráveis poderão ter ficado: serão os remendos em *opus signinum* no pavimento de mosaicos do peristilo central de Torre de Palma um sinal destas presenças, situação que também parece verificar-se em Argamassas<sup>832</sup>? Ou as estruturas lajeadas com tijoleiras que rebentaram o pavimento da *natio* em Quinta das Longas serão um outro exemplo? Como lembra Ken Dark<sup>833</sup>, não será de esperar que os proprietários transformem de modo radical os ambientes onde vivem, especialmente nos fenómenos de “empobrecimento”, pelo que estas alterações evidenciam sempre viragens muito profundas na percepção dos ambientes<sup>834</sup>.

c) em outros casos temos a *reconversão da pars urbana em necrópole ou em espaço sepulcral*. Nos exemplos referenciados, parece tratar-se de um fenómeno cronologicamente muito preciso e delimitado no tempo, em torno aos séculos IV (nos momentos finais) e V, sendo abandonado à medida que se vão construindo edifícios de culto que irão assumir, neste processo, um novo efeito polarizador e congregador, e para onde se deslocarão os cemitérios<sup>835</sup>. No entanto, se olharmos para a escala peninsular, observamos uma assinalável diversidade em todo este processo, com a existência de extensas necrópoles, de sepulturas agrupadas, de sepulturas isoladas ou ainda com apenas um sarcófago ocupando uma posição central. Portanto, pode ser perigoso analisar estas situações sob uma perspectiva conjunta, pois não é fácil perceber as suas motivações, muito menos quando não sabemos em que parte dos antigos edifícios se implanta a necrópole, visto que as áreas não foram extensivamente escavadas nem determinada de forma suficientemente fidedigna a cartografia de estabelecimento da necrópole. Por exemplo, olhando para esta área: o que significa a sepultura em sarcófago de São Pedro dos Pastores, em Campo Maior, e qual a parte do edifício em que é colocada (e para que havia servido esse edifício, que agora sofre uma ampla remodelação?) Em Silveirona (Estremoz) e Terrugem (Elvas), em que área pré-existente se implanta a necrópole tardia e os edifícios quadrangulares que parecem orientar as tumulações? Portanto, sem este tipo de leituras não é possível compreender as relações espaciais e sua valorização simbólica.

De qualquer forma, e com algumas variações, parece ser este o fenómeno mais habitual na área geográfica em análise. Observem-se as situações:

---

período). Portanto, a utilização de madeira na construção pode ser um fenómeno generalizado nos finais do Império, sem ser relacionado necessariamente com presenças de outras comunidades.

<sup>832</sup> Sendo que a arte dos pavimentos em mosaico parece em geral desaparecer durante o século V ou inícios do seguinte, sendo simultaneamente acompanhada pelo desaparecimento dos ornamentos parietais pintados, progressivamente substituídos pela ornamentação esculpida (Palol, 1972: 185). Sobre os exemplos mais tardios de mosaicos hispânicos, ver Blazquez, 1986.

<sup>833</sup> 2004: 289, a propósito dos fenómenos de ‘squatter occupation’: “Impoverishment of the previous owners fails to explain the lack of interest shown in retaining the internal organisation and well-preserved decoration of the house. [...] Impoverished owners might be expected to conserve their homes, not destroy the most luxurious fittings. [...]”.

<sup>834</sup> Como afirmam Gisella Ripoll e Javier Arce (2001: 26), “La arquitectura residencial evoluciona en muchos casos hacia una reestructuración de sus espacios cambiando su función utilitaria, es decir el concepto planimétrico originario pierde su validez al ser desarticulado”, ou seja, a reconversão de espaços é a expressão material de profundas viragens da percepção como os mesmos são encarados.

<sup>835</sup> Torre de Palma já evidencia este fenómeno, com o cemitério cristão próximo, e com sepulturas no interior, da basílica de dupla abside.

Sítio	Concelho	Área necropolizada
Quinta do Pião	Alter do Chão	<i>Pars urbana</i> <sup>836</sup>
Pombais	Marvão	Edifício termal
São Pedro dos Pastores	Campo Maior	Espaço de habitação ( <i>pars urbana</i> ?)
São Salvador	Campo Maior	Em edifício termal (?)
Silveirona	Estremoz	<i>Pars rustica</i> (?)
Terrugem	Elvas	Próximo da <i>pars urbana</i>
Monte da Nora	Elvas	Em meio do povoado, após abandono
Ovelheira	Elvas	Sepultura em compartimento absidal
Vale da Bexiga	Castelo de Vide	Em meio a estruturas
Barragem da Póvoa	Castelo de Vide	Em meio a habitações
Mascarro	Castelo de Vide	Em meio a habitações, <i>pars rustica</i> ?
Monte das Freiras	Arronches	Próximo de habitações
Horta de S. Pedro	Sousel	Informações orais apontam para sepulturas em zona de muros
Torre de Palma	Monforte	Núcleo funerário a sudoeste da basílica sobre área habitacional anterior, não especificada

Como se infere, o total é significativamente numeroso, com um lote apreciável de ocorrências. Em quase todos os casos, contudo (e como já foi referido), o substrato romano é mal conhecido, ou seja, existe uma escassa percepção de qual seria o ambiente necropolizado – se a *pars urbana*, se a *pars rustica*, se qualquer outra situação. Mas o conjunto é significativo, indicando uma escolha de ambientes anteriores para a *necropolização*.

O caso mais extensamente escavado será o de Pombais, onde uma comunidade apreciável se tumulou em meio ao que seria um hipocausto e à estrutura de um edifício termal<sup>837</sup>. Também em Silveirona e em Terrugem as comunidades são significativas, tendo sido escavadas apenas uma parte da necrópole, mas com índices numéricos elevados. Aliás, em nenhum caso da área de referência se conhece a real extensão destas necrópoles. Em São Pedro dos Pastores, pelo contrário, temos uma sepultura isolada, monumentalizada em sarcófago, ocupando uma posição de destaque, tendo mesmo a sua colocação no centro da sala obrigado à remodelação do antigo espaço pagão. Esta sepultura privilegiada não seria contudo a única, pois mais algumas foram documentadas em zonas secundárias.

Ainda sobre as necrópoles, note-se um outro fenómeno detectado, que aqui não aprofundo por não ser este o tema central do presente estudo. Mas não pode ser deixado sem referência o facto de, pelo menos em algumas áreas regionais, existir também um prolongado nexo de continuidade com espaços tumulares anteriores. O melhor exemplo, sem dúvida, será a necrópole de Chaminé (Elvas), onde em sucessão temos, pelo menos, quatro grandes fases de tumulação, desde os finais da Idade do Ferro até momentos visigóticos. Estes nexos de continuidade no mundo funerário (Padrãozinho, Serrones e Torre das Arcas), por vezes reaproveitando materiais epigráficos (como as epígrafes de Herdade da Camugem, em Vila Viçosa, Silveirona, Estremoz, ou Santa Marinha, Castelo de Vide), são também significativos e merecem um estudo atento.

d) já a *reconversão da villa em templo cristão* surge-nos surpreendentemente mal documentada<sup>838</sup>, quer nos contextos, quer nos ritmos em que terá ocorrido, por óbvias

<sup>836</sup> Agradeço ao Dr. Jorge António a comunicação desta situação detectada em escavação arqueológica por si realizada.

<sup>837</sup> Curiosamente, esta parece ser uma situação pouco frequente na *Lusitania* e mais bem documentada na *Tarraconensis* (Chavarría Arnau, 2004c: 82). A escolha do edifício termal levanta relevantes questões: qual o seu significado, e será que tal significa que a *pars urbana* continuava em ocupação, sacrificando-se assim um espaço já desfuncionalizado?

<sup>838</sup> Do ponto de vista arqueológico, visto que nas fontes da época temos alguns dados (indirectos, é certo) que indicam que este fenómeno foi muito dinâmico, com a construção de muitos locais de culto nas *villae*. Por exemplo, no Concílio de Toledo I, em 397 (canon 5 e canon 9), surgem recomendações com vista ao controlo que a Igreja deveria ter sobre esta situação, propondo-se que unicamente fossem reconhecidas os templos directamente sob a alçada de um bispo ou por ele consagrados. Esta situação é reiterada em concílios posteriores, indicando que o processo foi gerido com algumas dificuldades operacionais de terreno por parte da hierarquia eclesiástica. Quanto à vertente arqueológica, remeto para Chavarría Arnau (2007 e 2008) e sobretudo para o exaustivo levantamento de Kim Bowes (2002).

dificuldades de datação<sup>839</sup>. Em termos gerais, nos poucos casos referenciados na *Lusitania* parece haver dois momentos: até ao século V, a construção ocorre reformulando um templo pagão pré-existente no edifício; em momento posterior, constrói-se de raiz, nas imediações do edifício de residência, frequentemente após o seu abandono. Também do ponto de vista da implantação existem algumas variantes. Em primeira fase, esta «intrusão» do templo cristão parece ser endógena, a partir do espaço edificado pré-existente, como no paradigmático exemplo de Monte da Cegonha (Beja), reconvertendo uma estrutura que talvez correspondesse a um templo ou ao *lararium*. No momento seguinte, desloca-se para um edifício marginal, seja situado em ponto periférico da estrutura áulica ou manifestando-se no complexo termal (situação muito frequente, por exemplo, na península itálica ou na Catalunha, mas menos conhecida na Lusitânia)<sup>840</sup>.

Como é evidente, estes diferentes fenómenos de mutação implicam distintos significados, pois não é indiferente iniciar a construção de um templo cristão em espaços ainda em funcionamento, mas agora reformulados, ou fazê-lo em locais já abandonados ou desfuncionalizados. Desta forma, nesta categoria distinguem-se diversos sub-tipos, ou linhas de evolução ligeiramente distintas, mas que nessas diferenças expressam concepções e significados simbólicos que podem por vezes ser muito complexos. Porque não é exactamente igual reformular um núcleo da *villa* ainda em funcionamento (mesmo que com áreas sem, ou com escassa, utilização), ou construir de raiz um templo próximo de uma estrutura já desabitada. E porque em nenhum dos casos a construção de um templo cristão irá “perpetuar” a vida da *villa*, pois na prática existe uma reformulação completa de vivências, de significados e de substância nos conteúdos simbólicos, embora no primeiro esse processo de *transferência* se processe de modo mais gradual, e no segundo implique um hiato, um intervalo na ocupação. Tal é o caso da situação mais bem documentada na área regional: a basílica de Torre de Palma, que começa a ser construída longe do edificado romano, embora, de modo significativo, próximo da antiga área sepulcral. Existe assim um prolongamento de memórias e de significados que não é despiciendo (se bem que com situações muito complexas e que por agora nos escapam).

\*

Desta forma, em termos gerais (e apesar de alguns exemplos em contrário, que indiciam perdurações), a passagem do século V para o VI marca o final da vivência nas *villae* no sentido clássico-pagão do termo, mesmo que a presença humana seja prolongada no espaço construído<sup>841</sup>. Na área regional domina o processo de reconversão destas

<sup>839</sup> Como se compreende, a cultura material destes edifícios, sobretudo a nível cerâmico, é escassa, e uma das características genéricas dos espaços reside na austeridade artefactual. As melhores formas de ler a evolução residem nos estudos arquitectónicos e estilísticos, em especial de mosaicos, mas que são perturbados pela vida subsequente dos espaços, muitas vezes sujeitos a reformulações em épocas posteriores (Bowes, 2005: 207).

<sup>840</sup> “There are two basic structural types of villa-churches, the intra-villa church, constructed inside the *villa urbana* or *rustica* by modifying an extant space, and the extra-villa church, a free standing building located 100-500m from the villa proper.” (Bowes, 2001: 324). Entre alguns sítios que ilustram o primeiro exemplo, a autora escolheu Monte da Cegonha (p. 324), Montinho das Laranjeiras (p. 327-8), e a basílica na *villa* de *Fortunatus* (p. 328-9); para o segundo exemplo temos os exemplos peninsulares de Torre de Palma (p. 329), La Cocosa (p. 329-331) e Carranque (p. 331-333).

<sup>841</sup> Brogiolo & Chavarría Arnau, 2008: 198: “En su inmensa mayoría, sin embargo, a partir de mediados del siglo V los indicios de inversiones significativas en los edificios residenciales de las villas son muy reducidos y, muy al contrario, se detectan generalmente elementos que abogan más por la ruptura que por la pervivencia de un sistema de vida aristocrático en estos complejos. En numerosas villas aparece material arqueológico posterior al siglo V, pero con frecuencia esos materiales se relacionan con formas de ocupación residual caracterizadas por la presencia de hogares, de muros de compartimentación construidos con técnicas rudimentarias, de agujeros de poste que indican la presencia de cabañas, de basureros, silos, etcétera. Tampoco la presencia de edificios de culto en relación con algunas villas puede ser considerada - como se ha valorado con frecuencia - indicio de la continuidad de la vida aristocrática en las villas, puesto que por lo general, estas iglesias no fueron construidas en el siglo IV o V, sino a partir del siglo VI, cuando las villas habían sido ya abandonadas.” Muito interessante a leitura que os autores fazem (nota 14) da ideia transmitida por alguns investigadores que lêem nas *villae* a existência de “células missionárias na propagação do



estruturas em necrópole, mas em geral, o núcleo primacial destes sítios reside já na construção religiosa cristã, que irá articular o desenvolvimento futuro destes locais, e não nas componentes clássicas que estavam na sua origem e que agora definitivamente se esboroam. Na área em estudo temos o caso de Torre de Palma, onde a construção da basílica se faz em área exterior à *villa*, possivelmente quando esta já se encontrava em decadência ou, pelo menos, com a sua estrutura primordial muito alterada. No restante, contudo, temos muito poucas indicações sobre o modo como se faz, de facto, a entrada do cristianismo. Note-se o exemplo de Silveirona: uma significativa comunidade, que parece estar plenamente cristianizada, mas cuja sede arquitectónica não é conhecida. Aliás, em Silveirona, em Terrugem e em São Pedro dos Pastores é provável que a *necropolização* dos ambientes obedecesse a um processo mais amplo, com a localização do espaço sepulcral a fazer-se na envolvente de uma basílica. Em todos estes sítios a área escavada não foi suficientemente ampla, pelo que não temos essa noção de amplitude espacial, mas com elevadas probabilidades a existência da necrópole deve ser lida em associação com o fenómeno da reconversão da *villa* em templo cristão.

Como será natural, estas alterações seriam sentidas em outros campos. A actividade religiosa supõe a presença de um presbítero, que forçosamente teria de habitar próximo do local de culto, construindo assim novas relações de sociabilidade. Estes edifícios residenciais anexos poderão portanto vir a ser identificados, permitindo construir novas leituras do ponto de vista espacial, como poderá ser o caso do “northeastern building” de Torre de Palma.

Neste processo podemos entrever a fragmentação do conceito clássico da “*villa*” com a progressiva implementação de um proto-aglomerado estruturado em torno de um símbolo de autoridade, que agora é de cariz simbólico e religioso, e já não tanto civil ou político. Esta transferência de conteúdos do espaço da *villa* é infelizmente ainda mal conhecida, mas parece constituir a paradoxal solução de, por um lado, permitir a sobrevivência material destes espaços em meio rural, mas por outro levar à sua extinção<sup>842</sup> do ponto de vista do *paradigma conceptual* que o termo *villa* implicava, processo que é feito através de uma radical reformulação do conjunto de conteúdos que originou o nascimento destas estruturas. Ou seja, os dados que, de forma crescente, vêm sendo reunidos, permitem afirmar que a *villa* enquanto paradigma vivencial morre efectivamente nos finais do século V ou durante a sexta centúria<sup>843</sup>, mantendo-se contudo alguns focos de permanência em situações esporádicas, mas já distantes da carga de conteúdos que o conceito original implicava. Verifica-se também que esta transformação decorre sem um padrão unilinear, e os estudos de Alexandra Chavarría Arnau demonstraram de forma eficaz essa linha de raciocínio. Quando assistimos à *necropolização* das estruturas de uma *villa*, não existe qualquer continuidade nos nexos temporais e simbólicos, mas antes uma inversão dos modos de percepção e de valorização de estruturas construídas, agora (re)utilizadas para a deposição dos membros de uma comunidade, enquanto anteriormente eram espaços de vida. Quando se constrói uma basílica próximo de uma *villa*, ou quando a mesma é transformada em complexo produtivo, isso indica-nos que a *villa* enquanto invólucro, por assim dizer, já não serve e se encontra desfuncionalizada, e as estruturas materiais são agora percebidas de outra forma. De resto, na região não existem exemplos de passagem de uma *villa* para uma “vila” (em movimento de continuidade), para um aglomerado urbano, mas mesmo para outras regiões creio que esse fenómeno é mais casuístico e, no fundo, um *topos* sugestivo, do que reflecte uma qualquer continuidade.

---

cristianismo”, pois efectivamente o que temos nestes momentos muito avançados é a existência de uma vivência das *villae* que já nada tem a ver com o conceito primordial do termo.

<sup>842</sup> Ou eventualmente, em muitos casos, estariam mesmo já extintas, como explicitado por Alexandra Chavarría Arnau, 2007.

<sup>843</sup> Chris Wickham (2009: 670) afirma: “En el Occidente del año 300 dominaban las villas, pero hacia el año 700 se habían esfumado prácticamente todas.” O fenómeno correu a variadas velocidades, e mais uma vez as periferias foram as primeiras a ser abandonadas: na Grã Bretanha, em torno ao ano 450, já praticamente todas haviam desaparecido (Dark, 2004).

Quanto muito, uma convergência de estratégias dita essa sobreposição topográfica, a mesma que existe na sobreposição de alguns montes e casas a *villae*. Em resumo, portanto, verifica-se a presença de linhas de evolução diferenciadas que levam a que no século V ou VI o espaço das *villae* seja utilizado para outros fins. Na área em apreço temos remodelações, instalação de áreas produtivas, de espaços sepulcrais ou de templos cristãos (nas imediações). Estes movimentos serão de algum modo concordantes com os dados documentais que demonstram, também, a progressiva extinção do termo *villa*, agora substituído por designações mais neutras<sup>844</sup>.

Note-se, contudo, estes fenómenos têm de ser avaliados com muita precaução, pois existem dados que, até ver, nos parecem contraditórios, indicando que as evoluções ocorreram de variadas formas. Isto porque na vizinha Extremadura documenta-se uma relativa perenidade de ocupação em muitas *villae*, com indícios de continuidade ao longo do século VI e mesmo VII. A novidade reside no aparecimento da presença cristã, materializada sobretudo em estruturas de culto, que pelos dados existentes proliferam em toda a região emeritense<sup>845</sup>.

Em um ou outro caso teríamos mesmo a construção de mosteiros<sup>846</sup>. Uma das situações existentes na Antiguidade Tardia radica na existência de estruturas isoladas, de tipo monástico, que procuram o afastamento do mundo. É sabido que essas estruturas, contudo, são ainda mal conhecidas<sup>847</sup>, embora para a Extremadura existam alguns exemplos sugestivos<sup>848</sup>. Em Herdade da Palhinha (Fronteira) uma recente proposta de leitura epigráfica trouxe sugestivas indicações<sup>849</sup>, e em Campo Maior existe uma outra menção a

---

<sup>844</sup> “También resulta sorprendente que las menciones de *villae* desaparezcan de la *Hispana* a partir, precisamente, de *circa* 400. [...] En las fórmulas visigodas, un repertorio de textos elaborado en el último período del reino visigodo para servir de modelo en diferentes actos jurídicos, conservamos algunas que tienen que ver con la compraventa de tierras, la fundación de centros eclesiásticos o las cartas de dote. Curiosamente en ninguna de ellas se menciona la *villa* como referente del mundo agrario [...]. Nos encontramos, sin embargo, con términos más genéricos del tipo *locus* o, en algún caso, *possessio* (Form. IX) e, incluso, *terrae in locum...* (Form. XXXVI).” (Isla Frez, 2001: 12). Em seguida, o autor reflecte sobre a utilização do já referido termo *villula*, relembando a menção das *VSPE*, de especial interesse por se alocar a sítios de localização indeterminada, mas seguramente nas margens do Guadiana, por cujas cheias foram danificadas. Germán Rodríguez Martín procurou ver no abandono de Torre Águila uma das manifestações destas cheias, que assim teriam afectado um sítio ainda em funcionamento na altura. Sobre Torre Águila ver Rodríguez Martín, 1988; 1999; ver o seu artigo de contextualização sobre o período tardio na bacia do Guadiana de 2002.

<sup>845</sup> Fuentes Dominguez, 1995: 235-236.

<sup>846</sup> Como poderá ser o caso de Palhinha, Fronteira, e de São Pedro dos Pastores, Campo Maior. Em casos muito particulares, poderíamos mesmo ter outro tipo de espaços, construídos com finalidades mais específicas, ligados a fenómenos que aos poucos se começam a implementar relacionados com os sinais materiais da nova religião. Veja-se o significativo exemplo deixado por Kim Bowes (2006: 95): “The letters exchanged between Paulinus and Sulpicius describe in some detail the latter’s elaborate provisions for his ever-increasing relic collection. Sulpicius, who had attempted to procure the body of Martin de Tours, had to be content with that of Clarus, Martin’s disciple, which he housed in a church on his estate-cum-ascetic community, along with a number of Holy Land relics.”

<sup>847</sup> “En fin, para la época que nos ocupa, a partir especialmente del siglo V, otro establecimiento que esta ausente de representación en el registro arqueológico es el *monasterium*, bien aislado, bien incluido o reutilizando las estructuras de una villa romana anterior.” (Arce, 2006: 12). Sobre estas estruturas ver Maciel, 1996: 99.

<sup>848</sup> “Los únicos edificios identificados con bastante posibilidad como iglesias monásticas son actualmente San Miguel de los Fresnos (Frenegal de la Sierra, Badajoz) y Santa Lucía del Trampal (Alcúscar, Cáceres).” (Chavarría Arnau, 2004b: 17). Algumas referências nos textos visigodos são feitas a estruturas deste tipo, por vezes em acepção ampla: “En el *Elogium* de Ildefonso de Toledo, debido también a la pluma de Juliás, se nos dice que aquél creó un monasterio femenino in *Deibensi villula* (PL, XCVI, 43s). [...] Quizá puede ayudar otra mención de Félix de Toledo contenida en la *Vita Iuliani*, en la que nos cuenta cómo el monasterio de San Félix está *Cabensi in villula dedicatum* (Vita 3, PL, XCVI, 446). Se trata, pues, de monasterios que se construyeron sobre la base de propiedades existentes e, incluso, de unas realidades constructivas previas que debieron ser remodeladas [...]” (Isla Frez, 2001: 11).

<sup>849</sup> Alves Dias & Gaspar, 2006: [nº 156] relêem a linha 3 com a proposta de *Lancie mon(a)st(erio)* (p. 258).

uma estrutura deste género<sup>850</sup>. Finalmente, o outro exemplo radica na menção documental a um *monasterium* de *Apalantri* que serviu de termo territorial para a doação de Açafa à Ordem do Templo em 1199<sup>851</sup>. Identificar e caracterizar este tipo de estruturas será certamente um dos próximos desafios da investigação, que permitirá atingir outros patamares qualitativos na percepção da *paisagem cristã*.

Este dado é relevante pois ajuda-nos a perceber que a introdução do cristianismo não constituiu uma ruptura, uma alteração da ordem, mas antes uma evolução e transformação de um perfil vivencial, com a adição de elementos culturais novos que, também eles, se mesclaram com as pré-existências, criando realidades inéditas. Inicialmente um fenómeno minoritário, o cristianismo irá ser, mesmo após adoptado como religião oficial, confrontado com as realidades pagãs, mas também com as correntes heréticas que paralelamente se instalam, e nessa progressão lenta irão decorrer vários séculos. O movimento decorre a partir das cidades para os campos, o que revela também a lentidão dessas transformações. É cada vez mais evidente que os momentos de passagem, de evolução, são largos, permitindo também a chegada e assimilação de outros contributos que só agora estão a ser considerados. Neste campo, todo o século VII constitui uma encruzilhada onde se encontram diversas influências, desde as marcas cristãs e visigóticas até às influências bizantinas, criando novos códigos que se materializam na formulação de uma nova arquitectura<sup>852</sup>. Desta forma – e mais uma vez – estamos perante fenómenos complexos que geram realidades plurais e multiformes, cuja diversidade ainda não é passível de leitura, com os dados tão fragmentados que actualmente dispomos.

## 9.2. Evoluções nas redes de povoamento

O efeito mais visível do colapso do mundo romano reside na retracção das redes de povoamento. Quando olhamos para os locais que apresentam sinais de ocupação durante os séculos seguintes, a impressão geral é a de uma tremenda inflexão nas pautas de densidade de presença no território. Se realizássemos um gráfico comparando os números de sítios ocupados antes, durante e depois do Império romano, facilmente verificaríamos que este foi um momento excepcional (no sentido etimológico do termo), de uma enorme presença quantitativa nos registos de pontos de presença humana no espaço aqui considerado. Após o final do Império<sup>853</sup>, o panorama muda substancialmente. A retracção é tremenda, em dois planos: no abandono dos territórios até aí marginais, ou *ultra-periféricos*, que agora não apresentam sinais de presença humana. E nas redes de povoamento hierarquizadas, pois deixamos de ter sítios ocupados em todos os escalões: muitas *villae* são abandonadas, quase todos os casais, quase todos os pequenos sítios. A estratificação da pirâmide de povoamento altera-se substancialmente, quase se invertendo: onde antes tínhamos uma proliferação de pequenos pontos de povoamento articulados em torno de grandes domínios fundiários, temos agora estes quase agindo de forma solitária na paisagem, apenas com alguns pequenos sítios com sinais de ocupação. Em termos gerais, a impressão de diversidade na funcionalidade dos sítios perde-se por completo: enquanto em momento imperial é muitas vezes perceptível o perfil funcional de um sítio (*villa*, casal, estabelecimento viário, etc.), para momentos tardios a indecisão é total. Os sítios praticamente reduzem-se a *villae* com epifenómenos de ocupação (seja sepulcral, seja

<sup>850</sup> Alves Dias & Gaspar, 2006: n.º 157 onde está expresso o *Monasterio Silve(s)ter*. Infelizmente as dúvidas sobre o local de origem desta peça são muitas: poderá provir de Defesa de São Pedro, a hipótese mais provável, mas Deus, Louro e Viana (1955) atribuem-na a Herdade de Alivã.

<sup>851</sup> Cebola, 2005: 20.

<sup>852</sup> Para uma percepção geral, Maciel, 1996. Sobre a arquitectura do século VII veja-se sobretudo o texto de síntese de Almeida Fernandes (2009), reavaliando alguns dados subvalorizados (“[...] a época visigótica está repleta de novidades trazidas à luz nos últimos anos”, p. 262), bem como vários outros contributos na mesma monografia (Caballero Zoreda, Mateos Cruz & Utrero Agudo, 2009).

<sup>853</sup> Ou talvez mesmo antes: Christie (2004: 15) coloca a hipótese de alguns campos, os *agri deserti* mencionados nas fontes tardias, poderem ter sido abandonados durante a crise do século III, vindo a ser ocupados mais tarde por ocupantes franco-germânicos.

produtiva, seja com espaços religiosos, como vimos) e a pequenos sítios com materiais pouco diferenciados.

Este fenómeno de retracção, de abandono dos espaços marginais, é bem visível no Alto Alentejo. Os territórios *ultra-periféricos* não apresentam sinais de presença humana. Nisa, Gavião, Ponte de Sôr, Avis, são áreas onde praticamente não se manifestam fenómenos de continuidade para momentos tardios, indicando o abandono de áreas paisagisticamente menos sugestivas para a presença humana. Nos locais periféricos encontramos a redução dos pontos de povoamento aos sítios principais, dotados de maior centralidade ou mais próximos da rede viária (que parece ter um papel central no modo como os locais mais próximos parecem “resistir” melhor à passagem do tempo); mesmo nas áreas centrais a densidade numérica de indícios de ocupação tardia reduz-se de forma significativa. A cartografia do povoamento antigo no Alto Alentejo mostra o modo como os índices numéricos de sítios baixam de modo notório. No concelho de Fronteira, por exemplo, apenas quase um décimo dos sítios tem indícios de continuidade. Este fenómeno verifica-se em termos absolutos (na quantidade de sítios), mas também nos parâmetros das diversas categorias. Contudo, atinge de forma evidente os sítios de base, pois após o final do Império a presença humana está praticamente restringida às *villae*, mostrando-nos como uma das formas de avaliação da importância de um determinado sítio é a sua continuidade, a sua perduração no tempo.

As alterações nas redes de povoamento manifestam-se em várias direcções. Aqui também temos um outro fenómeno, a *aldeanização* dos campos<sup>854</sup>. Bem visível em duas áreas onde as possibilidades de obtenção de rendimentos elevados são grandes, por se encontrarem, não em habitats de especialização, mas de economia de largo espectro. Refiro-me concretamente ao que ocorre nos *povoados escondidos*<sup>855</sup> da Serra de São Mamede e nos *povoados fluviais* do Caia e de Póvoa e Meadas. Em ambos os casos, temos dois modelos de povoamento que ocorrem sensivelmente no mesmo espectro cronológico (século IV em diante?, nos dois universos o momento de partida parece ser este, pois apresentam marcas de romanidade bem visíveis) e que constituem um modelo alternativo, talvez mesmo substitutivo ao das *villae*. Tratam-se de unidades de habitação implantadas de forma próxima entre si (mais no caso da Serra) embora com alguma dispersão, escolhendo nichos onde têm acesso a fontes de rendimento elevado: o rio, no caso de Arronches, a Serra em

---

<sup>854</sup> Este processo já foi demonstrado para outras regiões. Ver Brogiolo & Chavarria Arnau, 2008: 201: “Además de las fortificaciones en altura, en algunas zonas se observa también, a partir del siglo V, el nacimiento y desarrollo de núcleos de habitación aglomerados, que podemos considerar aldeas en el momento en que ofrecen residencia a una centena de personas y que constituyen un grupo social en condiciones de producir suficientes recursos, de expresar una propia identidad y cohesión respecto a un territorio distinto al de otras comunidades.” Os trabalhos de Alfonso Vigil-Escalera Guirado (2000, 2006) permitiram identificar com clareza alguns destes sítios para a área central da Península, relacionando-os com as necrópoles visigodas contíguas. Todavia, neste caso estamos perante fundações *ex novo* de comunidades em instalação. Para o Alto Alentejo, o *fundo hispano-romano* parece-me evidente, pelo que aqui estamos a tratar de fenómenos evolutivos.

<sup>855</sup> Curioso notar que o mesmo fenómeno de ocultamento de povoados está diagnosticado para uma área completamente distinta, quer em termos das dinâmicas de povoamento, quer no ambiente fisiográfico. Note-se o que João Pedro Bernardes (2005: 568-569) regista para a área de Leiria, designando-os de “povoados envergonhados”: “Para além de continuidade de ocupação de algumas das terras férteis ocupadas por *villae* romanas e já então intensamente exploradas, aparecem na região um conjunto de sítios que, mais do que os anteriores, reflectem os novos tempos pós-romanos. Distinguem-se dos anteriores pela sua implantação topográfica, onde é marcante o isolamento e a preocupação de serem pouco ostensivos na paisagem. Estes “sítios envergonhados”, manifestando uma certa continuidade de tradições da cultura material ou a prática de simples reaproveitamentos de materiais de antigas edificações, podem apresentar vestígios romanos, ainda que inscritos numa matriz arqueológica que não corresponde à que é típica dos assentamentos rurais da Antiguidade. Fisicamente, definem-se como sítios de serranias e matagais, ocupando vertentes ou colinas que permitiam ver sem ser visto, onde predominava o ambiente da *silva* ao dos *agri*, se avistavam corredores de passagem com terras férteis e uma linha de água por perto passíveis de serem controlados visualmente a partir dos assentamentos. Já arqueologicamente, são sítios que se definem antes de mais pela penúria; penúria de estruturas e materiais que os tornam de difícil percepção ao arqueólogo conforme tem sido demonstrado para outras regiões do país e do estrangeiro.”

Marvão e Castelo de Vide. Com hortas delimitadas por estruturas pétreas (evidentes em Contenda, no caso do Caia, e Joucel, em Castelo de Vide), zonas de lagar (construído no Caia, rupestre nos ambientes serranos) e de transformação de produtos em estruturas que poderiam ser comunitárias, pois em alguns pontos detectam-se o que parecem ser arruamentos que a eles conduzem. O que seria interessante, agora, seria perceber qual a efectiva área de dispersão destes sítios, ou, dito de outra forma, os limites da mancha de distribuição das classes de sítios. Por exemplo, próximo de Póvoa e Meadas, junto a um curso de água vizinho, encontramos o sítio de Patalou (Nisa)<sup>856</sup>. Com um registo de superfície muito monótono, apresenta contudo uma impressiva cultura material, infelizmente arrancada ao solo por detectores de metais e por isso descontextualizada. Que tipo de sítio seria este? Uma *villa* romana com uma ocupação prolongada até momentos muito tardios? Seria antes uma aldeia, prolongando o modelo de ocupação que encontramos no curso de água (agora albufeira) paralelo? A cultura material impede que pensemos em uma ocupação pontual, de tipo “squatter”<sup>857</sup>, pelo que é forçoso pensar em modelos de vivência mais permanentes. Mas quem vive aqui? Hispano-romanos que recebem estes materiais pelas oportunidades propiciadas por novas correntes comerciais, com produtos inovadores agora em circulação, ou comunidades que efectivamente são estranhas a este território, trazendo consigo os seus artefactos? Em resumo, temos uma evolução de um sítio anterior ou a implantação de um novo modelo de povoamento? Com novas gentes? E em que condições? Contudo, em Monte da Nora temos um abandono, ou uma reconfiguração do perfil de povoamento, com a *necropolização* do local, condenando espaços produtivos e habitacionais. Portanto, a vida destes povoados não foi idêntica em todos.

É possível que alguns destes sítios repliquem à escala regional os povoados que começam a ser identificados em alguns outros locais da *Hispania*<sup>858</sup>. É certo que os exemplos do Alto Alentejo parecem ser ligeiramente diferentes: não existem grandes estruturas fundiárias de tipo *villae* nas imediações com os quais possam directamente vinculados, pelo que também não podem ser inferidas relações sociais (de tipo colonato ou como recursos de mão-de-obra sazonal)<sup>859</sup>. E como já foi frisado, nesta região os povoados ocupam zonas onde têm acesso a uma gama variada de recursos de subsistência que lhes permitem sobreviver em regime de economia não-especializada. Ou seja, os seus moradores poderiam trabalhar nas *villae* que se encontram a média distância, mas também dispõem de recursos na envolvente imediata que lhes permitem subsistir com recursos próprios e um elevado grau de autonomia.

Seja como fôr, torna-se urgente definir melhor qual a verdadeira representatividade deste modelo de povoamento. Encontramo-lo em quatro áreas: Monte da Nora e albufeiras do Caia e de Póvoa e Meadas, além dos povoados da Serra de São Mamede. Talvez Patalou, ou as “moradeias” entre Nisa e Alter, possam ser também integrado neste conjunto, e nesse caso a sua dispersão começaria a alastrar um pouco. Mas quais os seus limites? Tratam-se de sítios difíceis de serem caracterizados no registo de prospecção: pautas monocórdicas de cerâmica de construção que se registam em manchas espaçadas e dispersas que, se forem avaliadas por prospectores em regime de trabalhos de campo não-intensivos, poderão ser confundidas com casais rústicos. É certo que em alguns povoados de São Mamede encontramos por vezes estruturas e espaços habitacionais bem delimitados, bem como em alguns casos nos povoados das albufeiras. Mas tratam-se de

<sup>856</sup> Archeostudos 2009: ficha nº 100.

<sup>857</sup> O termo terá sido introduzido por Simon Ellis (1988), que caracterizou as subdivisões e compartimentações, feitas com materiais perecíveis, de estruturas edificadas de grandes dimensões que em fases de pós-abandono poderiam ser reocupadas pontualmente por comunidades em trânsito. O autor referia-se sobretudo a vários exemplos registados em edifícios urbanos de cariz civil e público, mas o termo generalizou-se para designar as realidades rurais.

<sup>858</sup> Chavarría Arnau, 2007: 61 e ss.

<sup>859</sup> Banaji, 2001: 190-202 estudou esta problemática. Ver também a incontornável obra de Chris Wickham, 2009, em particular a segunda parte (p. 239-542).

situações muito particulares: no primeiro caso, porque o impacto agrícola e as condições de alteração da paisagem não são muito sentidas, permitindo uma melhor preservação estrutural, no segundo caso porque as subidas sazonais de cota das albufeiras vão pondo à vista as estruturas, sujeitas a uma fortíssima erosão e arrastamento de sedimentos. Em Patalou, por exemplo, tal não sucede, e por isso torna-se muito mais complexo avaliar situações. Portanto, e reentrando no tema, torna-se necessário perceber se em outros sítios, onde o registo de prospecção não é tão eficaz, teríamos o mesmo tipo de situações, e qual a efectiva perduração no tempo deste modelo de povoamento, que por enquanto parece ser muito prolongado. Sabemos que em época tardia o conceito de *vicus* se mantém em utilização, embora com conotações mais modestas<sup>860</sup>, mas na área regional será nos povoados que mais encontramos sinais de continuidade, embora com apreciáveis assimetrias.

Na área do possível *pagus marmorarius* do anticlinal de Estremoz existem sinais de presença humana, e também de laboração. Elementos arquitectónicos de mármore, quer os utilizados em estruturas religiosas, como aquele incorporado na igreja de S. Tiago de Vila Viçosa, ou a base de cruzeiro em S. Brás dos Matos (Alandroal), quer os deixados nas pedreiras sem terem sido concluídos, como o elemento arquitectónico de Horta Nova (Borba), indicam que a laboração do mármore prosseguia, agora já não com a finalidade de produção de *urbana ornamenta* civil ou pagão, mas para alimentar as igrejas e templos cristãos em construção. Estas peças mostram-nos que continuavam artesãos a trabalhar, mas talvez agora em escala muito mais reduzida, autónoma e com condições logísticas mais débeis<sup>861</sup>. Por exemplo, na epigrafia funerária vemos o modo como se perde a especialização da gravação das letras, agora desenhadas de modo muito imperfeito. Contudo, não existem dados nos locais de povoamento que nos permitam cartografar essa presença.

Outros nexos de continuidade podem ser encontrados em locais que se encontram próximos de itinerários de vias, por onde o trânsito de pessoas e bens se continua a processar. A maior parte dos locais que demonstram perduração de presença humana estão situados junto a vias, sendo os sítios que mais rapidamente são abandonados aqueles que estão mais distantes. Neste campo também observamos distinções: no caso do concelho de Fronteira, por exemplo, os locais com evidências tardo-antigas estão próximos do itinerário de vias: São Pedro, Horta da Torre, São Saturnino ou São Francisco. É certo que um local como Burráz, onde foi recolhido um ábaco paleo-cristão, nos surge actualmente em paisagem deserta e pouco povoada; mas o local encontra-se inserido em um eixo norte-sul, o mesmo onde, para norte encontramos Herdade da Palhinha, e a sul temos Horta de S. Pedro (Sousel), pelo que nas proximidades poderíamos ter um caminho secundário. Portanto, para uma melhor leitura destes movimentos será necessário proceder a uma cartografia mais apurada destas diversas inter-relações espaciais.

### 9.3. Evoluções na sociedade

A grande questão que o final do Império coloca reside na suposta instalação de novos contingentes populacionais<sup>862</sup>. A Arqueologia da Meseta ibérica tem demonstrado a dimensão destas comunidades e o modo como esta presença, não constituindo as “hordas

---

<sup>860</sup> “Solamente en cuatro ocasiones aparece el concepto *vicus* en los concilios hispano-romanos y visigodos. Dos de ellas son citas de otros concilios (del Laudiceno y del de Sárdica), otra es en el Tomus de Ervigio ya citado, y solamente una procede directamente de los padres conciliares [Can. IV, Tol. XII]. En todas ocasiones significa local habitado de poca importancia, como son también las *villulae* o la *modica ciuitas* con las que en los cuatro textos aparece asociado.” (Sottomayor Muros, 2004: 292). Relembro ainda a menção nas *Etymologiae* de S. Isidoro (XV, 2), o que nos indica que em época do autor o termo prosseguia em utilização, embora sempre com conotações rústicas, pois a vertente urbana (de “bairro”) ter-se-ia perdido.

<sup>861</sup> Para enquadramento geral da problemática sobre a exploração tardia, ver Sodini, 2000, que demonstra as dinâmicas ainda existentes no comércio de mármore no Mediterrâneo, embora exista um assinalável contraste entre as produções orientais, predominantes, e as da bacia ocidental.

<sup>862</sup> Um texto de síntese em Lopez Quiroga, 2004b.

bárbaras” da leitura tradicional, mesmo assim apresentava números que não devem ser negligenciados<sup>863</sup>, contrariando até a sua suposta *invisibilidad*<sup>864</sup>. Portanto, a presença visigoda é um facto que o registo arqueológico confirma, mas que também levanta algumas questões. Isto porque regra geral a sua presença não pressupõe a fundação de sítios *ex novo*, mas a instalação de um pequeno conjunto populacional – frequentemente uma elite – em locais previamente habitados, geralmente ao abrigo de mecanismos legais existentes<sup>865</sup>. Esta situação é de resto conhecida em alguns locais arqueológicos<sup>866</sup>, mas as indicações para o território alto-alentejano parecem ser um pouco diferentes.

Na área em estudo, existem alguns materiais visigóticos que têm sido encontrados de forma descontextualizada. Estes materiais são maioritariamente fivelas de cinturão. Ora, o seu achado levanta interrogações. Primeiro, porque não podem ser correlacionados com outros elementos da cultura material claramente identificativos, na medida em que as comunidades visigodas não trouxeram consigo mais artefactos distintivos como cerâmicas, por exemplo. A similitude da cultura material visigótica com o arsenal hispano-romano é bem conhecida, o que já levou ao diagnóstico da “invisibilidad deste grupo no registo arqueológico”<sup>867</sup> – à excepção de alguns elementos muito específicos, como as já referidas fivelas de cinturão –, o que provoca dificuldades na detecção destas comunidades. E este facto leva-nos a um outro, no domínio da interpretação da realidade material: a circunstância de não ser possível identificar quem eram os portadores das poucas peças conhecidas, se visigodos em processo de instalação, se hispano-romanos atraídos pela utilização destas peças por efeito de *status* social. Portanto, o achado de materiais pode não ter o significado de marcador de tipo “cultural” ou mesmo “étnico” que geralmente lhe é atribuído, o que objectivamente baralha a leitura e a percepção da instalação (ou não) destas comunidades na região. Tentar ler a presença de novas gentes a partir da presença de

---

<sup>863</sup> Existe uma já considerável bibliografia recente sobre as necrópoles da Meseta, mas aqui reproduzo um fragmento de texto de uma obra de síntese de Chavarría Arnau (2007: 72): “La documentación arqueológica muestra en cambio cómo una parte de la población visigoda se estableció en el campo y concretamente en la Meseta en la zona comprendida entre las ciudades de Palencia, Toledo y Calatayud (provincias de Palencia, Burgos, Soria, Segovia, Madrid, Guadalajara y Toledo). En esta área se han descubierto hasta el momento una decena de conjuntos funerarios dotados de ajuares con objetos de cultura goda y cronología comprendida entre finales del siglo V y el VII. [...] En algunos casos se trata de cementerios de grandes dimensiones (más de 500 tumbas en Castiltierra y Duratón, 347 tumbas en Madrona; 272 en El Carpio de Tajo). Los materiales que componen los depósitos funerarios (fibulas, placas de cinturón, collares, pendientes y anillos) permiten, por un lado, establecer una seriación cronológica bastante precisa de estos cementerios y, por otro, verificar cómo, en líneas generales, se trata de materiales relativamente pobres (mayoritariamente son de bronce con cabujones de pasta vítrea), sin rastro de armas, lo que aboga por una población de tipo campesino. Los reyes y la nobleza se instalaron en los núcleos urbanos pero una parte de población se instaló en el campo y concretamente en los ricos y fértiles latifundios de la Meseta.”. Como a autora afirma, a instalação destas comunidades na Meseta ter-se-á devido ao facto de na região existir um conjunto de propriedades da família imperial que terão passado de forma directa para o fisco visigodo, levando então à instalação nessas áreas de uma nova população.

<sup>864</sup> Chavarría Arnau, 2004c: 74: “In fact, Vandals, Alans and Sueves have practically no archaeological existence in fifth-century Iberia. This invisibility supports the current theory that these *gentes* were deeply romanized [...]”

<sup>865</sup> As descrições mais interessantes destes fenómenos foram-nos deixadas por Procópio, referindo-se sobretudo a situações decorridas no Norte de África com a instalação vândala. Pela sua obra percebemos a dimensão das confiscações de terras, mas também o modo como os novos ocupantes se preocuparam desde logo em mimetizar o estilo de vida romano, desde a prática de *venatio* até à frequência de teatros, passando mesmo pela adopção dos banhos em estabelecimentos termiais. Um resumo da situação encontra-se em Ripoll & Arce, 2001: 40-41.

<sup>866</sup> Talvez o caso mais conhecido seja o da *villa* gaulesa de Mienne-Marboué (Châteaudun, Eure-et-Loire) onde um ocupante tardio, um provável franco de nome Steleco, fez gravar o seu nome no pavimento de mosaicos da entrada principal (*EX OFFICINA FERRONI FELIX VTISTELECO*). Nas imediações foi localizada uma necrópole merovíngia. Para referências ver Chavarría Arnau & Lewit, 2004: 30.

<sup>867</sup> Chavarría Arnau, 2007: 73. Note-se ainda que muitas das presenças de material germânico na península ocorrem em contextos ligeiramente diferentes dos de uma “invasão”. Por exemplo, algum armamento encontrado em contextos sepulcrais poderia pertencer a soldados integrados nas legiões romanas (Lopez Quiroga, 2004b), um processo historicamente bem conhecido.

algumas peças novas, que aqui podem chegar por modismos propiciados por algumas redes de circulação, é manifestamente arriscado.

Para além do mais, os sítios com *presença visigoda* são mal conhecidos. Em Vinagreira (Elvas), o ponto de povoamento foi interpretado como um “abrigo”<sup>868</sup>. Os elementos estruturais, contudo, são relevantes<sup>869</sup>, mas em nada denunciam a presença de contingentes forâneos, o que levanta duas questões: teríamos aqui um ponto de povoamento de época romana que é reaproveitado para a instalação de uma comunidade exógena? E esta tem uma vivência do espaço mais pontual, como sugere a autora, ou com algum prolongamento temporal e subsequente investimento construtivo (e nesse caso, essas formas de beneficiação seriam feitas em materiais duráveis, ou perecíveis)? Ainda na zona de Elvas, temos novas presenças em pontos de povoamento (Valbom?) e em áreas funerárias (Fontalva), mas não detemos informação sobre contextos que permitam enquadrar essa mesma ocupação. Portanto, para esta região não conseguimos avaliar indícios de “squatterização”, em especial na remodelação ou rearranjo de espaços anteriormente ocupados, ou de estabelecimento destas comunidades em novos (ou velhos) sítios. Ainda sobre a presença visigoda, um sítio de grande expressão ocorre na área de Nisa, no local de Patalou, aquele que detém mais expressiva cultura material, ao qual se junta alguns achados numismáticos isolados no concelho de Nisa, cuja determinação de proveniência poderia ser fulcral para entender os modelos de povoamento que se estruturam nestes momentos tardios. E, finalmente, há que não esquecer a presença de materiais na própria *urbs* de *Ammaia*<sup>870</sup>.

Contudo, não esperemos grandes viragens, pois estas gentes que agora se instalam deixam um contributo, mesmo assim, limitado. Pelos indicadores recolhidos, percebemos que durante a Antiguidade Tardia a sociedade hispânica mantém a essência dos critérios distintivos que marcavam a diferenciação social. Não existem grandes mudanças na estrutura dos fenómenos que organizam a esfera das relações pessoais<sup>871</sup>. É certo, contudo, que a adesão ao cristianismo opera alterações<sup>872</sup>, mas tal sucede sobretudo no forjar de novas alianças entre elites aristocráticas e religiosas com interesses em comum. Neste capítulo, é fundamental considerar que a viragem mais profunda que afinal se operou nestes tempos foi a *consciência da fragmentação*, a noção de que houve uma unidade política, cultural e civilizacional que se quebrou definitivamente<sup>873</sup>. Esta desintegração terá sido marcante para várias gerações que a viveram, e repercute-se de forma directa nos diversos registos (históricos e arqueológicos) de mais longa duração como Chris Wickham demonstrou<sup>874</sup>, mas no domínio do quotidiano os seus impactos parecem ser mais distendidos.

Outro universo existe que parece comprovar esta situação. No mundo funerário não temos espólio que permita identificar de forma clara eventuais sinais de distinção social. As necrópoles tardias são, conforme já mencionado, relativamente padronizadas no espólio votivo entregue. A identificação de “necrópoles visigodas” no mundo rural está ainda por

---

<sup>868</sup> Bugalhão, 1996: 107.

<sup>869</sup> Dois embasamentos de muros em alvenaria de xisto formando um canto de compartimento rectangular e, fora de contexto, um “elemento de cantaria em calcário, eventualmente pertencente a uma fonte” (Bugalhão, 1996: 101).

<sup>870</sup> Sérgio Pereira (2005: 66) noticia uma fivela de cinturão, “pintada a ouro”. Em outro âmbito, o mesmo autor menciona o achado de anéis e amuletos em pasta de vidro negro que mostrariam a existência de redes de contacto comercial com o Médio Oriente em momentos muito avançados, provavelmente até ao século VI.

<sup>871</sup> Les sociétés provinciales calquées sur la société civique romaine reproduisaient les hiérarchies fondées sur des critères inchangés à savoir la richesse foncière, l'honorabilité, la puissance sociale ou dignité résultant en partie encore de l'exercice de fonctions au service de l'administration impériale (Le Roux, 2010: 295).

<sup>872</sup> “Yet other strands of thought, such as those voiced in Luke 10.37–38, enjoined Christians to renounce their blood families in favor of a new family in Christ [...]” (Bowes, 2007: 163), ou seja, a Igreja incitava ao reconhecimento dos fieis como integrantes de uma nova família.

<sup>873</sup> Brogiolo & Chavarria Arnau, 2008: 207.

<sup>874</sup> 2009.



fazer, o que talvez indique que estas comunidades poderiam estar sobretudo concentradas nos centros urbanos. Mesmo no indicador artefactual mais relevante, as fivelas de cinturão, observamos que é maior o número de peças encontrado em sítios de habitação do que em contextos funerários, o que não deixa de ser significativo. Quanto a elementos de diferenciação social na própria sociedade hispano-romana, para as necrópoles de momentos tardios não temos dados significativos que nos permitam perceber as estruturas sociais existentes. No exemplo mais bem documentado, Pombais (Marvão), não encontramos um elemento definidor de hierarquias, nem nas de Castelo de Vide (Boa Morte e Santa Marinha)..

Sabemos também que uma das evoluções características durante a Antiguidade Tardia reside na evolução das onomásticas pessoais, com a progressiva adopção de outros nomes<sup>875</sup>. Quando olhamos para a epigrafia paleocristã de Silveirona<sup>876</sup>, o único núcleo que na área em estudo tem expressão numérica, observamos denominações como *Petrus*<sup>877</sup>, *Pedanus*, *Sabinus*, *Veran|ia|nus*, *Flavianus*, *Savinianus* e *Talassa*. Apenas este último levanta dúvidas, podendo ser relacionado com um antropónimo grego ou mesmo indígena<sup>878</sup>, o que não deixa de ser curioso se tivermos em consideração que será uma das mais tardias da necrópole (544 d.C.), colocada sobre a de *Veranianus* e *Savinianus*<sup>879</sup>. Quanto aos restantes (exceptuando o primeiro) temos nomes comuns durante o Baixo Império, apresentados ao modo cristão (-nus), mas ainda não encontramos as denominações mais típicas do cristianismo antigo, inspiradas nas primeiras figuras ilustres cristãs ou em nomes germânicos. Ou seja, um claro momento de transição, de mudança, efectuada sob a influência do cristianismo mas ainda não em corte total com as tradições anteriores.

Neste contexto note-se ainda um pormenor. A inscrição de *Sabinus vir honestus*, interpretado como um dos *honestiores* que detinham a terra face aos *humiliores*, os indivíduos de menor extracto social, ou pelo menos, gravada como símbolo de *status*, fosse ele económico ou de conduta dentro da comunidade. Portanto, um “homem notável” que assim se eterniza perante os seus.

Esta questão poderia ser prolongada para o universo das relações sociais no mundo rural, mas infelizmente os dados são bem escassos. Crescentemente o mundo das teses que advogavam o regime do colonato desde o século IV têm vindo a ser posto em causa, dando lugar a uma “multiplicité de situations” patente em termos como *originarius*, *adscriptus* e *inquilinus*<sup>880</sup>. Deste ponto de vista, a chegada do cristianismo parece não interferir neste universo, que depende mais das relações económicas ao nível local e da pressão fiscal do Estado do que de outros agentes.

As alterações na posse da terra são visíveis em dois episódios narrados nas *Vitas Sanctorum Patrum Emeritensium*. O primeiro narra-nos a história do Abade Nancto<sup>881</sup> que recebeu do rei Leovigildo uma herdade (*locum fisci*) com seus rendimentos. Os habitantes do lugar, ao conhecer o seu novo senhor, ficaram tão desiludidos com o seu humilde aspecto que decidiram assassiná-lo, recusando-se a servi-lo (*domino servire*). No outro episódio<sup>882</sup> um dos habitantes mais prestigiados de *Augusta Emerita*, senador e *illustris vir*, em reconhecimento à acção do Abade Paulo por ter curado a sua esposa, ofereceu-lhe a

---

<sup>875</sup> Processo bem documentado em necrópoles com suficientes testemunhos que permitam uma análise, como por exemplo na basílica do Rossio do Carmo em Mértola. Consulte-se Alves Dias & Gaspar, 2006.

<sup>876</sup> Cunha, 2008.

<sup>877</sup> Maria Manuela Alves Dias e Catarina Gaspar (2006: n° 112) atribuem-na a Silveirona. A denominação tem paralelo na versão feminina de Palhinha (Fronteira): *Petra* (Batata, Boaventura & Carneiro, 2000, com releitura em Alves Dias & Gaspar, 2006: n° 156.

<sup>878</sup> José d'Encarnação inclina-se para a segunda hipótese mas M. Albertos Firmat considerou a segunda raiz semântica. Ver comentários em Alves Dias & Gaspar, 2006: 217.

<sup>879</sup> Cunha, 2008: 83.

<sup>880</sup> Le Roux, 2010: 300, com comentários sobre o significado de cada um destes termos.

<sup>881</sup> *VSPE* III, 8 ss. Mereceu uma análise específica em Chavarría Arnau, 2004b. O relato deverá ser balizado entre 570 e 580 d.C.

<sup>882</sup> *VSPE* IV, 1-18. Para ambos ver os comentários de Pablo Díaz, 1994a.

metade dos seus bens, tão ricos que as propriedades que a Igreja já detinha eram ínfimas em comparação. Mais tarde, por morte do Abade, a Igreja de *Augusta Emerita* recebeu todo o seu património, tornando-se na maior detentora de bens de toda a *Hispania*.

Estes episódios são muito interessantes por vários motivos. Porque mostram como as grandes propriedades estavam concentradas nas mãos de grandes *domini*, presumivelmente da velha aristocracia hispano-romana, mas também já da própria corte visigoda, que teria bens derivados provavelmente do regime da *hospitalitas*<sup>883</sup>. Mostra também o crescente papel da Igreja, que recebe bens por doação de laicos mas também de membros da própria hierarquia, visto que o Abade Paulo doou os bens recebidos a título individual. Indicam ainda que, independentemente de estas figuras poderem ser “multi-proprietários”, dispõem de grandes propriedades *in continuum*, extensas, pois Nancto recebe apenas uma herdade, embora de muito grandes dimensões. E estes bens imóveis são trespassados com os próprios habitantes, que estão vinculados às propriedades e deles fazem parte em regime possivelmente servil<sup>884</sup>. Se os escravos permanecem “omnipresentes” na legislação visigoda<sup>885</sup>, seguramente teríamos aqui uma grande percentagem de indivíduos livres mas submetidos por constrangimentos económicos<sup>886</sup>, mesmo assim com suficiente autonomia para assassinar o seu novo *dominus* ou, em certos casos, de arrendarem as propriedades e as gerirem<sup>887</sup>. Possivelmente são estas as pessoas que vivem em pequenos povoados próximo de grandes *villae*, ou as que se fazem tumular em extensas zonas de necrópoles<sup>888</sup>. Finalmente, documenta ainda o modo como muitos destes trabalhadores se encontravam em regime de *absentia domini*, ou seja, o proprietário não era alguém presente no quotidiano da terra.

Quanto às produções, torna-se muito complexo analisar o que poderia ser a base económica da região, por falta de dados de índole arqueológica. Sabemos pela

---

<sup>883</sup> De acordo com o Código Teodosiano (VII, 8, 5) todos os bens imóveis eram repartidos em um terço para os novos inquilinos. É muito difícil perceber se este regime foi efectivamente cumprido e em que medida o foi, mas o episódio narrado mostra-nos como a corte dispunha efectivamente de vastas extensões de propriedades.

<sup>884</sup> “En el caso de la propiedad de Nancto no se precisa la categoría jurídica de los agricultores que formaban parte de la propiedad. Se los define como habitantes. Estos habitantes denominan al abad *dominus noster* lo que implica sin duda cierta relación de dependencia económica posiblemente porque trabajan las tierras dadas a Nancto y le pagan un canon o tributo que proporcionaría al monasterio los ingresos suficientes para obtener los alimentos y vestidos [...]. [...] no se puede intuir, en ningún caso que los habitantes in *eodem loco* sean esclavos. Viven en la propiedad pero lejos del propietario y, al menos para las cuestiones de carácter más cotidiano, independientes del mismo aunque están adscritos a la tierra y la venta o cesión de la misma implica la suya propia.” (Chavarría Arnau, 2004b: 115). A autora irá mais tarde chamar a atenção para a legislação visigoda onde existem mais exemplos de doações de propriedades com os seus trabalhadores incluídos: ““El campesino está obligado a seguir pagando el tributo o census aun en el caso en que se produzca un cambio en la titularidad de la tierra que trabaja debiendo hacerlo ahora al nuevo patrón”(I, 15, em Chavarría Arnau, 2007: 57).

<sup>885</sup> Díaz, 1994a: 303, nota 31, embora esta afirmação pareça ser matizada pelas descobertas mais recentes que têm sido feitas no domínio da legislação visigoda.

<sup>886</sup> “Existen además textos que se refieren con términos como *plebei*, *homines* o *rustici* a individuos que vivían de forma más o menos independiente trabajando las tierras de otros y pagando unas rentas al dominus de la propiedad.” (Chavarría Arnau, 2007: 57). Além destes termos, também a designação *operari* surge (p. 61).

<sup>887</sup> “La acumulación de propiedades y la dispersión geográfica de las mismas hace que difícilmente este patrimonio pudiese ser gestionado de modo directo y lleva a pensar que, como en otras provincias, es posible también en *Hispania* que el sistema de arrendamiento de tierras fuese uno de los modos utilizados por los grandes propietarios para explotar el territorio.” (Chavarría Arnau, 2004b: 116).

<sup>888</sup> Sobre os dois fenómenos reproduzo a passagem de Chavarría Arnau, 2005: 526, quando afirma que “The discovery of habitational structures, sometimes of agglomerative nature, near villas such as El Ramalete, Los Quintanares, and La Olmeda, which served as the home of the dependent estate population, may provide evidence of the *tuguriae*, *casae*, *pagi* or *vici* described in textual sources. Further testimony to these dependent farmers and the importance of these Meseta villas comes from a series of large cemeteries on the Castilian plateau known as the Duero necropolis.” E acrescenta-se na nota 13: “Some of the Duero necropoleis - e.g., San Miguel del Arroyo (Valladolid), Fuentespreadas (Valladolid), Hornillos del Camino (Burgos), La Nuez de Abajo (Burgos), Roda de Eresma (Soria) or Las Ánimas (Saldaña, Palencia) - which are often identified as belonging to nucleated settlements may in some cases actually be related to the region’s huge villas.”

documentação textual que a partir do século V o modo fundamental de pagamento seria em bens, nomeadamente em cereais<sup>889</sup>, com a debilidade das correntes de circulação monetária a provocar a escassez de numerário<sup>890</sup>. Os dados que temos sobre a vida rural durante esta época mostram também como cresce o papel da pastorícia, com a criação de gado a reforçar o seu papel na vivência económica<sup>891</sup>. Se pensarmos que a dificuldade na manutenção ou reconstrução das estruturas hídricas de épocas anteriores terá sido um facto concreto, então poderemos pensar no progressivo abandono da agricultura de regadio, em detrimento de uma agricultura mais extensiva e menos especializada que agora vai tendo crescente força<sup>892</sup>.

De algum modo, talvez possamos ver esta mudança no surgimento dos povoados em torno da área dos actuais regolfos da barragem de Póvoa e Meadas (Portalegre) e Caia (Arronches). Sítios inequivocamente tardios, e que reflectem um novo modelo de subsistência, em torno a biótopos de amplo espectro onde as fontes de subsistência são variadas e complementares. Para além dos recursos que o rio proporciona, a nível de caça e pesca, temos ainda a proximidade de terrenos interiores, onde a pastorícia e a agricultura extensiva são praticáveis, a par com a recollecção. Mas sobretudo, mesmo defronte das casas, temos patamares murados que demonstram a existência, de uma agricultura de horta e enxada, de pequena escala mas suficiente para alimentar as unidades habitacionais. Nestes povoados a base de subsistência está assegurada pelo acesso a várias fontes de alimento que coexistem a curta distância. De certa forma, o mesmo acontece nos *povoados serranos* de São Mamede, onde a paisagem proporciona um complemento de várias oportunidades, mas onde em alguns povoados se nota ainda a presença de pequenas hortas, como em Aldeia, Ribeira de Lobo (Marvão) ou Joucel (Castelo de Vide), por exemplo.

Para o universo das *villae*, a detecção está muito dificultada pela escassez de dados arqueológicos. Em Torre de Palma (Monforte) a ampliação dos espaços de lagar e adega indica um reforço produtivo. Claramente temos um local que em época tardia aumenta os volumes de laboração, seja por ampliação do seu *fundus* próprio em exploração directa, seja porque entretanto passou também a receber as cargas de propriedades vizinhas, em algum regime de associação ou por uma qualquer prestação de serviços. Portanto, a concentração fundiária a que as fontes fazem referência terá seguramente sido uma realidade marcante, permitindo criar uma nova paisagem rural que caminha, progressivamente, para extensos domínios. Desta forma, é plenamente possível que as grandes unidades fundiárias tivessem continuado em funcionamento, embora com severas reformulações arquitectónicas e com uma progressiva transfiguração dos seus conceitos vivenciais fundamentais. Até quando? Não existem dados de resposta mas é possível que, à semelhança do que se passa na bacia ocidental do Mediterrâneo<sup>893</sup>, seja o século VII o momento de definitiva dissolução do modelo das *villae*. Cada vez menos, cada vez mais diferentes e concentrando cada vez mais terras. Esse movimento também se processa em torno daqueles que agora serão os novos pólos das comunidades rurais: os locais de culto.

---

<sup>889</sup> As *pizarras visigodas* da área de Salamanca demonstram a existência de meios de pagamento em cereais.

<sup>890</sup> Chavarría Arnau, 2007: 86.

<sup>891</sup> “Las pizarras visigodas se refieren a caballos (39 y 42), a yeguas (43), vacas y terneras (uitulas) y novillos (nouellos) (54), corderos (54), ovejas (75 y 97), carneros (76 y 97), cerdos (92) y marranas (scrona) (54).” (Chavarría Arnau, 2007: 81). A autora cita em seguida alguns dados de cariz arqueológico onde se evidencia a manutenção do sistema misto de criação de gado reforçado com o recurso à caça. De um modo geral, as pautas no registo osteológico mantêm-se constantes em relação ao Império, apenas crescendo o papel do gado bovino e desaparecendo as espécies exóticas à região.

<sup>892</sup> Sobre as dificuldades de percepção destes momentos, e algumas pistas para a investigação, ver Lewit, 2009, que apresenta uma considerável bibliografia sobre o tema.

<sup>893</sup> Chris Wickham, 2009, considera ser este o momento decisivo, não por qualquer facto político marcante, como a historiografia tradicional manifesta, mas pelo culminar das profundas transformações que os séculos anteriores haviam assistido, Sobre esta perspectiva ver também a análise de Jairus Banaji (2001: 257-268).

#### 9.4. A religiosidade: o cristianismo

Os sinais da presença da nova religião, agora dominante, podem ser rastreados em dois domínios: marcas na cultura material e estruturas arquitectónicas construídas. Antes de prosseguir na análise, recordei contudo um ponto fulcral: o tema aqui tratado reside no estudo de uma paisagem rural (neste caso, do Alto Alentejo). Relembrar esta premissa é fundamental, pois sabemos que uma das preocupações fundamentais das hierarquias católicas dos tempos iniciais do cristianismo residia precisamente na *domesticação da paisagem rural*, no ordenamento de um universo que misturava de forma complexa os seculares ritos pagãos e o desejo de uma elite aristocrática aproveitar os vazios de poder e utilizar os edifícios de culto cristão como uma das mais eficazes formas de organizar as comunidades rurais em volta<sup>894</sup>. Portanto, mais do que no mundo urbano, temos na paisagem rural um conjunto de complexos fenómenos, por vezes passíveis de distorcer a leitura do registo arqueológico, para o entendimento de um período fascinante mas também muito dúbio. O mundo dos *rustici* era difícil, ingrato para a pregação e implicou sempre um cuidado muito evidente por parte da hierarquia eclesiástica, como se torna evidente pela consulta de certa documentação<sup>895</sup>.

Regressemos portanto aos dados arqueológicos, ao registo material como modo de ler a presença cristã e o processo de reconversão dos campos. Iniciemos a leitura pelos dados artefactuais.

Aqui registre-se que a massa de informação para a *Lusitania* provém sobretudo de contextos funerários. Tal não é de todo surpreendente, quer a nível peninsular<sup>896</sup>, quer pelo entendimento que em qualquer época se faz do mundo sepulcral como forma de transporte de uma identidade e de perenidade de crenças e valores. Mesmo assim, o volume de informação é escasso: aparte o conjunto epigráfico de Silveirona, temos a necrópole de Terrugem, estruturalmente semelhante à anterior (até pela sua organização em torno de uma estrutura quadrangular), mas onde se encontrou uma colher que seria utilizada como alfaia litúrgica. No restante, incluindo em contextos mais tardios (como nas necrópoles de Castelo de Vide – Santa Marinha e Boa Morte, de cronologias mais avançadas), a *invisibilidade* do mundo funerário cristão é, afinal, um fenómeno muito digno de nota: também em Pombais (Marvão), uma necrópole indiscutivelmente cristã, pela sua orientação, não encontramos sinais distintivos do ponto de vista artefactual, o que mostra como as comunidades cristãs, de algum modo, não sentem necessidade de transportar elementos auto-identificativos para a sua última morada.

Nos contextos de habitação também temos escassíssimos dados. O elemento mais impressionante, mas de contornos simbólicos ainda indefinidos, resulta no *chrismon* da *villa* da Quinta das Longas (Elvas)<sup>897</sup>, aparentemente no mesmo contexto temporal em que se procede à construção do impressionante ninfeu de cariz pagão e classicista que caracteriza aquele sítio arqueológico. Nas restantes *villae* do Alto Alentejo, as marcas cristãs são trazidas unicamente a partir da construção de estruturas de culto.

Como já foi discutido, a presença de espaços de culto cristão faz-se de várias formas, sendo que nessa diversidade seguramente se reflectem ritmos e concepções distintas, por

---

<sup>894</sup> “Taken together, the canons of the councils of Zaragoza and Toledo attest to the presence of extra-episcopal villa-churches that were viewed as a threat to episcopal control. Their rural setting suggested non-orthodox practices specifically associated with agricultural rituals. [...] The villa churches similarly suggest a semi-independent, rural Christianity, tied to the *dominus* and the *fundus*, and founded in areas with few urban entities and even fewer bishoprics.” (Bowes, 2001: 336; 338).

<sup>895</sup> Sobre o tema ver sobretudo Maciel, 1996, com documentação exemplificativa.

<sup>896</sup> O volume de informações começa desde logo pela própria arquitectura funerária, muito representada na *Hispania*: “If even half of the ‘possible’ mausolea are in fact Christian, Hispania possessed an unusually rich and elaborate corpus of Christian funerary architecture, including designs and materials clearly ‘imported’ from outside the peninsula. Even more worthy of comment is the fact that this corpus is largely situated in the countryside, rather than the suburban necropolei.” (Bowes, 2006: 93).

<sup>897</sup> Oliveira, Carvalho & Almeida, no prelo.

vezes de significados muito diferenciados. Não será certamente idêntico iniciar a reconversão de um *lararium* ou templo pagão para um espaço de culto cristão no meio do edificado pré-existente, ou construir de raiz uma basílica a algumas centenas de metros de uma *villa*, por vezes já abandonada. Mas o que parece interessante notar é que, neste polimorfismo, parece existir desde o início a concepção da basílica cristã como espaço semi-público, ou pelo menos acessível a mais fiéis para além daqueles que residiam na *villa*. O fenómeno foi notado por Kim Bowes, com um exemplo que parece ser muito eficaz: “these basilicas are more than private chapels. For instance, the church at Monte da Cegonha occupies about 13 percent of the villa as excavated. The church was only accessible from outside the domestic core, suggesting permeability to extra-household members.”<sup>898</sup> Esta questão é muito relevante, pois implica um arranjo do espaço edificado que permita o acesso a pessoas que não vivem na *villa* e que entrem para um espaço que, desde sempre, estava carregado de um cunho de privacidade que era muito caro ao espírito romano. Portanto, seriam criados novos circuitos de circulação, que no limite poderiam ser concebidos como uma forma de enaltecer a figura do *dominus* e de impressionar os *rustici*, levando-os a percorrer áreas da *villa* que o proprietário entendia “mostrar”. Todavia, este efeito não pode ser sobrevalorizado, como parece que por vezes ocorre, pois a própria estrutura das sociedades hispano-romanas não era de molde a alterar-se de forma tão significativa em tão pouco tempo. Ou seja, nestas *villae* onde a partir do edificado se constroem basílicas, o acesso deveria continuar a ser, como sempre, muito restrito e circunscrito a um âmbito de redes de convivialidade, sem que se possa pressupor que estes espaços irão agora funcionar como “células de missionação”<sup>899</sup> irradiando para as comunidades em volta. Talvez em Torre de Palma, com a construção de uma basílica fora da *pars urbana*, este fenómeno se tenha verificado, mas não de modo generalizado.

Mas implica também uma outra situação, sobretudo a partir do estabelecimento de uma hierarquia eclesiástica que se vai estruturando a partir do século V. A construção de uma basílica, mesmo que nestes moldes “semi-privados”, implica também a constituição de um corpo sacerdotal que, se não em permanência (pois os concílios advertem-nos para o facto de um mesmo presbítero supervisionar várias paróquias), pelo menos com alguma supervisão, situação unicamente possível com a existência de uma estrutura por parte da igreja que organize e controle os territórios rurais. No caso de Torre de Palma esta leitura não pode deixar de ser considerada, pois aqui temos o único baptistério da área regional em estudo. E a existência de um baptistério implica a presença, pelo menos uma vez por ano, de um bispo que administre os sacramentos, tarefa que não podia ser concedida a um qualquer membro. Por isso, no designado “northeastern building”, tem sido proposta a existência de uma residência de um membro da hierarquia eclesiástica, que seria o encarregado por essas tarefas. Mesmo que no citado edifício não se tenha até ao momento registado o achado de uma qualquer alfaia litúrgica (o que pode indicar um abandono do local muito planeado), que seria indispensável para as cerimónias tão complexas como o baptismo e a admissão de novos fiéis à comunidade. Contudo, a iniciação de um crente não poderia ser celebrada por um sacerdote, mas unicamente por um bispo, pelo mais elevado membro da hierarquia eclesiástica, que não necessitaria de ficar em permanência no local, podendo aqui deslocar-se pontualmente ou mesmo apenas uma vez por ano. Portanto, temos aqui duas linhas de raciocínio: o baptistério de Torre de Palma é uma estrutura congregadora, polarizadora a nível regional, da mais elevada dignidade, e que necessita de um reconhecimento eclesiástico ao mais alto nível; mas a sua existência só por si não implica a presença de um “northeastern building” votado à presença de um sacerdote, necessário, é certo, mas insuficiente para a administração da consagração do baptismo, sendo mais provável que este espaço pudesse funcionar como uma espécie de *Academia*, no sentido em que poderia haver uma estrutura construída onde se procedesse à evangelização

---

<sup>898</sup> Bowes, 2001: 334.

<sup>899</sup> A partir de Jorge, 2002: 165: “Ces *villae*, témoins de l'enrichissement de leurs propriétaires, pouvaient de la sorte constituer de vraies cellules missionnaires.”

de fiéis, onde fossem ministrados conteúdos e conceitos para quem pretendesse aderir à nova religião. A estrutura em *cubicula* deste edifício parece viabilizar esta leitura. Seja como for, Torre de Palma levanta questões muito interessantes em relação à estruturação do culto cristão em épocas muito recuadas, e sobre a sua indefinição, e esta situação é tanto mais curiosa quanto nos concílios do século V existe uma omissão absoluta em relação à administração paroquial<sup>900</sup>, o que indica que nos primeiros tempos se constroem estruturas que só irão se regulamentadas mais tarde, o que ajuda a complexificar a leitura destes movimentos. Ou seja, durante alguns séculos o culto cristão age de modo desestruturado, muito por iniciativas privadas, face à dificuldade da hierarquia católica de operacionalizar meios de controlo sobre o que efectivamente se passa nos meios rurais. Aliás, a debilidade de acção dos agentes das mais elevadas hierarquias da Igreja já foi realçada<sup>901</sup> e seria um factor não despidendo na sua própria organização.

Talvez este conjunto de factores ajude a explicar um dos dados mais surpreendentes na arquitectura cristã da *Hispania*, e que reside na diversidade de planos e de soluções existentes em meio rural, muito superior aliás ao que temos para as cidades<sup>902</sup>. Esta riqueza de formas de expressão arquitectónica reflecte, por um lado, a debilidade das redes de controlo por parte da Igreja, como já foi referido, mas também as intenções de as elites seculares afirmarem a sua influência ao nível local. Esta expressão de autoridade poderia ser feita de múltiplas formas, incluindo ao na elaboração de *martyria* e de espaços de *memoria* de relíquias e símbolos que servissem como uma (digamos) *mais-valia* ao nível das formas de atracção de fiéis a mais amplos níveis. Esta progressiva edificação de locais de culto vai polarizar os investimentos destas elites, servindo simultaneamente para a afirmação de novas linguagens, quer do ponto de vista arquitectónico, quer sobretudo iconográfico, linguagens essas que vão progressivamente substituir a cultura literária pagã clássica, transformando-a em novas formas de expressão erudita. Este fenómeno que agora encontramos nos espaços de culto é no fundo a reformulação de soluções construtivas e decorativas que já havíamos visto nos espaços domésticos, na *pars urbana* das *villae* que se encontram, também elas, em mudança (neste caso, nas etapas finais de evolução)<sup>903</sup>.

Regressando ao Alto Alentejo, dois tópicos podem ser abordados. O primeiro aspecto reside na existência de basílicas arqueologicamente detectadas, e aqui apenas temos a considerar o caso de Torre de Palma. Um edifício que provavelmente terá sido construído apenas no século V, talvez quando a *villa* já se encontre desfuncionalizada ou com meros indícios de ocupações pontuais (de tipo “squatter”). É então construído um edifício basilical (a “grande basílica”) de ábsides contrapostas, sendo uma (a oriental) um possível santuário com altar, enquanto a outra apresenta uma sepultura privilegiada. Um edifício que apresenta uma considerável majestuosidade, com colunatas laterais, mas que irá sofrer constantes beneficiações, incluindo pavimentações com lajes de mármore e novas fases construtivas (a “pequena basílica”). Nestes momentos seguintes, talvez no século VI,

---

<sup>900</sup> “However, the church councils of the fourth and early fifth century are silent on matters of parish organization. The only canons scholars have cited as evidence for such organization are precisely those condemning villa-churches.” (Bowes, 2001: 334).

<sup>901</sup> Kim Bowes (2005) realça o modo como durante os primeiros tempos da acção da Igreja a rede episcopal hispânica seria débil e pouco activa, como aliás se infere da presença de bispos em concílios. Apesar das determinações hierárquicas, as relações de âmbito regional com a elite secular condicionariam a acção dos agentes da Igreja, muito ligados a alianças de carácter clientelar ou de patronato.

<sup>902</sup> Chavarría Arnau, 2007. Veja-se Bowes, 2005: 228, onde se lê: “Just as the functional aspects of these rural Christian buildings show a surprising variety and complexity, so, too, do their designs and construction techniques. Unlike the garden-variety plans and generally modest materials of Spain’s urban churches, the peninsula’s rural commemorative monuments display a dizzying array of plans and materials, many of them otherwise unknown in Hispania. While standard designs can be found within the corpus, Hispania’s countryside also boasted a number of real Christian architectural oddities, displaying plans that were either rare or unique for their date.”

<sup>903</sup> “Temples, churches and mausolea were, in one sense, simply an extension of a built culture that flourished in Hispania more fully than in any other western province. That is, the strong rural component in Spain’s early Christian architecture is in part an outgrowth of its unusually strong villa system.” (Bowes, 2005: 231).

será edificado o espaço do baptistério, que indica a grande relevância que o edifício terá tido na *geografia sagrada* da região. Neste brevíssimo resumo, onde não afluam as questões polémicas que têm rodeado as propostas de datação e evolução das principais fases construtivas, ficam patentes a densidade de conteúdos arquitectónicos, estruturais e simbólicos que o sítio apresenta, o investimento contínuo feito e a relevância do local, tão forte que em pleno século XII, possivelmente já em contexto pós-Reconquista, se constrói uma capela aproveitando as ruínas da “pequena basílica”. Mas sobretudo fica patente o modo como Torre de Palma configura uma situação pouco habitual na *Lusitania*: distante do edificado residencial romano, sem uma aparente pré-existência, com um baptistério e uma monumentalidade que o configuram como um espaço aberto a uma comunidade e até, possivelmente, a forâneos, com a sua proximidade à via servindo de centro de peregrinação (e nesse aspecto, com um conjunto de sepulturas no interior da basílica, o que também não é habitual no contexto da época). Com tantos significados fora do comum, resta explicar este denso conjunto de conteúdos.

Perceber qual a rede de templos cristãos que existiu na região é uma tarefa dificultada pela precariedade informativa, mas aqui avançamos para outro feixe de leitura: os dados indirectos, que nos permitem tentar aceder à compreensão dessa rede de espaços. Uma forma de tentar ler essa realidade resulta na detecção dos elementos arquitectónicos que têm sido identificados. São escassos, porém relevantes, como se pode confirmar:

Sítio	Concelho	Descrição
Fortios	Portalegre	Elemento arquitectónico embutido na fachada da Igreja de S. Domingos
Mosteiros	Crato	Capitel visigótico
S. Pedro de Almuro	Monforte	Dois elementos de cancela
Torre de Palma	Monforte	Cancela e pia baptismal
Burraz	Fronteira	Ábaco
Horta de S. Pedro	Sousel	Ábaco
Defesa S. Pedro (?)	Campo Maior	Placa epigrafada
Silveirona	Estremoz	Ábaco, colunelo e capitel
R. João de Olivença	Elvas	Pilar <sup>904</sup>
(Indeterminado)	Elvas	Fragmento de mesa de altar <sup>905</sup>
Terrugem	Elvas	Colunelo e placa perfurada
Horta Nova	Borba	Pé de altar
Igreja de S. Tiago	Vila Viçosa	Pé de altar embutido na fachada

O papel crescente do cristianismo e da Igreja é visível do ponto de vista arqueológico, mas sê-lo-ia muito mais nas relações sociais e de poder. Desde logo porque abre uma alternativa possível de carreira, tanto mais interessante quanto o *cursus honorum* e as magistraturas públicas encontram-se paralisadas ou extintas. Ingressar na hierarquia eclesiástica permite uma preponderância social que para muitos membros das elites seria extremamente aliciante<sup>906</sup>. Nestes tempos finais, a força da Igreja será tanta que o presbítero local age não apenas como um “guardador de consciências” mas como um verdadeiro “guardador de propriedades”, “actua como um autêntico *villicus*, un administrador patrimonial<sup>907</sup>”.

Esta leitura terá mesmo uma concretização prática. Na verdade, sabemos que muitos eram os membros das mais elevadas esferas da hierarquia eclesiástica que a título pessoal detinham propriedades. Em algumas situações por herança familiar, em outras por património adquirido, e em casos esporádicos a título de recompensa, como terá ocorrido com Potâmio, bispo de *Olisipo*, que por volta de 360 terá falecido a caminho de uma *villa*

<sup>904</sup> Pinto, 1932: 5-6.

<sup>905</sup> Pinto, 1932: 6.

<sup>906</sup> Naturalmente que o fenómeno não se restringia às elites, pois muitas faixas da sociedade viam na vida eclesiástica uma possibilidade, embora os critérios de ingresso fossem apertados. Sobre o tema ver Jones, 1973: 920-929.

<sup>907</sup> Díaz, 1994a: 307.

(um *fundus fiscalis*) recebida pelo seu apoio à causa do arianismo<sup>908</sup>. É certo que o caso deste presbítero poderá ter sido originado por circunstâncias muito particulares<sup>909</sup>, mas lembramos que este tipo de situações ocorreu, como também no caso do já referido Abade Nancto. De qualquer forma, a Igreja começa a estar muito presente no campo como proprietária a partir do século IV, quer a título institucional, quer pelos seus agentes<sup>910</sup>, o que seguramente irá desencadear algumas resistências<sup>911</sup>, em momentos posteriores agravadas pelas correntes heréticas.

Um outro fenómeno existe, contudo, que para o nosso olhar actual parece ser mais difícil de entender: a coexistência entre o culto cristão, agora emergente, e os antigos valores pagãos. Na área regional em estudo temos um exemplo significativo: o caso da Quinta das Longas. Um exemplo muito interessante, porque em teoria mostra-nos uma coabitação entre a presença cristã – um *chrismon* inscrito em pavimento em mosaico<sup>912</sup> – e um ambiente perfeitamente pagão de uma divisão inteiramente dedicada a um ninfeu. Em princípio, ambos os espaços poderão ter coexistido ou pelo menos ocorrido em intervalo temporal muito curto. E este dado é muito relevante, pois em primeiro olhar estaríamos perante realidades inconciliáveis.

Todavia, tal não é bem assim. Primeiro, porque o espaço do ninfeu pode ter um conjunto de significados mais no âmbito de um colecionista que angaria peças de elevadíssimo valor artístico e estético (que o têm claramente) do que envolvido em sentimentos do foro estritamente religioso<sup>913</sup>. Ou seja, a criação de um ambiente de *delectatio* e de elevado requinte pode ter uma significação mais diletante (digamos assim) do que religiosamente substantiva. Segundo, porque estes contrastes são conhecidos para outros casos, e até naturais em época onde os cânones não se encontram ainda suficientemente fixados e certos conteúdos não são considerados como conflitantes. Algumas situações existem que o demonstram para situações particulares<sup>914</sup>, mostrando a mescla de crenças e de adesões simbólico-religiosas próprias de uma época de mudança<sup>915</sup>. E esta combinação de tão diversos componentes culturais deve colocar-nos de sobreaviso para as precauções que é necessário tomar na análise de um período que foi, afinal, tão rico e complexo.

---

<sup>908</sup> Maciel, 1996: 38-39. Ver também Chavarría Arnau (2006: 40): “Gracias a la denuncia realizada a finales del siglo IV por los presbíteros luciferianos Faustino y Marcelino presentada al emperador Teodosio (año 384) sabemos que el obispo de Lisboa, Potamio, recibió del emperador Constancio II un *fundus fiscalis* cerca de *Olisipo* en compensación por haber abjurado de su fe cristiana ortodoxa y defender al arrianismo. El relato revela pues la existencia de propiedades del fisco en la *Lusitania*.”

<sup>909</sup> Victoria Escribano Paño (2005: 140) vê neste exemplo um caso de ambições pessoais: “More than to the temptation of wealth, however, Potamius owed his defection to personal ambition and the desire to become the privileged mouthpiece of power in the peninsula in an environment in which religious disobedience was equivalent to political disloyalty.”

<sup>910</sup> “[...] também na Lusitania os bispos possuíam propriedades rurais fundiárias, quer para produção quer para descanso ou *otium* como os seus congéneres da Itália ou da Gália, seja por pertencerem a famílias aristocráticas detentoras de grandes *fundi* no campo, seja como administradores dos bens eclesiásticos, desde que **Constantinus** distribuiu à Igreja **massa fundorum**.” (Maciel, 1996: 39).

<sup>911</sup> Manuel Justino Maciel (1996: 47) vê na adesão ao priscilianismo uma reacção de “uma camada significativa de cristãos que não via na institucionalização progressiva da Igreja, seja por motivos religiosos, seja por motivos sociais, a melhor solução para um quotidiano em que ainda fermentava o espírito pré-constantiniano do cristianismo e que preferia apostar num certo profetismo e numa democratização mais dinâmica de acordo com as propostas evangélicas de igualdade e justiça social. Daí a simpatia e o acolhimento popular [...] designadamente por parte das mulheres [...]” Este controlo dos campos por parte da Igreja, em marcha sobretudo a partir do século V, não foi implementado apenas pelas intenções de pregação e conversão, mas foi-o também de facto, com a posse de terrenos e de propriedades, o que desencadeará reacções.

<sup>912</sup> Figuração tanto mais relevante quanto são raros os símbolos cristãos inseridos em mosaicos de pavimento (Chavarría Arnau, 2005: 543).

<sup>913</sup> O tema já foi tratado no capítulo sobre as estruturas de povoamento.

<sup>914</sup> Curchin, 1996: 228-229 menciona o caso de um epitáfio de *Tarraco* que combina o *chrismon* com a fórmula *D(í)s M(anibus)*, além de um sincretismo entre duas mártires e o culto a Adónis.

<sup>915</sup> Notem-se os numerosos exemplos recolhidos por Rosa Sanz Serrano (2007). Em particular, um é muito expressivo: o de Ausonio (p. 446), que entre o seu círculo de amigos teve convívio com alguns dos mais eminentes pagãos do seu tempo.



## 10. A rede de povoamento

Lançar o olhar sobre a cartografia de distribuição dos sítios romanos no Alto Alentejo implica desde logo perceber dinâmicas distintas, consubstanciadas em dois níveis de leitura. Um pode ser designado como o *território global*, um espaço definido pelo investigador (ou seja, não conforme com as lógicas da época) onde o mesmo procura ler a realidade, definindo tendências, estratégias, configurações, materialidades. O outro nível é mais complexo: são os *espaços particulares*, as áreas sectoriais que apresentam dinâmicas distintas, por um complexo conjunto de factores que incluem a orografia, recursos naturais, centros de poder, investimentos diferenciados, ou mesmo as escolhas e especificidades da investigação.

Portanto, olhar para o território implica destrinçar as realidades distintas, porque ambas não são coincidentes. E deve também ser considerado um outro patamar de leitura: poder-se-ia pensar que os *espaços particulares* seriam comodamente remetidos para os capítulos concelhios, mas raras vezes temos no Alto Alentejo uma coincidência entre os *espaços particulares*, com as suas idiossincrasias próprias, e as delimitações administrativas municipais. Seja porque um *espaço particular* é mais amplo do que um concelho, seja porque cada um destes pode conter diversos *espaços particulares*. Sendo que em todas estas escalas de percepção deve existir sempre a noção de que temos ainda uma outra dimensão que nos escapa quase em absoluto: as estratégias da época em estudo. Que também correm a dois níveis: as lógicas imprimidas pelas dinâmicas regionais, das magistraturas municipais que têm a incumbência de organizar o seu *territorium* e de o gerir e dinamizar; e a geo-estratégia do Império que olha para cada território de acordo com os interesses de um Estado centralizado e centrípeto, onde as diversas províncias existem e são geridas em função da metrópole.

Comecemos por aqui, porque me parece que existe uma dimensão que tem sido genericamente subvalorizada pela investigação. Já em outro lugar<sup>916</sup> chamei a atenção para um fragmento de texto de Apiano que me parece ser do máximo interesse. Conta-nos o historiador de Alexandria<sup>917</sup> que uma das preocupações fundamentais dos imperadores seus contemporâneos (século II d.C.) se centrou na gestão do adquirido, no “exercício da prudência”. A filosofia de actuação estratégica deixou de estar centrada na ampliação territorial para passar a olhar, e a preocupar-se sobretudo, com a consolidação dos territórios já absorvidos. Ou seja, Roma assumiu de forma clara e inequívoca a sua vocação de um Império que voluntariamente travou o seu processo de expansão territorial. Mais surpreendente ainda: mesmo quando alguns embaixadores de reinos exteriores ao Império, os designados “bárbaros”, ofereciam os seus haveres e os seus habitantes como súbditos, desejando voluntariamente integrar-se na ordem imperial, viram as suas intenções recusadas, com o pretexto de não serem de qualquer utilidade para Roma, que em nada ganharia com a integração dessas gentes no seu aro. E por isso deixou-as à margem, fora da integração.

Este facto recorda-nos o pragmatismo imperial. O poder entendeu que para certos territórios *não interessava* prosseguir a expansão territorial. Algumas áreas não tinham nada para oferecer, e portanto o olhar de Roma não se dirigiu para essa direcção. E este fenómeno não foi unicamente exterior, ou seja, direccionado para territórios ainda não conquistados. Na realidade, este desinteresse edificador verificou-se nos âmbitos territoriais do próprio Império, onde o investimento foi muito diferenciado. Em termos gerais, observamos que em certas áreas existiu uma intenção de desenvolvimento e

---

<sup>916</sup> Carneiro, *Poder e território*. De algum modo o presente capítulo desenvolve as considerações então expressas no texto que, por constrangimentos vários, então apresentou uma mera síntese, que o decorrer da investigação permitiu aprofundar.

<sup>917</sup> *História Romana*, Prefácio: 7.

exploração, que poderia ser tão estrategicamente vital que seria administrada a mando directo de Roma. Em alguns casos, os recursos esgotaram-se rapidamente, assistindo-se ao abandono dos mesmos. Em outras situações não houve de todo um esforço promotor concertado que conduzisse a uma sustentação de crescimento e os territórios que não eram apelativos não assistiam a qualquer interesse empreendedor. Deste modo, dentro das fronteiras imperiais existiram sempre extensões pouco povoadas ou onde as estruturas indígenas preservaram a sua identidade, assistindo-se a uma presença romana escassa ou mesmo nula. Imaginar uma paisagem densa e repleta de unidades de povoamento de tipo clássico, com pessoas habitando e comportando-se integralmente ao modo latino, é um erro. Porque tal nunca existiu. Porque para Roma nunca interessou investir na criação desse modelo vivencial uniformizante. A gestão foi pragmática e multivariada em função dos interesses da metrópole. Portanto, no espaço do mundo romano existiram diferentes materialidades, hábitos, culturas e quotidianos. Em função do substrato pré-existente mas também dependendo do olhar que Roma lançava, do seu interesse ou não por investir, criar e dinamizar. Definir esta visão *desestruturada* é essencial para deixarmos de encarar o Império, e a *paisagem romana*, como algo monolítico e absolutizante.

Olhando para o Alto Alentejo, em perspectiva geral, o que temos? Um território que, neste momento da investigação, com a consciência de faltarem vários locais relevantes, parece ter uma fraca rede urbana, muito espaçada entre si e com pouca capacidade interventiva sobre o *territorium* envolvente. A menção epigráfica que explicitamente nos menciona um *vicus* (*Camaloc*[...] em Chocanal, Crato) ou as *mansiones* viárias listadas no roteiro viário de Antonino mostram-nos locais dotados de algum tipo de centralidade, mas de segundo nível e portanto distante das funções urbanísticas que uma cidade implicava. Seriam sítios secundários, de perfil especializado, com funções eminentemente viárias, comerciais ou sagradas como elementos primaciais, mesmo que possam também ter desempenhado outros papéis, mas distantes do que entendemos por uma cidade, de acordo com o sentido classicizante da palavra. No Alto Alentejo esse papel parece ter sido reservado exclusivamente para *Ammaia*, que mesmo assim se apresenta geograficamente descentrada face à região de implantação e ao conjunto de estradas que a percorre.

Significa isto que terá havido pouco investimento da parte do poder central? Não necessariamente, pois na região temos a construção de três roteiros viários principais que surgem descritos no *Itinerário de Antonino*. Estes caminhos, com a designação de vias XII, XIV e XV, ligavam a capital provincial ao seu porto de mar atlântico, a cidade de *Olisipo*, a actual Lisboa. Orientadas no sentido este/oeste, rompem por completo com os tradicionais caminhos da transumância e das migrações pastoris que estão alinhadas em eixos norte/sul. Este exemplo mostra como a geografia territorial do Império rasgou os quadrantes tradicionais que organizavam o espaço onde até aí pessoas e bens circulavam, de modo a criar um novo entendimento geo-estratégico de acordo com os interesses da metrópole provincial. Os diversos monumentos e obras de arte que foram edificadas ao longo do percurso das três estradas demonstram também a extensão do investimento aqui realizado e o modo como o Império redimensionou esta área territorial. Infelizmente falta-nos ainda uma outra dimensão de percepção, proveniente das fontes epigráficas, que para esta área ainda não são suficientes, para percebermos se esta promoção infra-estrutural se deveu à acção das elites locais ou foi concretizada a partir de determinações superiores. E também nos falta conhecer a identidade dessas elites locais, os agentes do poder e qual a sua capacidade de intervenção e de modelação das dinâmicas sócio-económicas.

O papel do Estado central não se baseou apenas na criação de uma rede viária que pusesse em contacto os distintos mercados, mas seguramente foi esta a pedra basilar do movimento, que pôs em funcionamento os mecanismos de activação social e económica. Estes corredores de circulação constituíram-se posteriormente como os elementos fundadores de uma rede de povoamento que os tomou como eixo prioritário e deles em tão larga medida dependeu. Possibilitaram a difusão de gentes, produtos e, sobretudo, de

ideias. E onde as vias passam percebemos o multiculturalismo, a abertura às concepções do universo clássico.

Na falta de um entendimento correcto sobre o exacto perfil do mundo urbano na região, temos como ponto de partida e análise a vivência em meio rural (mesmo que parte dela pudesse ser protagonizada por elites da cidade). E aqui, no mundo das *villae*, percebemos esse desejo de vinculação, de integração na mundividência cultural mediterrânica. Nos mosaicos, nas esculturas e nos deuses que se invocam percebemos essa filiação, que ocorre nas grandes estruturas fundiárias, verdadeiros bastiões da cultura pagã, literata, clássica. Onde estão as *villae* encontramos o espelho de Roma e do mundo clássico; à medida que elas rareiam, vemos a identidade indígena.

Desta forma temos uma consonância de comportamento entre o poder público e o poder privado, o que nem é de todo surpreendente pois as elites poderiam ocupar o mesmo espaço em simultâneo, circulando entre duas esferas que, no fundo, se interpenetravam. Ou seja, no Alto Alentejo vemos uma dupla dinâmica: por um lado a acção estatal, criando infra-estruturas de funcionamento; por outro a iniciativa privada, a cargo de *potentiores* de elevada capacidade económica e influência social. O que viria a emergir seria uma paisagem fortemente hierarquizada, dinâmica, inter-actuante e onde se torna evidente uma constante adequação entre os recursos disponíveis e a infra-estruturação agora construída.

O mais emblemático modo de podermos ver as dinâmicas de povoamento continua a ser a percepção da implantação topográfica e cartográfica das *villae*. É este campo de análise que mais será desenvolvido, pois apresenta maior densidade de conteúdos, em especial se cruzada com os textos documentais que a ele se referem<sup>918</sup>.

### 10.1. Implantação e distribuição das *villae*

#### *Contexto topográfico e ambiente paisagístico*

Um dos dados mais relevantes que a carta de distribuição das grandes unidades fundiárias nos mostra é o modo como as *villae* do Alto Alentejo seguem os traços dominantes já recenseados para a *Hispania*<sup>919</sup>. Podemos mesmo continuar a falar no “determinismo natural” como então foi enunciado<sup>920</sup>, dado que as condições fisiográficas jogam efectivamente um papel primordial nos factores que presidem à implantação das *villae*, de acordo, aliás, com os preceitos recomendados pelos textos latinos<sup>921</sup>. Deste modo vemos como no entrecruzamento das condições propiciadas por exposição solar, relevo, aptidão de solos, protecção dos ventos e proximidade de recursos aquíferos se jogam os factores primordiais a que se pode acrescentar a proximidade da rede viária<sup>922</sup>. Ou seja, a busca pelas “paisagens ideais”<sup>923</sup> foi efectiva na região alto-alentejana.

<sup>918</sup> Sobre o cruzamento de recomendações e condicionantes que motivavam a implantação das *villae* no território, ver os quadros I e II apresentados por Fermín Perez Losada (1987).

<sup>919</sup> Gorges, 1979: 59-76. Em termos da diacronia, a situação não é de todo surpreendente se nós pensarmos que as *villae*, enquanto estabelecimentos enquadrados em paisagem rural, devem obedecer a um conjunto de elementos constantes que são no fundo adequados para qualquer época. Ler os preceitos contidos no manual agrícola de Bouchard-Huzard (1870, cap. I) é encontrar ressonâncias das recomendações contidas nos agrónomos latinos, pelo simples facto de estas serem as condições actuais para qualquer tipo de edifício rural em qualquer época. Sobre este assunto, ver também Fabião, 1999-2000: 9.

<sup>920</sup> Gorges, 1979: 59.

<sup>921</sup> Infelizmente não foi possível incluir um conjunto de variáveis mais aprofundados, como fez Helen Goodchild (2007) para a região do vale médio do Tibre, como as relações entre as implantações de propriedades e as culturas possíveis, de modo a definir perfis funcionais para cada um dos pontos de povoamento em análise. Estes vectores de análise permitem também uma abordagem aos potenciais produtivos e à avaliação económica do território.

<sup>922</sup> Visto que para esta área regional a rarefacção de centros urbanos faz com que estes não funcionem como um factor de atracção preferencial na estruturação das redes de povoamento rural. Para mais, em nenhum dos aglomerados conhecidos se nota a existência de uma *satelitização* de *villae*, ou seja, a existência de anéis de sítios rurais em torno de *Ammaia* ou de *Abelterium*.

<sup>923</sup> Ver por exemplo as recomendações em Marcial, XII, 98, 1, com especial interesse por se tratar de um autor familiarizado com as paisagens hispânicas.

### *Exposição solar*

De um modo geral observamos a implantação obedecendo à matriz vitruviana. A grande maioria dos sítios encontram-se implantados de forma a beneficiar da máxima exposição solar, quer no aproveitamento da topografia disponível, quer na orientação do edificado. Grande parte dos locais encontra-se voltada a sudoeste ou sudeste<sup>924</sup>. Nas suas imediações não existem irregularidades topográficas ou acidentes de relevo que os impeçam de aproveitar a luz solar ao longo do dia. Assim se conseguia manter a salubridade da casa, mas também o desfrute da *amoenitas* exigida para a vivência rural<sup>925</sup>. Em termos gerais, observamos que mesmo as *villae* que se implantam no fundo de vales encontram pontos de recepção de luz que lhes permitem desfrutar de uma luminosidade natural muito ampla. É o caso dos sítios de Zumbrete (Borba) ou de Chões (Elvas), apesar de se encontrarem em zonas de paisagem mais fechada e no fundo de vales.

Nos sítios já intervencionados torna-se clara a opção pelo alinhamento das estruturas no eixo sudoeste. Torre de Palma (Monforte) é o exemplo mais paradigmático, com uma disposição geral que permite a aliança entre a recepção da luz e o desfrute de um amplo panorama visual a sul e oeste que enquadra a *amoenitas* que de forma tão evidente se sente no local. Em São Pedro (Fronteira) também o alinhamento estrutural é evidente no sector SPD, precisamente aquele que dispõe de um campo visual e de uma implantação que evidencia a preocupação pela recepção da luz. Estes fenómenos são onnipresentes ao longo das diversas paisagens (desde Fonte da Cruz, em Ponte de Sôr, às *villae* de Elvas). Apenas nas estruturas visíveis nos povoados serranos de São Mamede não se notam as referidas orientações, parecendo que o *ocultamento* é o foco primordial de atenção. Nesses povoados, aliás, os alinhamentos nem sempre parecem apresentar uma grande lógica, com distintas orientações coexistindo no espaço.

### *Relevo e implantação topográfica*

São bem conhecidas as normas contidas nos textos clássicos: a implantação escolhida deverá ser em paisagens suaves, de vistas amplas, com preferências por meia-encosta ou no terço superior, evitando a proximidade dos leitos de cheia ou das bacias de inundação e, ao inverso, os topos de elevações, com pior acesso e mais expostos aos ventos. Esta implantação deveria propiciar a *contemplatio*, uma panorâmica agradável sobre a paisagem envolvente. Todavia, este domínio visual deveria ocorrer em dois planos, como aconselha Varrão<sup>926</sup>: sobre a paisagem natural, de modo a criar a *amoenitas* estética sempre desejável, mas em especial uma panorâmica sobre a paisagem cultivada, ou seja, sobre a exploração agro-pecuária. O controlo visual da propriedade era indispensável, sendo especialmente agradável a visão dos trabalhadores cumprindo as suas actividades<sup>927</sup>.

Efectivamente assim ocorre na grande maioria dos locais. De um modo geral, os relevos são suaves, mesmo nas paisagens mais declivosas. Na zona de Castelo de Vide e Marvão, por exemplo, onde a paisagem é mais acidentada, notamos que as *villae* escolhem propositadamente as poucas áreas disponíveis onde as encostas apresentam uma pendente

---

<sup>924</sup> "L'orientation de la façade répond également à ces règles, et ce n'est pas un hasard si près de 90% des villas se trouvent exposées au sud-ouest et au sud-est, contredisant en cela les conseils des agronomes dont les préférences se tournaient vers l'est uniquement." (Gorges, 1979 : 133).

<sup>925</sup> São vários os textos que se referem à exposição solar, quer para a *pars urbana*, onde assim se poderia desfrutar de condições ambientais e térmicas favoráveis (Columela, R. r. I, 5; Varrão, R. r. I, 12), quer para a prática agrícola, laboração e transformação de produtos. Por exemplo, a *cella vinaria* deveria estar orientada a norte, o que a tornaria fria e quase obscura, fazendo Vitruvio (I, 4,2 e VI, 6,2) a expressa recomendação de estar afastada de todos os sítios que pudessem libertar maus odores, como as termas, fornos, latrinas ou instalações de animais. Já para a *cella olearia* se recomenda a importância do amenidade do espaço, essencial para o azeite não coalhar. Em caso extremo até se aconselha o aquecimento do espaço, levantando o pavimento e montando um forno que permitisse uma temperatura mais constante (Paladio, I, XX,1).

<sup>926</sup> R. r. I, 6, 1.

<sup>927</sup> Plínio, *Ep.* V, 6.

suave ou, frequentemente, ocorrem plataformas que possibilitam a construção de estruturas. Em Garriacho (Marvão) temos um exemplo evidente: o topo de um outeiro suave, sem qualquer destaque na paisagem, mas de fácil acesso e ampla visibilidade. As *villae* de Castelo de Vide ocorrem todas em áreas de pendente suave, amplas, com um agradável domínio visual. Nenhuma *villa* da área em estudo apresenta uma implantação dominadora ou um acentuado destaque na paisagem, não havendo um caso em que a estrutura seja visível a grande distância. Também raras vezes temos sítios no fundo de vales ou em terraços fluviais, porque essa implantação implicaria estar muito próximo de áreas inundáveis, pelo que tal apenas ocorre com algumas exceções em circunstâncias particulares: em Zumbrete (Borba) a *villa* encontra-se quase no fundo da encosta, apenas separada da ribeira por uma evidente plataforma que a alteia e separa da linha de água, evitando eventuais inundações. A mesma situação encontra-se em Chões e em Correio-Mor (Elvas). Mas curiosamente, em ambos os casos, a paisagem é desafogada em algumas linhas de visualização, com descontinuidades no relevo envolvente que propiciam a contemplação de faixas de horizonte: para norte e este, no primeiro caso, para sudeste, nos segundos.

Em sítios interpretados como *villae* não ocorre a implantação em topos, que é genericamente rara em todos os pontos de povoamento considerados no presente estudo. Neste parâmetro talvez o caso mais atípico seja o de Casa de Alvalade (Alter do Chão), não porque se implante em cota elevada em termos absolutos, mas por se encontrar no alto de uma ligeira elevação que lhe confere algum destaque para quem se aproxime ao longo da presumível via XIV, embora o quadro geral esteja longe de ser considerado como dominador da paisagem. Depois existem situações em que o sítio se implanta em local que lhe confere um esplêndido domínio visual, embora novamente sem destaque na paisagem. Casarões da Misericórdia (Campo Maior) implanta-se no seguimento de um conjunto de elevações que estendem *in continuum* sobre o vale do Xévora, dispondo de um fabuloso alcance visual para norte, leste e sul. Todavia, actualmente a elevação confunde-se com as restantes<sup>928</sup> e o sítio só é perceptível mesmo na aproximação<sup>929</sup>.

Na generalidade dos casos, a edificação principal instala-se em plataforma, ou mesmo aproveitando uma lomba que quebra a encosta ou nela se destaca por criar uma zona mais plana, um *plateau* onde a *villa* se instala. São inúmeros estes exemplos. De um modo geral o local de edificação apresenta um ligeiro volume, que é reforçado artificialmente pela construção e que permite a criação de um plano mais elevado face à pendente, onde o edificado é construído de forma a realçar a *contemplatio* a partir do local (ou seja, a plataforma da encosta é reforçada criando um pequeno terraço, o que geralmente permite a identificação destes locais em prospecção). Em Alfarófia (Elvas) o sítio é construído em zona quase plana, onde hoje se encontram os arrozais do Guadiana, mas aproveitando precisamente a única *micro-elevação* ali existente, o que permite altear o sítio, sem contudo lhe conceder qualquer destaque para quem o avista a partir de longe. Em Brancas (Monforte) o edificado está em meio de uma península formada pelo curso da ribeira, no terço inferior mas aproveitando uma elevação que ali ocorre, permitindo desfrutar de uma acrescida panorâmica. Em Santa Vitória do Ameixial (Estremoz) encontra-se também em proeminência, no termo de um pequeno outeiro que quebra a longa linha de encosta trazida desde a Serra do Caixeiro<sup>930</sup>. No restante, contudo, a grande maioria dos sítios encontram-se no terço superior de uma encosta suave, beneficiando de uma ampla

<sup>928</sup> Essa grande visibilidade à distância existe apenas nos locais onde nas Guerras da Restauração se implantam a atalaia de Ouguela e a fortaleza que alberga o actual núcleo urbano.

<sup>929</sup> Naturalmente que talvez o cenário pudesse ser diferente em época romana, pois o volume do edificado poderia sinalizar o sítio desde muito longe.

<sup>930</sup> "En plateau ou en plaine, manifestant une prédilection pour les emplacements d'une certaine hauteur par rapport au sol environnant, les *domini* les implantent sur des ressauts privilégiés, qui peuvent être modestes (simples levées de terre de quelques mètres, à peine perceptibles, ou petites buttes isolées : les cerros), ou plus marqués dans le paysage (tels les lomas, collines isolées, hautes de plusieurs dizaines de mètres)." (Gorges, 1979 : 92). Sem dúvida que a vigilância dos domínios do *fundus* era também uma preocupação estratégica.

panorâmica sobre a envolvente. Quando chegamos a Monte das Escarninhas (Arronches) observamos que as duas plataformas mais elevadas foram modeladas de forma a criar uma disposição em patamares de contemplação sobre o rio. O caso de Torre de Palma (Monforte) é paradigmático. Nas *villae*, em termos gerais, uma linha de água encontra-se sempre presente na base dessa pendente.

Outro vector de análise consiste na altimetria. A região em estudo apresenta variações de cota significativas, desde os terraços fluviais do Tejo até ao pico de São Mamede. Todavia, existe uma constância nas cotas de implantação das *villae*, pois a grande maioria dos sítios encontra-se entre os 200 e os 400m absolutos. Na aproximação aos terraços fluviais do Tejo deixamos de encontrar esta classe de sítios, e o mesmo ocorre quando nos deslocamos para elevações mais significativas. Portanto, a cartografia de distribuição de *villae* no Alto Alentejo indica-nos o modo como o terreno preferencial de colonização se concentrou na área intermédia, aquela onde as altimetrias apresentam valores moderados.

### *Aptidão de solos*

Uma das condicionantes mais respeitadas de acordo com os preceitos teóricos<sup>931</sup>. Não existe nenhuma *villa* que se encontre distanciada de classes de solos de maior aptidão: predomina de forma notória a ligação a manchas de classe B ou C. Também é rara a proximidade a solos de categoria A, o que se compreende facilmente por se tratarem de terrenos pesados e difíceis de trabalhar com a tecnologia disponível, porque são muito pesados no Inverno, retendo a água e criando lameiros, e também são secos e duros durante o Verão. Portanto, as manchas de solos B e C dominam, permitindo otimizar as variáveis de facilidade de trabalho com o rendimento agrícola obtido. Este panorama prolonga-se para as *Tierras de Barros* da Extremadura espanhola<sup>932</sup>. Um caso exemplar do aproveitamento de uma mancha de solos extremamente fértil reside em Torre de Palma (Monforte), onde a elevada capacidade do solo permitiu que em circunstâncias favoráveis até três colheitas anuais diferentes fossem obtidas<sup>933</sup>.

Em geral a escolha centra-se na variedade de solos, permitindo assim obter um leque heterogéneo que permita concretizar os preceitos que sugerem a diversidade de fontes de rendimento<sup>934</sup>. A preocupação pela proximidade a zonas aptas à existência de pastos de forragem é notória em muitos sítios, cumprindo assim os preceitos varronianos<sup>935</sup>. Da mesma forma muitos dos sítios encontram-se próximo de áreas que ainda hoje são de bosque ou de cobertura arbórea, de algum modo podendo aqui ser entrevista a norma da existência de terrenos de *saltus* que serviam para as práticas de *venatio*, de recollecção de lenha ou de culturas silvícolas, contribuindo assim para diversificar o leque de actividades económicas da casa. Mas em todas as *villae* encontramos sempre a proximidade de bolsas de solos de elevada aptidão, muito propícios para uma agricultura de enxada, de cariz hortícola, que permitia obter os produtos da terra indispensáveis. Portanto, a complementaridade de registos é evidente.

Em geral, pode afirmar-se que este factor influencia de forma decisiva a cartografia de distribuição<sup>936</sup>. Quando as aptidões são menos propícias, mais o presumível *fundus* da propriedade se estende (ou os espaçamentos entre sítios), como nas paisagens de montado

<sup>931</sup> Paladio, I, 8; Varrão, R.r. I, 12.

<sup>932</sup> Ver por exemplo Gorges, 1979, p. 66 e cartas de distribuição.

<sup>933</sup> Esta situação reflecte-se no microtopónimo “Lameira” pelo qual a *villa* começou por ser conhecida, pois aí encontramos uma mancha de solos mais barrentos. Informação obtida de um rendeiro de uma das propriedades.

<sup>934</sup> E também por ser nestas zonas de contacto que geralmente afloram os recursos hídricos (Fuentes Domínguez, 1995: 233-234).

<sup>935</sup> O autor refere que as *villae* deveriam estar próximo de zonas aptas para o *pastio agrestis*, o gado que era deixado em regime de semi-liberdade pastando pelos campos (R.r. II, 6, 4; III, 2, 16.). Também Columela prescreve a diversidade de solos que assim propiciariam uma grande variedade de culturas (I, 2).

<sup>936</sup> Vejam-se os resultados apresentados por Goodchild, 2007: 140-146.

da faixa entre Arronches e Campo Maior, por exemplo. Ou em perspectiva inversa, que em algumas situações a contiguidade das explorações é derivada do alto rendimento agrícola proporcionado pela rentabilidade dos solos. Em zonas de Elvas ou de Castelo de Vide esta situação pode ser facilmente comprovada. De um modo geral também podemos ver que muitas das zonas “em branco” na cartografia são originadas por extensões de solos de pouca aptidão, pois quando temos *villae* implantadas nestas paragens a sua localização deve-se a recursos específicos ou à existência de bolsas de solos tão reduzidas que não surgem na cartografia<sup>937</sup>, mas que mesmo assim suportam a exploração e são comprovadas no terreno. De um modo geral observa-se que a exigência pela aptidão agrícola é permanente<sup>938</sup>, bem como a escolha de áreas que permitem o acesso facilitado a distintos recursos em lógicas de complementaridade.

### *Protecção dos ventos*

Mais uma vez nota-se a implantação canónica, que permite a máxima protecção dos ventos dominantes, em especial em relação aos vindos de norte. Quase todo o universo de sítios encontra-se implantado em condições de máxima estabilidade térmica, quer pelo benefício da exposição solar, quer pela protecção face aos ventos. Na maioria dos casos essa situação favorável é beneficiada ainda pela existência de barreiras naturais que quebram as correntes de ar, como as próprias encostas de implantação.

Exceptua-se sobretudo o caso dos sítios que encontramos em alinhamento sequencial junto ao rio Sever: Tapada Grande (Castelo de Vide), Garriancho, Torre do Azinhal, Pereiro e Pombais (todos em Marvão) encontram-se completamente expostos a norte, com visibilidade para a Beira Baixa e para os contrafortes da Serra da Gardunha, para onde desfrutam de uma plena visibilidade, o que constitui uma situação atípica para a região.

### *Aquíferos e recursos hídricos*

Trata-se de uma das recomendações mais sublinhadas pelas fontes clássicas<sup>939</sup>. Na realidade, a água tem em época clássica múltiplos usos, desde as práticas de higiene quotidianas até à agricultura, não esquecendo a mera ornamentação ou a criação de atmosferas propícias. Portanto, os recursos hídricos são fundamentais para os mais variados domínios da vivência rural<sup>940</sup>.

A importância do controlo da água para as explorações rurais é bem visível pelo voto de agradecimento a *Fontanus* no sítio da Ladeira (Avis)<sup>941</sup>. Embora os recursos hídricos geralmente abundem em todo o Alto Alentejo, verificamos que em alguns casos existe uma escolha deliberada pelo seu aproveitamento. Em muitos casos, essa situação reflecte-se na existência de fontes de chão, cuja construção pode possivelmente datar de época romana. Um caso exemplar é o verificado na zona de Cabeço de Vide (Fronteira) onde o sítio de São Pedro está contíguo ao local de Fonte Santa, onde se encontra a possível necrópole do local em Horta Tirana. Mais para leste temos Santo Cristo, onde existe um manancial de água, e na mesma direcção temos já em Monforte o sítio de Santo António das Paredes, cuja fonte de mergulho junto à linha de água tem *opus signinum* incorporado na alvenaria de

<sup>937</sup> Este facto deve ser sublinhado pois de algum modo mascara a análise cartográfica, favorecendo uma impressão de dispersão ou de aleatoriedade que afinal tem motivações específicas. O mesmo factor já havia sido sublinhado em Gorges, 1979: 70.

<sup>938</sup> Note-se que J.-G. Gorges concluiu que 97% das *villae* peninsulares se concentravam próximo de nove das treze categorias principais de tipos de solos e, apertando a malha de análise, 72,5% em três delas (1979: 68-69 e fig. 10).

<sup>939</sup> Columela, R. r., I, 5; Varrão, R. r., I, 11.

<sup>940</sup> “Car si l’eau dans la villa c’est d’abord l’eau domestique – l’eau potable avant tout, mais aussi l’eau utilitaire, celle qui lave et rafraîchit. il ne faut pas oublier que le double aspect de résidence et d’exploitation de ce type d’établissement peut induire une autre forme d’utilisation de l’eau, tout aussi essentielle et plus importante encore en quantité, qui est l’eau à usage agricole.” (Gorges & Rico, 1999: 158).

<sup>941</sup> IRCP n° 438.

construção. Em Monte da Quinta (Arronches) está um rico manancial, cujos sistemas de contenção de água ainda em uso parecem ser de alvenaria romana. Também no concelho de Elvas encontramos vários casos de mananciais junto a *villae* romanas, como em Quinta das Longas ou em Horta da Cortina, onde temos o topónimo de “Água de Banhos”. Em outra zona temos uma situação idêntica, pois no sítio de Mosteiros (Castelo de Vide) encontramos uma fonte, que detém pretensas propriedades salutíferas.

Em outro plano, as barragens e outras estruturas de contenção de água constituem ainda marcas significativas na paisagem. Abstenho-me de repetir a cartografia destes elementos, já realizada por alguns autores<sup>942</sup>, limitando-me a registar a sua disseminação por quase todos os concelhos, desde os limites de Gavião<sup>943</sup> até Elvas e Campo Maior, onde aliás a sua densidade marca bem a dimensão da agricultura de regadio que terá sido praticada. Note-se ainda a presença de barragens de muito pouca visibilidade, por serem de alvenaria muito pouco consolidada ou de aterro, como no caso da barragem junto a Porto de Melões, em Fronteira, e que por isso deixam pouco rastro arqueológico. Em contrapartida, para além das barragens, existem outras estruturas de enorme porte e volumetria, como os tanques de Correio-Mor (Elvas) e Tanque dos Mouros (Estremoz, este possivelmente relacionado com a laboração das pedreiras). Outros mais pequenos estão juntos ao edificado, como a *natatio* de Ovelheira (Elvas) e a de Torre do Cabedal (Vila Viçosa). Finalmente, não deve ser esquecida a presença de elementos de condução de água, como o magnífico aqueduto de Correio-Mor (Elvas) ou também o de Torre das Arcas, no mesmo concelho. Este quadro, muito denso para o Alto Alentejo, contribui para a afirmação da *Lusitania* no panorama peninsular<sup>944</sup>.

Deve contudo ser notado que a proximidade aos mananciais não tinha apenas ligação à prática agrícola, mas também se prende com os hábitos vivenciais da época, nomeadamente com a necessidade de manter em funcionamento os ambientes termais<sup>945</sup>. Para além do mais, sabemos que nos critérios da *voluptas* rural estava a *contemplatio* de superfícies de espelhos de água, com reflexos e jogos de ilusão, ou o gosto pelo som da água correndo livremente, ou ainda a amenidade térmica que os ambientes aquáticos criavam no edificado. Ou seja, existem também motivações psicológicas, próprias da sensibilidade da época, inseparáveis da criação destes ambientes. Mas temos também a necessidade da água para outras actividades que se podiam processar nestes sítios, como os trabalhos com pedra (nomeadamente os mármore) ou as *figlinae* cerâmicas, além das fiações de teares.

Quando não existem mananciais directamente relacionados com os sítios, ocorre a proximidade a linhas de água, na generalidade dos casos correndo na base das encostas de implantação das *villae*. Em quase todas as situações os padrões arquetípicos mantêm-se, com cursos de água que são geralmente de caudal permanente e relativamente estável, ou seja, não existem ribeiros correndo com estrépito na proximidade destes sítios. Este facto mostra-nos a preocupação pela domesticação da água, seja esta feita aproveitando as condicionantes naturais, seja pelo recurso a estruturas construídas, como barragens e açudes. Note-se aliás que raros são os sítios do universo em causa que se implantam junto às linhas de água principais, preferindo todos eles a proximidade a afluentes secundários, mais fáceis de controlar e de represar.

---

<sup>942</sup> Gorges & Rico, 1999; Quintela, Cardoso & Mascarenhas, 1987; 1999.

<sup>943</sup> Represa, próximo de Alvega do Tejo, Abrantes, mas já junto ao limite com o concelho gaviãoense.

<sup>944</sup> “Singulièrement, c’est précisément dans le sud-ouest péninsulaire que l’on retrouve la plus forte proportion de ces derniers ouvrages – plus de 70% des restes connus – la majorité d’entre eux se situant en Lusitanie, soit trente-cinq au moins sur la cinquantaine de barrages ruraux connus pour l’Espagne antique.” (Gorges & Rico, 1999: 160).

<sup>945</sup> Helen Goodchild (2007: 163-164 e quadros 4.17 e 4.18) informa-nos que para o vale do Tíbre apenas um sítio se encontra a uma distância superior a um quilómetro de um curso de água.



### *Relação com vias*

Na região em estudo existem três itinerários principais de circulação, pelo que um dos focos de atenção centra-se precisamente na tentativa de percepção do modo como os mesmos influenciaram a estrutura de localização de sítios. Além do mais, a influência das vias enquanto elementos estruturantes das redes de povoamento já havia sido referida por Jean-Gérard Gorges<sup>946</sup>, e confirma-se como sendo uma das condicionantes primordiais de implantação de sítios de acordo com as situações descritas nas fontes, que nos fazem perceber o modo como a facilidade e comodidade de acesso era um elemento muito considerado na escolha de sítios.

No Alto Alentejo encontramos precisamente esta situação. Parece indiscutível afirmar que a rede viária será um dos mais decisivos elementos de estruturação das redes de povoamento, até porque as características fisiográficas da área não são propícias à navegabilidade dos rios. Portanto, as vias terrestres eram centrais para o trânsito. O seu papel é evidente. Em certas áreas, os únicos sítios que encontramos estão intimamente relacionados com o percurso das vias. A cartografia do povoamento em Gavião ou Ponte de Sôr mostra-nos o modo como o roteiro viário foi determinante na colonização de territórios ultra-periféricos, que de outro modo seguramente não teriam uma presença humana permanente. Ao longo de Alter do Chão encontramos uma fortíssima atracção pela presença da rede viária. Note-se por exemplo o alinhamento sequencial de sítios ao longo do itinerário XIV: Casa de Alvalade, Quinta do Pião, São Pedro, Horta da Torre, Torre de Palma.... No caso do território fronteirense, a distorção do povoamento motivada pela passagem de um itinerário é óbvia: das sete possíveis *villae*, seis encontram-se na metade oriental do concelho, ficando apenas Herdade da Palhinha ocupando a área oposta, relacionada contudo com um pequeno itinerário de circulação<sup>947</sup>. No caso de Arronches o cordão de locais de povoamento ao longo da *Calçada do Alicerce* é também digno de registo, prolongando aliás o que se nota desde a freguesia de Assumar (Monforte). Tal não é de todo surpreendente, tendo em consideração que as *villae* poderiam em casos específicos desempenhar o papel de *mansiones*<sup>948</sup>, apesar de todas as recomendações em contrário. E é por via desta aconselhada prudência que, como aliás já havia sido detectado no concelho de Fronteira, as *villae* são, em todas as categorias de pontos de povoamento, aquelas que mantêm uma maior constância na distância aos traçados: sempre recuadas a uma distância entre quinhentos e dois mil metros. Assim se mantém a facilidade de acesso, essencial para o proprietário encarar a deslocação de uma forma cómoda, mas também o necessário distanciamento por motivos de tranquilidade e segurança. Cumpre-se assim um dos preceitos contidos nas fontes<sup>949</sup>.

Outra situação notável é o facto de a *villa* se encontrar mais distanciada, mas junto à via estar um pequeno sítio sobre o *diverticulum* de acesso. Este fenómeno é particularmente visível no caso de Cabeço de Vide, onde temos Horta da Torre à distância atrás indicada, mas no entroncamento do caminho de acesso que converge na via principal existe uma mancha de cerâmicas, Merouços 2, onde foi encontrado também um elemento de mó. Uma pequena *mutatio* ou um armazém para guardar produtos escoados ou em trânsito para o sítio principal? Como em Fonte de São Domingos e Torre de Palma?

Os *diverticuli*, aliás, são uma constante, comprovando uma relação directa entre o itinerário e a *villa*, pois em muitos casos estes caminhos de acesso são ainda bem discerníveis no terreno. Alguns jazem sobre os modernos caminhos de acesso, outros são

<sup>946</sup> "L'influence du réseau routier sur l'implantation des villas est peut-être plus évident encore." (1979 : 77). Em algumas áreas de menor presença humana a *villa* pode encostar-se mesmo ao eixo viário, podendo ter desempenhado funções de *stationes*, como aliás se depreende de uma passagem de Varrão (R. r., I, 2), embora existam advertências pelos incómodos que tal situação poderia causar.

<sup>947</sup> Carneiro, 2004: 165-166.

<sup>948</sup> Chevallier, 1997: 282.

<sup>949</sup> Columela (R. r. I, 3 e 5) adverte para o facto de o costume de hospitalidade aos viajantes poder ser verdadeiramente ruinoso para um *dominus* mais desprevenido. Também Varrão (R. r. I, 16) adverte para a insegurança e perturbações de ordem que os viajantes causam.

unicamente perceptíveis com uma análise atenta, mas a maior parte, todavia, ainda permanecem como caminhos públicos. Um dos mais notáveis encontra-se no concelho de Monforte, entre a *villa* de Aldinha (Monforte) e o itinerário da via XII próximo de Alcobaça, e está em perfeito estado de conservação por entretanto ter sido abandonado enquanto caminho público. Trata-se de uma extensa recta, ladeada por guardas de pedra com blocos informes, ainda se notando um leito de cascalho que permitia o trânsito mesmo em condições climáticas mais agrestes por permitir o alteamento da passagem face ao alagamento dos solos pesados que ali ocorrem. Também em São Pedro e Horta da Torre (Fronteira) temos ainda os caminhos de acesso praticáveis em direcção à via XIV.

Por regra geral, portanto, a proximidade da rede viária é uma constante. Note-se contudo uma situação relevante: as *villae* dependem intimamente dos circuitos viários. Praticamente não temos sítios desta classe em territórios onde as vias não estão presentes, ou pelo menos ainda não foram detectadas. Talvez os sítios de Avis e Sousel não estejam em relação directa com um itinerário principal, mas poderão estar com outros secundários ou ainda não identificados. No coração do território das *villae*, contudo, temos sempre uma relação de espacialidade próxima entre vias e as unidades de povoamento. Contudo, as *villae* estão circunscritas a territórios com outros condicionalismos para além da facilidade e rapidez de acesso, ou seja, não acompanham em absoluto todos os itinerários viários, pois estes correm muito para lá do seu território. As vias avançam para zonas onde não encontramos estruturas fundiárias, e ao longo do seu traçado os poucos sítios que nesses espaços encontramos parecem ter outra funcionalidade (*mansio* ou de *mutatio*). Portanto, agraphar as *villae* ao longo das vias é perigoso, porque redutor; para utilizar uma expressão já empregue, as *villae* procuram sobretudo as *paisagens ideais*; quando as vias aqui estão presentes, as *villae* articulam-se ao longo do seu traçado. Quando as vias avançam para outras envolventes paisagísticas, as *villae* cessam. A via é um facto de atracção, mas está longe de ser o determinante para esta classe de sítios.

## 10.2. A cartografia de sítios: estruturação das redes de povoamento

Plasmando o conjunto de sítios romanos do Alto Alentejo no mesmo suporte cartográfico, poderemos observar algumas lógicas na estruturação do povoamento:

### a) *Quanto à ocupação do território:*

Neste amplo espaço podemos encontrar três tipos principais de definição das estratégias de povoamento. As manchas de concentração de sítios permitem definir áreas de centralidade<sup>950</sup>, zonas de maior espaçamento inter-sítio, onde a ocorrência de locais se deve a factores específicos e concretos, e ainda áreas praticamente despovoadas ou marginais. Desta forma, poderemos criar uma pirâmide hierárquica na lógica de organização das redes de povoamento.

1. Territórios centrais: poderemos denominar como tal aqueles que apresentam maior densidade na distribuição de sítios. Serão estes os espaços onde se encontram mais próximos, ou onde poderemos entrever a presença de locais dotados de maior preponderância (no que ao povoamento rural diz respeito, pois aqui não estão considerados os sítios urbanos). Como tal, poderemos definir factores de atracção dos sítios: onde temos maior concentração encontramos maiores índices numéricos de presença ao longo dos itinerários das vias e dos biótopos mais favoráveis. A distribuição destes sítios é obviamente desigual, observando-se concentrações em torno de duas áreas centrais<sup>951</sup>: em torno a *Ammaia*, nos concelhos de Castelo de Vide e Marvão, por vezes ocorrendo com forte densidade, mas onde se evidencia uma cultura material um pouco menos rica e mais vinculada ao fundo indígena; e depois, em torno ao Guadiana e às principais vias de trânsito (XII, XIV, XV), nos concelhos de Elvas, Campo Maior e Estremoz, com *villae* de grande

<sup>950</sup> Adoptando terminologias consagradas na área da Geografia Humana. Ver as considerações expressas por T. C. Champion (1995: 1-20).

<sup>951</sup> De forma elucidativa, veja-se a plasmação cartográfica desta realidade na fig. 1 publicada em Gorges, 1990: 98.

monumentalidade e impacto na paisagem da época, que em vários casos prolongam a sua ocupação para períodos para além do fim do Império. Nestes dois núcleos (em especial no segundo) encontramos pontos de povoamento materializados em *villae* de grande aparato e monumentalidade, onde os indicadores de *urbana ornamenta* são mais significativos, com expressiva utilização do mármore no segundo núcleo. Algumas destas unidades são grandes espaços de economia agro-pecuária, muitas são locais de representação de *domini*, do tipo *villa urbana*. Nestas zonas, onde detemos maior número de sítios, o tecido de povoamento parece ter sido reservado quase em exclusivo para as *villae* que apresentam grande visibilidade do ponto de vista da sua expressão material. Destaca-se a concentração na área sudeste, no seguimento do corredor do Guadiana que ligava esta região à capital provincial, consubstanciando a densificação do território das *villae* que já havia sido notada por Jean-Gérard Gorges<sup>952</sup> como prolongamento natural do espaço emeritense. Nesse sentido, no arco sudeste encontramos um conjunto muito representativo de grandes estabelecimentos fundiários que aliam de modo pleno os conteúdos culturais e as estéticas de conforto urbano com a ruralidade agro-pecuária, liderada por *possessores* plenamente inseridos nas mundividades culturais e religiosas clássicas.

2. Territórios periféricos: áreas que apresentam uma concentração média de sítios e onde percebemos também que a cultura material que cada local detém é igualmente de índice médio, por não apresentar elementos de excepção nem grande exuberância material. Temos pontos de povoamento ocupando os espaços deixados livres entre as grandes *villae*, mas beneficiando da proximidade de solos de elevada capacidade agrícola e de linhas de água secundárias com caudal permanente, que sustentam pequenas unidades rurais, em geral com dimensões relevantes. Nestas áreas predominam grandes *villae* de vocação agro-pecuária e muitos casais, com alguns povoados que poderão ter desempenhado funções proto-urbanas, como *mansiones* e *vici*. É o caso de territórios como os do concelho de Crato, Alter, Fronteira, Monforte e Arronches: *villae*, por vezes de dimensão significativa, coexistem com as outras formas de habitar o mundo rural. Portanto, nestes territórios periféricos, ou mistos, de articulação entre as zonas centrais e as semi-desertas, encontramos mais variedade nas tipologias de sítios: se nas zonas centrais a paisagem encontra-se quase integralmente repartida entre *villae*, aqui encontramos maior diversidade tipológica e mais vincado o perfil rústico.

3. Territórios ultra-periféricos: em áreas quase desertas e praticamente despovoadas, longe das *paisagens ideais* e do quadro fisiográfico mais propício para as grandes estruturas fundiárias e para o modelo de agricultura agro-pecuária conforme aos cânones da latinitude. Será concretamente o caso dos espaços do arco noroeste: de Avis a Ponte de Sôr, de Gavião a Nisa: por aqui encontra-se uma arquitectura de povoamento desestruturada, sem organização coerente, meramente baseada em sítios autónomos e isolados. Por vezes estão próximo de recursos específicos: sobretudo os itinerários viários ou elementos de elevada rentabilidade económica (mineração, como em Nisa, ou pedreiras). Observa-se que nas paisagens pedologicamente menos aptas, onde hoje dominam os terraços fluviais de cascalheira e de coberto arbustivo, a rarefacção de sítios é notória, sendo que ao longo de larguíssimas extensões praticamente não existem pontos de povoamento. São claramente áreas que, por insuficiências de aproveitamento económico, não estimularam a colonização e o incremento romano, ou seja, onde a densidade de presença humana foi praticamente nula ou vestigial. Neste espaço encontramos de forma

---

<sup>952</sup> 1979 e 1990: 97. O autor quantifica a grande concentração das *villae* hispânicas no eixo Extremadura/Alto Alentejo, onde à data se situavam 190 destes estabelecimentos (quase metade do total recenseado a nível peninsular). Destes, um terço situa-se em torno ao Guadiana, mas mais do que o aspecto quantitativo, destacava o autor que aqui “on trouve les établissements mêlant le mieux les caractères urbains luxueux et les vocations agricoles” (1990: 97). Neste aspecto, o espaço entre Campo Maior, Elvas, sul de Monforte e Estremoz evidencia nexos de continuidade cultural e económica que fazem pensar na existência de um fortíssimo corredor de circulação.

mais vinculada a manutenção das identidades indígenas, mesmo que em quadro de adesão aos valores do Império.

*b) Quanto à organização do povoamento:*

Neste tecido de povoamento podemos definir alguns padrões específicos:

a) povoamento disperso – em áreas de forte investimento agro-pecuário observa-se que os locais – geralmente as grandes *villae* – se espalham pela paisagem, repartindo entre si o território de forma espaçada mas nem sempre homogênea. Os *fundi* estariam bem delimitados (ainda que para já as fronteiras nos pareçam hoje impossíveis de reconstituir), com uma elevada densidade populacional ocupando espaços repartidos de acordo com as possibilidades dos diversos *domini*. Desta forma poderíamos ter *villae* de dimensão variável, com algumas de maior dimensão alternando com outras mais restritas. Ou seja, uma rede de povoamento estruturada e definida de acordo com os interesses específicos do que poderíamos designar como uma elite urbana com posses e proveitos rurais (e de aí podermos observar a proximidade destas *villae* à *urbs* provincial ou aos circuitos viários de escoamento preferencial). Encontramos também áreas de povoamento disperso em outro tipo de paisagens. É o caso da Serra de S. Mamede, onde, quer na rede de época romana, quer em momentos posteriores ao final do Império, encontramos pontos de povoamento dispersos pela paisagem sem uma articulação específica. Desfrutando de nichos, com recurso a uma agricultura de policultivo, os sítios dispersam-se pela paisagem.

b) povoamento agrupado – Em algumas situações encontramos esta estrutura, seguramente motivada pela existência de recursos específicos de elevado valor económico que ocasionam a presença de uma rede de pontos independentes entre si, concentrada em torno desses valores: a bacia aurífera do Tejo ou o *pagus marmorarius* de Estremoz poderão ser exemplos. Por aqui encontramos elevadas densidades de sítios extensivos, atraídos por recursos económicos de rápido retorno. Seria interessante perceber que tipo de pessoas se deslocava para estes locais (mais uma vez falta-nos a dimensão epigráfica), mas será de esperar que a especialização laboral convocasse artífices exteriores, eventualmente até de pontos distantes do Império<sup>953</sup>. Arqueologicamente observamos que a especificidade dos recursos existentes motivou uma concentração de sítios em seu torno, criando um “enxameamento” de pontos de povoamento. Infelizmente, a laboração posterior ou a ausência de prospecções intensivas impede-nos de perceber devidamente esta rede de locais e a sua interação<sup>954</sup>.

c) povoamento alinhado – Um modelo de estrutura do povoamento que ocorre com grande frequência nesta região. Temos sobretudo o alinhamento ao longo de traçados viários, onde encontramos um *continuum* de lugares que seguem esses mesmos percursos, motivando um espaçamento sequencial de sítios ao longo da paisagem. Percebemos o modo como os itinerários funcionaram como um recurso apelativo para a fixação de pessoas, com sítios que se alinham ao longo do traçado, ora imediatamente junto, ou a curta distância, mas em sequência. O abastecimento de bens e produtos e a possibilidade de

<sup>953</sup> A percentagem de clunienses já notada por Vasco Mantas (2000) na cidade de *Ammaia* pode ser um sintoma desta situação, conforme já foi salientado no capítulo respectivo. Para outras situações e contingentes populacionais, a informação não é, infelizmente, muito substantiva.

<sup>954</sup> Para além das situações motivadas por recursos específicos, é de notar que o território teria uma relevante presença de povoamento agrupado, mesmo em zona de grande densidade de *villae*. Em todos os pontos do Império é muito rara a presença de sítios com vincado modelo escravagista (contradizendo a proposta columeliana), sendo por isso de assumir que o recurso a mão-de-obra livre que habitaria nas imediações seria mais frequente que o geralmente considerado. Veja-se, por exemplo, a perspectiva de Chris Wickham (2009: 401): “[...] en todas las épocas existió una materia prima de fácil disponibilidad con la que organizar unas relaciones de producción de tipo esclavista. [...] Sin embargo, los esclavos constituyen un riesgo. Cuanto más numerosos sean, más peligroso y caro resulta controlarlos. Además, es preciso mantenerlos, tanto en las temporadas de bonanza como en las de penuria, en los años buenos y en los malos, mientras que los trabajadores asalariados podían ser despedidos y los tenentes confiados al producto de sus propias parcelas. Para poder cubrir estos riesgos, la utilización de esclavos presupone la existencia de unos elevados niveles de beneficio por la venta de los productos.” Ver também Chavarría Arnau, 2007: 55.

escoamento de matérias-primas e de circulação de pessoas foram certamente factores preferenciais nesta escolha de localização. No caso das *villae* temos a facilidade de acesso proporcionada pela estrada, que muito agradava aos seus proprietários<sup>955</sup>. A situação ocorre em todos os itinerários (vias XII, XIV e XV), por vezes tão notória que a cartografia dos pontos de povoamento permite inferir o traçado da via.

Em casos pontuais, a situação também ocorre ao longo de linhas de água que apresentariam factores de atracção especial, talvez por serem mais facilmente domesticáveis ou propiciarem a presença de bolsas de solos de grande rentabilidade. Temos o caso da ribeira do Ceto (Elvas), ao longo da qual se distribuem as *villae* de Correio-Mor, Paço e Botafogo. Também ao longo do Caia, do Xévorá ou, em outras latitudes, da Ribeira Grande, de Seda ou de Figueiró, encontramos fenómenos semelhantes, motivando a presença de um “cordão” de sítios em alinhamento.

\*

Em leitura geral, podemos ainda considerar um outro parâmetro, embora em parte repetindo os considerandos já expressos:

*Factores de distorção*<sup>956</sup>

onde podemos encontrar os seguintes elementos:

a) Factores de distorção por presença de uma cidade – A situação mais surpreendente que o Alto Alentejo nos oferece reside na quase inexistência de um tecido urbano que centralize o povoamento e a rede viária, como mais a sul teríamos *Ebora* e *Pax Iulia*, que funcionam como *caput viam* e ordenador do povoamento rural. Sendo a civilização romana uma cultura de cidades, onde a interacção entre núcleos urbanos e *villae* era primordial<sup>957</sup>, resulta interessante registar este facto e as suas consequências. Dada a debilidade do tecido urbano na zona, esta situação parece não se verificar, à excepção do caso das *villae* de Castelo de Vide e Marvão que formam um arco a norte de *Ammaia*. Todavia há a considerar que o arco sudeste, de Elvas e Campo Maior até ao sul de Monforte e a zona de Estremoz, configura um sistema de povoamento que talvez sugira um núcleo urbano algures nesta área e constitui o prolongamento para ocidente do que se verifica em torno da capital provincial. Relembre-se o que a propósito foi escrito para o espaço actualmente extremenho<sup>958</sup>: grande densidade de estabelecimentos de carácter sumptuário; predilecção pela instalação em torno ao rio e às vias de comunicação, desenvolvendo um esquema de povoamento alinhado, próximo dos melhores solos; e acentuada distinção entre a área a sul do rio, mais densa, e a norte, com maior espaçamento entre sítios. Olhando para a região em estudo, vemos que a situação se mantém na área referida, porque também temos as duas constantes fundamentais que a actual fronteira não separou: os troços viários, com a convergência dos três itinerários, e o curso do Guadiana e

---

<sup>955</sup> Alguns destes *diverticuli* privados de acesso às propriedades ainda hoje se encontram preservados ou servindo como caminhos vicinais. Sobre o facto de as propriedades próximas de traçados viários serem as mais pretendidas por compradores, ver o exemplo fornecido por Plínio o Jovem (*Ep.* I, 24) quando o seu amigo *Tranquillus* pretende adquirir uma casa de campo com fáceis acessos.

<sup>956</sup> Seguindo a terminologia de Fernández Corrales, 1988: 177.

<sup>957</sup> Por exemplo, Gorges, 1990: 107 salienta o facto de “Près de 80% des villas recensées sont situées dans un rayon allant de 5 à 30 kilomètres autour des villes [...]”. Sobre o tema das cidades e das centralidades criadas na organização do povoamento remeto para a obra de Penelope Goodman (2007).

<sup>958</sup> Fuentes Dominguez, 1995: 232: “Los entornos de la propia Mérida, con un número importantísimo de establecimientos que ostentan la particularidad de contar entre los más lujosos y grandes de todo el Occidente hispano (de los 70 establecimientos encontrados, más de 50 son de carácter suntuario). El poblamiento se hace particularmente denso al sur del Guadiana, la zona de mayor aptitud desde el punto de vista agrícola y los establecimientos se disponen de manera regular a lo largo del propio río y de las vias de comunicaciones, en tanto que al norte y este del territorio las villas se reparten de manera orgánica a una distancia que oscila entre 1 y 1,5km lo que daría una extensión aproximada de entre 100 y 225has. Por cada una, una cantidad muy parecida a las 200 yugadas que las fuentes atribuyen a la centuriación de Mérida.” Ver também Aguilar Saenz & Guichard (1993) para uma cartografia dos sítios rurais na região, além dos trabalhos de Gorges & Rodríguez Martín (1999a; 2000; 2005).

dos seus afluentes Caia e Xévor, que funcionam como o prolongamento natural da bacia do primeiro.

b) Factores de distorção pela localização de um recurso zonal – Situação que na área em estudo ocorre em casos específicos: as pedreiras de mármore serão o caso mais evidente, mas temos também as bacias de aluvião de alguns cursos de água mais relevantes (em especial o Caia e Xévor) ou as zonas da Serra de S. Mamede, de mineração na bacia do Tejo e das pedreiras de mármore. Nestes sítios as manchas de dispersão de evidências concentram-se, assim como também se tornam mais homogéneas as classes de sítios que no terreno terão existido ou, dito de outra forma, os sítios apresentam perfis funcionais próximos, com vocações direccionadas para o aproveitamento de recursos produtivos.

c) Factores de dispersão pela presença de um recurso linear – Tanto as linhas de água como os itinerários de vias apresentam a capacidade de distorcer os padrões de povoamento transformando-os em alinhamentos e hierarquizando-os por proximidade, como já foi comentado. A cartografia dos sítios da área em estudo mostra a atracção que estes recursos lineares representaram, com um “cordão de tégulas” (para usar a expressão de Mário Saa) correndo ao longo de alguns itinerários.

### 10.3. O povoamento rural no Alto Alentejo: definindo leituras

A observação da cartografia dos sítios rurais e tardo-antigos no Alto Alentejo permite definir de forma clara alguns fios de raciocínio.

Em primeiro lugar, observa-se de modo inequívoco o modo como o território não foi encarado como um todo. Repegando na observação de Apiano, observamos que mesmo no interior do Império, cada área regional concreta beneficiou de distintos níveis de investimento. A opção pela criação de distintas linguagens de caracterização reflecte esta realidade: temos efectivamente *territórios centrais*, aos quais se seguem *territórios periféricos* e, nas franjas da área em estudo, temos *territórios ultra-periféricos* onde a rede de povoamento não tem estrutura discernível.

Esta estruturação do espaço termina com as leituras complacentes das posturas processualistas que viam a paisagem como um todo standardizado, repetido até ao infinito, e com uma perspectiva historiográfica que encarava Roma como uma entidade civilizadora que de modo absoluto padronizou e estruturou a paisagem como um todo repleto de *villae*. Efectivamente tal não ocorre. Em certos espaços, em largas extensões, a mão de Roma não se faz sentir, ou manifesta-se unicamente de acordo com os interesses da metrópole: construindo uma via de ligação, indispensável para unir territórios, mesmo que tenha de atravessar espaços desertos de gentes, ou então porque um recurso económico de primeira grandeza leva à criação de, por exemplo, um couto mineiro, ou de núcleos em torno de uma pedreira.

Portanto, a paisagem não foi um todo idêntico, nem os sítios se encontram regularmente espaçados pelo território. A multivariação de cada unidades de povoamento - ou seja, o polimorfismo arquitectónico que cada *villa* apresenta, e que lhe confere uma individualidade - encontra um paralelo nas diversas classes de sítios, na enorme variedade de formas de distribuição de sítios pela paisagem, e nas diferenciadas fórmulas de ocupação do território que criaram um estrutura de povoamento diferenciada, especializada e hierarquizada.

Roma teve, portanto, a capacidade de criar e modelar uma arquitectura de povoamento rural muito variada, fluida e heterogénea. Mas outro dado que ressalta da análise é a dimensão da presença humana. Porque é por demais evidente que o momento romano foi, efectivamente, o de uma intensa densidade de sítios e gentes neste território. Olhando para as pautas de distribuição de pontos de povoamento para momentos anteriores e posteriores, verificamos como durante o Império existe um assinalável pico de um valor de representação numérico que não teve, nem volta, a ter paralelo. Houve portanto um inigualável conjunto de sítios ao longo da paisagem e, mesmo tendo em conta o perfil funcional não unívoco de alguns desses pontos de povoamento (ou seja, sítios que

não correspondem necessariamente a um local de habitação ou a uma residência permanente unifamiliar, dada a ocorrência do fenómeno de “multi-proprietários”), será legítimo supor que foi também um momento de grande volume demográfico, se comparado com outros períodos históricos.

A cartografia dos distintos territórios, conforme definidos anteriormente em *centrais*, *periféricos* e *ultra-periféricos*, permite-nos também perceber que esta nova geografia foi criada *ex novo*, embora de algum modo definindo realidades substantivas indígenas, ou, se preferirmos, uma pré-existência que, não sendo decisiva no modelamento destes territórios, foi-o na dinâmica e nos conteúdos que foram adicionados posteriormente. Quero com isto dizer que os *territórios centrais* são de algum modo os grandes espaços da romanidade, da adesão a uma mundividência clássica extremamente sólida e coerente. Quer na cartografia de sítios, seu volume e monumentalidade, quer nos indicadores de actividades económicas ou nas expressões de religiosidade, observamos que no arco sudeste de Elvas, Campo Maior, ou de Estremoz e Borba temos perfis de gentes que respiram os ambientes culturais clássicos: uns por instalação, sendo colonos itálicos, outros por adesão, porque pretendem fazer parte da nova ordem. Temos sítios onde chegam materiais e ideias que de forma decisiva moldam as expressões e espaços arquitectónicos onde agora habitam estas populações. Embora seja difícil perceber qual o verdadeiro tecido de povoamento indígena, por falta de uma consistente investigação arqueológica na área, raras vezes vemos nestas regiões uma expressão cultural autóctone, quase parecendo que toda a população imediatamente esqueceu o seu substrato identitário original<sup>959</sup>, embora alguns nexos de continuidade não devam ser menosprezados<sup>960</sup>: nos locais de povoamento, como demonstrado na proximidade de implantação entre a Cabeça de Vaiamonte e Torre de Palma, em Monforte (embora com estratégias de implantação radicalmente distintas), no mundo funerário, como as necrópoles de Elvas (em especial Chaminé) parecem demonstrar, ou ainda nas expressões votivas, o universo onde parece existir maior *permeabilidade*, indicando que estes processos poderão ter corrido em distintas direcções. Mas são também estes os espaços onde vemos a pervivência para a Antiguidade Tardia, as longas durações, embora reformuladas pela adesão ao cristianismo, a manutenção de modelos vivenciais que se procuram prolongar à passagem dos tempos e dos costumes. Em resumo, a região mais estável.

Nos *territórios periféricos* observamos situações mistas. Na área de charneira de Fronteira, Monforte, Arronches ou Crato, o perfil de exploração agro-pecuária domina a paisagem, e a *villa* de *otium* de elevada sumptuosidade já não é detectável da mesma forma. Se por um lado a extensão e volume das arquitecturas parece ser ainda maior - certos sítios arqueológicos destes concelhos apresentam uma massa de construções mais impressionante, bem como elevadas áreas de dispersão de vestígios - a variedade de materiais visíveis à superfície parece indicar uma vocação mais voltada para os circuitos regionais e para vinculações mais estritas em relação aos territórios envolventes. Ou seja, talvez tenhamos aqui um tipo de *villa* mais *rustica*, em lugar das *villae urbanae* que parecem predominar nos territórios centrais - embora, note-se, estas sejam meras impressões resultantes da análise cartográfica e das visitas aos sítios. Em alguns casos mantêm-se formas ancestrais de auto-identificação ou reportórios iconográficos mais arcaicos ou, também programas decorativos mais conservadores e menos arrojados. Nestas áreas, verdadeiramente de transição, temos unidades de povoamento mais extensivas, denunciando *fundi* de maior dimensão, que em largas zonas deixam os biótopos menos favoráveis para unidades mais pequenas, como casais agrícolas ou sítios de mineração. O povoamento ocorre a escalas ainda mais diversas, observando-se aqui, verdadeiramente, uma estrutura de povoamento piramidal hierarquizada. Grandes *villae* remetem casais e pequenos sítios para espaços mais marginais, embora não muito distantes dos anteriores. Temos, verdadeiramente, a maior diversidade de formas e unidades de povoamento. Com

<sup>959</sup> Que, em rigor, apenas se mantém durante algumas gerações no plano onomástico.

<sup>960</sup> Fábão, 1998.

o final do Império, se alguns destes sítios parecem ser abandonados, aumentando previsivelmente ainda mais os seus domínios sob exploração directa, temos mesmo assim uma grande capacidade de resistência de muitos outros sítios, que prolongam os sinais de ocupação durante algum tempo. São todavia as *villae* que resistem, pois os casais e pequenos sítios certamente não terão aguentado o colapso de um Império que permitia uma almofada económica de base para a sobrevivência de pequenos nichos de exploração.

Quanto aos *territórios ultra-periféricos*, podemos observar duas situações. O vazio quase absoluto, em zonas onde a *paisagem romana* não se encontra presente no quadro ambiental e fisiográfico. No arco de Avis, Ponte de Sôr ou Gavião, a escassez e rarefacção de povoamento é notória, observando-se que os traçados viários que demandam o Tejo são praticamente os únicos factores de atracção para as poucas gentes que por aí se fixam. Na zona de Nisa, o couto mineiro em torno do grande rio peninsular esbate este quadro, observando-se contudo que esta área mantém um acentuado perfil indigenizante, que durante algum tempo está fortemente presente e que conviria muito perceber como se desenvolve em época imperial.

Este perfil mantém-se para o espaço actualmente ocupado por Castelo de Vide e Marvão, mas aí a fundação da *urbs* de *Ammaia* (e, diga-se, também os abundantes aquíferos e as bolsas de solos muito férteis) concedem a esta zona uma outra centralidade, resgatando-a de uma condição periférica a que poderia ter sido votada. Consegue inseri-la na lógica de um *território central*, embora situado perifericamente em relação à rede viária ou aos grandes domínios fundiários de expressão clássica, mas confere-lhe uma estabilidade no ordenamento da paisagem rural que é muito forte. Em torno de *Ammaia* temos algumas grandes *villae*, e um conjunto de santuários que se estendem para a área de Nisa, conferindo a esta zona um conjunto de conteúdos sagrados e simbólicos que o poder de Roma assimila, mas não transforma de modo notório. Trata-se portanto uma zona que se quer integrar no ambiente clássico, essencialmente por motivações económicas, mas onde as expressões da mundividência mediterrânica não se fazem sentir com tanta intensidade como nos territórios centrais. Mas mostra como o *poder civilizador* de Roma agiu de forma decisiva em alguns casos concretos, pois *Ammaia* é claramente um exemplo de um território que emergiu para um outro patamar por via do investimento romano, que contudo preservou (e premiou) as elites locais. Este espaço resiste muito bem ao final do Império, embora assistindo à desestruturação das redes de povoamento imperial, e reconvertendo o modelo fundiário em povoados de tipo aldeia, comunitários, agora ocultos na paisagem e aproveitando os nichos de exploração favorável propiciados pela Serra de S. Mamede. Se Nisa parece deter uma relevante presença forânea de origem visigoda, eventualmente atraída pelos despojos da exploração mineira, Ponte de Sôr, Gavião ou Avis despovoam-se quase por completo, mostrando a fragilidade destas redes ultra-periféricas e a sua dissolução no momento em que o Império que as sustentava deixou de funcionar.

Diversas escalas, portanto, distintos modelos de implementação e de vivificação deste espaço. Que, talvez de forma surpreendente, apresenta - pelo menos para já - uma quase ausência de centros urbanos, e seguramente de um que servisse polarizador do espaço em estudo. Na rarefacção de um tecido urbano, ou pelo menos tendo em conta a sua *não-deteção* no actual momento da investigação, vemos o modo como certos sítios formam um *núcleo duro* que organizam o território. Serão estes sítios rurais, mas com uma elite que certamente terá sido fortemente dinâmica e promotora, que acaba por assumir a *conectividade* empreendedora que caracteriza, no geral, as comunidades do Mediterrâneo<sup>961</sup>, aproveitando aqui a tessitura de uma rede viária que pôs em contacto o Atlântico e a capital de província. Todavia, o fenómeno relevante parece ser o modo como esses sítios são domínios privados, constituídos por grandes *villae* autárquicas, relevantes unidades de povoamento que polarizam as sub-áreas regionais, repartindo entre si o acesso aos melhores recursos. São focos de cultura, bastiões de desenvolvimento económico que terão

---

<sup>961</sup> Horden & Purcell, 2000.



desempenhado um papel mais relevante do que para já, com tão escassas intervenções arqueológicas, conseguimos entrever. A partir destes, os sítios secundários organizam-se e ocupam as áreas marginais. Para lá deste nível, assiste-se à desestruturação da rede de povoamento, que em largas faixas da região apenas apresenta esparsos indicadores, frequentemente em torno de factores de atracção de primeira grandeza, como recursos locais ou, sobretudo, a rede viária.

Regressando à aparente rarefacção de um tecido urbano, teremos então de considerar de quem partiu a iniciativa empreendedora e actuante que em época imperial ocorreu na região. É complexa, a resposta a esta questão. Teremos de considerar a existência de recursos económicos de primeira grandeza, como a existência de uma relevante área de exploração do *aurifer Tagus*, onde um *procurator* imperial poderá ter supervisionado os trabalhos, ou do *pagus marmorarius* do anticlinal marmóreo, onde os perfis de povoamento se alteram (de *villae* passamos a ter povoados, que possivelmente estariam dedicados à extracção e talhe do mármore) e talvez houvesse uma supervisão directa da capital provincial.

Em segundo lugar, se os núcleos urbanos parecem ter sido escassos, a rede viária beneficiou de um considerável investimento, embora desigual. A cartografia dos marcos miliários indica uma grande concentração entre *Abelterium* e a actual Ponte de Sôr, curiosamente no troço que conduz à ponte de Vila Formosa, outro relevante indicador. Os troços viários melhor conservados, contudo (embora sem miliários durante larga extensão, gerando um desequilíbrio relevante<sup>962</sup>), estão para oriente de *Abelterium*, em direcção a Barbacena (local onde temos mais marcos miliários, e na proximidade da qual se encontra um outro sinal, o templo aos *Lares Viales* de Esquilas, em Monforte), e também entre Crato e Degolados, mas só em Campo Maior (São Pedro dos Pastores) voltamos a ter mais marcos e outro elemento monumental, a ponte de N. Sr.<sup>a</sup> da Enxara. Cartografar e realizar no terreno, de forma exaustiva, um levantamento das condições infra-estruturais das vias, talvez nos ajude a perceber efectivamente qual o papel munificiário das elites e magistraturas locais, ajudando assim a perceber, efectivamente, qual a dimensão desta realidade que por agora nos escapa.

A unidade de povoamento que parece centralizar, e dinamizar, o território, é sem dúvida a *villa*, sede de uma estrutura socioeconómica que representa o paradigma da romanidade - mas que, nas suas cambiantes planimétricas e de implantação no espaço, demonstra o modo como as elites souberam, ao nível regional, carregar de conteúdos próprios o paradigma da *villa* ideal ou *perfecta*. Sejam de perfil mais urbano ou mais vinculadas à exploração agro-pecuária, são os seus *possessores* que dão vitalidade a este território. Nas *villae* de *otium*, com maior arrojo arquitectónico e decorativo: Quinta das Longas (Elvas), Santa Vitória do Ameixial (Estremoz) ou São Salvador (Campo Maior) parecem ser bons exemplos. Nas unidades mais extensivas, o panorama parece ser mais conservador: Torre de Palma (Monforte), Granja (Crato) ou Carrão (Elvas) parecem deter quadros mais vinculados ao classicismo pagão, embora em momentos tardios (também aqui, como em outros sítios) a evolução destes locais pareça ser distintiva - curiosamente, parecem ser os primeiros os sítios a serem abandonados mais cedo, no século V, enquanto os segundos apresentam sinais de conversão ao cristianismo e perdurações na presença humana... Mas seja como for, e apesar das cambiantes, torna-se claro que, também no Alto Alentejo, a *villa* constitui uma expressão monumentalizante dos gostos e investimentos de uma elite, que nos seus peristilos, salas de tripla ábside ou pavimentos de mosaico, exprimem de forma plena os conceitos e as vivências que encontram os melhores ambientes nos espaços áulicos rurais, situação que atinge o seu expoente máximo no decurso do século IV e, talvez, também durante o V.

Para o conhecimentos destas gentes, a mais relevante hipótese de leitura parece ser, para já, a epigrafia. Nos territórios centrais, dominam as expressões latinas, por vezes e

---

<sup>962</sup> Alarcão, 2006: 226.

aliança com indígenas. Nos espaços ultra-periféricos, temos maioritariamente indígenas, cultuando os seus antigos deuses. Quando olhamos para a área de Portalegre ou do Crato vemos como toda a estética iconográfica é de raiz indígena. O mesmo se passa na onomástica. No Crato, a necrópole da Lage do Ouro apresenta um conjunto artefactual próprio de uma comunidade que não beneficia dos plenos circuitos de abastecimento, ou não tem condições económicas para adquirir peças mais relevantes. Em Outeiro do Mouro (Fronteira), onde os trabalhos de escavação prosseguem, o mesmo quadro parece repetir-se: um conjunto artefactual onde as cerâmicas de importação são a excepção, e não a regra. Se a norte ainda temos as epígrafes em suporte de granito, a situação muda na chegada a Monforte e Fronteira, onde surgem já as placas em mármore, também com onomásticas mais diversas. Portanto, também nos territórios periféricos parecemos ter duas sub-áreas, situação que seguramente será calibrada com o decorrer da investigação.

Se a ocupação da paisagem foi dinâmica no espaço, tê-lo-á sido também ao longo do tempo. E mais uma vez, observamos *diferentes tempos* – embora, diga-se, esta seja uma dimensão de análise muito dificultada pela ausência de estratigrafias que permitam, na realidade, *ler os tempos*.

Para a *implementação da paisagem* romana existem sinais contraditórios. De uma grande adesão e rápida integração, no arco sudeste, até fenómenos de perduração na área noroeste, que não deve ser vista como uma resistência ou uma intransigência ao poder civilizador, mas antes, deverá ser lida no quadro da passagem de Apiano já por diversas vezes relembrada. Porque é nesta área que menos vemos o investimento civilizador do poder romano, o que certamente conduziu a que as estruturas e vivências indígenas se tivessem por mais tempo mantido no quotidiano dos tempos imperiais. Na bacia do Guadiana, novas pessoas instalam-se e iniciam a dinamização do território, apoiados pelas vias que se constroem e permitem o abastecimento de cargas e mercadorias tendo, no sentido inverso, o escoamento de produtos. Os fenómenos são rápidos e atingem também as áreas periféricas, pois em Monforte e Fronteira vemos o modo como pessoas e bens chegam a esta área, talvez adoptando um perfil de exploração mais vocacionado, em concreto, para o aproveitamento dos recursos do meio envolvente. Nas áreas de Nisa, Castelo de Vide e Marvão, temos *outras velocidades temporais*, patentes na configuração de um poder romano que investe na criação de infra-estruturas (em momento temporal precoce, como se depreende pela fundação de *Ammaia*), na *resposta conciliadora* das elites locais (na *urbs* e nos santuários) e no reconhecimento dessa adesão por parte dos poderes romanos, com a ascensão da cidade a outros níveis de representatividade administrativa. Se o século II é, ainda, um momento obscuro, a partir do século III temos a *aceleração das dinâmicas*, com a implementação, em grande escala, de uma estrutura articulada em torno de grandes propriedades que procedem (sobretudo nos *territórios periféricos*) à exploração dos diversos recursos que este território tinha para oferecer: das pedreiras à agricultura, passando pelas minas ou pela pecuária. A remodelação da estrutura viária, no século IV, decerto documenta esta dinâmica, uma vitalidade económica que em larga medida depende dos circuitos terrestres<sup>963</sup> para o abastecimento, e escoamento, dos produtos. É neste momento que as grandes estruturas fundiárias, com os seus morfotipos arquitectónicos inovadores e os seus programas decorativos muito estruturados, parece invadir o território. Porém, não por todo o território: se nos *territórios centrais*, e também nos *periféricos*, a diacronia parece repleta de inovações e mudanças, os espaços *ultra-periféricos* parecem imunes à mudança (ou, pelo menos, os níveis de leitura não estão suficientemente aperfeiçoados de modo a possibilitar-nos um vislumbre do que terá sucedido).

O século IV, contudo, parece ser o grande momento de *ramificação das evoluções*: a Antiguidade Tardia marca a explosão de novos momentos criativos que configuram a passagem para padrões evolutivos neste território. As marcas conservadoras reforçam-se, como nos quadros dos pavimentos de mosaico, mas combinam-se durante o século V com

---

<sup>963</sup> Visíveis na preponderância dos fabricos de *terra sigillata* hispânica tardia sobre os pacotes artefactuais norte-africanos, que apenas surgem com mais força a partir do século IV: Carneiro & Sepúlveda, 2005.

as novas influências vindas do oriente (na arquitectura, por exemplo) ou com a chegada de uma nova religião. O cristianismo modela de forma decisiva a paisagem, com a construção dos edifícios de culto e a instalação de necrópoles em espaços que eram até então os locais de vida e circulação do mundo antigo. A concentração fundiária leva ao reforço de alguns núcleos produtivos e ao abandono de *villae* e de vários pontos de povoamento. A desestruturação da economia imperial, por fim, leva ao refluxo da ocupação de espaços e áreas menos aptas. No entanto, só pontualmente se verifica o fenómeno que ocorre em outras regiões - especialmente na bacia oriental do Mediterrâneo<sup>964</sup> - de, em época tardo-antiga, se proceder à colonização de novas áreas. No nosso território esta situação só sucede em nichos específicos: junto a cursos de água de grande dimensão, com os povoados de Póvoa e Meadas e do Caia, e nos ambientes específicos da Serra de S. Mamede, talvez ligados à *pulverização* da cidade da *Ammaia*, como já foi proposto<sup>965</sup>, ou à dissolução dos domínios fundiários que se articulavam em torno da *urbs*. Mas parecem ser casos muito pontuais, derivados talvez de novas estratégias económicas, que procuram e alcançam biótopos que permitem uma economia de largo espectro. Na restante região, a marca dominante parece ser o contrário: uma retracção das pautas de povoamento, permanecendo alguns *sítios-âncora* que congregam populações, eventualmente graças a um acréscimo de funções e/ou de territórios sob sua exploração directa, mas assistindo-se à dissolução das antigas redes de povoamento.

Nestes tempos finais da Antiguidade, um outro elemento permanece em aberto na análise desta equação que é, afinal, já o surgir de uma nova realidade civilizacional. Refiro-me em concreto à chegada de novas gentes. Se os “bárbaros” se instalam agora, parecem fazê-lo em edifícios que, afinal, estão ainda de pé, embora em seu redor existam já as ruínas de um Império. E o dado mais surpreendente na sua presença, ou nos indicadores de uma suposta presença, reside no modo como, quer em *territórios centrais*, quer em *territórios periféricos*, os encontramos. Se na zona de Elvas temos os seus artefactos, e possivelmente também necrópoles, também em Castelo de Vide ou em Nisa, nas áreas onde o *fácies indigenizante* se havia mantido durante o Império, rastreamos os seus conjuntos e materiais. Em que contextos, infelizmente não sabemos, mas, na sua essência material e concreta os artefactos testemunham novas realidades – se também novas comunidades ou circuitos de abastecimentos, para já ainda não é possível discernir.

O grande domínio de transformação e mudança, contudo, parece ser aquele trazido por uma nova religião. Será o cristianismo a modificar decisivamente a topografia dos campos. Com a construção de espaços dedicados ao culto triunfante opera-se uma decisiva alteração nos antigos locais de vida, naqueles que eram até então os grandes focos difusores de cultura e empreendimento económico. A chegada do cristianismo transforma de modo radical as *villae*, conduzindo ao fim de um universo pagão de forte pendor literário e erudito, e condenando os espaços que consubstanciavam uma vivência sumptuosa, que permitia a plena fruição da paisagem campestre. Mas, de forma algo paradoxal, será o cristianismo que prolonga a presença humana nestes, e em outros locais, embora transformando-os radicalmente: de espaços de habitação transformam-se agora em estruturas produtivas, locais de culto ou em áreas funerárias. Ao longo de *diferentes tempos* - mais uma vez -, com dinâmicas que, no estado actual das crono-estratigrafias disponíveis, ainda parecem demasiado difusas e difíceis de entender, mas que seguramente, com a progressão da pesquisa, estarão melhor calibradas, permitindo uma leitura mais sólida que nos permita então perceber como foi, de facto, o fim das *villae* e a transformação da paisagem que Roma deixou nesta região.

---

<sup>964</sup> Ver Lewit, 2009: 86, com referências bibliográficas, e em geral, a obra de Wickham, 2009.

<sup>965</sup> Oliveira & Pereira, 2010.

### Um olhar final

Um velho provérbio shingouz<sup>966</sup> lembrava que “é preciso de tudo para fazer um universo”. Uma observação que deve ser tomada no seu sentido literal, seja qual for a perspectiva habitualmente utilizada na investigação arqueológica: se olhamos para o espaço, temos um universo alto-alentejano repleto de evidências, tantas delas ainda aguardando um olhar. Se privilegiamos o tempo, então vemos o modo como ao longo de oito séculos as estratégias se alteraram, os protagonistas se foram sucedendo ou as vontades foram mudando, criando novas realidades de acordo com novas ideias, sentimentos ou conceitos.

É preciso de tudo para fazer um universo, e como tal a percepção da paisagem rural é hoje muito mais complexa do que o era há alguns (não muitos) anos atrás. Sabemos hoje que o território foi ocupado de muitas e variadas formas, com unidades de povoamento bem distintas entre si. Uma realidade que, aliás, só ainda conseguimos entrever, e portanto não apreendemos totalmente, uma vez que a investigação só agora se preocupa em diagnosticar esta diversidade, em *recensear a diferença*. Durante o Império romano, esta é a marca distintiva da paisagem: múltiplas formas de ocupar o território, com distintas preocupações (exploração agro-pecuária, mineira, de pedreiras, apoio viário, locais de culto ou simples lugares de *otium*, entre outras); várias unidades de povoamento distintas entre si, criando a possibilidade de as categorizar, mas também obrigando a perceber a existência de espaços hierarquicamente organizados; e finalmente, uma variedade tão grande que levou à existência de espaços tão diversificados, aplicando arquitectonicamente as concepções e gostos de cada promotor que, no limite, podemos afirmar que não existiram dois idênticos. Também aqui, desde os espaços de recreio e lazer aos de laboração, foi preciso de tudo para fazer um universo. Daí a sua riqueza.

E nos tempos seguintes, apesar de numericamente diminuírem os lugares, a variedade mantém-se, criando-se ainda novos perfis: espaços de habitação continuam a sê-lo, contudo, outros há que se alteram, pois onde viveram gentes, agora as comunidades tumulam os seus mortos, ou temos agora áreas de trabalho. E, finalmente, novos locais de culto a uma nova religião pontuam agora a paisagem, e em seu torno, muitas vezes rompendo velhos muros e paredes, as pessoas tumulam os seus defuntos.

É preciso de tudo para fazer um universo. Foi necessário percorrer caminhos antigos, itinerários velhos porque há muito tempo foram criados. Rastreando os passos dos antecessores, foi necessário regressar a velhos lugares, procurando que o olhar identificasse o que outros aqui viram. Em outros casos foi necessário caminhar por trilhos novos esperando, como diria o Gato de Alice, chegar a algum lugar, não necessariamente aquele que era o esperado aquando da partida. Se no final deste(s) caminho(s) sabemos mais qualquer coisa do que no momento do seu início, não sabemos, afinal, tudo o que compunha este universo. Por isso há que continuar o caminho.

---

<sup>966</sup> Da série *Valérian & Laureline*, argumento de Pierre Christin e desenhos de Jean-Claude Mézières.

## Fontes

### Apiano

*Roman History*. Trad. Horace White, 4 volumes, Cambridge Massachusetts, Harvard University Press (Loeb Classical Library), 1972.

### Ausonio

*Ausonius*. Trad. H. G. Evelyn-White, 2 vols., Cambridge Massachusetts, Harvard University Press (Loeb Classical Library), 1919-1921.

### Catão

*De Re Rustica*. Trad. Andrew Dalby, Prospect Books.

### Cícero

*Letters to Atticus*. Trad. D. R. Shackleton Bailey), London/ Cambridge Massachusetts, Harvard University Press (Loeb Classical Library), 1999.

### Columela

*Libro de los Árboles. La labranza [de re rustica] libros I-V*. Introd., trad. Y notas de José Ignacio Garcia Armendariz, Madrid, Editorial Gredos, 2004.

*Res Rustica*, Trad. Harrison Boyd Ash, 3 volumes, Cambridge Massachusetts, Harvard University Press (Loeb Classical Library), 1960.

### Frontino

*The stratagems and the aqueducts of Rome*. Trad Charles E. Bennett, London/New York, William Heinemann/Putnam's Sons (Loeb Classical Library), 1925.

### Fronto

*The correspondence*. Trad. C. R. Haines, 2 vols, London/New York, William Heinemann/Putnam's Sons (Loeb Classical Library), 1919.

### Higino

*Hyginus. Corpus Agrimensorum Romanorum V*, Trad. O. Behrends *et alli*, COST Action G, 2000.

### Marcial

*Epigrams*. Trad. D. R. Shackleton Bailey, Harvard University Press (Loeb Classical Library), 1993.

### Marco Aurelio Antonino

*The communings with himself of Marcus Aurelius Antoninus Emperor of Rome together with his speeches and sayings*. Trad. C. R. Haines, London/New York, William Heinemann/Putnam's Sons (Loeb Classical Library), 1916.

### Orósio, Paulo

*História Apologética* 7. 41. 7 (trad. Paulo Farmhouse Alberto e Rodrigo Furtado), Lisboa, Colibri, 2000.

### Palladio

*Traité d'Agriculture*. Trad. R. Martin, CUF, Paris, 1976.

### Plínio-o-Velho

*Natural History*. Trad. H. Rackham, 10 vols, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press (Loeb Classical Library), 1917

### Plínio-o-Jovem

*Letters*. Trad. William Melmoth, London/New York, William Heinemann/ Putnam's Sons (Loeb Classical Library), 1931.

### Rutilio Naumantiano

*Sur son retour* [De redito suo], trad. e notas Étienne Wolff, Paris, Les Belles Lettres, 2007.

### Sidonio Apolinário

*Lettres*. Trad. A. Loyen, Paris, Les Belles Lettres, 1970.

*Poèmes*. Trad. A. Loyen, Paris, Les Belles Lettres, 1970.

Varrão

*De Agricultura*. Trad. Rev. T. Owen, Oxford, Oxford University Press, 1800.

Vitas Sanctorvm Patrvm Emeretensivm

*Vidas de los Santos Padres de Mérida*. Trad. Isabel Velázquez, Madrid, Editorial Trotta, 2008.

Vitruvio

*Tratado de Arquitectura*. Trad. M. Justino Maciel, Lisboa, Instituto Superior Técnico Press.

## Bibliografia

### Abreviaturas utilizadas:

Atlas = *Atlas antroponímico de la Lusitania romana*. Grupo Mérida, Mérida-Bordéus, Fundación de Estudios Romanos/Ausonius Éditions.

IRCP = Encarnação, 1984

RP = Alarcão, 1988a

TIR = AAVV, 1995

[s.a.], 1978

Alfarófia, povoado romano condenado a desaparecer. *Cadernos do Centro Elvense de Arqueologia*, Elvas, nº 3, p. 11-15.

AAVV, 1995

Alarcão, Jorge de et alii (eds.) = *Tabula Imperii Romani: Hoja J-29 Lisboa (Emerita-Scallabis- Pax Iulia-Gades)*. [Madrid], Consejo Superior de Investigaciones Científicas/ Instituto Geográfico Nacional/Ministerio de Cultura.

ABAD CASAL, 2003

Abad Casal, Lorenzo (ed) = De Iberia in Hispaniam. *La adaptación de las sociedades ibéricas a los modelos romanos*. Actas del Seminario de Arqueología organizado por la Fundación Duques de Soria. Soria, Convento de la Merced, 23-27 Julio 2001, Alicante, Universidad de Alicante.

ABASCAL & CEBRIÁN, 2009

Abascal, Juan Manuel & Cebrián, Rosario = *Los viajes de José Cornide por España y Portugal de 1754 a 1801*. Madrid, Real Academia de la Historia.

ABASCAL & ESPINOSA, 1989

Abascal, Juan Manuel & Espinosa, Urbano = *La ciudad hispano-romana: privilegio y poder*. Logroño, Colegio Oficial de Aparejadores y Arquitectos Técnicos de La Rioja.

ABASOLO, 1990

Abasolo, José António = El conocimiento de las vías romanas. Un problema arqueológico. In: *Simposio sobre la red viaria en la Hispania romana*, Tarragona (Zaragoza), 24 al 26 Septiembre de 1987, Zaragoza, Institución Fernando el Católico, p. 7-20.

ABREU & CORTE REAL, 1994

Abreu, Alexandre & Corte Real, Luís = *Plano Director Municipal de Estremoz*. Estremoz, Câmara Municipal de Estremoz, 2 vols. [policopiado].

ABREU & JAFFE, 1993

Abreu, Mila Simões de, & Jaffe, Ludwig = *Gravado no Tempo. Projecto de Inventário total da arte rupestre portuguesa. Primeira fase de pesquisas – concelho de Estremoz*. Oeiras, [policopiado, 6 págs. agrafadas].

ACCARDO 2000

Accardo, Simona = Villae Romanae nell'aggr Bruttius. *Il paesaggio rurale calabrese durante il dominio romano*. (Studia Archaeologica 107) Roma, "L'Erma" di Bretschneider.

ADAM, 1996

Adam, Jean-Pierre = *La construcción romana, materiales y técnicas*. León, Editorial de los Oficios.

ADAMS, 2008

Adams, Geoff W. = *Rome and the social role of Elite Villas in its suburbs*. (BAR International Series 1760) Oxford, Archaeopress.

ADROHER AUROUX & LOPEZ MARCOS, 2002

Andrés Maria Adroher Auroux, António Lopez Marcos = El Impacto romano sobre los asentamientos ibéricos en la alta Andalucía: las intrabéticas septentrionales. In Gonzalez Roman & Padilla Arroba (ed.), *Estudios sobre las ciudades romanas de la Bética*, Granada, Universidad de Granada,

- p. 9-48.
- AGUILAR SAENZ, 1991a  
Aguilar Saenz, A. = Excavaciones arqueológicas en la villa romana de “La Sevillana” (Esparragosa de Lares, Badajoz). Campaña de 1987, 1988 y 1989. *Extremadura Arqueológica* II.
- 1991b  
Dependencias con funcionalidad agrícola en las villas romanas de la Península Ibérica. *Alimenta. Estudios en homenaje al Dr. Michel Ponsich, Gerion* (Anejos III), p. 261-279.
- AGUILAR SAENZ & GUICHARD, 1993  
Aguilar Saenz, António & Guichard, Pierre = *Villes romaines d'Estremadure: Doña Maria, La Sevillana et leur environnement*. (Collections de la Casa de Velazquez 43) Madrid, Casa de Velazquez.
- 1995  
*La ciudad antigua de Lacimurga y su entorno rural*. (Colección Arte y Arqueología nº 14) Badajoz, Diputación de Badajoz.
- AILLAGON, 2008  
Aillagon, Jean-Jacques (dir.) = *Rome et les Barbares*. Rome, École française de Rome [catálogo exposição no Palazzo Grassi, Venezia].
- ALARCÃO, 1997  
Alarcão, Adília Moutinho (coord.) = *Portugal romano. A exploração dos recursos naturais*. Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia.
- ALARCÃO & ALARCÃO, 1964  
Alarcão, Adília, & Alarcão, Jorge de = *Vidros romanos do Museu Municipal da Figueira da Foz*.
- 1970  
*Dez anos de actividades arqueológica em Portugal. 1960-1969*. Separata de II Congresso Nacional de Arqueologia [dactilografado].
- ALARCÃO, 1960-1961  
Alarcão, Jorge de = Algumas peças de terra sigillata na secção arqueológica do Paço Ducal de Vila Viçosa, *Conímbriga* II-III, p. 181-201.
- 1968  
Vidros romanos de Museus do Alentejo e Algarve. *Conímbriga* VII, Coimbra, p.7-39.
- 1974  
*A vida rural no Alentejo na época romana*. Projecto de investigação apresentado como prova complementar de Doutoramento em Pré-História e Arqueologia, Coimbra, FLUC, [dactilografado].
- 1976a  
Sobre a economia rural do Alentejo em época romana. *Conímbriga* XV, p. 5-43.
- 1976b  
Torre de Palma. In: *The Princeton Encyclopedia of classical sites*. New Jersey, Princeton University Press.
- 1978  
Vidros romanos do Alentejo no Museu Nacional de Arqueologia (Lisboa). *Conímbriga* XVII, p. 101-112.
- 1983  
*Portugal Romano*. Lisboa, Editorial Verbo.
- 1984  
Sete jarros de vidro romanos. *Lycerna*, nº de homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão, p. 173-178.
- 1985a  
*Introdução ao estudo da casa romana*. Coimbra, IAFLUC.
- 1985b  
Sobre a romanização do Alentejo e do Algarve. A propósito de uma obra de José d'Encarnação. *Arqueologia* 11, p. 99-111.
- 1988a  
*Roman Portugal*. Londres, Warminster, & Phillips.
- 1988b  
*O Domínio Romano em Portugal*. Mem Martins, Publicações Europa-América.
- 1990a  
A produção e circulação dos produtos. In J. de Alarcão (ed.) – *Portugal das Origens à Romanização*. (Nova História de Portugal, vol.1., dir. Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques) Lisboa, Editorial Presença, p. 409-441.
- 1990b  
Identificação das cidades da Lusitânia portuguesa e dos seus territórios. In : AAVV *Les villes de Lusitanie Romaine*. Paris, CNRS, p. 21-33.
- 1998a  
A paisagem rural romana e alto-medieval em Portugal. *Conímbriga*, XXXVII, p 89-119.
- 1998b  
Três níveis de aglomerados populacionais romanos. *O Arqueólogo Português*, Série IV, nº 16, p. 175-

- 186.
- 1999a  
Três notas sobre o Alentejo Romano. *Al-madan*, IIª série, nº8, p.72-74.
- 1999b  
Os arredores das cidades romanas em Portugal. *Archivo Español de Arqueología*, nº 72, p. 31-37.
- 2004  
*Introdução ao estudo da tecnologia romana*. Coimbra, IAFLUC
- 2006  
As vias romanas de *Olisipo* a *Augusta Emerita*. *Conímbriga* XVI, p. 211-251.
- ALARCÃO, ÉTIENNE & MAYET, 1990  
Alarcão, Jorge de; Étienne, Robert & Mayet, Françoise (dir) = *Les villas romaines de São Cucufate (Portugal)*. Paris, E. de Boccard.
- ALARCÃO & PONTE, 1976  
Alarcão, Jorge de & Ponte, Salette da = As lucernas romanas do Paço Ducal de Vila Viçosa. *Conímbriga* XV, p. 73-90.
- ALLEN, GREEN & ZUBROW, 1990  
Allen, K.; Green, & Zubrow, E. (eds.) *Interpreting Space: GIS and Archaeology*. Londres, Taylor and Francis.
- ALFAGEME VILLALAIN & GONZALO GONZÁLEZ, 2005-2006  
Alfageme Villalain, Elena e Gonzalo González, José Maria = Programas ornamentales en las villas de Extremadura (I). Villas extremeñas y programas musivarios. *Boletín de la Asociación Española de Amigos de la Arqueología: Homenaje a D. Vicente Viñas y Dª Rosario Lucas Pellicer* nº 44, p. 339-367.
- ALFARO AREGUI & MARTÍN BAÑON, 2000  
Alfaro Aregui, M. & Martín Bañon, A. = La Veja, asentamiento visigodo en Bobadilla del Monte (Madrid). *Boletín de la Asociación Española de Amigos de la Arqueología* 39-40, p. 225-237.
- ALFENIM & ENCARNACÃO, 1997  
Alfenim, Rafael, & Encarnação, José d' = Placa funerária de Masónia Venéria. *Ficheiro Epigráfico* 56, nº 260.
- ALFENIM & LOPES, 1995  
Alfenim, Rafael & Lopes, Maria da Conceição = A basílica paleocristã/visigótica do Monte da Cegonha (Vidigueira). *IV reunião d' Arqueologia Cristiana Hispánica (Lisboa, 1992)*, Barcelona, p. 389-399.
- ALMAGRO BASCH & MARCOS POUS, 1958  
Almagro Basch, Martín & Marcos Pous, Alejandro = Excavaciones de las ruinas romanas de época visigoda en la aldea de San Pedro de Mérida. *Revista de Estudios Extremeños* Tomo XIV nº I, p. 75-93.
- ALMAGRO GORBEA & MARTIN, 1994  
Almagro Gorbea, Martin & Martin, Ana Maria (eds) = *Castros y Oppida en Extremadura, (Coplutum Extra 4)*. Madrid, Ed. Complutense
- ALMAGRO GORBEA & RUIZ ZAPATERO, 1992  
Almagro Gorbea, Martin & Ruiz Zapatero, G. (eds) = *PaleoEtnología de la Península Ibérica. Complutum* 2-3, Madrid.
- ALMAGRO GORBEA & ALVAREZ MARTINEZ, 1999  
Almagro-Gorbea, Martin & Alvarez Martinez, José Maria (ed.) (1999) *Hispania. El legado de Roma*, Mérida, Museu Nacional de Arte Romano.
- ALMEIDA, 1958  
Almeida, Fernando de = Inscrições paleocristãs do Museu Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal* 39, p. 11-25.
- 1958  
Pedras visigodas de Lisboa. *Revista de Guimarães*, 68 (1-2), Jan-Jun 1958, p. 117-137.
- 1962  
Arte visigótica em Portugal. *O Arqueólogo Português*, Série II, Vol. 4, p. 5-278.
- 1964  
Uma inscrição inédita, dedicada à deusa Salus. *O Arqueólogo Português*, Série IV, vol. 5, p. 454-459.
- 1970  
O mosaico dos cavalos (Torre de Palma). *O Arqueólogo Português*, Série III, nº 4, p. 263-276.
- 1971  
Notas sobre moedas visigóticas. *O Arqueólogo Português*, Série III, nº 5, p. 215-226.
- 1972-1974  
Torre de Palma (Portugal). A basílica paleocristã e visigótica. *Archivo Español de Arqueología*, vol. 45-47, nº 125-130, p. 103-112.
- ALMEIDA & FERREIRA, 1967  
Almeida, Fernando de & Ferreira, Octávio da Veiga = Varia Epigráfica. *Revista de Guimarães*, 77 (1-2), p. 47 e 68-69.
- ALMEIDA & MATOS, 1969



- Almeida, D. Fernando de & Matos, José Luís de = Notícias arqueológicas. *Actas das Primeiras Jornadas Arqueológicas*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, vol. 2, p. 413-424.
- ALMEIDA & PAÇO, 1962  
Almeida, Fernando de & Paço, Afonso do = Duas inscrições inéditas do Museu de Marvão. *Revista de Guimarães*, 72 (1-2), Jan.-Jun-, p. 142-151.
- ALMEIDA, 1952  
Almeida, J. A. Ferreira de = *Introdução ao estudo das lucernas romanas em Portugal*. Tese de Doutoramento em Ciências Sociais apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa [dactilografado].
- ALMEIDA, 1987  
Almeida, Maria Amélia Fresco de = *Escultura arquitectónica e funerária dos séculos IV ao VIII, a Sul do Tejo*. Dissertação final de Mestrado, em História da Arte, apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2 vols [dactilografado].
- ALMEIDA, 1999-2000  
Almeida, Maria José de = Testemunhos da ocupação romana no concelho de Elvas: elementos para a história da arqueologia regional. *a cidade* n° 13-14, p. 53-76.
- 2000  
*Ocupação rural romana no actual concelho de Elvas*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2 volumes [policopiado].
- ALMEIDA, CARNEIRO, RODRÍGUEZ MARTÍN & MORGADO, 2011  
Almeida, Maria José de; Carneiro, André; Rodríguez Martín, F. Germán & Morgado, Paula = De *Augusta Emerita* a *Olisipo*: proposta para o traçado do primeiro troço da via XII do Itinerário de Antonino. In : Carneiro, Rocha, Morgado & Oliveira (ed.), p. 193-202.
- ALMEIDA & CARVALHO, 1998  
Almeida, Maria José de & Carvalho, António = Ânforas da *villa* romana da Quinta das Longas (S.Vicente e Ventosa, Elvas): resultados de 1990-1998. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol. 1(2), p. 137-163.
- 2004  
Vias e circulação de produtos na SW do *conuentus emeritensis*: o exemplo da Quinta das Longas (Elvas, Portugal). In: Gorges, Cerrillo & Nogales Basarrate (eds.), *V mesa redonda internacional sobre Lusitania romana: las comunicaciones*. Madrid, Ministério de Cultura, p. 369-389.
- 2005  
*Villa* romana da Quinta das Longas (Elvas, Portugal): a lixeira baixo-imperial. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol. 8(1), p. 299-368.
- ALMEIDA FERNANDES, 2009  
Esplendor ou declínio? A arquitectura do século VII no território “português”. In: Caballero Zoreda, Mateos Cruz & Utrero Agudo (coord.), p. 241-274.
- ALONSO ÁVILA, SAGREDO SAN EUSTAQUIO & CRESPO ORTIZ DE ZÁRATE, 1985  
Alonso Ávila, A.; Sagredo San Eustaquio, L. & Crespo Ortiz de Zárate, S. = *Hispania Visigoda: bibliografía sistemática y síntese histórica*. Valladolid, Universidad de Valladolid.
- ALVAREZ MARTÍNEZ, 1988  
Alvarez Martinez, José María = Algunas observaciones sobre el *territorium emeritense*. *Homenaje a Samuel de los Santos*. Albacete, Instituto de Estudios Albacetenses Don Juan Manuel, p. 185-192.
- ALVAREZ MARTINEZ & NOGALES BASARRATE, 1994  
Alvarez Martinez, J. M. & Nogales Basarrate, T. = Algunas consideraciones sobre la decoración de las *villae* del *territorium* emeritense: musivaria y escultura. In: Gorges & Salinas de Fria (eds), p. 273-296.
- 2004  
Calzadas de Lusitânia: programación e ideologia imperial. In: Gorges, Cerrillo & Nogales Basarrate (eds.), *V mesa redonda internacional sobre Lusitania romana: las comunicaciones*. Madrid, Ministério de Cultura, p. 255-276.
- ALVES & CARNEIRO, 2011  
Alves, Vera & Carneiro, André = Ânforas romanas no concelho de Fronteira. Exemplares recolhidos entre 1999 e 2002. In : Carneiro, Rocha, Morgado & Oliveira (ed.), p. 163-192.
- ALVES DIAS, 1983  
Alves Dias, Maria Manuela = A propósito da inscrição funerária de *L. Marius Caprarius* encontrada em Veiros, Estremoz. *O Arqueólogo Português* Série IV, n° 1, p. 301-313.
- 1986  
Inscrição funerária de São Bento do Cortiço (Estremoz). *Ficheiro Epigráfico* 16, n° 73.
- ALVES DIAS & GASPAR, 2006  
Alves Dias, Maria Manuela & Gaspar, Catarina = *Catálogo das inscrições paleocristãs do território português*. Lisboa, Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras de Lisboa.
- AMARAL, 1987  
Amaral, A. E. Maia do = O epitáfio de Tongeta Tvlori F. (Nisa). *Ficheiro Epigráfico* 23, n° 107.

- AMARAL, 1993  
Amaral, Paulo = *O povoamento romano no vale superior do Tâmega*. Porto, Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto [policopiada].
- AMO Y DE LA HERA, 1973  
Amo y de la Hera, Mariano del = Estudio preliminar sobre la romanización en el término de Medellín (Badajoz). La necrópolis del Pradillo y otras villas romanas. *Noticiario Arqueológico Hispánico*, nº 2, p. 51-130.
- ANDRADE, 1986  
Andrade, Primo Pedro da Conceição = *Cinzas do passado*. Ponte de Sôr, Edição da Câmara Municipal da Ponte de Sôr, [imp.] 1986.
- s.d.  
Concelho da Ponte de Sôr. Sua história, seus valores. Separata de *Álbum alentejano*, Lisboa.
- ANDREOU & KOTSAKIS, 1999  
Andreou, Stelios, & Kotsakis, Kostas = 3. Counting people in an artefact-poor landscape: The Langadas case, Macedonia, Greece. In: Barker, G. & Mattingly, D. (eds), *The Archaeology of Mediterranean Landscapes*. Vol. I Reconstructing past population trends in Mediterranean Europe (3000BC – AD1800), London, Oxbow Books, p. 36-43.
- ANTÓNIO & ENCARNACÃO, 2009a  
António, Jorge & Encarnação, José d' = Grafito identifica Alter do Chão como *Abelterium*. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 12 (1), p. 197-200.
- 2009b  
Árula votiva de Alter do Chão. *Ficheiro Epigráfico* 88, nº 401.
- ARCE, 1978  
Arce, Javier = La crisis del siglo III d.C. en Hispania y las invasiones bárbaras. *Hispania Antiqua* VIII, Valladolid, p. 257-269.
- 1982  
*El último siglo de la España romana (284-409)*. Madrid, Alianza Editorial.
- 1992  
Las villae romanas no son monasterios. *Archivo Español de Arqueología*, nº 65, p. 323-330.
- 1993  
Los mosaicos como documentos para la historia de la Hispania tardía (siglos IV-V). *Archivo Español de Arqueología*, 66, p. 265-274.
- 1997  
*Otium et negotium*: the great estates, 4th-7th century. In: L. Webster & M. Brown (eds), *The transformation of the Roman world AD400-900*. London, British Museum Press, p. 19-32.
- 1999  
El siglo III d. C.: los preludios de la transformación de Hispania. In: Almagro-Gorbea & Alvarez Martínez (ed.), p. 397-405.
- 2002  
Mérida tardorromana (300-580 d.C.). *Cuadernos Emeritenses* 22, Mérida, Museo Nacional de Arte Romano.
- 2005  
Antigüedad tardía hispánica. Avances recientes. *Pyrenae* vol. 1, núm. 36, p. 7-32.
- 2006  
Villae en el paisaje rural de Hispania romana durante la Antigüedad tardía. Chavarría, Arce & Brogiolo (eds), p. 9-15.
- ARCHEOESTUDOS, 2009  
Archeoestudos = *Carta Arqueológica de Nisa – 2ª fase. Relatório final*. Alter do Chão, 2 volumes [relatório policopiado].
- ARIÑO & GURT, 1994  
Ariño, Enrique & Gurt, Josep = Catastros romanos en el entorno de *Argvsta Emerita*. Fuentes literarias y documentación arqueológica. In: Gorges & Salinas de Frías (eds), p. 45-66.
- ARIÑO GIL, GURT ESPARRAGUERA & PALET MARTÍN, 2004  
Ariño Gil, Enrique, Gurt Esparraguera, Josep & Palet Martín, Josep = *El pasado presente. Arqueología de los paisajes en la Hispânia Romana*. Salamanca/Barcelona, Universidad de Salamanca/Universidad de Barcelona.
- ARIÑO GIL, RIERA & RODRÍGUEZ, 2002  
Ariño Gil, E., Riera, S. & Rodríguez, J. = De Roma al medioevo. Estructuras de habitat y evolución del paisaje vegetal en el territorio de Salamanca. *Zephyrus* 55, p. 283-309.
- ARIÑO GIL & RODRÍGUEZ HERNÁNDEZ, 1997  
Ariño Gil, E. & Rodríguez Hernández, J. = El poblamiento romano y visigodo en el territorio de Salamanca. Datos de una prospección intensiva. *Zephyrus* 50, p. 225-245.
- ARRAIS, 1974  
Arrais, D. Frei Amador = *Diálogos*. Porto, Lello & Irmão [1ª ed. 1589].

- ARRIBAS DOMÍNGUEZ, R. 2000  
Los modelos arquitectónicos de culto cristiano en el ámbito rural lusitano: el ejemplo de la villa de El Saucedo (Talavera la Nueva, Toledo). In: *V Reunión de Arqueología Cristiana Hispánica. Cartagena (Abril 1998)*. Barcelona: Monografies de la Secció Històrico-Arqueològica, VII: p. 103-111.
- ARTHUR, 2004  
Arthur, Paul = From *Vicus* to village: Italian landscapes, AD400-1000. In: Christie (ed.), p. 103-133.
- ASTON, 1985  
Aston, Michael = *Interpreting the landscape. Landscape archaeology and local history*. London & New York Routledge.
- AUBERT, 1994  
Aubert, Jean - Jacques = *Business managers in Ancient Rome. A social and economic study of institores, 200 B.C. – A.D. 250*. Leiden-New York-Köln.
- AUDIN 1984  
Audin, Pierre = La réutilisation de sites antiques par les églises. *Caesarodunum XIX* (Actes du Colloque «Ethnohistoire et Archéologie», Paris, 1983), p. 63-107.
- AZEVEDO, 1983  
Azevedo, Estevão da Gama de Moura e = *Notícias da Antiguidade, aumento e estado presente da vila de Campo Maior (...)*. Campo Maior, CMCP. [edição original de 1734?]
- AZEVEDO, 1900  
Azevedo, Pedro A. de = Extractos archeologicos das "Memorias Parochiaes" de 1758. *O Archeologo Português* Vol. V, nº 11 e 12, p. 343-344.
- AZKARATE & QUIRÓS, 2001  
Azkarate, A. & Quirós, J. A. = Arquitectura doméstica altomedieval en la Península Ibérica. Reflexiones a partir de las excavaciones arqueológicas de la catedral de Santa Maria de Vitoria – Gasteiz (País Vasco). *Archeologia Medievale* XXVIII, p. 25-60.
- B. L. A., 1934  
Duas lápides com inscrições latinas. *Arquivo Transtagano*, 2(6), 30.Mar.1934, p. 81-83.
- BACHAREL, 1992  
Bacharel, Pedro = Clima e vegetação na Serra de S. Mamede nos séculos XVI e XVII. *Ibn Maruán* nº 2, p. 198-207.
- Baixo relevo, 1882  
Baixo relevo encontrado em Elvas. *O Occidente*, Lisboa, 5/118, 1.Abr.1882, p. 78, 80.
- BALMELLE, 2001  
Balmelle, Catherine = *Les demeures aristocratiques d'Aquitaine. Société et culture de l'Antiquité Tardive dans le Sud-Ouest de la Gaule* (Aquitania, suppl. 10), Bordeaux, Ed. Ausonius.
- BANAJI, 2001  
Banaji, Jairus = *Agrarian change in late Antiquity: gold, labour and aristocratic dominance*. Oxford, Oxford University Press.
- BARKER & LLOYD, 1991  
Barker, Graeme & Lloyd, John (eds) = *Roman landscapes: archaeological survey in the mediterranean region*. (Archaeological Monographs of the British School at Rome 2) London, British School at Rome.
- BARRIENTOS ALFAGEME, 1998  
Barrientos Alfageme, Gonzalo = Introducción geográfica: Extremadura, una realidad diversa. In: Rodríguez Díaz (coord.), *Extremadura Protobistorica: paleoambiente, economia y poblamiento*, Cáceres, Universidad de Extremadura, p. 15-28.
- BARTON, (1995)  
Barton, J. M. (ed.) *Roman public buildings*. Exeter, University of Exeter Press.
- (1996)  
Barton, J. M. (ed.) *Roman domestic buildings*. Exeter, University of Exeter Press.
- BASSO, 1988  
Basso, José Fraústo = O concelho de Nisa na doação de Açáfa. *a cidade (Revista cultural de Portalegre)* nº 1, Janeiro-Junho.
- BATATA & BOAVENTURA, 1999  
Batata, Carlos & Boaventura, Rui = Fragmento de placa funerária das Brancas (*Conventus Pacensis*). *Ficheiro Epigráfico* 61 nº 278.
- BATATA, BOAVENTURA & CARNEIRO 2000  
Batata, Carlos; Boaventura, Rui & Carneiro, André = A inscrição paleocristã de Palhinha 1 e o seu enquadramento. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 3 (2), p. 237- 246.
- BELTRÁN FORTES, 1989  
Beltrán Fortes, José = El mármol en la Antigüedad clásica. Una aproximación a su estudio. *Gallaecia* 11, p. 165-207.
- BENDALA GALÁN & ABAD CASAL, 2008  
Bendala Galán, Manuel & Abad Casal, Lorenzo = La villa en el marco conceptual e ideológico de la ciudad tardorromana. In: Fernández Ochoa, García-Entero, & Gil Sendino (eds), p. 17-25.

- BERNARDES, 2005  
Bernardes, João Pedro = Entre romanos e medievos. O problema do povoamento da região de Leiria durante a Alta Idade Média. *Arquipélago-História*, 2ª série, IX, p. 563-576.
- 2007  
*A ocupação romana na região de Leiria*. (Promontoria Monográfica 6) Faro, Universidade do Algarve.
- BERNARDO, 2003  
Bernardo, Bonifácio = *Aldeia dos Fortios. Memória histórica*. Lisboa, Edições Colibri.
- BERTONCELLO, 2002  
Bertoncello, Frédérique = *Villa/Vicus: de la forme de l'habitat aux réseaux de peuplement. Révue Archéologique de la Narbonnaise* 35, p. 39-58.
- BESSAC, 1996  
Bessac, Jean-Claude (ed.) = *La pierre en Gaule Narbonnaise et les carrières du bois de Lens (Nîmes): histoire, archéologie, ethnographie et techniques*. (Journal of Roman Archaeology Supplementary series number 16) Michigan, Ann Arbor.
- BINTLIFF & HAMEROW, 1995  
Bintliff, John, & Hamerow, Helen (eds) = *Europe between Late Antiquity and the Middle Ages. Recent archaeological and historical research in Western and Southern Europe*. (BAR International Series 617), Oxford, Tempus Reparatum.
- BLACK, 1987  
Black, E. W. = *The roman villas of south-east England*. (British Archaeological Reports British Series 171), Oxford.
- BLAGG & MILLETT, 1990  
Blagg, Thomas & Millett, Martin (ed.) = *The early roman empire in the West*. Oxford, Oxbow books.
- BLANCO BOSQUED & LUCAS PELLICIER, 2000  
Blanco Bosqued, M. C. & Lucas Pellicier, M. L. (ed.) = *El yacimiento romano de La Torrecilla: de uilla a tugurium*. Madrid (Patrimonio Arqueológico del Bajo Manzanares 4).
- BLAZQUEZ, 1980  
Blazquez, José Maria = Los mosaicos romanos de Torre de Palma (Monforte, Portugal). *Archivo Español de Arqueología* nº 53, Madrid, p. 125-161.
- 1986  
Mosaicos hispanos de la época de las invasiones barbaras. Problemas estéticos. *Los visigodos. Historia y civilización*. (Antigüedad y cristianismo III), Murcia, p. 463-490.
- 1991  
*Urbanismo y sociedad en Hispania*, (Col. Fundamentos nº 114) Madrid, Ed. Istmo.
- BOAVENTURA, 2001  
Boaventura, Rui = *O sítio calcolítico do Pombal (Monforte): uma recuperação possível de velhos e novos dados*. Lisboa, Instituto Português de Arqueologia.
- BOAVENTURA & BANHA, 2006  
Boaventura, Rui & Banha, Carlos = Ânforas da região de Monforte: contributo para o conhecimento do comércio rural romano. *O Arqueólogo Português*, Série IV, nº 24, p. 369-399.
- BODEL, 1997  
Bodel, John = Monumental villas and villa monuments. *Journal of Roman Archaeology*, volume 10, p. 5-35.
- BOISSELIER, 1999  
Boisselier, Stéphane = *Naissance d'une identité portugaise. La vie rurale entre Tage et Guadiana de l'Islam à la Reconquête (Xe-XIVe siècles)*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- BORGES COELHO, 1972  
Borges Coelho, António = *Portugal na Espanha Árabe*. Lisboa, Seara Nova.
- BORRALHO & MENDES, 1987  
Borrallho, Maria Leonor & Mendes, António José Caria = Vestígios romanos ou proto-cristãos na Serra de S. Mamede (Portalegre) (Nota prévia). *Actas das 1as Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano*, p. 163-165.
- BOUCHARD-HUZARD, 1870  
Bouchard-Huzard, Louis = *Traité des constructions rurales et de leur disposition*. 2ª ed., Paris, [ed. autor].
- BOWDEN, GUTTERIDGE & MACHADO, 2005  
Bowden, William, Gutteridge, Adam & Machado, Carlos (eds) = *Social and political life in late Antiquity*. (Late Antique Archaeology vol. 3.1.) Leiden-Boston, Brill.
- BOWDEN, LAVAN & MACHADO, 2004  
Bowden, William Lavan, Luke & Machado, Carlos (eds) = *Recent research on the Late Antique countryside*. (Late Antique Archaeology vol. 2) Leiden- Boston, Brill.
- BOWERSOCK, BROWN & GRABAR, 1999  
Bowersock, G. W., Brown, Peter & Grabar, Oleg (eds) = *Late Antiquity. A guide to the Postclassical world*. Cambridge and London, Harvard University Press.
- 2001

- Interpreting Late Antiquity. Essays on the Postclassical world.* Cambridge and London, Harvard University Press.
- BOWES, 2001  
Bowes, Kim = "...*Nec sedere in villam.*" Villa-churches, rural piety, and the priscillianist controversy. In Burns & Eadie (ed.), p. 323-348.
- 2002  
*Possessing the holy: private churches and private piety in Late Antiquity.* Dissertation presented to the Faculty of Princeton University in candidacy for the degree of Doctor in Philosophy, Princeton [policopiado].
- 2005  
Une coterie espagnole pieuse: christian archaeology and christian communities in fourth- and fifth-century Hispania. In: Bowes & Kulikowski (2005): 190-258.
- 2006  
Building sacred landscapes: villas and cult. In: Chavarria, Arce & Brogiolo, p. 73-95.
- 2007  
"Christianization" and the rural home. *Journal of Early Christian Studies*, 15: 2, p. 143-170.
- BOWES & KULIKOWSKI, 2005  
Bowes, Kim, Kulikowski, Michael (Ed.) = *Hispania in Late Antiquity. Current perspectives.* (The Medieval and Early Modern Iberian world 24) Leiden – Boston, Brill.
- BRANDÃO, 1971  
Brandão, Domingos de Pinho = Estela funerária com inscrição latina do Crato (Alto Alentejo). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, XXII (1), p. 57-62.
- BRAZUNA, 2003  
Brazuna, Sandra = Villa da Herdade das Argamassas. Relatório dos Trabalhos Arqueológicos 2002/2003. Lisboa, Era-Arqueologia, S.A., relatório apresentado ao Instituto Português de Arqueologia [policopiado].
- 2004  
Intervenção arqueológica do lote 3A do gasoduto nacional. Escavação de emergência na villa da Herdade das Pereiras (Elvas). In: Bugalhão (ed.), *Arqueologia na rede de transporte de gás: 10 anos de investigação.* (Trabalhos de Arqueologia 39), Lisboa, IPA, p. 85-95.
- 2011  
A Villa da Herdade das Argamassas - 1.ºs resultados de um projecto em curso. In: Carneiro, Rocha, Morgado & Oliveira (ed.), p. 227-240.
- BRAZUNA, JORGE & SARRAZOLA, 2002  
Brazuna, Sandra; Jorge, Ana & Sarrazola, Alexandre = Villa da Herdade das Argamassas (Campo Maior). Relatório dos trabalhos arqueológicos de 2002. Lisboa, Era-Arqueologia, S.A., relatório apresentado ao Instituto Português de Arqueologia [policopiado].
- BRITO, 1597  
Brito, Frei Bernardo de = *Geografia antiga de Lusitânia.* Alcobaca, António Alvarez.
- BROGIOLO, 1988  
Brogiolo, Gian Pietro = *Archeologia dell'edilizia storica.* Como.
- 1994  
*Edilizia residenziale tra V e VII secolo. 4º Seminario sul tardoantico e l'alto Medioevo in Italia centrosettentrionale,* Monte Barro – Galbiate (Lecco), 2-4 Setembro 1993. *Documenti Archeologia* 4, Mantua.
- 1996  
*La fine delle ville romane: trasformazioni nelle campagne tra tarda Antichità e alto Medioevo. Iº Convegno archeologico del Garda,* Gardone Riviera (Brescia) 14 Ottobre 1995, *Documenti Archeologia* 11, Mantua.
- BROGIOLO & CHAVARRIA ARNAU, 2003  
Brogiolo, Gian Pietro & Chavarria Arnau, Alexandra = Chiese e insediamenti tra V e VI Secolo: Itália Setentrionale, Gallia Meridionale e Hispânia. G. P. Brogiolo (ed.), *Chiese e insediamenti nelle campagne tra V e VI Secolo*, 9º Seminario sul Tardo Antico e l'Alto Medioevo, Garlate, 26-28 Setembro 2002, Padova, *Documenti di Archeologia* 30, Mantua, p. 9-37.
- 2008  
El final de las villae y las transformaciones del territorio rural en Occidente (siglos V-VIII). In: Fernández Ochoa, García-Entero e Gil Sendino (eds), p. 193-213.
- BROGIOLO, GAUTHIER & CHRISTIE 2000  
Brogiolo, Gian Pietro, Gauthier, Nancy & Christie, Neil (ed.) = *Towns and their territories between late Antiquity and the early Middle Ages.* Leiden-Boston, Brill.
- BROGIOLO & WARD-PERKINS, 1998  
Brogiolo, Gian Pietro, & Ward-Perkins, Bryan = *The idea and ideal of the town between Late Antiquity and the Early Middle Ages.* (ESEF Transformation of the Roman World) Leiden and New York, Brill.
- BRONSEVAL, 1970  
Bronseval, Fr. Claude de = *Peregrinatio Hispanica*, (Int., trad. e notas de D. Maur Cocheril), Paris,

- Presses Universitaires de France.
- BROWN, 1978  
Brown, Peter = *The making of Late Antiquity*. Cambridge Mass, Harvard University Press.
- 1981  
*The cult of the Saints: its rise and function in latin Christianity*. Chicago, University of Chicago Press.
- 1988  
*Power and persuasion in late Antiquity. Towards a Christian Empire*. Madison, University of Wisconsin Press.
- 1995  
*La Toge et la Mitre. Le monde de l'antiquité tardive*. Paris, Thames & Hudson.
- 1996  
*The rise of western christendom: triumph and diversity AD 200-1000*. Oxford, Blackwell Publishers.
- BRUN, 1997a  
Brun, Jean-Pierre = Production de l'huile et du vin en Lusitanie romaine. *Conímbriga* XXXVI, p. 45-72.
- 1997b  
"Uma adega e um lagar na villa de Torre de Palma". *Portugal romano. A exploração dos recursos naturais*. Lisboa, p. 149-151.
- 2000  
"Les installations agricoles". In: Lancha & André (eds), p. 115-122.
- 2004  
*Archéologie du vin et de l'huile dans l'Empire romain*. Paris, Éditions Errance.
- BUENACASA PEREZ, 1997  
Buenacasa Perez, Carles = La decadencia y cristianización de los templos paganos a lo largo de la Antigüedad Tardía (313-423). [www.ub.es/grat/grat/32.htm](http://www.ub.es/grat/grat/32.htm). [publicado em *Polis* 9, p. 25-50].
- BUGALHÃO, 1998  
Bugalhão, Jacinta = O povoamento rural romano no Alentejo: contribuição da arqueologia preventiva. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 1 (2) Lisboa, p. 123-136.
- 2004a  
O abrigo tardo-romano da Vinagreira, Elvas. In: Bugalhão (ed.), *Arqueologia na rede de transporte de gás: 10 anos de investigação*. (Trabalhos de Arqueologia 39) Lisboa, IPA, p. 97-108.
- 2004b  
O núcleo de povoamento rural dos Sardos, Monforte. In: Bugalhão (ed.), *Arqueologia na rede de transporte de gás: 10 anos de investigação*. (Trabalhos de Arqueologia 39), Lisboa, IPA, p. 109-150.
- BURNS & EADIE, 2001  
Burns, Thomas S. & Eadie, John W. (ed.) = *Urban centers and rural contexts in late Antiquity*. East Lansing, Michigan State University Press.
- CABALLERO ZOREDA, 1992  
Caballero Zoreda, Luis = Visigodo o asturiano? Nuevos hallazgos en Mérida y otros datos para un nuevo "marco de referencia" de la arquitectura y la escultura medieval en el Norte y Oeste de la Península Ibérica. XXXIX *Corso de Cultura sull'arte ravennate e bizantina*. Ravenna, Edizione del Girasole, p. 139-190.
- 1994-1995  
Un canal de transmisión de lo clásico en la alta edad media española. Arquitectura y escultura de influjo omeya en la Península Ibérica entre mediados del siglo VIII e inicios del siglo X. *Al-Qantara*, vol. XV, p. 321-348; vol. XVI, p. 107-123.
- CABALLERO ZOREDA & MATEOS CRUZ, 2006  
Caballero Zoreda, Luis & Mateos Cruz, Pedro (eds) = *Escultura decorativa tardorromana y altomedieval en la Península Ibérica*. Anejos de Archivo Español de Arqueología XLI, Mérida.
- CABALLERO ZOREDA, MATEOS CRUZ & UTRERO AGUDO, 2009  
Caballero Zoreda, Luís, Mateos Cruz, Pedro & Utrero Agudo, M<sup>a</sup> Ángeles (coord.) = *El siglo VII frente al siglo VII: arquitectura*. Anejos de Archivo Español de Arqueología LI, Madrid.
- CAEIRO, 1974-1977  
Caeiro, José O. da Silva = O espólio da Herdade do Reguengo, Vaiamonte. *O Arqueólogo Português*, Série III, Vols. 7/9, p. 227-241.
- 1977  
Quatro peças inéditas de «sigillata hispânica». *Conímbriga* XVI, p. 1-6.
- 1978  
A sepultura n.º 3 da necrópole da Herdade do Reguengo (Vaiamonte). *Setúbal Arqueológica* vol. IV, p. 203-208.
- 1979  
O espólio arqueológico da Herdade do Reguengo (Vaiamonte). 1. Materiais dispersos. *Conímbriga* XVIII, p. 113-120.
- 1983

- Três elementos arquitectónicos medievais do Alentejo. *Al-madam* Iª Série nº 1, p. 14-15.
- 1984a  
Materiais das sepulturas 1 e 2 da necrópole da Herdade do Reguengo – Vaiamonte. *Volume d' Hommage au géologue G. Zbyszewski*. Éd. Recherche sur les civilisations, Paris, p. 411-430.
- 1984b  
*A necrópole II da Azinhaga da Boa Morte – Castelo de Vide*. Portalegre, Assembleia Distrital de Portalegre.
- 1984-1985  
Intervenção de emergência na 'Defesa de S. Pedro' (Campo Maior). *al-madam* Iª Série, nº 4-5, p. 2-6.
- CAESSA, 1990  
Caessa, Ana I. = As ninfas: divindades locais? (a propósito de um artigo de Santos Júnior e M. Cardozo). *Homenagem a J. R. dos Santos Júnior*, vol. I, Lisboa, p. 143-149.
- CAETANO, 2002a  
Caetano, José Carlos = Necrópoles e ritos funerários no Ocidente da Lusitânia romana. Vaquerizo, D. (ed.), *Espacios y usos funerario en el Occidente romano*, Cordoba, Universidad de Cordoba, p. 313-334.
- 2002b  
Lucernas da necrópole romana da Lage do Ouro. *Conímbriga* XLI, p. 197-217.
- CALADO & CALADO, 2002  
Calado, Carlos & Calado, Carla = Notícias sobre vestígios de exploração romana de ouro aluvionar no concelho de Nisa: o Conhal do Arneiro. *Actas do Congresso Internacional sobre o património geológico e mineiro*, Lisboa: Museu do Instituto Geológico e Mineiro, p. 265-272.
- CALDEIRA, 2004  
Caldeira, Ana Isabel Marreiros = *Alguns materiais arqueológicos romanos da Herdade do Reguengo (Vaiamonte, Monforte). Subsídios para a investigação*. Trabalho de Seminário em Arqueologia apresentado à FCSH/UN [policopiado].
- CÂMARA, 1810-1854  
Câmara, Paulo Perestrello da = *Dicionario Chorographico, historico, politico e litterario do Reino de Portugal e seus domínios*. Lisboa, [s.n.]
- CAMBI & TERRENATO, 1995  
Cambi, F. & Terrenato, N. = *Introduzione all'archeologia dei paesaggi*. Roma, NIS.
- CAMERON, 1985  
Cameron, Averil = *Procopius and the sixth century*. Berkeley, Routledge.
- 1998  
*El mundo mediterráneo en la Antigüedad Tardia 395-600*. Barcelona, Editorial Crítica.
- 1999  
Remaking the past. In: Bowersock, Brown, Grabar, (eds), p. 1-20.
- CAMPOS, 1907  
Campos, Manuel Joaquim de = Acquisições do Museu Ethnologico Português. *O Archeologo Português* 12, p. 217-226.
- CANINAS & HENRIQUES, 1995  
Caninas, João Carlos & Henriques, Francisco = Exemplos da destruição do património arqueológico no sul da Beira interior. *Al-madan* IIª série, nº 4, p. 115-118.
- CANTINO WATAGHIN, 1992  
Cantino Wataghin, Gisella (ed.) = *Cristianizzazione e pratiche funerarie. Tarda antichità e altomedioevo (IV-VII secolo)*. Turin.
- 1999  
“...ut haec aedes Christo Domino in Ecclesiam consecratur. Il riuso christiano di edifici tra tarda Antichità e alto Medioevo. *Ideologie e pratiche del reimpiego nell'alto medioevo*. XLVI Settimana di Studio del Centro Italiano di Studi sull'Alto Medioevo, (Spolito 1999), p. 672-749.
- CANTO, 1989  
Canto, Alicia = *Colonia Augusta Emerita*: consideraciones en torno a su fundación y territorio. *Gerión* 7, p. 149-205.
- 1995  
Extremadura y la romanización. *Extremadura Arqueologica* nº 4, p. 151-178.
- CAPOGROSSI, 2002  
Capogrossi Colognesi, L. = *Persistenza e innovazione nelle strutture territoriali dell'Italia romana*. Naples, Jovene.
- CARANDINI, 1989  
Carandini, Andrea = La villa romana y la plantación schiavistica. In: Momigliano, A.; Chiavone, A. (eds.), *Storia di Roma 4. Caratteri e morfologie*, Turin, p. 101-200.
- 1991  
*Storie dalla Terra: Manuale dello scavo archeologico*. Torino, Giulio Einaudi Editore.
- CARANDINI e SETTIS, 1979  
Carandini, Andrea e Settis, S. = *Schiavi e padroni nell'Etruria romana*. Bari, De Donato.

- CARDOSO, 1987  
Cardoso, Guilherme = Quadrante solar romano de Freiria (S. Domingos de Rana, Cascais). *O Arqueólogo Português* Série IV, nº 5, p. 219-224.
- CARDOSO, 1999  
Cardoso, João Luís = O Professor Mendes Corrêa e a Arqueologia Portuguesa. *Al-madam* IIª série, nº 8, p. 138-156.
- CARDOSO & CARVALHO, 1987  
Cardoso, J. L. e Carvalho, R. = Contribuição para a Carta Arqueológica da freguesia de Belver. *Actas das 1ªs Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano*. Portalegre, p. 86-91.
- CARDOSO & DETRY, 2005  
Cardoso, J. L. e Detry, Cleia = A lixeira baixo-imperial da *uilla* da Quinta das Longas (Elvas): análise arqueozoológica e significado económico-social. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 8 (1), p. 369-386.
- CARIA MENDES & GOULART, 1991  
Caria Mendes, A. J. & Goulart, Artur = A lápide árabe da Serra S. Mamede. *Ibn-Maruan* nº 1, p. 59-66.
- CARNEIRO 1999-2000  
Carneiro, André = A *villa* romana da Horta da Torre (Cabeço de Vide, Fronteira). *A Cidade*, Nova Série, nº 13-14, p. 77-93.
- 2002  
O fim do Império e a cristianização no território da *civitas ammaiensis*: mudança e continuidade no concelho de Fronteira. *Ibn Maruan*, p. 135-157.
- 2004  
*Povoamento romano no concelho de Fronteira*. Câmara Municipal de Fronteira/Câmara Municipal de Cascais/Edições Colibri.
- 2005a  
*Carta arqueológica do concelho de Fronteira*. Câmara Municipal de Fronteira/Edições Colibri.
- 2005b  
Espólio da necrópole romana dos Pocilgais (Fronteira): Uma leitura integrada. *O Arqueólogo Português*, Série IV, nº 23, p. 283-320.
- 2008  
*Itinerários romanos do Alentejo. Uma releitura de «As grandes vias da Lusitânia – o Itinerário de Antonino Pio» de Mário Saa, cinquenta anos depois*. Lisboa, Edições Colibri.
- 2009  
Sobre a Cristianização da Lusitânia: novas reflexões a partir dos dados históricos e das evidências arqueológicas. *Espacio, Tiempo y Forma. Serie I, nueva época, Prehistoria y Arqueología*. T. 2, p. 205-220.
- 2009-2010  
A cartografia dos cultos religiosos no Alto Alentejo em época romana: uma leitura de conjunto. *Hispania Antiqua* nº 33-34, p. 237-272.
- 2011  
Espaços e tempos no sítio arqueológico de São Pedro (Cabeço de Vide, Fronteira): um balanço dos trabalhos de escavação realizados entre 2000 e 2004 (e uma perspetivação do que se poderá seguir). In : Carneiro, Rocha, Morgado & Oliveira (ed.), p. 147-162.  
(*Poder e território*)  
(no prelo) Poder e Território: O Alto Alentejo entre o Império e a Antiguidade Tardia. In: *Poderes e saberes no mundo antigo*, Porto Alegre.  
(*Dependências agrícolas*)  
(no prelo) Em *pars* incerta. Estruturas e dependências agrícolas nas *villae* da Lusitânia. *Conímbriga*.
- CARNEIRO & CALVINO, 2001  
Carneiro, André & Calvino, João = “Olhares Guardados”. *Caderno cultural da Câmara Municipal de Fronteira* nº 4, Fronteira, número monográfico de publicação do espólio fotográfico legado por Augusto Serras à vila de Cabeço de Vide.
- CARNEIRO, ENCARNÇÃO, OLIVEIRA & TEIXEIRA 2008  
Carneiro, André; Encarnação, José d’; Oliveira, Jorge de ; Teixeira, Cláudia = Uma inscrição votiva em língua lusitana. *Palaeohispanica* 8, p. 167-178.
- CARNEIRO, ROCHA, MORGADO & OLIVEIRA, 2011  
Carneiro, André; Rocha, Leonor; Morgado, Paula & Oliveira, Jorge de (ed.) = *Arqueologia do Norte Alentejano. Comunicações das 3ªs Jornadas*. Lisboa, Edições Colibri/Câmara Municipal de Fronteira.
- CARNEIRO & SEPÚLVEDA, 2001  
Carneiro, A. & Sepúlveda, E. = Sondagens arqueológicas na necrópole romana da Talha de Baixo: primeiros resultados, *Al-madam*, IIª série nº 10, p. 12-13.
- 2005  
Terra sigillata hispânica tardia do concelho de Fronteira: exemplares recolhidos entre 1999 e 2003. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 7 (2) p. 435-458.



- CARNEIRO & SERRAS (no prelo)  
Carneiro, André & Serras, Martinha = Entre o centro e a periferia: a relação epistolar de J. Leite de Vasconcellos e Manuel Mattos Silva. *O Arqueólogo Português*.
- CARRERAS MONFORT, 2001  
Carreras Monfort, César = *Sistemas de Informacion Geográfica – Novas aplicações para a Arqueologia*, Barcelona, Universitat Aberta de Catalunya.
- CARRILLO DÍAZ-PINES, 1990  
Carrillo Díaz-Pines, J. R. = Técnica constructiva en la villa romana de El Ruedo (Almedenilla, Córdoba). *Anales de Arqueología Cordobesa* 1, p. 81-108.
- 1991  
El poblamiento romano en las Subbéticas Cordobesas. *Anales de Arqueología Cordobesa* 2, p. 225-252.
- 1992  
Técnicas constructivas en las villas romanas de Andalucía. *Anales de Arqueología Cordobesa* 3, p. 309-339.
- 1993  
Los estudios sobre las villas romanas de Andalucía: una revisión historiográfica. *Anales de Arqueología Cordobesa*, 4, p. 223-257.
- CARVALHO, 1992  
Carvalho, António = A villa Romana da Quinta das Longas (S. Vicente e Ventosa, Elvas), *Almadam*. IIª Série nº1, p. 90.
- 1994  
A villa romana da Quinta das Longas (S. Vicente e Ventosa, Elvas): as prospecções de 1990. In *Actas das V Jornadas Arqueológicas* (Lisboa, 1993). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 239-251.
- 1999  
Evidências arqueológicas da produção de vinho nas villae romanas do território português. Graínhas de uva, alfaías vitícolas e lagares de vinho. In J.G. Gorges e F.G. Rodríguez Martín (eds), p. 361-390.
- CARVALHO & ALMEIDA 1999-2000  
Carvalho, António & Almeida, Maria José de = A villa romana da Quinta das Longas (S. Vicente e Ventosa, Elvas): uma década de trabalhos arqueológicos (1991-2001). *a cidade*, Nova Série, nº 13-14, p. 13-37.
- 2000  
Conjunto de esculturas descobertas na Uilla da Quinta das Longas (Elvas). *Al-madam*, IIª Série, nº 9, p. 8.
- 2003  
A água e o mármore na villa baixo-imperial da Quinta das Longas (S. Vicente e Ventosa, Elvas). *Elvas-Caia. Revista Internacional de Cultura e Ciência*, p. 113-126.
- CARVALHO, ALMEIDA & PINTO, 1997  
Carvalho, António; Almeida, Maria José de & Pinto, Isabel = Notícia de identificação do sítio romano de Horta do Rangem. *Al-madam* nº 6, IIª série, p. 169-170.
- CARVALHO, 2009  
Carvalho, Carlos Correia de = *O Norte Alentejano visto através dos relatos de viajantes e estrangeiros (1726-1846)*. Trabalho de Seminário apresentado ao Departamento de História da Universidade de Évora [policopiado].
- CARVALHO, 2004  
Carvalho, Pedro C. = Sobre o processo de identificação e classificação de sítios rurais no Portugal romano. *Passado em cena: narrativas e fragmentos (Miscelânea oferecida a Jorge de Alarcão)*. CEAUCP/FCT, Coimbra/Porto, p. 121-140.
- 2007  
*Cova da Beira. Ocupação e exploração do território em época romana. (Conímbriga, Anexos 4)* Fundão/Coimbra, Câmara Municipal do Fundão /IAFLUC.
- CARVALHO, [1985]  
Carvalho, Rogério = *Estação arqueológica do Ribeiro da Nata (Belver)*. Portalegre, Edição da Assembleia Distrital de Portalegre
- 1985  
Quinta do Ribeiro da Nata – Fonte da Moura (Época romana – Séc: I-IV D.C.) – 1983. *Informação Arqueológica* nº 5, Lisboa, IPPC, p. 93-95.
- 1986  
Estação romana do Ribeiro da Nata. *Informação Arqueológica* nº 7, Lisboa, IPPC, p. 55-57.
- 1987a  
Contribuição para a carta arqueológica da freguesia da Comenda-Gavião. *Actas do I Encontro de História Regional e Local do distrito de Portalegre*, ESEP, Portalegre.
- 1987b

- Ara de Camira. *Ficheiro Epigráfico* 23, n° 104.
- 1987c Ara achada em Nisa. *Ficheiro Epigráfico* 23, n° 105.
- 1987d Ara votiva de N. Sr.<sup>a</sup> dos Prazeres (Nisa). *Ficheiro Epigráfico* 23, n° 106.
- 1988a Placa funerária de Campo Maior. *Ficheiro Epigráfico* 25, n° 113.
- 1988b Miliário de Campo Maior. *Ficheiro Epigráfico* 25, n° 114.
- 1988c Miliário de Severo Alexandre em Campo Maior. *Ficheiro Epigráfico* 25, n° 115.
- CASEAU, 1999  
Caseau, Béatrice = Sacred landscapes. *In: Bowersock, Brown, Grabar*, (eds), p. 21-59.
- 2004 The fate of rural temples in Late Antiquity and the christianisation of the countryside. *In: Bowden, Lavan, Machado* (eds), p. 105-144.
- CASTILLO MALDONADO, 1999  
Castillo Maldonado, P. = *Los mártires hispanorromanos y su culto en la Hispania de la Antigüedad Tardía*. Granada, Universidad de Granada.
- 2005a *Pro amore Dei*: donantes y constructores en la provincia Baetica tardoantigua (testimonios literarios y epígrafos). *Antiquité Tardive* 13, p. 335-350.
- 2005b *Angelorum Participes*: the cult of the Saints in Late Antique Spain. *In: Bowes & Kulikowski* (eds), p. 151-188.
- CASTILLO PASCUAL, 1996  
Castillo Pascual, Maria José = *Espacio en orden: el modelo gromático-romano de ordenación del territorio*. Logroño, Universidad de la Rioja.
- CASTRO 1762-1763  
Castro, João Baptista de = *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, 2ª Ed., 3 vols, Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno.
- 1870 *Roteiro terrestre de Portugal*, Coimbra, Officina Luiz Secco Ferreira (1ª ed. 1748).
- CEBOLA, 2005  
Cebola, Carlos = *Nisa - A outra história*. Lisboa, Edições Colibri/Câmara Municipal de Nisa.
- CENTRO ELVENSE DE ARQUEOLOGIA, 1977/1978  
Centro Elvense de Arqueologia = Estação romana de Alfarófia. *Informação Arqueológica* n° 1, Braga, Universidade do Minho – Unidade de Arqueologia, p. 80.
- CEPAS PALANCA, 1997  
Cepas Palanca, Adelia = *Crisis y continuidad en la Hispania del siglo III*. (Anejos del Archivo Español de Arqueología XVII) Madrid, CSIC.
- CEPEDA 2000  
Cepeda, Juan José = *Maiorina Gloria Romanorum*. Monedas, tesoros y áreas de circulación en Hispania en el tránsito del siglo IV al siglo V. *Archivo Español de Arqueología* n° 73, p. 161-192.
- CHAMPION, 1995  
Champion, Timothy C. (ed.) = *Centre and periphery. Comparative studies in archaeology*. 2ª ed., London & New York, Routledge.
- CHAVARRÍA ARNAU, 2001  
Chavarria Arnau, Alexandra = Poblamiento rural en el *territorium* de Tarraco durante la antigüedad tardía. *Arqueología y territorio medieval* n° 8, p. 55 – 75.
- 2004a Considerazioni sulle fine delle ville in Occidente. *Archeologia Medievale* XXXI, p. 7-19.
- 2004b Monasterios, campesinos e villae en la Hispania visigoda: la trágica historia del Abad Nancto. *In: Balmelle, Chevallier & Ripoll* (ed.) *Mélanges d'Antiquité Tardive (II) De Infima Antiquitate Studiola in honorem Noël Duval*, Brepols Publishers, p. 113-125.
- 2004c Interpreting the transformation of late roman villas: the case of Hispania. *In: Christie* (ed.), p. 67-102.
- 2005 Villas in Hispania during the fourth and fifth centuries. *In: Bowes & Kulikowski* (ed.), p. 519-552.
- 2006 Villas en Hispania durante la Antigüedad Tardía. *In: Chavarría, Arce & Brogiolo* (eds), p. 17-35.
- 2007

- El final de las villae en Hispania (siglos IV-VIII)*. Turnhout, (Bibliothèque de l'Antiquité Tardive 7), Brepols Publishers.
- 2008  
Chiese rurali in Hispania prima e dopo il 711: ipotesi su un'altra transizione, *In* Gasparri (dir.), 774. *Ipotesi su una transizione*, Brepols: Turnhout, 2008, pp. 313-327.
- 2010  
Alcune osservazioni sulle chiese rurali di epoca tardo antica: documentazione testuale e fonti archeologiche, *In*: Galletti (dir.), *La tarda antichità tra fonti scritte e archeologiche*, DPI quaderni 7, Bologna, 2010, pp. 35-54.
- CHAVARRÍA, ARCE, & BROGIOLO, 2006  
Chavarría, Alexandra; Arce, Javier & Brogiolo, GianPietro = Villas tardoantiguas en el Mediterráneo Occidental. *Anejos del Archivo Español de Arqueología* XXXIX, Madrid, CSIC.
- CHAVARRIA & LEWIT, 2004  
Chavarría Arnau, Alexandra & Lewit, Tamara = Archaeological research on the Late Antique countryside: a bibliographic essay. *In*: Bowden, Lavan, Machado, (eds), p. 3-51.
- CHAVES, 1917  
Chaves, Luís = Arqueologia artística. *O Arqueólogo Português*, vol. XXIII, p. 220-237.
- 1922  
Latifúndios de romanos no Alentejo. *Boletim da Associação Central de Agricultura Portuguesa* 24, p. 83-95.
- 1932  
Acerca da "villa" lusitano-romana de Santa Vitória do Ameixial. Ecos e notas de uma campanha arqueológica em 1915-1916 no Alentejo. *Revista de Arqueologia* 1, p. 250-255.
- 1936  
Mosaicos lusitano-romanos em Portugal. *Revista de Arqueologia*, vol. III, nº 3, p. 21-23, 56-60 e 83-87.
- 1956  
Estudos lusitano-romanos. I – A Villa de Santa Vitória do Ameixial. *O Arqueólogo Português*, vol. 30, p. 14-117.
- CHEVALLIER, 1997  
Chevallier, Raymond = *Les voies romaines*. Paris, Picard.
- 2000  
*Lecture du temps dans l'Espace: topographie archéologique et historique*. Paris, Picard.
- CHIC GARCÍA, 2002  
Chic García, Genaro = El comerciante y la ciudad. *In*: Gonzalez Román & Padilla Arroba (ed.), *Estudios sobre las ciudades romanas de la Bética*, Granada, Universidad de Granada, p. 115-147.
- CHOUQUER & FAVORY, 1991  
Chouquer, Gérard & Favory, François = *Les paysages de l'Antiquité. Terres et cadastres de l'Occident romain*. Paris, Éditions Errance (Collection des Hésperides).
- CHRISTIE, 2004  
Christie, Neil (ed.) = *Landscapes of change. Rural evolutions in late antiquity and the early Middle Ages*. London, Aldershot.
- 2006  
*From Constantine to Charlemagne. An Archaeology of Italy AD 300-800*. Aldershot, Ashgate.
- CHRISTIE & LOSEBY, 1996  
Christie, Neil & Loseby, S.T. (eds) = *Towns in transition. Urban evolution in Late Antiquity and the Early Middle Ages*. Aldershot, Scolar.
- CIARDELLO, 2007  
Ciardello, Rosaria = *La villa romana*. Napoli, L'Orientale Editrice.
- CINTRA, 1960  
Cintra, Maria Adelaide Valle = *Bibliografia de textos medievais portugueses*. Lisboa.
- CISNEROS CUNCHILLOS, 1987  
Cisneros Cunchillos, Miguel = Testimonios epigráficos sobre el empleo de mármol en Hispania. *Boletín Museo de Zaragoza* nº 6, p. 197-220.
- 1988a  
*Marmoles Hispanos: su empleo en la España romana*. Zaragoza, Universidad de Zaragoza.
- 1988b  
Consideraciones metodológicas para un estudio de canteras de mármol en Hispania a partir de un texto de Plinio (N.H., III, 3,3). *I Congreso Peninsular de Historia Antigua* Vol. 1, Santiago de Compostela, p. 259-269.
- 1997  
Mármoles de importación y mármoles de sustitución: su utilización en algunas ciudades hispanas. *Veleia* 14, p. 195-203.
- CLARIANA & PREVOSTÍ, 1988  
Clariana, J. F. & Prevostí, M. = Un exemple de ruralització a l'antiguitat tardana: La vil·la de Torre

- Llauder. *IIIª Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica, Maó*, 1988. Barcelona, 1994, p. 117-126.
- CLÉMENT, 1999  
Clément, Vincent = Le territoire du Sud-Ouest de la péninsule Ibérique à l'époque romaine: du concept au modèle d'organisation de l'espace. In : Gorges & Rodríguez Martín (eds), p. 109-120.
- COELHO, 2002  
Coelho, Catarina = Estudo preliminar da pedreira romana e outros vestígios identificados no sítio arqueológico de Colaride. *Revista Portuguesa de Arqueologia* vol.5 (2), p. 277-323.
- COELHO, 2001  
Coelho, Possidónio Laranjo = *Terras de Odiana – subsídios para a sua história documentada. Ibn-Maruan* n° 11, Marvão [fac-símile da edição de 1924].
- COOPER, 2008  
Cooper, Kate = *The fall of the roman household*. Cambridge, Cambridge University Press.
- CORCHADO Y SORIANO, 1969  
Corchado y Soriano, M. = Estudio sobre las vías romanas entre el Tajo y el Guadalquivir. *Archivo Español de Arqueología*, XLII, p. 124-158.
- CORDERO RUIZ, 2010  
Cordero Ruiz, Tomás = Una nueva propuesta sobre los límites del *ager emeritensis* durante el Imperio Romano y la Antigüedad Tardía. *Zephyrus* LXV, jan-jun. 2010, p. 149-165.
- CORSI & VERMEULEN, 2007  
Corsi, Cristina, & Vermeulen, Frank = Elementi per la ricostruzione del paesaggio urbano e suburbano della città romana di *Ammaia* in *Lusitania*. *Archeologia Aeria* 3, p. 13-30.
- CORTEZ, 1950  
Cortez, Fernando Russell = Objectos de liturgia visigótica encontrados em Portugal. Séculos V a VII (Alguns elementos para a sua cronologia). *O Instituto*. 114, p. 52-92.
- CORTIJO CEREZO, 1993  
Cortijo Cerezo, Maria Luísa = Algunos aspectos sobre el medio rural en la Bética romana: pagi e vici. *Hispania Antiqua* XVII, p. 197-214.
- COSTA, 1982  
Costa, Alexandre de Carvalho = *Marvão, suas freguesias rurais e alguns lugares*. Marvão, C. M. Marvão.
- COSTA, 1929-1949  
Costa, Américo = *Dicionário chorographico de Portugal continental e insular: hidrográfico, histórico, orográfico, biográfico, arqueológico, heráldico, etimológico*. 12 vols, Porto Livraria Civilização.
- COSTA, 1868-1869  
Costa, António Carvalho da = *Corografia portuguesa e descripção topográfica do famoso reyno de Portugal*. 2ª ed., 3 vols, Braga, Typographia de Domingos Gonçalves Gouvea (1ª ed. Lisboa, 1706-1712).
- COSTA & CASTRO (dir.), 1900  
Costa, B. C. Cincinnato da & Castro, D. Luiz de (dir.) = *Le Portugal au point de vue agricole*. Lisbonne, Imprimerie National.
- COSTA, 1962  
Costa, Mário Alberto Nunes = Estremoz e o seu concelho nas Memórias Paroquiais de 1758. *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, 25, p. 186-350.
- CRESPO, 1950  
Crespo, Marques = *Estremoz e seu termo regional*. Estremoz, Ed. do autor.
- CRUZ, 1986  
Cruz, M. Domingos = *Carta Arqueológica de Montargil*. Porto, FLUP [policopiado].
- CRUZ VILLALÓN, 1985  
Cruz Villalón, M. = *Mérida visigoda. La escultura arquitectónica y litúrgica*. Badajoz, Diputación Provincial de Badajoz.
- CUNHA, 1985  
Cunha, António Maria = *Monografia geral sobre o concelho de Monforte*. Monforte, Câmara Municipal de Monforte.
- CUNHA, 2007  
Cunha, Melanie Wolfram = As necrópoles de Silveirona (Santo Estêvão, Estremoz). Reflexões sobre a Antiguidade Tardia. *Vípasca. Arqueologia e História*, n° 2, 2ª Série, p. 456-463.
- 2008  
*As necrópoles de Silveirona (Santo Estevao, Estremoz). Do mundo funerário romano à Antiguidade Tardia*. (O Arqueólogo Português, Suplemento 4), Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia [publicação da tese de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 2004].
- CURADO, 1987  
Curado, Fernando Patrício = Fragmento de ara de Nisa. *Ficheiro Epigráfico* 23, n° 103.
- CURCHIN, 1985  
Curchin, Leonard. A. = *Vici and pagi* in Roman Spain. *Revue des études anciens*, 87 (3-4), p. 327-343.
- 1996  
*España Romana*. Madrid, Gredos (Monografías históricas).

- 2004  
*The romanization of central Spain. Complexity, diversity and change in a provincial hinterland.* London & New York, Routledge.
- DARK, 2004  
 Dark, Ken = The Late Antique landscape of Britain, AD300-700. In Christie, Neil (ed.), p. 279-299
- DARK & DARK, 1997  
 Dark, K. & Dark, P. = *The landscape of Roman Britain.* Stroud, Sutton.
- D'ARMS, 1970  
 D'Arms, J. = *Romans on the bay of Naples. A social and cultural study of the villas and their owners from 150 BC to AD 400.* Cambridge Massachusetts, Harvard University Press.
- DAVID & THOMAS, 2008  
 David, Bruno & Thomas, Julian (eds) = *Handbook of landscape archaeology.* Walnut Creek, Left Coast Press.
- DAVID 1947  
 David, Pierre = *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI<sup>e</sup> au XII<sup>e</sup> siècle.* Paris, Institut Français au Portugal.
- DAVIS & MACKINNON 2009  
 Davis, Simon & MacKinnon, Michael = Did the Romans bring fallow deer to Portugal? *Environmental Archaeology* 2009, vol. 14, n° 1, p. 15-26.
- DE NARDIS 1994  
 De Nardis, Mauro = *The writings of the roman land surveyors: technical and legal aspects.* Thesis submitted to the University of London for the degree of Doctor of Philosophy, London [policopiado].
- DEUS, LOURO & VIANA, 1955  
 Deus, António Dias de; Louro, Henrique da Silva & Viana, Abel = Apontamentos de estações romanas e visigóticas da região de Elvas (Portugal). *III Congresso Arqueológico Nacional (Galicia 1953).* Zaragoza, p. 568-578.
- 1994  
 Monte de S. Salvador. *Informação Arqueológica* n° 9, p. 122-125.
- DÍAZ, 1994a  
 Díaz, Pablo C = Propriedad y explotación de la tierra en la Lusitania tardoantigua. In Gorges & Salinas De Frias (eds), p. 297-309.
- 1994b  
 La ocupación germánica del valle del Duero: un ensayo interpretativo. *Hispania Antiqua* XVIII, p. 457-476.
- DIDIERJEAN, 1978  
 Didierjean, François = Le paysage rural antique du Nord-Ouest de Séville: Campo et Aljarafe. *Mélanges de la Casa de Velázquez*, vol. XIV, Madrid, p. 5-33.
- DILKE, 1971  
 Dilke, O. A. W. = *The roman land surveyors. An introduction to the Agrimensores.* Newton Abbot.
- 1995  
*Les arpenteurs de la Rome antique.* Sophia Antipolis.
- DIOGO, 1983  
 Diogo, António Dias = Notícia de um “turibulum” em bronze de Ouguela (Campo Maior). *Arqueologia* n° 7, p. 52-53.
- 1984  
 Ara votiva de Ouguela, Campo Maior (*Conventus Pacensis*). *Ficheiro Epigráfico* 8, n° 32.
- 1996  
 Estela funerária de São Pedro (Alter do Chão). *Ficheiro epigráfico* 52, n° 238.
- 1999-2000  
 Ânforas romanas provenientes do Nordeste Alentejano (Herdade do Reguengo, Torre de Palma, Cabeço de Vaíamonte e Santa Vitória do Ameixial). *Ibn-Marúan* n° 9/10, p. 311-327.
- DJINDJIAN, 1991  
 Djindjian, François = *Méthodes pour l'Archéologie.* Paris, Armand Colin.
- DOMERGUE, 1983  
 Domergue, Claude = A propos de Plin, *Naturalis Historia* 33, 70-78, et pour illustrer sa description des mines d'or romaines d'Espagne. *Archivo Español de Arqueología* 47, p. 499-548.
- 1987  
*Catalogue des mines et des fonderies antiques de la Péninsule Ibérique.* Madrid, Casa de Velázquez.
- 1990  
*Les mines de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité romaine.* (Publications de l'École Française de Rome 127) Rome, École Française de Rome.
- DUARTE, 1996  
 Duarte, Cidália = Sepultura romana das Casas do Canal (Estremoz). *Estudo bio-antropológico. VÍpasca* 5, p. 121-125.

- DUNBABIN, 1996  
Dunbabin, Katherine M. D. = Convivial spaces: dining and entertainment in the Roman villa. *Journal of Roman Archaeology* vol. 9, p. 66-80.
- DUQUE ESPINO, 2002  
Duque Espino, David = Aproximación a la evolución del paisaje vegetal neolítico de la cuenca del río Sever a partir de los datos antracológicos preliminares de varios monumentos megalíticos. *Ibn Maríán* 12, p. 199-230.
- 2005  
Resultados antracológicos de los yacimientos de la Coudelaria de Alter do Chao y su integración en las secuencias paleoecológicas y paleoambientales de la Prehistoria reciente en el Suroeste peninsular. *Revista Portuguesa de Arqueologia* vol. 8, nº 1, Lisboa, p. 21-41.
- DURÁN CABELLO, RODRÍGUEZ MARTÍN & MORILLO CERDÁN, 2005-2006  
Durán Cabello, Rosalía; Rodríguez Martín, Germán & Morillo Cerdán, Ángel = Arquitectura y secuencia ocupacional en las *villae* de las vegas bajas del Guadiana. El caso de Torre Águila (Montijo, Badajoz). *Cuadernos de Preistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid* nº 31-32, p. 9-27.
- DYSON, 1991  
Dyson, Stephen = The romanization of the countryside. *In*: Barker & Lloyd (dir.), p. 27-28.
- EDIA, 1999  
Silva, António Carlos (ed.) = *Empreendimento de fins múltiplos de Alqueva: minimização de impactes patrimoniais*. Beja, EDIA, (Memórias d'Odiana - Estudos Arqueológicos do Alqueva nº 1).
- EDMONDSON, 1990  
Edmondson, Johnathan C. = Romanization and urban development in Lusitania. *In*: Blagg & Millet (ed.), p. 151-178.
- 1994  
Creating a provincial landscape: roman imperialism and rural change in Lusitania. *In*: Gorges e Salinas de Frias (eds.), p. 13-30.
- ELLIS, 1988  
Ellis, Simon. P. = The end of the roman house. *American Journal of Archaeology* 92, p. 565-579.
- 2007  
Shedding light on late roman housing. *In*: Lavan, Ozgenel, Sarantis (ed.), p. 283-302.
- ENCARNAÇÃO, 1975  
Encarnação, José d' = *Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal. Subsídios para o seu estudo*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- 1977a  
Inscriptions mal connues du *Conventus pacensis*: cinq plaques funéraires du Musée de Elvas (Portugal). *Conímbriga* XVI, p. 45-57.
- 1977b  
Epigrafia do Nordeste alentejano. Nisa, Torre de Palma e Silveirona. *Conímbriga*, XVI, p. 59-67.
- 1977c  
Estela funerária de Aramenha. *Conímbriga* XVI, p. 69-82.
- 1984  
*Inscrições Romanas do Conuentus Pacensis*. Coimbra, IAFLUC.
- 1987  
A população romana do Nordeste Alentejano. *Actas das 1as Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano*, p. 167-170.
- 1988a  
Nisa ao tempo dos romanos – a população e as suas crenças. Nisa, Câmara Municipal de Nisa.
- 1988b  
Epitáfio de *Calaetia*, de Vila Boim. *Ficheiro Epigráfico* 25 nº 116.
- 1988c  
Estela funerária de Fortios (Portalegre). *Ficheiro Epigráfico* 29 nº 132.
- 1989a  
A população romana de Campo Maior. *Trabalhos de Antropologia e Etnografia*, vol. 21, p. 83-94.
- 1989b  
Uma homenagem a Agripina, mulher de Germânico. *Conímbriga* XXVIII, p. 157-167.
- 1991  
O Nordeste Alentejano no tempo dos romanos – balanço e perspectivas da investigação. *Conímbriga* XXX, p. 23-37.
- 1995  
Ara votiva da Colegiada (Castelo de Vide) (*Conventus Emeritensis*). *Ficheiro Epigráfico* 49 nº 221.
- ENCARNAÇÃO & CARVALHO, 1984  
Encarnação, José d' e Carvalho, Rogério = *Belver ao tempo dos romanos. A população e suas crenças*. Portalegre, Assembleia Distrital de Portalegre.

- ENCARNAÇÃO & NISA, 2006  
Encarnação, José d' e Nisa, João R. = Miliário de Constâncio Cloro, em Alter do Chão (*Conventus Pacensis*). *Ficheiro Epigráfico* 83 n° 374.
- ENCARNAÇÃO & NOLEN, 1997a  
Encarnação, José d' e Nolen, Jeannette U. Smit = Um grafito sobre a mulher de Úrbico. *Ficheiro Epigráfico* 55 n° 252.
- 1997b  
Um grafito romano de Torre de Palma. *Ficheiro Epigráfico* 55 n° 253.
- 1997c  
Grafito num púcaro de Torre de Palma. *Ficheiro Epigráfico* 55 n° 254.
- ENCARNAÇÃO & SILVA, 1994  
Encarnação, José d' & Silva, José Rafael Correia da = Ara votiva identificada em Avis (*Conventus Pacensis*). *Ficheiro Epigráfico* 46 n° 206.
- 1995  
Peso de tear com grafito. *Ficheiro Epigráfico* 50 n° 229.
- ESCRIBANO PAÑO, 2005  
Escribano Paño, Victoria = Heresy and orthodoxy in fourth-century Hispania: arianism and priscillianism. *In*: Bowes & Kulikowski (ed.), p. 121-149.
- ESPANCA, 1983  
Espanca, P<sup>e</sup>. J. J. da Rocha = *Memórias de Villa-Viçosa*. (Cadernos Culturais de Vila Viçosa n° 1 a 35), Vila Viçosa, Câmara Municipal de Vila Viçosa [1<sup>o</sup> ed. 1885].
- 1895  
Monumento sepulchral de Juromenha. *O Archeologo Português*, Série I, Vol. 1, p. 216-217.
- ESPANCA, 1978  
Espanca, Túlio = *Inventário artístico de Portugal. Distrito de Évora*. 2 volumes, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes.
- ESPINOSA RUIS & CASTELLANOS, 2006  
Espinosa Ruis, U. & Castellanos, S. (ed.) = *Comunidades locais y dinámicas de poder en el Norte de la Península Ibérica durante la Antigüedad Tardía*. Logroño, Universidad La Rioja.
- FABIÃO, 1988  
Fabião, Carlos = Para a História da Arqueologia em Portugal. *Penélope: fazer e desfazer a História*, Vol. 2, Lisboa, p. 10-26.
- 1998a  
*O Mundo indígena e a sua romanização na área céltica do território hoje português*. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa em 1999 [Policopiado].
- 1998b  
O vinho na Lusitânia: reflexões em torno de um problema arqueológico. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 1 (1), p. 169-198.
- 1999  
Um século de Arqueologia em Portugal – I. *Al-madam*, II série, n°8, p.104-126.
- 1999-2000  
Estudar o mundo rural na Antiguidade. *a cidade*, Nova Série, n° 13-14, p. 7-11.
- 2001  
Mundo indígena, romanos e sociedade provincial romana: sobre a percepção arqueológica da mudança. *ERA-Arqueologia* n° 3, p. 108-131.
- FARINELLI, 1942  
Farinelli, Arturo = *Viajes por España y Portugal desde la edad media hasta el siglo XX: nuevas y antiguas divagaciones bibliográficas*. (Studi e Documenti n° 11) 2<sup>a</sup> ed. Roma, Reale Academia d'Italia.
- FARINHA, 1966  
Farinha, Agostinho = Contribuição para o estudo da Arqueologia do concelho de Alter do Chão (Alto Alentejo). *Lucerna*, n° 5, p. 384-414.
- FENTRESS 2000  
Fentress, Elizabeth (ed.), *Romanization and the city. Creations, transformations and failures*. Proceedings of a conference held at the American Academy in Rome to celebrate the 50th anniversary of the excavations at Cosa, 14-16 May, 1998. *Journal of Roman Archaeology*, Supplementary Series 38, Portsmouth.
- 2000a  
5. What are we counting for?. *In*: Barker, G. & Mattingly, D. (eds), *The Archaeology of Mediterranean Landscapes* vol. 5, Extracting meaning from Ploughsoil assemblages London, Oxbow Books, p.44-52.
- FERDIÈRE, 1988  
Ferdrière, Alain = *Les campagnes en Gaule romaine*. 2 tomos, Paris, Éditions Errance.
- 1998  
Les prospections au sol. *In*: Dabas; Delétang; Ferdière; Jung & Zimmermann (dir.), *La prospection*,

- Paris, Éditions Errance, p. 9-77.
- FERNANDES, 1983  
Fernandes, Isabel Cristina = Escavações no concelho de Marvão. A necrópole do Monte da Herdade dos Pombais. *Al-madam* Iª série nº 1, p. 52.
- 1985  
Necrópole do Monte da Herdade dos Pombais. *Informação Arqueológica* nº 5, Lisboa, IPPC, p. 96-97.
- 1986a  
Monte da Herdade dos Pombais. *Informação Arqueológica* nº 6, Lisboa, IPPC, p. 56.
- 1986b  
Herdade dos Pombais. *Informação Arqueológica* nº 7, Lisboa, IPPC, p. 60.
- 1987a  
Monte da Herdade dos Pombais. *Informação Arqueológica* nº 8, Lisboa, IPPC, p. 63.
- 1987b  
Espólio da necrópole dos Pombais (I). *Actas das 1as Jornadas de Arqueologia do nordeste alentejano*, p. 101-116.
- FERNANDES & OLIVEIRA, 1995  
Fernandes, Isabel Cristina & Oliveira, Jorge de = Os mosaicos romanos do Garrianchos Beirão – Marvão. *Ibn-Marwán* nº 5, p. 13-23.
- FERNANDEZ CORRALES, 1987  
Fernandez Corrales, José Maria = *El asentamiento romano en Extremadura y su análisis espacial*. Cáceres, Universidad de Extremadura.
- FERNÁNDEZ LÓPEZ, 1994  
Fernández López, María Concepción = *Sidonio Apolinar, humanista de la Antigüedad Tardía: su correspondencia*. Antigüedad y Cristianismo XI, Murcia, Universidad de Murcia.
- FERNÁNDEZ OCHOA, GARCÍA-ENTERO e GIL SENDINO, 2008  
Fernández Ochoa, Carmen, García-Entero, Virginia & Gil Sendino, Fernando (eds) = *Las villae tardorromanas en el occidente del Imperio. Arquitectura y función*. IV Coloquio Internacional de Arqueología en Gijón, Gijón, Ediciones Trea.
- FERNÁNDEZ OCHOA & MORILLO CERDÁN, 2005  
Fernández Ochoa, Carmen, & Morillo Cerdán, Ángel = *La Arqueología hispanorromana a fines del siglo XX. Bibliografía temática y balance historiográfico*. (Trabajos de Arqueología Hispánica 2) Madrid, NRT Ediciones.
- FERNANDEZ UBIÑA, 1998  
Fernandez Ubiña, José = Clasicismo y fin del mundo antiguo en la historiografía moderna y contemporánea. “Romanización” y “Reconquista” en la Península Ibérica. *Nuevas perspectivas*. Salamanca, p. 191-213.
- 2002  
El obispo y la ciudad. Aspectos seculares del poder episcopal en Osio de Córdoba. In Gonzalez Roman, Cristobal, & Padilla Arroba, Ángel (eds) *Estudios sobre las ciudades romanas de la Bética*. Granada, Universidad de Granada, p. 149-175.
- FERNANDEZ VEGA, 1994  
Fernández Vega, Pedro Ángel = Las áreas periurbanas de las ciudades altoimperiales romanas. Usos del suelo y zonas residenciales. *Hispania Antiqua* 18, p. 141-158.
- FERREIRA, 1985  
Ferreira, F. Bandeira = Alguns topónimos indicativos de monumentos arqueológicos, *Boletim das Bibliotecas, Arquivos e Museus de Lisboa*, nº 1 p. 279-362; nº 2, p. 559-678.
- [FERREIRA] 1988  
Ferreira, Brazão = *Alter Romano. Listagem de peças expostas*. Alter do Chão [Folheto fotocopiado de acompanhamento a exposição].
- FERREIRA, 1950  
Ferreira, Octávio da Veiga = Notas arqueológicas de Extremoz e Vila Viçosa. *A Cidade de Évora*, ano VII (nº 21-22), Jan.-Jun. 1950, p. 65-73.
- 1964  
Abel Viana (1896-1964). *Revista de Guimarães*. Vol. 74, Guimarães, p. 172-176.
- 1966  
Uma estela tipo “Pedra Formosa” encontrada no castro de Fontalva (Elvas). *Revista de Guimarães*, vol. 76 (3-4), p. 358-362.
- 1970  
Alguns objectos inéditos, bastante raros, da colecção do Professor Manuel Heleno. *O Arqueólogo Português*, Série III, vol. IV, Lisboa, p. 165-173.
- 1974  
Notícia da descoberta de jóias auríferas no distrito de Portalegre. *Estudos Italianos em Portugal*, Lisboa, 37, p. 79-82.



- FERREIRA, 1969  
 Ferreira, Seomara da Veiga = Marcas de oleiro em território português. *O Arqueólogo Português*, Série III, vol. III, Lisboa, p. 131-177.
- FIGUEIREDO, 1887  
 Figueiredo, A. C. Borges de = Três monumentos epigráficos d'Elvas e do seu termo. *Revista Archeologia e historica.*, Lisboa, 1, 97-100; 136-137.
- 1889  
 Baixo-relevo romano, descoberto em Elvas. *Revista Archeologica*, Lisboa, 3, p. 161-162.
- FIGUEIREDO, 1895  
 Figueiredo, António Mesquita de = Informações archeologicas colhidas no «Diccionario Geographico» de Cardoso. *O Arqueólogo Português* Vol. I, nº 1, p. 316-319.
- 1933  
*Subsídios para a bibliografia da História local portuguesa*. Lisboa, Biblioteca Nacional.
- FIGUEIREDO, [s.d.]  
 Figueiredo, José F. = *Monografia de Nisa*. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda/Câmara Municipal de Nisa.
- FINCKER, 1986  
 Fincker, M. = Les briques claveaux: un matériau de construction spécifique des thermes romaines. *Aquitania* 4, p. 143-150.
- FISCHER, 1999  
 Fischer, Peter F. Geographical Information Systems: today and tomorrow? In: Barker, G. & Mattingly, D. (eds), *The Archaeology of Mediterranean Landscapes* vol. 3, Geographical Information Systems and landscape Archaeology. London, Oxbow Books, p. 5-11.
- FONSECA, 2003  
 Fonseca, Teresa = *António Henriques da Silveira e as memórias analíticas da vila de Estremoz*. (Biblioteca fontes & inventários, 2ª série geral 1) Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS.
- FORNELL MUÑOZ, 1999  
 Fornell Muñoz, Alejandro = *Las villae romanas de la Andalucía Meridional y del estrecho*. Tesis doctoral presentada a la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de la Universidad de Jaén [policopiado].
- FRADE, 1982  
 Frade, Helena = Estela funerária do Crato (*Conventus Pacensis*). *Ficheiro Epigráfico* 2 nº 9.
- 1993  
 As termas medicinais da época romana em Portugal. *Actas do II Congresso Peninsular de História Antiga*, Coimbra Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 873-915.
- FRADE & CAETANO, 1987  
 Frade, Helena & Caetano, José Carlos = A necrópole romana da Lage do Ouro. Primeiros resultados. *Actas das 1as Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano*, p. 133-143.
- 1991  
 A necrópole romana da Lage do Ouro: novos elementos. *Conimbriga* XXX, p. 39-57.
- 1993  
 Ritos funerários romanos no nordeste alentejano. *Actas do II Congresso Peninsular de História Antiga*. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p.847-873.
- FRANCESCHINI, 2005  
 Franceschini, Marina de = *Ville dell'agro romano*. (Monografie della Carta dell'Agro Romano 2) Roma, L'Erma di Bretschneider.
- FREIRE, 1982  
 Freire, José Geraudes = Mulher de Amaia curada em La Rioja (Castela). *a cidade*. *Revista cultural de Portalegre*. Iª Série, nº 4, p. 42.
- FRIZELL & KLYNNE, 2005  
 Frizell, B. S. & Klynne, Allan (ed.) = *Roman villas around the urbs: interaction with the landscape and environment*. (The Swedish Institute in Rome. Projects and Seminars 2) Rome, Swedish Institute in Rome.
- FUENTES DOMINGUÉZ, 1989  
 Fuentes Dominguez, Ángel = *La necrópolis tardo-romana de Albalate de las Nogueras y el problema de las denominadas "necrópolis del Duero"*. Cuenca.
- 1991  
 La cultura hispanorromana: la romanidad tardía. *Boletín de la Asociación Española de los Amigos de la Arqueología* 30-31, Madrid, p. 227-246.
- 1995  
 Extremadura en la tardía antigüedad. *Extremadura Arqueologica* IV, Badajoz, p. 217-237.
- 1997  
 Aproximación a la ciudad hispana de los siglos IV y V d. C. *Congreso Internacional "La Hispania de Teodosio"*, Junta de Castilla y León/Universidad SEK, Salamanca, II vol., p. 477-496.

- FUGATE, 1993  
Fugate, Susan = *The roman baths at Torre de Palma, Portugal*. Thesis submitted to the University of Louisville for the Degree of Master of Arts [policopiado].
- 2000  
A new look at the bath buildings at Torre de Palma. *Actas del III Colóquio Internacional de Arqueologia en Gijón. Termas romanas en el Occidente del Império*. (Serie Património 5), VTP Ed., Gijón, p. 361-364.
- G. R. de, 1880  
Templo do Espírito Santo de Portalegre. Uma antigualha. *Boletim da Real Associação dos Architectos Cívicos e Archeólogos Portuguezes*. 2ª série, 3(2), p. 24-25.
- GALLAY, 1986  
Gallay, Alain = *L'archéologie demain*. Paris, Belfond.
- GALVEZ PÉREZ, 2003  
Galvez Perez, María Soledad = De villa a ermita: la pervivencia del hábitat en la Campiña sur extremeña. *Bolskan* 20, p. 191-200.
- GAMITO 1982  
Gamito, Teresa Júdice = A Idade do Ferro no Sul de Portugal: Problemas e Perspectivas. *Arqueologia*. Vol. 6, p. 65-78.
- 1988a  
*Social Complexity In Southwest Iberia (800-300 B.C.): the case of Tartessos*. (BAR International Series 439) Oxford, British Archaeological Reports.
- GARCIA, 1950  
Garcia, António Elias = As moedas visigodas da Lusitânia. *Revista de Gvimarões*, 60 (1-2), Jan.-Jul. 1950, p. 73-153.
- GARCIA DE CASTRO, 1995a  
Garcia de Castro, Francisco Javier = *Sociedad y poblamiento en la Hispania del siglo IV d. C.*, Valladolid, A. G. Juárez.
- 1995b  
La trayectoria histórica de Hispania romana durante el siglo IV d.C. *Hispania Antiqua* XIX, p. 327-362.
- GARCIA MERCANDAL, 1962  
García Mercandal, Javier = *Viajes de extranjeros por España y Portugal desde los tiempos más remotos, hasta fines del siglo XVI*. Madrid. [Ed. 1999, Salamanca, Junta de Castilla y León]
- GARCIA MORENO, 1986a  
García Moreno, Luis A. = El campesino hispanovisigodo entre bajos rendimientos y catastrofes naturales. Su incidencia demográfica. *Los Visigodos. Historia y civilización*. (Antigüedad y Cristianismo III). Murcia.
- 1986b  
Las transformaciones de la topografía de las ciudades en Lusitania en la Antigüedad Tardía. *Revista de Estudios Extremeños*, 42 (I), p. 97-114.
- 1989  
*Historia de España Visigoda*. Ediciones Catedra, Madrid.
- 1991  
El hábitat rural disperso en la Península Ibérica durante la Antigüedad Tardía (s. V-VII). *Arte, Sociedad, Economía y religión durante el Bajo Imperio y la Antigüedad Tardía. Homenaje a J. M. Blázquez Martínez*. Murcia.
- 1998  
El hábitat rural agrupado en la Península Ibérica durante la Antigüedad Tardía (siglos V-VII). *Homenaje a José María Blázquez* 6, Madrid (1996), p. 99-117.
- GARCIA PROSPER, 2006  
García Prosper, Elisa Guérin, Pierre, Madaria, José Luis de, Sánchez Pérez, Paloma (eds) = *Catastros, habitats y vía romana. Paisajes históricos de Europa*. Valencia, Generalitat Valenciana (Proyecto Interreg 3C Vitoria).
- GARCÍA SANJUÁN, 2005  
García Sanjuán, Leonardo = *Introducción al Reconocimiento y Análisis Arqueológico del Territorio*. Barcelona: Editorial Ariel
- GARNSEY, 1999  
Garnsey, Peter = *Food and society in classical antiquity*. Cambridge, Cambridge University Press.
- GIRÃO, 1933  
Girão, Amorim = *Esboço duma carta regional de Portugal*. 2ª ed., Coimbra, Imprensa da Universidade.
- GODOY FERNÁNDEZ, 1995  
Godoy Fernández, Cristina = *Arqueología y liturgia: Iglesias hispanicas (siglos IV al VIII)*. Barcelona, Universitat de Barcelona.
- 1998  
Algunos aspectos del culto de los santos durante la Antigüedad Tardía en Hispania. *Pyrenae* 29, p.

- 161-170.
- GOFFART, 1988  
Goffart, W. A. = *The narrators of barbarian history (A.D. 550-800). Jordanes, Gregory of Tours, Bede and Paul the Deacon*. Princeton, Princeton University Press.
- GOMES, MACEDO & BRAZUNA, 2001  
Gomes, Sofia de Melo, Macedo, Marta & Brazuna, Sandra = Apresentação dos trabalhos arqueológicos de 1997 na villa de Santa Vitória do Ameixial. *Era-Arqueologia* nº 1, p. 52-67.
- GÓMEZ FERNÁNDEZ, 2003  
Gómez Fernández, Francisco José = Augusta Emerita en el transcurso del siglo V. Morfología y vitalidad urbana. *Hispania Antiqua* nº 27, p. 263-279.
- GÓMEZ PALLARÈS, 1997  
Gómez Pallarès, Joan = *Edición y Comentario de las inscripciones sobre mosaico de Hispania. Inscripciones no cristianas*. (Studia Archaeologica 87) Roma, «L'Erma» di Bretschneider.
- GÓMEZ-PANTOJA, 1999  
Gómez-Pantoja, Joaquín = Historia de dos ciudades: *Capera y Clunia*. In: Gorges e Rodríguez Martín (eds) *Economie et territoire en Lusitanie romaine*. Madrid, Collection de la Casa de Velazquez 65, p. 91-108.
- GONÇALVES, MORÁN, POSSELT & TEICHNER, 1999  
Gonçalves, A.; Morán, E.; Posselt, M.; Teichner, F. = New aspects of the romanization of the Alto Alentejo (Portugal): evidence from a geophysical and archeological survey at the Monte da Nora (Terrugem). *Arqueologia* 24, p. 101-110.
- GONÇALVES, 2007  
Gonçalves, Luís Jorge = *Escultura romana em Portugal: uma arte do quotidiano*. (Studia Lusitana 2) 2 vols., Merida, MNAR.
- GONZALEZ CORDERO *et alli*, 2001  
Gonzalez Cordero, António; Castillo Castillo, Jesus; Vélazquez Jimenez, Agustin; Cerrilo Cuenca, Enrique & Heras Mora, Javier = Archivo Bibliográfico de Arqueología Extremeña (1536-2000). *Extremadura Arqueológica* IX, Mérida.
- GONZÁLEZ ROMÁN, 1999  
González Román, Cristobal = El trabajo en la agricultura de la Hispania romana. In: Rodríguez Neila, J. F., González Román, C. Mangas, J. e Orejas, A. (ed.) *El trabajo en la Hispania romana*, Madrid, Sílex., p. 119-206.
- GONZALEZ ROMAN & PADILLA ARROBA, 2002  
Gonzalez Roman, Cristobal, & Padilla Arroba, Ángel (eds) = La no ciudad en la Bética. In: Gonzalez Roman & Padilla Arroba (eds) *Estudios sobre las ciudades romanas de la Bética*. Granada, Universidad de Granada, p. 185-211.
- GONZÁLEZ SALINERO, 2009  
González Salinero, Raúl = La dimensión edificante del espacio sagrado: la arquitectura de culto cristiano en las fuentes escritas hispano-visigodas del siglo VII. In: Caballero Zoreda, Mateos Cruz & Utrero Agudo (eds), p. 11-30.
- GOODCHILD, 2007  
Goodchild, Helen = *Modelling roman agricultural production in the middle Tiber valley, central Italy*. Thesis submitted to the University of Birmingham for the degree of Doctor of Philosophy [policopiado].
- GOODMAN, 2007  
Goodman, Penelope = *The roman city and its periphery. From Rome to Gaul*. London/New York, Routledge.
- GORGES, 1979  
Gorges, Jean-Gérard = *Les Villas Hispano-Romaines: inventaire et problématique archéologiques*. (Publications du Centre Pierre Paris, 4) Paris, E. de Boccard.
- 1990  
Villes et villas de Lusitanie: interactions – échanges – autonomies. In: *Les villes de Lusitanie romaine: hierarchies et territoires*. Paris, CNRS, p. 91-113.
- 1992  
Archéologie et économie des campagnes hispano-romaines: vingt-cinq ans de bibliographie commentée (1968-1992). *Mélanges de la Casa de Velázquez*, Tome XXVIII – 1, p. 93-142.
- 2008  
L'architecture des villae romaines tardives: la création et le développement du modèle tétrarchique. In: Fernández Ochoa, García-Entero & Gil Sendino (eds), p. 27-48.
- GORGES & NOGALES BASARRATE, 2000  
Gorges, J. G. & Nogales Basarrate, T (Coord.) = *Sociedad y cultura en Lusitania romana. IV Mesa Redonda Internacional*, Mérida, Junta de Extremadura.
- GORGES & RICO, 1999  
Gorges, Jean Gérard & Rico, Christian = Barrages ruraux d'époque romaine en moyenne vallée du Guadiana. In: Gorges & Rodríguez Martín (eds) *-Économie et Territoire en Lusitanie romaine*. (Collection

- de la Casa de Velázquez 65) Madrid, Casa Velázquez, p. 157-195.
- GORGES & RODRÍGUEZ-MARTÍN, 1999a  
Gorges, Jean-Gerard, & Rodríguez-Martín, F. Germán = Un nouveau milliare de Magnence en Hispanie. La borne de Torre Águila (Montijo, Badajoz): épigraphie et territoire. *In*: Gorges & Rodríguez Martín (eds) *Économie et territoire en Lusitanie romaine*. (Collection de la Casa Velázquez 65) Madrid, Casa Velázquez, p. 241-262.
- 1999b  
Un exemple de grande hydraulique rurale dans l'Espagne du Bas-Empire: la villa romaine de Correio Mor (Elvas, Portugal). *In*: Gorges & Rodríguez Martín (eds) *Économie et territoire en Lusitanie romaine*. (Collection de la Casa de Velázquez 65) Madrid, Casa Velázquez, p. 227-240.
- 2000  
Voies romaines, propriétés et propriétaires à l'ouest de Mérida: problèmes d'occupation du sol en moyenne vallée du Guadiana sous le Haut-Empire. *In*: Gorges & Nogales Basarrate (Coord.) *Sociedad y cultura en Lusitânia romana. IV Mesa Redonda Internacional*, Mérida, Junta de Extremadura, p. 101-154.
- 2005  
Los territorios antiguos de Mérida. Un estudio del *Territorium Emeritense* y de sus áreas de influencia. *In*: Nogales Basarrate (ed.), *Augusta Emerita. Territorios, espacios, imágenes y gentes en la Lusitania romana*. (Monografías Emeritenses 8), p. 93-129.
- GORGES & SALINAS de FRÍAS, 1994  
Gorges, Jean-Gérard & Salinas de Frías, M. (eds) = *Les campagnes de lusitanie romaine: occupation du sol et habitats*. (Collection de la Casa de Velázquez n° 47) Madrid /Salamanca, Casa de Velázquez/Ediciones Universidad de Salamanca.
- GREENE, 1986  
Greene, Kevin = *The Archaeology of the Roman Economy*. London, Batsford.
- GROS, 1996-2001  
Gros, Pierre = *L'architecture romaine du début du III<sup>e</sup> siècle av. J-C. à la fin du Haut-Empire*. 2 vols. (vol. I – Les monuments publics, 1996 vol. II – Maisons, palais villas et tombeaux, 2001), Paris, Picard.
- 1998  
*Villes et campagnes en Gaule romaine*. 120<sup>e</sup> Congrès Internationale des sociétés historiques et scientifiques (Aix-e-Provence, 1995). Paris, Comité des travaux historiques et scientifiques.
- GUERRA, 1995  
Guerra, Amílcar = *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*. Lisboa, Edições Colibri.
- 1996  
*Ammaia, Medobriga e as ruínas de S. Salvador de Aramenha*. Dos antiquários à historiografia actual. *a cidade* n° 11, p. 7-33.
- GUTTERIDGE, 2006  
Gutteridge, Adam = Some aspects of social and cultural time in Late Antiquity. *In*: Bowden, Gutteridge, Machado (ed.), 2006: 569-601.
- HAHN, EMMEL & GOTTER, 2008  
Hahn, Johannes, Emmel, Stephen & Gotter, Ulrich (eds) = *From temple to church. Destruction and renewal of local cultic topography in Late Antiquity*. (Religions in the Graeco-Roman world 163), Leiden/Boston, Brill.
- HARVEY & HUNTER, 2008  
Harvey, Susan Ashbrook & Hunter, David G. (eds) = *The Oxford handbook of early Christian studies*. Oxford, Oxford University Press.
- HAUSCHILD, 1982  
Hauschild, Theodor = Técnicas y maneras de construir en la arquitectura paleocristiana hispánica. *II<sup>a</sup> reunião de Arqueologia cristã hispânica*, Barcelona, p. 71-84.
- 1989-1990  
Arquitectura religiosa romana em Portugal. *Anas* 2/3, Mérida, p. 57-76
- 1995  
Transformações no campo na baixa romanidade cristã. *IV<sup>a</sup> reunião de Arqueologia cristã hispânica* (Lisboa, 1992), Barcelona.
- 2002  
Templos romanos na província da Lusitânia. *Religiões da Lusitânia*, Lisboa, p. 215-223.
- HEITLAND, 1970  
Heitland, W. E. = *Agrícola. A study of agriculture and rustic life in the graeco-roman world from the point of view of labour*. Westport, Greenwood Press [1<sup>a</sup> ed. 1921]
- HELENO, 1948  
Heleno, Manuel = Ainda a colher de Terrugem. *Ethnos* vol. III, p. 494-495.
- 1951  
Arqueologia de Elvas. Notícia preliminar. *O Arqueólogo Português*, Série II, n° 1, p. 83-94.
- 1953

- Notas sobre algumas estações de época lusitano-romana. *O Arqueólogo Português*, Série II, nº 2, p. 257-260.
- 1956a Um quarto de século de investigação arqueológica. *O Arqueólogo Português*, Série II, nº 3, p. 221-237.
- 1956b A villa romana de Torre de Palma. *Boletim da Academia Portuguesa de História*, vol. XIX, 1956, 75-76.
- 1962 A villa lusitano-romana de Torre de Palma (Monforte). *O Arqueólogo Português*, Série II, nº 4, p. 313-338.
- HENRIQUES, CANINAS & HENRIQUES 1984  
Henriques, Francisco, Caninas, Carlos e Henriques, António = Senhora da Graça. *Informação Arqueológica* nº 4, Lisboa, IPPC, p. 28-31.
- HINGLEY, 1989  
Hingley, Richard = *Rural settlement in rural Britain*. London, Seaby.
- HIPÓLITO, 1960-1961  
Hipólito, Mário de Castro = Dos tesouros de moedas romanas em Portugal. *Conimbriga* vol. II-III, Coimbra, p. 1-166.
- HIRT, 2010  
Hirt, Alfred Michael = *Imperial mines and quarries in the Roman world. Organizational aspects 27 BC – AD 235*. Oxford, Oxford University Press.
- HODDER & ORTON, 1990  
Hodder, Ian & Orton, Clive = *Análisis espacial en Arqueología*, Barcelona, Ed. Critica.
- HODGES & BOWDEN, 1998  
Hodges, R. & Bowden, W. (eds) = *The sixth century. Production, distribution and demand*. TRW 3, Brill, Leiden-Boston-Colonia.
- HORDEN & PURCELL, 2000  
Horden, Peregrine & Purcell, Nicholas = *The corrupting sea. A study of Mediterranean history*. Oxford, Blackwell Publishing.
- IGLESIAS GIL, 1999  
Iglesias Gil, José-Manuel = Ciudad y territorio. In: Almagro-Gorbea & Álvarez Martínez (ed.), 153-157.
- INGOLD, 1986  
Ingold, Tim = *The appropriation of Nature: essays on human ecology and social relations*. Manchester: Manchester University Press
- 1993  
The temporality of the landscape. *World Archaeology*, London, Routledge, 2.5.2., p. 152-174.
- ISIDORO, 1962  
Isidoro, Agostinho = Esboço arqueológico do concelho do Crato (Alto Alentejo). *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*, XLIV, p. 206-228.
- 1963/1964  
Esboço arqueológico do Crato (Alto Alentejo) – novos elementos. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 19 (1), 1963, p. 71-75; 19 (2), 1963, p. 174-177; 19 (3), 1964, p. 353-359.
- 1966  
Contribuição para o estudo da arqueologia do concelho de Alter do Chão (Alto Alentejo). *Lucerna*, 5, p. 384-414.
- 1973  
Esboço arqueológico do concelho do Crato (Alto Alentejo). Novos elementos (IV). *Trabalhos do Instituto de Antropologia Dr. Mendes Correia*, Porto, 20, 5p.
- ISLA FREZ, 2001  
Isla Frez, Amâncio = *Villa, villula, castellum*. Problemas de terminologia rural en época visigoda. *Arqueologia y territorio medieval* nº 8, p. 9-20.
- JALHAY, 1947  
Jalhay, Eugénio = Epigrafia amaiense. Contribuição para o estudo da Aramenha romana (concelho de Marvão). *Brotéria*, 45(6), Dez. 1947, p. 615-633.
- JIMENEZ GARCIA, 1982  
Jimenez Garcia, A. M. = Los primeros establecimientos permanentes de visigodos en Hispania. *Hispania*, 152, p. 485-503.
- JONES, 1973  
Jones, A. H. M. = *The Later Roman Empire 284-602. A social economic and administrative survey*. 2 Vols, Oxford, Basil Blackwell.
- JONES, MARTINDALE & MORRIS, 1971  
Jones, A. H. M., Martindale & J. R., Morris, J. = *The prosopography of later Roman Empire*. Cambridge, Cambridge University Press [vol II, 1980, vol. III-A e III-B 1992, apenas da autoria de J. R. Martindale]

- Jorge, Ana Maria C. M. = *L' épiscopat de Lusitanie pendant l' Antiquité tardive (III<sup>e</sup> – VIII<sup>e</sup> siècles)*. (Trabalhos de Arqueologia 21) Lisboa, IPA.
- KEAY, 2003  
Keay, Simon = Recent archaeological work in Roman Iberia (1990-2002). *The Journal of roman studies*, vol. 93, p. 146-211.
- KEIL, 1943  
Keil, Luís = *Inventário artístico de Portugal. Distrito de Portalegre*. I. Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes.
- KELLER & RUPP 1983  
Keller, D. R. & Rupp, D. W. (ed.) = *Archaeological survey in the Mediterranean area*. (BAR International Series 155), Oxford.
- KNAPP, 1977  
Knapp, Richard C. = *Aspects of the roman experience in Iberia, 206-100 B. C.* Vitoria (Anejos de Hispania Antiqua IX).
- KNIGHT, 1999  
Knight, J. K. = *The End of Antiquity. Archaeology, Society and Religion AD 235-700*. Stroud, Tempus.
- KULIKOWSKI, 2001  
Kulikowski, Michael = The interdependence of town and country in Late Antique Spain. In: Burns & Eadie (ed.), p. 147-160.
- KUZNETSOVA-RESENDE, 1999-2000  
Kuznetsova-Resende, Tatiana = Reflexos da cultura e da religião no Portugal romano do início do séc. IV. O Mosaico das Musas e da procissão báquica de Torre de Palma. *a cidade* n° 13-14, p- 39-52.
- LAMBRINO, 1951  
Lambrino, Scarlat = *L. Fulcinus Trio*, gouverneur de Lusitanie sur une *tabula patronatus* de Juromenha. *O Arqueólogo Português*, Série II, n° 1, p. 151-169.
- 1967  
Catalogue des inscriptions latines du musée Leite de Vasconcelos. *O Arqueólogo Português*, Série III, n° 1, p. 123-217.
- LANCHA & ANDRE, 1994  
Lancha, Janine & André, Pierre = La campagne de la région d'Évora à l'époque imperiale: mise à jour des recherches récents. In Gorges & Salinas de Frías (eds.) p. 189-202.
- 2000  
*Corpus dos mosaicos romanos de Portugal. II – Conventus Pacensis. 1 – A villa de Torre de Palma*. 2 volumes, Lisboa, Instituto Português de Museus.
- LANGLEY, 2006  
Langley, Maia M. = *Est in agris*: a spatial analysis of Roman *uillae* in the region of Monforte, Alto Alentejo, Portugal. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 9 (2), p. 317-328.
- 2008  
Invisible converts: non-visibility of christian culture at Torre de Palma (Monforte, Portugal). In: Fernández Ochoa, García-Entero e Gil Sendino (eds), p. 639-646.
- LAVAN, 2005  
Lavan, Luke = «Political life in Late Antiquity: a bibliographical essay.» In: Bowden, Gutteridge & Machado (2005): 3-40.
- LAVAN, OZGENEL, SARANTIS, 2007  
Lavan, Luke, Ozgenel, Lale, Sarantis, Alexander (Eds) = *Housing in Late Antiquity. From palaces to shops*. (Late Antique Archaeology volume 3.2.), Leiden, Brill.
- LE ROUX, 1982  
Le Roux, Patrick = *L'armée romaine et l'organisation des provinces ibériques d'Auguste à l'invasion de 409*. Paris, Centre Pierre Paris.
- 1994  
*Vicus et castellum* en Lusitanie sous l'empire. In Gorges e Salinas de Frías (eds.), p. 151-160.
- 1995  
*Romains d'Espagne. Cités et politiques dans les provinces. II siècle av. J.C. – III siècle ap. J.C.*, Paris, A. Colin.
- 1999  
Le territoire de la colonie auguste de Mérida: réflexions pour un bilan. In : Gorges & Rodríguez Martín (eds) -*Économie et Territoire en Lusitanie romaine*. Madrid, Casa de Velázquez (Collection de la Casa de Velázquez vol. n° 65), p. 263 - 276.
- 2010  
*La Péninsule Ibérique aux époques romaines (fin du III<sup>e</sup> s. av. n. È. – début du VI<sup>e</sup> s. de n. È.)*. Paris, Armand Colin.
- LEAL, 1990  
Leal, Pinho = *Portugal antigo e moderno*, Lisboa, Cota d'Armas.

- LEDAY, 1980  
Leday, Alain = *La campagne à l'époque romaine dans le centre de la Gaule. Villas, vici et sanctuaires dans la cité des Bituriges Cubi*. (BAR International Series 73) 2 vols, Oxford.
- LEMOS, 1993  
Lemos, Francisco Sande = *Povoamento romano de Trás-os-Montes Oriental*. Braga, Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho [Dactilografado], 3 volumes.
- LEVEAU, 1983  
Leveau, Phillipe = La ville antique et l'organisation de l'espace rural: *villa*, ville, village. *Annales* 38, 2, p. 920-941.
- 1993  
*Territorium urbis*. Le territoire de la cité romaine et ses divisions: du vocabulaire aux réalités administratives. *Revue des études anciennes*, Tome 95, n° 3-4, p. 459-471.
- 2002  
Introduction: les incertitudes du terme *villa* et la question du *vicus* en Gaule Narbonnaise. *Revue Archéologique de la Narbonnaise* 35, p. 5-27.
- LEVEAU & BUFFAT, 2008  
Leveau, Philippe, & Buffat, Loïc = Les bâtiments agricoles et l'architecture des *villas* de la fin de l'Antiquité. In: Fernández Ochoa, García-Entero & Gil Sendino (eds), p. 133-165.
- LEVEAU, SILLIÈRES & VALLAT, 1993  
Leveau, Phillipe; Sillières, Pierre & Vallat, Jean-Pierre = *Campagnes de la Méditerranée romaine*. Paris, Hachette.
- LÉVI-PROVENÇAL, 1953  
Lévi-Provençal, Evariste = La «description de l'Espagne» d' Ahmad al-Razi. *Al-Andalus* t. XVIII, fasc. 1, p. 51-108.
- LEWIT, 2003  
Lewit, Tamara = 'Vanishing villas': what happened to elite rural habitation in the West in the 5th-6th c.? *Journal of Roman Archaeology*, vol. 16, p. 260 -274
- 2004  
*Villas, farms and the late rural economy (third to fifth centuries AD)*. (British Archaeological Reports International Series 568), Oxford, Adrian Books.
- 2009  
Pigs, presses and pastoralism: farming in the fifth to sixth centuries A. D. *Early Medieval Europe* 17.1., p. 77-91.
- LOPES, 2010  
Lopes, António = *Povoamento romano no actual concelho de Arronches*. Trabalho de Seminário apresentado ao Departamento de História da Universidade de Évora [policopiado].
- LOPES & VIEIRA, 1987  
Lopes, Francisco José, & Vieira, Rui Rosado = *Degolados (Elementos para a sua história)*. Degolados, Junta de Freguesia de N.ª Sr.ª da Graça de Degolados.
- LOPES, 2001  
Lopes, Maria da Conceição = "Mundo rural em Pax Iulia – estrutura e funcionamento". *era Arqueologia* n° 3, p. 132-149.
- 2003  
*A cidade romana de Beja. Percursos e debates acerca da "civitas" de Pax Iulia*. (Conímbriga Anexos 3) Coimbra, IAFLUC, 2 vols.
- LOPES, CARVALHO e GOMES, 1997  
Lopes, M. Conceição; Carvalho, Pedro C. e Gomes, Sofia M. = *Arqueologia do Concelho de Serpa*. Serpa, Câmara Municipal.
- LÓPEZ QUIROGA, 2004a  
Lopez Quiroga, J. = *El final de la antigüedad en la Gallaecia: la transformación de las estructuras de poblamiento entre Miño y Duero (siglos V al X)*. A Coruña.
- 2004b  
La presencia "germánica" en Hispania en el siglo V d.C. *Cuadernos de Preistoria y arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid* n° 30, p. 213-223.
- 2006  
Entre la *villa* y la *aldea*. Arqueología del hábitat rural en Hispania (SS V al VII). In: Lopez Quiroga, Martínez Tejera, Morín, (eds) *Gallia e Hispania en el contexto de la presencia "germánica" (s. V-VII). Balance y perspectivas*. Actas de la mesa redonda, Madrid, 19-20 Diciembre 2005 (BAR IS 1534), p. 19-59.
- LOPEZ QUIROGA & MARTINEZ TEJERA, 2006  
Lopez Quiroga, J. & Martínez Tejera, A. M. = El destino de los templos paganos en Hispania durante la Antigüedad Tardía. *Archivo Español de Arqueología* 79, p. 125-153.
- LOPEZ QUIROGA, MARTINEZ TEJERA & MORÍN, 2005  
Lopez Quiroga, J.; Martínez Tejera, A. M. & Morín, J. (eds) = *Gallia e Hispania en el contexto de la*

- presencia "germánica" (s. V-VII). Balance y perspectivas.* Actas de la mesa redonda, Madrid, 19-20 Diciembre 2005. (BAR International Series 1534) Oxford.
- LOPEZ QUIROGA & RODRIGUEZ MARTIN 2000-2001  
Lopez Quiroga, Jorge & Rodriguez Martin, F. German =, El "final" de las *villae* en la *Hispania*. I. La transformación de las *pars urbana* durante la Antigüedad Tardia. *Portvgalia*, vol. XXI-XXII, p. 137-190.
- LOURO, 1948  
Louro, Padre Henrique da Silva = Inscrição cristã de há 1600 anos encontrada na Terrugem. *Ethnos*. Vol. III, p. 347-348.
- 1959  
Inscrições lapidares de Veiros. *Alto Alentejo* 4, p. 15-25.
- 1964  
*Terrugem*. Évora, Gráfica Eborense.
- 1970  
Inscrições romanas de Barbacena. *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia*. Lisboa, vol. 2, p. 105-106.
- LUCAS PELLICIER, 1986-1987  
Lucas Pellicier, Maria del Rosário = La influencia africana en la iconografía equina de la *villa* de Aguilafuente (Segóvia). *Cuadernos de Preistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid* 13-14, p. 219-236.
- LUGLI, 1957  
Lugli, Giuseppe = *La Tecnica edilizia romana*. Roma, Giovanni Bardi Editori.
- MACHADO, 1964  
Machado, João Saavedra = Subsídios para a História do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos. *O Arqueólogo Português*, Série II n° 5, Lisboa, p. 51-448.
- MACHADO, 1920  
Machado, Luís Saavedra = Aquisições do Museu Etnológico Portugues. *O Archeologo Português*, Série I, n° 24, Lisboa, p. 241-270.
- MACIEL, 1996  
Maciel, Manuel Justino = *Antiguidade tardia e paleo-cristianismo em Portugal*. Lisboa, [edição de autor].
- 1998  
Arte romana e pedreiras de mármore na Lusitânia: novos caminhos de investigação. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas* 11, p. 233-245.
- MACIEL & MACIEL, 1985a  
Maciel, Manuel Justino & Maciel, Tarcísio Daniel = Fragmento de placa funerária do Monte do Passo, Elvas (*Conventus Pacensis*). *Ficheiro Epigráfico* 15 n° 65.
- 1985b  
Árula funerária da Herdade das Caldeiras (*Conventus Pacensis*). *Ficheiro epigráfico* 15 n° 66.
- MACIEL, MACIEL & ENCARNÇÃO, 1994  
Maciel, Manuel Justino, Maciel, Tarcísio Daniel, & Encarnação. José d' = Ara a Belona, de Santa Eulália, Elvas (*Conventus Emeritensis*). *Ficheiro Epigráfico* 46 n° 207.
- MACKAY, 1977  
Mackay, Alexander = *Houses, villas and palaces in the roman world*. London, Thames and Hudson.
- MACKIE, 1983  
Mackie, Nicola = *Local administration in Roman Spain, A D. 14-212*. Oxford, British Archaeological Reports (BAR International Series 172).
- MACKINNON, 1999-2000  
MacKinnon, Michael = O papel dos animais na economia rural da Lusitânia romana: zooarqueologia de Torre de Palma. *a cidade*, n° 13-14, p. 129-139.
- MALONEY,  
Maloney, Stephanie J. = Early christian double-apsed churches in Iberia. Some considerations. *Art History* vol. 3 n° 2, p. 129-143.
- 1999-2000  
As escavações da Universidade de Louisville na *Villa* de Torre de Palma, Portugal 1983 – 2000: alguns resultados preliminares. *a cidade*, n° 13-14, p. 105-119.
- MALONEY & HALE, 1996  
Maloney, S; Hale, J. R. = The villa of Torre de Palma (Alto Alentejo). *Journal of Roman Archaeology*, 9, p. 275-294.
- MALONEY & HUFSTOFF, 2002  
Maloney, S. & Hufstoffs, M. = Torre de Palma: fact or fiction? *O Arqueólogo Português*, série IV, vol. 20, p. 135-146.
- MANTAS, 1986  
Mantas, Vasco Gil = Implantação rural romana em torno da villa de S. Cucufate (Vidigueira). *Arquivo de Beja*, 2ª série, vol. 3, p.199-214.



- 1990  
A rede viária do convento escalabitano. *Simpósio sobre la red viária en la Hispânia romana*, Zaragoza, Institución Fernando el Católico, p. 219-239.
- 2000  
A sociedade luso-romana do município de *Ammaia*. In: Gorges, & Nogales Basarrate (coord.), *Sociedad y cultura en Lusitania romana*, IVª mesa redonda internacional, Mérida, Junta de Extremadura, p. 391-420.
- 2002  
Libertos e escravos na cidade luso-romana de *Ammaia*. *Ibn Maruán* nº 12, p. 49-68.
- 2010  
Os *Lares Viales* na Lusitânia. *Vialibus – Revista de Cultura da Fundação Arquivo Paes Teles* nº 2, p. 13-34.
- MANTAS & SILLIÉRES, 1990  
Mantas, Vasco Gil & Silliéres, Pierre = La vie économique du domaine et des villas. In: Alarcão, Étienne e Mayet, 1990, p. 149-186.
- MAR & VERDE, 2008  
Mar, Ricardo & Verde, Giuseppe = Las villas romanas tardoantiguas: cuestiones de tipología arquitectónica. Fernández Ochoa, García-Entero, & Gil Sendino (eds), p. 49-83.
- MARIANO, 1912  
Mariano, Frei João = *Memoria historica de Campo Maior*. Elvas, Typ. Elvense.
- MARROU, H. I. (1977)  
Marrou, Henri Irenée = *Décadence romaine ou Antiquité Tardive? IIIe- VIe siècle*. Paris, Éditions du Seuil.
- 1985  
*L'église de L'Antiquité Tardive. 303-604*. Paris, Éditions du Seuil.
- MARTIN DE CACERES 1985  
Martin de Caceres, Enrique Cerrillo = Arqueologia y agricultura romana en la Peninsula Iberica. *Norba* 6, p. 161-164.
- 1986  
Pequeños espacios y pequeños límites: espacios y fronteras en las villas romanas. *Norba* 6, p. 187-192.
- 1987  
Un modelo para el estudio del asentamiento rural romano en el W. *Actas das 1as Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano*, p. 159-162.
- 1994  
Arqueología de los centros de culto en las iglesias de épocas paleocristiana y visigoda en la península ibérica: ábsides y santuarios. *Cuadernos de Arqueología de la Universidad de Navarra*, 2, p. 261-282.
- 1995a  
Reflexiones sobre las *villae* romanas en Hispania. In: *Poblamiento rural romano en el Sureste de Hispania*, Actas de las Jornadas celebradas en Jumilla del 8 al 11 de Noviembre de 1993, Murcia, Universidad de Murcia, p. 17-26.
- 1995b  
Cristianización y arqueología cristiana primitiva de la Lusitania: las áreas rurales. *IV Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispanica*, Barcelona, 1995, p. 359-375.
- 1997  
La prospección sistemática y el poblamiento romano en Extremadura. *Nakla* 2, p. 99-115.
- 1999  
Los campos de Hispania. In: Almagro Gorbea & Alvarez Martínez (ed.), p. 385-395.
- MARTIN DE CACERES & FERNANDEZ CORRALES, 1980  
Martin de Cáceres, Enrique Cerrillo & Fernandez Corrales, José Maria = Contribucion al estudio del asentamiento romano en Extremadura. Analisis espacial al Sul de Trujillo. *Norba* I, p. 157-175.
- 1981  
Un ejemplo de relación campo-ciudad. La distribución espacial de los mosaicos romanos en Lusitania. *Norba* 2, p. 153-164.
- MARTÍN DE CACERES, FERNÁNDEZ CORRALES & GARCÍA DE LA SANTA, 1990  
Martín de Cáceres, Enrique Cerrillo; Fernández Corrales, José María; García de la Santa, Gregorio Herrera = Ciudades, Territorios y vía de comunicación en la Lusitania meridional española. In AAVV - *Les villes de Lusitanie Romaine*. Table ronde internationale du CNRS, Valence 1988. Paris, CNRS, p. 51-72.
- MARTÍN BRAVO, 1999  
Martín Bravo, Ana Maria = *Los orígenes de Lusitania. El primer milenio a. C. en la Alta Extremadura*. (Bibliotheca Archaeologica Hispana 2), Madrid, CSIC.
- MARTÍNEZ MELÓN, 2006  
Martínez Melón, José Ignacio = El vocabulário de los asentamientos rurales (Siglos I-IX d.C.): evolución de la terminología. In: Chavarria, Arce, Brogiolo, p. 113-131.

- MARTINS, 1955  
Martins, Mário = A legenda dos santos mártires Veríssimo, Máxima e Júlia, do cód. CV/1-23 da Biblioteca de Évora. *Revista Portuguesa de História* 6, p. 45-93.
- 1957  
*Peregrinações e livros de milagros na nossa Idade Média*. 2ª ed., Lisboa, Brotéria.
- 1975  
*Alegorias, símbolos e exemplos morais na literatura portuguesa medieval*. Lisboa, Brotéria.
- MARZANO, 2007  
Marzano, Annalisa = *Roman villas in central Italy. A social and economic history*. Leiden-Boston, Brill.
- MATEOS CRUZ, 1995  
Mateos Cruz, Pedro = La cristianización de la Lusitania (siglos IV-VII). Extremadura en época visigoda. *Extremadura Arqueológica IV*, p. 239-263.
- MATEOS CRUZ & CABALLERO ZOREDA, 2003  
Mateos Cruz, P. & Caballero Zoreda, L. (eds) = *Repertório de arquitectura Cristiana en Extremadura: época tardoantigua y altomedieval*. Anejos de Archivo Español de Arqueología XXIX, Mérida.
- MATOS, 1995  
Matos, José Luís de = *Inventário do Museu Nacional de Arqueologia. Coleção de escultura romana*. Lisboa, Instituto Português de Museus.
- MATTINGLY, 1996  
Mattingly, David = *Farming the desert*. Paris, UNESCO.
- 2000  
2. Methods of collection, recording and quantification. In: Barker & Mattingly (eds), *The Archaeology of Mediterranean Landscapes* vol. 5, Extracting meaning from Ploughsoil assemblages London, Oxbow Books, p. 5-15
- MATTINGLY & GILLINGS, 1999  
Mattingly, D.; Gillings, M. (eds.) = *Geographical Information Systems and Landscape Archaeology*, Oxbow, Oxford
- McCORMICK, 2001  
McCormick, M. = *Origins of the European economy: communications and commerce AD. 300-900*. Cambridge, Cambridge University Press.
- MENDES DE ALMEIDA & FERREIRA, 1967  
Mendes de Almeida, João; Ferreira, F. Bandeira = Varia epigraphica. *Revista de Guimarães* LXXVII, p. 47-69.
- MILHEIRAS, 1997  
Milheiras, Jerónimo Velez = *Memórias de Galveias*. Galveias, Junta de Freguesia de Galveias.
- MILLET, 1990  
Millet, Martin = *The romanization of Britain. An essay in archaeological interpretation*. Cambridge, Cambridge University Press.
- MONTEIRO, 2003  
Monteiro, Mário = A villa romana dos Mosteiros (Castelo de Vide). Trabalho apresentado ao Seminário de Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa [policopiado].
- MORAND, 1994  
Morand, I. = *Idéologie, culture et spiritualité chez les propriétaires ruraux de l'Hispanie romaine*. (Publications du Centre Pierre Paris 27) Paris, Diff. De Boccard.
- MORGADO & CARNEIRO, 2011  
Morgado, Paula & Carneiro, André = Os rostos de Janus : estratégias de povoamento na mudança da Era no concelho de Monforte. In : Carneiro, Rocha, Morgado & Oliveira (ed.), p. 137-146.
- MOURÃO, 2008  
Mourão, Cátia = *Mirabilia Aqvarvm. Motivos aquáticos em mosaicos da antiguidade no território português*. Lisboa, EPAL.
- MOUTINHO ALARCÃO, 1960-191  
Alarcão, Adília Moutinho = Algumas peças de terra sigillata na Secção Arqueológica do Paço Ducal de Vila Viçosa. *Conimbriga*, II-III, p. 181-201.
- MURTA, 1987 [?]  
Murta, José Dinis = Inscrições romanas do concelho de Nisa: novos achados. *Actas do I Encontro de História regional e local do distrito de Portalegre*. Portalegre, 24-27 de Setembro de 1987 [consultada cópia dactilografada existente na CMN].
- NATHAN, 2000  
Nathan, Geoffrey S. = *The family in Late antiquity. The rise of Christianity and the endurance of tradition*. London and New York, Routledge.
- NEVES, 1972  
Neves, Josefa = Uma colecção particular de materiais romanos de Aramenha. *Conimbriga* XI, p. 1-33.
- NOGALES BASARRATE, CARVALHO & ALMEIDA, 2002a

- Nogales Basarrate, Trinidad; Carvalho, António & Almeida, Maria José = O grupo escultórico da *villa* romana da Quinta das Longas (S. Vicente e Ventosa, Elvas). In: Ribeiro (ed) *As Religiões da Lusitânia: Loquuntur Saxa*. Lisboa, Instituto Português de Museus, p. 297-299 [fichas de peças p. 497-502].
- 2002b  
El programa decorativo de la Quinta das Longas (Elvas, Portugal): modelo excepcional de la *villae* de la Lusitania. In: *Actas de la IV Reunión sobre Escultura Romana en Hispania* (Lisboa/Cascais, 7 a 9 de Fevereiro), p. 103-156.
- NOLEN, 1981  
Nolen, Jeannette U. Smit = A grave group from Monte dos Irmãos (Montargil). *Conímbriga* XX, p. 181 – 192.
- 1985  
Cerâmica comum de Necrópoles do Alto Alentejo. Vila Viçosa, Fundação da Casa de Bragança, 1985.
- 1995-1997  
Acerca da cronologia da cerâmica comum das necrópoles do Alto Alentejo: novos elementos. *O Arqueólogo Português* Série IV, nº 13/15, p. 347-391.
- NOVAES, 1635  
Novaes, António Gonçalves de = *Relação do Bispado de Elvas*. Lisboa, Tip. Lourenço Craesbeeck.
- OLEIRO, 1956  
Oleiro, José Bairrão = *Archeologia*, 1955. *Humanitas* 7-8, p. 274-284.
- OLIVARES PEDREÑO 1999  
Olivares Pedreño, Juan Carlos = El panteón religioso indígena en el área extremeña. *Hispania Antiqua* XXIII, p. 97-118.
- 2006  
Cultos romanos y indigenismo: elementos para el análisis del proceso de romanización religiosa en la *Hispania* céltica. *Luxetum* XXV, p. 139-157.
- OLIVEIRA, 2006  
Oliveira, Cristina = Mosaicos romanos: balanço de uma década de investigação em Portugal. *Conímbriga* XLV, p. 275 - 299
- OLIVEIRA, CARVALHO & ALMEIDA (no prelo)  
Oliveira, Cristina; Carvalho, António & Almeida, Maria José de = “A villa de Quinta das Longas (Elvas – Portugal): les mosaïques du Bas-Empire”, *X Colóquio Internacional da Associação Internacional para o Estudo do Mosaico Antigo* (AIEMA) (Conímbriga, 29 de Outubro a 3 de Novembro de 2005)
- OLIVEIRA, GALHANO & PEREIRA, 1994  
Oliveira, Ernesto Veiga de; Galhano, Fernando & Pereira, Benjamim = *Construções primitivas de Portugal*. (Portugal de Perto nº 17) Lisboa, Publicações D. Quixote.
- OLIVEIRA, 1997  
Oliveira, Jorge de = *Monumentos Megalíticos da bacia hidrográfica do rio Sever. Ibn Maruan* – Edição especial, Tomo I, Lisboa, Edições Colibri.
- 2005  
Oliveira, Jorge de (Coord.) = São Salvador da Aramenha. Histórias e Memórias da freguesia. *Ibn Maruan* nº 13, Lisboa/Marvão.
- 2006  
*Património Arqueológico da Coudelaria de Alter e as primeiras comunidades agropastoris*. Lisboa, Edições Colibri/Universidade de Évora.
- OLIVEIRA, BAIRINHAS & BALESTEROS, 1996  
Oliveira, Jorge de; Bairinhas, António & Balesteros, Carmen = Inventário dos vestígios arqueológicos do Parque Natural da Serra de S. Mamede. *Ibn Maruan* nº 6, p. 43-61.
- OLIVEIRA & CUNHA, 1993-1994  
Oliveira, Jorge de & Cunha, Susana S. S. = A cidade romana de *Ammaia* na correspondência entre António Maças e Leite de Vasconcelos. *O Arqueólogo Português* Série IV, nº 11/12, p. 103-134.
- OLIVEIRA & PEREIRA, 2010  
Oliveira, Jorge de & Pereira, Sérgio = A pulverização da *Ammaia* na Alta Idade Média. In: Oliveira, Oliveira & Patrocínio (eds.) *Espaços e paisagens. Antiguidade Clássica e heranças contemporâneas*. Actas do VII Congresso da Associação Portuguesa de Estudos Clássicos (Évora, 10-12 de Abril de 2008), APEC, Coimbra, p. 171-186.
- OLIVEIRA, PEREIRA & PARREIRA, 2007  
Oliveira, Jorge de; Pereira, Sérgio & Parreira, João = *Nova Carta Arqueológica do concelho de Marvão*. *Ibn-Maruan* nº 14, Lisboa/Marvão.
- OLIVEIRA, SARANTOPOULOS & BALLESTEROS, 1997  
Oliveira, Jorge de; Sarantopoulos, Panagiotis & Ballesteros, Carmen = *Antas-capelas e capelas junto a antas no território português*. Lisboa, Edições Colibri [separata].
- OLIVEIRA & PALMEIRO, 1993/1994

- Oliveira, Vera & Palmeiro, Maria de Fátima = *Atualização do estudo arqueológico feito no concelho de Alter do Chão*. [s.l.], policopiado.
- OREJAS, 1991  
Orejas, Almudena = Arqueologia del Paisaje: Historia, problemas, perspectivas. *Archivo Español de Arqueología*, vol. 64, nº 163-164, Madrid, p. 191-230.
- OREJAS & ÁRBOL, 2008  
Orejas, Almudena & Árbol, María Ruiz del = Territorio y dominio en las villas romanas: el *fundus* de Veranes. In: Fernández Ochoa, García-Entero e Gil Sendino (eds), p. 167-191.
- OSSEL 1992  
Ossel, Paul van = *Etablissements ruraux de l'Antiquité Tardive dans le Nord de la Gaule*. (Gallia, Sup. 51) Paris.
- 2005  
Rural impoverishment in Northern Gaul at the end of Antiquity: the contribution of archaeology. In: Bowden, Gutteridge & Machado (2005): 533-565.
- OSSEL & OUZOULIAS, 2000  
Ossel, Paul van & Ouzoulias, Pierre = Rural settlement economy in northern Gaul in the late Empire: an overview and assessment. *Journal of Roman archaeology* 13, p. 133-160.
- OUZOULIAS, 2001  
Ouzoulias, Pierre = *Les Campagnes de la Gaule à la fin de l'Antiquité*. Actes du Colloque, Montpellier, 11-14 Mars 1998, IV Colloque de l'Association AGER, Antibes.
- 2006  
*L'économie agraire de la Gaule : aperçus historiographiques et perspectives archéologiques*. Thèse de Doctorat en Archéologie présentée à l'Université de Franche-Comté, 2 vols., [policopiado].
- PAÇO, 1949  
Paço, Afonso do = Inscrição do Monte Velho (Beirã, Marvão). *Brotéria* 49 (1), Jul., p. 40-54.
- 1951  
Antiguidades de Fontalva (Elvas). I – Fivela visigótica. *Revista de Grimarões* nº 61 (3-4), Jul.-Dez, p. 416-425.
- 1953  
Carta Arqueológica do concelho de Marvão. *Congresso luso-espanhol para o progresso das ciências – 7ª secção. Ciências históricas e filológicas* (Lisboa, 1950), Lisboa, Associação Portuguesa para o progresso das ciências, p. 93-119.
- PAÇO & FERREIRA, 1951  
Paço, Afonso do; Ferreira, Octávio da Veiga = Antiguidades de Fontalva (Elvas). *Revista de Guimarães* LXI [separata com numeração própria].
- PAÇO, FERREIRA & VIANA, 1957  
Paço, Afonso do; Ferreira, O. da Veiga & Viana, Abel = Antiguidades de Fontalva: neo-eneolítico e época romana. *Zephyrus*, vol. 8(1), p. 111-133.
- PADILLA, 1999  
Padilla, Aurelio = Alguns notas sobre canteras y mármoles en los siglos III-IV. *Gerion* nº 17, p. 497-518.
- PALOL, 1972  
Palol, Pedro de = Los monumentos de Hispania en la arqueología paleocristiana. *Actas del VIII Congreso Internacional de Arqueología Cristiana*, Barcelona 5-11 Octubre 1969, Barcelona, CSICE, p. 167-185.
- PARREIRA, 1996  
Parreira, Rui = *O conjunto megalítico do Crato (Alto Alentejo). Contribuição para o registo das antas portuguesas*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à FLUP, 2 volumes, Porto [policopiado].
- PATRÃO, 2003  
Patrão, José Dias Heitor = *Gavião – memórias do concelho*. Lisboa, Edições Colibri/Câmara Municipal de Gavião.
- PEÑA CERVANTES, 2005-2006  
Peña Cervantes, Yolanda = Producción de vino y aceite en los asentamientos rurales en Hispania durante la Antigüedad Tardía (IV-VII d.C.). *Cuadernos de PreHistoria y Arqueología. Universidad Autónoma de Madrid* 31-32, p. 103-115.
- 2010  
Torcularia. *La producción de vino y aceite en Hispania*. (Documenta 14) Tarragona, Institut Català d'Arqueologia Clàssica.
- PERCIVAL, 1988  
Percival, John = *The roman Villa. An historical introduction*. London, Batsford.
- 1997  
Desperately seeking Sidonius: the realities of life in fifth-century Gaul. *Latomus* 56.2, p. 279-292.
- PEREIRA, 1912

- Pereira, Félix Alves = A ponte romana de Vila Formosa (Alter do Chão). *O Arqueólogo Português*, Iª Série, nº 17, p. 207-222.
- PEREIRA, 2009  
Pereira, Sérgio = A cidade romana de *Ammaia*. Escavações arqueológicas 2000-2006. *Ibn Marwan* (nº especial II 2009), Lisboa/Marvão.
- PEREZ LOSADA, 1987  
Perez Losada, Fermin = Sobre o conceito de *villa* no mundo romano. *Cadernos de Arqueologia de Braga*, série II, nº 4, p. 79-110.
- 1998  
Cidades e aldeias na Galiza romana: uma proposta de classificação hierárquica do habitat galaico-romano. *O Arqueólogo Português*, série IV, nº 16, p. 151-174.
- PERRIN, 2004  
Perrin, Patrick = The origin of the village in early Medieval Gaul. *In* Christie (ed.), p. 255-278.
- PEYRAS, 2004  
Peyras, Jean = Espaces centuriés et non centuriés des colonies sous le Haut-Empire Roman d'après les écrits d'arpentage romains. *Pallas* 64, p. 77-89.
- PICÃO, 1983  
Picão, José da Silva = *Através dos campos: usos e costumes agrícola-alentejanos*. (Biblioteca de Etnografia e Antropologia nº 2) Lisboa, Publicações D. Quixote.
- PINTO, 1999-2000  
Pinto, Isabel = Arqueologia no concelho de Arronches: o Projecto de Estudo do Povoamento Rural Romano. *a cidade* nº 13-14, p. 95-104.
- 2000  
Povoamento rural romano no actual concelho de Arronches (Portalegre, Alto Alentejo, Portugal): a amostra disponível. *Arqueologia da Antiguidade na Península Ibérica. Actas do IIIº Congresso de Arqueologia Peninsular*. Vol. VI, Porto, ADECAP, p. 441-452.
- PINTO, 1932  
Pinto, Rui de Serpa = Restos visigóticos de Elvas e Campomaior. *A águia*, sep. do nº 2 (ano XX), p. 5-7.
- PIRES, 1901  
Pires, Antonio Thomaz = Catalogo do Museu Archeologico de Elvas. *O Archeologo Português* VI, p. 209-236.
- 1931  
*Estudos e notas elvenses. XIII Excerptos de um estudo sobre a toponymia elvense*. Elvas, Tipografia Progresso.
- PITA & MAGUSTO; 1996  
Pita, António Manuel & Magusto, João Francisco = Levantamento arqueológico da zona sudoeste do concelho de Castelo de Vide: Feitosa, Figueiras 1, Lavradores e Cangão. *Actas do II encontro de história regional e local do distrito de Portalegre*, Lisboa, Associação dos Professores de História, p. 63-74.
- PLANA-MALLART, 1995  
Plana-Mallart, Rosa = *Ebora* et son territoire. *In*: Clavel-Lêvêque, Monique et Plana-Mallart, Rosa, *Cité et territoire*, Colloque européen, Béziers, 14-16 Oct., Centre de Recherches d' Histoire Ancienne, Espaces et paysages 5, p. 231-242.
- PONTE, 1986  
Ponte, Salette da = Algumas peças metálicas de necrópoles romanas dos distritos de Portalegre e de Évora. *Conímbriga* XXV, p. 99-129.
- PONTIS, 1999  
Pontis, Grupo de Estudos Arqueológicos de Ponte de Sôr = *Carta Arqueológica de Ponte de Sôr*. Ponte de Sôr, Câmara Municipal de Ponte de Sôr.
- POTTER, 1999  
Potter, David = *Literary texts and the Roman historians*. London/ New York, Routledge.
- POTTER, 1979  
Potter, T. W. = *The changing landscape of South Etrúria*. London, Paul Elek.
- PURCELL, 1985  
Purcell, N. = Wine and wealth in ancient Italy. *Journal of Roman studies*, LXXV, London, p. 1-19.
- QUINTELA, CARDOSO & MASCARENHAS, 1987  
Quintela, António de Carvalho; Cardoso, João Luís & Mascarenhas, José Manuel = *Aproveitamentos Hidráulicos Romanos a Sul do Tejo: contribuição para a sua inventariação e caracterização*. Lisboa, Ministério do Plano e da Administração do Território.
- 1999  
Barrages romains au sud du Tage (Portugal). *In* : Gorges & Rodríguez Martin (eds), p. 197-226.
- RAMIREZ SÁDABA, 1993  
Ramirez Sádaba, José Luis = Dos termini augustales del territorium emeritense; uno de Valencia del Ventoso y otro de Montemolín. *Veleia* 10, p. 301-305.
- RAYNAUD, 2000-2001

- Raynaud, Claude = Les campagnes en Gaul du Sud-Est dans l'Antiquité Tardive et le Haut Moyen Âge. *Zephyrus* 53-54, p. 473-507.
- REDDÉ, 2003  
Reddé, Michel (ed.) = *La naissance de la ville dans l'Antiquité. De l'Archéologie à l'Histoire*. Paris, Diff. De Boccard.
- REIS, 2004  
Reis, Maria Pilar = *As termas e os balneários romanos da Lusitânia*. (Studia Lusitana 2), Mérida, Museo Nacional de Arte Romano.
- REMESAL RODRÍGUEZ, 2008  
Remesal Rodríguez, José = La villa como sistema económico. In: Revilla Calvo, González Pérez & Prevosti Monclús (Eds.), *Actes del simposi "Les Vil·les romanes a la Tarraconense. Implantació, evolució i transformació. Estat actual de la investigació del món rural en època romana"*. (Monografies 10) Barcelona, Museu d'Arqueologia de Catalunya, p. 49-54.
- REVELL, 2009  
Revell, Louise = *Roman imperialism and local identities*. Cambridge, Cambridge University Press.
- REVILLA CALVO, 1992-1994  
Revilla Calvo, Victor = Poblamiento y economía en el Bajo Ebro en época romana. Bases para un modelo de paisaje rural. *Lxcentvm* XI – XIII, p. 145-163.
- 1995  
Producción cerámica, viticultura y propiedad rural en Hispania Tarraconensis (siglos I a.C.- III d.C.). *Gerion* 13, p. 305-338.
- REYNOLDS, 1995  
Reynolds, Paul = *Trade in the Western Mediterranean AD 400-700: the ceramic evidence*. (BAR International Series 604) Oxford, Tempvs Reparatvm.
- 2005  
Hispania in the Late Roman Mediterranean: ceramics and trade. In: Bowes & Kulikowski (ed.), p. 369-485.
- RIBEIRO, 2003  
Ribeiro, Ana = Contributo para o conhecimento do povoamento rural romano no concelho de Borba. A villa da Cerca. *al-madan* IIª Série, 12, p. 47-53.
- 2008  
Uma primeira leitura da Carta Arqueológica de Avis. *al-madan – adenda eletrónica*, II Série (16) [http://www.almadan.publi.pt].
- 2010  
Novos elementos para o estudo do sítio arqueológico da Ladeira, Ervedal – resultados preliminares da primeira fase do projecto de investigação. *Vialibus – Revista de Cultura da Fundação Arquivo Paes Teles*. nº 2, p. 35-64.
- RIBEIRO, 1987a  
Ribeiro, Orlando = *Portugal: o Mediterrâneo e o Atlântico*. 5ª Edição, Lisboa, Livraria Sá da Costa.
- 1987b  
*Introdução ao estudo da geografia regional*. Lisboa, Livraria Sá da Costa.
- RIBEIRO & LAUTENSACH, 1987  
Ribeiro, Orlando & Lautensach, Hermann. = *Geografia de Portugal*. 4ª edição, Lisboa, Edições Sá da Costa.
- RIPOLL & ARCE, 2001  
Ripoll, Gisella & Arce, Javier = Transformación y final de las villae en occidente (siglos IV-VIII): problemas y perspectivas. *Arqueología y territorio medieval* nº 8, p. 21-54.
- RIPOLL & GUNT, 2000  
Ripoll, Gisela, & Gunt, Josep. M. (ed.) = *Sedes regiae (an. 400-800)*. Barcelona, Real Academia de Bones Lletres.
- ROBERTSON, SEIBERT, FERNANDEZ & ZENDER, 2006  
Robertson, Elizabeth C.; Seibert, Jeffrey D.; Fernandez, Deepika C. & Zender, Mark. U. (eds) = *Space and spatial analysis in Archaeology*. Calgary, University of Calgary Press.
- ROCHA, 2005  
Rocha, Leonor = As origens do megalitismo funerário no Alentejo Central: a contribuição de Manuel Heleno. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa [policopiada].
- IGUES & PEREIRA, 1987  
Rodrigues, Jorge & Pereira, Paulo = Alguns elementos medievais encontrados em Flor da Rosa (Concelho do Crato). *Actas das 1as Jornadas de Arqueologia do Norte Alentejano*, p. 183-191.
- IGUES, 1975  
Rodrigues, Maria da Conceição, *Carta Arqueológica do concelho de Castelo de Vide*, Lisboa, Junta Distrital de Portalegre.
- RODRÍGUEZ MARTÍN, 1988

- Rodríguez Martín, F. Germán = La villa romana de la dehesa de Torre Águila en Barbaño – Montijo (Badajoz). *Extremadura Arqueologica* I, p. 201-219.
- 1990  
Algunas noticias sobre la producción de aceite en las Vegas del Guadiana (entre Talavera – Barbaño), durante los primeros siglos del Imperio (I-III d.C.). *XII Jornadas de viticultura y enología de Tierra de Barros*, Almendralejo 7-11 de Mayo de 1990 Zafra, Junta da Extremadura [policopiado], p. 273-281.
- 1999  
Los asentamientos rurales romanos y su posible distribución en la cuenca media del Guadiana. In: J.G. Gorges e F.G. Rodríguez Martín (eds), p. 121-134.
- 2002  
La cuenca media del Guadiana entre los siglos V-VII d.C. Un espacio en transformación en un contexto de transición. *Actas de los V encuentros de Historia en Montijo*, Badajoz, Diputación de Badajoz, p. 19-35.
- RODRÍGUEZ MARTÍN & CARVALHO, 2008  
Rodríguez Martín, F. Germán, e Carvalho, António = Torre Águila y las villas de la Lusitania interior hasta el occidente atlántico. In: Fernández Ochoa, García-Entero e Gil Sendino (eds.), p. 301-344.
- RODRIGUEZ MARTÍN & GORGES, 2006  
Rodríguez Martín, Germán & Gorges, Jean-Gérard = La estructuración del paisaje antiguo en el territorio emeritense en el Alto Imperio: el ejemplo del valle medio del Guadiana. *Arqueología Espacial* 26, p. 171-191.
- ROLDAN GOMEZ, 2007  
Roldan Gomez, Lourdes = Edilicia romana. Un arte al servicio de la técnica. In: Trinidad Nogales Basarrate & Pilar Fernández Uriel (eds), *Ciencia y tecnología en el mundo antiguo*. (Monografías Emeritenses 10), Mérida, MNAR, p. 157-175.
- ROMERAL PÉREZ, 2001  
Romeral Pérez, Carlos García = *Bio-bibliografía de viajeros por España y Portugal*. 3 vols., Madrid, Ed. Ollero y Rams.
- ROMIZZI, 2006  
Romizzi, Lucia = Le ville tardo-antiche in Italia. In: Chavarria, Arce & Brogiolo (eds) p. 37-59.
- RORISON, 2001  
Rorison, Monica = *Vici in Roman Gaul*. (BAR International Series 933), Oxford, Tempvs Reparvm.
- ROSA, 2001  
Rosa, Jorge = *Montalvão. Ecos duma história milenar*. Lisboa, Edições Colibri/Câmara Municipal de Nisa.
- ROSSIGNOL & WANDSNIDER, 1992  
Rossignol, Jacqueline & Wandsnider, Luan (ed.) = *Space, time and archaeological landscapes*. New York, Plenum Press.
- ROSSITER, 2000  
Rossiter, J. J. = Interpreting roman villas. Rez. zu J. T. Smith, Roman Villas. *Journal of Roman Archaeology* vol. 13, p. 572-577.
- SAA, 1956-1967  
Saa, Mário de = *As grandes vias da Lusitânia: O itinerário de Antonino Pio*. Lisboa, Ed. do Autor, 6 volumes [Tomo I, 1956; Tomo II, 1957; Tomo III, 1960; Tomo IV, 1963; Tomo V, 1964; Tomo VI, 1967].
- SABIO GONZÁLEZ, 2008  
Sabio González, R. = *Villas, propietarios y nombres de lugar en la Hispania Romana. Metodología toponímica y catálogo de los casos recogidos en Castilla-La Mancha y Madrid*. (Colección Monográfica, Serie Historica 1) Madrid, La Ergástula.
- SAEZ FERNANDEZ, 1987  
Saez Fernandez, Pedro = *Agricultura romana de la Bética I. Écija*, Monografías del Departamento de Historia Antigua de la Universidad de Sevilla.
- 2002  
Algunas consideraciones sobre el territorio de las ciudades de la Bética. In: Gonzalez Roman, Cristobal, & Padilla Arroba, Ángel (eds), *Estudios sobre las ciudades romanas de la Bética*. Granada, Universidad de Granada, p. 390-445.
- SALAMITO, 2000  
Salamito, Jean-Pierre = Prédication chrétienne et mentalité aristocratique: aspects occidentaux d'une confrontation (Ive – Ve siècle). In: Santos, Juan, e Teja, Ramón (eds), *El Cristianismo. Aspectos históricos de su origen y difusión en Hispania*. Actas del Symposium de Vitoria-Gasteiz, 25 a 27 de Novembro de 1996. Vitoria-Gasteiz, Instituto de Ciências de la Antigüedad, p. 37-52.
- SANDERS, 2004

- Sanders, J. D. R. = Problems in interpreting rural and urban settlement in Southern Greece, AD 365-700. In: Christie, Neil (ed.), *Landscapes of Change*. London, Aldershot.
- SANTOS & TEJA (2000)  
Santos, Juan, e Teja, Ramón (eds) = *El Cristianismo. Aspectos históricos de su origen y difusión en Hispânia*. Actas del Symposium de Vitoria-Gasteiz, 25 a 27 de Novembro de 1996. Vitoria-Gasteiz, Instituto de Ciências de la Antigüedad.
- SANZ SERRANO, 2007  
Sanz Serrano, Rosa = Aristocracias paganas en Hispania Tardía (s. V-VII). *Gerión*, vol. 25 (Extra nº 1), p. 443-480.
- SARABIA BAUTISTA & MUÑOZ OJEDA, 2004-2005  
Sarabia Bautista, Julia & Muñoz Ojeda, Francisco Javier = “Los mármoles de La Vega (Balazote, Albacete). Tipos y morfología”. *Lucentum*. XXIII-XXIV, p. 157-163
- SARNADAS, 1996  
Sarnadas, Hernâni = Levantamento arqueológico da área da bacia de enchimento da barragem de Póvoa e Meadas. *Actas do II encontro de história regional e local do distrito de Portalegre*, Lisboa, Associação dos Professores de História, p. 52-62.
- SCHACHNER, 2005  
Schachner, Lukas Amadeus = Social life in Late Antiquity: a bibliographical essay. In: Bowden, Gutteridge & Machado (ed.), p. 41-93.
- SCOTT, 2000  
Scott, Sarah = *Art and society in fourth-century Britain: villa mosaics in context*. (Monographs 53), Oxford, Oxford University of Archaeology.
- 2004  
Elites, exhibitionism and the society of the late Roman Villa. In: Christie, Neil (ed.), p. 39-65.
- SEPÚLVEDA & CARNEIRO, 2011  
Sepúlveda, Eurico & Carneiro, André = Marcas de oleiro em terra sigillata exumadas no actual concelho de Fronteira. Um indicador fiável de trocas comerciais? In: Carneiro, Rocha, Morgado & Oliveira (ed.), p. 203-222.
- SEPÚLVEDA & CARVALHO, 1998  
Sepúlveda, Eurico & Carvalho, António = Cerâmicas de paredes finas no Museu Municipal de Elvas. *Conimbriga*, Vol. XXXVII, p. 233-265.
- SERRAS, 1997  
Serras, Augusto = *Cabeço de Vide – Vila – Memórias de um povo de ontem e de hoje*. 2ª ed., Cabeço de Vide: Edição da Junta de Freguesia de Cabeço de Vide [1ª ed. 1990].
- SFAMENI, 2004  
Sfameni, Carla = Residential villas in Late Antique Italy: continuity and change. In: Bowden, Lavan, Machado (ed), p. 335-376.
- 2006a  
Commitenza e funzioni delle ville «residenziali» tardoantiche tra fonti archeologiche e fonti letterarie. In: Chavarría, Arce & Brogiolo (ed.), p. 61-72.
- 2006b  
*Ville residenziali nell'Italia tardoantica*. Bari, Edipuglia.
- SILBERT, 1966  
Silbert, Albert = *Le Portugal méditerranéen à la fin de l' Ancien Régime (XVIIIe – début du XIXe siècle). Contribution à l' histoire agraire comparée*. 2 vols., Paris.
- SILLIERES, 1982  
Sillières, Pierre = Centuriation et voie romaine au Sud de Mérida: cointribution à l'délimitation de la Bétique et de la Lusitanie. *Mélanges de la Casa de Velázquez* (XVIII – 1), p. 439-443.
- 1990  
*Les voies de communication de l'Hispanie méridionale*. Publications du Centre Pierre Paris 20, Paris.
- 1994  
Les premiers établissements romaines de la région de Vila de Frades. In J.-G Gorges e M. Salinas de Frías (eds.), p. 89-98.
- SILVA & ENCARNAÇÃO, 1990  
Silva, José Rafael e Encarnação, José d' = Uma placa monumental de Ponte de Sor. *Ficheiro Epigráfico* 36 nº 162.
- SILVA, 1895  
Silva, Manuel de Mattos = Notícia das antiguidades pré-históricas do concelho de Avis. “Anta Grande” da Ordem. *O Archeologo Português* I, p. 120-125 e 214-216.
- 1896  
Notícia das antiguidades pré-históricas do concelho de Avis. *O Archeologo Português* II, p. 239-240
- SIMÕES, 2007  
Simões, João Miguel = *Borba. Património da vila branca*. Lisboa, Edições Colibri/Câmara Municipal de Borba.



- SOTTO MAIOR, 1984  
 Sotto Maior, Diogo Pereira = *Tratado da cidade de Portalegre*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda [1ª ed. 1619].
- SOTTOMAYOR MURO, 2004  
 Sottomayor Muro, Manuel = Términos de la organización territorial eclesiástica de los concilios hispano-romanos y visigodos. C. Balmelle, P. Chevallier e G. Ripoll (ed.) *Mélanges d'Antiquité Tardive (II) De Infima Antiquitate Studiola in honorem Noël Duval*, Brepols Publishers, p. 283-297.
- STEPHENSON, 2006  
 Stephenson, John W. = *A social history of Late Roman Villas in Hispania*. Dissertation submitted to the Faculty of the Graduate School of Emory University for the degree of Doctor in Philosophy, [policopiado].
- SUBTIL, 2001  
 Subtil, Manuel = *Vale do Peso. História e tradição*. 2ª ed., Vale do Peso, Junta de Freguesia de Vale do Peso.
- TARPIN, 2002  
 Tarpin, Michel = *Vici et pagi dans l'Occident romain*. (Coll. de l'école française de Rome n° 229) Paris-Rome, École Française de Rome.
- TEICHNER, 1994  
 Teichner, Felix = Acerca da villa romana de Milreu/Estói – Continuidade da ocupação na Época Árabe. *Arqueologia Medieval* n° 3, Mértola, p. 89-100.
- 2000  
 Christianization, Romanization and Islamicization in southern Lusitania. *Antiquity* 74.
- 2008  
 Entre tierra y mar. Zwischen land und meer. Architektur und Wirtschaftsweise ländlicher siedlungsplätze im Süden der römischen Provinz Lusitanien (Portugal). *Studia Lusitania* 3, Merida, MNAR, 2 volumes.
- TERRENATO, 2001  
 Terrenato, Nicola = The Auditorium site in Rome and the origins of the villa. *Journal of Roman Archaeology* Volume 14, p. 5-32.
- THÉBERT, 2003  
 Thébert, Yvon = *Thermes romains d'Afrique du Nord et leur contexte méditerranéen. Études d'histoire et d'archéologie*. Rome, École française d'archéologie (Bibliothèque des Écoles françaises d'Athènes et de Rome 315).
- TILLEY, 1995  
 Tilley, Christopher = *A phenomenology of landscape. Places, paths and monuments*, Oxford, Berg.
- TIMÓTEO, 1978  
 Timóteo, Maria Abranches = Arqueologia romana do concelho de Alter do Chão (Subsídios para o seu estudo), *Actas das IIIas Jornadas Arqueológicas*. Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 273-292.
- VALDEZ, PINTO & NISA, 2008  
 Valdez, Joana; Pinto, Filipa & Nisa, João = Sepulturas escavadas na rocha do Monte do Biscaia. *al-madan –adenda electrónica* IIª Série (16) [http:// www.almadan.publi.pt].
- VALLAT, 2004  
 Vallat, Jean-Pierre = Prospections, fouilles et perspectives de l'histoire économique et sociale: l'exemple de l'Italie. *Pallas* 64, p. 35-61.
- VAQUERIZO GIL & CARRILLO DIAZ-PINES, 1995  
 Vaquerizo Gil, D. e Carrillo Diaz-Pines, J. R. = The roman villa of El Ruedo (Almedinilla, Cordoba). *Journal of Roman Archaeology*, 8, p. 121-154.
- VARELA, 1915  
 Varela, Aires = *Theatro das antiguidades d'Elvas com a historia da mesma cidade e descripção das terras da sua comarca*. Elvas, Typ. António José Torres de Carvalho.
- VASCONCELLOS, 1895a  
 Vasconcellos, José Leite de = Notícias várias. 4. Inscrição romana de Benavilla. *O Archeologo Português* I, p. 224.
- 1895b  
 Notícias várias e perguntas. *O Archeologo Português* I, p. 64
- 1895c  
 Culto de Prosérpina (No Alto-Alemtejo, na epocha luso-romana). *O Archeologo Português* I, p. 244-246.
- 1896  
 Aquisições do Museu Municipal de Elvas. *O Archeologo Português*, II, p. 2-5.
- 1897  
 Lápide romana de Villa-Boim. *O Archeologo Portugues* III, p. 121.
- 1905

- Religiões da Lusitânia*. 2º vol., Lisboa, INCM [reimp. 1989].
- 1910 Chronica. Excursão archeológica. - Excavações. - Acquisições. *O Archeologo Portugues*. Série I, p. 247-252.
- 1914 Crónica – Excursão alentejana. *O Archeólogo português* XIX, p. 392-397.
- 1916a Entre Tejo e Odiana. *O Archeologo Português*, XXI, p. 152-195.
- 1916b Notas epigráficas – 1. Dois monumentos sepulcrais do Alentejo. *O Archeólogo Português* XXI (1-2), p. 316-319.
- 1921-1922 Notícias arqueológicas do Alto Alentejo. *O Archeologo Português*, XXV, p. 118-123.
- 1927-1929 Antiguidades do Alentejo. *O Archeólogo Português*, XXVIII, p. 158-200.
- 1930-1931 Antiguidades alentejanas. *O Archeologo Português*, XXIX, p. 173-187.
- 1942 *Etnografia portuguesa – tentame de sistematização*. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda [III vol.]
- VELÁZQUEZ, 1989 Velázquez, Isabel = *Las pizarras visigodas: edición crítica y estudio*. Murcia, Junta de Castilla y León.
- 2004 *De constructione*: lengua y literatura técnica en las *etimologías* de Isidoro de Sevilla (a propósito de unos trabajos recientes de Montero Cartelle 2001 y 2003). *Sacralidad y Arqueología. Antigüedad Cristiana* XXI, Murcia, p. 203-235.
- 2005 *Hagiografía y culto a los santos en la Hispânia visigoda: aproximación a sus manifestaciones literárias. Cuadernos emeritenses* 32, Mérida, Museo Nacional de Arte Romano.
- VELAZQUEZ JIMENEZ, 1988 Velazquez Jimenez, Agustin = Una Helvia, flaminica en Augusta Emerita. *Anas* nº 1, p. 125-132.
- VERA, 1995 Vera, D. = Della villa ‘perfecta’ alla villa di Palladio. *Athenaeum* 83, p. 189-211; 331-356.
- VIANA, 1950 Viana, Abel = Contribuição para a arqueologia dos arredores de Elvas. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Vol.12 (3-4), p. 289-322.
- 1953 Notas de Arqueologia alto-alentejana. Cerâmica luso-romana do Museu Arqueológico de Vila Viçosa. *A Cidade de Évora*, ano X (33-34), Jul.-Dez., p. 235-258.
- 1955 Notas de corografia arqueológica. *Brotéria*, Vol.LXI, p. 545-556.
- 1956 *Algumas notas sobre António Dias de Deus e suas pesquisas arqueológicas no concelho de Elvas*. Beja, Minerva Comercial.
- 1959 *Vidros Romanos em Portugal: breves notas*. Separata de *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 18, Porto.
- VIANA & DEUS 1950a Viana, Abel & Deus, António Dias de = Necrópolis celtico-romanas del concejo de Elvas. *Archivo Español de Arqueología*, Vol. 23 (nº80), p.229-253.
- 1950b Explorações de algumas necrópoles celtico-romanas do Concelho de Elvas. *XIII Congresso Luso-espanhol Para o Progresso das Ciências: 7ª secção – Ciências Históricas e Filosóficas*, Tomo VIII, Lisboa, Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, p. 67-74.
- 1951 Exploración de algunos dólmenes de la región de Elvas, Portugal. *Crónica del II Congreso Arqueológico Nacional*, Madrid, p. 185-201.
- 1955a Nuevas Necrópolis celto-romanas de la region de Elvas (Portugal). *Archivo Español de Arqueología*, Vol.28, p.33-68.
- 1955b Necropolis de la Torre das Arcas. *Archivo Español de Arqueología*, Vol.28 (92), p. 244-265.
- 1955c Notas para o estudo dos dolmens da Região de Elvas. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Vol.XV (3-4), p.143-189.

- 1956  
Campos de Urnas do Concelho de Elvas. *O Instituto*, vol. 118, p.133-193.
- VIEGAS, NOLEN & FERRER DIAS, 1981  
Viegas, João Rosa; Nolen, Jeannete U. Smit & Ferrer Dias, Maria Luísa = *A Necrópole de Santo André*. Coimbra, IAFLUC (Separata de *Conímbriga* Vol. XX).
- VIEIRA, 2004  
Vieira, Marina Afonso = *Alto Paiva. Povoamento nas épocas romana e alto-medieval*. (Trabalhos de Arqueologia 36), Lisboa, Instituto Português de Arqueologia.
- VILAR, 1996  
Vilar, Hermínia Vasconcelos = Uma fronteira entre poderes: as dioceses de Évora e da Guarda no nordeste alentejano. *Revista de Guimarães* nº 106, p. 152-174.
- VILLANUEVA ACUÑA, 1991  
Problemas de implantación agrária romana y la organización del territorio en la Península Ibérica en el Alto Império. *Espacio, Tiempo y Forma. Historia Antigua* 4, p. 319-350.
- 1994  
Aspectos de la organización económica de las villas de Hispania. *Espacio, Tiempo y Forma. Historia Antigua* 7, p. 105-139.
- VIVES, 1947  
Vives, José = *Inscripciones cristianas de la España romana y visigoda*. Barcelona, Instituto Jeronimo Zurita.
- 1963  
*Concilios visigóticos e Hispano-Romanos*. Barcelona-Madrid.
- WARD-PERKINS, 1984  
Ward-Perkins, Bryan = *From classical antiquity to the Middle Ages*. Oxford.
- 2006  
*A queda de Roma e o fim da civilização*. Lisboa, Aletheia Editores.
- WEBSTER, 2001  
Webster, Jane = Creolizing the Roman provinces. *American Journal of Archaeology*, Volume 105 nº 2, p. 209-226.
- WELLS, 1988  
Wells, P. S. = *Granjas, aldeas y ciudades. Comercio y orígenes del urbanismo en la Protohistoria europea*, Barcelona, Labor.
- WHEATLEY & GILLINGS, 2002  
Wheatley, D.; Gillings, M. = *Spatial Technology and Archaeology. The Archaeological Applications of GIS*, Taylor and Francis, Londres.
- WHITE, 1970  
White, K.D. = *Roman farming*. London, Thames and Hudson.
- WICKHAM, 1984  
Wickham, Chris = The other transition: from ancient World to feudalismo. *Past and Present*, núm. 103, p. 3-36.
- 2008  
*Una historia nueva de Alta Edad Media. Europa y el mundo mediterráneo, 400-800*. Barcelona, Crítica.
- WITCHER, 1999  
Witcher, Robert = GIS and landscapes of perception. In: Barker, G. & Mattingly, D. (eds), *The Archaeology of Mediterranean Landscapes* vol. 3, Geographical Information Systems and landscape Archaeology. London, Oxbow Books, p. 13-21
- WOOD & QUEIROGA, 1992  
Wood, Mark, & Queiroga, Francisco (eds) = *Current research on the romanization of the Western provinces*. (BAR International Series S575) Oxford, Tempvs Reparatum.